**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

FERNANDO SPOSITO YOKOYAMA

Representação e realidade na *Crítica da Razão Pura* de Kant e no *Tractatus* de Wittgenstein: um estudo comparativo

Versão original

São Paulo
2018

FERNANDO SPOSITO YOKOYAMA

Representação e realidade na *Crítica da Razão Pura* de Kant e no *Tractatus* de Wittgenstein: um estudo comparativo

Versão Original

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Y54r Yokoyama, Fernando Sposito
Representação e realidade na Crítica da Razão Pura de Kant e no Tractatus de Wittgenstein: um estudo comparativo / Fernando Sposito Yokoyama ; orientador João Vergílio Gallerani Cuter. - São Paulo, 2018.
371 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. Filosofia da linguagem. 2. Lógica. 3. Ontologia. 4. Representação (Filosofia). 5. Teoria do conhecimento. I. Cuter, João Vergílio Gallerani, orient. II. Título.

Nome: YOKOYAMA, Fernando Sposito

Título: Representação e Realidade na *Crítica da Razão pura* de Kant e no *Tractatus* de Wittgenstein: um estudo comparativo.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter (orientador)

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À memória de Miriam Luiza Sposito Yokoyama, minha mãe.

Agradecimentos

Sou grato ao CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil, que financiou minhas pesquisas neste trabalho durante o período de sua execução.

Sou grato ao Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter, meu orientador, que ao longo das minhas pesquisas e da redação deste trabalho se mostrou sempre solícito e disposto a me auxiliar.

Sou grato ao Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques, cuja orientação na época de meu mestrado certamente contribuiu para a elaboração da presente tese.

Sou grato à Profa. Dra. Andréa Luisa Bucchile Faggion, que, na minha Graduação, me introduziu nos estudos de Wittgenstein.

Sou grato às funcionárias e aos funcionários da Secretaria do Departamento de Filosofia da USP, pelas ocasiões em que me orientaram em questões referentes aos trâmites acadêmicos.

Por fim, sou grato ao Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto e ao Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho, membros da banca de meu Exame de Qualificação, cujas observações acerca do meu trabalho certamente contribuíram para a elaboração do texto final da presente tese.

Resumo

YOKOYAMA, Fernando Sposito. **Representação e realidade na *Crítica da Razão Pura* de Kant e no *Tractatus* de Wittgenstein**: um estudo comparativo. 2018. 371 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Os projetos filosóficos desenvolvidos por Wittgenstein, em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, e por Kant, em sua *Crítica da Razão Pura*, possuem uma estrutura e objetivos semelhantes. Ambos consistem em um ataque a determinadas pretensões da filosofia com base em uma investigação dos nossos meios de representação da realidade. Tais paralelos foram notados por alguns autores, que, por conseguinte, realizam uma aproximação entre as duas obras. A presente tese pretende aprofundar a discussão acerca da proximidade entre elas com base em um ponto que, segundo é do nosso conhecimento, ainda não foi suficientemente explorado. Partindo da ideia de que os dois projetos estão apoiados em suas respectivas teorias da representação e de que estas consistem em uma explicação da relação entre representação e realidade representada, realizaremos uma comparação acerca do modo como os dois filósofos concebem a natureza dessa relação. Mais especificamente, investigaremos se o *Tractatus* pode ser aproximado à *Crítica* também no que diz respeito à tese kantiana de que os objetos devem se conformar às condições necessárias dos meios de que dispomos para representá-los, tese esta que caracteriza a chamada “Revolução Copernicana” de Kant. Defenderemos que esse exame coincide com a consideração de um debate entre duas linhas interpretativas conflitantes presentes na literatura secundária do *Tractatus*, as quais denominaremos “realista” e “antirrealista”. Segundo a primeira, as teses tractarianas acerca das propriedades essenciais e necessárias da realidade dizem respeito a um domínio que deve ser concebido como, em algum sentido, independente da linguagem que o representa. Por outro lado, a segunda sustenta que tais propriedades essenciais e necessárias pertenceriam à realidade apenas na medida em que ela é representada pela linguagem, não sendo, portanto, independentes desta. Procuraremos mostrar que uma leitura antirrealista do *Tractatus* acaba por atribuir à obra uma concepção acerca da relação entre linguagem e realidade essencialmente análoga àquela que resulta dos princípios básicos da “Revolução Copernicana” de Kant, ao passo que, da perspectiva de uma leitura realista, o *Tractatus* seria completamente avesso a esses mesmos princípios básicos. A partir de um exame e de uma

comparação entre as teorias kantiana e tractariana de representação, defenderemos uma leitura realista do *Tractatus*, e, por conseguinte, tentaremos mostrar que ele se afasta da *Crítica* no que diz respeito à sua “Revolução Copernicana”. Com isso, mais do que avaliar em que medida os projetos kantiano e tractariano podem efetivamente ser aproximados, esperamos mostrar que algumas das ideias e noções que são próprias da filosofia teórica de Kant podem ser utilizadas para iluminar certas questões levantadas no debate entre as leituras realista e antirrealista do *Tractatus*, sobretudo questões referentes à relação, desenvolvida no interior do sistema tractariano, entre forma lógica e ontologia.

Palavras-chave: Filosofia da linguagem. Lógica. Ontologia. Representação (Filosofia). Teoria do conhecimento.

Abstract

YOKOYAMA, Fernando Sposito. **Representation and Reality in Kant's *Critique of Pure Reason* and in Wittgenstein's *Tractatus***: a comparative study. 2018. 371 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

The philosophical projects developed by Wittgenstein, in his *Tractatus Logico-Philosophicus*, and by Kant, in his *Critique of Pure Reason*, have similar structures and goals. Both consist in an attack on certain pretensions of philosophy based on an inquiry about the means we dispose to represent reality. Such parallels and affinities have been noticed by some authors in the secondary literature. The present thesis intends to deepen the debate on the proximity between these two works by focusing on an issue which, according to my knowledge, has not yet been sufficiently explored. Starting from the idea that both of these projects are based on its respective theories of representation and that the latter consist in an explanation of the relation between representation and the represented reality, we will realize a comparison about how both philosophers conceive of the nature of such relation. More specifically, we will inquire whether the *Tractatus* is also akin to the *Critique* with respect to the Kantian thesis that objects must *conform* to the necessary conditions of our means of representing them, i.e. the thesis which characterizes the so-called Kant's "Copernican Revolution". We will argue that such an inquiry coincides with an examination of a debate between two conflicting lines of interpretation present in the secondary literature about the *Tractatus*, which we will refer to as "realist" and "antirealist". According to the former, the Tractarian theses about the necessary and essential properties of reality are theses about a domain which should be conceived of as in some sense independent of the language that represents it. On the other hand, the latter entails the idea that such necessary and essential properties belong to reality only insofar as it is represented by language, and should not, therefore, be conceived of as independent of it. We will attempt to show that an antirealist reading of the *Tractatus* ends up ascribing to the work a conception about the relation between language and reality which is essentially analogous to that which follows from the basic principles of the so-called "Kant's Copernican Revolution", while from the perspective of a realist reading the *Tractatus* would be completely alien to such basic principles. By means of an examination of and a comparison between the Kantian and the Tractarian theories of representation, we will defend a realist reading of the *Tractatus* and therefore attempt to show that it distances itself from the

Critique when it comes to the latter's "Copernican Revolution". By doing this, more than evaluate to what extent the Kantian and the Tractarian philosophical projects really are close to each other, we expect to show that some of the ideas and notions which are proper to Kant's theoretical philosophy may be used to shed light on certain questions which are raised in the debate between the realist and antirealist readings of the *Tractatus*, above all questions concerning the relation, developed within the Tractarian system, between logical form and ontology.

Keywords: Philosophy of language. Logic. Ontology. Representation (Philosophy). Theory of Knowledge.

Lista de Abreviaturas

Obras de Kant:

CRP *Crítica da Razão Pura (Kritik der reinen Vernunft)*

EEKU *Erste Einleitung in die Kritik der Uteilskraft (Primeira Introdução à Crítica da Faculdade do Juízo)*

KU *Kritik der Urteilskraft (Crítica da Faculdade do Juízo)*

Prol *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik (Prolegômenos a toda Metafísica Futura)*

Obras de Wittgenstein:

TLP *Tractatus Logico-Philosophicus*

Sumário

Introdução.....	17
Capítulo 1 - Uma comparação entre as teorias kantiana e tractariana de representação.....	27
1.1 Os limites do dizível e os limites do cognoscível.....	27
1.2 A teoria kantiana da experiência e a “Revolução Copernicana”.....	33
1.3 As propriedades essenciais da linguagem e do mundo no <i>Tractatus</i>	37
1.4 Representação e forma lógica.....	44
1.5 Aspectos <i>a priori</i> e aspectos <i>a posteriori</i> das representações e da realidade representada.....	55
Capítulo 2 - Forma lógica, juízo e objetividade em Kant.....	63
2.1 Lógica geral pura e lógica transcendental.....	63
2.2 A concepção kantiana de juízo.....	69
2.3 A tabela dos juízos.....	76
2.4 Formas lógicas, categorias e ontologia em Kant.....	85
2.5 A concepção kantiana de objetividade.....	95
Capítulo 3 - Forma lógica e ontologia no <i>Tractatus</i>: o debate entre realismo e antirrealismo à luz da filosofia teórica de Kant.....	109
3.1 O isomorfismo entre linguagem e realidade no sistema tractariano.....	109
3.1.1 A “essência do mundo” segundo o <i>Tractatus</i>	110
3.1.2 A “essência da proposição” segundo o <i>Tractatus</i>	114
3.2 A leitura “realista” do <i>Tractatus</i> e suas implicações para uma comparação com a filosofia kantiana.....	126
3.3 A leitura “antirrealista” do <i>Tractatus</i> : a ontologia como algo derivado e dependente da linguagem.....	141
3.4 Antirrealismo no <i>Tractatus</i> e “Revolução Copernicana”.....	156
3.5 A defesa de uma leitura realista do <i>Tractatus</i> baseada em uma comparação com a teoria kantiana da representação.....	168
Capítulo 4 - EXCURSO: A constituição kantiana da experiência e da realidade empírica.....	175
4.1 O Esquematismo Transcendental.....	176

4.2	Categorias de relação e as Analogias da Experiência.....	187
4.2.1	Esquematização e princípio da categoria de substância.....	193
4.2.2	Esquematização e princípio da categoria de causalidade.....	202
4.2.3	Esquematização e princípio da categoria de comunidade.....	211
4.3	Esquemas e princípios das categorias matemáticas.....	219
4.3.1	Esquematização e princípio das categorias de quantidade.....	219
4.3.2	Esquematização e princípio das categorias de qualidade.....	228
Capítulo 5 - A concepção tractariana de forma lógica e suas implicações ontológicas..		237
5.1	Forma e matéria dos juízos em Kant.....	238
5.2	Forma e conteúdo das proposições no <i>Tractatus</i>	252
5.3	A “inseparabilidade” entre forma e conteúdo das proposições e suas implicações.....	261
5.4	Formas lógicas como possibilidades de estruturas.....	277
5.5	A não anterioridade da lógica com relação ao mundo.....	310
Conclusão.....		325
Referências.....		329
APÊNDICE – Avaliação e resposta a uma possível objeção.....		337
1	Introdução ao problema.....	338
2	A suposta dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” na Segunda Analogia da Experiência.....	345
3	Limitações do argumento da Segunda Analogia e leis causais “instantâneas”.....	353
4	O papel dos princípios “regulativos” da razão e/ou de “conformidade a fins” diante das limitações da Segunda Analogia.....	358
5	Considerações finais deste Apêndice.....	364

Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo comparativo entre a filosofia teórica de Kant, apresentada, sobretudo, em sua *Crítica da Razão Pura*, e a filosofia desenvolvida por Wittgenstein no primeiro período de sua carreira, apresentada em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*. Dada a grande variedade de assuntos abrangidos por esses dois sistemas filosóficos, os objetivos da nossa comparação entre eles deverão, naturalmente, ser apropriadamente delimitados e claramente definidos. Partindo da ideia, a ser devidamente explicada e justificada, de que ambos se desenvolvem a partir de uma investigação acerca das nossas representações da realidade, nosso objetivo será realizar uma comparação entre os modos como cada um deles concebe a natureza específica da relação entre representação e realidade representada. Para dar uma caracterização um pouco mais precisa dessa proposta, cabe notar, em primeiro lugar, que as investigações de Kant e Wittgenstein culminam em teses acerca das propriedades essenciais e necessárias tanto dessas representações quanto da realidade por elas representada. Em segundo lugar, cabe notar, como é bastante conhecido, que uma das marcas mais distintivas da filosofia teórica kantiana consiste na doutrina de que a realidade deve se conformar à forma essencial dos meios de que dispomos para representá-la. Trata-se aqui daquela que ficou conhecida como sua “Revolução Copernicana”, que acarreta na ideia de que as referidas propriedades necessárias da realidade pertenceriam a ela apenas em virtude de tal processo. Sendo assim, quando dizemos que iremos comparar os modos como as filosofias kantiana e tractariana concebem a natureza específica da relação entre representação e realidade representada, isso significa que iremos investigar se essa relação pode, ou não, ser entendida no *Tractatus* da mesma maneira como ela é entendida na *Crítica* em virtude de sua “Revolução Copernicana”. Em outras palavras, tratar-se-á de investigar se, segundo o sistema do *Tractatus*, as propriedades necessárias da realidade pertenceriam a ela apenas devido a uma contribuição dos meios de que dispomos para representá-la – no caso, da linguagem.

A resposta que será oferecida neste trabalho para essa questão será negativa. Isto é, defenderemos que a natureza específica da relação entre representação e realidade no *Tractatus* não pode ser entendida de modo análogo àquele que resulta dos princípios básicos que movem a Revolução Copernicana de Kant. Podemos indicar basicamente dois principais resultados que acreditamos que serão obtidos através dessa conclusão, os quais, como procuraremos mostrar ao longo da nossa exposição, estão internamente relacionados entre si. O primeiro deles deriva do fato de haver, na literatura secundária, um número considerável de

intérpretes que identificaram importantes paralelos e semelhanças entre os projetos filosóficos kantiano e tractariano. Todavia, segundo é do meu conhecimento, uma comparação entre eles com base no ponto que esboçamos acima ainda não foi realizada, ao menos não de uma maneira mais detalhada, como será feito aqui. Sendo assim, tendo em vista que a chamada Revolução Copernicana constitui talvez o aspecto mais distintivo da filosofia teórica de Kant, nosso trabalho estará preenchendo aquilo que seria uma lacuna na literatura que se propõe a avaliar a proximidade entre as duas obras. Um segundo resultado a ser obtido através do presente trabalho está relacionado com o fato de que, como será explicado ao longo da nossa exposição, a resposta para a questão esboçada acima passará necessariamente pelo debate, presente na literatura secundária do *Tractatus*, entre as leituras da obra que denominaremos “realista” e “antirrealista”. Defenderemos que a segunda acaba por atribuir ao *Tractatus* uma concepção acerca da natureza da relação entre representação e realidade representada basicamente análoga à que resulta dos princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant, ao passo que a primeira implica em uma concepção acerca dessa relação essencialmente oposta a estes mesmos princípios básicos. Sendo assim, dado que estaremos recusando a possibilidade de se atribuir uma “Revolução Copernicana” ao *Tractatus*, nosso trabalho se alinhará ao que estamos denominando uma leitura “realista” da obra. Uma segunda contribuição sua será então a de que, ao lançarmos mão de ideias que são próprias da filosofia kantiana para iluminar o debate entre as leituras realista e antirrealista do *Tractatus*, estaremos realizando uma defesa da primeira a partir de uma estratégia que seria, segundo é do meu conhecimento, original.

Todos os pontos mencionados acima serão, evidentemente, melhor explicados e desenvolvidos ao longo da nossa exposição. Isso será feito, em especial, no Capítulo 1, que pode ser considerado, inclusive, como uma segunda introdução desta tese, mais detalhada do que a presente.

Outro tema que deverá ser mais bem desenvolvido, mas que também merece uma breve menção aqui, diz respeito à própria viabilidade da comparação que estamos propondo. As filosofias kantiana e tractariana pertencem a tradições bastante distintas, sobretudo pelo fato de que noções comumente classificadas como “epistemológicas” ocupam um lugar de destaque na primeira, ao passo que são, ao que tudo indica, completamente estranhas à segunda. Sendo assim, poder-se-ia suspeitar que a comparação que estamos propondo realizar entre elas seria totalmente sem sentido e infrutífera, ao menos no que diz respeito aos resultados dela que estamos esperando extrair. Trata-se aqui de uma ameaça à viabilidade da

nossa proposta que deverá ser constantemente combatida e jamais perdida de vista ao longo da nossa exposição.

Por ora, convém indicar ao menos de maneira breve a razão básica pela qual estamos confiantes acerca da viabilidade do nosso trabalho, a despeito das possíveis dificuldades apontadas. Pretendemos mostrar que, apesar das inegáveis diferenças existentes entre os projetos kantiano e tractariano, há neles um importante ponto em comum sobre o qual iremos nos apoiar, o qual consiste no fato de suas respectivas teorias da representação incorporarem a noção de “forma lógica” como um elemento central. Partindo desse princípio, esperamos mostrar que há no interior desses dois sistemas filosóficos uma estreita relação entre as noções de “forma lógica e “ontologia”, a ser posteriormente caracterizada por nós mediante a alegação de que ambos partilham a ideia de um “isomorfismo” entre, de um lado, aquelas que seriam as formas lógicas inerentes às representações que fazemos da realidade e, do outro, as propriedades essenciais e necessárias dessa mesma realidade. Com base nisso, defenderemos então que a chamada Revolução Copernicana de Kant pode então ser caracterizada - ao menos em grande parte - como a doutrina segundo a qual o referido “isomorfismo” deve ser concebido como algo *constituído* pelos meios de que dispomos para representar a realidade; isto é, como um isomorfismo que existe *apenas* na medida tais meios introduzem na realidade representada uma ordenação que esta *não* possui quando tomado *por si mesma*. Sendo assim, nossa questão de se a teoria de representação desenvolvida no *Tractatus* pode, ou não, ser entendida como incorporando o princípio básico da Revolução Copernicana de Kant será abordada como consistindo na questão de se o “isomorfismo” tractariano entre forma lógica e realidade pode, ou não, ser entendido, igualmente, como um isomorfismo *constituído* pelos meios de que dispomos para representar essa mesma realidade, no sentido apontado.

Com isso, esperamos estabelecer um espaço de diálogo entre essas filosofias o qual, segundo penso, acabará por afastar a possível suspeita, apontada logo acima, quanto à viabilidade e da utilidade da nossa comparação entre elas. Um primeiro passo em direção à realização dessa tarefa será dado no Capítulo 2, onde examinaremos as concepções kantiana de lógica (“geral” e “transcendental”), de juízo e, especialmente, o modo pelo qual Kant, naquela que ficou conhecida como “dedução metafísica”, teria derivado sua chamada “tabela das categorias” de sua “tabela dos juízos. Sendo esta última a tabela que elenca aquelas que seriam, segundo Kant, as formas lógicas judicativas mais básicas existentes, e sendo as categorias conceitos puros do entendimento que refletem aquelas que seriam, também segundo Kant, as propriedades *a priori* e necessárias da realidade empírica, o referido capítulo esperará apontar e explicar a existência, no interior do sistema kantiano, de uma relação

essencial entre as noções de forma lógica e ontologia, relação esta que, como afirmamos acima, será de suma importância para a proposta da presente tese. Em especial, caberá enfatizar que a tal relação deve ser entendida segundo o princípio básico que move a chamada “Revolução Copernicana”, ou seja: tal relação, para Kant, existiria *apenas* na medida em que as formas lógicas *a priori* oriundas das nossas faculdades de representação introduzem na realidade representada uma ordenação que esta *não* possui quando tomada *por si mesma*.

Já no Capítulo 3 nos dedicaremos, primeiramente, a uma exposição das teses centrais estabelecidas pela teoria tractariana da representação, a qual, por razões a serem devidamente explicadas (embora já bem conhecidas) coincide com uma teoria acerca da natureza essencial do sentido proposicional. Nosso foco será, mais uma vez, na relação fundamental entre as noções de “forma lógica” e “ontologia” que é estabelecida nessa teoria. Veremos que aqui, porém, tal relação se manifestará de um modo muito mais claro e radical, uma vez que ele consiste, em última instância, em um perfeito espelhamento que o *Tractatus* alega existir entre, de um lado, as possibilidades combinatórias que os constituintes últimos das nossas representações (linguísticas) da realidade possuem entre si – os “nomes”, que constituem as chamadas “proposições elementares” – e, do outro, as possibilidades combinatórias que os constituintes últimos da realidade possuem entre si – os “objetos simples” que, no interior do sistema tractariano, constituem a forma fixa e imutável do mundo. Pelo mesmo motivo, também teremos aqui de um modo muito claro e radical a ideia de um “isomorfismo” ou identidade estrutural entre, de um lado, as formas lógicas inerentes às nossas representações e, do outro, as propriedades essenciais e necessárias da realidade representada. A partir daí, apontaremos a existência de duas tradicionais linhas interpretativas conflitantes presentes na literatura secundária do *Tractatus*, as quais denominaremos “realista” e “antirrealista”. Defenderemos que a segunda acarreta na atribuição ao *Tractatus* de uma espécie de “Revolução Copernicana”, tal como esta foi caracterizada acima¹, ao passo que a segunda implica em uma leitura segundo a qual esse tipo de atribuição seria completamente equivocada e incompatível com a obra. Isso significa que, segundo uma leitura “realista” da obra, o isomorfismo tractariano entre, de um lado, as formas lógicas proposicionais e, do outro, as propriedades essenciais necessárias da realidade representada *não* deve ser concebido como um isomorfismo *constituído* pelos meios de que dispomos para representar a realidade, isto é, pela linguagem. Pelo contrário, as propriedades essenciais e necessárias da realidade empírica teriam de ser concebidas, no interior do sistema tractariano, como

¹ Ou seja, como uma doutrina segundo a qual o referido “isomorfismo” seria um algo *constituído* pelos meios de que dispomos para representar a realidade, no sentido explicado.

propriedades intrínsecas de um domínio real concebido como *independente* da linguagem que o representa.

O objetivo principal do presente trabalho será tentar mostrar que, apesar da existência de importantes paralelos, os sistemas kantiano e tractariano se afastam na medida em que a relação entre representação e realidade não pode ser entendida no *Tractatus* como incorporando o princípio básico da Revolução Copernicana de Kant. Com isso, além de desenvolver uma avaliação precisa acerca de qual seria a real proximidade entre esses dois sistemas filosóficos, espera-se, como afirmamos acima, oferecer uma defesa original de uma leitura “realista” do *Tractatus* - em detrimento de uma leitura “antirrealista” -, estando essa pretensa originalidade justamente no fato de tal defesa estar sendo desenvolvida à luz de ideias que são próprias à filosofia kantiana. Mais especificamente, a explicação para o fato de uma “Revolução Copernicana” ser compatível no interior do sistema kantiano e incompatível no tractariano será identificada, no interior da nossa análise, em uma importante diferença entre as concepções kantiana e tractariana de forma lógica, a saber: formas lógicas kantianas são, em um sentido a ser devidamente explicado, “separáveis” de seus conteúdos, ao passo que formas lógicas tractarianas não o são; *por conta disso*, o “isomorfismo” kantiano entre forma lógica e realidade *pode* ser entendido como algo *constituído* pelos meios de que dispomos para representar a realidade enquanto que o “isomorfismo” tractariano *não* pode ser entendido dessa maneira.

Nosso argumento decisivo em favor dessas conclusões será desenvolvido no Capítulo 5. Optamos, após o Capítulo 3, por interromper nossa comparação direta entre as filosofias kantiana e tractariana com um quarto capítulo novamente dedicado exclusivamente à primeira. Nosso objeto de estudo aqui será a seção da *Crítica* intitulada “Análítica dos princípios”, em especial o seu segundo capítulo: o “Sistema de todos os princípios do entendimento puro”.

No que se refere a tal “interrupção”, o leitor poderá talvez considerá-la como sendo, no mínimo, pouco elegante e prejudicial ao andamento do texto como um todo. Embora achemos que uma eventual queixa desse tipo tenha a sua razão – motivo pelo qual colocamos o referido capítulo na forma de um “Excurso” – decidimos, todavia, que essa interrupção seria indispensável tendo em vista os propósitos da presente tese. Foi apontado que todo o projeto desta última parte do princípio de que os sistemas kantiano e tractariano têm em comum a ideia de um “isomorfismo” entre formas lógicas e aquelas que seriam as propriedades essenciais da realidade empírica, sendo a nossa proposta a de investigar então se tal isomorfismo pode ser concebido também no *Tractatus* de acordo com o princípio básico da

Revolução Copernicana de Kant. Sendo assim, este projeto evidentemente pressupõe *que* o referido isomorfismo esteja, de fato, presente tanto no sistema tractariano como no kantiano. Acontece que, enquanto é incontroverso que ele esteja de fato presente no primeiro, creio que mesmo o leitor familiarizado com a filosofia kantiana – ou, talvez, principalmente um leitor desse tipo – poderia considerar um tanto quanto forçado que se diga o mesmo acerca do segundo. Sendo assim, julgamos que seria indispensável tentar estabelecer esse último ponto de maneira convincente e definitiva, e explicar *o que* seria, afinal, isso que estaremos chamando de um “isomorfismo entre forma lógica e realidade” *no caso de Kant*. E, embora acreditemos que nosso Capítulo 2 dê um importante passo nesse sentido, em especial em virtude da análise da “dedução metafísica” aí contida, consideramos que seria apenas com uma análise mais detalhada da chamada “Analítica dos Princípios” que tal tarefa poderia ser plenamente realizada. Isso porque é essa a seção da *Crítica* em que Kant se propõe demonstrar separadamente e para cada categoria em específico de que maneira cada uma delas contribui para a constituição (da experiência) da realidade empírica. Sendo assim, julgamos que apenas mediante a análise dessa etapa do livro poderíamos explicar de maneira mais convincente e mais precisa em que sentido e em que medida a realidade empírica assim constituída será um domínio com determinadas propriedades estruturais “isomórficas” às formas lógicas correspondentes a essas mesmas categorias². Em suma, nossa exposição mais detalhada a ser realizada neste capítulo é o que nos permitirá esclarecer de maneira plenamente satisfatória a relação entre forma lógica e ontologia que estaremos atribuindo à filosofia kantiana, relação que constitui um ponto fundamental para os nossos propósitos.

Além disso, o excuro a ser feito no Capítulo 4 servirá como preparação para o desenvolvimento da conclusão final que iremos extrair de nossa comparação entre as filosofias kantiana e tractariana, o qual será realizado, finalmente, no quinto capítulo. Antecipamos acima que nosso argumento em favor dessa conclusão estará apoiado na identificação de uma importante diferença entre as concepções kantiana e tractariana de forma lógica. Por explicar detalhada e separadamente a correlação entre as formas lógicas kantianas e as propriedades estruturais da realidade que correspondem a cada uma delas, nossa exposição do Capítulo 4 nos servirá como um excelente pano de fundo ao qual poderemos nos referir ao longo do desenvolvimento desse argumento, isto é: ao longo de nossa tentativa de mostrar que o fato de formas lógicas kantianas serem, em um sentido a ser explicado,

² Além disso, apenas mediante essa análise poderemos reconhecer alguns casos em que tal alegação de “isomorfismo” seria, de fato, um tanto quanto forçada, o que nos oferecerá a oportunidade de sustentar posteriormente que eles não inviabilizam a proposta geral desta tese.

“separáveis” de seus respectivos conteúdos contribui de maneira decisiva para a viabilidade da Revolução Copernicana de Kant no interior de seu sistema, enquanto que o fato de as formas lógicas do *Tractatus* não serem “separáveis” de seus conteúdos faz com que ele não admita um modelo análogo.

Com essas conclusões a presente tese esperará ter cumprido seu objetivo. Acerca deste último, cumpre deixar claro de antemão que, embora estejamos propondo uma comparação entre as obras de dois filósofos através da qual se avaliará a proximidade entre elas no que diz respeito a um ponto em específico, não será nossa intenção investigar se teria ou não havido uma influência direta ou indireta de Kant sobre Wittgenstein³. Posto de outro modo, se iremos concluir, de modo geral, que a teoria de representação do *Tractatus* não admite algo análogo a uma “Revolução Copernicana”, isso será feito exclusivamente mediante em uma leitura interna dos textos relevantes. Nossa intenção básica é mostrar que, e por que, dadas determinadas teses e pressupostos do sistema tractariano, este não admite uma concepção acerca relação entre representação e realidade representada segundo a qual as propriedades necessárias da segunda pertenceriam a ela *apenas* devido a uma contribuição dos meios de que dispomos para representá-la. A pretensa originalidade da nossa proposta estará, sobretudo, no fato de que tal argumentação estará igualmente apoiada na leitura dos textos de Kant relevantes ao tema, a qual nos permitirá identificar quais aspectos do sistema kantiano contribuem para que uma “Revolução Copernicana” seja possível, em princípio, em seu interior, e quais aspectos do sistema tractariano são determinantes para que ele não admita uma concepção análoga. Sendo assim, apesar do fato de nossa análise se dar a partir de uma leitura interna dos textos relevantes de cada autor, nossa expectativa é a de que as ideias de um possam lançar luz sobre as do outro. Isso nos permitirá adotar sobre esses sistemas filosóficos uma perspectiva que acreditamos ser, em muitos aspectos, privilegiada em comparação com uma abordagem isolada de cada um, e nisso estará a principal contribuição que esperamos oferecer com o presente trabalho.

Por fim, vale apontar que, embora, como afirmamos acima, esta tese esperará já ter cumprido seus objetivos com os resultados a serem obtidos no Capítulo 5, foi ainda acrescentado a ela um Apêndice final no qual trataremos de certas questões as quais optamos por não incluir no corpo do texto, já que uma inclusão desse tipo acabaria por prejudicar, a

³ Como é observado por Glock (1999, p. 425), Wittgenstein teria lido a *Crítica da Razão Pura* em 1918, antes, portanto, da publicação do *Tractatus*. Todavia, qualquer tipo de influência na composição final da obra em decorrência disso é bastante improvável. Uma influência indireta seria talvez um pouco mais plausível, dado, por exemplo, o conhecido interesse de Wittgenstein por Schopenhauer (cf. 1999, p. 425). Mesmo assim, também não é do nosso interesse tentar localizar qualquer influência desse tipo.

meu ver desnecessariamente, a sua estrutura geral. Tais questões estarão relacionadas a algumas críticas que autores como Guyer (1987, 2008) e Westphal (2004) fazem determinadas posições tomadas por Kant. Elas se relacionam diretamente com o nosso tema, uma vez que ameaçam o modo pelo qual a chamada “Revolução Copernicana” será concebida ao longo de todo este trabalho. Embora esses autores naturalmente se expressem em outros termos, sua análise implica, em última instância, que aquilo que estaremos chamando de “isomorfismo” entre forma lógica e ontologia *não* pode ser concebido no interior do sistema kantiano como algo *gerado* pelos meios de que dispomos para representar a realidade, no sentido explicado acima. Tal alegação, se correta, representa, por razões que devem estar claras pelo que foi dito até aqui, uma séria ameaça a toda a proposta da presente tese. Por conta disso, no Apêndice desta nos dedicamos a examiná-la e recusá-la, demonstrando então que a natureza da relação entre forma lógica e realidade pode, sim, ser concebida, no interior do sistema kantiano, precisamente da maneira pela qual estaremos propondo. Contudo, por se tratar muito mais de uma *crítica* que esses autores dirigem *ao próprio Kant* e à consistência de seu sistema, e não tanto de uma *interpretação* acerca de sua filosofia divergente da que estaremos assumindo, julgamos que poderíamos dar nosso tratamento a esse conjunto de problemas apenas em um Apêndice final. Posto de outro modo, embora a referência à ideia de um “isomorfismo entre forma lógica e ontologia” seja um artifício totalmente peculiar ao projeto da presente tese⁴, creio que a concepção acerca da natureza da relação entre representação e realidade que nós, mediante tal ideia, estaremos atribuindo à filosofia kantiana consiste, em última instância, em uma interpretação tradicional e relativamente incontroversa acerca desta. Sendo assim, com o intuito de não prejudicar o seu andamento, ao longo do nosso texto iremos simplesmente assumir tal interpretação e postergar o tratamento dos problemas identificados por autores como Guyer e Westphal para nosso Apêndice final. Se correta, a análise a ser desenvolvida neste estará então não apenas preservando os resultados que esperamos obter em nossa comparação entre as filosofias kantiana e tractariana como, além disso, demonstrando que a primeira não está vulnerável às críticas desses autores.

⁴ Isto é, o de sustentar com base em uma comparação entre a *Crítica* e o *Tractatus* que o segundo não admite uma concepção acerca da natureza da relação entre representação e realidade representada análoga àquela que resulta do princípio básico por trás da “Revolução Copernicana” de Kant.

As passagens do *Tractatus* serão referidas pela abreviatura “TLP” seguida da numeração dos aforismos, acrescentada das letras a, b, c etc. para distinguir parágrafos de um mesmo aforismo. Para as citações, foi utilizada a edição com tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos (3ª ed. São Paulo: Edusp, 2001).

As passagens da *Crítica da Razão Pura* serão referidas pela abreviatura “CRP”, e as letras “A” e “B” indicam a paginação das edições originais. Demais obras de Kant serão referidas pelas abreviaturas especificadas na Lista de Abreviaturas acima, seguidas das letras “AA” que indicam referência à paginação da Akademie-Ausgabe, precedida pelo número do volume em que se encontra a obra na edição da Academia.

Para as citações da *Crítica da Razão Pura* utilizamos a edição com tradução portuguesa de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão (5ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001) e a edição com tradução inglesa de Paul Guyer e Allen W. Wood. (Cambridge: Cambridge University Press, 1998). Na grande maioria dos casos, o texto da tradução portuguesa foi utilizado como base e modificado a partir da tradução inglesa e do texto original quando julgamos conveniente ou necessário. Duas dessas modificações merecem ser destacadas aqui. Optamos por traduzir o termo “*Erscheinung*” por “aparecimento”, no que seguimos a tradução inglesa e a literatura secundária na língua inglesa, que o traduz por “*appearance*”, divergindo assim da tradução portuguesa, que o traduz por “fenômeno”. Além disso, optamos por traduzir o termo “*Erkenntnis*” por “cognição”, no que também seguimos a tradução e a literatura secundária em língua inglesa, que o traduz por “*cognition*”, e divergimos da tradução portuguesa, que o traduz por “conhecimento”.

As traduções utilizadas das demais obras de Kant estão indicadas nas Referências.

A tradução empregada em citações da literatura secundária em língua inglesa é de nossa autoria.

Capítulo 1 Uma comparação entre as teorias kantiana e tractariana de representação

O objetivo do presente capítulo será oferecer uma explicação geral, porém mais detalhada do que a que foi feita na Introdução, acerca do projeto a ser levado a cabo na presente tese. Começaremos apontando alguns paralelos entre os sistemas filosóficos kantiano e tractariano que foram traçados por alguns autores na literatura secundária. A partir disso estaremos em uma melhor posição para dar uma caracterização mais precisa acerca da natureza da comparação entre essas duas filosofias que nós iremos realizar ao longo deste trabalho, assim como dos resultados que esperamos alcançar através dela. Também indicaremos algumas possíveis críticas e objeções as quais acreditamos que podem, eventualmente, ser feitas à nossa proposta e anteciparemos as razões pelas quais estamos convencidos de que elas não constituirão um obstáculo insuperável no que diz respeito à sua viabilidade.

1.1 Os limites do dizível e os limites do cognoscível.

O projeto filosófico desenvolvido por Wittgenstein no *Tractatus* pode ser caracterizado, de maneira muito geral, como uma tentativa de traçar os limites da linguagem com base em uma elucidação da natureza essencial do sentido proposicional. Segundo o *Tractatus*, a linguagem consiste na “totalidade das proposições” (TLP 4.001). Sendo assim, a investigação da essência do sentido proposicional abre caminho para o estabelecimento dos limites da linguagem, ou, como lemos no prefácio da obra, para o estabelecimento de um limite para a “expressão dos pensamentos”.

Como será explicado ao longo deste trabalho, Wittgenstein identifica a essência do sentido proposicional na capacidade representativa das proposições: uma proposição tem sentido na medida em que representa a existência e a inexistência de estados de coisas (TLP 4.1). A tarefa de elucidar a essência do sentido proposicional consistirá, portanto, na tarefa de explicar de que maneira proposições podem representar situações na realidade. O *Tractatus* conclui que uma proposição tem sentido se e somente se ela representa, correta ou incorretamente, situações que podem ou não ser o caso. Disso decorre que tudo o que não seja uma descrição de situações contingentes do mundo está excluído da linguagem, simplesmente porque não expressa sentido algum. Portanto, estarão excluídos da linguagem enunciados com a pretensão afirmar verdades últimas e necessárias acerca de determinados assuntos tradicionalmente associados à metafísica e à filosofia, como, por exemplo, enunciados acerca

da ética, da estética e de Deus (cf. TLP 6.4-6.423, 6.432). É dessa maneira que a investigação acerca da essência do sentido proposicional, que, no plano da obra, ganha a forma de uma investigação acerca da essência da representação, acaba por circunscrever o domínio da “expressão dos pensamentos” no domínio do discurso acerca de fatos contingentes do mundo, que, segundo Wittgenstein, consiste no domínio que é próprio às “ciências naturais” (cf. TLP 4.11). O “método correto da filosofia”, segundo o autor, consiste em limitar-se a este domínio, e, diante de enunciados que pretendam “dizer algo de metafísico”, mostrar que eles não possuem sentido, ou seja, que tentam dizer algo que não pode ser dito (TLP 6.53).

Admitindo serem essas as linhas gerais do projeto tractariano, penso ser compreensível e justificável que um número considerável de autores, alguns dos quais indicaremos a seguir, tenham traçado paralelos importantes entre este projeto filosófico e aquele desenvolvido por Kant em sua *Crítica da Razão Pura*. No prefácio da primeira edição da obra, Kant se refere àquilo que ele entende por uma crítica da razão pura como uma espécie de tribunal ao qual cumpre a tarefa de assegurar para a razão suas pretensões legítimas “e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as pretensões infundadas; e tudo isto, não por decisão arbitrária, mas em nome de suas leis eternas e imutáveis” (CRP A XI-II). Essa tarefa estará apoiada em uma investigação acerca das condições de possibilidade da nossa experiência de objetos, ou seja, na investigação da estrutura essencial (“*a priori*”) das nossas faculdades de cognição, sendo “cognição” (*Erkenntnis*) o termo utilizado por Kant para se referir às nossas representações mentais objetivas (cf. CRP A 320/B 376-7). Como é bem conhecido, a partir dessa investigação Kant conclui que nossas faculdades de cognição estão necessariamente confinadas ao domínio da experiência sensível, o qual, na filosofia kantiana, coincide com o domínio dos objetos espaço-temporais da experiência ordinária e da ciência natural. Com isso, ficam declaradas como ilegítimas as pretensões da metafísica tradicional no que diz respeito ao seu avanço em direção ao domínio do supracensível, como, por exemplo, suas pretensões de adquirir conhecimento teórico e objetivo acerca de temas como “Deus, liberdade e imortalidade” (cf. CRP B XXX). Nessa invalidação das pretensões teóricas da filosofia no que diz respeito a alguns de seus objetos mais característicos, temos, portanto, o aspecto essencialmente negativo do projeto filosófico de Kant na *Crítica da Razão Pura*.

Em que medida essas considerações apontam para a existência de paralelos entre os projetos filosóficos tractariano e kantiano? Dissemos acima que Kant baseia seu projeto crítico de delimitação do saber teórico em uma investigação acerca das condições de possibilidade da nossa experiência de objetos. Como insistiremos e explicaremos ao longo deste trabalho, isso é o mesmo que dizer que seu projeto crítico está fundamentado em uma

investigação acerca da possibilidade da relação entre representação (*Vorstellung*) e o objeto representado. Por outro lado, vimos que o *Tractatus* procura traçar o limite para a “expressão dos pensamentos” com base em uma elucidação da possibilidade do sentido proposicional, e que, no plano da obra, essa elucidação consiste em uma explicação do modo pelo qual as proposições podem representar (*darstellen*) situações na realidade. Sendo assim, o paralelo que podemos traçar entre as duas obras, ainda que, por ora, em um nível bastante geral, é o seguinte: em ambos os casos temos uma investigação acerca dos elementos essenciais dos meios de que dispomos para representar a realidade⁵; e, em ambos os casos, essa investigação serve de fundamento para uma delimitação dos domínios do dizível (no *Tractatus*) e do cognoscível (na *Crítica*); e, por fim, também em ambos os casos tal tarefa de delimitação acaba por decretar como ilegítimas certas pretensões da metafísica tradicional, circunscrevendo o domínio do dizível/cognoscível exclusivamente no domínio que é próprio às ciências naturais ou empíricas (cf., por exemplo, TLP 5.5561, 6.53; CRP A 238-241/B 297-300).

Alguns desses paralelos foram observados por Erik Stenius, já em um dos primeiros livros sobre o *Tractatus* a serem escritos. No capítulo intitulado “Wittgenstein as a Kantian Philosopher”, Stenius caracteriza o problema central de Kant na *Crítica* como sendo o de fixar os limites da razão teórica (1960, p. 215). O autor observa em seguida que o método através do qual este problema é atacado por Kant consiste em uma investigação dos componentes da experiência humana. Essa investigação acaba por descobrir as “formas *a priori* da nossa experiência”⁶, sendo que essa descoberta, por sua vez, coloca Kant em posição de delimitar a esfera do que pode ser conhecido pela razão humana: “Uma investigação de nossa razão teórica mostra os *limites* de toda experiência possível e, deste modo, quais tipos de questões encontram-se fora deste limite” (1964, p. 216). Segundo Stenius, há uma grande proximidade entre este projeto filosófico e o do *Tractatus*, com a diferença de que Wittgenstein se move do que Kant chama de “limites da razão teórica” para os “limites da linguagem”: “Deste modo, ser possível para razão teórica corresponde na filosofia de Wittgenstein a ser possível em termos do que pode ser descrito na linguagem significativa” (1964, p. 218). E da mesma

⁵ Naturalmente, dado o caráter vago e geral da noção de “representação”, para a qual Kant e Wittgenstein, inclusive, reservam termos distintos (majoritariamente: “*Vorstellung*” e “*Darstellung*”, respectivamente) não se segue tão somente do que foi dito até aqui que as concepções kantiana e tractariana de “representação da realidade” possuam afinidades suficientes a ponto de ser possível extrair qualquer comparação frutífera entre elas. Que essa comparação seja possível e que dela se possa extrair resultados interessantes será algo a ser defendido e desenvolvido ao longo da nossa exposição.

⁶ Como é especificado por Stenius, e como veremos mais à frente, essas “formas *a priori* da experiência” são o espaço e o tempo, as formas da nossa sensibilidade, a “estrutura conceitual da experiência”, ou seja, as categorias, que são os conceitos *a priori* do entendimento.

forma que, para Kant, os limites da razão teórica são traçados a partir de uma investigação das formas *a priori* da experiência, os limites da linguagem são traçados por Wittgenstein a partir de uma investigação da estrutura interna da linguagem (1964, p. 219). Sendo assim, Stenius não hesita em concluir: “Deste ponto de vista, o *Tractatus* poderia ser chamado de ‘Crítica da Linguagem Pura’ (1964, p. 220).

Considerações semelhantes são apresentadas por Luis Henrique Lopes dos Santos em seu ensaio “A essência da proposição e a essência do mundo”, publicado juntamente com sua tradução do *Tractatus*. Santos diz que o *Tractatus* pode ser situado nas tradições filosóficas que ele denomina “tradição crítica” e “tradição lógica” (2001, p. 13). Ao aproximar o livro de Wittgenstein à primeira, considerada em sua fisionomia moderna, Santos toca em alguns dos pontos que vêm sendo examinados até aqui. Santos afirma que a assim chamada tradição crítica pode ser definida por uma questão determinada que é levantada e por um tipo determinado de resposta reservada a ela. Na fisionomia moderna desta tradição, na qual Santos inclui especialmente Hume e Kant, essa questão teria a seguinte formulação: “seria, em princípio, acessível aos instrumentos de que dispõem os sujeitos de conhecimento aquilo que à metafísica, por definição, cumpriria conhecer?” (2001, p. 14). A resposta para esta pergunta se fundamentaria em uma consideração dos instrumentos de que os sujeitos humanos dispõem para ter acesso à realidade (2001, pp. 14, 16). Desta consideração se seguiria que, diferentemente das pretensões das ciências empíricas, as pretensões da metafísica são ilegítimas. A forma geral dessa resposta seria: “porque os instrumentos do conhecimento humano são tais e tais, é possível em princípio o conhecimento teórico do domínio dos fatos empíricos e impossível a metafísica [...]” (2001, p. 15). Dito isso, Santos afirma em seguida: “Assim delineadas as feições modernas da tradição crítica, não é difícil reconhecê-las no projeto filosófico que anima o *Tractatus*, segundo o que se lê na abertura de seu prefácio” (2001, p. 15). Como lemos na seguinte passagem, que, segundo penso, está em conformidade com o que viemos afirmando até aqui acerca dos paralelos entre os projetos filosóficos tractariano e kantiano, a razão desta aproximação entre o *Tractatus* e a “tradição crítica” está em seus aspectos negativos, isto é, no fato de que o *Tractatus*, assim como a chamada tradição crítica, tem a intenção de atacar uma certa concepção de filosofia:

[No *Tractatus*, o] que se há de submeter ao inquérito crítico é o próprio conceito tradicional de filosofia como espécie particular de conhecimento representativo, a própria pretensão da filosofia, implicada nesse conceito, de partilhar com as ciências empíricas o território do saber teórico (2001, p. 15).

Contudo, vale observar que Santos defende que, justamente na medida em que o *Tractatus* se alinha à chamada “tradição lógica”, ele acaba por se afastar da tradição crítica, na qual estaria incluída a filosofia kantiana (2001, pp. 15-8). Trataremos deste tema ainda no presente capítulo.

Prosseguindo, por ora, com a busca por aproximações entre Kant e Wittgenstein presentes na literatura secundária, podemos observar que, assim como Santos, Hans-Johann Glock identifica a mesma semelhança entre as concepções kantiana e tractariana de filosofia. Em um de seus textos dedicados a este tema⁷, lemos:

Em primeiro lugar, ambos [Kant e o *Tractatus*] colocam para a filosofia a tarefa de traçar as fronteiras [*bounds*] entre as formas legítimas do discurso – notavelmente o ‘território disputável da ciência’ (*TLP* 4.133) – e a especulação filosófica ilegítima – o que Kant chama de ‘transcendente ou ‘filosofia dogmática’, e Wittgenstein simplesmente de ‘metafísica’. Em segundo lugar, ambos afirmam que a filosofia não é tanto uma doutrina que estende o conhecimento, mas uma atividade crítica que restringe os excessos da metafísica e clarifica os pensamentos não-filosóficos – o seu status epistêmico em Kant, sua estrutura lógica em Wittgenstein (1997, p. 287).

Glock desenvolve esses pontos de contato entre os dois projetos filosóficos ao explicar e defender que o *Tractatus* partilha da concepção kantiana de filosofia baseada no que ele chama em seu artigo de “virada reflexiva” (1997, p. 288). Segundo Glock, Kant se opôs a uma concepção tradicional de filosofia segundo a qual esta seria aparentada com as demais ciências. Ocorre que diferentemente, por exemplo, dos platonistas, para os quais a filosofia se distingue das demais ciências (apenas) por descrever, não a realidade empírica, mas um domínio de entidades abstratas que se encontram fora do espaço e do tempo, Kant, com sua virada reflexiva, teria concebido a diferença entre ciência e filosofia de maneira mais radical: a peculiaridade da filosofia reside no fato de que, diferentemente das demais ciências, ela não deve se ocupar com a realidade e seus objetos, “mas com o modo pelo qual nós experienciamos, representamos, descrevemos [*depict*] a realidade no discurso não-filosófico” (1997, p. 288). Ou seja, a diferença entre a filosofia e as ciências não residiria no fato de a primeira descrever objetos de um tipo peculiar, mas no fato de ela não descrever objetos de tipo algum (abstratos ou empíricos): a filosofia seria, antes, uma “atividade de segunda ordem que reflete sobre as pré-condições do nosso conhecimento, experiência ou descrição de objetos do mundo material” (1997, p. 288).

⁷ Outros textos de Glock dedicados à aproximação entre as filosofias kantiana e tractariana incluem: GLOCK, 1992, pp. 14-23; e GLOCK, 1999.

Segundo Glock, essa virada reflexiva teria sido incorporada (e transformada) por Wittgenstein: “O *Tractatus* traça um contraste kantiano entre a ciência, que afigura [*pictures*] ou representa o mundo, e a filosofia, que reflete sobre a natureza e as pré-condições de representação” (1997, p. 291). Essa passagem do *Tractatus* apresenta de maneira emblemática a ideia desenvolvida por Glock acerca da concepção tractariana de filosofia no que se refere à sua relação e sua oposição para com as ciências:

A filosofia não é uma das ciências naturais.
(A palavra “filosofia” deve significar algo que esteja acima ou abaixo,
mas não ao lado, das ciências naturais.) (TLP 4.111)⁸

Ao insistir que os projetos filosóficos tractariano e kantiano estão ambos apoiados no que ele denomina virada reflexiva, penso que a exposição de Glock concorda com um ponto que mencionamos acima e que será central ao longo do desenvolvimento do presente trabalho: a saber, o fato de estes projetos filosóficos estarem fundamentados em suas respectivas teses e investigações acerca da noção de representação⁹. Como afirma Glock: “A filosofia [no *Tractatus*] está interessada com o pensamento, suas estruturas e limites, porque ela reflete sobre a *natureza da representação*” (1997, p. 291). O método de filosofia que caracteriza a chamada virada reflexiva consistiria justamente em atacar problemas filosóficos a partir da investigação da estrutura e dos componentes essenciais dos meios de que dispomos para representar a realidade.

Até aqui, nossa discussão acerca da proximidade entre os projetos kantiano e tractariano, acompanhada da análise da literatura secundária sobre o tema¹⁰, deu uma ênfase maior ao aspecto propriamente negativo desse método filosófico fundamentado em uma investigação da natureza representação: tal investigação serve de base para a crítica de uma certa concepção de filosofia e de metafísica. Contudo, é evidente que, tanto na *Crítica* como no *Tractatus*, esta mesma investigação vem inevitavelmente acompanhada de descobertas positivas acerca da natureza essencial da representação e da realidade representada que são

⁸ Nos *Notebooks*, uma passagem praticamente idêntica é seguida pela sentença: “Ela [a filosofia] não oferece figurações da realidade, e não pode nem confirmar nem refutar investigações científicas” (WITTGENSTEIN, 1969, p. 93)

⁹ Glock identifica paralelos mais interessantes e de caráter mais específico entre os projetos kantiano e tractariano além dos indicados até aqui. Eles serão discutidos mais à frente.

¹⁰ Outras comparações entre Kant e Wittgenstein presentes na literatura secundária serão apresentadas e discutidas nos momentos oportunos. Porém, por estar bastante próxima dos pontos já apresentados até aqui, vale mencionar, por ora, a afirmação de David Pears de que a caracterização geral mais simples da filosofia de Wittgenstein é a de que “ela é crítica no sentido kantiano desta palavra” (1987, p. 3). Mais à frente, Pears explica que “[no *Tractatus*,] o trabalho crítico deve ser realizado pela aplicação do teste de expressibilidade no discurso factual de modo muito parecido com o qual Kant aplicou o teste da experiência possível, e a metafísica falha neste teste” (1987, p. 8).

extensamente discutidas e desenvolvidas em cada uma destas obras¹¹. As linhas gerais destes aspectos positivos das filosofias kantiana e tractariana serão discutidas, respectivamente, na segunda e terceira seção.

1.2 A teoria kantiana da experiência e a “Revolução Copernicana”.

Para iniciar a discussão acerca dos aspectos positivos da teoria kantiana da cognição, consideremos a seguinte passagem da *Crítica*:

Se, porém, toda a cognição [*Erkenntnis*] se inicia *com* a experiência, isso não prova que toda ela derive *da* experiência. Pois bem poderia a nossa própria cognição por experiência ser um composto do que recebemos através das impressões sensíveis e daquilo que a nossa própria capacidade cognitiva (apenas posta em ação por impressões sensíveis) produz por si mesma [...] (CRP B 1)

Essa passagem certamente apresenta uma série de noções e afirmações cuja elucidação precisa terá que aguardar um momento mais oportuno. Por ora, cumpre observar apenas que Kant está apontando para a possibilidade de que nossa cognição de objetos seja composta, em parte, por elementos que têm sua fonte na nossa própria faculdade de cognição (*Erkenntnisvermögen*). Digo “em parte” porque, como a mesma passagem deixa claro, Kant não está disposto a conceder que ela não seja também composta “do que recebemos através das impressões sensíveis”. Trata-se, neste segundo caso, dos componentes *a posteriori* da cognição, que, por definição, não podem ser antecipados em seu conteúdo específico, seja por uma crítica da razão pura nem por qualquer outra disciplina. Já os componentes que têm sua fonte em nossa própria faculdade de cognição compreenderão representações *a priori* que, enquanto tais, podem e são apresentadas de maneira sistemática pela *Crítica*, justamente por

¹¹ Uma vez que essas “descobertas positivas” levarão, tanto na *Crítica* como no *Tractatus*, a teses acerca das propriedades necessárias das representações e do mundo, poder-se-ia perguntar em que medida isso não entra em conflito com os aspectos negativos dessas obras que examinamos nesta seção. Uma resposta completamente satisfatória para essa questão só será possível ao longo do desenvolvimento da nossa exposição, mas podemos desde já adiantar os seguintes pontos. No caso da *Crítica*, embora, como é bem conhecido, Kant defenda e explique a possibilidade do conhecimento sintético *a priori*, ele insiste que o único uso legítimo dos princípios sobre os quais este conhecimento está fundado é o seu “uso empírico” (cf., por exemplo, CRP A 238-241/B 297-300). E, como veremos a seguir, mesmo nesse caso não se trata do conhecimento de “coisas em si”, mas apenas das coisas tal como nos aparecem. Sua crítica à metafísica se dirige, portanto, mais especificamente à sua pretensão de avançar ao em direção ao campo do supracognoscível. Já no caso do *Tractatus* temos uma condenação de todo e qualquer discurso que tente enunciar verdades necessárias, seja acerca do domínio da realidade empírica do qual trata as ciências naturais ou acerca de temas ultrapassam esse domínio. Porém, veremos que a possibilidade de apreender essas verdades é em certo sentido recuperada por Wittgenstein por meio de sua distinção entre “dizer” e “mostrar”. Aqui, o termo “verdades” certamente não é totalmente adequado, tendo em vista que não se trata de apreender algo passível de expressão proposicional

não terem sua fonte em objetos dados *a posteriori*, mas por serem, pelo contrário, condições de possibilidade da nossa cognição de objetos. Tais condições, denominadas condições “transcendentais”, são investigadas e especificadas, sobretudo, na “Estética Transcendental” e na “Analítica Transcendental”, que tratam, respectivamente, das formas *a priori* da sensibilidade e dos conceitos puros do entendimento, que são as nossas duas faculdades fundamentais de cognição, segundo Kant (cf. CRP A 50-1/ B 74-5). É, sobretudo, nessa complexa teoria acerca dos componentes essenciais da nossa experiência que podemos localizar aqueles que podem ser considerados como sendo os aspectos positivos ou construtivos da *Crítica*.

Contudo, no contexto do sistema kantiano, a tese de que as chamadas condições transcendentais da experiência têm sua origem na nossa faculdade de cognição tem implicações muito maiores do que simplesmente a possibilidade de elas serem especificadas e sistematizadas pela filosofia crítica. Mais do que isso, esta tese implica em uma doutrina metafísica e substancial acerca de qual é o estatuto das propriedades universais e necessárias da realidade empírica.

Para introduzir este tema, lembremos que essa explicação acerca da origem das condições transcendentais da experiência fornece, segundo Kant, a única resposta possível para aquele que é colocado como “o verdadeiro problema da razão pura”: “*como são possíveis juízos sintéticos a priori?*” (CRP, B 19). Em uma conhecida passagem do prefácio da segunda edição, Kant escreve que, até então, a metafísica assumiu que nossa cognição deve se conformar aos objetos¹², e que, sob esse pressuposto, todas as tentativas de adquirir conhecimento sintético *a priori*¹³ acerca destes últimos falharam, ou seja, falharam “todas as tentativas para descobrir *a priori*, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento [...]” (CRP B XVI). Diante deste fracasso, Kant propõe aquela que ficou conhecida como sua “Revolução Copernicana” em filosofia, que, neste ponto do texto, é apresentada ainda apenas como uma hipótese a ser provada ao longo da obra (cf. CRP B XXII n). O termo em questão se deve a uma analogia feita por Kant entre a ideia central de sua filosofia teórica e a explicação de Copérnico acerca dos movimentos celestes. Diante das dificuldades de explicá-los sob o pressuposto de que “toda a multidão de estrelas se movia em torno do espectador, [Copérnico] tentou se não daria melhor resultado fazer antes girar o espectador e deixar os astros imóveis” (CRP B XVI). Deste modo, assim como Copérnico ousou “[...] procurar a

¹² “[...] sich nach den Gegenständen richten [...]” (CRP B XVI).

¹³ Kant não utiliza aqui a expressão “sintético *a priori*”, talvez porque a distinção entre juízos analíticos e sintéticos ainda não foi oficialmente introduzida neste ponto do livro. Contudo, é evidente que essa passagem já está adiantando o problema da possibilidade desse tipo de conhecimento.

explicação dos movimentos observados, não nos objetos celestes, mas no seu espectador” (CRP B XXII n), Kant propõe, de maneira mais ou menos análoga, uma transformação na nossa maneira de pensar (“Umänderung der Denkart”) que torne possível a tarefa na qual a metafísica até então vinha fracassando. Ao invés de assumirmos que nossa cognição deve se conformar aos objetos, a proposta de Kant é a de que assumamos que os objetos é que devem se conformar à nossa faculdade de cognição. Mais especificamente, devemos assumir que eles devem se conformar à “natureza da nossa faculdade de intuição” e aos nossos “conceitos *a priori*”, que seriam conceitos nos quais se expressa a regra do entendimento que “devo pressupor em mim antes de me serem dados os objetos, por consequência, *a priori* [...]” (CRP B XVI-XVII). Trata-se, em outras palavras, de pressupor que os objetos devem se conformar às formas da sensibilidade e aos conceitos puros do entendimento, sendo sensibilidade e entendimento as faculdades responsáveis pelos dois componentes mutuamente irreduzíveis e indispensáveis para a nossa cognição de objetos: intuições e conceitos, respectivamente.

Contudo, se, por um lado, a chamada Revolução Copernicana é apresentada como a solução para a questão central da primeira *Crítica* – “como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?” - também é verdade que ela tem implicações muito mais abrangentes. Pois é evidente que a Revolução Copernicana, tal como é desenvolvida na *Crítica*, implicará em uma concepção acerca da realidade empírica que constitui talvez a face mais peculiar da filosofia teórica kantiana. Isso pode ser expresso através da ideia de que a Revolução Copernicana diz respeito não apenas à possibilidade de juízos sintéticos *a priori*, mas também à possibilidade dos juízos sintéticos em geral, *a priori* e *a posteriori*, assim como dos objetos aos quais estes juízos se referem¹⁴. Em primeiro lugar, a tese de que os objetos devem se conformar às formas da nossa sensibilidade, combinada com a identificação dessas formas ao espaço e ao tempo, abre caminho para nada menos do que a doutrina do Idealismo Transcendental, isto é, a tese de que o espaço e tempo não são propriedades de “coisas em si”, mas *apenas* formas ou estruturas *impostas* aos objetos de representação pela faculdade cognitiva do sujeito. A seguinte passagem expressa de maneira precisa a conclusão de Kant acerca da idealidade transcendental do espaço e dos objetos espaciais, mas considerações análogas valem para o tempo (cf. CRP A 32-6/B 49-53):

Só, assim, do ponto de vista do homem podemos falar do espaço, de seres extensos, etc. Se abandonamos porém a condição subjetiva, sem a qual não podemos receber intuição exterior, ou seja, a possibilidade de sermos afetados pelos objetos, a representação do espaço nada significa [...]

¹⁴ Sobre este ponto, cf. FAGGION, 2007, pp. 160-2.

Afirmamos, pois, a *realidade empírica* do espaço (no que se refere a toda a experiência exterior possível) e, não obstante, a sua *idealidade transcendental*, ou seja, que o espaço nada é, se abandonarmos a condição de possibilidade de toda experiência e o considerarmos como algo que sirva de fundamento das coisas em si. (CRP A 26-8/B 42-4)

Se, por um lado, a tese de que espaço e tempo são *apenas* formas da nossa sensibilidade implica, por si só, na doutrina que Kant denomina idealismo transcendental (cf. CRP A 369), esta tese não esgota tudo o que está envolvido na ideia básica por trás de sua Revolução Copernicana. Vimos que esta última sugere que nossos objetos de cognição devem se conformar não apenas às formas *a priori* da nossa sensibilidade, mas também aos conceitos puros do nosso entendimento, que Kant denomina “categorias”. Esta última ideia, em conjunto com os resultados da Analítica Transcendental, levará à tese de que certas propriedades universais e necessárias da realidade empírica - como, por exemplo, o fato de ela ser constituída de substâncias que mantêm entre si relações de causalidade - são, assim como o espaço e o tempo, formas ou estruturas *impostas* aos objetos de cognição pela faculdade cognitiva do sujeito. Sobre esta ideia, que será central ao longo de todo este trabalho, vale a longa citação:

Que as leis dos aparecimentos da natureza devam necessariamente concordar com o entendimento e a sua forma *a priori*, isto é, com a sua capacidade de *ligar o* diverso em geral, não é mais nem menos estranho do que os próprios aparecimentos terem de concordar com a forma da intuição sensível *a priori*. Porque as leis não existem nos aparecimentos, [mas sim] só em relação ao sujeito a que os aparecimentos são inerentes, na medida em que este possui um entendimento; nem tão-pouco os aparecimentos existem em si, mas relativamente ao mesmo sujeito, na medida em que é dotado de sentidos. Às coisas em si deveria competir, necessariamente, uma legalidade própria, independentemente de um entendimento que a conheça. Mas os aparecimentos são apenas representação de coisas, que são desconhecidas quanto ao que possam ser em si. Como simples representações não se encontram, porém, submetidas a qualquer lei de ligação, que não seja a que prescreve a faculdade de ligar [o entendimento]. (CRP B 164)

Esta passagem nos diz, entre outras coisas, que os aparecimentos (*Ercheinungen*) devem concordar com “o entendimento e sua forma *a priori*”. No sistema da *Crítica*, isso significa, em última instância, que os objetos que constituem o que Kant concebe como sendo a realidade empírica devem se conformar aos conceitos puros do entendimento. Nossos objetos de cognição estariam, portanto, submetidos não apenas às formas *a priori* da sensibilidade, mas também às formas *a priori* do entendimento, que seria a fonte das leis que vigoram entre eles. Estas leis, diz Kant, existem nos aparecimentos “[...] só com relação ao

sujeito a que os aparecimentos são inerentes, *na medida em que este possui um entendimento*” (itálico nosso). Segundo penso, esta ideia é, pelo menos, parte do que está por trás da afirmação de Kant de que “[...] o orgulhoso nome de ontologia, que se arroga a pretensão de oferecer, em doutrina sistemática, cognições sintéticas *a priori* das coisas em geral [...] tem de ser substituído pela mais modesta denominação de simples analítica do entendimento puro” (CRP A 247/B 303).

Vemos assim que a teoria kantiana da experiência não apenas contém teses positivas e substanciais acerca dos componentes essenciais da nossa faculdade de cognição e das propriedades universais e necessárias da realidade empírica à qual ela tem acesso, como também contém teses igualmente substanciais acerca do estatuto destas últimas propriedades. A Revolução Copernicana de Kant implica que o caráter espaço-temporal dos nossos objetos de cognição, assim como certas categorias ontológicas fundamentais, como causa e substância, são formas *a priori impostas* a estes objetos por nossa faculdade de cognição. Em outras palavras, as formas *a priori*, essenciais e necessárias da realidade empírica e de seus objetos pertencem a ela *apenas* na medida em que tais objetos se *conformam* às formas *a priori*, essenciais e necessárias dos meios de que dispomos para representá-los.

Feito este primeiro contato com a chamada Revolução Copernicana de Kant e suas implicações, a próxima seção apresentará um panorama daqueles que podem ser considerados como sendo os aspectos positivos da teoria tractariana do sentido proposicional. Com isso, ficaremos em posição de levantar o problema central com o qual iremos nos ocupar no restante deste trabalho.

1.3 As propriedades essenciais da linguagem e do mundo no *Tractatus*.

Em Janeiro de 1915, Wittgenstein escreve nos *Notebooks*: “O grande problema em torno do qual tudo o que eu escrevo gira é: há uma ordem no mundo *a priori* e, neste caso, em que ela consiste?” (1969, p. 53). No *Tractatus*, esta questão recebe uma resposta afirmativa¹⁵ através da ideia de que o mundo possui uma “substância”: uma ordem fixa e necessária que preenche o mundo na medida em que seus componentes últimos são objetos simples que subsistem e independem de toda e qualquer contingência factual (cf. TLP 2.021, 2.026-2.0271, 5.61a). As investigações de Wittgenstein acerca da natureza essencial da linguagem o levam a conclusões acerca da natureza essencial da realidade por ela representada:

¹⁵ Porém, como veremos mais à frente, a utilização do termo “*a priori*” para classificar as propriedades essenciais que o *Tractatus* atribui ao mundo e à linguagem exige uma certa qualificação.

“Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo” (TLP 5.4711). Passemos então a uma apresentação das linhas gerais da teoria tractariana acerca da “essência de toda descrição” e da “essência do mundo”.

Por razões que serão melhor exploradas mais à frente, Wittgenstein concluiu que a possibilidade do sentido de uma proposição qualquer pressupõe que sua análise deve necessariamente poder chegar ao que o *Tractatus* denomina “proposições elementares”, que são proposições constituídas por um encadeamento de nomes indefiníveis correlacionados a objetos simples. O objeto simples correlacionado a um nome é o significado deste nome, e o que uma proposição elementar representa é que os objetos estão uns para os outros da maneira como é mostrada pelo encadeamento dos nomes destes objetos (TLP 4.022, 4.0311). Deste modo, uma proposição elementar representa a existência de um “estado de coisas”, que consiste em uma ligação de objetos simples (TLP 2.01).

Ligações de objetos que compõem estados de coisas podem ou não ser caso. Já os objetos, por serem simples e não compostos por ligações de partes mais simples que poderiam ou não ocorrer, subsistem independentemente do que seja o caso, constituindo assim a forma fixa e imutável do mundo. O que também é fixo e imutável são os *possíveis* estados de coisas em que um objeto pode ocorrer. A teoria tractariana da linguagem envolve a ideia de que a natureza de cada objeto, tomado em particular, determina em quais estados de coisas ele pode aparecer como elemento constituinte (TLP 2.0123). Isso significa que objetos não podem se combinar livremente para formar estados de coisas, já que cada objeto possui possibilidades combinatórias determinadas com outros objetos. Dados todos os objetos está dada, portanto, a totalidade dos estados de coisas logicamente *possíveis* (TLP 2.0124). Essa totalidade é o que Wittgenstein denomina “espaço lógico”. Deste espaço de possibilidades, fixo e necessário, algumas são efetivamente o caso e outras não. O mundo consiste propriamente na totalidade das combinações efetivas de objetos, isto é, em “tudo o que é o caso” (TLP 1). Uma vez que, do ponto de vista da lógica, tudo o que é o caso poderia não o ser, e vice-versa, o mundo possui um aspecto essencialmente contingente. Essa contingência se dá, porém, sobre o pano de fundo de uma ordem lógica fixa e necessária, ou seja, o espaço lógico constituído pelos objetos juntamente com suas possibilidades combinatórias.

Se o estado de coisas representado pela proposição elementar é o caso na realidade, a proposição é verdadeira; se não é o caso, ela é falsa. Entender o sentido de uma proposição elementar é saber qual estado de coisas deve ser o caso se ela for verdadeira, ou seja, é apreender suas condições de verdade: “A proposição *mostra* como estão as coisas *se* for verdadeira. E *diz* que estão assim” (4.022b). Uma proposição elementar pode expressar um

sentido independentemente de sua verdade ou falsidade ou da verdade ou falsidade de qualquer outra proposição, porque os significados dos seus nomes, os objetos, subsistem independentemente do que seja ou não o caso. Contudo, para expressar um sentido a proposição deve representar uma combinação *possível* de objetos. Isso significa que deve haver um perfeito espelhamento entre as possibilidades combinatórias que os nomes da linguagem possuem entre si e as possibilidades combinatórias de objetos em estados de coisas. No *Tractatus*, isso é o mesmo que dizer que a proposição deve ter sua “forma lógica” em comum com o estado de coisas que ela representa (TLP 2.18). E, de modo geral, a linguagem, tomada como um todo, deve partilhar a mesma forma lógica da realidade tomada como um todo, havendo assim um perfeito isomorfismo entre os dois domínios.

Feitas estas considerações, temos agora uma ideia mais precisa acerca dos resultados da investigação de Wittgenstein sobre a natureza essencial da representação. Assim como ocorre em Kant, a “virada reflexiva”¹⁶ de Wittgenstein resulta em teses positivas acerca das propriedades *a priori* e necessárias das nossas representações da realidade e da realidade representada. Afinal, a tese de que a análise de toda e qualquer proposição de toda e qualquer linguagem possível deve necessariamente chegar a proposições constituídas pela concatenação de sinais simples, incapazes de serem desmembrados por definições, está longe de ser uma afirmação trivial, mas constitui uma tese substancial e positiva acerca da natureza essencial da linguagem. Tampouco é trivial a tese de que a realidade deve possuir uma estrutura lógica fixa e necessária constituída, em última instância, por objetos simples indecomponíveis e suas possibilidades combinatórias intrínsecas. E, por fim, mas não menos digna de nota, é a tese de que, necessariamente, essa forma fixa e necessária da realidade deve ser perfeitamente compartilhada pela linguagem que a representa.

Contudo, vimos que, na *Crítica*, a “virada reflexiva” de Kant não se limita a especificar quais são os componentes essenciais dos meios de que dispomos para representar a realidade e quais são as propriedades universais e necessárias desta realidade. Mais do que isso, Kant apresenta uma tese igualmente substancial acerca da natureza específica da relação entre nossas representações da realidade e a realidade representada: sua Revolução Copernicana implica que a realidade deve se *conformar* aos meios de que dispomos para representá-la, de modo que as propriedades universais e necessárias da primeira pertenceriam a ela *apenas* na medida em que elas são *impostas* pelas formas *a priori* das nossas faculdades de representação.

¹⁶ Para utilizar a expressão de Glock (cf. seção 1.1).

Dito isto, gostaria então de introduzir a seguinte questão: qual seria a posição do *Tractatus* no que se refere à natureza específica da relação entre as propriedades essenciais das nossas representações da realidade e as propriedades essenciais da realidade representada? Isto é, se, por um lado, o *Tractatus* partilha com a *Crítica* sua “virada reflexiva”, estariam as duas obras também de acordo no que se refere aos princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant? De maneira mais precisa, seria correto dizer que, segundo o *Tractatus*, as propriedades últimas da realidade representada pertenceriam a ela *apenas* na medida em que elas são *impostas* pela linguagem que a representa? Ou, pelo contrário, é a linguagem que, segundo o *Tractatus*, deve se *conformar* à realidade para poder representá-la, de modo que a forma essencial da linguagem seria *imposta* pela forma essencial da realidade? Ou, então, seria a teoria tractariana da representação indiferente quanto ao assunto, no sentido de ser ela totalmente compatível e coerente tanto com o primeiro modelo quanto com segundo?

O objetivo deste trabalho será oferecer uma resposta para estas questões. Partindo da existência dos paralelos que viemos examinamos até aqui entre os projetos filosóficos tractariano e kantiano, nosso objetivo será examinar se o *Tractatus* pode, ou não, ser aproximado à *Crítica* também no que diz respeito aos princípios básicos da chamada Revolução Copernicana de Kant. Procuraremos mostrar que isso será equivalente a examinar se as propriedades essenciais que Wittgenstein atribui à realidade pertenceriam a ela *apenas* na medida em que elas são *impostas* pela forma essencial da linguagem que a representa, ou se, pelo contrário, tais propriedades seriam, em certo sentido, *independentes* da forma essencial da linguagem¹⁷. No primeiro caso, diríamos que o *Tractatus* incorpora os princípios básicos da Revolução Copernicana, enquanto que, no segundo, diríamos que ele se opõe a ela. Esta seria então uma primeira contribuição da presente tese. Sabemos que a Revolução Copernicana e suas implicações constituem talvez a face mais peculiar da filosofia teórica de Kant apresentada na *Crítica*. Por conseguinte, a questão de se o *Tractatus* incorpora ou não os princípios básicos da chamada Revolução Copernicana constitui um problema central a ser investigado se quisermos determinar qual é a real proximidade entre as duas obras. Pois, em caso positivo, diríamos que essa proximidade vai muito além da existência daqueles paralelos que viemos examinando até aqui. Em caso negativo, diríamos que, apesar destes paralelos, existe uma diferença crucial entre os dois sistemas filosóficos que precisaria ser levada em consideração por qualquer exame comparativo entre eles. Uma terceira possibilidade a ser considerada, já sugerida acima, é a de que a teoria tractariana da representação seja totalmente

¹⁷ Digo “em certo sentido” porque, como veremos mais à frente, mesmo nesse segundo caso podem ser feitas qualificações acerca dessa “independência” da realidade com relação à linguagem.

indiferente e compatível tanto com a primeira quanto com a segunda alternativa. No caso de chegarmos a esta conclusão, a presente tese teria, ao menos, o resultado negativo de mostrar que *não* se pode decidir se a Revolução Copernicana de Kant constitui mais um ponto de contato ou se ela constitui um ponto de divergência entre a *Crítica* e o *Tractatus*, de modo que os paralelos entre as duas obras já identificados até aqui talvez esgotem o que se pode ser dito acerca da proximidade entre elas.

Uma segunda contribuição desta tese deriva do fato de que, como procuraremos defender, a resposta para a questão levantada acima passa necessariamente pelo exame de um debate presente já há um bom tempo na literatura secundária do *Tractatus*. Trata-se do debate entre duas leituras do *Tractatus* que denominaremos aqui “realista” e “antirrealista”. Por uma leitura realista, entendemos, de modo geral, uma linha interpretativa segundo a qual as teses tractarianas acerca das propriedades essenciais da realidade dizem respeito a uma realidade que seria, em certo sentido, independente da linguagem que a representa¹⁸. Isso significa que as investigações lógicas de Wittgenstein acerca da possibilidade do sentido proposicional o teriam autorizado a ultrapassar o domínio da linguagem e a deduzir as propriedades últimas de um domínio real independente, de modo que teses como a que afirma a existência de objetos simples constituiriam o que podemos caracterizar como uma metafísica realista. Já por uma leitura antirrealista do *Tractatus* entendemos uma linha interpretativa segundo a qual as investigações lógicas de Wittgenstein acerca da possibilidade do sentido proposicional jamais teriam culminado em uma metafísica realista entendida da maneira esboçada acima. Antes, o que supostamente seriam teses acerca das propriedades últimas de um domínio real independente diriam respeito *apenas* à ordem lógica essencial dos nossos sistemas de representação. Ou, para utilizar uma outra ideia por meio da qual essa linha interpretativa se apresenta, diríamos que a natureza e a identidade dos objetos simples do *Tractatus* seriam determinadas pelo uso de seus nomes em contextos proposicionais. Neste sentido, teses como a que afirma a existência de objetos simples não seriam sobre um domínio real independente da linguagem, uma vez que as propriedades essenciais que o *Tractatus* atribui à realidade seriam (ao menos em parte) determinadas pela linguagem.

¹⁸ Como dissemos na nota anterior, essa “independência” da realidade com relação à linguagem exigirá algumas qualificações. Contudo, podemos adiantar que segundo a posição de alguns dos intérpretes que pretendemos incluir entre os proponentes desta linha interpretativa tais qualificações sequer seriam necessárias, uma vez que alguns deles sustentam que as propriedades essenciais da linguagem, segundo o *Tractatus*, seriam completamente independente da linguagem.

Defenderemos que a adoção desta segunda linha interpretativa, no contexto de outros pressupostos centrais do sistema tractariano¹⁹, acaba por atribuir ao *Tractatus* uma concepção acerca da natureza da relação entre representação e realidade representada que incorpora os princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant. Por outro lado, procuraremos mostrar que a adoção do que denominamos uma leitura realista acarreta em uma concepção acerca da natureza da relação entre representação e realidade que seria oposta ou, pelo menos, incompatível com aqueles princípios básicos. É por conta disso que, como dissemos no parágrafo anterior, a resposta para a questão formulada mais acima deve necessariamente passar por uma consideração destas duas leituras conflitantes.

Tendo sido especificados os problemas que nortearão o restante das nossas discussões, gostaria de adiantar quais serão as conclusões que a presente tese espera obter. A partir de um exame e de uma comparação entre as teorias kantiana e tractariana da representação, defenderemos que o *Tractatus* não admite uma concepção acerca da natureza da relação entre representação e realidade que seja análoga àquela que resulta da Revolução Copernicana de Kant. A razão para esta conclusão estará baseada, sobretudo, em um contraste entre os modos como a *Crítica* e o *Tractatus* concebem a noção de “forma lógica”, noção esta que desempenha um papel central em suas respectivas teorias da representação. Procuraremos mostrar que certos aspectos da concepção kantiana de forma lógica contribuem para a possibilidade de uma teoria da representação que incorpora os princípios básicos da Revolução Copernicana. Defenderemos então que, por incluir uma concepção de forma lógica que é avessa a estes aspectos presentes na concepção kantiana, além de incluir outros pressupostos a serem especificados no momento oportuno, a teoria tractariana da representação é incompatível com aqueles princípios básicos, ou seja, com a ideia de que as propriedades essenciais da realidade representada sejam *impostas* pelas propriedades essenciais dos nossos meios de representá-la.

Pelo que foi dito anteriormente, fica claro que nossa interpretação estará então próxima do que entendemos por uma leitura realista do *Tractatus*. Ao defendermos esta última, não estaremos evidentemente apresentando uma tese original. Afinal, pode-se dizer que esta é, inclusive, a interpretação mais tradicional da obra. O que, segundo penso, haverá

¹⁹ Entre eles vale destacar, em especial, a tese de que o *valor de verdade* das proposições deve ser determinado por um domínio externo à e, em alguma medida, independente da linguagem. Dada a inegável evidência textual (cf. TLP 2.222-2.225), esse seria um ponto relativamente incontroverso entre os proponentes das leituras “realista” e “antirrealista” que iremos examinar. Ou seja, mesmo em uma leitura “antirrealista”, diríamos que, embora as propriedades essenciais que o *Tractatus* atribui à realidade sejam, na verdade, apenas um reflexo da ordem lógica essencial da linguagem, o *valor de verdade* das proposições deve ser determinado por um domínio real externo e independente. Esse tema será extensamente explorado posteriormente.

de peculiar na nossa abordagem está na maneira como a defesa dessa linha interpretativa será levada a cabo. Ao realizar uma comparação entre as concepções kantiana e tractariana de representação e de forma lógica, espero mostrar que algumas das ideias e noções desenvolvidas por Kant na *Crítica* podem ser utilizadas para iluminar certas questões levantadas no debate entre as leituras realista e antirrealista do *Tractatus*. Mais especificamente, algumas ideias e noções da filosofia teórica kantiana nos ajudarão a mostrar por que o *Tractatus* deve ser interpretado segundo uma leitura realista e por que a leitura antirrealista rival não funciona enquanto uma interpretação da obra. Essa será, então, uma segunda contribuição que o presente trabalho espera oferecer: além de avaliar em que medida os projetos kantiano e tractariano podem efetivamente ser aproximados, pretendemos mostrar que a comparação entre estes dois projetos abre caminho para uma abordagem de certas questões internas do *Tractatus* que pode ser, em alguns aspectos, superior a uma abordagem isolada da obra.

Poder-se-ia perguntar, porém, se temos boas razões para acreditar que há de fato muitas vantagens em se abordar o *Tractatus* a partir desta perspectiva. Afinal, embora tenhamos insistido o tempo todo na centralidade que a noção de “representação” o ocupa em ambas as obras, isso, ao menos por si só, evidentemente não garante que a comparação entre essas duas filosofias possa trazer resultados interessantes. Em primeiro lugar, Kant e Wittgenstein sequer utilizam os mesmos termos para as noções às quais estamos nos referindo aqui por “representação” e “representar”. Kant utiliza o substantivo “*Vorstellung*” e o verbo “*vorstellen*”, ao passo que Wittgenstein opta, na maioria das vezes, pelos termos “*Darstellung*” e “*darstellen*”. Porém, mais importante do que isso, a noção de “representação” aparece, em cada um dos casos, sempre inserida em contextos distintos e até mesmo estranhos um ao outro. Há de se notar, por exemplo, que noções mentalistas como “consciência”, “autoconsciência”, “percepção”, “sensação” e “experiência” ocupam uma posição central na teoria kantiana da representação, ao passo que tais noções não só são estranhas ao *Tractatus* como, ao que tudo indica, seriam consideradas por Wittgenstein como irrelevantes e mesmo perniciosas para a filosofia (cf. TLP 4.1121). E se no contexto do sistema de *Tractatus* ser uma representação da realidade é essencialmente ser uma representação *linguística*, a noção de “linguagem” está longe de ter na filosofia kantiana a mesma relevância que ela possui na obra de Wittgenstein²⁰. Portanto, uma vez que a noção de representação possui na *Crítica* um sentido mentalista, enquanto que, no *Tractatus*, o que está em jogo são representações

²⁰ Contudo, como veremos a seguir, para Kant não há juízo ou pensamento que não seja articulado em palavras.

linguísticas, parece que teríamos muito pouco a ganhar com uma comparação entre suas respectivas “teorias da representação”.

Na próxima seção, examinaremos qual o alcance dessas possíveis objeções à viabilidade do trabalho que estamos propondo realizar. Para isso, teremos que adiantar algumas ideias que só poderão ser satisfatoriamente explicadas e justificadas ao longo do próprio desenvolvimento deste trabalho. Mesmo assim, penso que será útil, antes de adentrarmos em um exame mais detalhado das filosofias kantiana e tractariana, realizar uma discussão ainda de caráter mais geral para tentar mostrar que as ressalvas apresentadas no parágrafo anterior não fazem com que a comparação proposta entre essas duas filosofias seja uma tarefa sem sentido ou totalmente infrutífera.

1.4 Representação e forma lógica

Quando discorremos sobre os paralelos entre os projetos tractariano e kantiano na seção 1.1, foi mencionado o texto de Santos que localiza o *Tractatus* nas tradições que o autor denomina “tradição crítica” e “tradição lógica”. Por estar situado na primeira, o *Tractatus* se aproximaria da filosofia teórica kantiana²¹, uma vez que em ambas as obras teríamos uma condenação de uma certa concepção de filosofia e de metafísica. Contudo, segundo Santos, justamente na medida em que o *Tractatus* se situa na “tradição lógica” passam a ser existir diferenças importantes entre seu projeto filosófico e aquele que anima a feição moderna da tradição crítica, na qual Kant estaria localizado. Sobre a tradição lógica, Santos diz:

Sob o pressuposto de que o discurso enunciativo tem uma forma essencial, cuja presença num encadeamento de símbolos seria condição necessária e suficiente para instituí-lo como um discurso verdadeiro ou falso, a tradição lógica faz dessa forma o esteio sobre as questões filosóficas mais fundamentais. (2001, pp. 15-6)

Como já tivemos a ocasião de mencionar, essa investigação da forma essencial do “discurso enunciativo” desempenha um papel central nas investigações de Wittgenstein apresentadas no *Tractatus*. Disso decorreria seu afastamento com relação à feição moderna da tradição crítica: enquanto filósofos como Kant realizam sua crítica à metafísica “apoiados sobre a consideração da aparelhagem cognitiva de que dispõem os seres humanos para terem acesso à realidade” (2001, p. 16), no *Tractatus* essa “crítica epistemológica das faculdades

²¹ Santos menciona também a filosofia de Hume como representante da feição moderna da tradição crítica (cf. 2001, p. 14).

subjetivas” cederia lugar a uma “crítica lógica” que, fazendo total abstração da natureza do sujeito, se apóia em uma consideração lógica da forma essencial da proposição (2001, p. 17). Vemos assim que essas observações de Santos parecem confirmar as ressalvas que fizemos no final da sessão anterior. Para Kant, a noção de “representação” está sempre associada à “aparelhagem cognitiva” dos seres humanos, ao passo que, para Wittgenstein, a investigação da essência da representação consiste em uma investigação das condições lógicas das nossas representações discursivas ou enunciativas da realidade, sem referência àquela aparelhagem cognitiva (cf. 2001, p. 16). Por conseguinte, parece que se teria pouco a ganhar com a comparação entre os dois filósofos que nos propomos a realizar.

Sem a intenção de discordar das afirmações de Santos, com as quais, assim como estão, estou de pleno acordo, gostaria de dedicar esta seção a uma tentativa de mostrar que as diferenças apontadas entre os sistemas kantiano e tractariano não inviabilizam a comparação que propomos realizar entre eles. É verdade que, uma vez que o *Tractatus* não possui nada análogo a uma teoria da sensibilidade, esta comparação irá focar mais especificamente no aspecto da Revolução Copernicana relacionado à tese kantiana de que os objetos devem se conformar aos conceitos *a priori* do entendimento. Como veremos a seguir, esses conceitos, para Kant, possuem uma correspondência com as chamadas funções ou formas lógicas dos juízos. Apoiados, sobretudo, no fato de que a noção de forma lógica também ocupa uma posição central no sistema do *Tractatus*, procuraremos mostrar que o papel atribuído por Kant às formas ou funções lógicas dos juízos em nossas representações de objetos resulta em uma teoria da representação que possui afinidades importantes com a teoria de Wittgenstein. Dadas essas afinidades, que não seriam nada triviais e que iriam muito além daquilo que é captado pela noção vaga de “representação” quando tomada enquanto tal, espero poder mostrar que o estudo comparativo proposto na seção anterior pode ser de fato promissor e trazer resultados interessantes, a despeito do fato de que a *Crítica* trabalha com representações mentais e o *Tractatus* com representações linguísticas. Isso também nos ajudará a dar, na seção seguinte, uma formulação mais precisa desse estudo comparativo e dos objetivos deste trabalho.

Primeiramente, cumpre lembrar que, para Kant, nossa cognição de objetos provém de duas faculdades fundamentais (cf. CRP A 50-1/ B 74-5). Uma delas é a sensibilidade: a faculdade de receber representações na medida em que nossa mente é “afetada” por objetos. Mas, para Kant, a sensibilidade por si não é suficiente para que uma experiência objetiva seja possível. Uma ideia central da filosofia teórica kantiana, que será examinada em maiores detalhes mais à frente, é a de que o múltiplo de representações dado na sensibilidade requer a colaboração de uma atividade de síntese. Essa atividade de síntese é atribuída ao

entendimento, nossa segunda faculdade fundamental de cognição (cf. B 130). Além de serem distinguidos por seus caráteres passivo (receptivo) e ativo (espontâneo), sensibilidade e entendimento distinguem-se também pelo tipo de representações que lhes são próprias. A sensibilidade é a faculdade de intuições, enquanto que o entendimento é a faculdade de conceitos. Em sua busca pelas condições transcendentais da experiência, Kant acaba por concluir que essas duas faculdades são fontes de representações *a priori* (cf. CRP A 56-7/B 80-1). A Estética Transcendental procura mostrar que a sensibilidade é a fonte das intuições puras do espaço e do tempo. A Analítica Transcendental, por sua vez, girará em torno das representações *a priori* que são provenientes do entendimento.

No Capítulo da Analítica intitulado “Do fio condutor para a descoberta de todos os conceitos puros do entendimento”, Kant se debruça sobre a tarefa de especificar de maneira sistemática aqueles que seriam os conceitos *a priori* do entendimento, e isso “não de maneira rapsódica” e “empreendida ao acaso”²², mas a partir de um “princípio comum” (CRP A 80-1/B 106-7). O estabelecimento desse “princípio comum” envolve a ideia de que, se, por um lado, o entendimento pode ser caracterizado como a faculdade de conceitos, por outro ele não pode fazer outro uso de conceitos a não ser formular juízos por meio deles. Conceitos são, inclusive, caracterizados como “predicados de juízos possíveis” (CRP A 68-9/B 93-4). Após apresentar alguns exemplos de juízos e examiná-los de modo a justificar a ideia por trás dessas afirmações, Kant conclui que nós podemos “[...] reduzir todas as ações do entendimento a juízos, de modo que o entendimento em geral pode ser representado como uma *faculdade de julgar*” (CRP A 69/B 94). “Todas as ações do entendimento” são então apresentadas na chamada tabela dos juízos (CRP A 70/B 95), que pretende mostrar de maneira completa e sistemática todos os modos pelos quais conceitos podem ser combinados de acordo com aquelas que são, segundo Kant, as formas ou funções lógicas básicas dos juízos²³.

A tese de que todas as ações do entendimento podem ser reduzidas (*zurückführen*) a juízos tem consequências importantes que se relacionam diretamente com os nossos propósitos. Em primeiro lugar, Kant conclui que os conceitos *a priori* do entendimento, caracterizado como sendo essencialmente uma “faculdade de julgar”, são nada mais que “conceitos de um objeto em geral, por intermédio dos quais a intuição desse objeto se considera *determinada* em relação a uma das *funções lógicas* do juízo” (B 128). E uma vez

²² Como, segundo Kant, teria feito Aristóteles.

²³ Tomarei, por ora, as expressões “forma lógica” e “função lógica” como intercambiáveis. Eventuais diferenças serão discutidas mais à frente, mas creio que elas não são relevantes no presente contexto.

que Kant acredita poder oferecer uma enumeração completa dessas funções lógicas, ele pode então fazer o mesmo com as categorias: aos mesmos atos através dos quais conceitos são combinados em juízos que possuem determinadas formas lógicas corresponderão modos de combinação de múltiplos sensíveis cujas regras são fornecidas pelas categorias. (CRP A79-80, B 104-6). Em segundo lugar, se o entendimento é essencialmente uma faculdade de julgar, então sua atividade de síntese, necessária para que as representações dadas na sensibilidade resultem em uma experiência objetiva, será desde o início orientada de tal modo que a unidade de representações por ela produzida possibilite a formação de juízos. Nesse ponto, minha análise se apoia na interpretação de Longuenesse, que diz: “Possuir uma categoria é possuir uma regra para ordenar múltiplos sensíveis [...] de tal modo que eles possam ser refletidos sob conceitos (empíricos) de acordo com as funções lógicas do juízo” (2005, p. 24). Isso dá aos juízos uma posição privilegiada na teoria kantiana da experiência, pois eles são o produto último da colaboração entre sensibilidade e entendimento, nossas duas fontes fundamentais de cognição. É no nível dos juízos, portanto, que nossa faculdade de cognição gera representações determinadas de objetos e da realidade empírica tomada como um todo.

Segundo penso, as considerações acima sugerem uma abordagem da teoria kantiana da experiência que torna a comparação proposta entre ela e a teoria tractariana da linguagem mais viável e promissora. Em primeiro lugar, é verdade que, diferente do que encontramos no *Tractatus*, não temos, na *Crítica*, uma análise da *linguagem* que pretende desvendar a forma essencial do discurso enunciativo ou proposicional, mas, sim, uma investigação das faculdades cognitivas humanas. Porém, a análise kantiana das operações mentais envolvidas em processos cognitivos é sempre guiada por uma análise lógica acerca das condições de possibilidade de juízos, que são precisamente representações cuja forma essencial consiste em uma forma lógica proposicional para as quais, em virtude dessa forma, pode-se levantar a questão de sua verdade ou falsidade (cf. LONGUENESSE, 1998, pp. 6, 398). Por conseguinte, se, no *Tractatus*, nossas representações da realidade são essencialmente proposições verdadeiras ou falsas sobre o mundo, em certo sentido o mesmo pode ser dito da teoria kantiana da representação, uma vez que, como dissemos acima, é no nível dos juízos que adquirimos representações determinadas do mundo empírico²⁴. Em suma, investigar as

²⁴ Kant distingue as noções de “juízo” (*Urteil*) e “proposição” (*Satz*) com base na modalidade dos juízos (cf. por exemplo *Log*, AA 9: 109). O termo proposição é reservado apenas aos juízos “assertóricos”, isto é, juízos em que a afirmação ou a negação é considerada como sendo *real*, ao passo que Kant admite também a possibilidade de juízos apenas “problemáticos”, que são juízos em que a afirmação ou a negação é considerada como sendo apenas possível (CRP A 74-5/B 100-1). Uma vez que a modalidade, para Kant, não contribui para a estrutura lógica interna de um juízo e é justamente esta estrutura que interessará ao nosso tema, sua distinção entre juízo e proposição não será especialmente relevante para nós. Cumpre observar também que, ao admitir juízos

condições de possibilidade de representações da realidade empírica cuja forma essencial consiste em uma forma lógica proposicional é uma tarefa central e comum a esses dois projetos filosóficos.

Porém, como observa Faggion (2007, pp. 159-160), são mais especificamente os juízos sintéticos, e não os analíticos, que se impõem como problemáticos para Kant. Segundo Kant, os valores de verdade de juízos analíticos podem ser decididos unicamente por princípios formais, ou, mais especificamente, pelo princípio da não-contradição. Por conta disso, explicar a posse de um valor de verdade por parte de juízos analíticos e, assim, explicar suas condições de possibilidade não seria um problema para a filosofia transcendental (cf. CRP A 150-2/B 189-191). Já a “explicação da possibilidade de juízos sintéticos”, *a priori* e *a posteriori*, é explicitamente colocada por Kant como “o mais importante de todos os assuntos da lógica transcendental” (CRP A 154/B 193)²⁵. Juízos sintéticos se caracterizam pelo fato de que, diferentemente do que ocorre no caso de juízos analíticos, seu valor de verdade não pode ser decidido meramente a partir de uma consideração daquilo que já é pensado nos conceitos que os constituem. Nas palavras de Kant:

Nos juízos sintéticos, porém, tenho que sair do conceito dado para considerar, em relação com ele, algo completamente diferente do que nele já estava pensado; relação que nunca é, por conseguinte, nem uma relação de identidade, nem de contradição, e pela qual, portanto, não pode vista, no juízo em si mesmo, nem a verdade nem o erro (CRP A 154-5/ B 193-4; tradução modificada).

Um juízo sintético se caracteriza pelo fato de que a decisão acerca da sua verdade ou falsidade (“verdade” ou “erro”) depende da consideração de algo que não pode ser visto “no juízo em si mesmo” nem nos conceitos que o constituem. Esse “algo” é precisamente o objeto

“problemáticos”, Kant de certa maneira se opõe ao *Tractatus*, que, ao recusar a distinção fregeana entre enunciados que expressam uma mera suposição e enunciados que afirmam a verdade daquilo que de outro modo seria apenas suposto (cf. 4.442), acaba por rejeitar o que seria algo análogo à distinção kantiana entre juízos problemáticos e juízos assertóricos. Para o *Tractatus*, todo enunciado seria essencialmente o que Kant provavelmente consideraria como um juízo assertórico. Contudo, não penso que se trate aqui de uma divergência entre os dois filósofos que repercuta negativamente para a viabilidade da comparação que estamos propondo realizar entre eles.

²⁵ Esse ponto é enfatizado por Loparic, para quem o problema da possibilidade dos juízos sintéticos *em geral*, *a priori* e *a posteriori*, constitui o “problema básico” da *Crítica* (2000, pp. xx, 19; cf. pp. xx, 5-6). Poder-se-ia perguntar se essa leitura de Loparic não entra em conflito com a afirmação de Kant que limita “o verdadeiro problema da razão pura” aos juízos sintéticos *a priori* (CRP B 19). Porém, como observa Faggion, os dois problemas estão estritamente relacionados, uma vez que, para Kant, a verdade de uma classe de juízos sintéticos *a priori* (os princípios do entendimento) torna possível o significado ou o sentido dos juízos sintéticos em geral: “[...] tanto é válido dizer que o problema da primeira *Crítica* são os juízos sintéticos *a priori*, cuja verdade torna possível, em princípio, juízos sintéticos *a posteriori*, como é válido dizer que o problema da primeira *Crítica*, em geral, são os juízos sintéticos que almejam um valor de verdade, significado objetivo” (2007, pp. 161).

de experiência do qual o juízo trata (cf. CRP A 8/B 12), sendo que é por relacionar-se a este objeto que ele é dito verdadeiro ou falso, ou seja, é por relacionar-se a este objeto que o juízo pode concordar ou discordar do mesmo e, assim, possuir um valor de verdade²⁶. Na terminologia de Kant, se um juízo, ou qualquer outra representação, se relaciona a um objeto (*sich auf einen Gegenstand beziehen*) dizemos que ele possui “validade objetiva”, ou que possui “significado e sentido (*Bedeutung und Sinn*)” neste objeto (CRP A 156/B 195). Com base nessas considerações, acredito que o problema da “explicação da possibilidade dos juízos sintéticos”, que é, segundo Kant, “o mais importante de todos os assuntos da lógica transcendental”, pode ser formulado como o problema da possibilidade da relação de juízos sintéticos a objetos que lhes são externos, relação esta que lhes confere “validade objetiva”, “significado” ou “sentido” e, por conta disso, um valor de verdade²⁷.

Essas considerações nos permitem dar mais um passo em nossa tentativa de mostrar que a comparação proposta na seção anterior entre os projetos filosóficos kantiano e tractariano pode trazer resultados interessantes, apesar de o primeiro se apoiar em uma análise das nossas faculdades cognitivas e o segundo em uma análise da linguagem. Sugerimos acima que, apesar dessas diferenças, pode-se dizer que esses projetos têm em comum a tarefa de explicar a possibilidade de representações da realidade empírica cuja forma essencial consiste em uma forma lógica proposicional. Além disso, podemos dizer agora que eles também têm em comum a ideia de que explicar as condições de possibilidade dessas representações é explicar as condições de possibilidade de seu conteúdo significativo, sendo que, em ambos os casos, tal conteúdo significativo está assentado na relação entre essas representações e a porção da realidade que elas representam: na *Crítica*, objetos de experiência e, no *Tractatus*, um estado de coisas possível. Porém, procuraremos mostrar a seguir que as teorias kantiana e tractariana de representação se aproximam ainda mais na medida em que a explicação da possibilidade dessa relação envolverá, também em ambos os casos, a ideia de um certo “isomorfismo” ou “identidade estrutural” entre, de um lado, a representação judicativa/proposicional e, do outro, a realidade representada. Examinemos brevemente esse novo ponto de contato entre as duas obras.

Foi dito anteriormente que, no *Tractatus*, uma proposição elementar tem sentido na medida em que ela representa, correta ou incorretamente, um estado de coisas possível. Isso

²⁶ Cf. CRP A 58/B82, onde Kant, ao que tudo indica, aceita a definição de verdade enquanto “concordância (*Übereinstimmung*) da cognição com o seu objeto”.

²⁷ Vemos assim que, ao contrário do que ocorre no *Tractatus* e em teorias semânticas mais recentes, Kant não distingue as noções de “sentido” e “significado”. Porém, mais uma vez não creio que essa diferença entre os dois filósofos seja problemática para a comparação entre eles que estamos propondo realizar.

significa que a proposição deve ter sua “forma lógica” em comum com o estado de coisas que ela representa. Isso, por sua vez, significa, mais especificamente, que as propriedades lógico-sintáticas dos elementos constituintes da proposição devem espelhar as possibilidades combinatórias dos elementos constituintes o estado de coisas representado. Ocorre que a explicação de Kant acerca da possibilidade dos juízos sintéticos acarreta em uma concepção de “isomorfismo” de caráter semelhante. Vimos que, para Kant, a possibilidade de um juízo sintético se fundamenta em sua relação com um objeto de experiência externo a ele. Segundo uma ideia básica da teoria kantiana da experiência, já mencionada acima, essa relação dependerá, em um primeiro momento, de que o múltiplo de representações dado na sensibilidade seja sintetizado pelo entendimento em conformidade com as regras fornecidas pelas categorias. Contudo, categorias são nada mais que “conceitos de um objeto em geral, por intermédio dos quais a intuição desse objeto se considera *determinada* em relação a uma das *funções lógicas* do juízo” (B 128). Há, pois, uma correspondência entre os modos pelos quais intuições de objetos são combinadas pelo entendimento e os modos pelos quais conceitos são combinados em juízos que possuem uma determinada forma lógica: “A mesma função, que confere unidade às diversas representações *num juízo*, dá também unidade à mera síntese de representações diversas *numa intuição* [...]” (CRP A 79/B 104-5). Sendo sensibilidade e entendimento nossas duas faculdades fundamentais de cognição de objetos, disso resultará, como pretendemos explicar melhor mais à frente, uma correspondência entre, de um lado, as formas lógico-sintáticas dos juízos e, do outro, certas propriedades formais dos objetos aos quais esses juízos se relacionam. Portanto, que haja uma espécie de “isomorfismo” ou entre a forma lógica das representações e a forma essencial das respectivas porções da realidade por elas representada constituiria um ponto em comum entre os sistemas kantiano e tractariano.

Alguns desses pontos foram notados por Glock, que, como vimos na seção 1.1, sustenta que o *Tractatus* partilha com a *Crítica* uma “virada reflexiva”, isto é, uma concepção de filosofia segundo a qual esta deve investigar as pré-condições necessárias das nossas representações da realidade. Porém, mais do que indicar essa semelhança de caráter mais geral, Glock aponta certos paralelos mais específicos que vão ao encontro do que estamos tentando defender. O autor defende que tanto o sistema kantiano como o tractariano contêm “uma tese de isomorfismo ou identidade estrutural” (1997, p. 293): “Há uma identidade entre pensamento (experiência, linguagem) de um lado, e realidade, do outro. Mas essa identidade diz respeito exclusivamente aos aspectos necessários ou formais” (1997, p. 293). A ressalva de que o “isomorfismo ou identidade estrutural” entre representação e realidade se limita aos

aspectos “necessários ou formais” desses domínios é requerida, segundo Glock, porque a “identidade” em questão não se estende aos aspectos *a posteriori* de ambos (cf. 1997, p. 293). Trata-se de um ponto importante que será crucial ao longo de toda a discussão do presente trabalho. Mas, por ora, é precisamente essa identidade formal ou estrutural, e o fato de ela estar presente tanto nos sistemas kantiano e tractariano, que estamos querendo enfatizar.

Paralelos semelhantes, mas que se aproximam ainda mais da nossa análise, são traçados por Robert Hanna, que diz:

Há diversas afinidades e paralelos importantes entre a teoria kantiana do significado e verdade e a chamada teoria “pictórica” do significado e verdade [“picture” theory of language and meaning²⁸] de Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus*. De acordo com Wittgenstein, algo é uma proposição significativa se e somente se ele é uma sentença ou sinal proposicional sinteticamente bem formado que é projetado isomorficamente pelo usuário daquele sinal proposicional sobre um possível “estado de coisas”, “fato” ou “situação” (*Sachverhalt*, *Tatsache*, *Sachlage*) elementar ou complexo. (2006, p. 265).

Nessa passagem, Hanna sintetiza o modo como ele entende a teoria tractariana do sentido proposicional. A sequência da passagem comenta também a concepção tractariana de verdade, que, por ora, podemos desconsiderar. Em seguida, Hanna apresenta, de um modo que vai totalmente ao encontro do que estamos querendo defender, os aspectos da “teoria kantiana do significado e verdade” que indicariam a presença de paralelos importantes entre ela e a teoria de Wittgenstein:

[...] para Kant, a possibilidade de projeções isomórficas em primeira pessoa, por parte daquele que julga [*by a judger*], do conteúdo proposicional do juízo sobre um objeto efetivo ou real é garantida pela conjunção de sua teoria da síntese, sua teoria do juízo, sua teoria da forma lógica ou gramática, e sua teoria da validade objetiva ou significatividade empírica. Pois, de acordo com a conjunção dessas teorias, nada *contará* como um objeto genuíno de representação judicativa exceto aquilo que se alinha [*lines up with*] sistematicamente com os constituintes intuitivos e conceituais do juízo, com sua forma lógico-sintática subjacente, e com o seu conteúdo semântico unificado total sob a unidade sintética da apercepção. Isso é que Kant chama a “verdade transcendental de um juízo” [...] (2006, p. 266).

Mais uma vez, a sequência da passagem especifica o que deve ser acrescentado à “verdade transcendental” de um juízo para que ele seja verdadeiro, e não apenas significativo, isto é, relacionado a um objeto. Para os nossos propósitos, é suficiente atentar para a sugestão

²⁸ Hanna utiliza aqui o termo pelo qual se convencionou chamar a teoria tractariana do sentido proposicional, segundo a qual uma proposição é uma “figura” ou “figuração” (*Bild*) do fato que ela representa. Essa ideia será discutida em maiores detalhes mais à frente.

de Hanna de que tanto no sistema tractariano como no kantiano é possível identificar o que chamamos acima de um isomorfismo entre, de um lado, nossas representações da realidade cuja forma essencial é uma forma lógica proposicional e, do outro, as respectivas porções da realidade por elas representada. Que essa ideia esteja presente na teoria tractariana da linguagem é algo já bastante conhecido e indisputável. Porém, a análise de Hanna se harmoniza com a nossa ao identificar o mesmo isomorfismo na teoria kantiana do juízo, o que se expressa na ideia de que, para Kant, objetos de representação judicativa devem necessariamente se “alinhar sistematicamente” com os diversos componentes dos juízos, entre eles sua “forma lógico-sintática subjacente”. Creio que foram considerações desse tipo que levaram Hanna a afirmar, em uma obra anterior, que a questão filosófica fundamental de Kant na *Crítica* seja equivalente à questão “como *significados* são possíveis?”, e que essa questão pertence ao domínio de uma “*semântica filosófica*” (2001, p. 3).

Todavia, precisamos reconhecer que haverá diferenças bastante significativas entre o modo como essa ideia de “isomorfismo” ou “identidade estrutural” é verificada no sistema kantiano e o modo como ela é verificada no sistema do *Tractatus*. Isso se dá, entre outras coisas, pelo fato de no segundo ela aparecer de um modo bem mais perspicuo e bem mais radical do que no primeiro. Essa e outras eventuais diferenças serão devidamente apontadas e explicadas no momento oportuno. Contudo, gostaríamos de adiantar desde já que, apesar de tais diferenças, acreditamos que ao longo do desenvolvimento da nossa exposição será possível comprovar que as semelhanças que permanecem, no que diz respeito a este ponto, serão relevantes e suficientes, ao menos, para justificar a viabilidade da comparação entre as duas obras que estamos propondo.

Desconsiderando, por ora, as ressalvas feitas no último parágrafo, esperamos através de todas essas considerações ter mostrado de maneira um pouco mais convincente que, ao insistirmos que a *Crítica* e o *Tractatus* têm em comum o fato de se assentarem em suas respectivas teorias da “representação”, não estamos nos escondendo atrás do sentido vago desta última noção²⁹. Se tudo o que tivéssemos sobre o que nos apoiar fosse o caráter vago desse sentido, o fato de a *Crítica* empreender uma investigação de faculdades cognitivas e o *Tractatus*, por sua vez, uma investigação da linguagem constituiria, talvez, uma barreira entre as duas obras que tornaria a comparação proposta entre elas supérflua e infrutífera. Porém, procuramos mostrar que, ao propor uma comparação entre as teorias kantiana e tractariana

²⁹ E é importante que digamos aqui “noção” e não “palavra”, uma vez que, como observamos acima, Kant e Wittgenstein sequer utilizam os mesmos termos para a noção à qual estamos nos referindo aqui por “representação”.

acerca das nossas representações da realidade, estamos propondo uma comparação entre teorias que concebem essas representações como algo cuja forma essencial consiste em uma forma lógico-sintática proposicional e que possui um conteúdo significativo - e, por conseguinte, um valor de verdade - na medida em que está relacionado com a realidade que representa, realidade esta que deve possuir algum tipo de identidade formal ou estrutural com aquela forma lógico-sintática. Trata-se, segundo penso, não de paralelos triviais, mas de paralelos que abrem espaço para um diálogo entre esses dois sistemas filosóficos. O objetivo desta tese será precisamente explorar este espaço.

Contudo, gostaria de aproveitar o restante desta seção para fazer mais alguns comentários em defesa da viabilidade da comparação que estamos propondo. Em primeiro lugar, é indisputável, como dissemos acima, que a noção de linguagem não ocupa na filosofia de Kant a mesma centralidade que ela ocupa na filosofia de Wittgenstein. Entretanto, como observa Loparic (2000, p. xxiv), nos *Prolegômenos* o próprio Kant considerou sua analítica do entendimento uma ciência muito semelhante a uma “gramática universal”³⁰ (*Prol*, AA 4: 322-3). Segundo penso, a razão para isso está ligada ao fato de que os modos de combinação que o entendimento executa ao julgar, a partir do qual as categorias do entendimento são derivadas, resultam em juízos de determinadas formas lógicas que devem poder ser articuladas linguisticamente. E “devem poder ser articuladas linguisticamente” porque, como observa Brandt (1995, p. 57), para Kant não há pensamento ou juízo que não seja articulado em palavras, como mostra uma passagem da *Logik-Wien* na qual Kant se recusa a distinguir as noções de “juízo” e “proposição” com base na definição, aceita por lógicos de seu tempo, de que uma proposição seria um “juízo vestido em palavras”: “isso não significa nada, e de nada vale essa definição. Pois como eles serão capazes de julgar sem palavras?” (AA 24: 934)³¹. Sendo assim, o parentesco que Kant afirma existir entre sua analítica do entendimento e a gramática universal provavelmente se baseia no fato de que esta última estuda aquelas formas da linguagem que manifestam as formas lógicas do entendimento sistematizadas na tabela dos juízos (cf. LOPARIC, 2000 p. 210). Sendo essas formas lógicas do entendimento necessárias e dadas de uma vez por todas (B 145-6), uma gramática universal estudaria então a “forma de uma linguagem em geral” (*Log*, AA 9: 12-3), partilhada por qualquer linguagem natural na medida em que as formas de qualquer linguagem devem articular e manifestar as formas *a priori* do entendimento.

³⁰ Sobre o termo “gramática universal”, cf. *Log*, AA 9: 11-13.

³¹ Para mais referências a textos de Kant que mostram que ele estava comprometido com esta posição, cf. BRANDT, 1995, p. 125, n. 22. Cf. também FAGGION, 2012, pp. 385-6, n. 77.

Acredito que essas considerações nos ajudam a mostrar, mais uma vez, que o fato de a *Crítica* empreender uma investigação das nossas faculdades de cognição e o *Tractatus*, por sua vez, uma investigação da linguagem não acarreta em uma distância entre as duas obras que tornaria qualquer comparação entre suas respectivas teorias da representação supérflua e sem sentido. Já havíamos dito antes que o *Tractatus* e a *Crítica* têm em comum a tese de que nossas representações da realidade são representações cuja forma essencial é uma forma lógica proposicional que corresponde às propriedades formais da realidade que elas representam. Podemos dizer agora também que, não menos para Kant do que para Wittgenstein, tais representações são essencialmente representações que devem poder ser expressas linguisticamente e que, por conseguinte, têm aquela sua forma lógica manifestada na estrutura da linguagem. Não seria implausível imaginar que são considerações desse tipo que estão por trás da metáfora de Kant nos *Prolegômenos* segundo a qual conceitos puros do entendimento servem para “soletrar [*buchstabieren*] os aparecimentos de modo que eles possam ser lidos como experiência” (*Prol*, AA 4: 312).

Poder-se-ia, porém, questionar a relevância do paralelo notado acima sob o pretexto de que, para Kant, a linguagem nunca está em primeiro plano, uma vez que no contexto de sua filosofia ela está sempre subordinada às operações entendimento. Como observa Loparic: “Para Kant, a gramática universal se assenta na lógica, e não *vice-versa*. No essencial, não é a linguagem que cria ou condiciona o pensamento, é o pensamento conceitual que se expressa na linguagem” (2000, p. 210). E Hanna, sobre o que ele, inclusive, afirma ser uma grande diferença entre Kant e o *Tractatus*: “[...] Kant assume a posição de que todas as linguagens humanas, devido às suas origens contingentes históricas e sociais, disfarçam ou distorcem as estruturas lógicas subjacentes das representações que elas expressam” (2001, p. 70). Contudo, cumpre observar, em primeiro lugar, que a forma essencial da linguagem da qual fala o *Tractatus* não é a forma desta ou daquela linguagem natural em particular. Segundo o *Tractatus*, toda e qualquer linguagem natural só possui sentido na medida em que estiver ancorada naquela que é a única linguagem possível, isto é, a linguagem que partilha sua forma lógica com a realidade representada. Sendo assim, as teses tractarianas acerca da forma essencial da linguagem são teses acerca da forma lógica dessa linguagem “única”. Disso se segue que, não menos para Wittgenstein do que para Kant, as formas lógicas que nossas representações devem ter em comum com a realidade representada não são as formas lógicas visíveis na estrutura das linguagens correntes, mas formas lógicas que subjazem todas as linguagens possíveis e que todas elas devem ter em comum. A filosofia kantiana, é verdade, se distancia do *Tractatus* ao localizar a fonte dessas formas lógicas necessárias nas operações

de uma faculdade mental que Kant chama de entendimento, enquanto que, para Wittgenstein, essa fonte continua sendo uma linguagem. Contudo, como veremos melhor mais à frente, esta linguagem estaria apenas no nível daquilo que Wittgenstein chama de “pensamento” (*Gedanke*), nível este que constitui, para utilizar uma expressão de Custer, um “inconsciente linguístico” que subjaz o uso das palavras da linguagem cotidiana (2008, p. 207). Deste modo, não penso que seria um exagero dizer que esse pensamento, enquanto um evento inconsciente condicionando e acompanhando a utilização de toda e qualquer linguagem natural possível, desempenha um papel muito próximo daquele desempenhado pelas operações *a priori* do entendimento kantiano, que, da mesma forma, devem também condicionar e acompanhar a utilização de toda e qualquer linguagem natural possível³².

Feitas todas essas considerações, cumpre ressaltar que muito do que foi dito na presente seção em defesa da viabilidade da comparação que propomos realizar neste trabalho antecipou noções que precisam ser melhor explicadas e justificadas. Além disso, nessa defesa nada dissemos, por exemplo, acerca do fato de que, enquanto as noções de “sensibilidade” e “intuição” são partes integrantes da teoria kantiana do juízo e representação, tais noções são totalmente estranhas à teoria tractariana do sentido proposicional. Essas lacunas deverão ser preenchidas ao longo da nossa exposição. Antes, porém, creio que com as noções recém introduzidas estamos agora em posição de oferecer uma formulação mais precisa da tarefa que a presente tese se propõe a realizar. Esse será o objetivo da próxima seção.

1.5 Aspectos *a priori* e aspectos *a posteriori* das representações e da realidade representada

Dissemos que o objetivo central do presente trabalho será, de modo geral, investigar se o *Tractatus* pode, ou não, ser aproximado à *Crítica* no que diz respeito aos princípios básicos da chamada Revolução Copernicana de Kant. Sabemos que esses princípios básicos levam à tese de que a realidade representada deve se *conformar* aos meios de que dispomos para representá-la, de modo que as propriedades essenciais e necessárias da primeira pertenceriam a ela *apenas* na medida em que elas são *impostas* pelas formas essenciais e necessárias das nossas faculdades de representação. A partir do que foi explicado na seção anterior, essa tese pode agora ser traduzida em termos da noção de “isomorfismo” ou “identidade estrutural” que, como procuramos indicar, está presente também na filosofia teórica de Kant. Se é

³² Creio que esses paralelos se tornam ainda mais marcantes se aceitarmos, juntamente com Custer, que o “pensamento” do *Tractatus* seja um evento *psicológico* (cf. CUTER, 1993, pp. 136-141).

verdade que, para Kant, deve haver uma certa correspondência entre as propriedades formais ou estruturais dos nossos objetos de representação e as formas lógico-sintáticas dos juízos, a Revolução Copernicana implica na tese de que isso ocorre *apenas* na medida em que nosso entendimento introduz na intuição desses objetos uma ordenação que corresponde àquelas formas lógico-sintáticas (CRP A 79-80/B 104-5). Em outras palavras, o isomorfismo entre a forma das nossas representações judicativas e certas propriedades formais dos objetos dessas representações existe *apenas* na medida em que essas propriedades são *impostas* pelas funções lógicas do entendimento. Sendo assim, ao perguntarmos se o *Tractatus* pode ser aproximado à *Crítica* também no que se refere aos princípios básicos da Revolução Copernicana, estamos querendo saber se o isomorfismo tractariano entre as formas lógicas das proposições elementares e as formas lógicas dos estados de coisas também existiria *apenas* na medida em que as últimas são *impostas* pelos meios de que dispomos para representar a realidade, ou seja, pela linguagem.

Já foi adiantado anteriormente que pretendemos dar uma resposta negativa para essa questão. Agora estamos em posição explicar melhor quais são as razões que motivarão essa resposta. Elas estarão essencialmente relacionadas com o que podemos chamar, por ora, de articulação entre, de um lado, as formas *a priori* das nossas representações e, do outro, o domínio independente das nossas representações que determinará os seus aspectos *a posteriori*. Passo agora a uma introdução geral sobre o tema para, em seguida, explicar de que maneira isso se relaciona com nosso problema central.

Em primeiro lugar, cumpre observar que se, por um lado, a Revolução Copernicana de Kant tem a importante consequência de que certas propriedades formais da realidade empírica são impostas pelas nossas faculdades de cognição, não menos importante é ressaltar que tal imposição se restringe a essas propriedades *formais*: o sujeito, para Kant, não impõe nem produz os elementos *materiais* da sua experiência. Estes últimos são aquilo que corresponde às “sensações” (*Empfindungen*), que, por sua vez, são definidas por Kant como o efeito de um objeto sobre nossa capacidade representativa na medida em que somos afetados por ele (CRP B34/A 19-20). Embora se trate de um ponto controverso, penso que esse objeto não pode ser outro senão aquele que Kant diz poder ser pensado como uma “coisa em si”: a “causa não sensível” das modificações da nossa sensibilidade que, enquanto tal, deve ser *independente* das nossas condições subjetivas (CRP A 494, B 522). Como bem observa Longuenesse, é essencial para o próprio conceito de Revolução Copernicana tal como Kant o formula que haja, além de elementos subjetivos formais, uma matéria que nossas faculdades de cognição não produzem por si mesmas: “Não haveria nem idealismo transcendental nem lógica

transcendental se as formas *a priori* do pensamento não constituíssem um objeto *cujá matéria elas não podem fornecer*” (2007, p. 20). Que o mundo empírico seja espaço-temporal é algo que, para Kant, depende exclusivamente das formas *a priori* da nossa sensibilidade. Porém, que ele contenha precisamente *tais e tais* coisas arranjadas de *tal e tal* maneira no espaço e no tempo é algo que não depende do sujeito, mas que dependerá, em última instância, da matéria *a posteriori* dada por meio das sensações. Do mesmo modo, que o mundo empírico possua as propriedades universais expressas pelas categorias é algo que é imposto pelo nosso entendimento. É este último que determina, por exemplo, que o mundo seja constituído de substâncias que mantêm relações causais entre si. Entretanto, as leis empíricas particulares que efetivamente existem no mundo não podem ser “impostas” pelo entendimento: “Leis particulares, porque se referem a aparecimentos empiricamente determinados, não podem *derivar-se integralmente* das categorias, embora em seu conjunto lhes estejam todas sujeitas (CRP B 165). O tema que estamos abordando é bem sintetizado por Allison na seguinte passagem acerca das teorias kantianas de síntese e do juízo:

A validade objetiva que resulta da unificação de dados sensíveis sob essas leis *a priori* [isto é, as leis *a priori* fundamentadas nas categorias] não é equivalente à verdade como entendida normalmente. Em outras palavras, um juízo objetivamente válido não é, enquanto tal, necessariamente um juízo verdadeiro (muito menos um juízo necessariamente verdadeiro) [...] Portanto, ao afirmar que a experiência envolve interpretação, a imposição de regras *a priori*, e assim por diante, Kant não está afirmando que o entendimento humano tem uma capacidade de determinar *a priori* o que é ou não o caso empiricamente (2008, p. 109).

Vemos assim que Allison, assim como um número considerável de intérpretes, entende que a “relação a um objeto” que é possível por meio das categorias e que confere “validade objetiva” a um juízo implica apenas na sua “capacidade de ser verdadeiro ou falso” (cf. ALLISON, 2004, p. 88). O que mais nos interessa agora, porém, é a ideia presente na conclusão da passagem acima de que as sínteses do entendimento guiadas pelas categorias não podem, por si só, determinar “o que é ou não o caso empiricamente” e nem, por conseguinte, o valor de verdade de juízos sintéticos *a posteriori*. Isso sempre dependerá também do múltiplo *a posteriori* de representações dadas na intuição empírica, e nunca tão somente das formas *a priori* das nossas faculdades de cognição, sejam as da sensibilidade ou as do entendimento. Mesmo sob o risco de estar simplificando um tema que é na verdade bastante complexo, penso que não seria errado dizer que esses aspectos das teorias kantianas de síntese e do juízo derivam, em última instância, da ideia, implícita no próprio conceito da

chamada Revolução Copernicana, de que nossas faculdades de cognição não podem gerar nada mais do que os elementos formais da experiência e da realidade, e nunca seus elementos materiais, *a posteriori* e contingentes. Como diz Kant, no caso de sujeitos cognoscentes finitos, que é o caso dos sujeitos humanos, a representação em si mesma não produz seu objeto “*quanto à existência*” (CRP A 92/B125).

Se quisermos agora tentar estender nossa comparação entre à *Crítica* e o *Tractatus* ao tema que estamos discutindo nesta seção, sugiro, como um primeiro passo, que atentemos para o fato de que no segundo nós também temos uma distinção fundamental entre os aspectos formais e os aspectos contingentes tanto do mundo como das nossas representações linguísticas. Além disso - embora esse ponto só poderá ser melhor desenvolvido posteriormente - os aspectos *a posteriori* das nossas representações devem ser determinados *pelo mundo*, concebido como um domínio, em algum sentido, independente da linguagem. Os aspectos *a priori* e necessários da linguagem e do mundo consistem em sua forma lógica fixa e necessária, que é constituída, respectivamente, pelos objetos juntamente com suas possibilidades combinatórias e pelos nomes juntamente com sua sintaxe lógica. Já os aspectos contingentes do mundo estariam relacionados à existência e inexistência dos estados de coisas: estados de coisas que *são* o caso no mundo atual *poderiam* não o ser e estados de coisas que *não* são o caso no mundo atual *poderiam* sê-lo. Essa contingência do mundo se reflete no que poderíamos considerar como sendo os aspectos contingentes da linguagem: os valores de verdade das proposições. Uma vez que proposições elementares são verificadas e falsificadas pela existência e inexistência de estados de coisas, toda proposição elementar verdadeira *poderia* ser falsa, e vice-versa. A partir do que foi exposto, penso que podemos dizer acerca dos aspectos formais e necessários da linguagem e do mundo que eles também são, em certo sentido, “*a priori*”. Digo “em certo sentido” porque Wittgenstein nega explicitamente que possamos especificar *a priori* quais são as formas possíveis das proposições elementares (5.55), o que implica que também não seja possível especificar *a priori* quais são as formas lógicas dos estados de coisas. Essa especificação exige o trabalho de análise. Contudo, não seria incorreto dizer que, no *Tractatus*, a forma lógica da linguagem e do mundo seja *a priori* no mesmo sentido em que as funções lógicas dos juízos e as propriedades estruturais da realidade que lhes correspondem são *a priori* para Kant: a saber, no sentido de ser independente e imune a qualquer aspecto contingente das representações ou da realidade representada. No caso *Tractatus*, isso é, naturalmente, o mesmo que dizer que a forma lógica da linguagem e do mundo é independente do valor de verdade de qualquer proposição e da existência ou inexistência contingente de qualquer estado de coisas.

Feitas essas considerações, podemos indicar agora, ainda que de modo bastante geral, as razões pelas quais defenderemos que o *Tractatus* não admite uma concepção acerca da natureza da relação entre representação e realidade que seja análoga àquela que resulta dos princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant. Acabamos de ver que, para Kant, nossas representações têm tanto aspectos formais *a priori* como aspectos *a posteriori* que são dados independentemente das nossas faculdades de cognição. Sua Revolução Copernicana, por sua vez, afirma que esses aspectos formais são *impostos* àquilo que é dado *a posteriori*, estruturando e modelando um material que não possui, *por si mesmo*, as formas que lhes são impostas. Ora, a viabilidade de uma teoria da representação desse tipo pressupõe que essas formas *a priori* possam se articular com o material amorfo que lhe é dado *a posteriori*. Não faria sentido dizer que impomos uma forma àquilo que é dado *a posteriori* nem dizer que nossas representações possuem *tanto* elementos formais *a priori* *como* elementos *a posteriori* se esses dois pólos não pudessem efetivamente se relacionar. Portanto, para que a teoria tractariana da representação admita uma concepção análoga, em primeiro lugar as formas lógicas *a priori* das proposições teriam que ser projetadas sobre uma realidade que não possuiria, *por si mesma*, essas mesmas formas lógicas, e, em segundo lugar, uma articulação ou conexão entre ambos os pólos teria que ser possível³³. Porém, apoiado em um exame e comparação entre as concepções kantiana e tractariana de forma lógica, pretendo mostrar que uma importante diferença entre essas concepções faz com que essa articulação entre os aspectos formais *a priori* das representações e aquilo que determina seus aspectos *a posteriori* seja possível no sistema kantiano e impossível no sistema do *Tractatus*. Defenderei que, devido à maneira como Wittgenstein concebe as formas lógicas das proposições elementares, não podemos afirmar que essas formas lógicas sejam projetadas sobre um domínio que não seja, *por si mesmo*, isomórfico à linguagem. Isso, por sua vez, significa que o *Tractatus* deve ser interpretado segundo o que chamamos de uma leitura “realista”, uma vez que sua teoria do sentido proposicional implica em teses acerca das propriedades últimas de um domínio real que seria, em um importante sentido, *independente* da linguagem.

Sobre a afirmação acima de que uma diferença entre as concepções kantiana e tractariana de forma lógica torna uma Revolução Copernicana possível na *Crítica* e impossível no *Tractatus*, cumpre fazer duas observações importantes. Em primeiro lugar, não queremos defender que o aspecto da concepção kantiana de forma lógica que a separa daquela

³³ Estamos pressupondo aqui que, no *Tractatus*, os aspectos *a posteriori* das proposições seriam determinados por um domínio externo e, em alguma medida, independente da linguagem. Trata-se, segundo penso, de um pressuposto totalmente justificado, dada a inegável evidência textual (cf. TLP 2.222-2.225). Ainda assim, voltaremos a esse tema em capítulos posteriores.

do *Tractatus* seja suficiente para garantir a viabilidade do projeto filosófico de Kant. Sua filosofia teórica depende, naturalmente, de uma série de outras teses e noções cuidadosamente desenvolvidas na *Crítica*, muitas das quais serão examinadas em maiores detalhes neste trabalho. Portanto, o aspecto da concepção kantiana de forma lógica sobre o qual iremos insistir seria uma condição necessária, mas não suficiente, de sua teoria da representação baseada nos princípios básicos da Revolução Copernicana.

Em segundo lugar, que certos aspectos da concepção tractariana de forma lógica façam com que algo análogo a uma Revolução Copernicana seja impossível no sistema do *Tractatus* nos permitirá afastar uma hipótese já mencionada anteriormente: a saber, de que a teoria tractariana da representação seja absolutamente indiferente com relação ao ponto que estamos investigando. Que ela seja indiferente parece ser a posição defendida por Engelmann:

No *Tractatus*, Wittgenstein não está explicando como a conexão entre pensamento, linguagem e realidade é estabelecida (digamos, por um sujeito transcendental). A conexão já está dada na linguagem [...] Portanto, a questão sobre a prioridade no que diz respeito aos nomes simples e objetos simples (se os nomes vêm antes (idealismo) ou se os objetos vem antes (realismo) não é de modo algum respondida no *Tractatus* (2013, p. 179).

Embora Engelmann não mencione explicitamente nem Kant³⁴ e nem, muito menos, o que viemos chamando aqui de “princípios básicos da Revolução Copernicana”, penso que a passagem acima se relaciona com o nosso tema ao colocar a questão acerca da conexão entre linguagem e realidade em termos das alternativas “prioridade dos nomes” ou “prioridade dos objetos” e associá-las, respectivamente, a um idealismo e um realismo. Além disso, a questão da prioridade dos nomes ou dos objetos está estreitamente conectada com o debate entre as leituras realista e antirrealista do *Tractatus*, debate este que, como dissemos acima e iremos discutir mais à frente, se relaciona essencialmente com nossa comparação com Kant.

De certo ponto de vista, a posição de Engelmann de se manter indiferente com relação ao problema que estamos levantando parece ser bastante prudente. A tese de que nossos objetos de representação devem se *conformar* aos meios de que dispomos para representá-los não só é um dos aspectos mais característicos da filosofia de Kant como constitui um tema extensa e explicitamente discutido ao longo de suas obras. Por outro lado, não encontramos no *Tractatus* nada semelhante a uma problematização acerca da questão de se a realidade representada deve se conformar às nossas representações, ou vice-versa. Além disso, se levarmos em consideração a própria trajetória filosófica de Wittgenstein e os temas que

³⁴ Embora, como vimos, se refira a um “sujeito transcendental” .

motivaram suas investigações iniciais que culminaram no *Tractatus* – a questão acerca dos fundamentos da matemática e, em seguida, da natureza da necessidade lógica – podemos ser levados a concluir que debater entre realismo e antirrealismo (ou idealismo) não era um dos propósitos do livro, sendo debates desse tipo mais próprios a tradições filosóficas nas quais o *Tractatus* não se encaixa. Talvez, tudo o que o sistema tractariano pressupõe ou implica é que deva haver um isomorfismo entre a linguagem e a realidade por ela representada, sem que haja qualquer espaço para discutirmos se a segunda deve ou não se conformar à primeira. Essa questão, que está no centro de toda a filosofia de Kant, talvez simplesmente não tenha lugar no *Tractatus*.

Porém, procuraremos mostrar justamente que certos aspectos da concepção tractariana de forma lógica, juntamente com outros pressupostos do *Tractatus*, implicam que as formas lógicas das proposições elementares não podem ser projetadas sobre um domínio que não seja, *por si mesmo*, isomórfico à linguagem. Disso se seguiria que a teoria tractariana da linguagem não é compatível com ideia de que as propriedades essenciais da realidade representada sejam impostas ou constituídas pela forma essencial das nossas representações. Essa análise procurará explorar os paralelos apontados neste capítulo entre as teorias tractariana e kantiana de representação, apoiando-se em ideias que são próprias *Crítica da Razão Pura* e beneficiando-se assim do fato de que, diferentemente do que ocorre no *Tractatus*, a questão acerca da natureza específica da relação entre representação e realidade é explicitamente discutida e problematizada por Kant. Se essa comparação entre as duas obras de fato se mostrar útil para iluminar e responder as questões que estamos levantando, a presente tese terá cumprido seu objetivo.

Capítulo 2 Forma lógica, juízo e objetividade em Kant

No capítulo anterior foi proposta uma comparação entre as concepções kantiana e tractariana acerca da relação entre, de um lado, as formas lógicas judicativas ou proposicionais e, de outro, aquelas que seriam as propriedades necessárias do mundo empírico. Porém, creio que um tratamento satisfatório deste tema exigirá uma abordagem separada de cada uma dessas concepções, antes de podermos estabelecer os possíveis paralelos e diferenças entre elas que interessam ao nosso problema central. Sendo assim, no presente capítulo trataremos exclusivamente de temas relacionados à filosofia teórica de Kant. Examinaremos sua concepção de lógica, de juízo e de forma lógica assim como o modo como esses temas repercutem no estatuto que Kant atribui àquelas que podem ser consideradas como sendo suas teses ontológicas. Com isso, pretendemos explicar melhor um ponto indicado no capítulo anterior que será fundamental para a presente tese. Trata-se da ideia de que, segundo a *Crítica*, a forma essencial e necessária do mundo empírico pertence a ele *apenas* na medida em que ela é *imposta* pelo sujeito a um domínio que não possui, *por si mesmo*, essa forma que lhe é imposta. Veremos ao longo deste capítulo que essas formas que são impostas pelo sujeito cognoscente correspondem precisamente àquelas que são, segundo Kant, as formas lógicas *a priori* dos juízos.

2.1 Lógica geral pura e lógica transcendental

Na *Estética Transcendental*, Kant argumenta que espaço e tempo são formas *a priori* da nossa sensibilidade, e que, por conta desse estatuto, eles podem ser concebidos como intuições que se encontram em nós *a priori* (cf. CRP B 41). Ao responder assim à questão “*Como é possível intuir algo a priori?*” (*Prol*, AA 4: 282), Kant teria dado um primeiro passo em sua tarefa de explicar e provar a possibilidade de juízos sintéticos *a priori*. O segundo passo será dado por meio da prova de que estamos na posse de conceitos que, embora não sejam derivados da experiência, ainda assim podem se referir a objetos da experiência. Essa é a tarefa daquela que Kant denomina “lógica transcendental”.

Na seção “A Ideia de uma Lógica Transcendental”, Kant distingue “a ciência das regras da sensibilidade em geral, que é a estética, da ciência das regras do entendimento, que é a lógica” (CRP A 52/ B 76). Porém, o termo “lógica” comporta, segundo Kant, uma série de ambiguidades que ele se apressa em desfazer. Em primeiro lugar, há a distinção entre a lógica do uso geral e a do uso particular do entendimento. Uma lógica do uso particular do

entendimento, diz Kant, contém as “regras para pensar corretamente sobre um determinado tipo de objetos” (CRP A 52/ B 76). Uma lógica “geral”, por sua vez, contém regras que são indiferentes à diversidade dos objetos com os quais o entendimento pode se ocupar.

Mas a lógica geral, diz Kant, pode ser “pura” ou “aplicada”. A lógica geral aplicada, por ser geral, “se ocupa do uso do entendimento sem distinção dos objetos” (CRP A 53/B 77). Contudo, enquanto lógica *aplicada*, ela “se ocupa das regras do uso do entendimento nas condições empíricas subjetivas que a psicologia nos ensina” (CRP A 53/B 77). Como Kant esclarece um pouco depois, ela tratará “da atenção, seus obstáculos e consequências, da origem do erro, do estado da dúvida, do escrúpulo, de convicção, etc.” (CRP A 54/B 78). Ou seja, à lógica aplicada cabe investigar como o entendimento de fato opera em situações concretas e sob condições contingentes que podem favorecer ou prejudicar o seu uso. Por estar assim baseada em princípios psicológicos, uma lógica desse tipo oferece apenas leis contingentes: ela pode dizer apenas “*como* o pensamento ocorre e *como* ele *é* sob vários obstáculos e condições”, mas não como nós *devemos* pensar. (*Log*, AA 9: 14). Já uma lógica geral “pura” se abstrai não apenas dos diferentes tipos de objetos com os quais o entendimento pode eventualmente se ocupar, mas também de todas as condições empíricas e concretas nas quais ele atua: “por exemplo, da influência dos sentidos, do jogo da imaginação, das leis da memória, do poder do hábito, da inclinação, etc. [...]” (CRP A 53/B 77). Deste modo, ela conterá apenas leis completamente *a priori* derivadas do uso necessário do entendimento, e não da constatação de regularidades empíricas observadas pela psicologia (*Log*, AA 9: 13-4).

Cumprir esclarecer, porém, qual seria exatamente a “necessidade” que estaria em jogo aqui no que diz respeito às leis da lógica geral pura. Certamente, essas leis não são necessárias no sentido de não podermos violá-las em situações concretas. Kant certamente admitiria a possibilidade de eventualmente pensarmos de maneira contrária a elas, e uma das tarefas da lógica aplicada seria justamente investigar as causas desses desvios e ajudar a evitá-los. Sendo assim, como observa Fonseca (2010, pp. 24-8), a necessidade envolvida na lógica geral pura deve ser entendida a partir da autoridade *normativa* de suas regras. Ela oferece critérios últimos de correção aos quais o entendimento deve se adequar sob pena de entrar em conflito consigo mesmo. Um pensamento que desrespeita regras lógicas não deve nos levar a uma revisão dessas regras, mas deve, pelo contrário, ser censurado com base nas mesmas (2010, pp. 25-6). É essa a ideia por trás da afirmação de Kant de que na lógica nunca se trata de como nós de fato pensamos, mas de como *devemos* pensar (*Log*, AA 9: 14). Isso lhe dá um estatuto único com relação às demais lógicas e a coloca em posição de ser um fundamento

para todas as demais ciências, pois “nos ensina o uso correto do entendimento, isto é, aquele no qual ele concorda consigo mesmo” (*Log*, AA 9: 12-4).

No entanto, segundo Kant, as mesmas características que conferem à lógica geral pura esse estatuto único acarretam também em sua limitação. Por ser a ciência na qual o entendimento se ocupa apenas consigo mesmo e com suas leis necessárias, ela pode servir apenas para a correção da nossa cognição, mas nunca para expandi-la (*Log*, AA 9:13). Como diz Kant no Prefácio da segunda edição da *Crítica*, referindo-se certamente ao que mais à frente ele chamaria de lógica geral pura:

Que a lógica tenha sido tão bem sucedida deve-se ao seu caráter limitado, que a autoriza e mesmo a obriga a abstrair de todos os objetos de conhecimento e suas diferenças, tendo nela o entendimento que se ocupar apenas consigo próprio e com a sua forma [...] eis porque, enquanto propedêutica, a lógica é apenas como a antecâmara das ciências e, tratando-se de cognições, pressupõe-se, sem dúvida, uma lógica para as julgar, mas tem que procurar-se a aquisição destas nas ciências, própria e objetivamente designadas por esse nome (CRP B IX).

Para ajudar a esclarecer esse ponto, lembremos que, para Kant, “nosso entendimento só pode *pensar* e necessita de procurar a intuição nos sentidos” (B 135). Temos, nessa afirmação, um reflexo da tese central da filosofia teórica kantiana acerca da interdependência entre entendimento e sensibilidade. O entendimento não pode intuir, devendo, a fim de produzir um conhecimento objetivo, “procurar” intuições na sensibilidade, que é um modo de intuição essencialmente receptivo; ou, como é dito anteriormente na *Estética Transcendental*: “não é um modo de intuição tal, que por ele seja dada a própria existência do objeto da intuição [...], antes é dependente da existência do objeto e, por conseguinte, só possível na medida em que a capacidade de representação do sujeito é afetada por esse objeto” (CRP B 72). Abstraindo-se da nossa capacidade de ser afetados por objetos, não há, pois, a possibilidade de qualquer conhecimento objetivo. Diferentemente de um suposto “entendimento intuitivo”, que seria presumivelmente o entendimento divino, o nosso entendimento não pode criar o próprio objeto quanto à sua existência (cf. CRP B 135). Ora, sendo a lógica geral pura uma ciência na qual o entendimento se ocupa “apenas consigo próprio e com a sua forma”, ela não poderá, por si só, oferecer nenhum conhecimento objetivo ou uma expansão dos conhecimentos. Pois, nas palavras de Kant: “A lógica geral se abstrai, como indicamos, de todo o conteúdo da cognição, ou seja, de toda a relação desta ao objeto e considera apenas a forma lógica na relação das cognições entre si, isto é, a forma

lógica do pensamento em geral (CRP A 55/B 79). A lógica geral pura se ocupará então apenas com as formas necessárias de combinação que o entendimento executa sobre um conteúdo o qual, para que haja um conhecimento objetivo, deverá estar de alguma maneira ancorado na sensibilidade, que é a nossa capacidade de ser afetados por objetos externos às nossas faculdades de representação. Como sugere Faggion, essa lógica pode então ser comparada a um estudo meramente sintático que, enquanto tal, não é uma lógica de significados objetivos (FAGGION, 2007, p. 10).

Contudo, se, por um lado, a consideração da “forma lógica do pensamento em geral” não pode, por si só, extrair cognições objetivas, já que o entendimento não pode intuir, mas precisa ser aplicado a um domínio sensível, por outro lado a Estética Transcendental teria provado que nossa sensibilidade nos oferece intuições *a priori*. E é apoiado nisso que Kant introduz a ideia daquela que será denominada lógica transcendental:

Como, porém, há intuições puras e há intuições empíricas (conforme mostra a estética transcendental), poder-se-ia também encontrar uma distinção entre pensamento puro e pensamento empírico dos objetos. Nesse caso, haveria também uma lógica em que se não abstrairia de todo o conteúdo da cognição; porque a que contivesse apenas as regras do pensamento puro de um objeto excluiria todas as cognições de conteúdo empírico (CRP A 55/B 79-80).

Nessa passagem e no restante do mesmo parágrafo, a ênfase de Kant parece estar na abrangência *mais restrita* dessa lógica, que “excluiria todas as cognições de conteúdo empírico”, em contraste com a universalidade da lógica geral pura. Porém, creio que uma consideração do contexto da passagem em questão e do papel que essa lógica recém introduzida desempenhará nas etapas posteriores do livro permite uma avaliação diferente. O que haverá de realmente relevante nessa lógica que conteria “apenas as regras do pensamento puro de um objeto” não é apenas o fato de ela circunscrever um domínio específico de aplicação. Isso também fazem as chamadas “lógicas particulares”. Antes, a relevância dessa “nova” lógica estaria no fato de ela ter diante de si um conteúdo *a priori* fornecido pelas formas da sensibilidade, apontando assim para a possibilidade de uma cognição *a priori* de objetos, diferentemente da lógica geral pura que, embora seja *a priori*, “se abstrai, como indicamos, de todo o conteúdo da cognição, ou seja, de toda a relação desta ao objeto”. Esse ponto é destacado por Kant mais à frente, quando, após reiterar que a lógica geral se abstrai de todo o conteúdo da cognição, ele afirma que a lógica transcendental, em contrapartida, “defronta-se com um diverso da sensibilidade *a priori*, que a estética transcendental lhe

fornece, para dar uma matéria aos conceitos puros do entendimento, sem a qual esta lógica seria destituída de conteúdo, portanto completamente vazia” (CRP A 76/B 102).

Que a relevância dessa “nova” lógica seja mesmo o fato de ela possuir um *conteúdo objetivo* parece ser confirmado quando vemos que Kant aparentemente interrompe a caracterização da lógica que ele está introduzindo com uma explicação do que ele entende, de modo geral, pelo termo “transcendental”: “[...] não se deve chamar transcendental a toda a cognição *a priori*, mas somente àquela pela qual conhecemos que e como certas representações (intuições ou conceitos) são aplicadas ou possíveis simplesmente *a priori*” (CRP A 56/B 80). Assim, o espaço é uma representação *a priori*, mas não uma representação transcendental; do mesmo modo a geometria é uma ciência *a priori*, mas não uma cognição transcendental, pois, para Kant: “[...] só à cognição da origem não empírica destas representações [isto é, das representações do “espaço” e da “determinação geométrica do espaço”] e à possibilidade de, não obstante, se referirem *a priori* a objetos da experiência pode chamar-se transcendental” (CRP A 56/B 81, *italico* nosso). Assim, diferentemente da geometria, por exemplo, uma explicação da possibilidade de o espaço e o tempo se referirem *a priori* a objetos seria uma espécie de cognição transcendental, o que justificaria o nome “Estética Transcendental” dado por Kant a tal investigação.

Feitos esses esclarecimentos, a ideia de uma lógica transcendental é finalmente apresentada:

Na presunção de que haja porventura conceitos que se possam referir *a priori* a objetos, não como intuições puras ou sensíveis, mas apenas como atos do pensamento puro, e que são, por conseguinte, conceitos, mas cuja origem não é empírica nem estética, concebemos antecipadamente a idéia de uma ciência do entendimento puro e da cognição pura da razão pela qual pensamos objetos absolutamente *a priori*. Uma tal ciência, que determinaria a origem, o âmbito e o valor objetivo dessas cognições, deveria chamar-se *lógica transcendental*, porque trata das leis do entendimento e da razão, mas só na medida em que se refere a objetos *a priori* e não, como a lógica geral, indistintamente às cognições da razão, quer empíricas quer puras (CRP A 57/B81-2).

Informados pela explicação do termo “transcendental” que precede a passagem citada, já sabemos que uma lógica transcendental tratará, pois, da possibilidade de representações *a priori* se referirem a objetos da experiência. Porém, Kant esclarece que, diferentemente do que ocorreu na estética transcendental, as representações a serem examinadas não serão “intuições puras ou sensíveis”, mas “atos do entendimento puro, e que são, por conseguinte, conceitos”. Enquanto a lógica geral ocupa-se apenas com a forma *a priori* do entendimento,

abstraindo-se assim de qualquer relação que este último possa ter com objetos, a lógica transcendental investigará a possibilidade de conceitos *a priori* do entendimento, as categorias, se referirem a objetos da experiência. Tal possibilidade é, à primeira vista, problemática, uma vez que tais conceitos, por definição, se originam exclusivamente no entendimento, não tendo sido, portanto, extraídos da experiência. Sendo assim, a lógica transcendental terá a difícil tarefa de explicar a possibilidade da “validade objetiva”, “significado” ou “sentido” dos conceitos puros do entendimento.

A partir do que foi exposto, gostaria, mais uma vez, de aproveitar a sugestão de Faggion de que, se a lógica geral pode ser comparada a uma *sintaxe*, a lógica transcendental poderá então ser comparada a uma *semântica* dos conceitos *a priori*, uma vez que ela investigará justamente a possibilidade de esses conceitos se relacionarem a objetos e, por conseguinte, possuírem um significado (FAGGION, 2007, p. 12). Mais do que isso, penso que podemos generalizar essa ideia e dizer que a lógica transcendental pode ser comparada a uma semântica das representações *em geral*, tanto *a priori* como *a posteriori*, com o que, creio eu, essa autora estaria de acordo (cf. FAGGION, 2007, pp. 160-2). Isso porque, como veremos mais à frente, a explicação da validade objetiva das categorias envolverá a prova de que elas são condições necessárias para que toda e qualquer representação, mesmo as empíricas, possam se relacionar a objetos pensados como distintos dessas mesmas representações. Deste modo, ao explicar a validade objetiva dos conceitos *a priori* do entendimento, a lógica transcendental toma a forma de uma explicação da validade objetiva das representações em geral, entre as quais, vale destacar, estão os juízos sintéticos, tanto *a priori* como *a posteriori*.

Para sermos mais exatos, a tarefa esboçada acima caberá mais especificamente à chamada “Analítica dos conceitos”, que é a primeira parte da chamada “Analítica Transcendental”, embora, como veremos mais à frente, a segunda parte desta última, denominada “Analítica dos princípios”, esteja estreitamente relacionada com a primeira. A “Analítica Transcendental” constitui, como um todo, a primeira parte do que seria propriamente a lógica transcendental. Sua segunda parte, a “Dialética Transcendental”, apresenta uma crítica do uso ilegítimo das categorias e não será especialmente relevante para os nossos propósitos.

A “prova” propriamente dita da validade objetiva das categorias é realizada na chamada Dedução Transcendental, que pertence à “Analítica dos conceitos” mencionada acima. Porém, a Dedução Transcendental é precedida por um capítulo intitulado “Do Fio Condutor para a Descoberta de Todos os Conceitos Puros do Entendimento”. Antes de

procurar demonstrar que os conceitos puros do entendimento têm validade objetiva, Kant, nesse capítulo, se debruça sobre a tarefa de fornecer uma enumeração e especificação completa e sistemática desses conceitos a partir de um “princípio comum” (CRP A 80/B 106). Na segunda edição da *Crítica*, Kant chama essa derivação das categorias de sua “*dedução metafísica*” (CRP 159). Veremos então que, embora tenhamos enfatizado as diferenças entre a lógica geral pura e a lógica transcendental, Kant, na dedução metafísica, traçará uma importante relação entre elas. Isso porque o “fio condutor” para a especificação completa das categorias será encontrado justamente na “forma lógica do pensamento em geral”, da qual, como vimos, se ocupa a lógica geral (CRP A 55/B 79). Esse momento da argumentação de Kant será o tema das próximas seções.

2.2 A concepção kantiana de juízo.

Como adiantamos no capítulo anterior, o “princípio comum” a partir do qual as categorias serão deduzidas de maneira sistemática envolverá a ideia de que o entendimento pode ser entendido como uma “faculdade de julgar”, uma vez que todas as suas ações podem, segundo Kant, ser reduzidas a juízos (cf. CRP A 69/B 94, A 80/B 106). Essa caracterização do entendimento enquanto uma “faculdade de julgar” aparece em um longo parágrafo em que Kant apresenta os aspectos centrais de sua concepção de juízo (CRP A 67-9/B 92-4). Tendo em vista a importância que esta última terá para os propósitos desta tese, o objetivo da presente seção será examinar as ideias centrais desse parágrafo.

Logo no seu início, encontramos a ideia kantiana, examinada acima, de que nosso entendimento não é uma faculdade de intuição, mas de conceitos, o que o torna um entendimento discursivo, em contraposição a um suposto entendimento intuitivo (CRP A 68/B 92-3). Conceitos, diz Kant um pouco mais à frente, nunca se referem imediatamente a um objeto, mas apenas de maneira mediata. Apenas intuições estão imediatamente relacionadas a objetos. Esse caráter “mediato” é uma das características essenciais dos conceitos para Kant. A outra é a sua “universalidade”, como lemos na *Lógica Jäsche*: “Um conceito é oposto à intuição, pois ele é uma representação universal, ou uma representação do que é comum a vários objetos [...]” (*Log*, AA, 9: 91). Ainda na *Lógica Jäsche*, lemos que a universalidade é a “forma” dos conceitos (*Log*, AA, 9: 91). O “conteúdo” dos conceitos empíricos, que são os que nos interessam no momento, é derivado da experiência (*Log*, AA 9: 92). Por outro lado, sua forma, ou seja, a “universalidade”, não é, ela própria, derivada da experiência, mas é, nas palavras de Kant, “feita” (*Log*, AA 9: 93). Com isso, Kant está

querendo dizer que a forma universal de um conceito deve ser produzida por “atos lógicos do entendimento” que ele denomina “comparação”, “reflexão” e “abstração”. No exemplo apresentado na *Lógica Jäsche*, nós geramos o conceito de “árvore” comparando diferentes objetos (“por exemplo, uma picea, um salgueiro e uma tília”), refletindo naquilo que eles têm em comum (“tronco, ramos e folhas”) e abstraindo de suas diferenças (“a quantidade, a figura, etc.”) (*Log*, AA 9:, pp. 94-5).

Sem entrar nos detalhes desse processo, nos interessa notar aqui que ele resulta em uma representação essencialmente caracterizada por um conjunto de marcas que vários objetos podem ter em comum. É através dessas marcas que o conceito se refere a objetos: “A primeira [intuição] refere-se imediatamente ao objeto e é singular, o segundo [conceito] refere-se mediatamente, por meio de uma marca que pode ser comum a várias coisas” (CRP A 320/B 377). Nessa última citação, temos aqueles que são os dois aspectos essenciais dos conceitos para Kant: sua universalidade e seu caráter mediato. Allison afirma, a meu ver corretamente, que esses dois aspectos estão internamente relacionados entre si. Se um conceito representa objetos apenas por meio de propriedades que vários deles podem ter em comum, então ele não pode representar um objeto *em sua particularidade*, ou seja “não pode determinar nada com relação ao modo pelo qual esses particulares [isto é, os objetos aos quais o conceito se refere] diferem uns dos outros.” (1992., p. 333). Afinal, continua Allison, conceitos são formados precisamente pela abstração dessas diferenças. Apenas intuições podem nos apresentar ou representar imediatamente um objeto singular, pois é apenas através delas que os objetos nos são *dados* na medida em que nossa sensibilidade é afetada. Cabe ao entendimento realizar as operações de comparação, reflexão e abstração sobre o que é dado na sensibilidade, gerando assim representações conceituais que se referem a objetos apenas como “instâncias de um tipo, e não como indivíduos únicos” (1992, p. 333). Daí, o seu caráter universal e mediato.

Feita essa digressão sobre a natureza das representações conceituais em Kant, retornemos ao parágrafo que estamos examinando. No seguinte trecho, encontramos uma sucinta explicação da concepção kantiana de juízo:

Em todo juízo há um conceito que vale para muitos e que, entre esses muitos, compreende também uma dada representação, que é então relacionada imediatamente ao objeto. Assim, neste juízo, por exemplo, *todos os corpos são divisíveis*, o conceito de divisível está relacionado a diversos outros conceitos; entre eles, porém, ele está aqui relacionado particularmente ao conceito de corpo, e este, por sua vez, a certos aparecimentos que se apresentam a nós. Estes objetos são, pois, representados mediatamente pelo

conceito de divisibilidade. Assim, todos os juízos são funções da unidade entre as nossas representações, já que, em vez de uma representação imediata, uma mais elevada, que inclui em si a primeira e outras mais, é usada para a cognição do objeto, e deste modo muitas cognições possíveis são reunidas em uma só (CRP A 68-9/B 93-4).

No juízo “Todos os corpos são divisíveis”, o “conceito que vale para muitos”, do qual Kant fala no início da citação, é o conceito de divisível. Lemos que, no juízo em questão, ele está relacionado a “diversos outros conceitos; entre eles, porém ele está aqui relacionado particularmente ao conceito de corpo”. Temos nessa afirmação a ideia de que o conceito “divisível” vale para [*gilt für*] outros conceitos que não incluem o conceito “corpo”³⁵, mas, no juízo sob exame, ele está sendo relacionado particularmente a este último. Do conceito de corpo, por sua vez, é dito que ele se relaciona a certos “aparecimentos [*Erscheinungen*] que se apresentam a nós”. Vale observar que, como informam os editores das traduções tanto inglesa como portuguesa da *Crítica*, Kant, na sua cópia da primeira edição da obra, substituiu aqui “aparecimentos” por “intuições” [*Anschauungen*]. Se considerarmos, porém, que o termo “aparecimento” é definido como o “objeto indeterminado de uma intuição empírica” (CRP A 19/B 33), talvez a opção entre os dois termos não seja especialmente relevante. Para os nossos propósitos, o que importa ressaltar é que, no juízo sob exame, temos não apenas dois conceitos relacionados entre si (isto é, os conceitos de corpo e divisível), mas esses conceitos também estão de alguma maneira relacionados a objetos dados na sensibilidade. Já sabemos que, por se tratarem de representações conceituais, nenhum deles pode se relacionar imediatamente a objetos. Kant, como mencionamos antes, fez questão de lembrar isso logo acima da passagem citada: “Como nenhuma representação, exceto a intuição, se refere imediatamente ao objeto, um conceito nunca é referido imediatamente a um objeto [...]” (CRP A 68/B 93). Porém, como observa Allison (2004, p. 84), dos dois conceitos que constituem o juízo sob exame o conceito na posição de sujeito mantém uma relação mais direta com objetos do que o conceito na posição de predicado. Afinal, é especificamente do conceito de corpo que é dito relacionar-se “a certos aparecimentos que se apresentam a nós”.

Para abordarmos esse ponto, lembremos, primeiramente, da interdependência entre entendimento e sensibilidade que caracteriza a filosofia kantiana. Se, por um lado, viemos insistindo que conceitos não podem se referir a objetos independentemente da sensibilidade, por outro lado intuições sem conceitos são, nas palavras de Kant, “cegas”: “[...] é tão necessário tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição) como

³⁵ Por exemplo, conceitos de objetos matemáticos que, diferentemente do conceito *empírico* de “corpo”, são construídos na intuição *pura* do espaço.

tornar compreensíveis as intuições (isto é, submetê-las aos conceitos) (A 51/B 75). Sem adentrarmos por ora nos detalhes deste tema, o que nos desviaria demais do nosso presente objetivo, aceitemos, juntamente com Hanna, que, para Kant, uma intuição desprovida de conceitos pode no máximo indicar que há um ocupante no meu campo sensorial, mas não discriminar quais são suas características (2001, p. 49). Conforme a definição de “aparecimento” indicada acima, teríamos apenas um “objeto *indeterminado* de uma intuição empírica” (CRP A 19/B 33, *itálico* nosso). No caso do juízo que estamos examinando, o conceito de “corpo” exerceria precisamente a função de determinar certos objetos sensíveis até então indeterminados: “certos aparecimentos que se apresentam a nós” seriam representados como instanciando as marcas que constituem o conteúdo do conceito “corpo”. Objetos que, do contrário, seriam totalmente indeterminados são assim representados como *corpos* (cf. HANNA, 2001, pp. 50-1). O conceito de corpo ofereceria, como sugere Allison, a “descrição inicial” dos objetos dos quais esse juízo trata (2004, p. 86).

Porém, o que o juízo “Todos os corpos são divisíveis” faz é justamente conectar o conceito “corpo” ao conceito “divisível”. Deste modo, os objetos inicialmente pensados através do conceito de corpo são, nas palavras de Kant, “representados mediatamente pelo conceito de divisibilidade”. Penso que seria correto lembrar que se trataria aqui de uma “dupla” mediação. Afinal, mesmo o conceito “corpo”, como todo conceito, não pode relacionar-se imediatamente a objetos. A mesma cautela vale para o arremate da passagem, que diz que “em vez de uma representação imediata, uma mais elevada, que inclui em si a primeira e outras mais, é usada para a cognição do objeto, e deste modo muitas cognições possíveis são reunidas em uma só”. A “representação imediata” em questão seria o conceito de corpo. Porém, como observa Longuenesse (1998, p. 88, n. 15), só pode se tratar aqui de uma “imediação” relativa: o conceito de corpo estaria relacionado a objetos sem a mediação de outro *conceito*. Afinal, como dissemos, é ele que nos ofereceria a “descrição inicial” dos objetos dos quais o juízo sob exame trata. O que esse juízo afirma então é que esses objetos inicialmente pensados pelo conceito de corpo são também pensados como possuindo as propriedades que caracterizam o conteúdo do conceito “divisível”. Para utilizar a formulação de Kant na *Lógica Jäsche*, o juízo afirma que para todo *x*, ao qual pertence o conceito de corpo, pertence também o conceito de divisível (*Log*, AA 9: 111), onde o termo “*x*” estaria aqui reservando um lugar, no interior do juízo, para os “aparecimentos que se apresentam a nós”.

Esse exame do juízo “Todos os corpos são divisíveis” parece indicar que Kant concebe um juízo como sendo, essencialmente, uma subordinação extensional de conceitos.

Ou, melhor dizendo, pelo que foi mostrado até aqui essa afirmação valeria ao menos para juízos universais categóricos afirmativos. Porém, veremos mais à frente que os demais tipos de juízos também podem ser caracterizados a partir dessa noção³⁶. Por “extensão” de um conceito devemos entender as coisas que estão ou podem estar contidas “sob” (*unter*) ele, como indica essa passagem da *Lógica Jäsche* em que Kant caracteriza os termos “extensão” (*Umfang*) e “conteúdo” (*Inhalt*) conceitual: “Todo conceito, *como conceito parcial*, está contido na representação de coisas; como *fundamento de cognição*, essas coisas estão contidas *sob* ele. No primeiro aspecto todo conceito tem um *conteúdo*, no outro uma *extensão*” (*Log*, AA 9: 95). Já havíamos visto que o *conteúdo* de conceitos empíricos seria derivado da experiência e que sua *forma* universal seria produzida a partir das operações de comparação, reflexão e abstração. Se quisermos relacionar essa explicação da origem lógica dos conceitos com a caracterização de conteúdo conceitual que acabamos de citar, diríamos que um conceito está “contido *na*” representação de objetos na medida em que reflete uma ou algumas de suas propriedades, sendo essas propriedades aquilo que é pensado nas marcas que constituem seu conteúdo. Como observa Fonseca: “Refletindo determinações ou propriedades de objetos, o conceito está contido *na* representação desses objetos como portadores de tais propriedades, refletidas em seu conteúdo” (2010, p. 70) Contudo, ele é apenas um “conceito *parcial*”, uma vez que se abstrai de muitas outras das propriedades desses mesmos objetos (cf. 2010, p. 70). Porém, na mesma medida em que conceitos estão contidos *na* representação das coisas dizemos que essas coisas estão contidas *sob* ele, constituindo assim a sua *extensão*. Sob esse aspecto, diz Kant, eles são o “fundamento de cognição” dessas coisas. Penso que, por essa afirmação, devemos entender que conceitos são fundamentos de cognição das coisas na medida em que são utilizados para pensá-las ou identificá-las, exatamente como, no nosso comentário anterior, o conceito de corpo seria utilizado para identificar certos aparecimentos, por si só “indeterminados”.

Feitas essas considerações, diríamos, por fim, que um juízo como “Todos os corpos são divisíveis” expressa a subordinação da extensão do conceito “corpo” à extensão do conceito “divisível”, onde por “extensão” estamos entendendo os objetos singulares pensados através desses conceitos. Como não poderia ser diferente no quadro da filosofia kantiana, tais objetos só podem ser entendidos como os objetos que nos são dados na intuição sensível³⁷.

³⁶ Como exemplo de autores que, de uma maneira ou de outra, partilham dessa interpretação, podemos citar FONSECA, 2010, pp. 35-40; LONGUENESSE, 1998, p. 86; ALLISON, p. 88; e, embora menos explicitamente, BRANDT, 1995, p. 61 e HANNA, 2001, pp. 59-63.

³⁷ Fonseca aponta que há passagens dos textos de lógica de Kant que sugerem que a extensão de um conceito consistiria em seus conceitos logicamente subordinados (FONSECA, 2010, pp. 73-8). Um conceito está

Após afirmar que através de juízos “muitas cognições possíveis são reunidas em uma só”, o parágrafo que estamos examinando continua da seguinte maneira:

Nós podemos, contudo, reduzir todas as ações do entendimento a juízos, de tal modo que o *entendimento* em geral pode ser representado como uma *faculdade de julgar*. Porque, consoante o que ficou dito, ele é uma capacidade de pensar. Pensar é cognição por conceitos. Os conceitos, porém, referem-se, enquanto predicados de juízos possíveis, a alguma representação de um objeto *ainda* indeterminado. Assim, o conceito de corpo significa algo, p. ex., um metal, que pode ser conhecido por meio desse conceito. Só é conceito, portanto, na medida em que outras representações estão contidas sob ele, por intermédio das quais ele pode se relacionar a objetos. É, portanto, o predicado de um juízo possível, p. ex.: todo o metal é um corpo (CRP A 69/B 94).

O “entendimento” cujas ações podem ser reduzidas (*zurückführen*) a juízos deve ser entendido aqui como nossa capacidade intelectual tomada com um todo, contrastada assim com a sensibilidade. Ou seja, ele não deve ser entendido no sentido mais restrito empregado por Kant em outros contextos, nos quais o entendimento é distinguido da razão e, portando, da faculdade responsável por inferências silogísticas. Trata-se, antes, do entendimento que engloba todas as regras das quais trata a lógica geral³⁸. Portanto, os “atos do entendimento” que podem ser reduzidos a juízos englobariam a formação e aplicação de conceitos, juízos e silogismos (cf. CRP A 130-1/B 169). Esses três empregos do entendimento correspondem às três principais seções que encontramos na *Lógica Jäsche*, por exemplo, e, de modo geral, às principais divisões dos manuais de lógica da época em que a *Crítica* foi escrita³⁹.

Aparentemente, que o exercício do entendimento envolvido na aplicação de conceitos possa ser “reduzido a juízos” seria justificado por Kant a partir de sua caracterização de conceitos como “predicados de juízos possíveis”, e da afirmação, feita antes no mesmo parágrafo, de que o único uso que o entendimento pode fazer de conceitos é formular juízos (CRP A 68/ B 93). Como bem observa Allison (2004, p. 79), sendo um conceito uma

logicamente subordinado a outro quando contém esse outro *em* seu conteúdo como uma de suas marcas, de modo mais ou menos análogo ao qual a passagem citada acima diz que conceitos estão contidos *na* representação das coisas. Por exemplo, para Kant, o conceito “extensão” está contido no conceito “corpo” como uma de suas marcas. Deste modo, diríamos que o segundo está logicamente subordinado ao primeiro. Sem entrar nos detalhes de sua exposição, penso que Fonseca mostra de maneira convincente que tomar a extensão de conceitos como sendo constituída por seus conceitos logicamente subordinados implicaria, entre outras coisas, na ideia de que todo juízo categórico universal verdadeiro seria um juízo analítico (2010, pp. 87-102). Isso, porém, seria inaceitável no sistema da filosofia kantiana. Infelizmente, uma abordagem detalhada deste tema nos desviaria demais dos nossos objetivos. De todo modo, vimos que a análise kantiana do juízo “Todos os corpos são divisíveis” deixa claro que esse juízo contém uma referência a *objetos particulares* dados na intuição sensível.

³⁸ Para uma defesa convincente de que o entendimento, nesse contexto, deve ser entendido nesse sentido amplo, cf. BRANDT, 1995, 51-4.

³⁹ Sobre este último ponto, cf. BRANDT, 1995, pp. 54-6.

representação universal caracterizada pelas marcas que constituem o seu conteúdo, fazer uso de um conceito é essencialmente conceber objetos como satisfazendo a descrição fixada por essas marcas. Isso, porém, é equivalente a formular um juízo. Portanto, conceitos são “predicados de juízos possíveis”, e isso a despeito de sua posição gramatical em qualquer juízo particular. Em conformidade com a formulação da *Lógica Jäsche* indicada acima, diríamos que, qualquer que seja essa posição, um conceito é essencialmente um predicado dos *x*'s particulares que podem cair sob ele. Isso é evidenciado pelos exemplos de Kant, nos quais o conceito de corpo, antes sujeito gramatical no juízo “Todos os corpos são divisíveis”, aparece agora como predicado no juízo “Todo metal é um corpo”. Ou seja, alguns dos *x*'s que no primeiro juízo eram pensados sob o conceito de corpo são agora determinados especificamente como “metais”, de modo que o conceito de corpo passa a ocupar a posição de predicado.

Considerações semelhantes permitiriam concluir que a doutrina das inferências silogísticas pode ser “reduzida”, ao menos no que se refere aos seus elementos essenciais, à doutrina dos atos que o entendimento executa ao julgar. Nas palavras de Brandt, a relação entre representações que é articulada em um juízo fornece um “elemento pré-estruturante” de possíveis inferências (1995, p. 65). Esse ponto é bem explicado por Longuenesse, que afirma que, para Kant, todo juízo é potencialmente uma premissa maior de um silogismo (1998, p. 90). Como explica a autora, a capacidade de pensar um juízo como “Todos os corpos são divisíveis” seria intrinsecamente acompanhada da capacidade de realizar a inferência: “O conceito de divisível se aplica ao conceito de corpo; mas, o conceito de corpo se aplica aos objetos *x*, *y*, *z*; portanto, o conceito de divisível se aplica a esses mesmos objetos” (1998, p. 91). Essa seria, portanto, uma das ideias por trás da tese kantiana de que todos os atos do entendimento podem ser reduzidos a juízos. Isso abre, para Kant, uma importante linha de investigação anunciada por ele no encerramento do parágrafo que está sendo examinado até aqui: “As funções do entendimento podem, portanto, ser todas encontradas se pudermos exhibir integralmente as funções de unidade nos juízos. Que isso, porém, é perfeitamente realizável é o que a seção seguinte mostrará” (CRP A 69/B 94).

A “seção seguinte” à qual Kant se refere será nosso objeto de estudo na próxima seção deste capítulo. Antes, porém, gostaria de fazer algumas considerações acerca da relação entre os temas examinados na presente seção e a distinção entre lógica geral pura e lógica transcendental que discutimos anteriormente. Penso que caracterização de juízo realizada no longo parágrafo que viemos examinando não ultrapassa os domínios daquilo que Kant entende por lógica geral pura. Isso já é denunciado pelo próprio título no qual esse parágrafo

se encontra: “Sobre o uso lógico do entendimento em geral”. Esse título deve ser comparado com a afirmação de Kant de que: “A lógica geral se abstrai, como indicamos, de todo o conteúdo da cognição, ou seja, de toda a relação desta ao objeto e considera apenas a forma lógica na relação das cognições entre si, isto é, *a forma lógica do pensamento em geral* (CRP A 55/B 79, itálico nosso). A caracterização de juízo que encontramos aqui pertence tão somente a essa consideração da “forma lógica na relação das cognições si”. Mesmo as observações de Kant de que conceitos e juízos necessitam de intuições para se referir a objetos não ultrapassaria os domínios da lógica geral em nenhum sentido importante. Como afirmamos acima, a incapacidade de conceitos se referirem imediatamente a objetos está internamente relacionada com própria forma universal de todo conceito, forma esta que *é* objeto da lógica geral (cf. *Log*, AA 9: 94). Portanto, assinalar que conceitos e juízos carecem de intuições para se referir a objetos não seria propriamente adentrar em uma “investigação transcendental”. Isso seria o caso apenas se, além de disso, investigássemos e especificássemos as condições transcendentais que possibilitam que nossas representações sejam pensadas como se referindo a um objeto distinto dessas mesmas representações, o que não ocorreu. Mesmo da seção seguinte, que procurará apresentar de maneira completa e sistemática a “forma lógica do pensamento em geral”, pode-se dizer, com algumas importantes qualificações, que ela permanece nos limites da lógica geral. Examinemos então essa seção.

2.3 A tabela dos juízos

A seção intitulada “Da função lógica do entendimento nos juízos”, na qual Kant irá apresentar de maneira sistemática a “forma lógica do pensamento em geral” se inicia com a seguinte afirmação: “Se nós abstrairmos de todo conteúdo de um juízo em geral, e atendermos apenas à mera forma do entendimento, encontramos que nele a função do pensamento pode ser trazida sob quatro títulos, cada um dos quais contém sob si três momentos” (CRP A 70/B 95). Esses quatro títulos e seus respectivos momentos são exibidos em seguida naquela que ficou conhecida como a “tabela dos juízos”. Para tornar nossa discussão mais clara, listo abaixo os quatro títulos (à esquerda e em itálico) e seus momentos (à direita):

1 – *Quantidade*: Universais, Particulares, Singulares.

2 – *Qualidade*: Afirmativos, Negativos, Infinitos.

3 – *Relação*: Categóricos, Hipotéticos, Disjuntivos.

4 – *Modalidade*: Problemáticos, Assertóricos, Apodíticos.

Antes de adentrarmos no exame da tabela, cumpre notar aqui que Kant frequentemente se refere às “*formas* lógicas” listadas acima como “*funções* lógicas” (cf., por exemplo, o próprio título da seção que estamos examinando e CRP A 79/B 105). Sobre essa suposta ambigüidade, cumpre notar que, na seção anterior, o termo “função” é definido por Kant, de modo geral, como “a unidade da ação de ordenar diferentes representações sob uma comum” (CRP A 68/B 93). Deste modo, tendo a concordar com Allison quando este autor afirma que o termo “função lógica” está relacionado com o ato ou processo de julgar segundo uma determinada regra, regra esta que dá a “unidade” desse ato; já o termo “forma lógica” estaria relacionado com seu produto (2004, pp. 147-8). Este produto seria precisamente um juízo com uma determinada forma lógica que corresponde à regra que guia o ato de sua produção. Daí a correspondência exata entre “funções lógicas” e “formas lógicas”, termos que Kant frequentemente utiliza de maneira intercambiável. Longuenesse, que adota uma leitura parecida com relação a esse ponto, ressalta que, diferentemente das funções lógicas, “as formas são manifestadas na expressão linguística dos juízos” (2005, p. 94).

Feitas essas considerações, passemos agora aos diferentes títulos e momentos apresentados na tabela. Como observa Brandt (1995, pp. 4-5), uma vez que Kant não procura desenvolver uma prova definitiva da completude de sua tabela, é razoável supor que ele espera que seu leitor leve em consideração a caracterização de juízo que ele apresentou na seção anterior, que examinamos acima. Nessa ocasião, afirmamos que, na concepção kantiana de juízo, juízos podem ser entendidos em termos da noção de subordinação extensional de conceitos. A partir da instrução de Kant citada acima, que precede a apresentação da tabela, a ideia seria então a de que, se abstrairmos de todo o conteúdo específico dos juízos, devemos encontrar os diferentes modos pelos quais nosso entendimento subordina conceitos com respeito à sua extensão⁴⁰. Esses atos de combinação guiados por regras determinadas são precisamente as chamadas “funções lógicas” dos juízos, e resultam em juízos com formas lógicas correspondentes. Como Kant dirá depois, ainda que de passagem, não podemos propriamente explicar por que nós temos precisamente essas funções lógicas e não outras, assim como não podemos explicar por que o espaço e o tempo são as únicas formas possíveis da nossa intuição (B 145-6). Na *Estética Transcendental*, lemos que, se separarmos da representação de um corpo aquilo que pertence à sensação, a forma pura da nossa

⁴⁰ Ao abordar os diferentes títulos e momentos da tabela de juízos a partir da noção de subordinação extensional de conceitos, minha análise estará sendo tributária, sobretudo, dos trabalhos de Fonseca (2010, pp. 35-40) e de Longuenesse (1998, pp. 85-106).

sensibilidade é “encontrada na mente *a priori*” (CRP A 20-1/B 34-5). Podemos dizer que, de maneira análoga, Kant estaria afirmando aqui que, se abstrairmos de todo o conteúdo dos juízos, são encontradas “na mente *a priori*” determinadas formas ou funções lógicas. Embora certamente concebidas a partir de uma perspectiva mentalista, já sabemos que essas formas não devem ser entendidas como regras psicológicas ou empíricas. Elas são, por assim dizer, um “fato último” acerca da natureza essencial do nosso entendimento.

Com relação aos dois primeiros títulos e seus dois primeiros momentos, parece que sua presença na tabela seria imediatamente justificada pela concepção de juízo enquanto subordinação de extensões conceituais. Sabemos que, como orienta Kant, devemos abstrair de “de todo conteúdo de um juízo em geral” e atender à “mera forma do entendimento”. Isso envolve, naturalmente, abstrair-se de todo o conteúdo dos conceitos a serem combinados e atender à sua mera forma, que é a sua “universalidade”: um conceito é “uma representação *na medida em que ela pode estar contida em várias*” (Log, AA 9: 91). Por conseguinte, ao relacionar conceitos em um juízo, posso considerar a extensão de um conceito como *incluída* ou *excluída totalmente* ou apenas *em parte* na extensão de outro conceito (cf. Log, AA 09: 102-4). Isso nos dá os dois primeiros títulos e seus dois primeiros momentos. No que se refere ao título de quantidade, temos: *Todos S* são (ou não são) P, que corresponde à função “universal”; e *Alguns S* são (ou não são) P, que corresponde à função “particular”. No que se refere ao título de qualidade, temos: *S são* P, que corresponde à função “afirmativa”; e *S não são* P, que corresponde à função de “negação”. No caso de juízos negativos, por se tratar da *exclusão* da extensão de um conceito da extensão de outro, talvez não seria muito preciso, ou até mesmo incorreto, dizer que tenhamos propriamente uma “subordinação extensional de conceitos”. Contudo, creio que podemos aceitar, pelo menos, que são casos essencialmente caracterizados a partir desta última noção, ou em analogia com ela.

Kant adiciona, porém, mais um momento sob cada um desses títulos. Além de juízos universais e particulares, o título de quantidade reserva um lugar para “juízos singulares”. Na *Lógica Jäsche*, Kant apresenta como exemplo o juízo “Caio é mortal” (Log, AA 9: 102), no qual encontramos na posição de sujeito o que poderíamos tomar como sendo uma espécie de termo singular. Kant concorda que, para seu uso em silogismos, juízos singulares podem ser tratados como juízos universais: “Devido a não possuírem extensão, o seu predicado não pode relacionar-se apenas a uma parte do que está contido no conceito do sujeito e excluído da outra” (CRP A 71/B 96). Ou seja, por possuir na posição de sujeito algo análogo a um termo singular, o predicado de um juízo como “Caio é mortal” só pode se relacionar com a “totalidade” do que está contido sob o conceito na posição de sujeito, exatamente como ocorre

em juízos universais. Contudo, Kant justifica a inclusão de juízos singulares dizendo que, se comparamos um juízo singular com um juízo universal “simplesmente *como cognição*, do ponto de vista da quantidade, então o primeiro está para o segundo assim como a unidade está para o infinito, e é, pois, em si, essencialmente diferente deste” (CRP A 71/B 96, *itálico* nosso). Kant estaria justificando a introdução de um lugar para juízos singulares em sua tabela com referência ao que podemos chamar de seu “valor cognitivo”, que é diferente daquele dos juízos universais. De fato, podemos dizer que um juízo como “Todos os homens são mortais” expressa um conhecimento muito maior e, portanto, distinto, do que o de um juízo como “Caio é mortal”. O primeiro expressa o conhecimento de apenas uma coisa e o outro de uma infinidade delas. Por isso, diz Kant, juízos singulares merecem “um lugar particular em uma tabela completa dos momentos do pensamento em geral” (CRP A 71/B 96-7).

Essa justificativa para a introdução de juízos singulares, baseada em uma referência ao uso de juízos na cognição de objetos, é um tanto desconcertante. Kant não havia nos dito que sua tabela seria obtida a partir da consideração da mera forma do entendimento e da abstração de todo o conteúdo dos juízos? Antes de abordarmos esse ponto, consideremos o terceiro momento do título da qualidade, que reserva um lugar para “juízos infinitos”. Trata-se de juízos que contêm um predicado negativo, como, no exemplo de Kant, o juízo “A alma é não mortal”. Kant afirma que na lógica geral esses juízos são corretamente incluídos juntamente com juízos afirmativos (CRP A 71-2/B 97). Sua explicação é a de que, por essa proposição, eu faço uma *afirmação*, já que a alma é *colocada* na extensão dos seres não mortais. Porém, diz Kant, a lógica transcendental deve considerar também “o valor ou conteúdo da afirmação lógica” e qual é o ganho que isso dá para o “todo do conhecimento” (CRP A 72/B 97). A ideia de Kant é a de que, enquanto um juízo genuinamente afirmativo como, digamos, “Caio é mortal”, coloca o conceito na posição de sujeito na extensão de um conceito determinado, o juízo “A alma é não mortal” apenas coloca o conceito de alma na esfera infinita que resta quando retiramos aquilo que é mortal. Com isso, o conceito de alma não é, nas palavras de Kant, de modo algum “determinado afirmativamente” e deve, portanto, ser distinguido de juízos afirmativos. Para Kant, isso justifica que reservemos um lugar para juízos infinitos na “tabela transcendental de todos os momentos do pensamento nos juízos” (CRP A 73/B 98).

Assim, como no caso dos juízos singulares, Kant estaria se movendo aqui para além de uma consideração da mera forma do entendimento, dizendo agora explicitamente que sua tabela está levando em consideração a lógica transcendental. Juízos singulares parecem ter ainda o problema adicional de que a admissão de termos singulares como “Caio” parece contrariar a concepção kantiana de conceitos enquanto representações essencialmente

universais. Esse último ponto, porém, é diretamente reconhecido e tratado por Kant na *Lógica Jäsche*. Após caracterizar conceitos como representações universais, Kant afirma que é, portanto, “uma mera tautologia falar de conceitos universais ou comuns”, criticando em seguida a divisão de conceitos em conceitos universais, particulares singulares (*Log*, AA 9: 91). Ele esclarece então que conceitos não podem ser divididos desse modo, mas “apenas o seu uso” (*Log*, AA 9: 91). De fato, é uma tese central da filosofia kantiana a de que, por mais determinações adicionemos a um conceito, tornando-o mais e mais específico, isso nunca resultará na representação de um indivíduo singular. Apenas intuições podem fazê-lo. Portanto, embora Kant não seja explícito quanto ao “uso” do conceito que ele tem em mente aqui, se “usamos” um conceito em juízos singulares de modo que ele se refira a uma coisa individual, esse uso só pode, de alguma maneira, envolver intuições.

Já no que se refere à distinção entre juízos singulares e universais e à distinção entre juízos afirmativos e infinitos, cumpre observar que, embora tais distinções não façam diferença do ponto de vista da lógica geral, isso não significa, ao menos necessariamente, que elas não possam ser traçadas por esta última. Para tentar dar uma coerência maior à afirmação de Kant de que sua tabela se abstrai de todo o conteúdo dos juízos e considera a mera forma do entendimento, podemos adotar então a seguinte ponderação de Allison: “é necessário distinguir entre aquilo com o que a lógica geral está primeiramente interessada e aquilo que ela é capaz de fornecer” (2004, p. 141). Altmann, que concorda que a distinção entre juízos universais e singulares poderia ser, ao menos, *assinalada* pela lógica geral, faz o seguinte comentário: “dizer que todo conceito se refere a uma pluralidade possível de objetos deixa em aberto a possibilidade de ele referir-se (num determinado uso) a somente um ou mais objetos” (2004, 33). O mesmo raciocínio valeria para a distinção entre juízos afirmativos e infinitos: “Basta que todo conceito funcione delimitando uma esfera para que se tenha necessariamente a possibilidade de um predicado para a esfera complementar” (ALTMANN, 2004, 37). Portanto, embora a lógica geral não tenha *interesse* nessas distinções, ambas poderiam ser *traçadas* utilizando apenas os seus próprios recursos (cf. ALTMANN, 2004, p. 37).

Ainda assim, isso não muda o fato de que a tabela dos juízos, que deveria levar em conta a mera forma do entendimento e que deveria ser a tabela a partir da qual derivaríamos as categorias, tenha sido montada a partir de considerações que dizem respeito à cognição de objetos e a partir de distinções que interessam apenas à lógica transcendental (sobre esse último ponto, cf. especialmente CRP A 73/B 98). Gostaria, no entanto, de deixar o exame desse problema para a seção seguinte, onde ele poderá ser tratado a partir de uma perspectiva mais abrangente. Por ora, prossigamos na análise dos demais itens da tabela dos juízos.

Os três momentos do título de relação contêm aquelas que são, segundo Kant, todas as “relações do pensamento em juízos”: “a) do predicado com o sujeito, b) do fundamento [*Grund*] com a consequência c) do conhecimento dividido e de todos os membros da divisão entre si” (CRP A 73/B 98). Trata-se aqui, respectivamente, das formas categórica, hipotética e disjuntiva. Como é frequentemente notado, Kant teria sido o primeiro a agrupar esses três tipos de juízo sob um mesmo título, e também o primeiro a adicionar um título de “relação” em uma doutrina de juízos. Kemp Smith, por exemplo, assinala que o título de relação e seus momentos aparentemente substituem a divisão, até então tradicional, entre juízos simples e complexos (1918, p. 193). Na maioria das vezes, o primeiro grupo continha o juízo categórico, e o segundo os juízos hipotéticos, disjuntivos e copulativos (juízo categórico com mais de um sujeito ou com mais de um predicado). Portanto, precisamos entender qual seria o propósito do próprio título de relação e por que Kant o teria articulado de tal maneira que excluísse juízos com os quais ele certamente estava familiarizado.

Para tentar responder a essa questão, comecemos pelos comentários de Kant acerca dos juízos hipotéticos. Seu exemplo é o juízo “Se há justiça perfeita, então o mal obstinado será punido” (CRP A 73/B 98). Kant faz então o seguinte comentário: “Não se revela aqui se qualquer dessas duas proposições é verdadeira em si. É apenas a consequência [*Konsequenz*] que é pensada por meio desse juízo” (CRP A 73/B 98). A fim de entender o que está em jogo aqui, consideremos o que o texto da *Lógica Jäsche* diz sobre o tema. Kant faz a distinção entre a “forma” e a “matéria” dos juízos, e as formas judicativas discutidas em seguida correspondem exatamente às apresentadas na *Crítica* (*Log*, AA 9: 101-2). Sobre os juízos categóricos, lemos que sua matéria é constituída pelo sujeito e pelo predicado, e que sua forma é constituída pelo que Kant chama de “cópula_L” (*Log*, AA 9: 105). Já a forma dos juízos hipotéticos é denominada “*consequentia*”: “O que a cópula_L é para juízos categóricos, a *consequentia* é para hipotéticos – sua forma” (*Log*, AA 9: 105). A matéria dos juízos hipotéticos (e disjuntivos) consiste, ela própria, em juízos categóricos. Sobre esse último ponto, Kant faz, porém, essa ponderação:

Juízos categóricos constituem a matéria de todos os juízos restantes, é certo, mas *não* se deve por isso acreditar, como fazem diversos lógicos, que tanto juízos hipotéticos como disjuntivos são nada mais que várias vestimentas de categóricos e que *podem, portanto, ser totalmente reduzidos a esses últimos*. Todos os três tipos de juízos repousam sobre *funções lógicas do entendimento essencialmente diferentes* e devem, portanto, ser considerados de acordo com *sua diferença específica* (*Log*, AA 09: 105, *italico* nosso).

Creio que podemos extrair daqui uma possível explicação do papel do título de relação na tabela dos juízos. O propósito desse título seria elencar certos modos “essencialmente diferentes” de combinação de representações em juízos, que, por conta dessa diferença essencial, produzem formas judicativas irreduzíveis entre si. No caso dos juízos categóricos, a cópula (sua “forma”) aplicada, por exemplo, aos *conceitos* “corpo” e “divisível” (sua “matéria”) produz um determinado tipo de uma unidade judicativa. De modo análogo, em juízos hipotéticos a relação de “*consequentia*” (sua “forma”) aplicada, por exemplo, aos *juízos* “Todos os corpos são compostos” e “Todos os corpos são divisíveis” (sua “matéria”) produziria um *novo* tipo de unidade judicativa: “Se todos os corpos são compostos, então eles são divisíveis” (cf. *Log*, AA 9: 105-6). Pelo que foi dito acima (cf. CRP A 73/B 98), sabemos que nesse último não é afirmada nem a verdade do juízo “Todos os corpos são compostos” nem a do juízo “Todos os corpos são divisíveis”. Podemos dizer que isso se deve ao fato de eles entrarem no juízo apenas como sua “matéria”, a ser combinada por uma forma que irá, ela sim, instituir a unidade proposicional. Não importa aqui se em outros contextos essas “matérias” possam ser empregadas isoladamente e, assim, constituir, por si só, essa unidade. No contexto daquele juízo hipotético elas deixam de ser consideradas como juízos independentes um do outro, passando-se a considerar, pelo contrário, *a relação entre eles*, isto é, a relação de “*consequentia*”: “É apenas a consequência que é pensada por meio desse juízo” (CRP A 73/B 98).

Vimos que, segundo a *Lógica Jäsche*, “a forma da *consequentia*” consiste em uma função lógica do entendimento essencialmente diferente das demais e que deve, portanto, ser considerada de acordo com sua “diferença específica”. E é precisamente por isso, podemos concluir, que ela merece um lugar sob o título de relação. Os momentos desse título indicam modos “essencialmente diferentes” de combinação de representações que não “podem ser totalmente reduzidos” entre si. Por meio deles são produzidas, portanto, aquelas que seriam as formas lógicas mais básicas e irreduzíveis entre si, entendidas especificamente como unidades judicativas nas quais se considera a *relação* entre as representações combinadas, e nas quais, por conta disso, estas últimas nunca são consideradas como representações (conceitos ou juízos) independentes umas das outras⁴¹. Segundo Kant, as formas categórica, hipotética e disjuntiva constituem *todos* os modos de combinação desse tipo (CRP A 73/B 99). Presumivelmente, os chamados “juízos copulativos” estariam excluídos pelo fato de que, como observa Allison, seus constituintes são considerados como “unidades judicativas

⁴¹ Para um maior desenvolvimento desse último ponto, cf. ALTMANN, 2004, pp. 39-43.

completas ou proposições que podem ser afirmadas ou negadas independentemente de sua conexão no juízo” (2004, p. 142). Por isso, juízos copulativos não constituem em um tipo único e especial de unidade judicativa, não merecendo assim um lugar na tabela. Contudo, poder-se-ia indagar se, assim como ocorreu com a introdução dos juízos singulares e infinitos, ao montar dos momentos do título de relação Kant não teria se apoiado também em considerações que pertencem a uma investigação das condições transcendentais de uma cognição de objetos. Mais uma vez, reservo o tratamento desse tema para a próxima seção.

Feitas essas considerações, resta entender ainda de que maneira juízos hipotéticos se relacionam com aquilo que foi dito acerca da concepção kantiana de juízo na seção anterior. Na ocasião, concluímos que, segundo essa concepção, um juízo como “Todos os corpos são divisíveis” expressa uma subordinação extensional de conceitos. Para tentarmos estender essa última noção aos demais momentos do título de relação⁴², consideremos que, nas passagens da *Lógica Jäsche* examinadas há pouco, na qual Kant discute a irredutibilidade de juízos hipotéticos a categóricos, a distinção entre eles é caracterizada da seguinte maneira:

“Há uma diferença essencial entre as duas proposições, Todos os corpos são divisíveis, e, se todos os corpos são compostos, então eles são divisíveis. Na primeira proposição eu afirmo a coisa [*die Sache*] diretamente, na última apenas sob uma condição expressa problemáticamente (Log, AA 9: 105-6, itálico nosso).

De maneira simplificada, podemos dizer que o juízo “Todos os corpos são divisíveis” expressa “diretamente” que a extensão do conceito corpo está subordinada à extensão do conceito divisível. Na forma hipotética também teríamos um certo modo de subordinação de conceitos. Porém, aqui a subordinação do conceito “corpo” ao conceito “divisível” não é expressa de maneira direta, mas *apenas sob a condição* de que o primeiro esteja subordinado ao conceito “composto”. Assim, diríamos, de modo geral, que o que é expresso em juízos hipotéticos é uma *relação* entre subordinações conceituais: eles afirmam que a subordinação conceitual expressa no conseqüente pode ser afirmada sob a condição de que uma subordinação conceitual adicional, aquela expressa no antecedente, também o seja. E é por isso que eles não expressam de maneira assertórica nem a subordinação conceitual pensada no

⁴² Fonseca indica algumas *Reflexões* nas quais Kant parece caracterizar juízos em termos da noção de subordinação de conceitos de um modo que abrange não apenas as formas categóricas, mas também as formas hipotéticas e disjuntivas. Por exemplo: “O juízo é a representação da unidade de conceitos na medida em que um está subordinado ao outro, (1) como sob a extensão do outro, (2) como consequência ao fundamento, (3) como membro da divisão ao conceito dividido” (AA 16: 653, *circa* 1790-1804; *apud*. FONSECA, 2010, p. 37). Os itens “(1)”, “(2)” e “(3)” correspondem, respectivamente, aos juízos categóricos, hipotéticos e disjuntivos.

antecedente nem a pensada no conseqüente. O que é afirmado de maneira assertórica é apenas *a relação de consequência entre essas duas subordinações* (cf. *Log*, AA 9: 105-6).

Passando agora aos juízos disjuntivos, lemos que eles contêm uma relação de “oposição lógica” entre dois ou mais juízos, “na medida em que a esfera de um exclui a do outro” (CRP A 73-4/B 99). Porém, trata-se, ao mesmo tempo, de uma relação de “comunidade”, na medida em que esses juízos, tomados em conjunto, “satisfazem [*erfüllen*] a esfera da cognição propriamente dita” (CRP A 73-4/B 99). O exemplo da *Crítica* é o juízo “O mundo existe ou por mero acaso, ou por necessidade interna ou por causa exterior”. As três possibilidades mencionadas nesse juízo esgotariam todas as possíveis explicações acerca da existência do mundo⁴³. Daí que os juízos que expressam cada uma dessas possibilidades estão, tomados em conjunto, em uma relação de “comunidade”. Ao mesmo tempo, eles são mutuamente exclusivos entre si: afirmar, por exemplo, que o mundo existe por mero acaso é, ao mesmo tempo, recusar que ele existe por necessidade interna e recusar que ele existe por causa exterior. Daí a “oposição lógica” que vigora entre os juízos constituintes deste e de qualquer outro juízo da forma disjuntiva (cf. CRP A 73-4/B 99).

Devemos então tentar entender de que maneira a forma lógica disjuntiva pode ser tomada como expressando um determinado modo de subordinação conceitual. O seguinte comentário de Kant pode nos dar uma ideia de como isso deve ser feito. Após apresentar o exemplo de juízo disjuntivo indicado acima, ele escreve:

Cada uma dessas proposições ocupa uma parte da esfera da cognição possível acerca da existência do mundo em geral, e juntas elas ocupam a esfera inteira. Remover a cognição de uma dessas esferas significa colocá-la em uma das outras, e colocá-la em uma esfera, pelo contrário, significa removê-la das outras (CRP A 73-4/B 99)

Assim como no caso da função hipotética, temos um modo de subordinação que, diferente do categórico, não expressa a subordinação de um conceito sob outro de maneira direta. Porém, trata-se, evidentemente, de um modo de subordinação distinto do hipotético. Neste último, vimos que o que permitia a subordinação do conceito “corpo” sob o conceito “divisível” era uma subordinação conceitual adicional: a subordinação do primeiro sob o conceito “composto”. Com base na passagem citada acima, podemos tentar entender o juízo disjuntivo de maneira aproximada. Esse juízo expressa que subordinar o conceito “o

⁴³ Para ajudar a entender esse ponto, cumpre notar que, na *Lógica Jäsche*, a disjunção é explicada como uma divisão da extensão de um conceito em partes que esgotam toda a extensão do conceito dividido (cf. *Log*, AA 9: 106-8). Assim, poderíamos dizer que as possíveis explicações acerca da existência do mundo contidas no juízo disjuntivo apresentado por Kant dividem toda a extensão possível do conceito “existência do mundo”.

mundo”⁴⁴ sob, por exemplo, o conceito “existente por mero acaso” permite removê-lo tanto do conceito “existente por necessidade interna” como do conceito “existente por causa exterior”. Ao mesmo tempo, esse juízo expressa que remover o conceito “o mundo” da extensão do conceito “existente por mero acaso” permite colocá-lo sob um dos conceitos restantes. Pelo que foi discutido acima, podemos concluir que Kant considerava esse modo de combinação conceitual uma função lógica básica do entendimento, isto é, irreduzível a nenhuma outra, e que, portanto, merece um lugar sob o título de relação.

Chegamos, por fim, ao título de modalidade. Kant afirma que se trata aqui de uma função judicativa “muito particular”, uma vez que “ela não contribui nada para o conteúdo dos juízos (pois além da quantidade, qualidade e relação, nada mais constitui o conteúdo do juízo)” (A 74/B 99-100). A referência ao “conteúdo” dos juízos nesse contexto é curiosa, uma vez que os três primeiros títulos deveriam supostamente dizer respeito a propriedades meramente formais. No entanto, podemos entender essa afirmação como indicando que esses títulos dão, cada um deles, uma contribuição indispensável para a constituição de propriedades estruturais que formam uma unidade judicativa completa. Já a modalidade não diz respeito a propriedades (ainda que apenas formais ou estruturais) internas de um juízo, mas à sua relação com outros, seja como parte de um juízo completo ou como um dos termos de um silogismo. Assim (como já havíamos visto), um juízo é “problemático” (sua afirmação ou negação é considerada como apenas possível) se ele aparece, por exemplo, na posição de antecedente ou de consequente em um juízo hipotético. Ele é “assertórico” (sua afirmação ou negação é considerada como real ou verdadeira) se ele aparece, por exemplo, como premissa menor em um silogismo hipotético. E ele é “apodítico” (sua afirmação ou negação é considerada como necessária) se aparece, por exemplo, como conclusão de um tal silogismo (cf. CRP A 74-6/B 100-1).

Terminado esse exame da tabela dos juízos, passemos agora para a seção “Dos conceitos puros do entendimento ou das categorias”. É aqui propriamente que Kant pretenderá derivar as categorias da tabela que acabamos de considerar.

2.4 Formas lógicas, categorias e ontologia em Kant

⁴⁴ Ao que tudo indica, tratar-se-ia aqui de um “uso singular” de um conceito, sobre o qual discutimos anteriormente. Essa também parece ser a posição de Longuenesse acerca desse problemático exemplo de Kant (cf. 1998, p. 380).

No texto que antecede a apresentação da tabela das categorias, temos, agora de maneira definitiva, uma passagem do domínio da lógica geral para a lógica transcendental. Talvez justamente por isso somos apresentados a algumas ideias e afirmações que não são satisfatoriamente explicadas ou defendidas. Isso só será feito mais à frente, especialmente na Dedução Transcendental. Sendo assim, sugiro que, por ora, abordemos apenas aquilo que for mais indispensável para que possamos apresentar, ainda que em linhas mais gerais, um tema que será fundamental para o presente trabalho, a saber: o tema referente à natureza da relação entre as formas lógicas dos juízos e as categorias.

Uma noção central da filosofia teórica kantiana que encontramos na seção que vamos examinar é a noção de “síntese”. Após reiterar a tese, estabelecida na Estética, de que estamos na posse de um múltiplo sensível *a priori* que tem origem na nossa faculdade receptiva de cognição, Kant acrescenta: “Porém, a espontaneidade do nosso pensamento requer que esse múltiplo seja percorrido, apanhado e combinado de um determinado modo para que daí se faça uma cognição. A esse ato dou o nome de síntese” (CRP A 77/B 103). Como será mostrado na Dedução Transcendental, embora nossa sensibilidade possa receber representações, a combinação dessas últimas não pode ser recebida, mas deve ser, por assim dizer, feita. Para Kant, ela deve ser um *ato* da “espontaneidade” do sujeito, e a faculdade responsável por esse ato é o entendimento, como lemos na seguinte passagem da Dedução B: “[...] toda combinação, quer estejamos conscientes dela ou não, quer seja uma combinação do múltiplo da intuição ou de vários conceitos [...] é um ato do entendimento, que nós designaremos pelo nome geral de síntese” (CRP B 130).

Essa última citação indica que o “nome geral de síntese” abarca usos do entendimento um tanto quanto distintos entre si. Em um deles o entendimento realiza uma combinação de *conceitos*. Esse é o tipo de uso sobre o qual concentramos nossas atenções até aqui. Vimos que o que a tabela dos juízos faz é especificar aqueles que são os modos mais básicos pelos quais *conceitos* são combinados em juízos. Agora, estamos vendo que, para Kant, o entendimento também realiza uma síntese de *intuições*. É verdade que a análise kantiana do juízo “Todos os corpos são divisíveis”, examinada acima, já fazia uma referência a objetos dados da intuição, análise esta que, segundo nossa interpretação, manteve-se nos limites da lógica geral. Inclusive, vimos que em algumas formulações Kant reserva um lugar para esses objetos da intuição na própria forma dos juízos por meio de um termo “*x*”. Contudo, a investigação do papel que a síntese de intuições exerce na nossa cognição, à qual Kant passará a se dedicar a partir daqui, irá muito de considerações desse tipo, que nada mais fazem do que indicar que juízos têm (ou podem ter) um tipo qualquer de relação com a sensibilidade. Para

utilizar a precisa formulação dada por Longuenesse ao que estará em jogo a partir daqui, investigar o papel que a síntese do múltiplo da intuição exerce na nossa cognição é investigar como nós geramos, em primeiro lugar, as representações daqueles objetos sensíveis que são indicados pelos termos “x’s” em juízos com validade objetiva (1998, p. 10). Essa será uma tarefa da lógica transcendental, e não da lógica geral, que “se abstrai, como indicamos, de todo o conteúdo da cognição, ou seja, de toda a relação desta ao objeto” (CRP A 55/B 79).

Na seção que estamos examinando, após afirmar que é só por meio da síntese do múltiplo sensível que se pode produzir uma cognição, as categorias aparecem pela primeira vez na discussão: “A *síntese pura, representada de modo geral* [*allgemein vorgestellt*], dá o conceito puro do entendimento”. (CRP A 78/B 104). Por uma “síntese pura” devemos entender uma síntese baseada em regras *a priori*, diferente do que ocorre em uma síntese baseada em princípios psicológicos e contingentes. Na Dedução A, podemos dizer que Kant menciona o que ele consideraria como uma síntese desse último tipo. Diante de representações que aparecem frequentemente acompanhadas uma da outra, minha mente pode ser levada a associá-las entre si, de modo que “mesmo sem a presença do objeto, uma dessas representações produz uma transição da mente à outra, de acordo com uma regra constante” (CRP A 100). Podemos dizer que relacionar representações baseado apenas nesse tipo propensão, à qual Kant se refere como “uma mera lei empírica” (CRP A 100), seria uma espécie de síntese “impura”. Já uma síntese pura é uma síntese baseada, não em leis empíricas de associação, mas em regras *a priori*. As categorias serão precisamente conceitos que, por terem uma origem *a priori* no entendimento, fornecem essas regras. Por conta de seu caráter *a priori*, elas introduzem uma “unidade sintética necessária” na síntese do múltiplo da intuição (CRP A 79/B 104). Para Kant, é apenas na medida em que a síntese de representações possui esse caráter de *necessidade* que essas representações podem ser pensadas como se referindo a um objeto distinto delas. Como entender essa “necessidade” e qual a sua relação com a noção kantiana de objetividade é algo que será explicado mais à frente. Por ora, sigamos a ordem do texto de Kant, que, antes de explicitar o modo pelo qual as categorias são condições necessárias da objetividade das nossas representações, se vê ainda na tarefa de especificá-las de maneira sistemática. O passo central para isso é dado no seguinte parágrafo:

A mesma função que dá unidade às diferentes representações *em um juízo* também dá também unidade à mera síntese de diferentes representações *em uma intuição*, que, expressa de modo geral, é chamada de conceito puro do entendimento. O mesmo entendimento, portanto, e, na verdade, por meio de precisamente as mesmas ações por meio das quais ele realizou nos conceitos, por meio da unidade analítica, a forma lógica de um juízo, introduz também,

por meio da unidade sintética do múltiplo na intuição em geral, um conteúdo transcendental nas suas representações, razão essa pela qual elas são chamadas conceitos puros do entendimento que se referem *a priori* a objetos, o que não é do alcance da lógica geral (CRP A 79/B 105-6).

Para examinarmos essa complexa passagem, é preciso lembrar, em primeiro lugar, que Kant está aqui pressupondo certos resultados que ainda não foram propriamente “provados”. Por exemplo, ele ainda não explicou de maneira satisfatória por que uma síntese de intuições guiada pelas categorias deve ser possível para que haja qualquer cognição. O que está sendo dito aqui é que, se o entendimento e seus conceitos puros têm de fato essa função, então esses conceitos serão exatamente aqueles elencados na tabela que Kant apresentará logo em seguida. E o que, por sua vez, justificaria a possibilidade dessa especificação completa das categorias são alguns dos resultados obtidos anteriormente, os quais nós examinamos acima. Sobretudo, está sendo pressuposta aqui a tese de que nós podemos reduzir (*zurückführen*) todas as ações do entendimento a juízos, de modo que ele pode então ser tomando essencialmente como uma faculdade de julgar, o que permite concluir que as suas funções “podem, portanto, ser todas encontradas se pudermos exibir integralmente as funções de unidade nos juízos” (CRP A 69/B 94).

Por isso, quando Kant fala da “função que dá unidade às diferentes representações *em um juízo*” ele está se referindo às funções lógicas apresentadas na tabela dos juízos. Vimos que elas consistem em determinados modos pelos quais o entendimento combina conceitos em juízos. O que Kant está dizendo aqui é que a *mesma função* que produz essas unidades judicativas também introduz uma unidade no múltiplo da intuição. Note-se que por “mesma função” não devemos entender uma identidade numérica. Tratam-se, pelo contrário, de dois níveis distintos de atuação do entendimento. Um deles corresponde ao que podemos chamar de seu “uso lógico”, que é aquele através do qual o entendimento combina conceitos em juízos e que é objeto de estudo da lógica geral. O outro corresponde ao uso do entendimento na síntese do múltiplo de intuições, uso este cuja própria “existência”, como dissemos, ainda não foi provada. Porém, estamos lendo que, embora se tratem de dois domínios distintos de sua aplicação, o entendimento emprega, em ambos os níveis, as mesmas funções lógicas de unidade. No final da primeira sentença, é dito que no segundo nível mencionado acima essas funções lógicas de unidade são chamadas conceitos puros do entendimento.

A mesma ideia reaparece na segunda sentença do parágrafo, onde Kant enfatiza que nesses dois níveis de atuação estamos diante de um mesmo entendimento “e, na verdade, *por meio de precisamente as mesmas ações*”. Dessa vez, o “uso lógico” do entendimento é

caracterizado por meio da ideia de que ele realiza nos conceitos a forma lógica do juízo por meio de uma “unidade analítica”. Quando encontrado em outros contextos, o termo “unidade analítica” parece indicar o traço essencial de todos os conceitos tomados enquanto representações que podem se aplicar ou pertencer a uma pluralidade de objetos (cf., por exemplo, CRP B 133-4n). Sendo assim, sem a intenção de alongar-me na intrincada afirmação de que por meio de uma “unidade analítica” o entendimento realiza nos conceitos a forma lógica de um juízo, limito-me a aceitar a interpretação de Allison, segundo a qual conceitos podem ser combinados em juízos por serem representações que pertencem a uma pluralidade de objetos (2004, p. 154). Pois vimos que o que um juízo como “Todos os corpos são divisíveis” faz é subordinar uma pluralidade de objetos (aqueles pensados sob o conceito “corpo”) sob o conceito “divisível”. Deste modo, realizar nos conceitos a forma lógica de um juízo seria “produzir um juízo de uma forma lógica específica ao combinar seus conceitos de um modo determinado” (2004, p. 154). Kant diz em seguida que, por meio das mesmas ações pelas quais o entendimento faz isso, ele introduz um “conteúdo transcendental” em suas representações por meio da “unidade sintética do múltiplo na intuição em geral”. Mais uma vez, trata-se de uma afirmação de difícil interpretação. Porém, à luz do que precede a passagem sob exame e dos capítulos seguintes, essa “unidade sintética do múltiplo em geral” só pode ser uma unidade de intuições produzida pelas sínteses do entendimento guiadas pelas categorias. Kant está nos dizendo que por meio dessas sínteses o entendimento introduz um “conteúdo transcendental” em suas representações. Allison sugere que um “conteúdo transcendental” seria um “conteúdo extra-lógico, objetivo, isto é, um que envolve relação a um objeto” (2004, p. 154). Embora seja difícil dizer que essa seja mesmo a intenção de Kant nesse contexto, essa afirmação, na prática, não deixa de estar correta. Pois veremos que, para Kant, sintetizar representações de acordo com as categorias é o que permite que essas representações sejam pensadas como objetivas, isto é, relacionadas a objetos.

Embora os detalhes da passagem sob exame sejam obscuros, penso que há pouca margem de discordância sobre qual seja sua ideia geral. As seções anteriores explicaram as funções lógicas do entendimento como determinados modos de combinar representações em juízos da forma lógica correspondente. Kant está afirmando agora que as categorias são essas *mesmas funções lógicas* quando aplicadas ao múltiplo de uma intuição sensível. No primeiro caso, temos apenas meras formas de pensamento, ou, como foi sugerido anteriormente, meras formas “sintáticas” (cf. FAGGION, 2007, p. 10); no segundo, essas mesmas funções lógicas, agora sob o nome de categorias, são aplicadas a um conteúdo sensível, e podem, eventualmente, gerar representações objetivas. Que essa seja mesmo a posição de Kant é

confirmado quando observarmos que, pouco antes de iniciar o que ele entende propriamente por uma dedução transcendental, Kant diz que pretende retomar a “*explicação das categorias*”: “Elas são conceitos de um objeto em geral, por intermédio dos quais a intuição desse objeto se considera *determinada* em relação a uma das *funções lógicas* do juízo” (B 128). Já nos *Prolegômenos* lemos que “eles [os conceitos puros do entendimento], em si mesmos, não são nada senão funções lógicas, mas que enquanto tal eles não constituem nem a mínima parte do conceito de um objeto em si mesmo, mas, pelo contrário, precisam de intuição sensível como uma base (*Prol*, AA 4: 325; cf. 4: 302). Em *Sobre os Progressos da Metafísica*, as categorias são definidas como “simplesmente as mesmas funções lógicas, mas somente na medida em que elas representam *a priori* a unidade sintética da apercepção de um diverso dado na intuição em geral” (AA 20: 272⁴⁵ apud FAGGION, 2007, p. 14). E, nessa mesma linha, em *Fundamentos Metafísicos da Ciência Natural* é dito que as categorias são “nada senão meras formas de juízos na medida em que elas são aplicadas a intuições (que para nós são sempre sensíveis)” (AA 4: 474).

É por conceber as categorias dessa maneira que Kant, logo depois do parágrafo que examinamos, pode dizer:

Deste modo, originam-se tantos conceitos puros do entendimento, que se aplicam *a priori* a objetos da intuição em geral, como haviam funções lógicas de todos os juízos possíveis na tabela anterior: pois o entendimento esgota-se totalmente nessas funções e sua capacidade mede-se totalmente por elas” (CRP A 79-80/B 105).

Em seguida, a tabela das categorias é apresentada. Seguirei aqui o mesmo procedimento anterior:

- 1 – *Da quantidade*: Unidade, Pluralidade, Totalidade.
- 2 – *Da Qualidade*: Realidade, Negação, Limitação.
- 3 – *Da Relação*: Inerência e Subsistência (*substantia et accidens*), Causalidade e dependência (causa e efeito), Comunidade (ação recíproca entre o agente e o paciente).
- 4 – *Da Modalidade*: Possibilidade - Impossibilidade, Existência- - Não Existência, Necessidade – Contingência.

⁴⁵ *Os Progressos da Metafísica*: acerca da pergunta da Academia Real de Ciências de Berlim: “quais são os verdadeiros progressos que a Metafísica realizou na Alemanha, desde os tempos de Leibniz e de Wolff?” Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1985.

Um exame mais detalhado das categorias será feito apenas mais à frente, quando elas forem discutidas juntamente com seus respectivos esquemas e os princípios do entendimento correspondentes. Por ora, pretendemos levantar uma questão de caráter mais geral: em que medida podemos dizer que a tabela das categorias foi efetivamente *derivada* da tabela dos juízos? Kant alega que a primeira é “gerada sistematicamente de um princípio comum, a saber, a faculdade de julgar” (CRP A 81/B 106). Nos *Prolegômenos*, Kant fala como se, uma vez encontrado esse princípio comum, a especificação das categorias se seguiria sem maiores dificuldades a partir da especificação dos diferentes atos que o entendimento executa ao julgar: “Estava aqui agora diante de mim já pronto, embora não livre de defeitos, o trabalho dos lógicos, através do qual eu fiquei em posição de apresentar uma tabela completa das funções do entendimento puro [...]” (*Prol*, AA 4: 323-4). Diante disso, teria lhe bastado relacionar essas funções de julgar às “condições para determinar juízos como objetivamente válidos” para que aquelas categorias *específicas* fossem deduzidas, com a certeza de que os conceitos puros do entendimento eram precisamente aqueles e de que sua lista estava completa (cf. *Prol*, AA 4: 323-4).

Há boas razões para se questionar essa explicação de Kant para sua “descoberta” dos conceitos puros do entendimento. Faggion argumenta que é só na Analítica dos princípios que ele de fato prova que aquelas categorias *específicas* são necessárias para que possa haver experiência (2007, p. 32). Nesse caso, a consideração de meras formas lógicas não seria relevante para a fixação do quadro categorial. Como notamos acima, Kemp Smith enfatiza que as divisões da tabela dos juízos de Kant não foram derivadas de nenhuma lógica existente e que elas levam em consideração a matéria dos juízos e não apenas sua forma: “O exame da tabela dos juízos e a comparação dela com a tabela das categorias fornecem evidência conclusiva de que a primeira foi rearranjada, de forma altamente artificial, de modo a produzir uma lista mais ou menos pré-determinada das categorias requeridas” (1918, p. 192). Mesmo Longuenesse, que está entre os intérpretes que mais insistem na importância de levarmos a sério a chamada “dedução metafísica” na interpretação da filosofia teórica de Kant, defende que a consideração acerca das condições necessárias de uma experiência de objetos é o que guiou a “escolha” de quais formas lógicas mereceriam um lugar na tabela dos juízos: “Nesse sentido, a questão transcendental deve ter tido um papel chave no estabelecimento de uma tabela sistemática das formas lógicas dos juízos” (1998, p. 78). E, de fato, parece que uma conclusão desse tipo seja mesmo inevitável. Afinal, vimos que a justificativa de Kant para a introdução de juízos singulares e infinitos em sua tabela envolvia explicitamente referências ao uso de juízos na cognição de objetos e mesmo referências à

lógica transcendental. E, no que diz respeito às categorias sob o título de relação, Guyer mostra que na década de 1970 Kant ensaiava uma dedução delas diretamente a partir de uma linha de investigação análoga à que seria desenvolvida nas “Analogias da Experiência” da *Crítica* (1987, pp. 61-7). A especificação dessas categorias não teria, portanto, se apoiado em uma “dedução metafísica”.

Contudo, gostaria de defender aqui que, independentemente da questão de qual foi, digamos, a ordem “cronológica” pela qual as categorias foram descobertas e fixadas por Kant, no sistema filosófico desenvolvido por ele na *Crítica* há uma certa prioridade das formas lógicas com relação às categorias e há de fato um sentido em que as segundas são derivadas das primeiras. Para abordarmos esse ponto, lembremos primeiramente que, para Kant, o significado de um conceito e sua relação com um objeto depende sempre de sua aplicação a um domínio sensível. O mesmo vale para as categorias e, como veremos melhor mais à frente, a aplicação de uma categoria à sensibilidade ocorre por meio de sua esquematização, que confere à categoria uma espécie de tradução sensível e, com isso, um significado objetivo. Pois bem, na Introdução à Analítica dos Princípios, que tratará, entre outras coisas, do esquematismo das categorias, a importância desse último é caracterizada através da ideia de que, sem uma caracterização das condições sensíveis pelas quais as categorias podem ser aplicadas, “elas não teriam qualquer conteúdo e, portanto, seriam meras formas lógicas e não conceitos puros do entendimento” (CRP A 136/B 175). Isso parece indicar a prioridade das formas lógicas com relação às categorias à qual nos referimos. Se quando abstraídas de sua aplicação à sensibilidade as categorias *são* formas lógicas, então podemos dizer que há, sim, um sentido em que as primeiras são derivadas das segundas. Não no sentido de as formas lógicas serem, digamos, a *ratio cognoscendi* das categorias, pois pode ser que a descoberta e especificação das primeiras tenha se apoiado na consideração de quais são os conceitos *a priori* necessários para a experiência. Mas, no sistema filosófico da *Crítica*, as formas lógicas dos juízos seriam, digamos, a *ratio essendi* das categorias, pois as segundas se originam na medida em que as primeiras recebem uma aplicação sensível. Teríamos, em primeiro lugar, o entendimento com suas formas ou funções lógicas inscritas em sua própria natureza, as quais, por conta disso, são objetos de estudo da lógica geral, aquela disciplina que “nos ensina o uso correto do entendimento, isto é, aquele no qual ele concorda consigo mesmo” (*Log*, AA 9: 12-4). As categorias, por sua vez, seriam *derivadas* dessas formas lógicas na medida em que essas últimas são consideradas como se aplicando a representações da sensibilidade, uma faculdade que, como Kant está sempre insistindo, deve ser rigidamente distinguida do entendimento.

Algumas passagens citadas acima (cf. pp. 87-90) já pareciam indicar que essa é mesmo a posição de Kant. Por exemplo, vimos que em *Fundamentos Metafísicos da Ciência Natural* é dito que as categorias são “nada senão meras formas de juízos na medida em que elas são aplicadas a intuições (que para nós são sempre sensíveis)” (AA 4: 474). Porém, creio a que formulação mais clara e decisiva do ponto que estamos defendendo aqui aparece nesse trecho da Dialética Transcendental, onde Kant está recapitulando alguns dos resultados da Analítica:

A analítica transcendental nos deu um exemplo de como a mera forma lógica da nossa cognição pode conter a origem de conceitos puros *a priori*, que anteriormente a toda experiência nos representam objetos, ou melhor, que indicam a unidade sintética que unicamente torna possível uma cognição empírica de objetos. A forma dos juízos (convertida em um conceito da síntese das intuições) produziu categorias [*brachte Kategorien hervor*] que dirigem todo o uso do entendimento na experiência (CRP A321/B 377-8).

Temos aqui explicitamente a afirmação de que a “forma lógica da nossa cognição” contém a “origem” dos conceitos puros do entendimento. E, mais importante ainda, temos a ideia de que categorias são produzidas pela forma dos juízos “convertida” (*verwandelt*) em um conceito da síntese de intuições. Trata-se novamente da ideia de que as categorias se originam na medida em que as formas lógicas são utilizadas para dar unidade ao múltiplo das intuições. Aliás, defender que há, em Kant, uma certa prioridade das funções lógicas com relação às categorias não é uma interpretação original. Longuenesse, por exemplo, afirma explicitamente que “na ausência de qualquer múltiplo sensível a ser sintetizado, tudo o que resta das categorias são funções lógicas do juízo” (2005, p. 31). Penso que isso implica em defender uma prioridade das funções lógicas com relação às categorias, já que, segundo essa autora, as segundas seriam as primeiras *mais* sua aplicação a um domínio sensível, domínio este que, diferentemente das funções lógicas, tem de ser dado ao entendimento por uma faculdade distinta. O mesmo pode ser dito da interpretação de Allison, que afirma que, para Kant, “nós podemos estar na posse de uma certa categoria apenas porque nós somos capazes de julgar sob a forma correspondente” (2004, p. 156). Segundo Allison, nós não poderíamos possuir o conceito de causalidade, por exemplo, sem possuir a regra que ordena proposições em uma relação de fundamento e consequência, regra esta que é dada pela função lógica que corresponde ao juízo hipotético (2004, pp. 149-151). A passagem de uma forma judicativa para uma categoria se daria por meio de uma “aplicação ontológica da função lógica embutida em todos os juízos da forma correspondente” (2004, p. 151). Para os propósitos da presente tese, essa relação essencial entre as funções ou formas lógicas e as categorias constitui um

aspecto da filosofia teórica de Kant que deverá ser enfatizado mais do que qualquer outro. Isso porque creio que dele decorre uma concepção bastante específica acerca da natureza da relação entre forma lógica (judicativa ou proposicional) e ontologia. E, como explicamos no capítulo anterior, o nosso problema central diz respeito precisamente à natureza dessa relação. Examinemos novamente esse ponto à luz dos resultados obtidos no presente capítulo.

Em uma famosa passagem dos *Prolegômenos*, Kant afirma que as conclusões de Hume acerca do estatuto do conceito de “conexão entre causa e efeito” o despertaram de seu “sono dogmático” (*Prol*, AA 4: 260). Como é bem conhecido, Hume supostamente teria provado que esse conceito seria derivado da experiência de conjunções constantes de eventos similares. Para Kant, essa explicação da origem do conceito de causalidade eliminaria qualquer pretensão de necessidade ou universalidade que atribuímos aos juízos nos quais esse conceito está de alguma maneira pressuposto (cf. CRP B 4-5). Além disso, Kant afirma em seguida ter reconhecido que o conceito de causalidade está longe de ser o único conceito através do qual nós atribuímos a objetos relações ou propriedades necessárias: “pelo contrário, a metafísica é constituída inteiramente por tais conceitos” (*Prol*, AA 4: 260). Tais conceitos seriam precisamente as chamadas categorias. No contexto da filosofia kantiana, para que seja preservada a dignidade que a metafísica, as ciências e mesmo o senso comum atribuem às categorias e aos princípios delas derivados, deve ser possível provar que elas não têm origem na experiência. Esta última, como Hume mostrou muito bem, não pode nos oferecer nenhum exemplo de propriedades ou relações *necessárias* entre as coisas. Deste modo, desperto de seu “sono dogmático”, Kant se viu na obrigação de provar que as categorias têm uma origem *a priori* no entendimento e que, ainda assim, elas se referem a objetos dados na experiência.

Como é bem conhecido, a solução kantiana envolve a tese de que tais objetos são *constituídos* por operações subjetivas guiadas por aquelas mesmas categorias entendidas como conceitos *a priori* do entendimento. O que esperamos, sem nenhuma pretensão de originalidade, ter mostrado nesse capítulo é que tais operações são precisamente as formas lógicas dos juízos quando aplicadas ao múltiplo de representações dado pela sensibilidade. Disso decorre uma determinada concepção acerca da relação entre lógica e ontologia: certas propriedades necessárias da realidade empírica, isto é, propriedades totalmente imunes e indiferentes a quaisquer de seus aspectos empíricos ou contingentes, seriam *constituídas* ou *impostas* por meio da aplicação das formas ou funções lógicas proposicionais a um domínio que, tomado independentemente desta aplicação, não possuiria aquelas propriedades que lhe são impostas. Kant esclarece que não se trata aqui de produzir o objeto “quanto à [sua] existência” (CRP A 92/B 125), como faria um suposto entendimento divino. O domínio ao

qual as funções lógicas são aplicadas consiste no múltiplo de representações dado pela sensibilidade, sendo a sensibilidade, por sua vez, nossa capacidade de ser afetados por objetos externos às nossas faculdades de representação. Porém, vimos que, para Kant, o múltiplo de representações recebido dessa maneira deve ser “percorrido, apanhado e combinado de um determinado modo para que daí se faça uma cognição” (CRP A 77/B 103). Esses atos pelos quais o entendimento sintetiza o múltiplo caótico e amorfo dado na sensibilidade são precisamente as sínteses do entendimento guiadas pelas categorias, que, por sua vez, são definidas como “conceitos de um objeto em geral, por intermédio dos quais a intuição desse objeto se considera *determinada* em relação a uma das *funções lógicas* do juízo” (CRP B 128). Por conta disso, podemos dizer que os conceitos ontológicos que Kant considerava os mais caros à metafísica de seu tempo têm sua origem na formas lógicas dos juízos. O mesmo pode ser dito daqueles princípios que, para Kant, expressam as formas universais e necessárias do mundo empírico, os quais, como veremos posteriormente, são derivados das categorias: “*que a substância permanece e persiste, que tudo o que acontece é sempre previamente determinado por uma causa segundo leis constantes, etc.* Essas são verdadeiramente leis universais da natureza, que existem absolutamente *a priori*” (Prol, AA 4: 295). Como vimos acima, tudo isso seria produzido pela forma lógica dos juízos “convertida” em um conceito da síntese de intuições (CRP A321/B 378).

Feitas essas considerações, na próxima seção explicaremos de que modo as categorias, assim entendidas, constituem nossos objetos de experiência segundo Kant. Isso envolverá explicar, entre outras coisas, em que consiste a própria noção kantiana de objetividade.

2.5 A concepção kantiana de objetividade

Como é bem conhecido, ao mostrar que objetos de experiência são constituídos pelos conceitos *a priori* do entendimento, Kant está oferecendo uma solução para o problema referente à validade objetiva desses conceitos. Este problema, que foi sem dúvida um dos motivos principais que o levaram a escrever a *Crítica*, é delineado no §13 do capítulo “Da dedução dos Conceitos Puros do entendimento”. Nesse texto Kant se refere à explicação da legitimidade do uso dos conceitos, tomados de modo geral, como sua “dedução”. No caso dos conceitos empíricos, Kant reconhece que nós nos julgamos autorizados a conferir-lhes um significado mesmo sem nenhuma dedução, “porque temos sempre à mão a experiência para demonstrar sua validade objetiva” (CRP A 84/B 116-7). Por serem formados a partir da própria experiência, a relação entre conceitos empíricos e os objetos dessa experiência pode

ser facilmente entendida, estando assegurado para eles um uso legítimo. Por outro lado, justamente por não serem, por definição, adquiridos a partir da experiência, a prova da validade objetiva dos conceitos *a priori* do entendimento constitui um caso mais problemático. Além disso, temos aqui, segundo Kant, uma dificuldade que não há no caso das representações igualmente *a priori* do espaço e o tempo: embora sejam representações *a priori*, por serem as formas puras da nossa sensibilidade e, por conseguinte, as formas através das quais um objeto qualquer nos pode ser dado, o espaço e o tempo terão uma relação necessária com quaisquer objetos dados na experiência (CRP A 89/B 121-2). Já as categorias, por terem sua origem no entendimento, “não representam de modo algum as condições sob as quais objetos são dados na intuição” (CRP A 89/B 122). Portanto, é necessário explicar de que maneira se relacionam com objetos aqueles conceitos que não são nem extraídos da experiência e nem condições através das quais objetos nos podem ser dados na experiência. A essa explicação Kant dá o nome de “dedução transcendental” (CRP A 85/B B 117).

As linhas gerais da solução que Kant irá oferecer são apresentadas já no §14 do mesmo capítulo, intitulado “Passagem à dedução transcendental das categorias”. Isso é feito a partir de uma distinção entre dois tipos de relação que representações podem ter com objetos:

Há apenas dois casos possíveis em que a representação sintética e seus objetos podem coincidir, se relacionar necessariamente e como que se encontrar mutuamente. Ou quando só o objeto torna a representação possível, ou quando só esta torna possível o objeto. No primeiro caso, esta relação é apenas empírica e a representação nunca é possível *a priori*. E este é o caso no aparecimento com relação ao que nele pertence à sensação. No segundo caso, porém, dado que a representação em si mesma (pois não se trata aqui da sua causalidade mediante a vontade) não produz o seu objeto *quanto à existência*, a representação é ainda determinante *a priori* do objeto quando apenas mediante ela é possível *conhecer algo como um objeto* (CRP A 92/B 124-5).

No que diz respeito ao problema da validade objetiva das categorias, é evidente que a relação delas a objetos não pode ser explicada pelo primeiro dos casos distinguidos por Kant. Por terem uma origem *a priori* no entendimento, a posse das categorias não pode depender daquilo que é dado na sensação, de modo que sua relação com objetos nunca é uma relação “apenas empírica”. Essa relação deve estar baseada então no segundo dos casos distinguidos acima: categorias devem tornar o objeto possível. Porém, Kant ressalta que não se trata aqui de produzir o objeto “*quanto à existência*”. Como já tivemos a ocasião de comentar, o entendimento humano deve “procurar intuições nos sentidos” (CRP B 135) para que suas cognições possam adquirir um conteúdo objetivo, não podendo produzir este conteúdo por si

mesmo. No entanto, como esclarece a continuação do texto citado, Kant pretenderá mostrar que, se, por um lado, conceitos *a priori* não são condições pelas quais algo é intuído, por outro lado eles seriam condições pelas quais algo é “pensado como objeto em geral” (CRP A 93/B 125). Deixando em aberto, por ora, o sentido exato dessa última afirmação, podemos dizer que a estratégia de Kant será mostrar que, se as categorias são condições necessárias para que aquilo que nos é dado na sensibilidade seja pensado como um objeto, então a relação entre elas e esses mesmos objetos, ou seja, sua validade objetiva, estaria explicada: “Pois então elas se relacionam necessariamente e *a priori* com os objetos da experiência, pois só por meio delas qualquer objeto da experiência pode em geral ser pensado” (CRP A 93/B 126).

Vale notar que essa explicação da validade objetiva das categorias, à qual Kant se refere em seguida como sendo o “princípio” que direcionará a dedução transcendental (CRP A 94/B 126), expressa a ideia central por trás de sua Revolução Copernicana. Kant mostrará que os objetos de experiência são, eles próprios, *constituídos* pelos conceitos *a priori* do sujeito. Ou, para sermos mais precisos, eles são assim constituídos no que diz respeito à sua *forma*, já que as categorias dependem ainda de uma matéria sensível, sobre a qual elas são aplicadas a fim de que essa matéria seja convertida em objetos de experiência. Nesse sentido, dizemos, em conformidade os princípios básicos da Revolução Copernicana, que os objetos devem se “conformar” aos conceitos *a priori* do nosso entendimento (cf. CRP B XVII). No que se segue, procuraremos dar um sentido mais preciso a essas ideias. Não iremos, porém, oferecer uma análise detalhada dos argumentos desenvolvidos na dedução transcendental, em nenhuma de suas duas versões. Em primeiro lugar, simplesmente pelo fato de que isso exigiria, por si só, uma tese de doutorado, pois tratam-se aqui de textos de imensa complexidade e sobre os quais foram produzidas inúmeras interpretações divergentes nas últimas décadas. Porém, vale ressaltar, em segundo lugar, que grande parte dessas divergências não afetam diretamente o tema central do presente trabalho. No que diz respeito aos nossos objetivos mais imediatos, importa-nos, ao menos por ora, apenas entender de maneira mais precisa de que modo as categorias são constitutivas das formas dos objetos da experiência segundo a filosofia kantiana⁴⁶. Isso envolverá, antes de qualquer coisa, explicar

⁴⁶ O leitor familiarizado com a temática da dedução transcendental provavelmente poderá estranhar a ausência, na discussão que se segue, de qualquer referência à noção de “apercepção”, tão central nesse capítulo da *Crítica*. Tal ausência está relacionada a um segundo ponto que o leitor também não deverá perder de vista. Não entraremos, por ora, na questão de se Kant, na dedução transcendental, pretende provar que devemos necessariamente ter experiência de objetos, ou se esse tipo de experiência é apenas a *premissa* do argumento, da qual ele derivará a validade objetiva das categorias ao colocá-las como sua condição de possibilidade. Tendo em vista que nosso objetivo aqui será precisamente explicar de que maneira as categorias são constitutivas das formas dos objetos, tomaremos a experiência deles como uma premissa, deixando em aberto se a dedução transcendental prova ou não sua necessidade. Isso nos leva ao fato de deixarmos de lado, em nossa exposição, a

em que consiste a própria noção kantiana de objetividade. Para isso, examinemos, primeiramente, como esse tema é abordado por Kant na versão da dedução transcendental contida na primeira edição da *Crítica*:

E aqui é então necessário fazer compreender o que se entende pela expressão de um objeto de representações. Dissemos acima que os próprios aparecimentos não são outra coisa que representações sensíveis, que devem ser consideradas em si mesmas exatamente como tais, e não como objetos (fora da faculdade de representação). O que se entende, pois, quando se fala de um objeto correspondente a e, por consequência, também distinto da cognição? (A 104).

Penso que a afirmação de que “os próprios aparecimentos não são outra coisa que representações sensíveis” é um reflexo do idealismo transcendental estabelecido por Kant na *Estética*, isto é, a tese de que o espaço e o tempo são apenas formas da nossa sensibilidade, e não propriedades de coisas em si (cf. CRP A 26/B 42). Uma vez que a sensibilidade possui formas *a priori*, os objetos que ela nos apresenta são dados de acordo com uma contribuição específica da capacidade receptiva do sujeito. Portanto, nossa sensibilidade não nos apresenta objetos como eles são em si mesmos, isto é, como eles são independentemente de nossas faculdades subjetivas, mas apenas objetos já estruturados pelas formas *a priori* da sensibilidade. Nesse sentido, diz Kant, eles são apenas “representações sensíveis”, pois todo o seu caráter espaço temporal se deve a uma contribuição específica da nossa sensibilidade. Cumpre notar, no entanto, que essa linguagem mais fenomenalista não implica em um idealismo absoluto. Para voltar a um ponto já mencionado, e ao qual retornaremos em um capítulo posterior, Kant é insistente quanto ao fato de que objetos externos às nossas faculdades de representação são o fundamento último (e desconhecido) da existência dos objetos da nossa experiência (cf., por exemplo, CRP B 72). Aliás, não é por acaso que a sensibilidade é *definida* como uma capacidade essencialmente “receptiva” (CRP A 19/B 33).

No entanto, já sabemos que, para Kant, a sensibilidade, por si só, não é capaz de nos oferecer representações de objetos determinados, mesmo que esses últimos sejam entendidos como meros “aparecimentos” sensíveis. Sobretudo, e esse é o ponto que mais nos interessa no

noção de “apercepção” assim como o chamado “princípio da unidade sintética da apercepção” (cf., por exemplo, CRP B 135-6). Embora não seja possível argumentar aqui, creio que uma definição e uma explicação pormenorizadas da noção kantiana de apercepção assim como do princípio a ela relacionado só seriam absolutamente indispensáveis se fôssemos entrar na discussão mencionada acima, isto é, de se a dedução transcendental prova ou não que devemos necessariamente ter experiência de objetos. Uma vez que, como dissemos, iremos tomar essa experiência como uma premissa e apenas investigar suas condições de possibilidade, penso que - embora não tenha ainda argumentado nem explicado o porquê - a apercepção kantiana pode ser momentaneamente deixada de lado, juntamente com o seu princípio. Já em um capítulo posterior eles serão explicados e discutidos, pois se mostrarão altamente relevantes para o tema central deste trabalho.

momento, a sensibilidade por si só não é capaz de nos oferecer a representação de um objeto concebido como algo “*correspondente a* e, por consequência, também *distinto* da cognição”. No parágrafo seguinte ao da passagem citada, encontramos a resposta de Kant para a questão de como é possível que nossas representações sejam pensadas como se referindo a objetos assim entendidos, isto é, a objetos *distintos* dessas mesmas representações:

Achamos, porém, que o nosso pensamento da relação de toda cognição ao seu objeto comporta algo de necessário, pois este objeto é considerado como aquilo a que se faz face; as nossas cognições não se determinam ao acaso ou arbitrariamente, mas *a priori* e de uma certa maneira, porque, devendo se relacionar a um objeto, devem também concordar necessariamente entre si, relativamente a esse objeto, isto é, possuir aquela unidade que constitui o conceito de um objeto (CRP A 104-5).

Neste trecho, estão sendo pressupostas certas ideias desenvolvidas anteriormente na Dedução A que não foram examinadas aqui. Sobretudo, certamente está sendo pressuposta a exposição de Kant sobre as chamadas sínteses de “apreensão”, “reprodução” e da “reconhecimento no conceito”. Sem a intenção de entrar nos detalhes dessa discussão, gostaria apenas de ressaltar que ela diz respeito a um ponto mencionado na seção anterior: aparecimentos dados na sensibilidade contêm um múltiplo de representações cuja unidade não pode ser, ela própria, recebida, mas deve ser o resultado de uma atividade de síntese. Como diz o texto da Dedução B, na qual esse tema é tratado de maneira muito mais breve do que na primeira edição: “Simplesmente a combinação (*conjunctio*) de um múltiplo em geral não pode nunca advir-nos dos sentidos [...] porque é um ato da espontaneidade da faculdade de representação” (CRP B 129-30). Para os nossos atuais propósitos cumpre ter em mente apenas que a combinação do múltiplo de representações dado na sensibilidade é o resultado de um ato “espontâneo”, no sentido de que ela deva ser pensada como *feita* pelo sujeito, e não *recebida* passivamente.

O que está sendo caracterizado na passagem citada acima são as características que uma síntese de representações deve ter para que estas últimas sejam pensadas como se referindo a um objeto “correspondente a” e “distinto” dessas mesmas representações. Kant está nos dizendo que, para que isso ocorra, essa síntese deve conter algo de “necessário”. Para entender esse ponto, gostaria de me apoiar na interpretação de Faggion, segundo a qual Kant estaria, em um primeiro momento, partindo do modo como a relação entre representações e seu objeto é entendida em uma concepção tradicional de conhecimento (cf. FAGGION, 2007, p. 191-3). Em uma tal concepção, se minhas representações são pensadas como se referindo a um objeto distinto delas, então a relação entre essas representações não pode se dar “ao acaso

ou arbitrariamente”, mas elas devem possuir uma unidade *necessária* justamente porque essa unidade estaria sendo pensada como fundada em um objeto distinto dessas mesmas representações. Isto é, ao perceber um objeto tomado como algo distinto da minha ordem subjetiva de percepções, então estas últimas não devem ser pensadas como determinadas “ao acaso ou arbitrariamente”, mas como sendo, por assim dizer, constrangidas ou controladas por este objeto e, por conta disso, como se relacionando *necessariamente* entre si.

Contudo, como Kant fez questão de nos lembrar um pouco antes, seu idealismo transcendental veda qualquer acesso a “coisas em si”, de modo que objetos empíricos que nos aparecem “não são outra coisa que representações sensíveis”. Sendo assim, não seria correto dizer que, para Kant, objetos empíricos efetivamente constrangem ou controlam a ordem das minhas percepções, como seria o caso se eles fossem tomados como entidades existentes em si. Por isso, ainda apoiados na leitura de Faggion (2007, p. 191-3), diríamos que Kant está partindo do modo como a relação entre representação e objeto é caracterizada em uma concepção tradicional de conhecimento, incorporando os aspectos desta última que ele considera relevantes (a relação “necessária” que deve existir entre representações que se reportam a um objeto), para então abordar essa concepção a partir dos principais pressupostos do seu sistema filosófico. Ao recusar um acesso direto a coisas em si, Kant se vê levado a encontrar um outro fundamento para a “necessidade” que deve caracterizar as representações objetivas. Isso nos leva ao porquê de Kant, na citação acima, ter identificado o fato de representações se relacionarem “necessariamente” entre si com o fato de elas serem determinadas “*a priori*”. Uma “determinação *a priori*” de uma síntese de representações deve ser entendida aqui como uma síntese de representações determinada por uma “regra *a priori*”. Ao invés de buscar o fundamento da unidade necessária de representações em “objetos em si”, ele será buscado em regras *a priori* de síntese fundadas precisamente nos conceitos *a priori* do entendimento. Esse ideia é apresentada um pouco mais à frente da passagem citada:

Unidade da síntese de acordo conceitos empíricos seria completamente contingente, e, se não se fundasse em um *fundamento transcendental de unidade* seria possível que uma multidão de aparecimentos enchesse nossa alma, sem que, todavia, daí pudesse alguma vez resultar experiência. Mas então toda *relação da cognição a objetos* também desapareceria, porque lhe faltaria o *encadeamento de acordo com leis necessárias e universais* [...] (CRP A 111, itálico nosso).

Logo a seguir, esse “fundamento transcendental de unidade” é localizado precisamente nas categorias, o que leva Kant à prova de sua validade objetiva: “Portanto, [as categorias] são também conceitos fundamentais para pensar objetos em geral para os aparecimentos, e têm,

portanto, validade objetiva *a priori*, o que era propriamente o que queríamos saber” (CRP A 111). Embora isso só seja explicado em maiores detalhes na Analítica dos Princípios, em especial nas Analogias da Experiência (cf., por exemplo, CRP A 191/B 236), essa prova da validade objetiva das categorias repousa no argumento de que uma síntese de representações só pode possuir o caráter “necessário” que caracteriza uma síntese objetiva se ela for guiada por determinadas regras *a priori*, regras estas que só podem ter um fundamento em conceitos igualmente *a priori*, que são as categorias.

Poder-se-ia perguntar por que uma síntese fundamentada em conceitos *a priori* (isto é, em um “fundamento transcendental”) pode possuir o caráter “necessário” que caracteriza uma experiência objetiva, ao passo que em uma síntese baseada apenas em conceitos empíricos “toda relação da cognição a objetos [...] desapareceria”. Porém, antes de nos debruçarmos sobre esse ponto, gostaria de esclarecer melhor a noção de “necessidade” que, segundo Kant, caracteriza uma unidade sintética objetiva. Para isso, proponho que examinemos o tratamento que esse tema recebeu nos *Prolegômenos*. Como é bem conhecido, o tema da objetividade das representações é abordado aqui a partir da distinção entre “juízos de percepção”, que seriam juízos com um valor meramente subjetivo, e “juízos de experiência”, que seriam juízos com validade objetiva. Não iremos adentrar nos detalhes dessa distinção nem no conhecido debate acerca de sua compatibilidade com certas passagens da *Crítica* que tratam do mesmo tema⁴⁷. Nossa intenção será apenas examinar a maneira como a objetividade de um juízo de experiência é caracterizada a fim de entender a noção kantiana de objetividade tomada de modo geral. Kant afirma que quando um juízo possui relação com um objeto (o que, nos *Prolegômenos*, é o mesmo que dizer que ele é um juízo de experiência) nós:

[...] queremos que ele seja válido para nós e igualmente para todos; pois, quando o juízo concorda com um objeto, todos os juízos sobre o mesmo objeto devem igualmente harmonizar-se entre si e, assim, a validade objetiva do juízo de experiência nada mais significa do que a validade universal necessária do mesmo (*Prol*, AA 4: 298).

⁴⁷ Essa distinção parece contradizer especialmente o §19 da Dedução Transcendental da segunda edição, na qual a objetividade aparece como um traço definidor de *todo* juízo, o que, aparentemente, parece eliminar a possibilidade de uma distinção entre juízos com e sem validade objetiva (cf. CRP B 140-2). No entanto, uma vez que nossa atual intenção é esclarecer a noção kantiana de objetividade, esse problema pode ser deixado de lado. Limitar-nos-emos a examinar o modo como é caracterizada a objetividade dos juízos *de experiência*, que são, segundo a perspectiva dos *Prolegômenos*, os únicos juízos objetivamente válidos. Se, por acaso, a posição refletida de Kant for a de que *todo* juízo é objetivamente válido, penso não ser incorreto dizer que essa validade objetiva pode ser legitimamente entendida a partir da maneira como os juízos *de experiência* são caracterizados no *Prolegômenos*, o que justificaria nossa referência a esta obra no presente momento. Como exemplo de uma tentativa de compatibilizar a distinção dos *Prolegômenos* com o §19 da Dedução B, cf. LONGUENESSE, 1998, pp. 167-197. Já como exemplo de interpretações que, por motivos opostos, são menos otimistas com relação à possibilidade dessa compatibilização, cf. ALLISON, 2004, pp. 178-185 e FAGGION, 2009, pp. 65-93.

Essa ideia de uma “validade universal e necessária”, que, segundo os *Prolegômenos*, caracteriza a validade objetiva de um juízo de experiência, certamente corresponde à “necessidade” que, segundo a Dedução A, caracteriza uma unidade sintética objetiva. Na perspectiva dos *Prolegômenos*, se um juízo é pensado como se relacionando a um objeto, “queremos que ele seja válido para nós e igualmente para todos”. Ou seja, a combinação de representações expressa nesse juízo não é pensada como ocorrendo apenas na minha ordem particular de percepções, pois há uma demanda, ao menos implícita, de que ela seja válida tanto para mim como para outros sujeitos. E é por isso, podemos concluir, que Kant equipara a validade objetiva do juízo de experiência à “validade universal necessária do mesmo”.

Vale notar que um juízo objetivamente válido não deve necessariamente ser entendido como um juízo verdadeiro. Como sugere Faggion (2009, p. 66, n. 3), a passagem citada acima indica que ele contém apenas uma *pretensão de verdade*: “queremos que ele seja válido para nós e igualmente para todos [...]”. A validade objetiva de um juízo implicaria então apenas na sua capacidade de ser verdadeiro ou falso, ao passo que, se um juízo não tem validade objetiva, ele não tem sequer a pretensão de valer para além dos meus estados subjetivos e, por isso, não adquire sequer um valor de verdade. Isso nos leva a entender de que maneira deve ser caracterizada a “necessidade” que é definidora de unidades sintéticas objetivas. Por se aplicar também, e mesmo em primeiro lugar, a juízos *a posteriori*, não pode se tratar aqui de uma necessidade lógica ou da necessidade que pertence, na filosofia kantiana, aos juízos sintéticos *a priori*. Trata-se, como explicado por Allison, de uma necessidade “normativa”: “A ideia básica é a de que a pretensão de que uma certa propriedade ou relação valha para um objeto envolve uma demanda implícita pela concordância de outros. E subjazendo essa demanda está a pretensão de que se julgue o objeto como ele *deve* ser julgado” (2004, p. 480, n. 42). Ou seja, a objetividade de um juízo repousa no fato de que eu concebo a relação entre as representações que o constituem como necessária, mas apenas no sentido de que eu pretendo que é assim que outros “*devem*” também julgar, e não no sentido de que esse juízo esteja afirmando uma necessidade lógica ou uma propriedade *a priori* ou necessária do mundo.

Como não poderia ser diferente, também nos *Prolegômenos* as categorias são colocadas como o fundamento da objetividade dos juízos:

[...] conceitos puros do entendimento são, pois, aqueles sob os quais todas as percepções devem ser subsumidas antes de poderem servir para juízos de

experiência, onde a unidade sintética das percepções é representada como necessária e objetivamente válida (*Prol*, AA 4: 305).

Proponho que exploremos esse tema aproveitando um exemplo dos *Prolegômenos*, que trata da objetividade do juízo “o sol aquece a pedra” (*Prol*, AA 4: 301). Kant explica a validade universal e necessária desse juízo, e, por conseguinte, a sua objetividade, por meio da ideia de que nele está adicionado “o conceito de causa do entendimento [*der Verstandesbegriff der Ursache*], que conecta *necessariamente* o conceito de calor com o conceito de luz solar” (*Prol*, AA 4: 301). Podemos dizer que a objetividade do juízo “o sol aquece a pedra” repousa no fato de que eu não julgo apenas que a luz solar é frequentemente sucedida na minha consciência pelo calor da pedra. Se esse fosse o caso, esse juízo estaria enunciando apenas uma mera associação empírica ou psicológica. Para utilizar o modo como Kant se expressa em outro contexto, ao relacionar minhas representações apenas desse modo, eu “não exijo que, em todo o tempo, eu ou qualquer outro deva assim sentir”, pois tratar-se-ia apenas de “uma relação de duas sensações ao mesmo sujeito, a saber, eu próprio” (*Prol*, AA 4: 299). Portanto, eu não espero que esse juízo valha para um objeto (*Prol*, AA 4: 299). Contudo, em virtude de essa síntese de representações conter não apenas sensações e conceitos empíricos, mas também o conceito *a priori* de causalidade, ela é pensada como *necessária*, no sentido explicado acima, isto é: eu “desejo, portanto, que em todo o tempo eu próprio e também todo o mundo deva necessariamente combinar as mesmas percepções sob as mesmas circunstâncias” (*Prol*, AA 4: 299). E isso porque as categorias são precisamente conceitos que, ao guiarem uma síntese de representações, introduzem nesta última a necessidade que caracteriza uma síntese objetiva. Nas palavras de Kant, elas são “conceitos da união *necessária* dessas representações numa consciência, por consequência princípios de juízos objetivamente válidos” (*Prol*, AA 305).

O modo específico pelo qual a categoria de causalidade, assim como as demais categorias, contribuem para produzir unidades sintéticas objetivas será examinado em um capítulo posterior. Por ora, devemos abordar ainda uma questão que deixamos em aberto mais acima: por que uma unidade sintética *objetiva* deve necessariamente ser uma unidade de representações gerada por uma síntese guiada por conceitos *a priori*? Por que uma síntese de representações guiada, por exemplo, pelo conceito de causalidade não poderia ser uma síntese objetiva ainda que esse conceito tivesse uma origem empírica? Por exemplo, poderíamos dizer, mais ou menos como diria Hume, que esse conceito se origina quando, após a experiência de sucessões constantes entre eventos similares, a aparição de um evento de um

determinado tipo passa a me levar inevitavelmente a pensar no tipo de evento que usualmente o sucedia. Por que então, segundo Kant, em uma síntese de representações baseada em um conceito originado dessa maneira “toda relação da cognição a objetos [...] desapareceria” (CRP A 111)?

Penso que a resposta mais direta para essa questão seja a de que uma síntese de representações baseada em conceitos desse tipo não poderia sequer ter a *pretensão* de possuir aquela validade universal e necessária que, segundo Kant, caracteriza a objetividade de uma unidade sintética de representações. Isto é, Kant presumivelmente diria que, ao conectar representações baseado em conceitos desse tipo, eu não poderia sequer *desejar* que “em todo o tempo eu próprio e também todo o mundo deva necessariamente combinar as mesmas percepções sob as mesmas circunstâncias” (*Prol*, AA 4: 299). Pelo contrário, uma unidade sintética de representações gerada dessa maneira estaria, por assim dizer, impregnada de associações psicológicas individuais e, por conseguinte, não poderia autorizar uma demanda, ainda que implícita, de que outros sujeitos combinem essas representações da mesma maneira que eu. Como diz Longuenesse, ao discutir o que seria o caso se nossos juízos não tivessem um fundamento *a priori*: “Nós teríamos que reconhecer que nossos juízos são enganosos quando eles expressam como conexões objetivas o que são de fato meras expectativas subjetivas originando-se de conjunções habituais” (1998, p. 187; cf. também FAGGION, 2012, pp. 378-9). Por outro lado, isso não ocorre uma vez que admitamos que os conceitos que guiam nossa síntese de representações têm uma origem *a priori* no entendimento. Por terem essa origem *a priori*, as categorias não dependem de modo algum das experiências e propensões psicológicas de qualquer sujeito em particular. Por conseguinte, uma síntese guiada pelas categorias pode adquirir aquela pretensão de validade universal e necessária que, segundo Kant, caracteriza a objetividade, já que elas expressam modos de combinação que devem necessariamente ser compartilhados por todos os sujeitos que possuem um entendimento discursivo. E é por isso que, para Kant, não pode haver uma unidade objetiva de representações sem conceitos *a priori*, e é por isso, finalmente, que esses conceitos possuem uma relação necessária com objetos, ou seja, validade objetiva: “[...] juízos de experiência não derivarão sua validade objetiva da cognição imediata do objeto (pois isso é impossível), mas simplesmente da condição da validade universal dos juízos empíricos, que [...] *nunca se funda nas condições empíricas e mesmo em geral sensíveis, mas num conceito puro do entendimento* (*Prol*, AA 4: 298-9, *itálico nosso*).

Vale ressaltar mais uma vez que isso não significa que toda síntese de representações guiada pelas categorias deva resultar em juízo verdadeiro. Também não significa que o

conteúdo *a posteriori* da experiência seja ele próprio constituído pelas categorias. Como afirma Allison em uma passagem já citada no capítulo anterior.

A validade objetiva que resulta da unificação de dados sensíveis sob essas leis *a priori* [isto é, as leis *a priori* fundamentadas nas categorias] não é equivalente à verdade como entendida normalmente. Em outras palavras, um juízo objetivamente válido não é, enquanto tal, necessariamente um juízo verdadeiro (muito menos um juízo necessariamente verdadeiro) [...] Portanto, ao afirmar que a experiência envolve interpretação, a imposição de regras *a priori*, e assim por diante, Kant não está afirmando que o entendimento humano tem uma capacidade de determinar *a priori* o que é ou não o caso empiricamente (2008, p. 109).

Sobre a afirmação de Allison de que, segundo Kant, o entendimento não tem a “capacidade de determinar *a priori* o que é ou não o caso empiricamente”, penso que ser oportuno conferir a caracterização de uma síntese objetivamente válida mencionada acima: “Eu desejo que em todo o tempo eu próprio e também todo o mundo deva necessariamente combinar as mesmas percepções *sob as mesmas circunstâncias*” (*Prol*, AA 4: 299, *itálico* nosso). Por “sob as mesmas circunstâncias” podemos entender que se tratam aqui de mesmas circunstâncias *empíricas*, sendo que o múltiplo *a posteriori* de uma intuição empírica nunca é produzido pelo entendimento, mas deve ser *dado* ao sujeito. No entanto, vimos que, segundo a noção kantiana de objetividade, para que um juízo tenha a *pretensão* de valer para um objeto *distinto* dos meus estados subjetivos, ou seja, para que ele seja *objetivo*, o múltiplo *a posteriori* de intuições pensado sob ele deve ser sintetizado por meio das categorias. Pois são elas o fundamento de determinadas regras que conferem uma “necessidade”, no sentido explicado acima, à nossa síntese de representações, e, por conta disso, podemos dizer que elas são *constitutivas* dos objetos pensados como algo distinto dessas representações, ao menos no que diz respeito à forma destes objetos.

E isso nos leva novamente a um tema central que deverá nos acompanhar ao longo de todo este trabalho. Em conformidade com os princípios básicos da Revolução Copernicana, na filosofia kantiana a forma dos objetos e, de modo geral, da realidade empírica como um todo é constituída ou imposta pela faculdade de representação do sujeito. Ou, para sermos mais precisos, já que estamos falando aqui especificamente daquelas propriedades essenciais expressas nas categorias, a forma dos objetos e da realidade empírica é, segundo a filosofia kantiana, constituída ou imposta pelo nosso entendimento: “[...] as leis [dos aparecimentos da natureza] não existem nos aparecimentos, [mas sim] só em relação ao sujeito a que os aparecimentos são inerentes, *na medida em que este possui um entendimento*” (CRP B 164, *itálico* nosso). As leis às quais Kant se refere aqui são as “leis verdadeiramente universais da natureza, que existem absolutamente *a priori*” (*Prol*, AA 4: 295). Elas têm sua origem nas

categorias e valem necessariamente para a realidade empírica, pois, segundo Kant, não pode haver experiência de um objeto “correspondente a e, por consequência, também distinto da” sua representação sem aplicação das categorias ao múltiplo de intuições dado na sensibilidade (cf. A 105).

Já dissemos que em um capítulo posterior será explicado o modo específico pelo qual a aplicação das categorias ao múltiplo da sensibilidade pode produzir uma experiência objetiva. Porém, a partir da definição das categorias em CRP B 128 e, de modo geral, do que é estabelecido na dedução metafísica, podemos adiantar que tal aplicação das categorias ao múltiplo da sensibilidade consiste em determinar esse múltiplo em relação às funções lógicas dos juízos. Essa última afirmação, por sua vez, nos leva a um outro tema central para este trabalho que já foi abordado na seção anterior, a saber, o da relação entre formas lógicas e ontologia: as propriedades universais e necessárias da realidade empírica constituída pelo entendimento humano serão determinadas propriedades estruturais análogas àquelas que são, segundo Kant, as formas lógicas *a priori* dos juízos⁴⁸. Afinal, vimos que as categorias, que são aqueles conceitos que Kant considerava os mais caros à metafísica de seu tempo (cf. *Prol*, AA 4: 260), têm sua origem nas formas lógicas, pois elas são essas formas lógicas *convertidas* em um conceito de síntese de intuições (CRP A 321/B 377-8). Deste modo, podemos dizer que, na filosofia kantiana, aquelas que seriam as propriedades universais e necessárias da realidade empírica, que são objeto da metafísica, existem nessa realidade *apenas* na medida em que elas são *impostas* pelas formas *a priori* do entendimento, formas estas que são essencialmente as formas lógicas *a priori* dos juízos. Pois, como diz a passagem dos *Prolegômenos* citada um pouco mais acima, a validade objetiva dos nossos juízos não se funda em uma “cognição imediata do objeto”, presumivelmente entendido aqui como uma entidade existente em si, nem nas “condições empíricas e mesmo em geral sensíveis, mas num conceito puro do entendimento” (*Prol*, AA 4: 298-9). Como procuramos mostrar nesta seção, dizer que a validade objetiva dos juízos se funda nas categorias é o mesmo que dizer que elas fornecem regras *a priori* que conferem uma necessidade às sínteses de representações. Essas sínteses, assim entendidas, determinarão a forma *a priori* da realidade empírica, isto é, certos aspectos desta última totalmente imunes e indiferentes aos seus elementos *a posteriori* ou contingentes. Isso, por sua vez, nos leva a uma doutrina segundo a qual certas propriedades

⁴⁸ Embora, como já mencionamos e iremos explicar posteriormente, essa “analogia” não seja tão facilmente verificada em todos os títulos e momentos da tabela dos juízos de Kant. Todavia, procuraremos mostrar que isso não inviabiliza os resultados que esperamos extrair, em nossa comparação entre a *Crítica* e o *Tractatus*, da relação entre forma lógica e ontologia que, de uma maneira ou de outra, está presente na filosofia teórica kantiana.

universais e necessárias da realidade empírica não são propriedades de uma realidade existente em si mesma, mas também não são estruturas que existem prontas na sensibilidade, seja no conteúdo empírico ou *a priori* desta última. Pelo contrário, elas devem constituídas pelo entendimento na medida em que, para utilizar novamente a definição das categorias em CRP B 128, aquilo que nos é oferecido pela nossa faculdade de ser afetado por objetos é *determinado em relação às funções lógicas dos juízos*.

Capítulo 3 Forma lógica e ontologia no *Tractatus*: o debate entre realismo e antirrealismo à luz da filosofia teórica de Kant⁴⁹.

Após termos traçado as linhas gerais da teoria kantiana da representação, juízo e objetividade, o principal foco do presente capítulo será a teoria da linguagem e representação do *Tractatus*. Assim como foi feito em nossa análise da filosofia teórica de Kant, nossa ênfase aqui estará no modo como o *Tractatus* desenvolve e articula suas teses acerca das propriedades essenciais e necessárias das nossas representações da realidade e da realidade representada. Atentaremos, sobretudo, para a relação entre forma lógica e ontologia tal como ela está presente no sistema tractariano. Aqui, porém, como já adiantamos no primeiro capítulo deste trabalho, iremos examinar uma disputa existente na literatura secundária da obra que diz respeito ao modo como essa relação deve ser entendida. Trata-se do debate entre as leituras do *Tractatus* que denominaremos “realista” e “antirrealista”, e cujas ideias principais serão apresentadas e explicadas. Como também já foi adiantado, iremos, em seguida, introduzir nesse debate ideias que são próprias da filosofia de Kant. Isso nos permitirá, finalmente, dar uma formulação mais precisa acerca do que consiste a comparação que estamos propondo entre os sistemas filosóficos kantiano e tractariano, bem como dos resultados que esperamos obter através dela.

3.1 O isomorfismo entre linguagem e realidade no sistema tractariano.

No Prefácio do *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein afirma que o objetivo do seu livro é traçar um limite para a expressão dos pensamentos, o que, ao menos no plano da obra, equivale a traçar os limites da linguagem. Sendo a linguagem no *Tractatus* identificada à “totalidade das proposições” (TLP 4.001), tal tarefa será levada a cabo por meio de uma investigação da natureza essencial do sentido proposicional. Para sermos mais específicos, Wittgenstein procura elucidar em que consiste afinal um sentido proposicional e quais as condições necessárias para que uma proposição possa expressar um sentido. Como indicamos no primeiro capítulo deste trabalho, uma vez que o sentido de uma proposição está, segundo o *Tractatus*, intrinsecamente vinculado à sua capacidade de representar a realidade, a investigação tractariana acerca da natureza essencial do sentido proposicional levará

⁴⁹ A exposição que se segue no presente capítulo, em especial, se apoiou em grande parte nas pesquisas desenvolvidas em minha Dissertação de mestrado, intitulada “A noção de ‘realidade’ no *Tractatus* de Wittgenstein” (cf. YOKOYAMA, 2014).

necessariamente a conclusões acerca da natureza essencial da realidade representada pela linguagem: “Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo” (TLP 5.4711).

Nesta seção, nosso objetivo será apresentar em linhas gerais em que consiste a essência da proposição e a essência do mundo “especificadas” por Wittgenstein. Já sabemos que há, na literatura secundária do *Tractatus*, uma divergência acerca do modo como deve ser entendida a natureza da relação entre as propriedades essenciais da linguagem e as do mundo. Trata-se aqui do debate entre as leituras que denominaremos “realista” e “antirrealista”, debate este que irá nos acompanhar ao longo de todo o nosso trabalho e que norteará a comparação que estamos propondo entre as filosofias tractariana e kantiana. Contudo, ao menos na presente seção tentaremos apresentar as teses do *Tractatus* de uma maneira relativamente neutra com relação ao debate entre essas duas interpretações. Penso que, a partir disso, ficará mais fácil especificarmos depois quais são as divergências entre elas.

3.1.1 A “essência do mundo” segundo o *Tractatus*

Embora, como dissemos acima, as teses de Wittgenstein acerca da “essência do mundo” tenham sido obtidas a partir de uma investigação da linguagem, o livro se inicia com uma caracterização do mundo para só depois desenvolver temas referentes à linguagem que o representa. Seguiremos aqui essa ordem de exposição, deixando em aberto, por ora, quais seriam as razões que levaram a essa caracterização das propriedades essenciais do mundo ou da realidade, que é realizada em uma seção que cobre os aforismos 1 a 2.063. Tais razões serão indicadas na subseção seguinte, quando nos debruçarmos sobre a teoria tractariana da proposição.

O mundo é caracterizado como sendo “tudo o que é o caso” e como “a totalidade dos fatos” (TLP 1-1.1). Essas duas afirmações são de certo modo equivalentes, pois, na terminologia do *Tractatus*, “ser o caso” e “ser um fato” parecem ser noções intermutáveis, como sugere o seguinte aforismo que contém o que podemos considerar como uma definição de ambas: “O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas” (TLP 2). Mais à frente, o mundo, que foi caracterizado como sendo “tudo o que é o caso” e como “a totalidade dos fatos”, será identificado também à totalidade dos estados existentes de coisas: “A totalidade dos estados existentes de coisas é o mundo” (2.04)

A relação entre a afirmação de que o mundo é “totalidade dos fatos” (ou “tudo o que é o caso”) e a de que ele é “totalidade dos estados existentes de coisas” pode ser entendida da

seguinte maneira. Em comparação com fatos (*Tatsachen*), estados de coisas (*Sachverhalten*) são caracterizados por uma simplicidade essencial, ao passo que a noção de “fato” abrange fatos simples ou complexos. Fatos simples ou atômicos a partir dos quais fatos mais complexos são constituídos são precisamente os estados de coisas: “A estrutura do fato consiste nas estruturas dos estados de coisas” (2.034). Por isso, dada a totalidade dos estados de coisas está automaticamente dada a totalidade dos fatos. O mundo, como vimos, consiste nessa totalidade.

Agora, se, por um lado, estados de coisas são os fatos mais simples pelos quais o mundo é constituído, a estrutura *interna* dos próprios estados de coisas é caracterizada como sendo “uma ligação de objetos (coisas)” (TLP 2.01), sendo “objeto” (*Gegenstand*) e “coisa” (*Ding*), ao que tudo indica, noções intermutáveis. Vemos assim que, embora estados de coisas sejam os fatos mais simples quando comparados com os fatos complexos ou moleculares por eles constituídos, essa caracterização de sua estrutura interna indica que os estados de coisas são, eles próprios, complexos, uma vez que são constituídos de partes ainda mais simples. Tais partes não são evidentemente *outros fatos*, mas os chamados objetos (ou coisas), estes sim entidades absolutamente simples e que, por conta disso, pertencem a uma categoria ontológica essencialmente distinta.

Sobre a relação entre as noções de objeto (ou coisa) e estado de coisas, Wittgenstein escreve: “É essencial para a coisa poder ser parte constituinte de um estado de coisas” (TLP 2.011). Já sabemos que estados de coisas são ligações de objetos. O que o aforismo 2.011 está dizendo é que a possibilidade de se ligar com outros objetos, e, deste modo, constituir um determinado estado de coisas, é algo que faz parte da própria essência de qualquer objeto, isto é: “Se as coisas podem aparecer em estados de coisas, isso já deve estar nelas” (TLP 2.0121b); “[...] não podemos pensar em *nenhum* objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros” (TLP 2.0121c). Essa mesma ideia também aparece na seguinte passagem, que, no entanto, parece acrescentar uma informação adicional acerca da caracterização do mundo que está sendo desenvolvida:

Se conheço o objeto, conheço também todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas.

(Cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza do objeto)

Não se pode encontrar depois uma nova possibilidade. (TLP 2.0123)

Mais do que reiterar que a possibilidade de se combinar com outros objetos em estados de coisas faz parte da essência de qualquer objeto, essa última citação sugere que cada objeto

está, por assim dizer, em um espaço *limitado* de combinações possíveis com outros objetos em estados de coisas. Dados os objetos indicados pelas letras *a*, *b*, *c* e *d*, não se segue, ao menos não necessariamente, que toda e qualquer combinação entre eles em estados de coisas seja possível. Por exemplo: limitando-nos às combinações possíveis envolvendo apenas esses quatro objetos, pode ser que faça parte da “natureza” do objeto *a* que ele possa aparecer apenas nos estados de coisas *ab*, *ad*, *acd*, de modo que todas as demais configurações envolvendo *a* e esses outros três objetos seriam, na verdade, configurações *impossíveis*. Aliás, vale acrescentar, seriam configurações *logicamente* impossíveis. Portanto, supostas configurações como *ac*, *abc*, *abcd*, etc. não seriam estados de coisas possíveis, mas impossibilidades lógicas. As possibilidades combinatórias de um objeto, assim entendidas, são denominadas suas “propriedades internas” (TLP 2.01231), sua “forma” (TLP 2.0141) ou sua “forma lógica” (TLP 2.0233). Já as combinações que um objeto efetivamente realiza, ou seja, combinações que não são apenas uma possibilidade inscrita em sua natureza, mas combinações que são “o caso”, são denominadas suas “propriedades externas” (TLP 2.01231).

Todas essas considerações articulam um tema central no *Tractatus* e que também será de máxima importância para o presente trabalho, a saber: a caracterização dos aspectos necessários e dos aspectos contingentes da realidade. Como é indicado pela citação acima, não posso conhecer um objeto sem conhecer suas possibilidades combinatórias: elas fazem parte da “natureza” do objeto. Em outras palavras, é “impensável” que esse objeto não possua essas possibilidades combinatórias (cf. TLP 4.123), assim como é impensável que ele possua outras: “Não se pode encontrar depois uma nova possibilidade” (TLP 2.0123). Por outro lado, as combinações que um objeto *efetivamente* realiza não fazem parte de modo algum da sua identidade, isto é, não é de modo algum impensável que ele efetivamente realize ou deixe de realizar quaisquer uma das combinações *possíveis* inscritas em sua “natureza: “Para conhecer um objeto, na verdade não preciso conhecer suas propriedades externas – mas preciso conhecer todas as suas propriedades internas (TLP 2.01231). Por isso, toda ocorrência e não ocorrência de combinações de objetos em estados de coisas é algo (logicamente) contingente. E, como frisa Fogelin (1987, p. 6), o inverso também é verdadeiro: no sistema do *Tractatus*, o que constitui os aspectos contingentes do mundo é sempre uma questão de ocorrência e não ocorrência de combinações de objetos em estados de coisas. Contudo, já que os objetos são entidades simples, isto é, entidades que não são constituídas pela ocorrência de uma combinação de partes ainda mais simples, daí se segue que a existência de qualquer objeto jamais é contingente. Por isso, os objetos juntamente com suas possibilidades combinatórias,

que, afinal, são inseparáveis de suas respectivas naturezas, constituem os aspectos necessários do mundo. Ou, na terminologia de Wittgenstein, eles são ou constituem a “substância” (TLP 2.021) ou a “forma fixa” do mundo (TLP 2.023).

As razões pelas quais Wittgenstein defendeu que o mundo deve ter uma “substância” ou uma “forma fixa” entendidas dessa maneira estão relacionadas à sua teoria do sentido proposicional. Isso já é denunciado pelo fato de que, em uma seção majoritariamente dedicada a delinear uma caracterização do mundo, Wittgenstein se vê levado a antecipar temas relacionados à sua teoria da representação proposicional como justificativa para sua tese de que o mundo tem uma substância (TLP 2.0211-2). Sendo assim, deixaremos o exame dessa justificativa para a próxima subseção.

De todo modo, penso que já temos um panorama do maneira pela qual o mundo é caracterizado no interior do sistema tractariano. Ele é, em primeiro lugar, a totalidade dos fatos, e, para mencionar um ponto que omitimos acima, Wittgenstein enfatiza que se trata da “totalidade dos fatos, *não das coisas*” (TLP 1.1, *itálico nosso*). Isto é, no sentido técnico do termo tal como ele é entendido no *Tractatus*, o mundo consiste especificamente na totalidade das configurações de objetos que efetivamente são o caso, e não na totalidade de suas combinações possíveis. Porém, como Wittgenstein acrescenta um pouco depois, “a totalidade dos fatos determina o que é o caso e também tudo o que não é o caso” (TLP 1.12); ou, como é dito mais à frente: “A totalidade dos estados existentes de coisas também determina os estados de coisas que não existem” (TLP 2.05). Portanto, no sistema do *Tractatus*, a totalidade dos estados existentes de coisas, isto é, o mundo, não pode ser pensada como separada de um pano de fundo de possibilidades que não estão efetivamente realizadas. Em suma, o mundo, no *Tractatus*, pode ser entendido como uma circunscrição contingente de um espaço de possibilidades fixo e necessário. Esse espaço de possibilidades, isto é, a totalidade dos estados de coisas possíveis constituída pela totalidade dos objetos juntamente com suas possibilidades combinatórias, é também denominado “espaço lógico”: “Os fatos no espaço lógico são o mundo” (TLP 1.13). Wittgenstein também define a noção de “realidade” (*Wirklichkeit*) como “A existência e inexistência de estados de coisas” (2.06). Porém, não penso que devamos interpretar essa afirmação como a indicação de uma ontologia que se compromete com a existência de entidades meramente possíveis. Veremos que a teoria tractariana da proposição procurará evitar precisamente comprometimentos desse tipo. Sem a intenção de alongar-me sobre esse tema, proponho que aquela afirmação seja interpretada apenas como mais um reflexo do que foi dito acima: a totalidade dos estados de coisas que são o caso é impensável a não ser como uma circunscrição do espaço lógico constituído pelos

objetos tomados juntamente com as possibilidades combinatórias inscritas em sua natureza. Sendo assim, continuaremos utilizando os termos “mundo” e “realidade” de maneira intercambiável (cf. TLP 2.063). Quando, ao falarmos do *Tractatus*, nos referirmos às “propriedades últimas, necessárias ou essenciais da realidade”, estaremos nos referindo à rede fixa e imutável de possibilidades que é absolutamente imune a qualquer aspecto contingente do mundo, ou seja, ao que é ou não o caso.

Sabemos que essas conclusões foram obtidas a partir de uma investigação acerca da natureza do sentido proposicional. Nosso objetivo agora será precisamente delinear os aspectos centrais da teoria tractariana da proposição e explicar de que modo ela se relaciona com a caracterização do mundo que acabamos de apresentar.

3.1.2 A “essência da proposição” segundo o *Tractatus*.

A ideia central da teoria tractariana do sentido proposicional é a de que proposições são “figurações” ou “figuras” (*Bilder*) dos fatos. Como afirma Hacker (1983, p. 86), podemos dizer que essa teoria possibilitou que Wittgenstein desse um tratamento unificado a uma série de posições com as quais ele já havia se comprometido antes mesmo da primeira formulação (que se tem registro) da ideia de que proposições são figurações, feita em Setembro de 1914. Dentre essas posições previamente assumidas podemos mencionar o princípio de que proposições são essencialmente “bipolares”, a crítica de Wittgenstein à teoria dos tipos de Russell, assim como sua explicação acerca da natureza da necessidade lógica e das constantes lógicas. Deste modo, a teoria “afigurativa” da proposição pode ser pensada como uma tentativa de formular uma teoria da proposição que incorporasse todas essas posições de cuja correção Wittgenstein já estaria convencido na época. No entanto, no que se segue não procuraremos apresentar uma análise aprofundada nem dessas posições nem da própria teoria afigurativa. Nos limitaremos a explicar aquilo que julgarmos ser necessário para que, mais à frente, possamos debater o que mais interessa ao nosso tema central, isto é: o modo como deve ser entendida, no *Tractatus*, a natureza da relação entre a forma essencial das representações linguísticas e a forma essencial da realidade representada.

A “bipolaridade” essencial das proposições é um tema que já domina os escritos de Wittgenstein desde 1913: “Toda proposição é essencialmente verdadeira-falsa. Portanto, a proposição tem dois pólos (correspondendo ao caso de sua verdade e ao caso de sua falsidade.

Nos chamamos isso de o *sentido* da proposição”⁵⁰ (1969, p. 94). Esse “princípio da bipolaridade” faz das proposições um tipo de símbolo completamente distinto dos nomes (cf. 1969, p. 93). Um pressuposto básico de Wittgenstein, que se estenderia desde essa época até (pelo menos) o *Tractatus*, é o de que o conteúdo significativo tanto dos nomes como das proposições deve depender, de alguma maneira, de alguma relação que eles mantêm com a realidade. Porém, dizer que proposições são bipolares é reconhecer que a relação que elas mantêm com a realidade é essencialmente distinta da relação mantida pelos nomes. Ou um nome corresponde a algo na realidade ou ele não tem conteúdo significativo algum, ou seja, não é propriamente um nome ou qualquer tipo de símbolo linguístico. Contudo, o princípio de que o sentido de uma proposição está associado aos pólos correspondentes à sua verdade e à sua falsidade consiste precisamente na ideia de que a realidade pode concordar (no caso da proposição ser verdadeira) ou discordar (no caso dela ser falsa) com esse sentido. Isso, por sua vez, é o mesmo que dizer que pode ou não haver algo na realidade que corresponda à proposição: no primeiro caso ela é verdadeira e no segundo ela é falsa. Por conseguinte, diferente do que ocorre no caso dos nomes, uma proposição é um símbolo que tem um conteúdo significativo mesmo quando aquilo que ela simboliza não ocorre na realidade. Ainda assim, como dissemos acima, esse conteúdo significativo deve, de alguma maneira, estar assentado na realidade. Afinal, uma proposição é falsa precisamente porque ela aponta para a realidade, simbolizando uma situação completamente determinada que, contudo, não é o caso na realidade. Isso a difere de uma sequência de sinais desprovida de qualquer conteúdo significativo que não simboliza coisa alguma, como, para utilizar um exemplo de Wittgenstein, “esta mesa porta-caneta o livro” (1969, p. 96). Neste último caso, não há nada na realidade que corresponda a essa sequência de sinais. Porém, eu não tenho aqui uma proposição falsa, mas simplesmente um “contra-senso” (*unsinnig*), isto é, sinais desprovidos de qualquer conteúdo significativo. Essa pseudo-proposição não simboliza algo com o qual a realidade pode concordar ou discordar, pois, afinal, ela não simboliza coisa alguma.

Por conseguinte, uma teoria adequada do sentido proposicional deve poder explicar como pode uma proposição simbolizar uma situação completamente determinada independentemente dessa situação existir ou não na realidade. Essa é justamente uma das principais demandas que a tese de que proposições são “figurações” procurará atender. Ao formulá-la pela primeira vez nos *Notebooks*, Wittgenstein menciona, como exemplo de seu conceito de “figuração”, o uso de brinquedos no tribunal de Paris para representar acidentes

⁵⁰ As citações dos *Notebooks* e dos demais escritos pré *Tractatus* serão feitas a partir da tradução inglesa indicada na bibliografia. A paginação indicada também se refere a essa mesma edição.

automobilísticos (1969, p. 7). Aproveitemos essa menção para esclarecer alguns dos aspectos da noção de figuração que, segundo Wittgenstein, são relevantes para explicar a natureza do sentido proposicional. Figurações representam fatos da realidade precisamente por serem, elas próprias, fatos (TLP 2.1, 2.141). Por serem fatos, figurações são compostas por elementos que estão uns para os outros de uma determinada maneira (TLP 2.14). Essa articulação efetiva dos elementos da figuração é denominada a “estrutura” desta última (TLP 2.15b). Partindo deste conceito amplo de figuração, podemos dizer que um acidente automobilístico pode ser “afigurado” por meio de um arranjo de brinquedos que mantêm determinadas relações espaciais entre si. É essencial, porém, que, além de manterem tais relações, esses brinquedos, que são os “elementos” da figuração, sejam tomados como representantes ou substitutos dos elementos envolvidos no fato que se pretende afigurar, isto é, dos carros envolvidos no acidente representado. Deste modo, este último é como que “montado experimentalmente” (1969, p. 7; cf. TLP 4.031): “Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras” (TLP 2.15). O que é essencial na noção de figuração assim entendida é que ela evidencia que é possível apreender qual situação está sendo “montada para teste” sem que necessariamente essa situação seja (ou tenha sido) o caso na realidade. A combinação de brinquedos dispostos de uma determinada maneira põe diante de nós uma situação completamente determinada. Por exemplo: que o brinquedo A esteja à direita do brinquedo B representa que os carros reais que correspondem a A e B mantêm essa mesma relação entre si. Por conseguinte, nós podemos “ver” qual é a situação que está sendo afigurada independentemente de ela ser (ou ter sido) o caso ou não, já que esse nosso modelo exhibe essa situação em sua própria estrutura. A situação representada por essa figuração é o seu “sentido” (TLP 2.221). Se a situação representada é o caso, dizemos que a figuração é verdadeira; se ela não for o caso, dizemos que a figuração é falsa (TLP 2.222). Mas, pelo que acabamos de dizer, se segue que ela pode possuir e expressar um sentido independentemente do seu valor de verdade. Além disso, não é possível reconhecer esse valor de verdade apenas a partir da consideração do seu sentido. Para reconhecer se a figuração é verdadeira ou falsa, ela deve ser *comparada com a realidade* (TLP 2.221-2.222). Essa comparação deve ser um processo, por assim dizer, logicamente posterior à apreensão do seu sentido, pois é só a partir dessa apreensão que eu posso saber com o quê a figuração deve ser comparada a fim de se constatar qual é o seu valor de verdade (cf. WITTGENSTEIN, 1969, p. 23).

Contudo, para que uma figuração qualquer tenha sentido ela deve representar uma situação *possível*. E, de fato, se ao invés de correlacionarmos os brinquedos A e B a dois

carros nós os tivéssemos correlacionado, respectivamente, à cor verde e à nota dó, não poderíamos dizer que entendemos o que está sendo representado pelo nosso modelo. Não fazemos a menor ideia do que seria para a cor verde estar à direita da nota dó e, por conseguinte, não podemos dizer que entendemos o que está sendo representado por essa suposta figuração. Como diríamos no linguajar comum, essa suposta figuração “não faz sentido”. Sendo assim, para que uma figuração possa representar e, deste modo, ter um sentido, é necessário que seus elementos constituintes partilhem, no contexto da figuração, de um mesmo número de possibilidades combinatórias com os elementos do fato que ela afigura. Na terminologia do *Tractatus*, isso é o mesmo que dizer que a figuração deve ter sua “forma de afiguração” em comum com o fato afigurado (TLP 2.161-2.17). No caso do nosso exemplo, essa identidade de forma se evidencia na medida em que configurações *espaciais* de brinquedos representam configurações *espaciais* de carros. Deste modo, os elementos de ambos partilham de um mesmo conjunto de possibilidades e impossibilidades de configuração espacial. Dizemos nesse caso que se trata de uma “figuração espacial”, pois figuração e fato afigurado partilham da mesma forma espacial (cf. TLP 2.16-2.171).

Wittgenstein convenceu-se que a noção de figuração incorpora as principais características que ele julgava essenciais para uma caracterização adequada da natureza do sentido proposicional. Isso o levou a concluir que proposições são figurações: “A proposição é uma figuração da realidade: pois sei qual é a situação por ela representada se entendo a proposição” (TLP 4.021). É verdade que os sinais escritos ou sonoros que constituem as sentenças das nossas linguagens correntes não parecem de modo algum ser figurações ou modelos de fatos (TLP 4.011). A principal razão disso, diria Wittgenstein, é a de que linguagens correntes são como que “trajes” que disfarçam o real sentido expresso por nossas sentenças (TLP 4.002; cf. 3.143), sendo que apenas a análise lógica pode trazer esse sentido à tona de uma maneira perspicua e “visível”. Em uma proposição completamente analisada, a cada um dos elementos que caracterizam o seu sentido corresponderia um sinal gráfico ou sonoro, de modo que, presumivelmente, o caráter figurativo ou pictórico da linguagem tornar-se-ia assim mais evidente.

Wittgenstein nega que possamos responder *a priori*, isto é, independentemente de um trabalho efetivo de análise, qual seria a forma específica das proposições completamente analisadas (cf. 5.55-5.5571). No entanto, certos aspectos gerais dessas proposições podem e são antecipados por Wittgenstein, e são esses aspectos, diria ele, que realmente importam para a filosofia (cf. TLP 5.555). Sobre esse ponto, lemos no *Tractatus*: “É óbvio que devemos, na análise das proposições, chegar a proposições elementares, que consistem em nomes em

ligação imediata” (TLP 4.221a; cf. 5.5562). O termo “nome”, quando pensado como se aplicando aos elementos constituintes das chamadas “proposições elementares”, às quais a análise completa de qualquer sentença deve poder chegar, tem um sentido muito específico no *Tractatus*. Tratam-se aqui de “sinais simples” que designam objetos simples (TLP 3.202-3.203), que são precisamente aqueles objetos que, como dissemos na subseção anterior, constituem a substância do mundo. O objeto que um nome designa é o seu significado (*Bedeutung*). Como toda figuração, a proposição elementar é um fato, isto é, um complexo no qual seus elementos constituintes, os nomes, estão uns para os outros de uma determinada maneira. Enquanto uma “vinculação” ou “encadeamento” de nomes (TLP 4.22), o que uma proposição elementar representa é que os objetos estão uns para os outros da maneira como é mostrada através da vinculação dos nomes que a constituem. Em outras palavras, uma proposição elementar representa a existência de um estado de coisas constituído pela combinação dos objetos aos quais seus nomes se referem: “Um nome toma o lugar de uma coisa, um outro, o de uma outra coisa, e estão ligados entre si, e assim o todo representa – como um quadro vivo – o estado de coisas” (TLP 4.0311). O que a proposição elementar *diz* é que o estado de coisas por ela representado é o caso (cf. TLP 4.022). Se esse estado de coisas é o caso, ela é verdadeira; se não é o caso, ela é falsa. Entender o seu sentido é saber o que é o caso se ela for verdadeira (TLP 4.024a).

Tudo o que foi dito acima acerca da noção de figuração, tomada de modo geral, vale para o caso específico da proposição elementar. Uma proposição elementar *mostra* em sua estrutura como as coisas estão se ela for verdadeira, e isso independentemente de o estado de coisas representado ser ou não o caso. Por conseguinte, o seu *sentido* não depende de seu valor de verdade (TLP 4.024b). Porém, para ter sentido, a proposição elementar, como qualquer figuração, deve representar um estado de coisas *possível*. Isso é o mesmo que dizer que as possibilidades combinatórias entre os nomes que constituem proposições elementares devem espelhar as possibilidades combinatórias que, como vimos na subseção interior, estão inscritas na “natureza” de cada objeto. Na terminologia do *Tractatus*, a proposição e o estado de coisas afigurado devem ter, portanto, uma “forma” em comum.

No caso das proposições elementares, não se trata, porém, da forma “espacial”, como era o caso do nosso modelo anterior. Trata-se, antes, do que Wittgenstein denomina “forma lógica”, que é a forma de afiguração mais básica e que abrange todas as formas de afiguração possíveis: “Toda figuração é *também* uma figuração lógica. (No entanto, nem toda figuração é, p.ex., uma figuração espacial)” (TLP 2.182). Afinal, sabemos que, segundo o *Tractatus*, o mundo se esgota na totalidade dos fatos, e essa totalidade, por sua vez, se esgota na totalidade

dos estados de coisas. Portanto, a estrutura de “fatos espaciais”, assim como a de qualquer outro tipo de fato, deve necessariamente ser redutível a estruturas de estados de coisas (cf. TLP 2.034). Do mesmo modo, todos os tipos de figuração, incluindo aqui as sentenças da linguagem corrente, devem ser redutíveis, por meio de análise, a proposições elementares. O entendimento do sentido das nossas figurações usuais e das sentenças não analisadas equivale, portanto, ao entendimento do sentido das proposições elementares às quais a análise lógica daquelas figurações ou sentenças não analisadas deve poder chegar. Isso parece pressupor que o entendimento e a produção das nossas figurações mais usuais e das sentenças não analisadas deve sempre ser acompanhado por aquilo que o *Tractatus* denomina “pensamento” (TLP 3), que atuaria, para utilizar uma formulação de Cuter, como uma espécie de “inconsciente linguístico” (1993, p. 198, n. 198). O pensamento, no *Tractatus*, deve aqui ser entendido como algo constituído de elementos que corresponderiam aos sinais simples aos quais a análise completa das proposições deve poder chegar (TLP 3.2). Embora não possamos dar de antemão, independente da análise lógica, as formas específicas das diferentes proposições elementares, essas formas específicas estariam de alguma maneira presentes “em ato” no próprio pensamento, sendo essa presença um pressuposto para a produção e o entendimento do sentido de qualquer figuração do mundo ainda não submetida a uma análise completa⁵¹.

Mas por que, afinal, a análise de toda e qualquer sentença deve poder chegar a proposições elementares, isto é, proposições constituídas de nomes que se referem a objetos simples que subsistem independentemente do que seja o caso? E, para formular essa mesma questão de uma outra perspectiva, por que afinal o mundo deve ser composto de objetos simples que formam a sua “substância”? Em primeiro lugar, é conveniente apontar que a posição do *Tractatus* com relação a este ponto está relacionada com seu comprometimento com a ideia geral que norteia a teoria das descrições de Russell (cf. RUSSELL, 1905). Uma das principais motivações dessa teoria foi explicar o sentido de proposições nas quais um ou mais de seus elementos constituintes (aparentemente) se referem a entidades inexistentes, como, por exemplo, a sentença “O atual rei da França é calvo”. Lembremos que para Wittgenstein (assim como para Russell) o conteúdo significativo das expressões linguísticas deve estar, de alguma maneira, assentado na relação que elas mantêm com a realidade. Contudo, se a expressão “o atual rei da França” não designa nada na realidade, teríamos que concluir que tanto ela quanto as sentenças nas quais ela ocorre não possuem nenhum conteúdo significativo. A saída da teoria das descrições é negar que essa expressão seja um componente

⁵¹ Essa nossa exposição acerca do papel da noção de pensamento no sistema do *Tractatus* é especialmente tributária da interpretação de Cuter 1993, pp. 136-41 e 2008, pp. 206-210.

último dessas sentenças. Ela deve ser analisada em expressões mais simples que possuam, elas sim, um referente, e cuja combinação seja equivalente a uma afirmação da existência do complexo supostamente referido pela expressão “o atual rei da França”. Deste modo, a sentença “O atual rei da França é calvo” pode ser tomada como *afirmando* ou *descrevendo*, entre outras coisas, a existência do atual rei da França. Por conter em seu sentido uma afirmação de algo que não é o caso, essa sentença será uma descrição *falsa* da realidade, e não uma sequência de sinais sem conteúdo significativo: “A proposição em que se fala de um complexo será, caso ele não exista, não um contra-senso, mas simplesmente falsa” (TLP 3.24b).

E por que a admissão do princípio geral por trás da teoria das descrições de Russell, no interior do sistema do *Tractatus*, leva especificamente à tese de que a análise de qualquer sentença deve poder chegar a expressões simples que designam objetos simples que têm, portanto, uma existência necessária? Por que não admitirmos, por exemplo, que a análise de uma proposição pudesse estender-se infinitamente? Nesse caso, o sentido de uma proposição que contém uma expressão que aparentemente *designa* um complexo estaria *afirmando* a existência desse complexo. Essa proposição poderia ser analisada de modo que aquela expressão desapareceria ao ser substituída por expressões que designam as partes daquele complexo, e assim sucessivamente. Seria isso incompatível com o que dissemos até aqui acerca da teoria afigurativa da proposição desenvolvida no *Tractatus*? Confesso que não estou totalmente convencido de que a ideia de que existam infinitos níveis de análise seja, por si só, incompatível com tudo o que dissemos até aqui acerca dessa teoria⁵². De todo o modo, a demanda por nomes simples que designam objetos simples seria justificada se introduzirmos uma premissa adicional que me parece ser aceita pelo *Tractatus* como um pressuposto acerca da natureza da proposição e da linguagem como um todo: o de que o sentido de uma proposição não pode ser de modo algum algo contingente⁵³. Lemos na seção inicial que caracteriza os aspectos essenciais do mundo:

Se o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição (TLP 2.0211)
Seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa) (TLP 2.0212).

⁵² Vale notar que Wittgenstein, na época do *Tractatus*, não se opunha à ideia de “infinitos atuais” (cf., por exemplo, TLP 4.2211).

⁵³ Nesse ponto, nossa análise se apóia em BOGEN, 1969, pp. 377-8, e MARQUES, 1998, pp. 140-1. Muito provavelmente, a demanda de que sentidos proposicionais não sejam contingentes está, por sua vez, relacionada à concepção tractariana de necessidade lógica, como iremos sugerir posteriormente (cf. seção 5.5 abaixo; cf. também ALTMANN, 1999, p. 116).

Se o mundo não tivesse uma substância, isto é, se ele não fosse constituído de objetos que, por serem simples, têm uma existência necessária, então o significado de qualquer expressão seria sempre complexo. Contudo, no sistema do *Tractatus*, toda combinação de partes em um complexo é sempre contingente. Por conseguinte, se não houvesse objetos simples, o significado de qualquer expressão, assim como o sentido de qualquer proposição, seria sempre algo intrinsecamente contingente. O significado de um nome e o sentido das proposições das quais ele faz parte dependeriam da existência contingente de um complexo (ou mesmo de uma infinidade deles; cf. nota 51 acima). Ou, como diz Wittgenstein, eles dependeriam da *verdade contingente* da proposição que afirma a existência desse complexo. Sendo assim, a postulação de objetos simples repousaria no fato de que Wittgenstein não estaria disposto a aceitar essa contingência por parte dos sentidos das proposições. Uma parte essencial do seu próprio conceito de proposição e de linguagem é a de que uma proposição deve ter um sentido independente dos fatos, isto é, de qualquer contingência. Por isso, deve haver um espaço lógico fixo e imutável constituído de objetos simples que subsistem independentemente do que seja o caso. Apenas assim o sentido de uma proposição pode estar necessariamente garantido, pois ela pode, independentemente de qualquer contingência, ser projetada sobre esse espaço lógico e, assim, representar uma situação possível. Essa análise da demanda tractariana por objetos simples parece estar em conformidade com a seguinte passagem das *Observações Filosóficas*, na qual lemos o seguinte comentário sobre os objetos simples do *Tractatus*:

O que eu uma vez chamei ‘objetos’, simples, eram simplesmente aquilo a que eu poderia me referir sem correr o risco de sua possível não existência; i.e., aquilo para que não há nem existência nem não existência, e isso significa: aquilo sobre o que eu posso falar *não importa o que possa ser o caso* (WITTGENSTEIN, 1975, p. 72; primeiro itálico nosso. Citado a partir da tradução inglesa).

Retornaremos ao tema referente aos nomes e objetos simples quando entrarmos no debate acerca do estatuto das teses ontológicas de Wittgenstein. Por ora, cumpre observar que, no sistema do *Tractatus*, as proposições elementares esgotam, de certa maneira, todo o conteúdo significativo da linguagem. Uma tese central da obra é a de que toda e qualquer proposição da linguagem é uma função de verdade de proposições elementares. Isto é, todos os sentidos proposicionais possíveis podem ser expressos através da aplicação das chamadas “constantes lógicas” ao sentido das proposições elementares, onde por constantes lógicas

estamos entendendo conectivos lógicos como os de negação, disjunção, etc. mais os quantificadores. Contudo, Wittgenstein afirma justamente que sua “idéia básica” é a de que as constantes lógicas não representam supostos “objetos lógicos”, ou seja, elas não realizam novas conexões com a realidade além daquelas realizadas através das proposições elementares (TLP 4.0312; cf. TLP 5.4). Funções de verdade podem ser construídas através da “expressão da concordância e discordância com as possibilidades de verdade das proposições elementares” (TLP 4.4), por meio da aplicação do que Wittgenstein denomina “operações de verdade” (TLP 5.234). Por exemplo, dadas duas proposições elementares ‘*p*’ e ‘*q*’, sua disjunção pode ser expressa por meio de um símbolo como “(VVVF) (*p,q*)” (cf. 4.443). Por simplesmente assinalar a concordância e a discordância com as possibilidades de verdade de ‘*p*’ e de ‘*q*’, nossa função de verdade não acrescenta nada de substancial que já não estivesse, de alguma forma, contido no sentido dessas duas proposições.

Wittgenstein apresenta então no aforismo 6 o que ele denomina “forma geral da proposição”: $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$. Sem a intenção de entrar nos detalhes dessa fórmula, cumpre apenas assinalar que ela é um reflexo da tese de que a totalidade das proposições possíveis consiste na totalidade das funções de verdade que podem ser obtidas a partir da totalidade das proposições elementares. Por ser a forma proposicional mais geral, temos aqui o cumprimento da tarefa, anunciada no Prefácio, de demarcação dos limites da linguagem. Tudo aquilo que não for uma função de verdade de proposições elementares está banido da linguagem, sendo apenas sinais sem qualquer conteúdo significativo. Isso significa, entre outras coisas, que o domínio do dizível se esgota em descrições do que é ou não o caso no mundo, já que proposições elementares são figurações de estados de coisas e suas funções de verdade apenas expressam a concordância e a discordância com suas possibilidades de verdade (cf. TLP 4.5). Dado o princípio de bipolaridade, disso segue também não há descrições do mundo cuja verdade seja necessária. A verdade de uma figuração do mundo só pode ser constatada por meio de sua comparação com a realidade, e, portanto, só há verdades *a posteriori* (TLP 2.21-2.225). As únicas proposições cuja verdade ou falsidade são necessárias e *a priori* são as tautologias e contradições, mas, segundo o *Tractatus*, elas não afirmam nada sobre a realidade: são os “casos extremos” de funções de verdade (TLP 4.46), nos quais a expressão da concordância e discordância com as possibilidades de verdade das proposições é feita de tal modo que seu valor de verdade não depende de forma alguma do que é ou não o caso na realidade. Essa ideia, que constitui o núcleo da concepção tractariana de necessidade lógica, não será, porém, examinada em detalhes aqui.

Contudo, sabemos que o *Tractatus* afirma uma série de teses acerca das propriedades necessárias da linguagem e do mundo que de modo algum podem ser consideradas como meras tautologias e muito menos como verdades triviais. Sobre esse ponto, é bastante conhecido que Wittgenstein mesmo reconhece que seus aforismos tentam dizer coisas que não podem ser ditas, e os associa a uma escada que devemos ser jogada fora após termos escalado através dela (TLP 6.54). O que ocorre é que, segundo o *Tractatus*, a linguagem não se esgota totalmente naquilo que pode ser *dito*, uma vez que há ainda aquilo que é *mostrado* por ela: “O que *pode* ser mostrado não *pode* ser dito” (TLP 4.1212). Por exemplo, as propriedades sintáticas de um nome, isto é, suas possibilidades combinatórias com outros nomes em proposições com sentido, é algo que não pode ser *dito*. Porém, a ocorrência desse nome em proposições legítimas, que descrevem verdadeira ou falsamente situações contingentes da realidade, *mostra* quais são as propriedades sintáticas desse nome. Também mostra as “propriedades internas” do objeto ao qual ele se refere (TLP 2.01231), assim como a forma lógica das proposições nas que ele ocorre e dos estados de coisas descritos por essas proposições. E, de modo geral, a linguagem tomada como um todo *mostra* suas propriedades formais, também denominadas “sintaxe lógica” (cf. TLP 3.325, 3.334, 6.124). A sintaxe lógica da linguagem, por sua vez, revela a forma essencial da realidade como um todo.

Já o que é afirmado pela grande maioria dos aforismos do *Tractatus* são certas características essenciais da linguagem e do mundo que também, de alguma maneira, seriam *mostradas* pela linguagem na medida em que refletimos sobre as condições de possibilidade do sentido proposicional. Por tentarem dizer algo que só pode ser mostrado, esses aforismos, como Wittgenstein mesmo reconhece, são contrassensos. Porém, penso ser correto afirmar que *se* o que se pode extrair a partir daquilo que, de modo geral, é mostrado pela linguagem pudesse ser dito em proposições, estas últimas poderiam ser tomadas como enunciando certas “verdades” *a priori* e necessárias acerca da essência da linguagem e da realidade. Por exemplo, seria uma “verdade necessária” que a realidade é delimitada por um “espaço lógico” que compreende a totalidade dos estados de coisas possíveis dada a partir da totalidade dos objetos e suas possibilidades combinatórias. Também seria uma “verdade necessária” que a linguagem consiste na totalidade das proposições elementares, cujas possibilidades de verdade e falsidade correspondem às possibilidades de existência e inexistência daqueles estados de coisas. Seria, por fim, uma “verdade necessária” que há um perfeito isomorfismo entre a totalidade das proposições elementares e a totalidade dos estados de coisas possíveis. Nosso objetivo a partir daqui será justamente debater qual é a natureza específica dessa relação entre as propriedades essenciais das nossas representações linguísticas e as propriedades essenciais

da realidade representada. Antes, porém, gostaria de aproveitar os resultados obtidos na presente seção para fazer uma breve comparação entre, de um lado, a relação forma lógica e ontologia que vimos estar presente no *Tractatus* e, do outro, a mesma relação entre forma lógica e ontologia que, no capítulo anterior, vimos estar presente também no sistema kantiano.

Como explicamos no capítulo 1⁵⁴ e será melhor desenvolvido no presente capítulo, a ideia de uma relação entre forma lógica e ontologia, juntamente como o fato de essa ideia estar *igualmente presente* nos sistemas tractariano e kantiano, são essenciais para a comparação que estamos propondo entre eles. Naquele mesmo capítulo afirmamos ainda, na esteira de intérpretes como Glock (1997, pp. 293-7) e Hanna (2006, pp. 265), que essa relação se traduz, também em *ambos* esses sistemas filosóficos, na ideia de um “isomorfismo” ou “identidade estrutural” entre a forma lógica das nossas representações e a forma essencial da realidade representada. Adiantamos que tais considerações seriam de grande importância para os nossos propósitos, pois, a partir delas, daríamos um tratamento bastante preciso para nossa investigação acerca de se o *Tractatus* pode ou não admitir algo análogo a uma “Revolução Copernicana” e de se ele pode ou não ser interpretado segundo uma leitura “antirrealista”⁵⁵. A saber, essas questões poderão ser decididas com base no exame de se a relação entre forma lógica e ontologia e o dito “isomorfismo” entre representação e realidade pode, ou não, ser entendida no *Tractatus* da mesma maneira que ela é entendida no sistema kantiano. Em outras palavras, caberá investigar se, no sistema tractariano, essa relação e esse isomorfismo existiriam *apenas* na medida em que as formas lógicas das nossas representações são *impostas* à realidade, *constituindo* assim aquelas que são suas propriedades necessárias; ou, se, pelo contrário, tais propriedades necessárias seriam, em algum sentido, *independentes* das nossas representações. Isso porque esse modelo segundo o qual as propriedades da realidade seriam “impostas” pela forma *a priori* das nossas representações, e não algo “independente” delas, é uma das marcas distintivas da filosofia teórica de Kant no que diz respeito aos princípios básicos de sua Revolução Copernicana.

Todavia, precisamos reconhecer, à luz do que foi dito no presente capítulo, que, embora a ideia de uma relação entre forma lógica e ontologia e a ideia de um “isomorfismo”

⁵⁴ Para discussão que se segue, importam, sobretudo, as seções 1.4 e 1.5 do referido capítulo.

⁵⁵ Duas coisas que, como dissemos anteriormente e como será desenvolvida ao longo do presente capítulo, estão internamente relacionadas.

esteja de fato presente nesses dois sistemas filosóficos, elas possuem, em cada um deles, um caráter consideravelmente distinto. Uma importante razão para isso é a de que o “isomorfismo” tractariano possui um alcance e uma natureza muito mais radicais do que o kantiano. Em primeiro lugar, há, sistema do *Tractatus*, uma absoluta identidade entre as possibilidades combinatórias dos nomes e as possibilidades combinatórias dos objetos simples aos quais eles se referem. Em outras palavras, há uma total correspondência entre a totalidade das proposições elementares possíveis, juntamente com suas respectivas formas lógicas, e a totalidade dos estados de coisas possíveis, juntamente com suas respectivas formas lógicas. Isso, por fim, é o mesmo que dizer que há uma completa e perfeita correlação entre as formas lógicas proposicionais possíveis e aquelas que são as propriedades fixas e necessárias da realidade.

Embora tenhamos mostrado que a dedução metafísica de Kant acarreta uma estreita correlação entre aquelas que seriam as formas lógicas *à priori* existentes e as propriedades necessárias da realidade empírica, tal correlação não é completa e absoluta do modo como ocorre no *Tractatus*. Vimos que uma ideia central da filosofia kantiana é a de que tais propriedades são *constituídas* pelas formas lógicas na medida em que estas últimas são convertidas “em um conceito da síntese de intuições” (CRP A 321/ B 378), função na qual elas recebem o nome de categorias. Ocorre que, no contexto da filosofia kantiana, essas formas lógicas podem, a princípio, ser empregadas na formação de juízos mesmo sem se referirem a dados sensíveis. Um exemplo disso seriam os juízos da metafísica tradicional, como aqueles discutidos e denunciados por Kant na “Dialética Transcendental”. Esses juízos possuiriam as mesmas formas lógicas listadas na tabela de Kant, mas seriam desprovidos de realidade objetiva. A conclusão trivial é a de que, nesses casos, não temos nenhuma correlação entre formas lógicas e propriedades necessárias da realidade empírica, já que esses juízos sequer se referem a qualquer objeto da realidade⁵⁶.

Em segundo lugar, o “isomorfismo” kantiano é menos radical do que o tractariano pelo fato de que, como veremos no capítulo seguinte, ele não pode ser verificado de maneira tão clara em todos os títulos da tabela dos juízos de Kant, especialmente no que diz respeito à relação entre as formas lógicas de “quantidade” e as propriedades da realidade que lhe são

⁵⁶ Outro exemplo que ilustraria os limites do “isomorfismo” kantiano seriam os “juízos de percepção” dos *Prolegômenos*. Esses juízos, é verdade, se relacionam com dados sensíveis, mas as formas lógicas não estariam atuando aqui como “conceito[s] da síntese de intuições”, já que, em juízos de percepção, esses dados sensíveis não são subsumidos sob as categorias. No entanto, como dissemos em nota anterior, além de estar ausente na *Crítica*, não é consenso que a distinção entre juízos de percepção e de experiência seja consistente com muito do que é dito nela (cf. p. 101, nota 47 acima). Porém, investigar esse tema nos desviaria desnecessariamente dos nossos propósitos.

correspondentes. Já no *Tractatus* vimos que, embora não se possa antecipar as formas lógicas específicas das proposições elementares possíveis, sabe-se de antemão que haverá uma identidade perfeita entre cada uma delas e as formas lógicas dos estados de coisas que lhes correspondem.

Por fim, além dos pontos mencionados, que dizem respeito ao fato de o “isomorfismo” do *Tractatus* ser mais radical e completo do que o de Kant, ocorre simplesmente que a noção de isomorfismo ou identidade estrutural entre forma lógica e realidade significa coisas distintas nos dois sistemas filosóficos. No *Tractatus*, vimos que esse isomorfismo se dá em termos de uma ordem de possibilidades combinatórias partilhada pelos nomes e os objetos simples aos quais eles se referem. Já o modo pelo qual ele pode ser verificado no sistema kantiano será caracterizado no capítulo seguinte, mas já podemos adiantar que não teremos nada parecido com um conjunto de “possibilidades combinatórias” que seria partilhado pelos elementos constitutivos tanto dos juízos como da realidade.

Creio que esse reconhecimento das diferenças entre o “isomorfismo” kantiano e o do *Tractatus* se fazia necessário para afastar uma eventual suspeita, por parte do leitor, de que a comparação que estamos propondo entre as duas obras estaria pressupondo tacitamente semelhanças entre elas que, na verdade, não existem. Ocorre que, apesar dessas diferenças que acabamos de reconhecer, e apesar de outras eventuais diferenças ainda não explicitadas⁵⁷, estamos convencidos de que as semelhanças que permanecem, no que diz respeito a este ponto, serão relevantes e suficientes para que possamos extrair da comparação entre as duas obras os resultados que estamos esperando. Contudo, isso só poderá ser confirmado de maneira convincente ao longo do próprio desenvolvimento da nossa exposição. Para tanto, nosso próximo passo será examinar de maneira mais detalhada o debate entre as leituras do *Tractatus* que denominaremos “realista” e “antirrealista”. A partir daí, ideias e teses próprias da filosofia kantiana serão introduzidas de modo a tornar mais inteligível a viabilidade da comparação que está sendo proposta.

3.2 A leitura “realista” do *Tractatus* e suas implicações para uma comparação com a filosofia kantiana

⁵⁷ Uma óbvia diferença não mencionada aqui está no fato de a relação entre forma lógica e ontologia presente no sistema kantiano se dar no contexto de uma doutrina segundo a qual essas formas lógicas são aplicadas a *dados sensíveis*, ao passo que noções “epistemológicas” como a sensibilidade kantiana não têm qualquer espaço no sistema do *Tractatus*. Sobre esse ponto específico, cf. especialmente, ainda neste capítulo, pp. 166-8.

Em nossa exposição da filosofia teórica kantiana estamos dando uma ênfase especial à ideia de que Kant investiga a natureza e a origem de certas propriedades universais e necessárias do mundo empírico:

“que a substância permanece e persiste, que tudo o que acontece é sempre previamente determinado por uma causa segundo leis constantes, etc. Essas são verdadeiramente leis universais da natureza, que existem absolutamente a priori”. Há então, de fato, uma ciência natural pura e agora a questão é: como ela é possível? (Prol, AA 4: 295).

Uma boa parte da resposta que Kant oferece para essa questão foi examinada no capítulo anterior. As “leis universais da natureza que existem absolutamente *a priori*” às quais Kant se refere são aquelas que envolvem ou pressupõem as chamadas categorias, que seriam aqueles conceitos ontológicos que Kant considerava os mais caros à metafísica de seu tempo (cf. *Prol*, AA 4: 260). Vimos que esses conceitos, segundo Kant, teriam sua origem na “mera forma lógica da nossa cognição”, sendo nada mais do que a “forma lógica dos juízos (convertida em um conceito da síntese de intuições)” (CRP A 321/B 377-8). As leis verdadeiramente universais e absolutamente *a priori* da natureza seriam então introduzidas nesta última na medida em que o múltiplo de intuições é determinado em relação às funções lógicas dos juízos (CRP 128). Há, pois, uma determinada correspondência entre aquelas que Kant considerava as formas lógicas *a priori* dos juízos e determinadas propriedades estruturais necessárias e *a priori* do mundo empírico.

Foi mostrado na seção anterior que o sistema tractariano também mobiliza a ideia de uma correspondência entre as noções de forma lógica proposicional e propriedades necessárias do mundo⁵⁸. Nosso objetivo, a partir daqui, será investigar de que maneira deve ser entendida a natureza específica da relação entre forma lógica e ontologia no *Tractatus*. Na filosofia kantiana, a forma essencial e necessária do mundo empírico pertence a ele *apenas* na medida em que ela é *imposta* pelo sujeito a um domínio que não possui, *por si mesmo*, essa forma que lhe é imposta. Podemos dizer que com essa ideia, que é uma expressão dos princípio central da chamada Revolução Copernicana de Kant, a filosofia kantiana se compromete de maneira clara com uma determinada doutrina acerca da natureza específica da relação entre a forma essencial das representações e a forma essencial da realidade representada. Nosso objetivo agora será iniciar uma discussão sobre qual é a posição do *Tractatus* acerca desse mesmo ponto. Ou seja, uma vez que, como acabamos de explicar, a teoria tractariana da linguagem possui como eixo central uma articulação entre a forma lógica

⁵⁸ Apesar, é claro, das diferenças que mencionamos com relação a este ponto.

das nossas representações linguísticas e a forma essencial da realidade por elas representada, discutiremos qual poderia ser a posição do *Tractatus* acerca da natureza específica dessa articulação. Seria possível atribuir ao *Tractatus* a doutrina de que a forma essencial da realidade é imposta ou constituída pela forma essencial da linguagem ou seria essa uma interpretação inviável da obra? Tentaremos mostrar que essa questão está internamente relacionada a um debate presente na literatura secundária do *Tractatus* entre as leituras que denominaremos aqui “realista” e “antirrealista”. Na presente seção, nosso objetivo será apresentar aquelas que seriam as características distintivas da primeira delas.

Por uma leitura realista do *Tractatus*, entendemos uma interpretação segundo a qual as propriedades essenciais atribuídas à realidade representada dizem respeito a um domínio, em certo sentido, independente da linguagem que o representa. Dizemos “em certo sentido” porque essa independência da realidade com relação à linguagem pode, a princípio, ser qualificada e entendida de mais de uma maneira. Por ora, podemos nos limitar a classificar essa independência de um modo apenas negativo: diríamos que, segundo uma leitura realista da obra, as propriedades essenciais da realidade representada *não* seriam propriedades que lhe pertencem *apenas* na medida em que elas são *impostas* por nossas representações linguísticas. Em outras palavras, a forma essencial da realidade não seria algo que a linguagem impõe a um domínio que, tomado por si mesmo, estaria privado dessa mesma forma. Pelo contrário, tratar-se-ia de uma forma essencial que pertence a esse domínio de um modo intrínseco e imanente. De modo geral, não creio que proponentes dessa linha interpretativa negam que as teses ontológicas do *Tractatus* teriam sido deduzidas a partir de uma investigação *da linguagem*. O que ocorre é que, segundo eles, essa investigação teria autorizado Wittgenstein a deduzir as propriedades essenciais de um domínio real “independente” dessa mesma linguagem, no sentido explicado acima, isto é: as investigações lógicas de Wittgenstein sobre natureza da linguagem o teriam autorizado a deduzir propriedades essenciais da realidade que não são impostas ou constituídas por essa mesma linguagem que a representa, mas propriedades que lhe pertencem de uma maneira intrínseca e imanente. Para simplificar, diremos que, por sustentar que o *Tractatus* defende teses desse tipo, essa linha interpretativa defende que Wittgenstein se compromete com uma “metafísica realista”.

Assim definida, creio ser correto dizer que essa é a linha interpretativa mais tradicional do *Tractatus*. Entre outros motivos porque, como é admitido mesmo pelos proponentes da leitura rival (cf. MCGINN, 2006 p. 136-7, MCGUINNESS, 1983, pp. 62-3), o que estamos classificando como uma leitura realista é a leitura mais direta e natural de muitas passagens obra, sobretudo dos aforismos iniciais que apresentam uma caracterização da essência do

mundo. Por conseguinte, penso que seria lícito, ao menos em grande parte dos casos, incluir entre os proponentes de uma leitura realista mesmo intérpretes que, por algum motivo, não se comprometem *explicitamente* com a ideia de o *Tractatus* defender uma “independência” da realidade representada com relação à linguagem. Por se tratar, como dissemos, da leitura mais direta e natural das passagens relevantes para o tema, o mero silêncio com relação a esse tema sugeriria uma aceitação desse tipo de interpretação. E isso é o que tornaria esta a linha interpretativa mais tradicional e, provavelmente, aquela com o maior número de adeptos.

Mesmo assim, será naturalmente mais adequado para os nossos propósitos abordar textos de intérpretes que defendem *explicitamente* que há, no *Tractatus*, uma independência da realidade representada com relação à linguagem. Além disso, nos concentraremos, ao menos por ora, em autores que não apenas sustentam que o *Tractatus* se compromete com uma “metafísica realista”, entendida no sentido definido acima; isto é, autores que não apenas sustentam que, no *Tractatus*, a forma essencial da realidade *não* é imposta pela linguagem, mas, mais do que isso, afirmam a tese exatamente oposta, ou seja: a forma essencial da linguagem é que seria imposta pela realidade.

Um exemplo de atribuição ao *Tractatus* desse realismo, digamos assim, mais extremo é encontrado no trabalho de Norman Malcolm:

Aqui eu farei uma observação que alguns estudiosos do *Tractatus* acharão objetável. A observação é a de que a forma do mundo, como concebida no *Tractatus*, não é dependente da *linguagem* ou do *pensamento*. Eu quero dizer que a forma do mundo não é uma criação da linguagem ou do pensamento, mas é na verdade *pressuposta* pela linguagem e pelo pensamento (1986, pp. 2-3).

A forma do mundo é independente do pensamento humano e da linguagem humana. É uma possibilidade que seres humanos pudessem nunca ter existido: mas não é uma possibilidade que o mundo não tivesse tido uma forma fixa (1986, p. 12).

De acordo com o *Tractatus*, se um nome é atribuído a um objeto, o uso daquele nome em sentenças deve duplicar a forma daquele objeto. As possibilidades de combinação daquele nome com outros nomes em sentenças que têm sentido são determinadas por e igualam exatamente as possibilidades de combinação daquele objeto com outros objetos em estados de coisas. O que faz sentido na linguagem e no pensamento é dependente e derivado da natureza dos objetos [...] O que faz sentido na linguagem é baseado nas combinações possíveis dos elementos simples da realidade (1986, p. 14).

Assim como estamos fazendo neste trabalho, Malcolm está entendendo por “forma do mundo” o espaço lógico fixo e imutável de possibilidades constituído pela totalidade dos objetos juntamente com suas possibilidades combinatórias em estados de coisas (cf. 1986, pp.

1-2). Na primeira citação, vemos que ele afirma que a forma do mundo, assim concebida, não é uma “criação da linguagem ou do pensamento”. Podemos dizer que, com isso, Malcolm caracterizando sua interpretação do mesmo modo como definimos acima aquilo que entendemos por uma leitura realista do *Tractatus*. Afinal, afirmar que a forma do mundo, segundo o *Tractatus*, não é uma “criação da linguagem ou do pensamento” é outra maneira de dizer que essa forma seria independente da linguagem, onde essa “independência” pode ser entendida, no mínimo, no sentido negativo explicado acima, isto é: as propriedades essenciais da realidade representada *não* seriam propriedades que lhe pertencem *apenas* na medida em que elas são *impostas* por nossas representações linguísticas. Por conseguinte, diríamos que, segundo Malcolm, o *Tractatus* se compromete com uma “metafísica realista”, no sentido definido acima. No segundo trecho que citamos, vemos que, mais do que isso, Malcolm está disposto a entender a independência da realidade de um modo absoluto e irrestrito, pois ele sugere que, segundo o *Tractatus*, o mundo teria a forma essencial que lhe é atribuída por Wittgenstein ainda que nenhum “pensamento humano” ou “linguagem humana” tivessem existido. Por fim, na terceira passagem citada Malcolm não apenas nega que a forma da realidade representada seria imposta pela forma da linguagem que a representa, mas chega a inverter a direção dessa relação. Sabemos que a forma da realidade seria constituída pelos objetos juntamente com suas possibilidades combinatórias. A forma da linguagem, por sua vez, seria dada pelos nomes juntamente com suas propriedades sintáticas, isto é, suas possibilidades combinatórias com outros nomes, que devem espelhar as possibilidades combinatórias dos objetos aos quais eles se referem. Malcolm está nos dizendo que, segundo o *Tractatus*, os nomes devem “duplicar” a forma dos objetos aos quais eles são atribuídos, de modo que o que faz sentido na linguagem é “derivado da natureza dos objetos”. Sendo assim, longe de impor sua forma à realidade que representa, a forma da linguagem é que seria *derivada* da forma da realidade. Ou, como Malcolm diz mais à frente: “[...] um nome tem aquela sintaxe particular *por causa* da [because of] natureza do objeto que ele representa [deputizes]. A sintaxe do nome é *derivada* do objeto” (1986, p. 27).

Embora seja um tema ao qual retornaremos muitas vezes a partir daqui, penso já ser possível constatar que uma interpretação desse tipo acaba por atribuir ao *Tractatus* uma concepção acerca da relação entre representação e realidade representada profundamente avessa aos princípios básicos da chamada Revolução Copernicana de Kant. Sabemos que o que norteia esta última é a ideia de que a realidade deve se conformar aos meios de que dispomos para representá-la. Malcolm não apenas está negando que a teoria tractariana da representação incorpora algo análogo a essa ideia como está lhe atribuindo uma concepção

oposta: a de que a linguagem, que é o meio de que dispomos para representar a realidade, é que deve se conformar à forma essencial desta última. Essa comparação com Kant, porém, não é feita por ele, mesmo porque ela não deveria estar de modo algum incluída entre os objetivos do seu livro.

No entanto, uma comparação desse tipo pode ser encontrada no trabalho de David Pears, cuja interpretação do *Tractatus* coincide com a de Malcolm no que se refere aos pontos que nos interessam no momento. Em primeiro lugar, Pears reconhece a existência de alguns paralelos importantes entre os projetos filosóficos kantiano e de Wittgenstein: “A caracterização mais simples de sua filosofia [a filosofia de Wittgenstein] é a de que ela é crítica no sentido kantiano da palavra” (1987, p. 3). Ainda sobre esse ponto, Pears explica mais à frente que “[no *Tractatus*,] o trabalho crítico deve ser realizado pela aplicação do teste de expressibilidade no discurso factual de modo muito parecido com o qual Kant aplicou o teste da experiência possível, e a metafísica falha neste teste” (1987, p. 8). Vemos assim que Pears está traçando os mesmos paralelos gerais entre os dois projetos filosóficos que foram discutidos no primeiro capítulo deste trabalho. Trata-se da ideia de que, assim como Kant atribuiu à filosofia a tarefa de traçar os limites do que pode ser conhecido, acabando assim por considerar como ilegítimas determinadas pretensões da metafísica tradicional, o *Tractatus* teria alcançado resultados semelhantes por meio de uma investigação dos limites da linguagem. Nesse aspecto, sua filosofia é “crítica no sentido kantiano da palavra”.

Contudo, Pears reconhece que caracterizar o projeto tractariano como “crítico” não é totalmente adequado, uma vez que ele possui certos elementos que uma filosofia realmente crítica ou kantiana teria que recusar (1987, p. 8). Isso se deve, segundo Pears, à presença, no *Tractatus*, do que ele denomina “realismo não crítico” (“uncritical realism”) (1987, p. 9). Este último é caracterizado por Pears da seguinte maneira:

No *Tractatus*, o início da linguagem é a nomeação dos objetos. Objetos estão colocados em uma rede [*grid*] fixa de estados de coisas possíveis, que não é de modo algum dependente de qualquer contribuição feita por nossas mentes. Esta rede permite certas opções no desenvolvimento da nossa gramática e sintaxe, mas, uma vez que nós exercemos aquelas opções, ela impõe as consequências a nós, com uma necessidade que não é da nossa criação (1987, p. 9).

Essa caracterização “não crítica” da relação entre linguagem e realidade no *Tractatus* também é desenvolvida nas seguintes passagens, que valem a citação:

A ideia é a de que em todas nossas operações com a linguagem nós estamos realmente seguindo em trilhos fixos estabelecidos na realidade mesmo antes de nós termos aparecido em cena. Anexe um nome a um objeto e a natureza intrínseca do objeto imediatamente assumirá controle completo e determinará o uso correto do nome em ocasiões posteriores. Estabeleça uma linguagem completa desta maneira e a rede fundamental irá inexoravelmente ditar a estrutura geral do sistema lógico (1987, p. 10).

[O realismo básico do *Tractatus*] foi denominado ‘realismo não crítico’ no capítulo anterior porque objetos são os sócios dominantes em sua relação com nomes, e nada é dito sobre qualquer contribuição das nossas mentes nesse ponto. É verdade, nós anexamos os nomes e mantemos sua anexação (se a necessidade surge), mas a natureza e identidade de cada objeto estão fixadas independentemente de qualquer coisa feita por nós (1987, p. 29).

Vemos assim que, segundo a interpretação de Pears, a realidade no *Tractatus* possui uma total independência e mesmo uma anterioridade com relação à linguagem, já que em nossas operações com a linguagem estaríamos seguindo em “trilhos fixos estabelecidos na realidade mesmo antes de nós termos aparecido em cena”. A forma essencial da realidade, que consiste na “rede fixa de estados de coisas possíveis” constituída pelos objetos simples, seria *imposta* à linguagem, determinando assim a forma essencial desta última. Os objetos, segundo Pears, são os “sócios dominantes” em sua relação com os nomes. A natureza e a identidade dos primeiros, que “está fixada independentemente de qualquer coisa feita por nós”, é o que determina o “uso correto” dos nomes, ou seja, suas possibilidades combinatórias com outros nomes em proposições com sentido. Em outras palavras, a “forma lógica” das proposições e da linguagem como um todo, que é aquilo que deve haver de comum entre a linguagem e a realidade que ela representa (cf. TLP 2.18-2.182), seria imposta pelas propriedades últimas de um domínio real concebido como algo que lhes é anterior e independente.

É precisamente por essa concepção acerca da relação entre linguagem e realidade, sugere Pears, que o *Tractatus* possui um elemento essencialmente “não crítico” ou não kantiano. Pears provavelmente considera que, ao explicar nosso contato com a realidade, uma filosofia genuinamente crítica ou kantiana deve defender a existência do que, na terceira passagem citada, ele denomina uma “contribuição das nossas mentes”. Isso nada mais seria do que aquilo que viemos nos referindo aqui como os princípios básicos da Revolução Copernicana, isto é, a ideia de que a realidade deve se conformar aos meios de que dispomos para representá-la. A interpretação de Pears atribui ao *Tractatus* uma concepção exatamente oposta, na qual haveria uma total independência da realidade com relação à linguagem, de modo que a segunda é que deveria se conformar à primeira. Como ele coloca em um outro

momento, nossa “resposta” à “natureza” dos objetos, segundo o *Tractatus*, seria “inteiramente passiva, um tipo de receptividade inerte. Nossas mentes não contribuem com nada de positivo neste ponto e não há mescla de trabalho intelectual” (1987, p. 9). Como vimos nos capítulos anteriores, Kant reconhece, para além da nossa “receptividade”, uma contribuição ativa do sujeito que se manifesta na síntese do entendimento guiada pelas categorias, que introduz uma determinada ordenação no múltiplo de representações *dado* na sensibilidade. Se aceitarmos a interpretação de Pears, teríamos que reconhecer que o *Tractatus* se afasta da filosofia kantiana nesse ponto, tendo em vista a suposta negação de qualquer contribuição positiva feita pelo sujeito diante daquilo que lhe é dado, isto é, a rede lógica de possibilidades constituída pelos objetos simples juntamente com suas possibilidades combinatórias. E, como estamos vendo, Pears não deixa de fazer esse mesmo diagnóstico acerca da relação entre o *Tractatus*, tal como interpretado por ele, e a filosofia kantiana, como fica claro também no seguinte comentário a respeito da “explicação do modo pelo qual [os objetos do *Tractatus*] adquirem e mantêm os seus nomes”: “Ela é totalmente não kantiana, um claro paradigma de realismo não crítico” (1987, p. 9).

Vemos assim que a análise de Pears concorda em muitos aspectos com o que foi estabelecido no primeiro capítulo como a estratégia geral do presente trabalho. Pears reconhece muitos dos paralelos entre os projetos filosóficos kantiano e tractariano examinados naquele primeiro capítulo, mas conclui que esses projetos se afastam precisamente na medida em que se atribui ao *Tractatus* as ideias que caracterizam o que estamos dominando “leitura realista” da obra.

Uma outra análise que aponta nessa mesma direção pode ser encontrada no trabalho de Hans-Johann Glock. Vimos que, em um artigo já examinado no primeiro capítulo, Glock afirma que a *Crítica* e o *Tractatus* partilham de uma concepção de filosofia que se caracteriza por estar baseada no que ele chama de “virada reflexiva” (1997, p. 288). Isso quer dizer, de maneira geral, que os dois projetos filosóficos entendem que a peculiaridade da filosofia reside no fato de que, diferentemente das demais ciências, ela não deve se ocupar com a realidade e seus objetos, “mas com o modo pelo qual nós experienciamos, representamos, descrevemos [*depict*] a realidade no discurso não-filosófico” (1997, p. 288). Também notamos que, segundo o autor, essa concepção de filosofia é acompanhada pela ideia de um “isomorfismo” ou “identidade estrutural” entre representação e realidade representada (cf. 1997, p. 293). Glock parece defender ainda que esses dois pontos de contato entre as duas obras estão intimamente relacionados no seguinte sentido: a “virada reflexiva” juntamente com a ideia de uma “identidade estrutural” entre representação e realidade forneceriam a

chave para a descoberta de certas necessidades metafísicas. Sua ideia básica parece ser a de que, se há propriedades estruturais necessariamente partilhadas pela experiência/linguagem e realidade, então a reflexão sobre o modo como nós representamos a realidade poderá revelar as propriedades essenciais ou necessárias desta última (cf. 1997, p. 293).

No caso de Kant, é sabido que tais propriedades ganham expressão em juízos sintéticos *a priori*, dentre os quais estão incluídos os que Glock denomina “juízos metafísicos”: “Juízos metafísicos são verdadeiros de objetos da experiência (i.e., são sintéticos) independentemente da experiência (i.e., são *a priori*), porque eles expressam precondições necessárias para a possibilidade da experiência de objetos” (1997, p. 290). A virada reflexiva do *Tractatus*, em sua forma linguística, obteria resultados semelhantes, mas com algumas diferenças importantes, sobretudo pelo fato de que o *Tractatus* não admite a possibilidade de qualquer coisa análoga aos juízos sintéticos *a priori* kantianos. Vimos que, segundo o *Tractatus*, todas as proposições possíveis da linguagem são funções de verdade de proposições elementares, que expressam a existência ou inexistência de estados de coisas. Isso significa que, com a exceção das tautologias, que não dizem nada sobre a realidade, todas as proposições possíveis são nada mais que descrições de situações contingentes, estando vetadas, portanto, supostas “proposições metafísicas” que enunciariam verdades últimas e necessárias acerca da estrutura do mundo (e da própria linguagem). A conclusão inevitável é a de que, no contexto do sistema do *Tractatus*, “proposições metafísicas” são contrassensos: “Elas [...] tentam dizer o que pode apenas ser mostrado, as estruturas essenciais da realidade, que devem ser espelhadas pelas regras para afigurar a realidade, mas que não podem elas mesmas ser afiguradas” (1997, pp. 292-3). No entanto, vale observar que a própria distinção entre dizer e mostrar, que examinamos na seção anterior e que está sendo mobilizada nesse diagnóstico acerca do estatuto problemático das supostas “proposições metafísicas”, ao mesmo tempo indica a possibilidade do que seria um outro tipo de acesso às propriedades necessárias do mundo. É verdade que, diferente do que ocorre na *Crítica*, a “virada reflexiva” do *Tractatus* não pode resultar em juízos sintéticos *a priori* que expressem tais propriedades. Porém, a investigação dos meios de que dispomos para representar a realidade pode, também no caso do *Tractatus*, revelá-las na medida em que elas são *mostradas* pela linguagem. A conclusão geral é a de que os projetos tractariano e kantiano se assemelham no diz respeito ao modo pelo qual eles executam a tarefa filosófica de explicar as propriedades essenciais e necessárias do mundo. Em ambos os casos, essas propriedades são descobertas e, por assim dizer, provadas por meio de uma reflexão acerca dos meios de que dispomos para representá-lo.

Contudo, segundo Glock não é só a rejeição de enunciados sintéticos *a priori* por parte do *Tractatus* que separa esses dois projetos filosóficos. Esta rejeição pode, de certa maneira, ser compensada pela apreensão daquilo que, segundo o *Tractatus*, é mostrado pela linguagem, mas Glock aponta outras diferenças entre essas duas filosofias que aparentemente não poderiam ser contornadas. Uma delas se relaciona diretamente com o tema do nosso trabalho e diz respeito ao que Glock se refere como a “origem da necessidade” (1997, p. 296), sendo a “necessidade” em questão aquela revelada por meio da reflexão sobre os meios de que dispomos para representar a realidade. No caso de Kant, nós sabemos que, em virtude de sua Revolução Copernicana, a “origem da necessidade” é localizada nas nossas faculdades subjetivas de representação. Ou, nas palavras de Glock:

Precondições necessárias da experiência são características às quais os objetos de experiência têm de se conformar porque elas são impostas a eles pelo nosso aparato cognitivo no curso do processamento de ‘sensações’ (*Empfindungen*), o componente material de nossa experiência (1997, p. 294).

Já o *Tractatus* contém, segundo Glock, uma explicação bastante distinta para a “origem da necessidade”. Sobre esse ponto, vale a longa citação:

Embora, para o *Tractatus*, necessidade seja uma questão de sintaxe lógica, sua origem última não é subjetiva, a estrutura da mente ou da linguagem, mas repousa em uma essência metafísica da realidade, ainda que inefável. A linguagem é anterior apenas com respeito a *ordo cognoscendi*, não a *ordo essendi*. De acordo com a ideia de isomorfismo, proposições necessárias refletem características estruturais – forma lógica – que linguagem deve partilhar com realidade para ser capaz de afigurar-la. Porém, as regras da sintaxe lógica não são convenções linguísticas [...] A lógica é uma ‘imagem especular do mundo’, e descreve sua ‘armação’ (TLP, 6.13, 6.124). A forma lógica de uma proposição é determinada por aquela de seus nomes constituintes, e a forma lógica destes nomes, suas possibilidades combinatórias, espelham aquelas dos objetos que eles substituem [...] Esses átomos metafísicos constituem a ‘substância do mundo’ [...] Representação requer um *isomorfismo lógico-metafísico* entre o que representa – linguagem – e o que é representado – realidade – mas apenas porque o primeiro tem que espelhar o segundo (1997, p. 296).

Essa citação mostra que Glock se alinha ao que estamos caracterizando como uma leitura realista do *Tractatus* e, além disso, que ele reconhece que esse aspecto da sua interpretação é um motivo para distanciar o *Tractatus* da *Crítica* no que diz respeito aos princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant. Sua afirmação de que a “necessidade”, no *Tractatus*, é uma “questão de sintaxe” relaciona-se provavelmente com a ideia, examinada

acima, de que é na sintaxe lógica que as propriedades necessárias da linguagem e da realidade são *mostradas*, no sentido específico que o termo “mostrar” possui na obra. No *Tractatus*, porém, essa necessidade, diferente do que ocorre na *Crítica*, não teria uma origem “subjettiva”. Como é sugerido na continuação da passagem, isso apenas seria o caso se a origem dessa necessidade estivesse na própria linguagem. Porém, segundo Glock, a posição do *Tractatus* é a de que sua origem está na “essência metafísica da realidade”. Embora Glock não coloque a questão exatamente dessa maneira, sua posição só pode ser a de que a realidade, no *Tractatus*, *impõe* sua forma à linguagem que a representa. Como fica claro no final da passagem citada, o isomorfismo entre linguagem e realidade se dá *porque* a primeira tem que espelhar a segunda. Além disso, o que ele diz acerca da forma lógica dos nomes e dos objetos que eles designam parece indicar que, para utilizar a expressão de Pears, os objetos é que seriam os “sócios dominantes”, em sua relação com os nomes.

É interessante observar que em um nota adicionada no final da passagem citada Glock se refere às leituras do *Tractatus* que ele denomina “ontológica” e “linguística”, reprovando ambas pelo fato de que elas ignoram que “em primeira instância a forma lógica não é imposta nem pelo mundo nem pela linguagem, mas pelas precondições necessárias da *representação*, da relação afigurativa entre os dois” (1997, p. 305). Entre os proponentes de uma leitura “ontológica”, Glock menciona Malcolm e Pears, que caracterizamos como proponentes do que estamos denominando como uma leitura realista do *Tractatus*. Já como proponentes de uma leitura “linguística” são mencionados autores que, na seção posterior, incluiremos como proponentes de uma leitura antirrealista. Sendo assim, a divisão de Glock entre essas linhas interpretativas coincide em grande parte com a que estamos traçando⁵⁹. No entanto, na nossa divisão sua interpretação seria certamente agrupada juntamente com as de Malcolm e de Pears, tendo em vista que, como vimos acima, Glock também considera que a realidade é que impõe sua forma à linguagem. Inclusive, a nota mencionada continua da seguinte maneira: “Contudo, a interpretação ontológica está mais perto da verdade, na medida em que as precondições necessárias da representação são determinadas pelo que é representado, não pelo meio de representação” (1997, p. 305). Na verdade, não vejo grande diferença entre a interpretação de Glock e a de intérpretes como Malcolm e Pears com relação ao ponto que

⁵⁹ Peter Hacker também é incluído por Glock entre os proponentes de uma leitura “ontológica”. Já entre os proponentes da leitura “linguística” são mencionados Anscombe, McGuinness e Ishiguro. Sobre a menção a Hacker, cf. n. 60 abaixo. As interpretações de McGuinness e Ishiguro serão examinadas na seção seguinte como exemplos da leitura que caracterizaremos antirrealista. No que se refere à menção a Anscombe, se levarmos em conta seu conhecido livro *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*, não vejo quais seriam os motivos para associá-la a intérpretes como McGuinness e Ishiguro no que diz respeito aos pontos que Glock tem em mente. Embora não seja nossa intenção examiná-la aqui, sua interpretação parece estar muito mais próxima daquelas de autores como Malcolm e Pears.

estamos examinando. Uma vez admitido que as “precondições necessárias de representação” são determinadas pela realidade, não creio haver razões para negar, como faz Glock, que a forma lógica seja, em última instância, imposta pela realidade ao mesmo tempo em que se afirma que ela é imposta por aquelas mesmas “precondições necessárias de representação”. Teríamos aqui, de uma forma ou de outra, a ideia de que a forma lógica tem seu fundamento último na realidade.

Com isso finalizamos o exame de exemplos de proponentes de uma leitura realista do *Tractatus*, assim como introduzimos uma discussão acerca das implicações que esse tipo de interpretação tem para uma comparação entre as filosofias tractariana e kantiana⁶⁰. Os autores que examinamos atribuem ao *Tractatus* uma concepção acerca da relação entre representação e realidade que é precisamente oposta àquela que decorre dos princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant: segundo eles, a posição do *Tractatus* é a de que a realidade é que impõe sua forma essencial às nossas representações, ou seja, são nossas representações que devem se conformar à realidade que elas representam, e não o inverso. O espaço lógico de objetos simples juntamente com suas possibilidades combinatórias seria um domínio logicamente anterior à linguagem, ao qual esta última, em uma etapa logicamente posterior, teria que se conformar. Mais à frente, tentaremos mostrar que atribuição ao *Tractatus* desse realismo, digamos assim, mais extremo, embora seja suficiente, não é necessária para distanciá-lo da *Crítica* no que diz respeito à Revolução Copernicana que ela propõe. A mera admissão de que o *Tractatus* possua uma metafísica realista, entendida no sentido mais geral definido acima, já implicaria em tal distanciamento.

No entanto, antes de iniciarmos nossa discussão sobre esta segunda linha interpretativa, gostaria de abordar uma questão que ainda não recebeu a devida atenção até aqui. Embora tenhamos apresentado as ideias que caracterizam uma leitura realista do *Tractatus*, pouco dissemos sobre quais seriam as razões ou argumentos para se apoiar essa tipo de interpretação. Nossa argumentação final sobre esse ponto terá que aguardar os capítulos seguintes, nos quais as eventuais vantagens e desvantagens em favor dessa linha

⁶⁰ Gostaria ainda de mencionar brevemente o trabalho de Peter Hacker, que se alinha aos autores que viemos examinando no que diz respeito ao tema que nos interessa. Ao discutir a concepção tractariana de filosofia, Hacker, em um primeiro momento, parece incluí-la em uma tradição crítica no sentido kantiano: “Como a filosofia Crítica de Kant, o *Tractatus* está interessado nos limites do sentido” (1986, p. 23, n. 31). Em seguida, porém, ele faz a seguinte ponderação: “Longe de defender que as formas do pensamento e linguagem são impostas pela mente a intuições sensíveis para ‘constituir a natureza’, ele [Wittgenstein] defendeu que elas são determinadas pelas formas lógicas da realidade independentes da mente e pela natureza objetiva essencial da possibilidade de representação” (1986, p. 23, n. 31). Vemos então que, assim como os autores que viemos examinando, Hacker não só atribui uma independência à forma lógica da realidade com relação à linguagem como afirma que é a realidade que determina a forma lógica da linguagem. Além disso, ele também reconhece que essa doutrina representa um distanciamento entre as filosofias kantiana e tractariana.

interpretativa serão discutidas a partir de uma comparação com a teoria kantiana do juízo e representação. Mesmo assim, penso que será útil fazer já aqui algumas considerações de caráter mais geral sobre o tema.

Uma razão que julgo ser relevante para que se defenda uma leitura realista do *Tractatus* foi mencionada, ainda que apenas de passagem, mais acima, a saber: a de que essa parece ser a leitura mais natural das passagens da obra relevantes para o tema. A própria ordem de exposição de Wittgenstein parece favorecer uma linha interpretativa desse tipo. Afinal, o livro se inicia com uma caracterização da essência do mundo: o mundo é a totalidade de fatos (ou estados de coisas), constituídos por objetos simples com possibilidades combinatórias intrínsecas, etc. Em seguida, são apresentadas as condições necessárias da representação desse mundo: ele é representado por figurações, que são fatos cujos elementos devem espelhar as possibilidades combinatórias dos objetos aos quais eles se referem. Não há aqui nenhuma sugestão, ao menos óbvia, de que a forma essencial do mundo seja algo *imposto* ou *constituído* pela forma essencial das nossas representações. Isso já seria suficiente para se adotar o que estamos definindo aqui como uma leitura realista obra. Como dissemos anteriormente, mesmo alguns dos proponentes da leitura antirrealista rival reconhecem que essa se trata da leitura mais natural dessas passagens. Marie McGinn, por exemplo, concorda com isso, mas defende que certas ideias desenvolvidas posteriormente devem nos levar a uma “reavaliação” do que seria a leitura mais natural das passagens iniciais do livro, de modo que a interpretação realista perderia a sua força (2006, pp. 136-7). Sendo assim, qualquer um que não julgue haver justificativa para esse tipo de reavaliação já encontraria motivos para se posicionar em favor do que estamos caracterizando aqui como uma leitura realista da obra.

No entanto, é possível, naturalmente, elaborar linhas argumentativas mais específicas em favor dessa leitura. Não será nossa intenção, porém, vasculhar a literatura secundária a fim de elencar os diferentes argumentos que já tenham sido apresentados. Nos limitaremos aqui a indicar uma linha argumentativa que se relacionará mais diretamente com a discussão a ser realizada nos capítulos seguintes, onde o debate entre realismo e antirrealismo no *Tractatus* será examinado à luz de uma comparação com a teoria kantiana da representação. De todo modo, creio que essa linha argumentativa seja de fato a mais relevante para esse debate, tendo em vista, entre outras coisas, que uma das principais motivações dos proponentes da leitura antirrealista rival será justamente a sua recusa, como veremos mais à frente.

A linha argumentativa em questão estaria baseada na ideia de que, segundo a teoria tractariana do sentido proposicional, o contato entre linguagem e realidade se dá fundamentalmente a partir de conexões que se estabelecem, ponto a ponto, entre os nomes e

objetos. Em outras palavras, seria fundamentalmente a partir de relações de substituição entre nomes e objetos em contextos proposicionais que essas proposições “tocam” a realidade e, deste modo, podem representar estados de coisas e expressar um sentido⁶¹. Para simplificar nossa exposição, chamarei essa máxima de “princípio da substituição”, seguindo assim uma sugestão de Pears (cf. 1987, pp. 73-4)⁶². Talvez a evidência mais direta em favor desse princípio estaria nos aforismos 4.0311-4.0312a:

Um nome toma o lugar de uma coisa [*steht für ein Ding*], um outro, o de uma outra coisa, e estão ligados entre si, e assim o todo representa – como um quadro vivo – o estado de coisas.

A possibilidade da proposição repousa sobre o princípio da substituição [*Vertretung*] de objetos por sinais.

No contexto da teoria tractariana do sentido proposicional, a “possibilidade da proposição” não pode ser outra coisa senão a possibilidade de um encadeamento de sinais representar uma situação na realidade. Portanto, ao dizer que a “possibilidade da proposição” repousa sobre o “princípio da substituição de objetos por sinais”, Wittgenstein estaria se comprometendo explicitamente com a ideia de que os pontos de contato entre a proposição e o estado de coisas que ela representa são estabelecidos fundamentalmente a partir de relações de substituição entre nomes e objetos em contextos proposicionais (cf. n. 60 acima). Em suma, passagens como essas parecem confirmar o chamado “princípio de substituição”, tal como definido acima⁶³.

Dito isso, cumpre explicar de que maneira o suposto comprometimento do *Tractatus* com esse princípio acarretaria em uma aceitação do que viemos caracterizando como uma leitura realista da obra. Penso que uma linha de argumentação desse tipo pode ser encontrada no trabalho de Malcolm. Presumivelmente assumindo que aforismos como TLP 4.0311-4.0312a confirmam o que denominamos “princípio da substituição”, Malcolm os toma como

⁶¹ A alternativa a essa ideia seria defender, como fazem de modo geral os proponentes de uma leitura antirrealista, que, no *Tractatus*, o contato entre linguagem e realidade se estabelece fundamentalmente a partir das *proposições*, tomadas como um todo, e não a partir dos *nomes* (cf. GARVER, 1994, p. 106; ISHIGURO, 2001, p. 36; MCGINN, 2006, p. 89). Essa sugestão será examinada na seção seguinte.

⁶² Na verdade, o termo utilizado por Pears é “principle of representation”, mas creio que sua intenção básica é a mesma que a nossa, uma vez que, assim como nós, ele está retirando o nome desse princípio do aforismo TLP 4.312a, citado a seguir. A diferença na escolha dos termos se explica então por uma diferença na tradução desse aforismo, sendo a tradução de Pears a seguinte: “The possibility of propositions is based on the principle that objects have signs as their representatives” (1987, p. 73). Como dissemos, sua intenção seria basicamente a mesma que a nossa, isto é, enfatizar que essa passagem sugere que, segundo o *Tractatus*, a possibilidade da proposição depende do princípio de que objetos tenham nomes como seus *representantes*, ou, *substitutos*.

⁶³ Além dos aforismos citados, também podem ser mencionados, como evidência desse princípio TLP 2.1513-2.1515, 3.22-3.221.

uma “evidência que conta em favor da concepção de que ‘objetos’ são ontologicamente independentes de ‘nomes’” (1987, pp. 34-5). Sendo assim, após citá-los ele faz o seguinte comentário:

A insistência de Wittgenstein ao dizer que um nome ‘é representante de’ [*deputizes for*], é ‘substituto de’ [*a proxy for*], ‘toma o lugar de’ um objeto deixa claro que ele pensou um ‘objeto’ como algo separado da sintaxe de um nome [...] Um nome é representante de [*deputizes for*] um objeto; mas o nome e o objeto são duas coisas diferentes. É verdade, em um sentido, que um nome ser representante de um objeto é uma questão de qual tipo de papel lógico-sintático aquela palavra tem no simbolismo. Mas, uma palavra ser representante de [*deputizes for*] um objeto é também uma questão de *haver* um objeto do qual ela *possa* ser representante [*is also a matter of whether there is an object for which it can deputize*] [...] E quando nós consideramos a comparação de uma proposição com um *tableau vivant*, dificilmente pode-se duvidar de que os ‘objetos’ têm uma existência anterior e independente dos ‘nomes’ que são seus substitutos [*proxies*] (1986, p. 35).

Essa passagem aparece no contexto de uma crítica às leituras antirrealistas de Ishiguro e McGuinness. Como ficará mais claro na seção seguinte, trata-se aqui de recusar a ideia, defendida por esses intérpretes, de que a existência ou a identidade dos objetos seja de alguma maneira dependente da linguagem. Contra essa ideia, Malcolm está chamando atenção para a tendência de Wittgenstein de utilizar o substantivo “*Vertretung*” e o verbo “*vertreten*” para caracterizar a relação entre nomes e objetos (cf., por exemplo, 4.0312a citado acima e TLP 3.22). Esses termos têm o sentido de “substituição” e “substituir”, enfatizado por Malcolm pelo uso reiterado das expressões “*deputizes for*”, “*is a proxy for*” e “*takes the place of*”. Embora Malcolm não coloque exatamente dessa maneira, penso que, ao chamar atenção para a escolha desses termos por parte de Wittgenstein em passagens como TLP 4.0312a, ele está enfatizando o que chamamos acima de “princípio da substituição”. Isto é, passagens como TLP 4.0311-4.0312a indicariam que é especificamente por meio de relações de “substituição” entre nomes e objetos que o contato entre linguagem e realidade é estabelecido, segundo o *Tractatus*. Partindo desta ideia, Malcolm as toma como uma evidência em favor da interpretação de que os objetos seriam “ontologicamente independentes” dos nomes e, ao que tudo indica, da linguagem tomada como um todo. Pois, se o contato entre linguagem e realidade deve se dar através de relações de substituição que se estabelecem, ponto a ponto, entre nomes e objetos, tal como é sugerido em TLP 4.0311-4.0312a, então esse contato só seria possível se já *existirem* objetos a serem “substituídos” por esses nomes. Ou, como lemos acima: “uma palavra ser representante de um objeto é também uma questão de *haver* um objeto do qual ela *possa* ser representante”. Por conseguinte, não caberia dizer que a existência ou identidade dos objetos seja de alguma maneira dependentes dos seus nomes ou

da linguagem. Como Malcolm conclui no final da passagem citada, esses objetos, devem ter uma existência “anterior” e “independente” dos nomes que os representam ou substituem. Do contrário, não haveria objetos a serem substituídos por estes mesmos nomes.

Sabemos que, no *Tractatus*, a forma essencial da realidade é constituída pelos objetos juntamente com suas possibilidades combinatórias. Sendo assim, se nossa análise estiver correta, para que se defenda que essa forma essencial seja, de alguma maneira, dependente da linguagem, então teríamos que negar o chamado “princípio da substituição”. Ou seja, teríamos que dizer que, ao contrário do que parece ser a leitura mais natural de aforismos como TLP 4.0311-4.0312a, o contato entre linguagem e realidade, segundo o *Tractatus*, não se dá fundamentalmente a partir de relações de substituição que se estabelecem, ponto a ponto, entre nomes e objetos. Pois me parece que relações desse tipo só são inteligíveis se elas forem concebidas como correlações que partem dos nomes e são dirigidas a um domínio de objetos que, por assim dizer, “já estavam lá”, com uma existência e identidade própria que não seriam, portanto, impostas ou determinadas pelos nomes que irão substituí-los em contextos proposicionais. Uma vez admitido isso, então não faria sentido afirmar posteriormente que a existência e identidade desses objetos seriam determinadas ou impostas pelos nomes ou pela linguagem. Em conformidade com essa nossa análise, veremos que a recusa disso que denominamos “princípio da substituição” será uma parte importante da interpretação de alguns dos proponentes de leituras antirrealistas da obra. A partir daí, tentaremos mostrar de que maneira essa recusa contribui de maneira decisiva para que se possa, em princípio, dizer que, no *Tractatus*, a natureza da relação entre representação e realidade representada é análoga àquela que resulta dos princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant.

3.3 A leitura “antirrealista” do *Tractatus*: a ontologia como algo derivado e dependente da linguagem

Tendo definido o que entendemos por uma leitura realista do *Tractatus*, cumpre agora iniciar uma caracterização da leitura antirrealista rival. Naturalmente, não seria correto dizer que os proponentes desta última que serão indicados a seguir concordam entre si em todos os aspectos de suas respectivas interpretações. Tampouco será nossa intenção realizar uma análise detalhada de cada um deles. O que faremos nesta seção será introduzir algumas ideias de caráter mais geral que, por serem de uma forma ou de outra partilhada por eles, justificariam nossa decisão de agrupá-los sob um mesmo tipo de linha interpretativa. Na seção

seguinte, procuraremos mostrar que essas são as ideias que devem ser levadas em conta na comparação que estamos realizando entre os sistemas filosóficos tractariano e kantiano.

Vimos que os intérpretes examinados na seção anterior sustentam que as descobertas de Wittgenstein acerca da natureza do sentido proposicional o teriam autorizado a deduzir as propriedades essenciais de uma realidade concebida como um domínio independente dos nossos meios de representá-la. Tratam-se aqui, sobretudo, daquelas propriedades descritas nos aforismos iniciais da obra. Os proponentes da chamada leitura antirrealista concordam que o *Tractatus* desenvolve uma investigação acerca da natureza essencial da linguagem. Porém, o que há de distintivo nessa linha interpretativa é a convicção de que essa investigação não teria levado a teses acerca das propriedades últimas de uma realidade concebida como um domínio independente da linguagem⁶⁴. Supostas teses acerca das propriedades últimas de um domínio independente seriam, em um sentido a ser explicado, uma mera reflexão acerca das propriedades essenciais da própria linguagem. Em suma, as investigações lógicas de Wittgenstein sobre a natureza do sentido proposicional em nenhum momento teriam ultrapassado os limites da linguagem em direção a uma “metafísica realista”, no sentido definido acima.

Uma formulação bastante clara desse tipo de linha interpretativa pode ser encontrada em Brian McGuinness. Em um artigo intitulado “O suposto [so-called] realismo do *Tractatus*”, McGuinness diz:

Não era a intenção de Wittgenstein basear metafísica sobre a lógica ou a natureza da nossa linguagem. Ele não estava dizendo que há algo pelo qual nossa gramática é determinada, e, portanto, ele não tentou inferir características do mundo da nossa linguagem. Pode parecer, de fato, que ele sustenta que proposições com sentido são possíveis apenas porque algumas operações mais primitivas são possíveis – particularmente a correlação de com objetos, e pode parecer que ele avança de modo a sustentar que essas operações mais primitivas são possíveis apenas porque o mundo possui certas características. Porém, será claro, depois de refletir, que tais argumentos seriam o tipo de metafísica que ele condena (1983, p. 62-3).

McGuinness está afirmando aqui que as investigações lógicas de Wittgenstein não o teriam levado a “inferir características do mundo”, de modo que sua intenção no *Tractatus* não era a de “basear metafísica sobre a lógica ou a natureza da nossa linguagem”. O termo “metafísica” no contexto dessa sua exposição parece denotar algo muito próximo do que estamos denominando uma “metafísica realista”, isto é, determinadas teses acerca das

⁶⁴ E essa “independência” pode ser entendida mesmo no sentido meramente negativo, definido acima.

propriedades essenciais de um domínio real independente da linguagem. Portanto, como dissemos acima acerca da marca distintiva do que estamos caracterizando como uma leitura antirrealista, as investigações lógicas de Wittgenstein, segundo McGuinness, teriam se limitado a uma reflexão acerca da ordem lógica essencial da linguagem:

Já estão contidas na linguagem e no pensamento a possibilidade de todos os objetos que são possíveis. Todas as formas lógicas são logicamente possíveis *no interior* da linguagem, *no interior* do pensamento. Nenhuma investigação ou exploração separada da ‘realidade’ é concebível (1983, p. 70).

Em um artigo posterior, publicado originalmente em 1985, McGuinness reitera esse aspecto de sua interpretação ao fazer o seguinte comentário acerca da suposta metafísica realista de Wittgenstein: “[...] Wittgenstein não está inferindo algo acerca da realidade a partir da natureza da lógica” (2002, p. 95). Um pouco depois, ele conclui: “Deste modo, os objetos pressupostos, existindo eternamente e estabelecendo limites ao que nós podemos dizer, se mostram ser realmente uma característica do nosso pensamento e linguagem” (2002, p. 95). McGuinness chama essa última posição em específico de um “antirrealismo quanto a ‘objetos’” (2002, p. 96).

Algumas das razões pelas quais McGuinness é levado a essas conclusões serão apresentadas mais à frente. Antes, porém, gostaria de comentar brevemente a interpretação de outros autores que parecem concordar com algumas das ideias esboçadas acima. Um deles é Hidé Ishiguro, uma autora cuja interpretação é frequentemente associada à de McGuinness. Em um artigo intitulado “O mundo pode impor estrutura lógica à linguagem?”, Ishiguro se propõe discutir o que seria um “realismo acerca da estrutura lógica” que alguns autores atribuem à filosofia do *Tractatus* (1990, p. 21). Ishiguro diz considerar a filosofia tractariana “realista” no seguinte sentido, o qual ela considera “o sentido mais geral de realismo”: “Obviamente eu acredito, como Wittgenstein claramente acreditou [...], que há um mundo no qual nós nos encontramos. A verdade e a falsidade do que dizemos sobre o mundo depende de como as coisas estão” (1990, p. 21). Aceito esse realismo no “sentido mais geral”, o que Ishiguro questiona é a suposta existência, no *Tractatus*, de um “realismo acerca da estrutura lógica”, onde por estrutura lógica ela entende “a estrutura da sintaxe lógica”: “Este realismo acerca da estrutura lógica diz, muito sumariamente, que os objetos, que constituem uma realidade independentemente existente, impõem estrutura e gramática à nossa linguagem e pensamentos” (1990, p. 21). Como exemplos de autores que atribuem esse tipo de realismo ao *Tractatus*, Ishiguro menciona os trabalhos de Pears e Malcolm que examinamos acima. As

ideias desses autores destacadas por ela também são, de modo geral, as mesmas sobre quais concentramos nossa atenção, sobretudo, a de que a sintaxe dos nomes seria *imposta* ou *derivada* da natureza dos objetos aos quais eles se referem. (1990, 22). Ishiguro alega que essa posição, que ela considera ser ininteligível, não é defendida no *Tractatus*, e se mostra disposta, inclusive, a atribuir à obra uma posição precisamente inversa: “Se há qualquer relação entre o mundo e lógica de um moldando [*moulding*] o outro, a direção parece ser a contrária. Não é a essência das coisas no mundo que modela [*shapes*] a lógica, é a forma lógica das proposições que dá a essência do mundo” (1990, p. 22). No final do artigo sob exame Ishiguro sintetiza da seguinte maneira sua interpretação do *Tractatus* no que se refere a esse tema:

No que diz respeito à sintaxe lógica, nós podemos ser realistas apenas no seguinte sentido. A verdade e a falsidade de nossos pensamentos sobre o mundo vêm de como o mundo é. Isso significa que uma vez que pensamentos, i.e., proposições com sentido, têm sintaxe lógica, qualquer descrição verdadeira de como o mundo é vem como uma sintaxe lógica [*comes with logical syntax*]. Os estados de coisas que nós encontramos no mundo real são então estruturados de acordo com [*following*] a sintaxe lógica dos pensamentos (1990, p. 32).

Penso que, sobretudo na última sentença, temos uma expressão clara da concepção acerca da relação entre sintaxe lógica e realidade que Ishiguro pretende atribuir ao *Tractatus*. Longe de imporem sua sintaxe lógica à linguagem, os estados de coisas presentes na realidade é que seriam “estruturados” de acordo com a sintaxe lógica dos nossos “pensamentos” ou “proposições com sentido”. Caberia à realidade, assim estruturada de acordo com a sintaxe lógica da linguagem, apenas determinar a verdade ou a falsidade das nossas proposições. Esses dois aspectos de sua interpretação aparecem em um artigo posterior, no qual Ishiguro faz o seguinte comentário sobre a posição que ela julga estar presente na teoria afigurativa do *Tractatus*: “Nós não construímos ou inventamos o mundo no qual nos encontramos, ainda que os fatos que nós procuramos, e encontramos ou não encontramos, e os objetos que nós individualizamos sejam modelados [*shaped*] e limitados por nossa linguagem” (2001, p. 44). Ao que tudo indica, que o mundo não seja construído ou inventado por nós significa que nós (isto é, a nossa linguagem) não determinamos quais fatos existem e não existem e, portanto, não determinamos a verdade ou falsidade das nossas proposições (cf. também 2001, pp. 38-9). Porém, esses fatos, assim como os objetos, seriam “modelados” e “limitados” por nossa linguagem (2001, pp. 38-9). Muito provavelmente, isso seria um outro modo de expressar a ideia, presente na citação mais acima, de que os estados de coisas que nós encontramos no

mundo real são “estruturados” de acordo com a sintaxe lógica das nossas proposições. Vemos assim que a interpretação de Ishiguro incorpora aquela que colocamos acima como a marca distintiva do que estamos entendendo por uma leitura realista do *Tractatus*. Uma vez que a “essência das coisas no mundo” seria apenas algo constituído pela forma lógica das proposições (cf. ISHIGURO, 1990, p. 22), as investigações lógicas de Wittgenstein não o teriam levado a deduzir as propriedades essenciais de um domínio real concebido como algo *independente* da linguagem que o representa. As propriedades essenciais da realidade seriam, por assim dizer, apenas um reflexo da sintaxe lógica das proposições e, portanto, não estariam presentes na realidade independentemente destas últimas.

Prosseguindo em nosso exame de intérpretes “antirrealistas”, gostaria agora de mencionar o trabalho de Marie McGinn. Ela se coloca na mesma tradição de intérpretes como Ishiguro e McGuinness, tradição esta que ela denomina “anti-metafísica” (cf. 2006, pp. 6-7). McGinn também define sua interpretação do *Tractatus* a partir de uma oposição ao tipo de realismo defendido por autores como Pears. Sua tese básica é, portanto, a de que as investigações lógicas de Wittgenstein direcionadas à natureza do sentido proposicional não o teria levado a deduzir as propriedades essenciais de um domínio real independente. Daí o caráter “anti-metafísico” que ela atribui à sua interpretação, que pode ser em boa parte sintetizada no seguinte comentário acerca do estatuto das passagens iniciais do *Tractatus*. Embora reconheça que essas passagens pareçam, à primeira vista, realizar uma caracterização do que seria “a estrutura essencial de uma realidade transcendente” (2006, p. 143), McGinn defende que em uma interpretação correta da obra essa impressão deve ser reavaliada do seguinte modo:

O que nós tomamos como metafísica é agora visto como nada mais do que uma questão de reconhecer que a ordem lógica que é essencial para o nosso sistema de representar o mundo em proposições é essencialmente preservada na estrutura lógica da realidade que é afigurada. Isso não deve ser entendido como uma sugestão de que Wittgenstein acredita que nós podemos derivar metafísica da lógica. Antes, ele quer que nós reconheçamos que durante todo o tempo aquilo com o qual nós estivemos engajados era uma investigação lógica da ordem que é essencial para qualquer sistema de representação no qual a realidade é representada. Nós não somos direcionados a tirar quaisquer conclusões metafísicas desta ordem: a ordem pertence ao sistema de representação no qual o mundo é representado e essa mesma ordem é o começo e o fim da nossa investigação (2006, p. 143).

Vemos assim que, para McGinn, as supostas teses acerca da estrutura essencial de uma realidade independente seriam, na verdade, uma reflexão sobre a ordem lógica essencial dos

nossos sistemas de representação “preservada” na realidade representada. Embora McGinn não classifique sua posição exatamente dessa maneira, penso ser inevitável concluir que ela está atribuindo ao *Tractatus* a mesma concepção defendida por Ishiguro acerca da relação entre sintaxe lógica e realidade. Ou seja, trata-se de atribuir ao *Tractatus* uma concepção acerca dessa relação precisamente oposta àquela defendida por aqueles intérpretes que examinamos na seção anterior.

Para justificar essa afirmação, lembremos, em primeiro lugar, que McGinn nega que as investigações lógicas de Wittgenstein o teriam levado a teses acerca da essência de uma realidade independente, alegando que essas investigações estão, em certo sentido, confinadas à linguagem. Nas palavras de McGinn “Wittgenstein não está tentando deduzir algo sobre a realidade que se encontra fora da linguagem, mas está tentando clarificar a ordem lógica que é essencial para qualquer sistema no qual estados de coisas possíveis são representados” (2006, p. 100). Contudo, McGinn parece estar disposta a atribuir ao *Tractatus* algo equivalente àquilo que Ishiguro se refere como um realismo no “sentido mais geral”, isto é: o valor de verdade das proposições não seria determinado internamente à linguagem, mas pela existência ou inexistência de fatos em um domínio real exterior. Como não poderia ser diferente, dada a inegável evidência textual (cf. TLP 2.222-2.225), McGinn fala em vários momentos da necessidade de se *comparar* proposições (ou “pensamentos”) com a realidade para determinarmos seu valor de verdade. Por exemplo: “É apenas comparando o pensamento com a realidade que a existência ou não existência do estado de coisas que ele representa – isto é, a verdade ou falsidade do pensamento – pode ser determinada” (McGINN, 2006, p. 102). Penso que afirmações desse tipo dificilmente podem fazer sentido a não ser que admitamos que a realidade a ser comparada com a linguagem seja externa e, em algum sentido, independente da linguagem. O comprometimento de McGinn com essa posição parece ser confirmado na seguinte passagem: “O sujeito não cria o mundo: quais estados de coisas existem ou não existem é algo independente do sujeito, e estabelecido apenas *a posteriori*” (2006, p. 273). A referência um “sujeito” aqui se explica pelo fato dessa citação ter sido extraída no contexto de sua discussão sobre o tema do solipsismo no *Tractatus*. Para os nossos propósitos, podemos, por ora, entender esse sujeito simplesmente como o usuário da linguagem. Aceito isso, concluímos que a existência ou inexistência de estados de coisas seriam, mesmo na interpretação de McGinn, algo imposto a esse sujeito, e não criado por ele nem por sua linguagem.

Como conciliar então a admissão desse domínio real exterior e independente da linguagem com a recusa de que as passagens iniciais do *Tractatus* descrevem as propriedades

essenciais de um domínio real independente? Segundo penso, talvez o único modo de fazê-lo é concluir que a interpretação de McGinn atribui ao *Tractatus* a mesma concepção defendida por Ishiguro acerca da relação entre sintaxe lógica e realidade. Isto é, sua interpretação implica, em primeiro lugar, na ideia de que, segundo o *Tractatus*, há uma realidade independente da linguagem que não é criada por esta última, na qual estados de coisas que são ou não o caso conferem verdade e falsidade às nossas proposições. Contudo, ao representarmos essa realidade independente ela seria “estruturada” ou “modelada” de acordo com a sintaxe lógica das proposições que a representam (cf. ISHIGURO, 1990, p. 32; ISHIGURO, 2001, p. 34). Seria essa mesma ideia que McGinn estaria expressando ao dizer, na citação feita mais acima, que “a ordem lógica que é essencial para o nosso sistema de representar o mundo em proposições é essencialmente *preservada* na estrutura lógica da realidade que é afigurada” (2006, p. 143, *itálico nosso*). Dizer que a ordem lógica da linguagem é “preservada” na realidade afigurada seria, segundo penso, o mesmo que dizer que essa ordem lógica é *imposta* à realidade afigurada, ou que essa última é “estruturada” ou “modelada” pela linguagem. Essa ideia aparece também quando McGinn também formula da seguinte maneira sua reavaliação dos aforismos iniciais da obra: “O que à primeira vista parece ser um enunciado de metafísica é visto como nada senão *a sombra da lógica da linguagem na qual nós representamos o mundo*” (2006, p. 151, *itálico nosso*). E, por último, McGinn atribui a Wittgenstein a seguinte tese: “Não há uma ordem lógica *a priori* das coisas que seja constituída independentemente da representação de estados de coisas na linguagem” (2006, p. 270). Presumivelmente, a “ordem *a priori* das coisas” às quais ela se refere seria aquela descrita pelos aforismos iniciais do *Tractatus*. McGinn está nos dizendo que, segundo o *Tractatus*, essa ordem *a priori* estaria presente na realidade *apenas* na medida em que ela é imposta à realidade, ou, para usar sua formulação, na medida em que a ordem lógica essencial da linguagem é “preservada” na realidade representada. Vemos então que, com isso, a interpretação de McGinn possui aquela que foi colocada acima como uma marca distintiva da leitura antirrealista do *Tractatus*. As investigações lógicas de Wittgenstein não o teriam levado a deduzir as propriedades essenciais de um domínio independente da linguagem, já que, em sua interpretação, as passagens iniciais do *Tractatus* descreveriam *apenas* a ordem lógica da linguagem “preservada” na realidade representada, ou uma “sombra” daquela ordem lógica.

Peter Winch também defende uma interpretação que parece ir nessa mesma direção. Em primeiro lugar, ele se recusa a atribuir ao *Tractatus* a tese de que as propriedades necessárias da linguagem sejam de alguma maneira determinada por entidades

extralinguísticas. Utilizando o modo pelo qual ele formula esse tema, a posição do *Tractatus*, segundo Winch, não é a de que as noções como mundo, estados de coisas, fatos, objetos podem explicar “por que certas séries de palavras formam combinações que têm sentido, expressam proposições, enquanto outras não” (1987, p. 5). O que Winch está recusando aqui é basicamente a ideia de que os nomes devem *derivar* sua sintaxe lógica dos objetos aos quais eles se referem (1987, pp. 5-6). Segundo Winch, o próprio prefácio do *Tractatus* já indica que, segundo Wittgenstein, se uma combinação de sinais tem ou não sentido é algo que deve ser determinado exclusivamente por propriedades *internas* da linguagem. A passagem do Prefácio que ele tem em mente seria mais especificamente a que diz: “O limite [do pensar ou da expressão dos pensamentos] só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso” (TLP, Prefácio, p. 131). Um pouco depois de citar essa sentença, juntamente com os dois parágrafos que a precedem, Winch afirma:

Isto é, nós não podemos decidir que uma forma de palavras expressa uma proposição e outra não ao comparar essas expressões com algo não linguístico (como fazemos quando a questão é uma questão de determinar a *verdade* da proposição). Nós apenas podemos fazer a distinção ao referirmos a certas propriedades das próprias expressões linguísticas [...] O que distingue uma expressão que tem significado (e é, portanto, um nome) de uma que não só pode ser algo que tem a ver com seu papel *na* linguagem (1987, p. 7)

As mesmas conclusões aparecem quando Winch examina os aforismos TLP 3.342-3.3421, nos quais Wittgenstein discute o que seriam propriedades arbitrárias e não arbitrárias da linguagem. Nesses aforismos, Wittgenstein afirma, entre outras coisas, que o que há de não arbitrário e, portanto, de necessário na linguagem é algo que “depende da *essência* da notação” (TLP 3.342). Após citar esses aforismos, Winch conclui: “O que é não arbitrário na nossa notação é dito aqui depender da essência da *notação* (isto é, de algo linguístico). Não é dito ser determinado pela natureza de quaisquer ‘objetos extralinguísticos’” (1987, p. 12).

Embora Winch não apresente sua interpretação exatamente dessa maneira, ao que tudo indica sua posição é a de que, para utilizar o modo como estamos formulando o tema, as investigações lógicas de Wittgenstein não teriam levado a conclusões acerca das propriedades necessárias de um domínio real independente. Afinal, vimos que ele defende que, segundo o *Tractatus*, a sintaxe dos nomes e, de modo geral, as propriedades não arbitrárias (e, portanto, necessárias) da linguagem não derivam de algo “extralinguístico”, mas exclusivamente da essência do próprio simbolismo. Isso parece ser o mesmo que dizer, como diria McGinn, que, no *Tractatus*, a ordem lógica essencial da linguagem é “o começo e o fim da nossa

investigação” (McGINN, 2006, p. 143). Isso caracterizaria sua interpretação como antirrealista, no sentido definido acima.

Porém, assim como os intérpretes antirrealistas examinados anteriormente, Winch também parece estar disposto a conceder ao menos que o *valor de verdade* das proposições seria determinado por uma realidade exterior. Isso é revelado quando, na citação mais acima, ele diz, ainda que apenas de passagem, que a determinação da “*verdade*” de uma proposição deve se dar por meio de uma comparação com algo “não linguístico” (WINCH, 1987, p. 7). No entanto, não pude extrair do seu texto uma explicação de como se deve entender a relação entre essas duas ideias, isto é, a de que a sintaxe lógica seria algo *exclusivamente* interno à linguagem ao passo que o valor de verdade das proposições seria determinado por um domínio real exterior. Segundo penso, porém, uma vez aceitas essas duas ideias, me parece difícil adotar, nesse ponto específico, uma posição muito diferente da de intérpretes como Ishiguro e McGinn, segundo as quais a realidade representada, que determina os valores de verdade das proposições, seria “estruturada” ou “modelada” pela sintaxe lógica da linguagem^{65 66}.

Temos assim um panorama do que seria uma interpretação do *Tractatus* que nega que a obra tenha se comprometido com o que caracterizamos como uma metafísica realista. Cumpre indicar agora as razões que levam esses intérpretes a essa conclusão. Mais uma vez, não negamos que possa haver diferenças entre eles com relação a esse ponto e nem será nossa intenção examinar seus respectivos trabalhos separadamente de maneira detalhada. Concentrar-nos-emos aqui em uma tese que parece ser partilhada pela maioria desses autores e sobre a qual eles parecem dar uma atenção especial: a de que, segundo a teoria tractariana da linguagem, a natureza e a identidade dos objetos seriam determinadas pelo *uso* dos seus nomes em contextos proposicionais. A seguir, procuramos mostrar como esse modo de conceber os objetos tractarianos leva àquelas ideias que foram colocadas como a marca distintiva dessa linha interpretativa.

Creio que um bom modo de apresentar essa concepção dos objetos tractarianos é caracterizá-la como uma interpretação mais radical aquela que ficou conhecido como o “princípio do contexto”, com o qual o *Tractatus* se compromete e que ganha sua expressão

⁶⁵ Winch chega perto de afirmar algo do tipo quando, ao discutir as noções apresentadas nos aforismos iniciais do *Tractatus*, ele diz: “Termos como *mundo*, *fato*, *objeto* são termos da nossa linguagem que, na concepção do *Tractatus*, têm um papel fundamental na descrição da linguagem” (1987, p. 8).

⁶⁶ Rush Rhees também nega que, segundo o *Tractatus*, as propriedades necessárias da linguagem estariam baseadas em uma metafísica realista, ao mesmo tempo em que parece indicar que a distinção entre proposições verdadeiras e falsas deve ser decidida com referência a algo externo à linguagem, ou, como ele diz, deve ser decidida “por observação” (1969, p. 51). No entanto, assim como Winch, ele não discute em detalhes como compatibilizar essas duas posições.

mais direta em TLP 3.3: “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”. Ishiguro, para quem esse aforismo contém “a chave para a concepção do *Tractatus* acerca da relação entre objetos e Nomes” (1969, p. 22), entende o princípio do contexto como implicando a seguinte tese: “Não se pode procurar pela referência dos nomes independentemente de seu uso em proposições” (1969, p. 22). Ou, como ela coloca, mais à frente, de um modo mais radical: “A concepção [de significado] do *Tractatus* implica que é o uso do Nome que te dá a identidade do objeto, e não vice-versa” (1969, p. 34). Segundo Ishiguro, o “princípio do contexto”, no interior da teoria tractariana da linguagem, expressa, em grande parte, a recusa da tese de que um nome seja algo análogo a uma “etiqueta” que possa ser anexada a “um objeto que nós já podemos identificar” (1969, p. 35): “Uma etiqueta serve a uma proposta porque nós usualmente escrevemos nomes – *que já tem um uso* – sobre a etiqueta.” (1969, p. 35). Entender o ato de nomeação como um mero processo de “etiquetagem” seria algo estranho ao *Tractatus*, pois seria supor que a nomeação pode ser estabelecida por correlações singulares entre sinais de objetos que se dão fora e independentemente de contextos proposicionais.

Um exemplo de interpretação da concepção tractariana de nomeação que Ishiguro certamente consideraria inadequada pode ser encontrada em Pears. Em um trecho já citado anteriormente, Pears diz: “No *Tractatus*, o início da linguagem é a nomeação de objetos” (1987, p. 9). Se o “início da linguagem” é a nomeação de objetos, o processo de nomeação só pode ser concebido aqui como um ato análogo a uma mera etiquetagem, no qual correlações entre nomes e objetos são estabelecidas independentemente de qualquer referência aos contextos proposicionais no qual o nome recém introduzido pode aparecer. Pears reconhece que esse aspecto de sua interpretação parece ir contra passagens como TLP 3.3, e tenta explicar o aparente conflito do seguinte modo. O chamado princípio do contexto, segundo ele, não exclui a possibilidade de correlações não contextuais entre nomes e objetos, mas apenas as “*qualifica*” (1987, p. 75). Isto é, esse princípio implicaria apenas que, uma vez estabelecida a nomeação, o nome deve respeitar, em contextos proposicionais, as possibilidades combinatórias do objeto ao qual ele foi anexado: “Se essa condição não é atendida, o contato [entre nome e objeto] é quebrado e o nome não representa mais a coisa” (1987, p. 75). Essa interpretação está estreitamente ligada à ideia de Pears de que os objetos tractarianos são os “sócios dominantes” em suas relações com os nomes. Longe de terem sua identidade determinada pelo uso dos seus nomes, são os objetos que impõem sua forma a estes últimos, de modo que correlações não contextuais entre nomes e objetos não apenas seriam possíveis,

segundo o *Tractatus*, como seriam o fundamento do contato entre linguagem e realidade (ou, como diz Pears, seriam o “início da linguagem”).

Esse é um modelo de interpretação constantemente combatido por Ishiguro em seus artigos dedicados ao tema. Em uma referência à posição defendida por Wittgenstein em sua filosofia posterior, Ishiguro afirma que, também no *Tractatus*, é a “gramática nos diz que tipo de objeto algo é” (2001, p. 43). Ou seja, a identificação do significado de um nome deve se dar por meio de uma consideração do uso deste nome no *interior* da linguagem. Como sugere Ishiguro, é isso que está sendo indicado em aforismos como TLP 3.326: “Para reconhecer o símbolo no sinal, deve-se atentar para o uso significativo”; e TLP 3.328b: “(Se tudo se passa como se um sinal tivesse significado, então ele realmente tem significado)”. Para esclarecer sua interpretação Ishiguro apresenta dois modos pelos quais a noção de figuração ou modelo da realidade pode ser entendida: ou se começa pelas partes da figuração e da realidade afigurada ou se começa pelo todo (2001, p. 42-3). Seu exemplo do primeiro caso é uma figuração de um acidente envolvendo uma pessoa e um carro na qual as imagens individuais dessa pessoa e desse carro seriam itens que nós que já podemos identificar isoladamente. Seu exemplo do segundo caso é o desenho de dois homens esgrimindo. Ao interpretar esse desenho corretamente, eu digo, por exemplo, que uma linha curvada no canto inferior esquerdo é o joelho de um dos esgrimistas e que uma linha reta diagonal no canto superior direito é uma espada. No entanto, não é possível apreender o que esses traços significam quando eles são tomados isoladamente, ou seja, fora do contexto da figura como um todo. Ishiguro conclui: “Me parece que a concepção de figuração do *Tractatus* é mais próxima da segunda do que da primeira. Os elementos aos quais a análise leva são determinados de uma maneira altamente dependente do contexto [*in a highly contextually dependent manner*]” (2001, p. 43). Ishiguro reconhece que há passagens do livro que sugerem a primeira concepção de figuração, mencionando o aforismo TLP 4.0311, que é precisamente aquele que nós colocamos acima como uma expressão clara do nosso “princípio da substituição”. No entanto, diz Ishiguro, esse aforismo não deixa de ser compatível como o seu segundo exemplo, ao passo que o primeiro exemplo vai completamente contra o aforismo TLP 3.3 (2001, p. 43).

Com essas considerações, Ishiguro está recusando, portanto, que a teoria tractariana do sentido proposicional se comprometa com o que definimos acima como “princípio da substituição”. Uma vez admitido que o significado dos nomes é determinado pelo seu uso no *interior* da linguagem, “de uma maneira altamente dependente do contexto”, se seguiria que, no *Tractatus*, o contato entre linguagem e realidade não se dá fundamentalmente a partir de

conexões que se estabelecem, ponto a ponto, entre os nomes e objetos. Não haveria, nessa interpretação, objetos independentemente especificáveis a serem correlacionados com nomes por meio de correlações diretas e singulares, ou seja, não contextuais. Antes, o contato entre linguagem e realidade seria estabelecido, fundamentalmente, no nível das proposições tomadas como um todo. Como diz Ishiguro:

[...] a ligação estabelecida entre nome e objeto se dá através do que é dito pela proposição na qual o nome ocorre.

Este papel do nome indica que tipo de coisa o objeto nomeado é [...] Isso significa que, se proposições singulares [isto é, elementares] constituem a conexão entre a linguagem e o mundo, será através da *prioridade da ligação entre a proposição como um todo e o estado de coisas que ela representa, e não através da prioridade da relação nome/portador* (2001, p. 36, *italico nosso*).

Se estou lendo Ishiguro corretamente, é, sobretudo, por conta de considerações desse tipo que ela conclui que noções tractarianas como a de “objeto” são “categorias lógicas ou gramaticais, não tipos de coisas” (2001, p. 28). Ou, como ela diz em um outro artigo, os objetos tractarianos são “meramente categorias correspondentes à sintaxe lógica de sentenças [*categories merely corresponding to the logical syntax of sentences*]” (1990, p. 28). Isso, segundo a autora, faz com que os objetos sejam dependentes da linguagem, contrariando aquilo que, como vimos acima, ela denomina “realismo acerca da sintaxe lógica” (1990, p. 28). Sua posição acerca desse tema é bem sintetizada na seguinte passagem:

[Os objetos do *Tractatus*] não são independentes da linguagem no seguinte sentido. Objetos não podem ser individualizados por algum método independente da linguagem [*language-free method*], tal como apontar sem um acompanhamento verbal complementar. O tipo de coisa que um objeto é tem que ser dado verbalmente, e não através de alguma experiência direta bruta [*raw direct experience*]. A diferença entre o primeiro e o segundo Wittgenstein não está no fato de o primeiro Wittgenstein postular um reino de objetos independente da linguagem. Está, antes, no fato de os objetos do segundo Wittgenstein serem dependentes de mais do que a linguagem (1990, p. 28).

Deixando de lado a suposta continuidade entre a primeira e segunda filosofia de Wittgenstein, à qual Ishiguro se refere no final desta citação, nos interessa aqui apontar para sua tese de que o *Tractatus* não teria postulado “um reino de objetos independente da linguagem”. Ou, como ela diz um pouco antes, os objetos tractarianos não são “entidades metafísicas identificáveis independentemente da linguagem”, mas itens dependentes da

“sintaxe lógica real da linguagem que nós usamos” (1990, p. 26). Isso, segundo penso, está ligado à ideia, que apresentamos acima ao discutir sua recusa do “princípio da substituição”, de que os objetos tractarianos não são itens independentemente especificáveis a serem correlacionados com nomes por meio de correlações diretas e singulares, ou seja, não contextuais. Já sabemos que, no sistema tractariano, são os objetos simples que constituem a “substância” do mundo, isto é, suas propriedades fixas e imutáveis. Se, como defende Ishiguro, esses objetos são entidades dependentes da sintaxe lógica da linguagem, então o *Tractatus* não teria se comprometido com uma metafísica realista, no sentido definido anteriormente. Isto é, ele não teria se comprometido com teses acerca das propriedades essenciais de um domínio real independente da linguagem que o representa.

Uma linha interpretativa bastante semelhante é desenvolvida por McGinn, que também parte da tese de que os significados dos nomes tractarianos são determinados por seu uso para então defender uma leitura antirrealista dos objetos. Assim como Ishiguro, McGinn sustenta que, no *Tractatus*, o chamado “princípio do contexto” tem a seguinte implicação: “O significado de um sinal é constituído pelo seu papel lógico em um simbolismo que está em uma relação projetiva com o mundo” (2006, p. 163). Como ela diz um pouco depois: “Apreender o que uma expressão significa é apreender a contribuição que ela dá para a determinação do lugar de uma proposição no espaço lógico, isto é, é apreender a regra para o seu uso em proposições” (2006, p. 164). Essa seria a ideia por trás de aforismos como TLP 3.326, citado acima⁶⁷. Também na mesma linha da interpretação de Ishiguro, McGinn defende que o princípio do contexto leva a uma “prioridade do conceito do sentido de uma proposição sobre o conceito daquilo que os constituintes de uma proposição significam” (2006, p. 242). Ao discutir essa mesma ideia em outro momento do seu livro, ela afirma que Wittgenstein, no *Tractatus*, não “prioriza a relação de correlação entre elementos figurativos [isto é, os constituintes de uma figuração] e objetos, ou a usa para explicar como uma figuração representa” (2006, p. 88). Não só isso, a posição do *Tractatus* seria a de que nós não temos ideia do que seja o elemento constituinte de uma figuração ou o objeto ao qual ele se refere independentemente da ocorrência desse elemento no contexto de figurações (2006, p. 88). Sua posição aqui parece ser basicamente a mesma de Ishiguro, segundo a qual o significado de um nome não é um item na realidade identificável diretamente e por si só, mas algo que só pode ser individualizado a partir de uma consideração de seu nome no contexto da linguagem.

⁶⁷ Na verdade, nesse ponto McGinn também está se apoiando na seção que trata da noção tractariana de “expressão”, em especial TLP 3.31-3.313. Introduzir esse tema agora nos desviaria por demais dos nossos atuais objetos, mas trata-se de uma seção do *Tractatus* sobre a qual nos debruçaremos mais à frente.

Também na mesma linha de Ishiguro, McGinn relaciona essa ideia à recusa do que denominamos “princípio da substituição”, em favor da ideia de que, no *Tractatus*, o contrato entre linguagem é estabelecido, não no nível dos nomes, mas no nível das proposições tomadas como um todo (2006, p. 89).

A partir de considerações desse tipo, McGinn procura mostrar que a demanda tractariana por objetos simples não deve ser entendida como uma tese metafísica que postula certas entidades independentes da linguagem. Assim como nós fizemos quando abordamos o tema, ela relaciona essa demanda com o pressuposto de que os sentidos proposicionais não podem depender de nenhum aspecto contingente da linguagem ou do mundo (cf. 2006, pp. 109-110). Contudo, enquanto nos mantivemos neutros quanto ao realismo ou antirrealismo dos objetos, McGinn sustentará que a demanda por objetos simples não deve ser entendida como uma postulação de entidades independentes, mas apenas como o resultado de uma investigação voltada exclusivamente para as propriedades internas do nosso simbolismo. A demanda de que os sentidos proposicionais sejam independentes de qualquer contingência será então entendida aqui como uma demanda de que existam sinais cujo uso em proposições com sentido esteja completamente garantido pela sua posição no interior da linguagem, não dependendo assim da existência de nenhum fato contingente, ou, como ela diz, de nada “hipotético” (2006, p. 111). Por conta disso, esses sinais não podem ter o papel de representar algo complexo, pois, nesse caso, eles representariam algo capaz de ser descrito por uma proposição, e “qualquer coisa que é descritível por uma proposição pode existir ou deixar de existir”⁶⁸ (2006, pp. 111-2). Deve haver então sinais cujo papel semântico não seja o de representar complexos, que sempre são descritíveis por proposições verdadeiras ou falsas, mas cujo papel semântico seja antes o de contribuir para a determinação do sentido de proposições, o qual esses sinais devem possuir unicamente em virtude de sua posição no interior do sistema de representação e, portanto, independentemente de qualquer contingência exterior (2006, p. 111). Esses sinais são os nomes do *Tractatus* e, segundo McGinn, sua postulação não implica na postulação de entidades externas independentes da linguagem⁶⁹.

⁶⁸ Lembremos que, mesmo segundo na interpretação antirrealista de McGinn, a existência e inexistência dos estados de coisas representados pelas proposições devem ser entendidas como em alguma medida independentes do sujeito e da sua linguagem: “O sujeito não cria o mundo: quais estados de coisas existem ou não existem é algo independente do sujeito, e estabelecido apenas *a posteriori*” (2006, p. 273). Como vimos acima, “sujeito” pode ser entendido aqui simplesmente como o usuário da linguagem.

⁶⁹ Não estou completamente convencido de que essa explicação de McGinn para a demanda por objetos simples seja totalmente coerente com as teses de seu livro que viemos examinando até aqui. Contudo, não será nossa intenção discutir esse ponto de sua interpretação de maneira aprofundada. A discussão sobre realismo ou antirrealismo no *Tractatus* que será feita a partir de uma comparação com a teoria kantiana de representação não dependerá fundamentalmente de argumentos mais específicos como esse.

Sua ideia básica é, mais uma vez, a de que um nome não adquire significado ao ser correlacionado com uma entidade exterior e independente da linguagem, mas sim na medida em que ele possui um uso no interior desta última: “é o sistema de representação que dá a esses elementos de representação [nomes] o seu significado, não uma correlação direta entre um nome e um objeto” (2006, p. 116). As seguintes passagens sintetizam bem as suas conclusões:

Nessa interpretação, a concepção de Wittgenstein de um nome simples não expressa uma versão de realismo, na qual se mantém que nomes ‘forjam uma ligação direta’ entre linguagem e mundo. O objeto que um nome significa não é algo que existe sobre e diante da linguagem [*over and against language*], em um reino independente e transcendente, mas é o que nós apreendemos quando nós apreendemos o significado de um nome, isto é, quando nós apreendemos a contribuição que um nome dá para a determinação do sentido de uma classe de proposições (2006, p. 114).

O comprometimento com objetos simples não deveria, portanto, ser entendido como uma afirmação especulativa sobre a estrutura essencial de um mundo *concebido independentemente de sua representação em proposições*. O comprometimento com sinais simples emerge, antes, no curso de uma tentativa de clarificar o que é essencial para o sistema no qual nós podemos expressar proposições que são verdadeiras ou falsas. É a estrutura essencial *do próprio sistema, e não do que se encontra fora dele*, que ele [Wittgenstein] está investigando (2006, p. 117, *itálico nosso*).

O requerimento de objetos simples não constitui, segundo essa interpretação, uma metafísica realista, mas apenas uma reflexão interna à linguagem. Nas palavras de McGinn: “[...] o que parecia ser uma série de observações metafísicas que descrevem a ordem *a priori* da realidade, *que ela possui independentemente de nossos meios de representá-la*, é, no fundo, uma articulação da lógica, isto é, da essência da descrição” (2006, p. 137, *itálico nosso*). Os objetos simples não seriam entidades metafísicas independentes da linguagem, pois o significado de um nome é constituído pelo seu uso no interior do simbolismo: “[...] a concepção de Wittgenstein acerca do significado de um sinal simples não o envolve em uma postulação de uma ligação entre palavras e pequenas partes [*bits*] *de um mundo independentemente constituído* (2006, p. 116, *itálico nosso*); ou, como ela diz nesse trecho já citado: “é o sistema de representação que dá a esses elementos de representação o seu significado, não uma correlação direta entre um nome e um objeto” (2006 p. 116). Se leio McGinn corretamente, que o mundo seja constituído de objetos simples seria então, como vimos mais acima, apenas uma decorrência do fato de que “a ordem lógica que é essencial para o nosso sistema de representar o mundo em proposições *é essencialmente preservada na estrutura lógica da realidade que é afigurada*” (2006, 143, *itálico nosso*). E, de modo geral, o

que supostamente seriam teses acerca propriedades essenciais de uma realidade independente se referem, na verdade, à ordem lógica essencial da linguagem “preservada” na realidade por ela representada. Por conseguinte, o *Tractatus* não conteria o que definimos acima como uma metafísica realista: “O que nós vemos é que o que Wittgenstein está fazendo nesses comentários [os aforismos iniciais da obra] não é metafísica, mas lógica” (2006, p. 137).

Com isso, finalizamos nossa exposição das características mais gerais daquela que estamos entendendo como uma leitura antirrealista do *Tractatus*. Alguns elementos mais específicos das interpretações de seus proponentes serão examinados em um capítulo posterior. O que devemos fazer agora é explicar melhor algo que já foi adiantado desde o início do presente trabalho: a ideia de que essa linha interpretativa acaba por atribuir ao *Tractatus* uma concepção acerca da relação entre representação e realidade que é análoga àquela que resulta da Revolução Copernicana de Kant. Com isso, iremos também explicar de que maneira pretendemos utilizar nossa comparação entre as teorias kantiana e tractariana de representação para lançar luz a esse debate, que acabamos de examinar, entre as leituras realista e antirrealista do *Tractatus*. Esses serão os objetivos das próximas duas seções.

3.4 Antirrealismo no *Tractatus* e “Revolução Copernicana”

Ao longo do presente trabalho viemos insistindo em algumas importantes semelhanças entre os projetos filosóficos kantiano e tractariano. Ambos promovem uma investigação acerca dos elementos essenciais dos meios de que dispomos para representar a realidade, investigação esta que serve de fundamento para a delimitação de um determinado domínio: o do cognoscível (na *Crítica*) e o do dizível (no *Tractatus*). Também vimos que, em ambos os casos, essa investigação leva à especificação e, por assim dizer, à prova daquelas que seriam as propriedades formais, *a priori* e necessárias da realidade representada, que são aquelas propriedades que seriam totalmente imunes a qualquer contingência e a qualquer verificação ou falsificação empírica. Além disso, apontamos que, também em ambos os casos, essa prova envolve, para utilizar a formulação de Glock (1997, p. 293) a ideia de um “isomorfismo” ou “identidade estrutural” entre representação e realidade representada. E essa “identidade estrutural”, por sua vez, diz respeito essencialmente a propriedades estruturais que se refletem naquelas que Kant e Wittgenstein acreditavam ser as formas lógicas *a priori* judicativas ou proposicionais.

Apesar dessas semelhanças, observamos na seção 3.2 do presente capítulo que aquelas que foram colocadas como as marcas distintivas de uma leitura do realista do *Tractatus*

acabam por distanciar o sistema filosófico tractariano do sistema kantiano, mais especificamente no que diz respeito à Revolução Copernicana que caracteriza o segundo. É uma tese central da filosofia kantiana a de que as propriedades necessárias da realidade têm sua origem *exclusivamente* nas faculdades de representação do sujeito. No que se refere especificamente àquelas propriedades formais da realidade refletidas nas categorias, que são as que nos interessarão aqui, elas têm sua origem no entendimento, que é essencialmente uma “faculdade de julgar” (CRP A 69/B 94). Portanto, tais propriedades formais pertencem à realidade empírica *apenas* na medida em que elas são *impostas* pelo sujeito a um domínio que não possui, *por si mesmo*, essas formas que lhe são impostas. O domínio em questão é o múltiplo de representações dado na sensibilidade, que é nossa capacidade de ser afetados por objetos externos cuja existência é independente das nossas faculdades de representação (cf. CRP B 71-2). Já as formas que lhe são impostas são essencialmente as formas lógicas *a priori* dos juízos, ou, pelo menos, formas exatamente análogas a elas e delas derivadas (cf. CRP A 181/B 224; A 321/B 377-8), tal como é estabelecido na dedução metafísica. Por outro lado, vimos que o que caracteriza uma leitura realista do *Tractatus* é precisamente a ideia de que as propriedades necessárias que Wittgenstein atribui à realidade representada são independentes dos meios de que dispomos para representá-la. Os proponentes da leitura realista que nós examinamos chegam, inclusive, a inverter a direção da relação entre representação e realidade representada que caracteriza a Revolução Copernicana de Kant, alegando que, segundo o *Tractatus*, é a segunda que *impõe* sua forma à primeira. Desse modo, no que se refere a esse ponto em específico, essa linha interpretativa acaba por distanciar os sistemas filosóficos kantiano e tractariano.

Contudo, sabemos que os proponentes daquela que denominamos leitura antirrealista do *Tractatus* recusam as ideias da leitura realista rival esboçadas acima. Cabe então indagar se, ao interpretarmos o *Tractatus* do modo como os intérpretes antirrealistas propõem, isso não levaria a uma aproximação entre os sistemas filosóficos kantiano e tractariano *também* no que diz respeito aos princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant. No restante desta seção nos debruçaremos sobre essa questão e lhe daremos dar uma resposta afirmativa. Na próxima e última sessão deste capítulo, indicaremos alguns resultados os quais acreditamos ser possível extrair dessa discussão.

Creio que as razões pelas quais pretendemos defender que uma leitura antirrealista acaba por atribuir ao *Tractatus* algo análogo a uma Revolução Copernicana já devem ter sido antevistas ao longo da exposição realizada na seção anterior. Insistimos no fato de que seus proponentes sustentam que as investigações lógicas de Wittgenstein não o teriam levado a

deduzir as propriedades necessárias de um domínio real independente da linguagem que o representa. Isso se deve, em última instância, ao modo como os objetos tractarianos são concebidos nessa linha interpretativa, pois sabemos que, no *Tractatus*, são especificamente os objetos, juntamente com suas possibilidades combinatórias, que constituem as propriedades necessárias do mundo. Eles é que constituem sua “substância”, que “subsiste independentemente do que seja o caso” (TLP 2.024; cf. 2.0201), isto é, sua “forma fixa” e “subsistente” (TLP 2.026-2.0271). Pois bem, segundo os intérpretes antirrealistas, esses objetos seriam dependentes da ordem lógica essencial da linguagem. McGuinness, por exemplo, atribui ao *Tractatus* um “antirrealismo quanto a ‘objetos’” (2002, p. 96), querendo dizer com isso que os objetos tractarianos são “uma característica do nosso pensamento e linguagem” (2002, p. 95). Ishiguro, de maneira semelhante, afirma que os objetos tractarianos são “meramente categorias correspondentes à sintaxe lógica de sentenças” e, nesse sentido, dependentes da linguagem (1990, p. 28). Nessa mesma linha, McGinn defende que a postulação de objetos simples não deve ser entendida como “uma afirmação especulativa sobre a estrutura essencial de um mundo *concebido independentemente de sua representação em proposições*” (2006, p. 117, *itálico nosso*). Esse aspecto da sua interpretação deriva, ao que tudo indica, da sua convicção de que, segundo o *Tractatus*, um nome possui um significado, ou seja, representa um objeto, em virtude de seu papel no interior do simbolismo (cf. 2006, pp. 161-3), e não em virtude de uma “ligação entre palavras e pequenas partes [*bits*] *de um mundo independentemente constituído*” (2006, p. 116, *itálico nosso*). Em todas essas interpretações nós temos, portanto, a ideia de que os objetos simples tractarianos não são entidades independentes da linguagem na qual a realidade é representada. Por conseguinte, todas elas sustentam que as propriedades necessárias que o *Tractatus* atribui à realidade representada não são propriedades que pertencem a esta última independentemente da linguagem que a representa. Em suma, segundo essa linha interpretativa o *Tractatus* não conteria uma metafísica realista, no sentido definido anteriormente.

Segundo penso, ao defenderem os pontos indicados acima, esses intérpretes acabam por atribuir ao *Tractatus* alguns dos elementos distintivos da teoria kantiana da representação. Afinal, no sistema kantiano, as propriedades necessárias da realidade empírica também têm sua origem *exclusivamente* nas nossas faculdades subjetivas de representação. No que se refere especificamente àquelas propriedades refletidas nas categorias, que, como dissemos acima, são as que nos interessarão aqui, elas têm sua origem no entendimento. Por conseguinte, tais propriedades estão presentes na realidade empírica *apenas* em virtude de uma contribuição feita por parte do nosso entendimento, isto é, apenas porque elas foram

colocadas na experiência por nós mesmos (cf. CRP A 196/B241). Não se trata aqui, portanto, de algo recebido ou dado prontamente ao sujeito, mas de algo *constituído* ou *produzido* por ele de acordo com as formas *a priori* de suas faculdades de representação. Ao sustentarem que os objetos tractarianos e, por conseguinte, a forma fixa e necessária da realidade têm sua origem na linguagem, creio então que uma leitura antirrealista dá *um primeiro passo* em direção à atribuição de uma “Revolução Copernicana” ao *Tractatus*. Afinal, com isso, os proponentes dessa linha interpretativa acabam por recusar que o *Tractatus* se comprometa com aquilo que Pears denomina “realismo não crítico”, caracterizado, entre outras coisas, pela ideia de que “a natureza e a identidade dos objetos estão fixadas independentemente de qualquer coisa feita por nós” (PEARS, 1987, p. 29). Isso é o mesmo que dizer que esses intérpretes negam que as propriedades necessárias que o *Tractatus* atribui à realidade sejam algo que exista “independentemente de qualquer coisa feita por nós” ou pela nossa linguagem. Afinal, como diz Ishiguro, os objetos são “meramente categorias correspondentes à sintaxe lógica de sentenças” e, portanto, dependentes da linguagem (1990, p. 28). Sendo assim, do mesmo modo que dizemos que, para Kant, as propriedades necessárias refletidas nas categorias estão presentes na realidade representada *apenas* em virtude de uma contribuição do nosso entendimento, também poderíamos dizer que, no *Tractatus*, as propriedades necessárias da realidade representada existem *apenas* em virtude da ordem lógica essencial da nossa linguagem. Ou, como diz McGinn, em uma passagem já citada um pouco mais acima: “[...] o que parecia ser uma série de observações metafísicas que descrevem a ordem *a priori* da realidade, *que ela possui independentemente de nossos meios de representá-la*, é, no fundo, uma articulação da lógica, isto é, da essência da descrição” (2006, p. 137, *itálico* nosso).

Contudo, há uma razão pela qual dissemos logo acima que tais ideias características de uma leitura antirrealista nos levam a dar somente “um primeiro passo” em direção à atribuição de uma espécie de “Revolução Copernicana” ao *Tractatus*. Como já dissemos mais de uma vez, se, por um lado, uma tese central da filosofia teórica kantiana afirma que os aspectos *a priori* e necessários da realidade empírica são constituídos pelas faculdades representativas do sujeito, não menos fundamental é o compromisso de Kant com a ideia de que nossas faculdades subjetivas não podem determinar, por si mesmas, o que é ou não o caso empiricamente. Posto de outro modo, as faculdades subjetivas do sujeito não podem, segundo Kant, produzir os elementos *a posteriori* da sua experiência. Por exemplo, uma vez que as categorias têm sua origem no entendimento, é *exclusivamente* este último que determina, entre outras coisas, que a realidade empírica seja necessariamente governada por leis causais

(cf. CRP B 164). Entretanto, o entendimento não pode, por si só, determinar quais leis empíricas particulares estarão presentes no mundo: “Leis particulares, porque se referem a aparecimentos empiricamente dados, não podem derivar-se *integralmente* das categorias, embora em seu conjunto lhes estejam todas sujeitas” (CRP B 165). O que, em última instância, determinará os elementos empíricos e *a posteriori* da experiência são as “sensações”, definidas como o “efeito de um objeto sobre a capacidade representativa, na medida em que por ele somos afetados” (CRP A 20/B 34). Sensações não são criadas ou geradas pelo sujeito ou por suas faculdades de representação, mas são algo *dado* ao sujeito independentemente dele. Portanto, na filosofia kantiana, *somente* os aspectos *a priori* das nossas representações e da realidade representada é que são constituídos por nossas faculdades subjetivas: o espaço e tempo, que têm origem nas formas *a priori* da sensibilidade, e certas propriedades estruturais da realidade refletidas nas categorias, que têm origem no entendimento. Já os aspectos *a posteriori* das nossas representações e da realidade representada nossas faculdades subjetivas de representação não podem constituir, pois dependem, alguma maneira, de algo que deve ser *dado* ao sujeito. Posta deste modo, esta última observação me parece ser um ponto relativamente incontroverso no que diz respeito à interpretação da filosofia teórica de Kant, seja lá como se queira entender a causa última daquilo que é “dado” às faculdades subjetivas de representação. Sendo assim, a ideia central por trás da Revolução Copernicana de Kant será a de que nossas faculdades de representação *impõem* sua forma *a priori* àquilo que lhes é *dado a posteriori independentemente delas* e que, tomado *por si mesmo*, não possui essa forma que lhe é imposta.

Por conta dessas considerações, penso que a tese de que as propriedades necessárias que o *Tractatus* atribui à realidade representada são dependentes da linguagem não é suficiente, por si só, para que se possa dizer que o sistema tractariano incorpora os elementos que caracterizam a teoria kantiana da representação e a filosofia teórica de Kant de modo geral. Seria preciso, além disso, reconhecer no *Tractatus* a presença de algo que não seja determinado exclusivamente pela forma essencial das nossas representações linguísticas, isto é, de algo que seja, em algum sentido, independente da linguagem. E, de fato, vimos que isso é feito de maneira bastante explícita por ao menos alguns dos intérpretes antirrealistas que foram examinados na seção anterior. Embora sustente que os objetos tractarianos são “meramente categorias correspondentes à sintaxe lógica de sentenças” e, portanto, dependentes da linguagem (ISHIGURO, 1990, p. 28), Ishiguro concede que o *Tractatus* seja realista no “sentido mais geral de realismo”, caracterizado por ela da seguinte maneira: “Obviamente eu acredito, como Wittgenstein claramente acreditou [...], que há um mundo no

qual nós nos encontramos. A verdade e a falsidade do que dizemos sobre o mundo depende de como as coisas estão” (1990, p. 20). Essa mesma ideia é expressa em um outro artigo seu da seguinte maneira: “A teoria afigurativa, contudo, é uma teoria de interpretação em um mundo que está *lá* para ser comparado com o que nós pensamos e dizemos. Nós não construímos ou inventamos o mundo no qual nos encontramos [...] (2001, p. 44). De modo semelhante, embora McGinn sustente que as passagens iniciais do *Tractatus* não se comprometem com o que denominamos uma “metafísica realista”, essa autora se refere diversas vezes a uma realidade exterior com a qual a linguagem é comparada, a fim de que se determine o valor de verdade das proposições. Por exemplo: “É apenas comparando o pensamento com a realidade que a existência ou não existência do estado de coisa que ele representa – isto é, a verdade ou falsidade do pensamento – pode ser determinada” (2006, p. 102). Como apontamos anteriormente, afirmações desse tipo dificilmente podem fazer sentido a não ser que se admita que “a existência ou inexistência” de estados de coisas sejam em alguma medida independentes da linguagem. E é precisamente isso que essa autora parece conceder aqui, ao tratar do “sujeito” tractariano, que pode, por ora, ser entendido simplesmente como o sujeito que opera com a linguagem: “O sujeito não cria o mundo: quais estados de coisas existem ou não existem é algo independente do sujeito, e estabelecido apenas *a posteriori*” (2006, p. 273).

De fato, ainda que, como fazem esses intérpretes, se encontre razões para atribuir aos objetos tractarianos uma dependência com relação à linguagem, me parece difícil negar que o valor de verdade das proposições sejam determinados pelo que é ou não o caso em um domínio externo e, em alguma medida, independente dela. Afinal, lemos no *Tractatus*:

A figuração concorda ou não com a realidade; é correta ou incorreta, verdadeira ou falsa (TLP 2.21).

O que a figuração representa é seu sentido (TLP 2.221)

Na concordância ou discordância de seu sentido com a realidade consiste sua verdade ou falsidade (TLP 2.222).

Para reconhecer se a figuração é verdadeira ou falsa, devemos compará-la com a realidade (TLP 2.223).

Não é possível reconhecer, a partir da figuração tão-somente, se ela é verdadeira ou falsa (TLP 2.224).

Uma figuração verdadeira *a priori* não existe (TLP 2.225).

É difícil não enxergar nessas passagens um comprometimento com um domínio exterior às representações linguísticas, no qual a existência e inexistência dos estados de

coisas representados pelas proposições se dão de uma maneira independente e, por assim dizer, fora do controle da nossa linguagem. Deste modo, podemos dizer que, assim como ocorre na filosofia kantiana, o sistema tractariano também mobiliza uma distinção entre os elementos *a priori* (necessários) e os elementos *a posteriori* (contingentes) da realidade representada. Os primeiros são os objetos simples juntamente com suas possibilidades combinatórias, que têm sua contraparte linguística nos nomes e sua sintaxe lógica; os segundos são a existência e inexistência contingentes dos estados de coisas, que conferem valor de verdade às proposições.

Gostaria então de defender aqui que a interpretação antirrealista segundo a qual, no *Tractatus*, os aspectos *a priori* e necessários da realidade são dependentes da ordem lógica das nossas representações linguísticas combinada com a admissão de que os aspectos *a posteriori* e contingentes dessa realidade devem ser independentes daquela mesma ordem lógica resulta em uma doutrina essencialmente kantiana. Pois, uma vez admitidas essas duas ideias, penso que não resta alternativa a não ser sustentar, de modo análogo ao que ocorre em Kant com sua “Revolução Copernicana”, que a realidade empírica representada na linguagem seria, em algum sentido, “constituída” na medida em que as formas *a priori* da linguagem são impostas a um domínio dado *a posteriori*, domínio este que, independentemente da linguagem que o representa, não possuiria essas formas que lhe são impostas⁷⁰. Os paralelos com a filosofia kantiana se tornam mais significativos em virtude do fato de que, tanto na *Crítica* como nessa interpretação do *Tractatus*, as formas *a priori* em questão são justamente aquelas que esses dois filósofos acreditavam ser as formas lógicas *a priori* judicativas ou proposicionais existentes⁷¹.

Algumas afirmações de Ishiguro apresentadas acima parecem se alinhar a essas ideias que acabamos de apresentar. Após dizer que, segundo a teoria afigurativa do *Tractatus*, “nós não construímos ou inventamos o mundo no qual nos encontramos”, essa autora acrescenta: “ainda que os fatos que nós procuramos, e encontramos ou não encontramos, e os objetos que nós individualizamos sejam modelados [*shaped*] e limitados por nossa linguagem” (2001, p.

⁷⁰ É verdade que, no caso de Kant, o domínio dado *a posteriori* já contém um ingrediente *a priori* e subjetivo, que é a forma espaço-temporal da nossa sensibilidade. Essa é uma entre outras diferenças entre os dois sistemas filosóficos que não perderemos de vista, mas, segundo penso, não prejudicará os resultados que esperamos obter com a comparação entre eles que está sendo proposta.

⁷¹ Wittgenstein nega que as formas lógicas das proposições possam ser especificadas de antemão independentemente de um trabalho de análise (cf. TLP 5.55-5.5571). Portanto, nesse sentido essas formas lógicas não seriam “*a priori*”. No entanto, como dissemos anteriormente (cf. p. 58 acima), penso ser correto dizer que elas são *a priori* no sentido de serem independentes e imunes a qualquer aspecto contingente tanto da linguagem como do mundo. Sendo assim, as formas lógicas tractarianas seriam “*a priori*” no sentido mais relevante para os nossos propósitos, tendo em vista que elas compreendem os aspectos necessários das nossas representações, os quais têm sua contraparte nas propriedades necessárias da realidade empírica.

44). O seguinte trecho de um outro trabalho seu, também já citado anteriormente, vai nessa mesma linha:

No que diz respeito à sintaxe lógica, nós podemos ser realistas apenas no seguinte sentido. A verdade e a falsidade de nossos pensamentos sobre o mundo vêm de como o mundo é. Isso significa que uma vez que pensamentos, i.e., proposições com sentido, têm sintaxe lógica, qualquer descrição verdadeira de como o mundo é vem como uma sintaxe lógica [*comes with logical syntax*]. Os estados de coisas que nós encontramos no mundo real são então *estruturados de acordo com [following] a sintaxe lógica dos pensamentos* (1990, p. 32, *itálico nosso*).

Penso que ideia de que os estados de coisas que determinam o valor de verdade das nossas proposições são “estruturados de acordo com a sintaxe lógica dos pensamentos” é um outro modo de expressar o que dissemos logo acima, isto é: que a forma *a priori* da linguagem é *imposta* a um domínio dado *a posteriori* independentemente da linguagem. Também em conformidade com as ideias que estamos desenvolvendo, vimos que McGinn sustenta que a suposta metafísica realista do *Tractatus* diria respeito tão somente à ordem lógica essencial da linguagem “preservada” na realidade representada (cf., por exemplo, 2006, p. 100; 2006, 143). Mais uma vez, a ideia de que a ordem lógica essencial da linguagem é *preservada* na realidade representada pode ser tomada como um outro modo de expressar que aquela ordem lógica é *imposta* àqueles estados de coisas cuja existência ou inexistência essa autora admite serem independentes da linguagem e estabelecidas apenas *a posteriori*. Veremos que o que possibilita, em princípio, essa linha de interpretação é a recusa do que denominamos “princípio da substituição” em favor da ideia de que, no *Tractatus*, o contato entre linguagem e a realidade que verifica e falsifica as proposições é estabelecido no nível dessas proposições, tomadas como um todo, e os estados de coisas representados, e não no nível dos nomes e objetos (cf. ISHIGURO, 2001, p. 36; MCGINN, 2006, pp. 89, 242-3). Pois é isso que, em princípio, permite que se sustente em seguida que os estados de coisas representados são então “estruturados” de acordo com a forma lógica das proposições, de modo que estas *imponham* a eles uma forma que não possuiriam independentemente da linguagem que os representa. Por outro lado, ao se sustentar, em conformidade com o “princípio da substituição”, que o contato entre linguagem e a realidade que determina o valor de verdade das proposições se dá através de conexões que se estabelecem, ponto a ponto, entre nomes e objetos, esse elemento kantiano é inevitavelmente perdido. Pois, nesse caso, a “independência” que deve pertencer ao domínio real que verifica ou falsifica as proposições passa a ser, por assim dizer, transferida para os objetos e, portanto, para forma

essencial e *a priori* da realidade representada. Por conseguinte, não se poderia mais dizer que essa seja uma forma imposta pela linguagem a um domínio que, *tomado por si mesmo*, não a possuiria.

Contudo, é preciso assinalar que os intérpretes antirrealistas que examinamos até aqui não reconhecem explicitamente que suas interpretações do *Tractatus* confirmam a este último um elemento kantiano. Creio que McGinn chega perto disso ao dizer que, no sistema tractariano, a lógica “pertence ao lado do sujeito, e não ao lado do objeto” (2006, p. 269), e ao afirmar em seguida que “Não há uma ordem lógica *a priori* das coisas que seja constituída independentemente da representação de estados de coisas na linguagem” (2006, p. 270). Sua ideia parece ser a de que a ordem lógica das nossas representações, que, segundo ela é “preservada” na realidade representada, existe *apenas* em virtude dos nossos meios, digamos assim, subjetivos através dos quais representamos a realidade. Penso ser difícil não associar essas afirmações com certas teses centrais da filosofia kantiana, como as de que as leis *a priori* da natureza, entendidas aqui como aquelas leis que têm origem nas categorias, “não existem nos aparecimentos, [mas sim] só em relação ao sujeito a que os aparecimentos são inerentes, *na medida em que este possui um entendimento*” (CRP B 164, *itálico nosso*). McGinn também afirma que, segundo o *Tractatus*, “[...] o mundo não é *concebível* a não ser em proposições que pertencem a um sistema de representação que mantém uma relação projetiva com a realidade” (2006, p. 273, *itálico nosso*). Mais uma vez, ideias desse tipo me parecem estar próximas de teses centrais da filosofia teórica kantiana, como as estabelecidas na Dedução Transcendental. Esta última também acarreta que não há realidade empírica *concebível* independentemente dos conceitos *a priori* do nosso entendimento, uma vez que, como vimos anteriormente, Kant argumenta que eles são condições necessárias pelas quais algo pode ser “pensado como objeto em geral” (CRP A 93/B 125). Contudo, independentemente de esses proponentes da leitura antirrealista reconhecerem ou não que suas interpretações acabam por atribuir ao *Tractatus* um elemento essencialmente kantiano, estamos defendendo aqui que essa atribuição é inevitável dados certos pressupostos e ideias com os quais eles se comprometem.

Gostaria de mencionar, porém, que essa associação entre uma leitura antirrealista do *Tractatus* e a filosofia kantiana, é notada por Newton Garver, que não apenas a faz de maneira bastante explícita como defende a presença desse elemento kantiano no sistema tractariano. Garver se mostra de modo geral favorável às interpretações de Ishiguro e McGuinness, sintetizadas por ele do seguinte modo: “Embora devam haver objetos sempre que nomes tenham significado, esses objetos não têm realidade metafísica ou objetiva, nem fixam os

significados dos nomes anterior e independentemente do uso dos nomes em sentenças” (1994, p. 103). Ao dizer que objetos tractarianos não têm “realidade metafísica ou objetiva”, Garver está afirmando basicamente que eles não são entidades independentes da linguagem: “Eles [os objetos] pertencem [...] à linguagem, isto é, a nossa prática de fazer figurações de fatos” (1994, p. 103). Já os fatos que são afigurados, assim como o que, no *Tractatus*, é referido pelas noções de “realidade” e “mundo”, teriam uma existência independente, constituindo assim um domínio real cujo papel no sistema tractariano é o de determinar os valores de verdade das nossas proposições: “A realidade fundamenta tanto a verdade como a falsidade, ao conter tanto fatos positivos e negativos” (1994, p. 92). Vemos assim que a interpretação de Garver se compromete com aquilo que Ishiguro denomina “o sentido mais geral de realismo” e, ao mesmo tempo, nega uma independência dos objetos com relação à linguagem. Segundo o que viemos defendendo aqui, essas posições acarretam na atribuição de um elemento essencialmente kantiano ao sistema do *Tractatus*. Isso é reconhecido por Garver, que diz que o *Tractatus* possui um “ponto de partida kantiano” (1994, p. 107):

O kantianismo consiste parcialmente em começar com uma dicotomia, e mais especificamente focar em uma dicotomia entre o que é *dado* aos humanos e o que nós *fazemos* com o que nos é dado. No *Tractatus*, a primeira dualidade notável é entre fatos e objetos – dois diferentes tipos de entidade. Essa é uma dualidade metafísica, um dualismo. Ela está conectada com outra dualidade que é [...] aquela entre o mundo (1, 1.1) e nossa construção de figurações do mundo (2.1) Essa segunda dualidade é o análogo tractariano da distinção kantiana entre a receptividade passiva dos sentidos e a espontaneidade ativa do intelecto. O que permanece o mesmo no análogo de Wittgenstein é o nítido contraste entre o que é dado a nós quer queiramos ou não [*willy-nilly*] e nossa ação humana quando confrontamos o dado (1994, p. 107-8).

Essa análise de Garver vai ao encontro do que viemos defendendo, ou seja: um “antirrealismo” com relação aos objetos combinado com um “realismo” acerca daquilo que deve determinar os valores de verdade das proposições resulta em uma concepção kantiana de representação e de realidade. Posto de outro modo, a admissão dessas duas ideias resulta em uma espécie de “Revolução Copernicana”, na qual algo que é *dado* independentemente de nós é, para utilizar a expressão de Garver, “confrontado” por nós e pela nossa linguagem. Os objetos tractarianos existiriam *apenas* em virtude desse processo, de modo que sua postulação não constituiria o que viemos chamando de uma “metafísica realista”. Como diz Garver, reiterando o elemento kantiano que ele atribui ao *Tractatus*: “O status deles não é, portanto,

diferente daquele que Kant confere às formas da intuição e às categorias do entendimento, [isto é] ‘idealidade transcendental’” (1994, p. 109-110).

Porém, não queremos, com isso, exagerar as semelhanças entre as filosofias kantiana e tractariana as quais, segundo o que estamos defendendo, decorrem uma vez que o *Tractatus* é interpretado a partir de uma leitura antirrealista. Em primeiro lugar, creio que seja uma semelhança relevante o fato de que, em ambos os casos, as formas *a priori* a serem “impostas” a um domínio dado *a posteriori* sejam especificamente *formas lógicas*, isto é, aquelas que dois filósofos julgavam ser as formas lógicas *a priori* existentes. Entretanto, o domínio ao qual essas formas lógicas são impostas teria que ser entendidos de maneira completamente diferente em cada caso. No caso de Kant, sabemos que se trata de um domínio *sensível*, que, além disso, possui suas próprias formas subjetivas *a priori*, que são as formas espaço-temporais. No *Tractatus*, seja lá como esse domínio seja entendido, ele deve ser algo muito distinto da sensibilidade kantiana. Wittgenstein considerava o que normalmente chamamos de epistemologia ou teoria do conhecimento como completamente irrelevante para os problemas filosóficos sobre os quais ele se debruça no *Tractatus* (cf. TLP 4.1121). Uma consideração de algo análogo à sensibilidade kantiana, ou de qualquer outra faculdade cognitiva, certamente seria considerada por ele como uma investigação “epistemológica” e, por conseguinte, irrelevante e até mesmo perniciosa para os seus propósitos.

Ainda assim, creio que, embora seja importante, essa diferença não afeta de maneira decisiva a ideia central que estamos tentando desenvolver, isto é: apesar dessa, e de outras possíveis diferenças, uma leitura antirrealista do *Tractatus*, combinada com certos pressupostos que indicamos anteriormente, acabam por atribuir à obra uma concepção de representação e realidade representada que incorpora os princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant. Para abordar esse ponto, lembremos do principal papel que a sensibilidade exerce na teoria kantiana da representação e objetividade. Segundo Kant, nosso entendimento, juntamente com suas formas lógicas e categorias, não pode criar o próprio objeto quanto à sua existência (cf., por exemplo, CRP B 72), diferentemente do que se daria com um suposto entendimento intuitivo ou divino (cf. CRP B 135). Para gerar uma cognição objetiva, nosso entendimento necessita “procurar” intuições na sensibilidade (CRP B 135), que é um modo de intuição essencialmente *receptivo*; ou, como é dito por Kant na Estética: “não é um modo de intuição tal, que por ele seja dada a própria existência do objeto da intuição [...] antes, é dependente da existência do objeto e, por conseguinte, só é possível na medida em que a capacidade de representação do sujeito é afetada por esse objeto” (CRP B 72). Sabemos que, para Kant, o “efeito de efeito de um objeto sobre a capacidade

representativa” são as sensações (CRP A 20/B 34). E são as sensações que, em última instância, determinarão o que é ou não o caso empiricamente na realidade. Penso então que, no interior do sistema kantiano, a sensibilidade pode ser caracterizada, de modo geral, como o domínio no qual são dados os elementos da realidade empírica que nossas faculdades de representação não podem produzir si só. Nossas faculdades de representação não podem, por si só, determinar ou produzir o que existe ou não existe empiricamente. Isso tem que ser *dado* ao sujeito de alguma maneira e deve ser de alguma maneira *independente* dele, e daí a necessidade de uma faculdade essencialmente *receptiva*, que é precisamente a sensibilidade. Como diz Longuenesse: “Não haveria nem idealismo transcendental nem lógica transcendental se as formas *a priori* do pensamento não constituíssem um objeto *cujas matéria elas não podem fornecer*” (2007, p. 20).

Pois bem, vimos que, embora sustentem que as propriedades necessárias que o *Tractatus* atribui à realidade não são independentes da linguagem que a representa, alguns intérpretes antirrealistas que examinamos afirmam que a existência e inexistência contingente dos fatos devem se dar em um domínio em alguma medida independente da linguagem. Também afirmamos que parece ser inevitável conceder esse último ponto, dada a inegável evidência textual que aponta nesse sentido, especialmente TLP 2.21-2.225. Gostaria de sustentar então que esse domínio real, que, nessa linha interpretativa, determina o que é ou não contingentemente o caso na realidade empírica acaba desempenhando um papel bastante análogo à sensibilidade kantiana, no que diz respeito ao conteúdo *a posteriori* desta última. Tanto esse domínio real quanto o domínio sensível kantiano desempenham o papel de determinar aquilo que, mesmo em uma leitura antirrealista do *Tractatus*, as formas *a priori* das nossas representações não podem fazer por si só e que deve ser em algum sentido *independente* delas, isto é, o que é ou não (contingentemente) o caso na realidade empírica.

É verdade que essa última conclusão requer que adotemos um considerável nível de abstração, uma vez que o *Tractatus* continuaria aqui evitando qualquer referência a noções tradicionalmente epistemológicas como a de uma “sensibilidade”. No entanto, creio que isso não elimina a ideia central que estamos querendo estabelecer: a de que uma linha interpretativa do *Tractatus* nos moldes delineados acima incorporaria os princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant. Lembremos que esta última é caracterizada pela tese de que a realidade representada deve se *conformar* às formas *a priori* que pertencem aos meios de que dispomos para representá-la. Uma leitura antirrealista do *Tractatus* implicaria basicamente nessa mesma ideia. Diríamos que o domínio real que fornece aquilo que a nossa linguagem não pode produzir por si só deve se *conformar* à forma lógica essencial dessa

nossa linguagem. Posto de outro modo, a forma lógica essencial da nossa linguagem seria *imposta* a um domínio que não possui, *por si mesmo*, essa forma que lhe é imposta. Algo exatamente análogo ocorre no sistema kantiano, no qual, em primeiro lugar, a forma espaço-temporal da realidade empírica está presente nela *apenas* em virtude de uma imposição das formas *a priori* da sensibilidade a algo que, *tomado por si só*, não possui essa forma *a priori* que lhe é imposta. E, em segundo lugar, e mais importante para os nossos propósitos, as propriedades estruturais refletidas nas categorias estão presentes na realidade empírica *apenas* em virtude de uma *imposição*, por parte do entendimento, das formas lógicas *a priori* dos juízos, sob o nome de categorias (cf. CRP A 79/B 105), a algo que, *tomado por si mesmo*, não possui essas formas *a priori* que lhe são impostas. E, como veremos melhor no capítulo seguinte, “não possui essas formas *a priori* que lhe são impostas” mesmo se já levarmos em conta a presença das formas puras *da sensibilidade* no domínio sensível ao qual as categorias serão aplicadas (cf. CRP B 164; *Prol*, AA 4: 298-9). Creio que, apesar das inegáveis diferenças que remanesceriam entre os sistemas kantiano e tractariano, tais considerações são mais que suficientes para que se possa afirmar que, em uma leitura antirrealista do *Tractatus*, a teoria tractariana da representação contém uma espécie de “Revolução Copernicana. Na seção seguinte, procuraremos mostrar quais resultados esperamos obter a partir dessa conclusão.

3.5 A defesa de uma leitura realista do *Tractatus* baseada em uma comparação com a teoria kantiana da representação

A Revolução Copernicana de Kant é caracterizada pela ideia de que a realidade representada deve se *conformar* às formas *a priori* dos meios de que dispomos para representá-la. O próprio conceito de uma Revolução Copernicana parece então implicar na existência de dois pólos que devem de alguma maneira se relacionar. Um deles é constituído, evidentemente, pelas próprias formas *a priori* dos meios de que dispomos para representar a realidade. O outro é o domínio que deverá se conformar a essas formas *a priori*, domínio este que deverá fornecer algo que estas últimas não podem fornecer por si só. Em conformidade com os princípios que motivam uma “Revolução Copernicana”, dizemos então que as formas *a priori* das nossas representações são *impostas* a esse domínio, sendo que este último, tomado por si mesmo, não possui essas formas que lhe são impostas. A articulação entre esses os dois pólos mencionados é o que produzirá a realidade empírica tal como nós a representamos: uma realidade que possui determinadas propriedades necessárias e *a priori*,

que têm sua origem nos meios de que dispomos para representá-la, e determinados elementos contingentes e *a posteriori*, isto é, a existência e inexistência daquilo que é o caso empiricamente, que é algo que *não* deriva das formas *a priori* dos nossos meios de representação. Defendemos acima que uma leitura antirrealista do *Tractatus* acaba implicando em um modelo essencialmente análogo a esse que acabamos de esboçar, desde que se comprometa com a tese, bastante razoável, de que, no sistema tractariano, aquilo que é ou não caso empiricamente no mundo deve ser em alguma medida independente da linguagem através da qual nós o representamos.

Parece-me uma verdade trivial que uma teoria da representação que incorpora esses princípios básicos da Revolução Copernicana só é viável se os dois pólos indicados acima puderem efetivamente se relacionar entre si. Afinal, uma “Revolução Copernicana” afirma justamente que a realidade empírica é representada e, por assim dizer, “constituída” justamente por essa relação. Se, por algum motivo, essa relação não for possível, as formas *a priori* das nossas representações não seriam efetivamente impostas a um determinado domínio, de modo que não poderia haver nem a representação nem a constituição da realidade empírica. No sistema kantiano, podemos dizer que a relação entre esses dois pólos se dá em dois níveis. Em primeiro lugar, temos o nível da afecção de um objeto sobre nossa capacidade de representação, que resulta em aparecimentos dados sob a forma espaço-temporal que tem sua origem *a priori* na própria sensibilidade. Em segundo lugar, as formas lógicas *a priori* do entendimento, sob o nome de categorias, são impostas ao domínio sensível dado sob aquela forma espaço-temporal. Segundo o que procuramos defender ao longo do presente capítulo, uma leitura antirrealista do *Tractatus* implica mais especificamente em um modelo análogo ao que está presente no segundo desses níveis. Afirmamos na seção anterior que essa linha interpretativa implica na ideia de que as formas lógicas *a priori* da linguagem seriam impostas a um domínio real independente, domínio este que, *tomado por si mesmo*, não possui essas formas que lhe são impostas. Esse processo é que daria origem ao mundo caracterizado nos aforismos iniciais da obra. Deste modo, poderíamos dizer, como fazem os proponentes dessa linha interpretativa, que o *Tractatus* não implica em uma metafísica realista, já que os objetos simples tractarianos, e as propriedades essenciais do mundo tomadas de modo geral, são dependentes da linguagem. Porém, pelo que acabamos de afirmar neste parágrafo, esse modelo só pode ser viável se as formas lógicas da linguagem puderem efetivamente se relacionar e se articular com o domínio real ao qual elas são impostas.

Defenderemos neste trabalho que essa articulação, *tal como ela deve ser entendida em uma leitura antirrealista*, - ou seja, de modo análogo àquele que caracteriza a Revolução

Copernicana de Kant - não é possível. A razão para isso será localizada na maneira como o *Tractatus* concebe as formas lógicas das proposições. Procuraremos mostrar que as formas lógicas tractarianas só podem ser aplicadas a um domínio que possua essas formas lógicas *por si mesmo*, independentemente da linguagem, isto é, a um domínio que já seja *por si mesmo* isomórfico à linguagem. Por conseguinte, a teoria tractariana da representação não admite algo análogo a uma Revolução Copernicana segundo a qual as formas *a priori* das nossas representações são *impostas* a um domínio que *não* possui *por si mesmo* essas formas que lhe são impostas. Portanto, o *Tractatus*, segundo nossa análise, se compromete necessariamente com uma metafísica realista. As propriedades necessárias atribuídas ao mundo pelos aforismos iniciais não podem ser concebidas como uma mera sombra da ordem lógica essencial da linguagem, isto é, elas não podem ser concebidas como propriedades que pertencem à realidade representada *apenas* em virtude da linguagem que a representa. Pelo contrário, elas devem ser concebidas como propriedades em alguma medida independentes da linguagem.

As razões que iremos apresentar em favor dessas conclusões estarão diretamente relacionadas a uma diferença específica entre as concepções tractariana e kantiana de forma lógica. Dito de outro modo, chegaremos a essas conclusões a partir da consideração de uma característica da concepção kantiana de forma lógica que faz com que a Revolução Copernicana seja, em princípio, possível no interior do sistema kantiano. A partir daí, ao apontarmos e defendermos que essa característica está ausente na concepção tractariana de forma lógica, mostraremos que algo análogo a uma Revolução Copernicana é, em princípio, impossível no *Tractatus*. Como explicaremos melhor posteriormente, a característica em questão diz respeito ao fato de que as formas lógicas kantianas são formas que se abstraem daquilo que poderíamos denominar seu “conteúdo”. Posto metaforicamente, as formas lógicas kantianas possuem “espaços vazios” a serem “preenchidos” por um conteúdo dado em uma etapa logicamente posterior. Procuraremos mostrar que isso é o que possibilita que se afirme depois que o domínio que determinará os aspectos *a posteriori* e contingentes da realidade representada acaba por se *conformar* às formas *a priori* das nossas representações, que é a tese que caracteriza a Revolução Copernicana de Kant. Defenderemos então que formas lógicas tractarianas, pelo contrário, são logicamente inseparáveis daquilo que seria o seu “conteúdo”, e, por conseguinte, não possuem “espaços vazios” a serem “preenchidos”. A partir daí, argumentaremos que, em consequência disso, elas só podem ser aplicadas a um domínio que seja, *por si mesmo*, isomórfico às formas lógicas das nossas representações e que, por conseguinte, o *Tractatus* deve ser interpretado de acordo com uma leitura realista.

Nesse sentido, podemos dizer que será realizada a defesa de uma leitura realista do *Tractatus* a partir de uma comparação com a teoria da representação de Kant. Isso não significa que estejamos sustentando que esse seja o único modo pelo qual essa linha interpretativa pode ser defendida. Outros autores já apresentaram diferentes argumentos em favor dela na literatura secundária do *Tractatus*. Nossa intenção, no entanto, será desenvolver uma linha de argumentação que é, segundo meu conhecimento, original. Com isso, acreditamos que nossa comparação com Kant possibilitará que seja lançada uma nova luz ao tema referente à relação entre lógica e ontologia, tanto no interior do *Tractatus* como de modo geral.

Antes de encerrar este capítulo, gostaria de fazer algumas considerações acerca das diferenças entre os “isomorfismos” kantiano e tractariano entre forma lógica e ontologia que foram apontadas anteriormente (cf. pp. 124-6 acima). Na ocasião, apontamos para uma eventual preocupação de que, dadas estas diferenças, uma comparação entre esses dois sistemas filosóficos que girasse em torno precisamente do tema relativo a este tipo de isomorfismo poderia ser um tanto quanto “forçada” e infrutífera. Agora que nossa estratégia e objetivos já estão mais bem esclarecidas, creio que já podemos dizer ao menos uma dessas diferenças não constitui um motivo de preocupação no que diz respeito à viabilidade da nossa proposta: a de que enquanto, no *Tractatus*, a relação entre forma lógica e ontologia se dá de uma maneira completa e absoluta, o sistema kantiano, por outro lado, admite formas lógicas que não possuem uma “contraparte ontológica” na realidade empírica. Explicamos que o que nossa comparação entre as duas obras pretende estabelecer é se a “ontologia” do *Tractatus* pode ou não ser entendida de um modo análogo à de Kant, isto é, se as propriedades necessárias que Wittgenstein atribui à realidade podem ou não ser entendidas como algo, em algum sentido, *constituído* pela forma lógica das proposições e não como algo simplesmente *dado* independentemente delas. Ora, sendo assim, no que diz respeito à possibilidade de uma comparação com Kant eventualmente nos auxiliar nessa investigação, não importa tanto que seu sistema admita formas lógicas sem uma “contraparte ontológica”, uma vez que o inverso não é verdadeiro: como vimos no capítulo anterior, para Kant *todos* os conceitos ontológicos que eram os mais caros à metafísica do seu tempo, sistematizados por ele na tabela das categorias, têm sua origem nas formas lógicas dos juízos. Isso significa, entre outras coisas, que as propriedades necessárias da realidade refletidas nas categorias são *todas* elas *constituídas* mediante a aplicação das formas lógicas do juízo a dados sensíveis, e não propriedades *dadas* independentemente destas formas lógicas. Por conseguinte, uma vez que o que queremos saber é justamente se as propriedades necessárias que o *Tractatus* atribui à

realidade também seriam *todas* elas *constituídas*, nesse sentido, pelas formas lógicas proposicionais, então o “isomorfismo” kantiano se mostra suficientemente próximo do tractariano no que diz respeito à viabilidade da comparação que estamos propondo entre os dois sistemas filosóficos. Ou, melhor dizendo, se mostra “suficientemente próximo” ao menos no que se refere ao ponto mencionado, isto é: o fato de Kant admitir formas lógicas sem uma contraparte ontológica não constitui um obstáculo intransponível para nossa comparação. Outras diferenças entre o modo como a relação entre forma lógica e ontologia se dá nessas duas obras, assim como seus eventuais prejuízos para a viabilidade do nosso projeto, serão examinados ao longo da nossa exposição.

Dados os resultados e o quadro geral que foram traçados no presente capítulo, o próximo passo a ser dado no presente trabalho poderia, ou mesmo deveria, ser o de proceder finalmente à realização da tarefa antecipada acima, a qual consiste, no fim das contas, no objetivo básico da presente tese, isto é: realizar a defesa de uma leitura “realista” do *Tractatus*, em detrimento de uma leitura “antirrealista”, a partir de uma comparação com a filosofia kantiana. Todavia, como já fora adiantado na Introdução, iremos adiar essa tarefa ao destinar o próximo capítulo a uma exposição dedicada exclusivamente à teoria kantiana da experiência. Estamos cientes de que essa decisão poderá, eventualmente, aborrecer o leitor, pois reconhecemos que ela representa um desvio daquele que seria o andamento mais natural do nosso texto - razão pela qual o referido capítulo foi classificado explicitamente como um “Excurso”. No entanto, julgamos que tal desvio seria indispensável e seus resultados compensadores, e isso por motivos também já adiantados na Introdução e que se relacionam com o que foi dito logo acima. Nossa comparação entre as filosofias kantiana e tractariana parte do princípio de que ambas partilham a ideia de um “isomorfismo” entre forma lógica e ontologia. Todavia, foi levantada a eventual preocupação de que esse ponto de partida poderia soar um tanto quanto forçado, tendo em vista, sobretudo, que o “isomorfismo” tractariano é muito mais evidente e possui uma natureza distinta e mais radical do que a do o kantiano. No final do presente capítulo um aspecto dessa preocupação foi afastado, mas acreditamos que mais precisa ser feito a fim justificar plenamente a viabilidade do nosso projeto. Resta, no mínimo, o simples fato de que não temos ainda uma caracterização mais precisa acerca do que consiste, afinal, isso que estamos chamando de “isomorfismo” entre forma lógica e ontologia no caso de Kant. O “isomorfismo” tractariano se manifesta muito clara e radicalmente na

ideia de um espelhamento entre as “possibilidades combinatórias” dos constituintes últimos das nossas representações – os “nomes” – e dos constituintes últimos da realidade – os “objetos”. Uma ideia desse tipo não possui, porém, qualquer contraparte na teoria kantiana da experiência. Por conseguinte, embora nossa análise acerca da “dedução metafísica”, realizada no capítulo 2, já tenha mostrado que há, sim, uma importante relação entre forma e ontologia no interior da filosofia kantiana, creio que mais precisa ser dito acerca dessa relação para que ela possa, de maneira plenamente convincente, ser caracterizada – como estamos fazendo aqui e em analogia com o que ocorre no *Tractatus* – como uma relação de “isomorfismo” entre, de um lado, as formas lógicas *a priori* e existentes e, do outro, as propriedades essenciais da realidade empírica.

Além disso, um motivo talvez ainda mais relevante para a realização do “Excurso” do capítulo seguinte se deve ao fato de que ele será de suma importância para o próprio desenvolvimento dos argumentos em favor das conclusões centrais do presente trabalho - a ser realizado, finalmente, no capítulo 5. Já adiantamos que a razão pela qual iremos defender, com base em uma comparação com a *Crítica*, que o *Tractatus* não admite algo análogo a uma Revolução Copernicana e que, por conseguinte, uma leitura antirrealista é inviável estará em uma importante diferença a ser identificada entre as respectivas concepções de forma lógica contidas nestas obras: a de que segundo a concepção kantiana de forma lógica, as formas dos juízos são “separáveis” de seu conteúdo, ao passo que, segundo a concepção tractariana, as formas proposicionais não o são. Pois bem, creio que o melhor modo de mostrarmos em que sentido esse aspecto específico da concepção kantiana de forma lógica é essencial para a viabilidade da teoria kantiana de representação é estarmos já munidos de um maior conhecimento acerca das especificidades desta última. Introduzir e explicar tais especificidades será justamente o objetivo do nosso “Excurso”. Assim, quando, no capítulo quinto, procedermos a uma comparação direta com o *Tractatus* tendo em vista os objetivos mencionados, estaremos em posição de apontar para momentos específicos da teoria kantiana de representação a fim de indicar que eles pressupõem o aspecto da concepção kantiana de forma lógica que estaremos enfatizando. Pelas mesmas razões, esse melhor conhecimento da teoria kantiana de representação também nos ajudará a explicar por que o fato de as formas lógicas tractarianas serem “inseparáveis” de seu conteúdo acarreta a inviabilidade de uma leitura antirrealista do *Tractatus* assim como a inviabilidade de se atribuir a ele uma espécie de “Revolução Copernicana”.

Feitas essas considerações, cujo intuito foi justificar o que o leitor poderá eventualmente considerar como uma “quebra” no andamento do nosso texto, procedamos então para nossa análise mais detalhada acerca da teoria kantiana da experiência.

Capítulo 4 EXCURSO: A constituição kantiana da experiência e da realidade empírica

Ao examinarmos, no Capítulo 2, a chamada a chamada “dedução metafísica” e as linhas gerais da concepção kantiana de objetividade demos um importante passo na caracterização da relação entre forma lógica e ontologia a qual, por razões que já devem estar claras, constitui um tema fundamental do presente trabalho. Segundo a concepção kantiana de objetividade, objetos empíricos são *constituídos* por meio de sínteses guiadas pelos conceitos *a priori* do entendimento, os quais são, por sua vez, as formas lógicas *a priori* do entendimento convertidas em um conceito de síntese de intuições (CRP A 321/B 377-8), ou, “conceitos de um objeto em geral, por intermédio dos quais a intuição desse objeto se considera *determinada* em relação a uma das *funções lógicas* do juízo” (CRP B 128). Todavia, até aqui os mecanismos deste processo de constituição dos objetos e, de modo geral, da realidade empírica não foram explicados de uma maneira precisa e nem foi indicado qual o papel que cada categoria específica desempenha nele. O objetivo do presente capítulo será justamente preencher essa lacuna a fim de, com isso, dar uma caracterização suficientemente precisa acerca do que estamos chamando de “isomorfismo” entre, de um lado, aquelas que são, segundo Kant, as formas lógicas *a priori* existentes e, do outro, as propriedades *a priori* e necessárias da realidade empírica.

Para isso, nosso objeto de estudo será os dois capítulos da chamada “Análítica dos Princípios”, intitulados “Do esquematismo dos conceitos puros do entendimento” e “Sistema de todos os princípios do entendimento puro”. Afinal, é justamente nessa etapa da *Crítica* que Kant, após os resultados mais gerais e abstratos estabelecidos na “Análítica dos Conceitos”, procurará explicar de que maneira as categorias, enquanto conceitos que têm sua origem *a priori* no entendimento, podem se relacionar com dados sensíveis (Esquematismo) e de que maneira cada categoria específica contribui para a constituição da experiência de uma realidade objetiva (Princípios do entendimento). Não pretendemos, porém, realizar uma análise exaustiva das desses textos e nem cobrir as eventuais divergências interpretativas acerca deles já produzidas na literatura secundária. Isso, por si só, mereceria uma tese de doutorado. O que nossa análise se propõe a fazer é explicitar e explicar, ao menos, os seguintes aspectos do sistema kantiano. Em primeiro lugar, caberá indicar que e de que maneira a realidade empírica, segundo Kant, não é algo simplesmente *dado*, mas *constituído* pelo sujeito na medida em que as categorias *impõem* aos dados sensíveis uma forma que não está contida neles quando tomados por si mesmos. Em segundo lugar, caberá enfatizar que as “formas” em questão são derivadas e análogas àquelas que Kant considerou serem as formas

lógicas *a priori* existentes. Por razões já explicadas, são basicamente estes dois aspectos da filosofia teórica de Kant os que mais importam na comparação entre os sistemas kantiano e tractariano que estamos propondo.

Por fim, antes de passarmos à nossa análise mais detalhada acerca do papel de cada categoria em específico na constituição kantiana da experiência, gostaríamos de adiantar desde já que as categorias e formas lógicas de “modalidade” serão deixadas de lado nessa discussão, e isso pelo seguinte motivo. Dissemos no capítulo anterior que iremos defender que uma leitura antirrealista do *Tractatus* é inviável pelo fato de que, dada a concepção de forma lógica desenvolvida na obra, as formas lógicas proposicionais tractarianas só podem ser aplicadas a um domínio que seja, *por si mesmo*, isomórfico a elas. Por outro lado, as formas lógicas kantianas - por se abstraírem, em um sentido a ser melhor explicado posteriormente, de seus respectivos “conteúdos” - podem ser impostas a um domínio que *não* possui, por si mesmo, as formas que lhe são impostas. Ocorre que, como vimos anteriormente (cf. p. 85 acima), os três momentos sob o título de modalidade têm a peculiaridade de não contribuírem em nada para as propriedades estruturais dos juízos (cf. CRP A 74/B 99-100). Isso repercutirá nas categorias correspondentes, as quais, como o próprio Kant reconhece, têm a peculiaridade de não refletirem nenhuma determinação adicional dos objetos (cf. CRP A 219/B 266). Sendo assim, tendo em vista que nosso tema central gira em torno da possibilidade da articulação entre formas lógicas *a priori* e o domínio ao qual elas são aplicadas, uma discussão sobre as formas lógicas e categorias de modalidade seria basicamente irrelevante para os nossos propósitos, já que, no caso delas, o problema da possibilidade de tal articulação sequer é levantado. Por conseguinte, tratar dessas formas lógicas e categorias no presente capítulo seria prolongar de um modo totalmente desnecessário o nosso “Excurso” e assim adiar ainda mais nossa comparação efetiva entre os sistemas kantiano e tractariano. Dito isto, passemos finalmente à nossa análise.

4.1 O Esquematismo Transcendental

Sabemos que no sistema kantiano as categorias são colocadas como condições de possibilidade da experiência de objetos. É isso que constitui, afinal, a prova de sua validade objetiva, pois, como é estabelecido na Dedução Transcendental, se for mostrado que as categorias são condições necessárias pelas quais algo pode ser “pensado como objeto em geral” (CRP A 93/B 125), então terá sido mostrado que elas possuem uma relação necessária com nossos objetos de experiência (cf., por exemplo, CRP A 111). Vimos no Capítulo 2 que

as categorias possibilitam uma experiência objetiva na medida em que elas fornecem regras *a priori* para a síntese de representações que nos são dadas na sensibilidade. No sistema kantiano, isso é o mesmo que dizer que os próprios objetos de experiência são *constituídos* na medida em que as categorias são aplicadas ao domínio da nossa sensibilidade. Essa é, ao lado da tese da idealidade transcendental do espaço e do tempo, a ideia central por trás da Revolução Copernicana de Kant. Porém, como foi dito no final do capítulo anterior, tal doutrina evidentemente pressupõe que as categorias e os dados sensíveis aos quais elas são aplicadas possam efetivamente se relacionar. Se, por algum motivo, a articulação entre os conceitos puros do entendimento e o domínio de dados sensíveis não fosse possível, então não haveria “constituição” dos objetos de objetos de experiência e nem, de modo geral, da realidade empírica. Toda a teoria kantiana da representação e objetividade depende, portanto, da possibilidade da relação ou articulação entre, de um lado, os conceitos *a priori* do entendimento e, do outro, do domínio da sensibilidade.

Nesse ponto, é importante observarmos que, mesmo tomando como garantidos os resultados obtidos na Dedução Transcendental, a explicação de como as categorias podem se aplicar a dados aos dados sensíveis é vista como algo problemático para Kant. Uma vez identificado esse problema, é dele que tratará a temática do Esquematismo Transcendental, que compreende o primeiro capítulo da Analítica dos Princípios. Na introdução desta última, que precede o capítulo do Esquematismo, lemos que a filosofia transcendental, além de especificar quais são as regras *a priori* pensadas nas categorias, pode indicar “o caso em que a regra é aplicada” (CRP A 135/B 174-5). Sem uma “caracterização suficiente das condições pelas quais podem ser dados objetos de acordo com esses conceitos”, diz Kant em uma passagem já indicada anteriormente, as categorias “não teriam qualquer conteúdo e, portanto, seriam meras formas lógicas e não conceitos puros do entendimento” (CRP A 136/B 175). Até esse ponto essas considerações não introduzem nada de novo ao que já havíamos discutido. Elas estão ligadas à ideia kantiana de que nosso entendimento não pode, por si só, criar a realidade dos objetos, necessitando, portanto, de um domínio sensível e mesmo *empírico* de aplicação. Afinal, a existência dos objetos de experiência dependerá, em última análise, das sensações, que nos são dadas na medida em nossa capacidade de representação é afetada (cf. CRP A 19-20/B 33-4; B 71-2). Porém, como dissemos acima, no capítulo do Esquematismo a possibilidade da aplicação das categorias aos dados empíricos e mesmo a dados sensíveis de modo geral é reconhecida por Kant como algo problemático. As razões disso estão bem sintetizadas na seguinte passagem:

Ora os conceitos puros do entendimento, comparados com as intuições empíricas (até mesmo com as intuições sensíveis em geral) são completamente heterogêneos e nunca se podem encontrar em qualquer intuição. Como será pois possível a subsunção das *intuições* nos *conceitos*, *portanto*, a *aplicação da categoria* aos aparecimentos, se ninguém poderá dizer que esta, por exemplo, a causalidade, possa também ser intuída através dos sentidos e esteja contida no aparecimento? (CRP A 137-8/B 176-7).

Vemos assim que a explicação da possibilidade de aplicação dos conceitos puros do entendimento a intuições se mostra problemática pelo fato de os primeiros serem “completamente heterogêneos [*ungleichartig*]” com relação às segundas. Como é afirmado na continuação da passagem citada, esse é um problema exclusivo da filosofia transcendental, uma vez que, no caso das ciências em geral, não há essa completa heterogeneidade entre conceitos e aquilo a que eles são aplicados (cf. CRP A 137-8/B 176-7). Embora nesse contexto específico Kant não desenvolva esse ponto desta maneira, parece claro que a peculiaridade das categorias que torna problemática sua aplicação a dados sensíveis consiste no fato de elas serem derivadas exclusivamente da natureza do entendimento. A aplicação de conceitos empíricos a aparecimentos pode ser mais facilmente compreendida, uma vez que os primeiros são derivados da própria experiência desses aparecimentos (por meio das operações de comparação, reflexão e abstração). Mesmo a aplicação de conceitos *a priori* espaço-temporais a aparecimentos, como, por exemplo, conceitos geométricos, não é vista por Kant como especialmente problemática (cf. CRP A 137/B 176). Tais conceitos têm origem na forma pura da nossa sensibilidade, que é a condição de possibilidade de objetos enquanto aparecimentos (cf. CRP A 89/B1221-2). Tendo ambos uma origem e uma natureza sensível ou intuitiva, não há entre esses conceitos e os aparecimentos a completa heterogeneidade que encontramos no caso das categorias. Estas, como viemos insistindo neste trabalho, são derivadas das formas lógicas dos juízos, não possuindo, portanto, uma relação imediata com aquilo que nos é dado na sensibilidade.

Na mesma passagem, Kant dá o exemplo da causalidade, que não pode ser “intuída através dos sentidos” e nem está “contida no aparecimento”. É útil comparar esta última afirmação com a alegação de Kant, na introdução da segunda edição, de que o conceito de causa não pode ser derivado da experiência por conter “o conceito de uma ligação necessária com um efeito e uma rigorosa universalidade da regra” (CRP B 5). Como Hume já havia mostrado⁷², a conexão necessária entre causa e efeito não é algo que nos é *dado* através das impressões sensíveis, de modo que, ao menos segundo Kant, se não quisermos reduzir esse conceito a uma mera propensão psicológica, não resta outra alternativa senão atribuir-lhe uma

⁷² Cf., por exemplo, HUME, 2004, pp. 95-118.

origem *a priori* no entendimento (cf. CRP B 5). Uma vez feito isso, porém, cumpre então explicar como esse conceito, assim entendido, pode ser aplicado a um domínio sensível que lhe é, nas palavras de Kant, completamente heterogêneo e no qual a causalidade não está pura e simplesmente “contida”. Considerações análogas valem para as demais categorias.

Possibilitar a aplicação das categorias a dados sensíveis será justamente a tarefa dos “esquemas transcendentais”:

É claro que deve haver um terceiro termo [*ein Drittes*], que deva ser por um lado, homogêneo à categoria e, por outro, ao aparecimento e que permita a aplicação da primeira ao segundo. Esta representação mediadora deve ser pura (sem nada de empírico) e, todavia, por um lado, *intelectual* e, por outro, *sensível*. Tal é o *esquema transcendental* (CRP A 138/B 177).

Das caracterizações que Kant dá à noção de esquema transcendental, a que pretende captar de maneira mais direta o modo pelo qual ele exerce o papel de “terceiro termo” entre categorias e aparecimentos é a sua caracterização como uma “determinação transcendental do tempo”⁷³. Lemos um pouco depois da passagem citada:

Ora, uma determinação transcendental do tempo é homogênea com a *categoria* (que constitui sua unidade) na medida em que é *universal* e assenta sobre uma regra *a priori*. É, por outro lado, homogênea ao *aparecimento*, na medida em que o tempo está contido em toda a representação empírica do múltiplo. Assim, uma aplicação da categoria aos aparecimentos será possível mediante a determinação transcendental do tempo que, como esquema dos conceitos do entendimento, proporciona a subsunção dos aparecimentos na categoria (CRP A 138-9/B 177-8).

A partir de considerações como esta, podemos entender as determinações transcendentais do tempo, ou seja, os esquemas transcendentais, como representações que incorporam as formas de unidade expressas pelas categorias – a categoria “constitui sua unidade” - e que têm, simultaneamente, uma natureza temporal, sendo, por conseguinte, necessariamente aplicável a todo conteúdo empírico que nos pode ser dado, já que o tempo é a forma *a priori* de todos os aparecimentos⁷⁴. O que possibilita que tais representações possuam

⁷³ Dizemos “*pretende captar*” porque, com a exceção dos esquemas das categorias de relação, nem sempre é tão fácil entender em que sentido exatamente os esquemas das demais categorias, tal como são formulados por Kant, podem ser entendidos como determinações transcendentais *do tempo* (cf. as notas 22 e 25 abaixo). Felizmente, essa dificuldade não afeta de maneira relevante as conclusões que pretendemos extrair dos textos a serem examinados. Para os nossos propósitos, caberá entender apenas de que maneira a aplicação de categorias a dados sensíveis resulta na constituição de uma experiência objetiva e na constituição da própria realidade empírica. Se essa aplicação pode ou não ser entendida especificamente como uma “determinação transcendental do tempo” é um problema no qual não precisamos necessariamente nos alongar.

⁷⁴ Diferentemente do espaço, que é restrito às intuições *externas* (cf. CRP A 34/B 50).

essas características é o fato de elas serem um “produto da imaginação” (CRP A 140/B 179), uma vez que, no sistema kantiano, esta última é a faculdade que desempenha justamente o papel de mediar entre a sensibilidade e o entendimento.

Para abordar esse último ponto, cumpre assinalar que os temas que estamos examinando, embora de fato só recebam um tratamento mais detalhado na Analítica dos Princípios, já haviam sido introduzidos por Kant na Analítica dos Conceitos, em especial na Dedução Transcendental, em ambas as suas versões. Nesse contexto, vale fazer um adendo - ou mesmo uma correção - a algo que foi dito anteriormente acerca da temática da Dedução Transcendental. No Capítulo 2, dissemos que a faculdade responsável pela síntese de representações sensíveis, operação que vimos ser necessária para a representação de objetos, é o entendimento. E, de fato, trata-se de uma afirmação corroborada pelo texto de Kant, especialmente na Dedução B (cf. CRP B 129-30). Contudo, embora isso não esteja totalmente incorreto, a posição refletida de Kant parece ser a de que a faculdade responsável pela síntese de representações *sensíveis* é mesmo a “imaginação”, enquanto que a função do entendimento seria mais especificamente a de “reportar essa síntese *a conceitos*” e, deste modo, conferir-lhe uma “*unidade*” (CRP A 78-9/B 103-4). Isso coloca a imaginação em posição de ser, como dissemos anteriormente, uma faculdade mediadora entre os conceitos do entendimento e os dados sensíveis aos quais eles são aplicados. Quando esses conceitos e dados sensíveis são ambos *a priori*, isto é, categorias e formas puras da sensibilidade (sobretudo a forma temporal), respectivamente, a síntese da imaginação que irá mediá-los é por vezes denominada “síntese figurativa” ou “síntese transcendental da imaginação” (CRP B 151), e a própria faculdade de imaginação é denominada imaginação “pura” ou “produtiva” (CRP A 123, B 152).

Sobre o papel mediador da assim chamada imaginação produtiva e sua síntese transcendental, lemos na Dedução A: “Os dois termos extremos, a sensibilidade e o entendimento, devem necessariamente articular-se graças a essa função transcendental da imaginação” (CRP A 124). Na Dedução B, é dito da imaginação produtiva que ela é:

[...] uma faculdade de determinar *a priori* a sensibilidade; e a sua síntese de intuições, *de conformidade com as categorias*, tem de ser a síntese transcendental da *imaginação*, que é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e que é a primeira aplicação do entendimento (e simultaneamente o fundamento de todas as restantes) a objetos da intuição possível para nós (CRP B 151-2).

Embora seja uma atividade de síntese e, portanto, espontânea e não apenas receptiva (cf. CRP B 151-2), a imaginação é distinta do entendimento uma vez que ela mantém uma relação imediata com as representações sensíveis que este não possui. Inclusive, a imaginação, nas palavras de Kant, “pertence à *sensibilidade*” (CRP B 151), presumivelmente pelo fato dela se relacionar diretamente com coisas singulares, ao contrário do entendimento que opera através de conceitos, os quais sabemos serem representações essencialmente gerais. Porém, enquanto imaginação “produtiva”, ela está estreitamente vinculada ao entendimento e seus conceitos *a priori*, sendo, como vimos acima, caracterizada como “um efeito do entendimento sobre a sensibilidade”, mais especificamente, penso ser correto acrescentar, sobre as formas *puras* da sensibilidade. E é isso, por fim, que explicará a aplicação das categorias aos aparecimentos dados na intuição *empírica*. Os produtos da síntese transcendental da imaginação são, para utilizar a expressão Faggion, como que “traduções sensíveis” ou temporais dos conceitos puros do entendimento (FAGGION, 2006, p. 219; cf. FAGGION, 2007, p. 278). Ainda apoiando-nos na explicação desta autora, diríamos que essa síntese introduz no tempo uma “estrutura *a priori* categoricamente determinada” à qual os dados empíricos deverão se acomodar (2007, p. 132), uma vez que o tempo é a forma *a priori* dos aparecimentos em geral. Ao preencherem essas estruturas temporais *a priori*, os aparecimentos dados na intuição empírica estarão em conformidade com os esquemas transcendentais – os produtos da síntese transcendental da imaginação (CRP A 142/B 181) – e, por conseguinte, com as categorias⁷⁵. E uma vez que, como vimos no Capítulo 2, a aplicação de categorias aos dados são sensíveis são condições, não apenas necessárias, mas também suficientes para conferir objetividade às nossas representações, esses aparecimentos poderão ser pensados como objetos *distintos* dessas mesmas representações, ao menos segundo a concepção kantiana de objetividade.

E aqui vale relacionar toda essa discussão com o tema central da presente tese. Os esquemas transcendentais das categorias, que são tais estruturas *a priori* a serem preenchidas pelos aparecimentos dados na intuição empírica, acabam por fixar aquelas que serão as propriedades necessárias da realidade. Podemos dizer então que, em conformidade com a ideia central da Revolução Copernicana, tais propriedades têm sua origem na natureza do nosso entendimento, mais especificamente nas formas lógicas *a priori* dos juízos, uma vez que as categorias são justamente essas formas lógicas “convertidas” em conceitos que

⁷⁵ Essa linha argumentativa que leva das categorias, entendidas como representações puramente *conceituais*, à intuição *empírica*, passando pela mediação da formas *puras* da sensibilidade, ganha uma exposição bastante clara no §26 da Dedução B, mais especificamente em CRP B 159-161.

fornece regras *a priori* para a síntese de intuições efetuada pela imaginação transcendental (cf. CRP A 321/B 378). Creio que essa discussão acerca do tema do esquematismo transcendental torna ainda mais claro que se tratam aqui de propriedades ou estruturas que são impostas pelo entendimento a um domínio sensível que, *tomado por si mesmo*, não possui essas propriedades ou estruturas que lhe são impostas: a causalidade, no exemplo de Kant, não é “intuída através dos sentidos” e nem está “contida no aparecimento” (CRP A 137-8/B 176-7), e o mesmo vale para as demais categorias. Pelo contrário, as propriedades *a priori* pensadas nas categorias são introduzidas nos aparecimentos *apenas* em virtude da síntese transcendental da imaginação, que, guiada pelas mesmas categorias, como que desenha na forma pura da sensibilidade determinadas estruturas a serem preenchidas pelo múltiplo *a posteriori* da intuição empírica (cf. FAGGION, 2007, p 258). Temos, com isso, a concepção acerca da articulação entre os elementos *a priori* (necessários) e *a posteriori* (contingentes) das nossas representações e da realidade representada que caracteriza a filosofia teórica kantiana.

À luz dessas considerações acerca do papel da imaginação no sistema kantiano, cumpre então fazer uma nova ressalva acerca de algo que dissemos anteriormente. Quando, no Capítulo 2, discutimos a derivação das categorias a partir das formas lógicas dos juízos, insistimos no fato dessa derivação estar apoiada na tese kantiana de que sínteses de intuições sensíveis são realizadas pelo “mesmo entendimento” e “por meio de precisamente as mesmas ações” através das quais são produzidos juízos de formas lógicas determinadas (CRP A 79/B 105). E, embora se trate aqui da própria letra de Kant, fica claro que sua posição refletida é a de que essas sínteses de intuições devem ser realizadas, na verdade, pela imaginação, e não pelo entendimento. No entanto, também sabemos que, apesar disso, a síntese transcendental da imaginação deve estar estreitamente relacionada com o entendimento. Trata-se, afinal, de uma síntese guiada por seus conceitos *a priori*, que visa justamente produzir traduções sensíveis destes últimos. Inclusive, vale repetir, ela é caracterizada como “um efeito do entendimento sobre a sensibilidade” e como “a primeira aplicação do entendimento (e simultaneamente o fundamento de todas as restantes) a objetos da intuição possível para nós” (CRP B 151-2). É precisamente essa sua relação com o entendimento que faz com que a síntese transcendental da imaginação seja mais do que o resultado de meras associações empíricas e psicológicas (como aquelas envolvidas no hábito humeano). Por estar fundada em regras *a priori*, isto é, nas formas lógicas *a priori* dos juízos, ela pode possuir aquela pretensão de uma validade universal e necessária que, como foi mostrado no Capítulo 2, caracteriza a concepção kantiana de objetividade. Uma imaginação movida apenas por

tendências subjetivas e individuais não poderia autorizar uma demanda de que outros sujeitos combinem suas representações da mesma maneira, e, por conseguinte, não poderia possibilitar a formação de juízos com validade objetiva. Por tudo isso, a introdução da temática referente ao esquematismo e à imaginação transcendental deixa basicamente intacta nossas conclusões anteriores acerca da dedução metafísica, isto é, acerca do paralelismo entre formas lógicas dos juízos, de um lado, e as sínteses de intuições baseadas nas categorias, do outro.

Por propor uma abordagem da filosofia kantiana a partir de termos semânticos, penso que interpretação de Loparic será útil para complementar nossa análise da temática do esquematismo, tendo em vista que nossa intenção é uma comparação entre a *Crítica* e o *Tractatus* e que este último está inquestionavelmente engajado em uma investigação semântica. Uma ideia central da interpretação de Loparic é a de que o problema principal da filosofia transcendental kantiana é o “problema da possibilidade das proposições sintéticas em geral, sejam *a priori* ou *a posteriori*” (LOPARIC, 2000, p. 5; cf. CRP A 154/B 193). Um juízo (ou proposição) “possível”, para Loparic, é um juízo capaz de ser verdadeiro ou falso, o que, para ele, também é o mesmo que um juízo objetivamente válido (cf. 2000, pp. XX, 188, 203). Um juízo é possível, nesse sentido, se e somente se ele atender a dois requisitos: tanto os conceitos que nele ocorrem como sua forma lógica devem poder receber uma interpretação “sensível” ou “objetiva” (2000, 20-3; cf. 2000, p. 5). No que se refere ao requisito da interpretação sensível ou objetiva da *forma lógica* de um juízo, Loparic diz que ele é atendido se essa forma lógica for “preenchível ou satisfazível em um domínio de formas sensíveis” (2000, p. 5; cf. 2000, p. 23). O que possibilita esse preenchimento ou satisfazibilidade é justamente o esquematismo transcendental, que fornece “esquemas” ou “modelos intuitivos” para juízos sintéticos, os quais passam a ser capazes de verdade ou falsidade (2000, p. 215). Loparic afirma que tais esquemas ou modelos intuitivos são gerados por operações intuitivas “análogas” às operações de formação de proposições (2000 p. 215)⁷⁶. É essa analogia, ou “isomorfismo” (cf. 2000, p. 25), entre as formas lógicas de proposições e as formas de dados intuitivos constituídas pelo esquematismo transcendental que permitirá a preenchibilidade e, por conseguinte, a verdade e falsidade de juízos sintéticos em geral. Em suma, diz Loparic: “A verdade ou falsidade desses juízos é assegurada pela constituição *a priori*, atribuída ao

⁷⁶ Aqui, Loparic deve presumivelmente ter em vista, entre outras coisas, o paralelismo entre formas lógicas e formas de síntese de intuição estabelecido no CRP A 79/B 104-5 da Dedução Metafísica.

entendimento, de formas intuitivas de objetos que podem interpretar formas lógicas. Essas formas intuitivas são geráveis por diferentes tipos de procedimentos esquemáticos *a priori*” (2000, pp. 247-8). Deste modo, segundo Loparic, a analítica transcendental kantiana constitui uma “teoria semântica do sistema das formas lógicas que se originam no entendimento” (2000, p. 23).

Segundo a abordagem de Loparic, considerações como as esboçadas acima mostram que a semântica transcendental kantiana é uma semântica “construtivista” (2000, p. XXVI). Vimos que, em sua análise, formas lógicas discursivas são “interpretadas” por estruturas de dados intuitivos que são, elas próprias, *construídas* por operações “análogas” às operações de formação daquelas formas lógicas (cf. 2000, p. 215). Isso opõe a semântica kantiana ao que seria uma semântica “realista”, na qual “interpretar significa *associar*, de uma ou outra maneira, conceitos ou termos (ou estruturas representacionais mais complicadas) já formados, com objetos (ou estruturas objetuais mais complicadas) previamente dados” (2000, p. XXVI). Nesse segundo caso, temos “um domínio de interpretação inteiramente independente do que é interpretado” (2000, p. XXV). Já no caso da semântica de Kant o domínio objetivo que “interpreta”, “satisfaz”, ou “preenche” as formas lógicas judicativas não é um domínio independente, mas um domínio que tem de ser *gerado* por procedimentos constitutivos que garanta essa satisfazibilidade ou preenchibilidade (2000, XXV-XXVI; cf. 2000, p. 5, n. 4). Sobre o caráter construtivista da semântica de Kant, lemos:

Ela é também uma teoria construtiva, à medida que requer que os casos possíveis que podem tornar uma proposição verdadeira ou falsa devam ser dados na intuição sensível, pura ou empírica, por meio de procedimentos sintéticos governados por exigências expostas nas categorias (LOPARIC, 2000, p. 217).

Tais “procedimentos sintéticos” seriam, ao que tudo indica, precisamente os esquemas.

Essas considerações acerca da reconstrução em termos semânticos que Loparic faz da filosofia kantiana põem em evidência alguns temas importantes para a presente tese, os quais já foram indicados anteriormente. Em primeiro lugar, temos aqui a ideia, à qual temos nos referido, de um “isomorfismo” ou “identidade estrutural” entre, de um lado, estruturas judicativas (ou proposicionais) e, do outro, a estrutura dos domínios aos quais juízos (ou proposições) se referem, ou, como diria Loparic, a estrutura dos “modelos” que fornecem uma “interpretação sensível” para esses juízos. Como indicamos acima, Loparic separa duas condições a serem atendidas para que um juízo sintético seja “possível”. A primeira delas é a

de que todos os conceitos que nele ocorrem devem possuir uma interpretação sensível (ou “sensificação”) (cf. 2000, pp. 20-22). Quando isso se dá, dizemos que o conceito tem referência e significado objetivos, sendo que referências de conceitos podem ser ou objetos matemáticos (construídos na intuição pura) ou objetos empíricos (2000, pp. 20-22; cf. 2000, p. 174). Já o segundo requisito é o de que, não apenas esses conceitos, mas as próprias formas lógicas dos juízos devem receber uma “interpretação objetiva ou sensível” (2000, p. 23). Isso é garantido pelo esquematismo transcendental, que fixará determinadas propriedades *a priori* dos aparecimentos, isto é, propriedades *a priori* que os aparecimentos devem possuir “a fim de que entre eles e os juízos de experiência e matemáticos possa existir a relação de concordância entendida kantianamente como relação de preenchimento” (2000, p. 214). Por conseguinte, dados esses dois requisitos, haverá a correspondência ou isomorfismo aos quais nos referimos acima, uma vez que tanto os conceitos combinados em um juízo como a forma lógica que os combina deverão ter uma contraparte no seu domínio sensível ou objetivo de interpretação.

Segundo penso, essa correspondência entre estruturas judicativas e os “modelos” que as “interpretam” acaba em alguma medida por aproximar o sistema kantiano do sistema tractariano no que diz respeito ao “isomorfismo”, presente neste último, entre proposições e os estados de coisas que elas representam ou afiguram. Inclusive, como indicamos no Capítulo 1, esse ponto de contato entre os dois sistemas filosóficos é notado por autores como Glock (1997, p. 293) e Hanna (2006, pp. 265-266). No entanto, com isso não queremos nem podemos exagerar na proximidade que existiria entre as duas obras no que diz respeito a esse ponto. Como já dissemos anteriormente, no *Tractatus* nós temos uma absoluta correspondência entre nomes e objetos simples assim como entre suas respectivas possibilidades combinatórias (“propriedades internas”; cf. TLP 2.01231). No caso de Kant, o referido isomorfismo possui uma natureza distinta e bem menos radical, além do que creio que ele não possa ser perfeitamente constatado no caso de alguns dos títulos e momentos da Tabela dos Juízos de Kant. Isso tudo será devidamente examinado ainda no presente capítulo. Ainda assim, tentaremos mostrar que as semelhanças entre os dois sistemas filosóficos que permanecem quando nos abstraímos dessas diferenças serão suficientes para desenvolvermos o nosso tema central, que é o da relação entre formas lógicas (judicativas ou proposicionais) e ontologia. Afinal, em ambos os casos, haverá uma correspondência entre estruturas proposicionais e aquelas que ambos os autores procuraram estabelecer, em suas respectivas obras, como sendo as propriedades essenciais e necessárias da realidade empírica.

Em segundo lugar, creio que as considerações feitas acima acerca do caráter “constitutivo” que Loparic atribui à semântica kantiana se relaciona com a discussão que estamos realizando acerca do debate entre as leituras realista e antirrealista do *Tractatus*. Isso porque é precisamente esse construtivismo que confere à filosofia kantiana o elemento que, conforme estamos defendendo, acaba sendo inevitavelmente atribuído ao *Tractatus* em sua leitura antirrealista. Mais uma vez, esse paralelo não deve ser exagerado, pois em uma leitura antirrealista do *Tractatus* não teríamos, evidentemente, a constituição de estruturas de dados *sensíveis* a serem correlacionados com as formas proposicionais. Já sabemos que a consideração de faculdades cognitivas, como a sensibilidade kantiana, não tem espaço na teoria tractariana do significado. No entanto, creio que um importante paralelo ainda pode ser notado, uma vez que uma leitura antirrealista do *Tractatus* também implica na ideia de que o domínio (ainda que não “sensível”) ao qual nossas proposições são aplicadas deve ser um domínio estruturado pela forma lógica da linguagem, sendo que esta última acabaria por impor a esse domínio uma forma que ele, tomado *por si mesmo* (independentemente da linguagem), não possuiria. Relacionando isso com o que dissemos logo acima, essa linha interpretativa teria uma explicação para o isomorfismo entre proposições e seu domínio de aplicação análoga à explicação kantiana: esse isomorfismo existe *porque* as primeiras impõem sua forma ao segundo. Posto de uma outra perspectiva, uma leitura antirrealista do *Tractatus* implica na recusa de algo análogo à semântica “realista” que Loparic contrapõe à semântica kantiana, segundo a qual os constituintes das proposições ou juízos são associados a elementos objetivos “previamente dados” e independentes daquelas proposições ou juízos (cf. LOPARIC, 2000, pp. XXV-XXVI). Uma leitura realista do *Tractatus*, por sua vez, poderia muito bem ser caracterizada como envolvendo uma semântica realista, entendida deste modo. Sabemos que, segundo essa segunda linha interpretativa, os objetos tractarianos não teriam sua existência ou identidade impostas ou constituídas pela nossa linguagem, e estariam, em algum sentido, “previamente dados”, restando ao usuário da linguagem nada mais do que “associar” nomes a tais objetos (cf. LOPARIC, 2000, pp. XXV-XXVI). Por tudo o que foi dito, esperamos que a consideração dessa abordagem semântica da filosofia kantiana, proposta por Loparic, tenha ajudado a corroborar aquilo que procuramos estabelecer no capítulo anterior, isto é, a ideia de que uma leitura antirrealista acaba por atribuir ao *Tractatus* um elemento essencialmente kantiano ao passo que uma leitura realista acaba por distanciar os dois projetos filosóficos ao recusar que tal elemento esteja presente na obra.

Porém, antes de desenvolvermos nossa análise dessas linhas interpretativas rivais à luz da filosofia de Kant, creio que será oportuno examinarmos de maneira mais detalhada os

esquemas específicos das categorias tal como eles são apresentados na Analítica dos Princípios. Isso será feito a partir de uma consideração do segundo capítulo desta última, intitulado “Sistemas de todos os princípios do entendimento puro”, pois é neste capítulo que encontramos uma exposição mais precisa acerca da constituição de objetos empíricos por meio da síntese transcendental da imaginação. E, de fato, os esquemas transcendentais e os chamados “princípios do entendimento” estão estreitamente relacionados, pelas razões bem formuladas por Allison da seguinte maneira: “[...] cada um desses princípios é um juízo sintético *a priori*, que afirma que um esquema particular funciona como uma condição necessária da possibilidade da experiência” (2004, p. 225). Sendo os princípios do entendimento juízos sintéticos *a priori* acerca da experiência objetiva possível, o seu estudo possibilitará uma melhor compreensão das propriedades universais e necessárias da realidade que são suscitadas na medida em que esta última é constituída pelas sínteses da imaginação governadas pelas funções lógicas do entendimento. Com isso, esperamos dar um tratamento mais preciso ao tema referente à relação entre forma lógica e ontologia na *Crítica*, o qual, pelas razões já explicadas, é de importância central para a presente tese. No capítulo seguinte, estaremos então em uma melhor posição de apresentar um argumento, apoiado em uma consideração da teoria kantiana da representação e objetividade, defendendo que essa relação não pode se dar *Tractatus* da maneira como ela deve ser entendida em uma leitura antirrealista da obra.

4.2 Categorias de relação e as Analogias da Experiência

Sabemos que as categorias possibilitam a relação das representações a objetos, o que, no sistema kantiano, é equivalente a dizer que elas constituem própria forma destes objetos na medida em que fornecem regras *a priori* para síntese de intuições. Contudo, cabe fazer aqui uma ressalva acerca de qual parece ser a posição refletida de Kant no que diz respeito a esta última afirmação: o papel de conferir objetividade às nossas representações e de constituir objetos empíricos pensados como algo *distinto* destas últimas é exercido, mais especificamente, pelas categorias sob o título de “relação”. É verdade que na Dedução Transcendental, em ambas as suas versões, as categorias são tratadas indistintamente como condições de possibilidade de uma experiência objetiva (cf. CRP A 111, B 140-3). Presumivelmente, isso se deve ao fato de que a linha de argumentação desenvolvida por Kant nessa etapa do livro não depende da consideração de nenhuma categoria *em específico*. No entanto, no capítulo que antecede a dedução já encontramos, ainda que em uma seção

adicionada apenas na segunda edição da *Crítica*, a importante distinção entre categorias “matemáticas” e “dinâmicas”, a qual se relaciona diretamente com o tema que estamos abordando (CRP B 110). Ao primeiro grupo pertencem as categorias sob os títulos de quantidade e qualidade; ao segundo as categorias de relação e modalidade. Das categorias matemáticas é dito que elas dizem respeito aos “objetos da intuição”, e das dinâmicas que elas são direcionadas à “existência desses objetos (quer em relação entre eles, quer em relação com o entendimento)” (CRP B 110). Uma divisão exatamente paralela a esta é encontrada, agora sim nas duas edições da *Crítica*, no segundo capítulo da Analítica dos Princípios. Kant divide os princípios do entendimento derivados as categorias em “matemáticos”, que correspondem precisamente às categorias de quantidade e qualidade, e “dinâmicos”, que correspondem às categorias de relação e modalidade. Os primeiros, diz Kant, se dirigem “simplesmente à *intuição*”, enquanto que os segundos à “*existência* de um aparecimento em geral” (CRP A 160/B 199). Veremos que por se dirigirem à “*existência*” dos aparecimentos ou objetos, e não “simplesmente à *intuição*”, são as categorias dinâmicas, juntamente com os seus esquemas e princípios correspondentes, que lidam diretamente com a possibilidade da objetividade das nossas representações, isto é, com a constituição de objetos pensados como distintos destas últimas. Ou, melhor dizendo, esse é um papel que cabe especificamente às categorias de dinâmicas *de relação*, já que as de modalidade não contribuem para nenhuma determinação dos próprios objetos, pois, como adiantou a passagem mencionada acima, elas tratam da existência dos objetos apenas *em relação com o nosso entendimento* (CRP B 110; cf. também CRP A 219/B 265).

Dizer que categorias matemáticas não lidam diretamente com a possibilidade da objetividade das nossas representações não significa que elas não sejam condições necessárias dessa objetividade, mas apenas que não são condições suficientes. Parte do que está por trás da afirmação de que princípios matemáticos dizem respeito “simplesmente à *intuição*” é a ideia de que elas são necessárias para a consciência da apreensão de todo e qualquer aparecimento dado na intuição, quer ele seja pensado como um objeto distinto das nossas representações ou não. A ideia por trás dessa tese está presente em um exemplo dado por Kant na Dedução B, no qual ele afirma que não posso ter a percepção de uma casa sem empregar a categoria (esquema) da quantidade (CRP B 162). Eu preciso de uma síntese governada por essa categoria para desenhar a figura da casa e formar a sua imagem a partir dos dados sensíveis que me são dados, coisa que a mera recepção destes últimos não pode fornecer por si só. Como diz Rosenberg, categorias matemáticas, como a de quantidade, são necessárias para apreender “um item em seu ambiente”, isto é, traçar uma fronteira entre eles ao distinguir

o que pertence a esse item e o que não pertence (2005, p. 163). Posto de outro modo, elas são necessárias para a mera consciência da presença de um item no meu campo visual. Porém, essas categorias por si só não possibilitam que tais itens assim “desenhados” sejam pensados como algo distinto das minhas representações sensíveis. Para isso é que servem os esquemas das categorias de relação⁷⁷. E é, sobretudo, na seção dedicada aos princípios derivados destes últimos, as “Analogias da experiência”, que Kant explicará como objetos da experiência são constituídos a partir de intuições já sintetizadas de acordo com as categorias matemáticas.

Isso explica o porquê de Kant, *após* apresentar sua prova dos princípios de quantidade e qualidade, iniciar sua discussão das três Analogias da Experiência com um parágrafo que retoma as linhas gerais da sua concepção de objetividade e experiência. Esse parágrafo, adicionado apenas na segunda edição, lembra em muitos aspectos sua definição de “objeto de representações” na Dedução A, que examinamos no capítulo 2 (cf. CRP A 104-5). Ele é precedido pela seguinte formulação que Kant dá ao princípio geral das três Analogias da Experiência: “*A experiência só é possível pela representação de uma ligação necessária das percepções*” (CRP B 218). Termos como “experiência” e “percepção” não são empregados por Kant com um sentido único ao longo de sua obra, mas a discussão que será desenvolvida nas Analogias permite explicar como eles devem ser entendidos ao menos nesse contexto. Sendo o resultado de uma “*ligação necessária de percepções*”, por “experiência” devemos entender aqui uma experiência *objetiva*, isto é, experiência de objetos pensados como algo distinto das minhas representações. Lembremos que na Dedução A Kant levanta a questão de o que devemos entender por um objeto “correspondente a e, por consequência, também distinto da cognição” uma vez que, dado seu idealismo transcendental, “aparecimentos não são outra coisa que representações sensíveis” (CRP A 104). Sua resposta é a de que a relação da cognição ao seu objeto é equivalente a uma unidade necessária de síntese de representações, uma vez que, se nossas cognições se relacionam a um objeto elas devem “concordar necessariamente entre si, relativamente a este objeto”, e não se determinarem “ao acaso ou arbitrariamente” (CRP A 104-5). A “*ligação necessária*” à qual Kant se refere no princípio geral das Analogias remete, portanto, a este aspecto central de sua noção de objetividade.

⁷⁷ Por sugerir, na *Crítica*, que categorias matemáticas valem para toda e qualquer percepção, a posição refletida de Kant só pode ser a de que mesmo “juízos de percepção” pressupõem ao menos algumas das categorias, isto é, as categorias matemáticas. Isso contradiz sua afirmação nos *Prolegômenos* de que esse tipo de juízo não requer conceitos puros do entendimento (*Prol*, AA 4: 297-8). Todavia, como dissemos anteriormente, a distinção dos *Prolegômenos* entre juízos de percepção e juízos de experiência não é essencial para o presente trabalho.

Isso fica evidente no parágrafo que dissemos reproduzir as linhas gerais desta última. Nele lemos que “experiência é uma cognição que determina um objeto mediante percepções” (CRP B 218). Percepções, diz Kant, “se reportam umas às outras de maneira apenas acidental, de modo que das próprias percepções não resulta nem pode resultar evidentemente a necessidade da sua ligação” (CRP B 219). Vemos assim que “percepção”, nesse contexto, se refere à apreensão de aparecimentos considerados ainda como meramente subjetivos, não no sentido em que todo aparecimento, segundo o idealismo transcendental, é algo subjetivo por não sei uma “coisa em si”, mas no sentido em que eles são pensados como relativos à situação de um sujeito particular. Apoiando-nos no tratamento que a noção de objetividade recebe nos *Prolegômenos*, diríamos que ao ter meras percepções eu “não exijo que, em todo o tempo, eu ou qualquer outro deva assim sentir”, pois tratar-se-ia aqui apenas de uma relação de sensações “ao mesmo sujeito, a saber, eu próprio” (*Prol*, AA 4:299). A conversão de meras percepções em uma experiência objetiva é explicada então da seguinte maneira:

Como, porém, a experiência é uma cognição dos objetos mediante percepções, consequentemente a relação na existência do diverso deverá ser nela representada, não tal como se justapõe no tempo, mas tal como é objetivamente no tempo; e como o próprio tempo não pode ser percebido, assim também a determinação da existência dos objetos no tempo só pode surgir da sua ligação no tempo em geral, isto é, mediante conceitos que os liguem *a priori*. Ora, tal como esses conceitos implicam, ao mesmo tempo, sempre a necessidade, a experiência só é possível por uma representação da ligação necessária das percepções (CRP B 219).

Boa parte das ideias presentes nessa citação não nos são estranhas. A experiência objetiva, a relação das representações ao seu objeto, ou ainda, como Kant diz aqui, “a determinação da existência dos objetos no tempo” é possibilitada por uma “representação da ligação necessária de representações” que, por sua vez, “só pode surgir [...] mediante conceitos que os liguem *a priori*”, isto é, os conceitos puros do entendimento ou categorias. O que é novidade, ao menos para nós, são as reiteradas referências ao “tempo” introduzidas na discussão do problema da objetividade. Isso, porém, não deixa de ser algo esperado, uma vez que a passagem e o capítulo sob exame sucedem o esquematismo transcendental, no qual já fomos apresentados aos esquemas das categorias e estes foram caracterizados como determinações transcendentais *do tempo*. Na discussão acerca das três analogias da experiência, que são os princípios derivados dos esquemas das categorias de relação, teremos, diferentemente do que ocorreu na Dedução Transcendental, uma caracterização mais precisa de como se dá a constituição dos objetos de experiência segundo a filosofia teórica kantiana.

Porém, antes de examinarmos a contribuição específica de cada categoria de relação, penso que será útil traçar o pano de fundo no qual se dará a argumentação de Kant ao longo das Analogias. Um bom caminho para isso é a consideração de um texto que aparece, não na seção introdutória que estamos examinando, como seria talvez o mais esperado, mas sim na prova da Segunda Analogia da Experiência, que é aquela que corresponde à categoria de causalidade. Kant inicia o terceiro parágrafo desta seção com aquela que talvez seja a premissa fundamental das Analogias: “A apreensão do diverso dos aparecimentos é sempre sucessiva.” (CRP A 189/B 234). Para abordarmos essa premissa, podemos aproveitar o exemplo dado por Kant, um pouco depois, no qual ele contrasta a percepção das partes de uma casa com a percepção de um barco que se desloca no curso de um rio. *Em ambos os casos*, dirá Kant, tenho uma percepção que se segue de outra. Por exemplo: a percepção do lado esquerdo da casa seguida de uma percepção do seu lado direito e a percepção do barco em uma posição p1 seguida de uma percepção dele em uma posição p2. Retomando ao parágrafo sob exame, Kant, após mencionar o caráter sucessivo de toda apreensão, faz a seguinte ressalva: “As representações das partes sucedem-se umas às outras. Se, no objeto, se sucedem ou não, é um segundo ponto para a reflexão, que não está contido no primeiro” (CRP A 189/B 234). Kant está aqui traçando uma distinção fundamental entre uma ordem temporal *subjetiva* de representações, que é sempre sucessiva, e a ordem temporal dos objetos aos quais essas representações se referem. No caso da percepção da casa, eu não digo que à sucessão das representações de suas partes corresponde uma sucessão em qualquer objeto externo, enquanto que, no caso do barco, eu digo que à sucessão das minhas representações corresponde uma alteração de posições do próprio barco. Vale reiterar que uma apreensão ainda meramente subjetiva já pressupõe a aplicação de categorias matemáticas. Inclusive, creio ser correto dizer que o seu caráter invariavelmente sucessivo, para o qual Kant está chamando atenção, deriva, além da característica do nosso sentido interno (o tempo), do modo como essa síntese opera na medida em que é guiada pelas categorias matemáticas de quantidade. Como diz Kant nos Axiomas da Intuição, que é a prova do princípio derivado dessas categorias: “Não posso ter a representação de uma linha, por pequena que seja, se não a traçar em pensamento, ou seja, sem reproduzir as suas partes, *sucessivamente*, a partir de um ponto e desse modo retraçar essa intuição” (CRP A 162/B 203, *itálico nosso*). Do mesmo modo, no exemplo examinado anteriormente, também da percepção de uma casa, mais do que a mera recepção de dados sensíveis eu preciso desenhar a figura da casa, submetendo assim

esses dados sensíveis a um ato de apreensão por meio do qual as partes da casa são sucessivamente percorridas⁷⁸. O que Kant está fazendo nas Analogias é chamar atenção para o fato de sínteses desse tipo, necessárias para a mera consciência da presença de um item no meu campo visual, são sempre sucessivas e, por isso, existe o problema de determinar quando uma sucessão de representações dadas por meio delas corresponde a uma sucessão objetiva ou não.

Retornando agora ao parágrafo que estamos examinando, Kant, um pouco depois de afirmar que a apreensão de aparecimentos é sempre sucessiva, levanta novamente o problema de como devemos entender o conceito de um objeto distinto das nossas representações uma vez que “temos que nos haver apenas com as nossas próprias representações” (CRP A 190/ B 235). Sua resposta é a de que:

Considera-se aqui como representação o que se encontra na apreensão sucessiva, e o aparecimento que me é dado, não sendo mais que o conjunto dessas representações, é considerado como objeto das mesmas [...] o aparecimento, por oposição com as representações da apreensão, só pode ser representado como objeto dessas representações, distinto delas, porque essa apreensão está submetida a uma regra que a distingue de qualquer outra e impõe, necessariamente, um modo de ligação do diverso. O que, no aparecimento, contém as condições desta regra necessária da apreensão é o objeto (CRP A 191/ B 236).

Mais uma vez, temos ideias que já nos são familiares: o fundamento da objetividade das representações sendo explicado a partir de uma regra necessária de sua ligação. Porém, já temos alguns elementos que nos permitem adiantar de um modo mais preciso como se dará o processo de constituição de uma experiência objetiva. Quando falamos em representações entendidas como estados meramente subjetivos e individuais, para as quais é levantada a questão de em quê consiste um objeto pensado como algo distinto delas, devemos ter em mente, sobretudo, o seu aspecto *indistintamente* sucessivo. Utilizando o tratamento que o tema da objetividade recebe nos *Prolegômenos*, podemos dizer que ao perceber as partes de uma casa, as representações destas se sucedem umas às outras, mas eu “não exijo que, em todo o tempo, eu ou qualquer outro deva assim sentir” (*Prol*, AA 4: 299), pois essa sucessão depende aqui apenas de circunstâncias individuais minhas. O papel das tais regras

⁷⁸ Por isso, como explica Longuenesse, a posição de Kant é presumivelmente a de que, mesmo em casos nos quais um determinado item me é dado “por inteiro”, de uma só vez, como, por exemplo, quando estou a uma distância suficiente da casa que percebo, sua apreensão deve ainda ser sucessiva (LONGUENESSE, 1998, pp. 359-360; cf. também 2005, p. 160, n. 24). Mesmo nesse caso, diria Kant, a percepção mais detalhada da casa requer um ato de atenção através do qual seus elementos são *sucessivamente* percorridos. Ocorrendo isso, surge inevitavelmente o problema de distinguir se se trata de uma sucessão meramente subjetiva ou de uma sucessão que tem um correspondente objetivo.

responsáveis por conferir objetividade a representações será basicamente o de determinar se uma sucessão de representações corresponde a uma sucessão objetiva ou se ela se trata de uma sucessão que se dá *apenas* no meu sentido interno. No primeiro caso, eu digo que ela representa uma ocorrência *igualmente sucessiva* no mundo empírico, enquanto que, no segundo, eu digo que ela representa objetos (ou partes de objetos) *simultâneos* ou *coexistentes*. No sistema kantiano, o estabelecimento desse tipo específico de determinação, que é papel dos esquemas das categorias de relação, é o que, em última instância, constitui a objetividade das nossas representações. Como diz Guyer:

[As Analogias da Experiência] *são* os princípios básicos para juízos sobre eventos ou entidades *objetivas*, embora formulados agora com referência à forma temporal específica das nossas intuições sensíveis e seus objetos, e não puramente em termos lógicos originalmente oferecidos na dedução metafísica (1987, p. 209).

Por conseguinte, o exame das Analogias da Experiência será de máxima importância para os nossos propósitos, e é a elas que iremos nos dedicar no restante desta seção.

Por fim, gostaria de esclarecer que é por serem os princípios do entendimento que, como explicamos, lidam mais diretamente com o problema da constituição da realidade empírica que decidimos não seguir a ordem da exposição de Kant e começar com o exame das Analogias da Experiência, e não com os princípios matemáticos. As categorias de relação, e seus esquemas e princípios correspondentes, é que serão as mais importantes para os nossos propósitos, pois é delas especificamente o papel de efetuar a constituição de objetos empíricos factíveis a partir de um material dado na intuição empírica. Em suma, é a partir da análise do papel dessas categorias que podemos ver como se dá, no sistema kantiano, a articulação entre os elementos *a priori* e *a posteriori* das nossas representações e da realidade representada que caracteriza a chamada Revolução Copernicana. Ainda assim, as categorias e princípios matemáticos também serão examinados no presente capítulo.

4.2.1 Esquematização e princípio da categoria de substância

A primeira das categorias de relação é o conceito puro de “substância”, juntamente com o conceito correlato de “acidente”⁷⁹. Esses conceitos são derivados da forma lógica do juízo categórico, o também primeiro momento do título de relação na tabela dos juízos. Dada

⁷⁹ Kant afirma, de passagem, que é característico das categorias dinâmicas de modo geral que elas tenham um correlato (CRP B 110).

a conhecida interdependência entre condições intelectuais e sensíveis que caracteriza a filosofia kantiana, tais conceitos, como qualquer outro, não possuem significado objetivo sem uma aplicação a dados sensíveis. Já sabemos que o papel de fornecer uma tradução sensível para as categorias cabe aos esquemas transcendentais, e o esquema da substância é caracterizado, no capítulo do Esquematismo, como “a permanência do real no tempo” (CRP A 144/ B 183). “Permanência” será, por assim dizer, a marca sensível por meio da qual determinados aparecimentos dados na sensibilidade poderão ser reconhecidos como substâncias, enquanto que suas propriedades mutáveis e, portanto, não permanentes serão reconhecidas como seus acidentes. O princípio do entendimento derivado da categoria de substância será, por sua vez, um juízo sintético *a priori* que afirma que o seu esquema é uma condição necessária da experiência. No que se segue, examinaremos a prova que Kant apresenta para esse princípio. Com isso, tentaremos explicar melhor como deve ser entendida a “permanência” através da qual aparecimentos sensíveis podem ser determinados como substâncias.

Tal como formulada na primeira edição da *Crítica*, a primeira analogia diz: “Todos os aparecimentos contêm algo de permanente (substância) considerado como o próprio objeto e algo de mudável como sua mera determinação, isto é, como um modo de existência do objeto”. Já na segunda edição a formulação é: “Em toda a mudança dos aparecimentos, a substância permanece e a sua quantidade não aumenta nem diminui na natureza”. Como é frequentemente notado, há uma interdependência entre as três analogias da experiência que faz com que o exame da prova de cada uma delas seja bastante prejudicado quando realizado de maneira isolada. Por isso, não faremos uma leitura linear da primeira analogia, mas selecionaremos passagens determinadas extrapolando o texto de Kant à luz do que será explicado posteriormente. Além disso, nossa exposição se limitará ao que for realmente relevante para os propósitos do presente trabalho, de modo que não discutiremos muitas das controvérsias interpretativas presentes acerca da primeira analogia presentes na literatura secundária. A mesma observação vale para a análise dos demais princípios do entendimento que faremos no restante deste capítulo.

No segundo parágrafo da primeira analogia temos uma boa indicação do papel exercido pela categoria de substância na constituição da experiência de objetos:

A nossa *apreensão* do diverso do aparecimento é sempre sucessiva e, portanto, sempre mutável. Nunca podemos, pois, só por ela, determinar se esse diverso, como objeto da experiência, é simultâneo ou sucessivo se não tivermos algo por fundamento que seja *sempre*, isto é, algo de *permanente* e

duradouro, de que toda a mudança e toda a simultaneidade sejam apenas outras tantas maneiras (modos do tempo) de existir o permanente (CRP A 182-3/B 225-6).

Temos aqui a premissa básica das analogias, já examinada anteriormente, que afirma que nossa apreensão é sempre sucessiva. O problema do qual elas tratarão será o que nos possibilita determinar se essa sucessão corresponde ou não a uma sucessão objetiva, ou, como diz Kant, o que nos possibilita determinar se o diverso dos aparecimentos, “como objeto de experiência, é simultâneo ou sucessivo”. Kant está dizendo aqui que isso só é possível se as representações a serem determinadas como objetivamente simultâneas ou sucessivas forem correlacionadas a algo “*permanente e duradouro*”. Este último será pensado como uma substância, enquanto que as percepções determinadas como objetivamente simultâneas ou sucessivas serão pesadas como seus acidentes ou, como diz Kant, “maneiras [...] de existir o permanente”.

Como dissemos acima, as razões para necessidade de postularmos uma substância permanente a fim de possibilitar a experiência de relações temporais objetivas só serão totalmente esclarecidas nas demais analogias, de modo que não nos resta alternativa a não ser adiantar algumas ideias que serão explicitadas apenas depois. Uma boa maneira para introduzirmos esse debate é explorar a noção de “mudança” (*Wechsel*), presente no trecho citado acima e em ambas as formulações da primeira analogia. Uma sucessão objetiva é uma sucessão na qual certas coisas que existiam deixam de existir ao passo que outras que não existiam começam a existir. Aproveitando um exemplo de Kant (CRP A 185/B 228), se uma lenha é queimada, então uma determinada forma com tais e tais aspectos deixa de existir e dá lugar a cinzas e fumaça, as quais, portanto, começam a existir a partir de um período de tempo posterior ao desaparecimento da forma de lenha. Kant está defendendo que a experiência desse tipo de sucessão só é possível se ela for representada como uma mudança de estados de uma substância que permanece durante todo o processo dessa mudança. Nesse caso, dizemos que a substância sofreu uma “alteração” (*Veränderung*): “só o permanente (a substância) se altera [*wird verändert*], o mutável [*Wandelbare*] não sofre qualquer alteração [*Veränderung*], pois que algumas determinações cessam e outras começam” (CRP A 187/B 230-1).

Retomando o nosso exemplo, da mera percepção da forma de lenha seguida do desaparecimento desta e da percepção das formas de cinza e de fumaça não posso inferir que ocorreu uma sucessão objetiva ou mudança, isto é, que a primeira deixou de existir objetivamente e as segundas começaram a existir nesse ponto específico de tempo. O surgimento das cinzas e da fumaça não pode ser reconhecido através da percepção de um

tempo vazio seguido da percepção do tempo preenchido pelas formas da cinza e da fumaça, pois, como diz Kant ainda na primeira analogia, “um tempo vazio precedente não é objeto de percepção” (CRP A 188/B 231)⁸⁰. Tudo o que temos são percepções de momentos do tempo, por assim dizer, preenchidos por representações positivas. Por outro lado, já sabemos que a apreensão de tais representações é sempre sucessiva, mesmo quando eu, por exemplo, percebo as partes de uma casa, mas aqui eu não digo que as partes da casa que percebi antes *deixaram* de existir, enquanto que as que foram percebidas depois *começaram* a existir. A tese de Kant é a de que só é possível distinguir uma sucessão objetiva (mudança) deste segundo caso se eu correlaciono as percepções percebidas sucessivamente a um *objeto que persiste durante essa mudança* e as interpreto como a percepção de uma “alteração” de estados (determinações) desse objeto. No exemplo da queima da lenha, a percepção da forma de lenha seguida da percepção das formas de cinza e fumaça pode ser determinada como uma sucessão objetiva somente se ela for pensada como sendo a alteração de algo que estava, primeiramente, em uma determinada forma e passou desta para uma forma diferente e oposta. Esse “algo” que se altera é precisamente uma substância que permanece durante tal mudança. Sendo assim, a pressuposição de algo que permanece será uma condição necessária para a determinação de toda e qualquer sucessão objetiva, de modo que a primeira analogia fica assim provada como uma condição de possibilidade desse tipo de experiência⁸¹. Na verdade, mesmo essa não é a explicação completa do problema, pois a posição de Kant será a de que a experiência da alteração de uma substância que permanece exige a pressuposição de uma *causa* para tal alteração. Aqui, porém, já estamos entrando no terreno da segunda analogia, o que mostra a interdependência entre as três analogias à qual nos referimos. De todo modo, ainda que não seja uma condição suficiente, a postulação de substâncias já se mostra aqui uma condição necessária da experiência, o que provaria a primeira analogia:

Só nas substâncias pode haver percepção de alteração e não há percepção possível do nascer ou perecer absolutos, senão enquanto mera determinação do permanente, porque é essa mesma permanência que torna possível a representação da passagem de um estado para outro e do não-ser para o ser, e só enquanto determinações mutáveis do que permanece podem ser empiricamente conhecidos esses estados (CRP A 188/B 231).

⁸⁰ Do mesmo modo e pelo mesmo motivo, diríamos que o desaparecimento da forma de lenha não pode ser reconhecido através da percepção desta seguida de um tempo vazio posterior.

⁸¹ Limito-me aqui a indicar que a categoria de substância é necessária para a experiência de *sucessões* objetivas, deixando de lado a explicação da experiência de estados objetivos *simultâneos*, como ocorre no exemplo das partes da casa, para quando examinarmos a terceira analogia, que é a que trata desse problema específico. De todo modo, tendo em vista a premissa de que nossa apreensão é sempre sucessiva, já fica claro que esse segundo tipo de experiência também exigirá a postulação de substâncias que permanecem (pelo menos) durante essa apreensão.

Todavia, o objetivo de Kant na primeira analogia não é apenas demonstrar a necessidade de postularmos substâncias que persistem durante um certo período de tempo, isto é, aquele no qual ocorre uma determinada mudança da qual temos experiência. Como fica claro, por exemplo, na sua formulação da segunda edição, a primeira analogia pretende demonstrar a existência de substâncias que persistem durante *todo* o tempo. Um possível modo de entender a transição da postulação de substâncias que persistem durante um certo período de tempo para a postulação de substâncias que persistem de maneira absoluta é considerá-la como uma consequência imediata do argumento original. Essa é, ao menos, a estratégia preferida de Guyer, para quem esse argumento já implica que a geração ou destruição absoluta de substâncias não pode ser um objeto de experiência (cf. GUYER, 1987, pp. 230-1). Uma tal geração ou destruição seria uma espécie de mudança, mas o argumento original já implica que a experiência de qualquer mudança pressupõe que elas sejam pensadas como alterações de algo que permanece (cf. GUYER, 1987, pp. 230-1). Assim, para reaproveitar um exemplo anterior, o movimento de um barco da posição *t1* para *t2* deve ser percebido como a alteração (de posição) de algo que permanece. No entanto, se esse barco for, por exemplo, destruído, a mudança do barco inteiro para o barco em pedaços deve *também* ser pensada como a alteração de estados de algo que permanece, que seria, aliás, aquele mesmo “algo” que, quando ainda era reconhecido como barco, havia se movido anteriormente da posição *t1* para *t2*. Isso porque argumento original já teria estabelecido que a possibilidade de termos *qualquer* experiência de mudanças objetivas – e a destruição do barco é uma mudança objetiva – depende de que elas sejam pensadas, não como destruições absolutas, mas como alterações de algo que permanece. O mesmo raciocínio vale para uma eventual alteração das partes que restaram do barco, de modo que não pode haver, de modo algum, uma destruição absoluta de substâncias na nossa experiência. Pelos mesmos motivos, também não pode haver gerações absolutas de substâncias, já que isso também seria uma espécie de mudança objetiva: “Nada é gerado do nada, nada pode reverter ao nada [...]” (CRP A 186/B 229).

Embora essa justificativa para a postulação de uma permanência absoluta para substâncias me pareça válida e em conformidade com as ideias gerais desenvolvidas nas analogias, Kant apresenta uma linha argumentativa distinta, mas relacionada, com relação a esse ponto. Uma ideia central da filosofia kantiana é a de que deve haver uma unidade na

nossa experiência que só é possível mediante a unidade do tempo⁸². Todos os aparecimentos devem pertencer a uma única rede de relações temporais: “O tempo, em que toda a mudança dos aparecimentos deverá ser pensada, permanece e não muda [...]” (CRP B 224-5). Sobre esse ponto, explica Allison: “A afirmação de que o tempo é imutável é equivalente à afirmação de que ele retém sua identidade como um e mesmo tempo (estrutura temporal) ao longo de toda mudança” (2004, p. 238). Contudo, o tempo, diz Kant, não pode ser percebido, mas apenas os aparecimentos que, por assim dizer, o preenchem (CRP B 225). Sendo assim, a permanência do tempo deverá ser de algum modo representada pelos próprios aparecimentos, que devem incorporar, portanto, a permanência absoluta que pertence ao tempo. Por outro lado, a suposta experiência de uma geração ou destruição absoluta de uma substância acarretaria no rompimento da unidade temporal. No primeiro caso, uma determinada linha temporal começaria a existir, enquanto que, no segundo, cessaria, já que não percebemos o tempo em si mesmo, mas apenas aparecimentos que o preenchem. Sobre esse ponto, diz Kant: “O nascimento de umas e o desaparecimento de outras [substâncias] suprimiriam a única condição da unidade empírica do tempo e os aparecimentos referir-se-iam então a duas espécies de tempos, nos quais, paralelamente, fluiria a existência, o que é um absurdo” (CRP A 188/B 231-2). Essa seria, portanto, uma razão pela qual deve haver não apenas substâncias que permanecem durante o período de tempo de uma determinada mudança, mas, sim, que possuem uma permanência absoluta. Vale notar que essa linha argumentativa não é incompatível com a que apresentamos logo acima, estando ambas, inclusive, bastante relacionadas.

Vemos então que, para Kant, as verdadeiras substâncias não são objetos que nós mais comumente concebemos como portadores de determinações mutáveis, como, por exemplo, barcos que alteram sua posição, mas que podem, eles próprios, ser construídos e destruídos. Antes, as verdadeiras substâncias serão aquilo que se revelar jamais ter sido criado e que jamais deixa de subsistir. Todavia, apesar dessas considerações, acredito que Kant está comprometido com uma relativização do um conceito de substância, a partir da qual mesmo objetos físicos geráveis e destrutíveis devem poder pensados como substâncias, ainda que apenas em um sentido relativo, isto é, ainda que apenas com relação a suas determinações que são mais variáveis e instáveis em comparação com eles. Já sabemos que teoria kantiana das condições de possibilidade de secessões temporais objetivas implica que tais sucessões sejam pensadas como alterações de estados de substâncias que permanecem. Todavia, penso que

⁸² Creio que essa tese deriva de argumentos apresentados tanto na *Estética Transcendental* como na *Dedução Transcendental*. Os apresentados na segunda serão examinados em um capítulo posterior.

Kant concordaria que, em percepções de sucessões objetivas como, por exemplo, a de deslocamentos de barcos, eu posso empregar conceitos de objetos geráveis e destrutíveis para pensar aquilo que se altera, como é o caso, precisamente, do conceito de “barco”. Ou seja, nesse tipo de percepção eu não preciso, ao menos não necessariamente, pensar aquilo que altera seus estados através do conceito de algo absolutamente permanente. Aliás, na grande maioria das vezes eu não o faço. Basta que eu empregue o conceito de algo que seja mais permanente em comparação com os estados cuja mudança é meu objeto de percepção. Nesse caso, esse algo é pensado como uma substância, ainda que apenas em um sentido relativo. Aqui, minha exposição concorda com a leitura de Faggion: “Assim, as substâncias são sempre o que perdura, mas esta permanência pode ser apenas comparativa” (2007, p. 276)⁸³. Porém, retomando o nosso exemplo, se o barco é destruído eu não posso mais pensar essa ocorrência como uma alteração do barco, pois aquilo que resulta nesse processo não é mais reconhecível como barco. Nesse caso, a substância, nesse sentido relativo, passa a ser, digamos, os pedaços de madeira do qual o barco era feito, as quais são pensadas como tendo se alterado do estado de barco para um estado oposto. Um raciocínio análogo se aplicaria caso, por exemplo, essa madeira fosse atirada ao fogo, tornando-se irreconhecível como madeira, e assim sucessivamente. Porém, pelas razões examinadas acima, todo esse processo deve necessariamente ser pensado como sucessivas alterações de uma substância que permanece, não apenas em um sentido comparativo, mas absoluto⁸⁴.

Através do argumento da primeira analogia, Kant acredita ter provado algo que “em todas as épocas, não só o filósofo, mas também o próprio senso comum” pressupuseram sem possuir ou apresentar uma prova (CRP A 184/B 227). Essa pressuposição teria sido expressa através de afirmações como “em todas as alterações que ocorrem no mundo, permanece a *substância* e só os *acidentes* mudam” (CRP A 184/B 227), “do nada nada provém”, (CRP 185/B 227), e a já citada “Nada é gerado do nada, nada pode reverter ao nada” (CRP A 186/B 229). Podemos dizer então, utilizando a formulação que vem sendo empregada neste trabalho, que Kant teria provado uma propriedade necessária da realidade empírica. O que precisamos fazer agora é esclarecer qual seria, segundo o sistema kantiano, o estatuto dessa propriedade. Em conformidade com nossa insistência no princípio por trás da Revolução Copernicana de Kant, não podemos fazer outra coisa senão enfatizar que se trata aqui de uma propriedade que

⁸³ Para uma análise que chega a conclusões semelhantes, cf. LONGUENESSE, p. 1998, p. 325-330.

⁸⁴ Como explicará a terceira analogia, a teoria kantiana implica que a experiência de objetos ou estados de objetos *simultâneos* também pressupõe que o mundo empírico seja constituído de substâncias (cf. n. 80 acima). Por isso, o que dissemos aqui acerca da necessidade de se aceitar uma relativização do conceito de substância vale também, *mutatis mutandis*, como condição de possibilidade desse tipo de experiência.

estaria presente na realidade empírica apenas na medida em que ela é imposta pelo sujeito segundo as formas *a priori* dos meios que ele dispõe para representar, ou, melhor dizendo, constituir essa realidade. E, dado o que foi estabelecido na dedução metafísica, tais formas *a priori* seriam *formas lógicas*; no caso em questão, a forma lógica categórica. Como diz Longuenesse, Kant está preservando noções metafísicas clássicas, ao mesmo tempo em que as considera a partir da perspectiva que caracteriza a sua filosofia: “a revolução Copernicana realizada na *Crítica* significa que as categorias de substância e acidente originam-se de nossos atos de reflexão discursiva, nossos atos de julgar aplicados ao dado sensível” (1998, p. 329). Como essa autora coloca mais à frente, “Kant inverteu a relação clássica entre substância e sujeito lógico ao fazer da forma lógica a origem da determinação ontológica” (1998, p. 333).

Para abordar esse tema a partir da perspectiva que importa ao nosso trabalho, ele deve ser formulado através da ideia de que substâncias e acidentes estão presentes na realidade empírica *apenas* na medida em que o sujeito *impõe* formas a um domínio que, tomado *por si mesmo*, não possui essas formas que lhe são impostas. Em primeiro lugar, vale apontar que a doutrina do idealismo transcendental, segundo a qual espaço e tempo são apenas formas da nossa sensibilidade, por si só já implica que substâncias espaço- temporais da realidade empírica não podem ser “coisas em si”. No entanto, elas tampouco estariam presentes na realidade unicamente em virtude da contribuição da nossa sensibilidade. Lembremos que no capítulo do esquematismo lemos que “ninguém poderá dizer que [...], por exemplo, a causalidade, possa também ser intuída através dos sentidos e esteja contida no aparecimento” (CRP A 137-8/B 176-7). O mesmo vale, naturalmente, para a categoria de substância, que também não pode ser “intuída através dos sentidos” nem está “contida no aparecimento”. Ela deve ser *introduzida* nos aparecimentos sensíveis mediante a esquematização da substância. Sabemos que o esquema da substância é a “permanência”, mas mesmo essa permanência não está pura e simplesmente contida na sensibilidade tomada por si só, isto é, se considerada isolada do entendimento (e da imaginação guiada pelo entendimento). A própria premissa das analogias de que a apreensão dos aparecimentos é sempre sucessiva, por si só, já parece implicar nisso. Pois, se tenho apenas sucessões de representações, então não tenho representações permanentes dadas pura e simplesmente na sensibilidade. Em uma nota do prefácio da segunda edição, Kant é ainda mais claro sobre esse ponto: “[...] a representação de algo *permanente* na existência não é idêntica à *representação permanente*, porque esta pode ser muito variável e mutável, *como todas as nossas representações*” (CRP B XLI, último itálico nosso).

Vemos assim que a permanência a partir da qual aparecimentos sensíveis são reconhecidos como substâncias, longe de ser algo dado de maneira pronta na sensibilidade, está mais para o resultado do modo pelo qual os dados sensíveis são *pensados* ou *interpretados*. Apoiando-nos na leitura de Loparic, podemos dizer que esse em um aspecto do caráter “constitutivista” da semântica Kantiana. Vimos que, segundo Loparic, ela não é uma semântica segundo a qual representações discursivas são simplesmente *associadas* com “objetos (ou estruturas objetuais mais complicadas) previamente dados” (2000, p. XXVI). Antes, o domínio de interpretação dessas representações deve ser *gerado* ou *constituído*, sendo que a presença, na realidade empírica, de aparecimentos permanentes reconhecidos como substâncias deve ser entendida justamente como o resultado desse processo de constituição. O próprio Loparic nos apresenta um modo pelo qual esse processo poderia ser entendido: “A fim de representar a substância e a diferença entre ela e os seus acidentes deve-se preservar algumas sensações (o real) como permanentes e permitir que algumas outras mudem (o variável)” (2000, p. 229). Segundo essa perspectiva, a própria sensação não nos *daria* a representação da substância, pois essa representação dependeria de um ato de interpretação segundo uma determinada regra que nos orienta a “preservar algumas sensações” e “permitir que algumas outras mudem”. Qual seria a origem dessas regras? Como nos ensina a dedução metafísica, penso que não pode ser outra coisa senão a forma lógica categórica, que, nesse emprego, recebe o nome de categoria de substância. Retomando a leitura de Loparic, para que um juízo seja objetivamente válido sua forma lógica deve receber uma interpretação “sensível” ou “objetiva” (2000, 20-3), isto é, ela deve “ser preenchível ou satisfazível em um domínio de formas sensíveis” (2000, p. 5). Porém, dado o caráter constitutivo da semântica kantiana, os modelos intuitivos que realizam esse preenchimento não nos são dados de maneira pronta e independente, mas devem ser gerados por operações “análogas” às operações de formação de proposições (2000, p. 215). No caso da constituição de substâncias, elas são geradas por operações “análogas” à função lógica categórica. Com isso, é constituído domínio capaz de “preencher” juízos com essa forma e torná-los objetivamente válidos: “Se os aparecimentos satisfazem a primeira analogia [...] então eles são exemplos ou modelos possíveis de juízos de experiência que têm essa forma [forma sujeito-predicado]” (2000, p. 227).

É importante observar que é precisamente o fato de a “constituição” de substâncias e acidentes estar assim fundamentadas por regras que têm sua origem na forma lógica *a priori* dos juízos que possibilita que ela seja capaz de produzir uma experiência e juízos objetivamente válidos. Uma vez que elas não são simplesmente *dadas* ao sujeito, mas devem

ser constituídas pelo próprio sujeito, se essa constituição não fosse pautada por regras *a priori* ela seria apenas o resultado de associações empíricas e, portanto, psicológicas e individuais. Não poderia ter, portanto, aquele caráter de “necessidade” ou aquela pretensão de validade universal que caracteriza a concepção kantiana de objetividade (cf., por exemplo, *Prol*, AA 4: 298).

Por fim, nosso exame da primeira analogia também parece confirmar o “isomorfismo” ou “identidade estrutural” entre forma lógica e realidade empírica que estamos afirmando estar presente no sistema kantiano. Isso porque temos aqui uma correspondência entre, de um lado, a relação entre um sujeito e os predicados que lhes são afirmados ou negados e, do outro, a relação entre substância e acidentes, representada sensivelmente pela relação entre algo que permanece e suas determinações mutáveis. Como diz Loparic acerca dessa correspondência: “a substância fenomênica representa o sujeito; seus acidentes fenomênicos, o predicado, ao passo que a permanência da substância durante a mudança dos acidentes esquematiza a relação sujeito-predicado” (2000, p. 228). Porém, vale insistir mais uma vez, não se trata aqui de um isomorfismo ou identidade estrutural que existe na medida em a forma lógica das nossas representações das discursivas é simplesmente associada a um domínio *por si mesmo* isomórfico àquelas representações. Pelo contrário, esse isomorfismo existiria *apenas* na medida em que ele é *produzido*, isto é, na medida em que em que aquela forma lógica, sob o nome de categoria de substância (esquematizada), é *imposta* a um domínio que não possui, *por si mesmo*, essa forma que lhe é imposta. Por razões já explicadas, trata-se aqui de uma ideia de importância central para a nossa comparação entre as filosofias kantiana e tractariana. Antes, porém, de desenvolvermos essa comparação, devemos examinar os esquemas e princípios das demais categorias.

4.2.2 Esquematização e princípio da categoria de causalidade

A segunda das categorias de relação é o conceito de “causa”, juntamente com o conceito correlato “efeito”, ambos derivados da forma lógica do juízo hipotético. Já o esquema transcendental dessa categoria é formulado por Kant como: “o real, que, uma vez posto arbitrariamente [*wenn es nach Belieben gesetzt wird*], sempre é seguido de outra coisa” (CRP A 144/B 183). A essa formulação, Kant acrescenta em seguida: “Ele [o “esquema da causa e da causalidade”] consiste, pois, na sucessão do diverso, na medida em que está submetido a uma regra” (CRP A 144/B 183). Como nos outros casos, o princípio do entendimento derivado da categoria de causalidade, a segunda analogia da experiência, será

um juízo sintético *a priori* que afirma que seu esquema é uma condição necessária da experiência. No que se segue procuraremos apresentar as ideias centrais da prova de Kant para a segunda analogia.

Já sabemos que o problema das analogias da experiência, de modo geral, é o de explicar como é possível determinar relações temporais objetivas. Sua premissa básica é a de que nossa apreensão é sempre sucessiva, de modo que surge então o problema de determinar se uma sucessão de representações corresponde a uma sucessão objetiva, como no exemplo do deslocamento do barco, ou se ela se trata de uma sucessão que se dá apenas no meu sentido interno, como no exemplo das partes simultâneas ou coexistentes de uma casa. Como é antecipado na primeira analogia, e ficará mais claro nas demais, *ambos* os casos pressupõem a constituição de substâncias. A categoria de causa será então uma condição adicional para a experiência de *sucessões* estados de substâncias, enquanto que a categoria de comunidade será condição para a experiência de estados *simultâneos*. A segunda analogia tratará, evidentemente, das condições de possibilidade de experiências do primeiro tipo.

Na primeira edição, ela é formulada da seguinte maneira: “Tudo o que acontece (começa a ser) supõe alguma coisa a que sucede, segundo uma regra”; na segunda edição: “Todas as alterações [*Veränderungen*] acontecem de acordo com o princípio da ligação de causa e efeito”. Nessa última formulação a relação da segunda analogia com a primeira fica mais evidente, já que as “alterações”, das quais está sendo dito que sempre acontecem de acordo o princípio da causalidade, devem ser entendidas justamente como as alterações de estados de substâncias. Deste modo, podemos aceitar que por “o que acontece (*was geschieht*)” Kant está se referindo também a tais alterações. Kant às vezes também utiliza, para o mesmo fim, o termo “*Begebenheit*”, que traduziremos por “acontecimento”. Seguindo uma prática bastante presente na literatura secundária, também usaremos o termo “evento” como sinônimo.

Embora, por razões já explicadas, tenhamos em certa medida extrapolado o texto de Kant na primeira analogia, já foi possível localizar nele os elementos básicos da tese kantiana de que a experiência de uma mudança ou sucessão objetiva só é possível se ela for pensada como uma alteração de estados de uma substância. Por exemplo, lemos ali que “não há percepção possível do nascer ou perecer absolutos, senão enquanto mera determinação do permanente” (CRP A 188/B 231). É só na segunda analogia, porém, que será explicado o que é que efetivamente torna possível a experiência de uma sucessão de estados de uma substância, isto é, o que está envolvido na distinção entre esse tipo de sucessão e uma sucessão meramente subjetiva.

Como é bem conhecido, o texto da segunda analogia apresenta diferentes versões de sua prova. No entanto, todas elas aparentemente movimentam as mesmas ideias centrais. Como não poderia ser diferente, a premissa básica é a de que nossa apreensão é sempre sucessiva, de modo que daí surge o já conhecido problema de como é possível determinar se se trata da apreensão de uma sucessão apenas subjetiva, como aquela das partes da casa, ou se se trata da apreensão de uma sucessão objetiva ou mudança, isto é, da apreensão da alteração de estados de uma substância, como já ensinou a primeira analogia. Aqui, porém, Kant irá identificar o que há de específico na segunda que a distingue da primeira. O que há de específico na apreensão de uma sucessão *objetiva* entre dois estados A e B, diz Kant, é que nesse tipo de apreensão eu sei que “B só pode suceder A na apreensão, enquanto que a percepção A não pode seguir-se a B, mas apenas precedê-la” (*Krv*, A 192/ B 237). Utilizando um termo comumente empregado na literatura secundária, minha apreensão, nesse caso, é pensada como *irreversível*. É aqui que Kant apresenta o exemplo da experiência do deslocamento do barco. Ao ter a percepção do barco na posição *p1* seguida de uma percepção de uma figura idêntica à desse barco na posição *p2*, eu não julgo que essa sucessão de representações poderia ter se dado na ordem inversa. Kant contrasta em seguida esse tipo de experiência com a da percepção das partes de uma casa. Quando eu tenho, por exemplo, a percepção de seu topo seguida da percepção de sua parte inferior, eu julgo aqui que, embora essa sucessão de percepções tenha se dado nessa ordem, ela, todavia, poderia ter se dado na ordem inversa. Ou seja, essa minha apreensão é julgada como *reversível*. Esse segundo caso, porém, será objeto apenas da terceira analogia. Por ora, devemos nos atentar para a ideia de que, ao menos segundo Kant, o critério ou a marca distintiva de uma sucessão objetiva é a irreversibilidade da ordem de apreensão.

Aqui talvez seja necessário esclarecer alguns pontos. Enquanto sucessão de representações tomadas meramente enquanto tais, *toda* apreensão possui uma ordem irreversível. Mesmo no caso da apreensão das partes da casa, a percepção de seu topo no instante *t1* seguida da percepção de sua parte inferior em *t2* não pode ser efetivamente invertida. Para utilizar o modo como Guyer formula esse tema, ainda que essa última percepção seja sucedida pela percepção do seu topo em *t3*, eu estaria tendo aqui três “*tokens*” de percepções, e não dois (1987, p. 271). Sendo assim, tanto a reversibilidade como irreversibilidade que caracteriza a experiência de relações temporais objetivas devem ser entendidas como o modo pelo qual minha apreensão é *julgada* ou *interpretada*: ao ter uma sucessão de percepções eu considero que eu *poderia* (reversibilidade) ou que não poderia (irreversibilidade) inverter a ordem da minha apreensão. Em segundo lugar, no que diz

respeito às apreensões irreversíveis, que são as que nos interessam no momento, a posição de Kant não é a de que temos uma percepção direta dessa irreversibilidade e, a partir daí, concluímos que se trata da percepção de uma sucessão objetiva. Ainda apoiando-nos em Guyer (1987, p. 246; cf. 1987, p. 270), diríamos que nossa apreensão nos dá apenas sequências de representações, mas nada acerca de sua “modalidade”, isto é, nós não podemos ter uma percepção direta de que uma sucessão possui uma ordem necessária (irreversível). Antes, a identificação da irreversibilidade como marca distintiva da apreensão de sucessões objetivas faz parte da investigação das condições de possibilidade destas últimas, mas, nessa etapa do argumento, a possibilidade dessa irreversibilidade ainda precisa ser explicada. Com isso, ficaria também explicada a possibilidade da experiência de sucessões objetivas.

A resposta da segunda analogia é a de que uma sucessão de percepções é pensada como irreversível se e somente se e ela é pensada como determinada por uma regra: “[...] o que em geral precede um acontecimento deverá incluir a condição para uma regra, segundo a qual este acontecimento sucede sempre e de maneira necessária” (CRP A 194/B 238-9). Mas isso, no contexto do sistema kantiano, é o mesmo que dizer que toda alteração (ou “acontecimento”) deve sempre ser pensada como tendo sido determinada por uma causa, cujo efeito consiste precisamente nessa alteração. Lembremos que, no capítulo do esquematismo, Kant diz do esquema da causalidade que ele consiste justamente na “sucessão do diverso, na medida em que está submetido a uma regra” (CRP A 144/B 183-4). Uma vez que a experiência de sucessões objetivas só é possível mediante a pressuposição de que ela é determinada por uma causa, isto é, de que está submetida a uma regra, teria ficado provada a segunda analogia.

Creio que um bom caminho para elucidar esse momento da argumentação de Kant consiste em examinar a noção de “condição para uma regra (*Bedingung zu einer Regel*)”, que aparece na citação acima. Lembremos que, na *Lógica Jäsche*, Kant explica a diferença entre o juízo categórico “Todos os corpos são divisíveis” e o juízo hipotético “Se todos os corpos são compostos, então eles são divisíveis” da seguinte maneira: “Na primeira proposição eu afirmo a coisa diretamente, na última apenas sob *uma condição* [*Bedingung*] *expressa problemáticamente*” (Log, AA 9: 106). A “condição” aqui seria precisamente o juízo na posição de antecedente do juízo hipotético, o qual é condição para que o juízo na posição de consequente seja afirmado. Se aplicarmos essas considerações ao contexto da segunda analogia, podemos concluir que a “condição” que antecede um acontecimento e que torna sua experiência possível seria precisamente algo que corresponde, em um sentido a ser explicado a seguir, ao antecedente de um juízo hipotético, cujo consequente corresponderia ao próprio

acontecimento. É verdade que Kant utiliza a noção de “condição” também na caracterização das demais formas de relação. Na *Lógica Jäsche* é sugerido que a condição de um juízo categórico, por exemplo, é o “sujeito de inerência de marcas” (*Log*, AA, 9: 121). Sendo assim, como explica Longuenesse, o que distingue a condição de um juízo categórico da de um juízo hipotético é que a forma lógica do segundo “separa a *condição* do *sujeito* de predicação” (1998, p. 102). No juízo “Todos os corpos são divisíveis”, o próprio sujeito é pensado como condição suficiente para que seja afirmado o predicado. Já em “Se todos os corpos são compostos, então eles são divisíveis”, o predicado “divisível” é afirmado “apenas sob uma condição expressa problemáticamente”. Isto é, a condição aqui não está no conceito sujeito, mas em uma predicação adicional. No entanto, dada a correlação entre a forma hipotética e a categoria de causalidade, é plausível aceitarmos que o termo “condição”, no contexto da segunda analogia, refere-se à condição de um juízo *hipotético*. Outras razões em favor desta conclusão serão apresentadas a seguir.

Já com relação à noção de “regra”, vemos, também na *Lógica Jäsche*, que ela é identificada à noção de uma “proposição universal da qual uma proposição particular poderia ser deduzida” (*Log*, AA 9: 124). A partir disso e das considerações do parágrafo anterior, talvez possamos concluir que a “regra” que torna possível a experiência de um acontecimento ou sucessão objetiva consiste em um juízo hipotético “a partir do qual uma proposição particular pode ser deduzida”. Nesse caso, a proposição particular em questão seria precisamente aquela através da qual uma sucessão *particular* de estados, como a do deslocamento de um barco, é pensada. A tese de Kant seria então a de que, para que a sequência de percepções do barco seja pensada como irreversível, eu preciso pensá-la como instanciando o consequente de um juízo hipotético cujo antecedente (a condição da regra) enuncia condições suficientes para a ocorrência de acontecimentos similares ao acontecimento particular percebido. Minha exposição se apoia aqui em Longuenesse, para quem, segundo Kant, perceber um acontecimento é percebê-lo como a conclusão de um silogismo hipotético (cf. 1998, pp. 367-370). Se tomarmos o exemplo do barco, diríamos que perceber seu deslocamento é percebê-lo como a conclusão do seguinte silogismo: “Se barcos são submetido às condições *C*, eles alteram sua posição; este barco está submetido às condições *C*; portanto, este barco alterou sua posição”. A exposição de Longuenesse também é útil ao explicar por que a condição da regra, nesse caso, deve ser a condição de um juízo *hipotético*, isto é, uma condição que é *adicionada* ao sujeito, e não contida nele. Ela deve ser uma condição que explica a atribuição de *predicados opostos* (“posição *p1*” e “posição *p2*”) a *um mesmo sujeito lógico* (no nosso exemplo, o conceito “barco”). O conceito na posição de

sujeito não pode, portanto, ser uma condição suficiente para uma tal atribuição, de modo que esta última só possa ser explicada por uma condição adicionada de fora (cf. 1998, p. 365).

Creio que podemos ter assim um melhor entendimento do porquê de Kant sustentar que “o que em geral precede um acontecimento deverá incluir a condição para uma regra, segundo a qual este acontecimento sucede sempre e de maneira necessária” (CRP A 194/B 238-9). Pois, se e - ao menos segundo Kant - somente se eu conecto a sucessão das percepções “barco em *p1*” e “barco em *p2*” a “alguma coisa que antecede” (o barco estar nas condições *C*), a qual é pensada como uma condição suficiente para que barcos alterem sua posição de uma determinada maneira, então aquela sequência de percepções é pensada como irreversível e, portanto, como se referindo a uma sucessão objetiva. Nesse contexto, que o barco esteja nas condições *C* seria justamente a *causa* de seu deslocamento, cujo *efeito* é o próprio deslocamento.

Aqui é importante notar que Kant não está defendendo a tese implausível de que, para ter a experiência de uma sucessão objetiva, eu preciso conhecer qual é a sua causa *específica*. Antes, essa causa é apenas *pressuposta* (cf., por exemplo, CRP A 195/B 240, CRP A 198-9/B 243-4), sendo essa pressuposição uma condição necessária e suficiente para esse tipo de experiência. Sendo assim, pode muito bem ser que, na experiência do deslocamento do barco, o termo “*C*” do nosso modelo acima deva ser considerado apenas como uma variável. Kant concede que a causa específica de um determinado acontecimento só pode ser descoberta empiricamente (cf. CRP A 195-6/B 240-1; A 766/B 794). O critério empírico para a descoberta de leis causais particulares seria a conjunção constante de acontecimentos similares, como é indicado pela formulação do esquema da causalidade: “o real, que, uma vez posto arbitrariamente, *sempre* é seguido de outra coisa” (itálico nosso). Isto é, o que caracteriza um acontecimento como causa de outro é o fato de que “*sempre*” que o primeiro ocorre, ele é seguido do segundo, o seu efeito. Por exemplo, após observar muitas vezes barcos alterando sua posição sob condições empíricas similares, posso ser levado a especificar as condições “*C*” do nosso modelo acima e, deste modo, formular uma lei empírica particular sobre o deslocamento de barcos. Todavia, dado seu caráter empírico, eu sempre posso estar enganado com relação a uma lei particular, sendo então, eventualmente, levado a reformulá-lo⁸⁵.

⁸⁵ Nesse ponto, talvez seja o momento de fazer a seguinte ponderação. Viemos insistindo na ideia de que, segundo Kant, a experiência de sucessões objetivas só é possível enquanto a experiência da alteração de estados de substâncias. De fato, esse tipo de sucessão é o maior foco de Kant, especialmente na segunda analogia. Todavia, creio que a esse tipo de sucessão deveríamos acrescentar, como um outro tipo de sucessão, aquelas que se dão entre as próprias alterações identificadas como causa e efeito uma da outra. Elas também seriam uma

Estas últimas considerações poderiam levar a um mal entendido que precisa ser afastado. Sabemos que os esquemas transcendentais são as “traduções sensíveis” das categorias, isto é, o modo como estas se manifestam de maneira efetiva na realidade empírica. Mas, ao caracterizar o esquema da causalidade da maneira indicada acima, não estaria Kant reduzindo este conceito a meras ocorrências empíricas de sucessões de eventos similares, ameaçando assim o seu estatuto *a priori*? Posto de outro modo, não estaria sua concepção de causalidade se aproximando a de um Hume, por exemplo, ao condicionar o que deveria ser um conceito *a priori* e necessariamente aplicável à natureza à ocorrência *contingente* de sucessões constantes entre eventos similares?

A resposta para essas questões deve ser negativa, pois todo o argumento da Segunda Analogia se desenvolve em favor da tese de que, ainda que seja verdade que leis causais empíricas só possam ser descobertas a partir da experiência, disso não se segue que o próprio conceito de causa, assim como o princípio dele derivado, de que “tudo o que acontece tem uma causa”, tenham origem empírica (cf., especialmente, CRP A 195-6/B 240-1). Pois vimos que Kant argumenta que a experiência de uma mera alteração de estados já envolve a *pressuposição* de que esta é determinada por uma causa. Sendo assim, longe de o conceito de causalidade depender ou ser derivado da experiência, ele é na verdade o que torna possível a experiência, mais especificamente a experiência de sucessões objetivas (e, por conseguinte, a experiência de conjunções constantes de sucessões objetivas de um mesmo tipo, das quais esse conceito estaria *supostamente* sendo derivado). Aproveitando o modo como Longuenesse formula este tema, diríamos então que a descoberta *empírica* da causa de um tipo particular de sucessão objetiva apenas irá “fornecer aquilo que nós já sabíamos estar faltando na nossa percepção da sucessão objetiva [...]: o antecedente da regra que a sucessão obedece na medida em que ela é percebida como uma sucessão objetiva” (1998, p. 370). E, enquanto condição de possibilidade de uma experiência *objetiva*, esse conceito, de acordo com a concepção kantiana de objetividade, só pode ter uma origem *a priori*. Por razões que já indicamos, a experiência de uma sucessão objetiva fundamentada em um conceito de causa gerado por meras associações empíricas e psicológicas não poderia incorporar aquela demanda implícita pela concordância de outros que caracteriza a concepção kantiana de objetividade. Por outro lado, uma vez aceita uma origem *a priori* para esse conceito, ele (assim como princípio dele

espécie de sucessão objetiva, cujo estabelecimento se daria, é verdade, *a partir do estabelecimento das sucessões do primeiro tipo*, seguido da constatação de conjunções constantes de eventos similares. Contudo, vale notar que Kant afirma que, na maioria dos casos, o início do surgimento de um efeito é *simultâneo* com “a causalidade de sua causa” (CRP A 203/B 248). Mesmo nesses casos, porém, podemos distinguir entre a “ordem do tempo” e o “lapso do tempo” (cf. CRP A 203/B 248), mas alongarmo-nos sobre esse tema nos desviaria desnecessariamente dos nossos objetivos.

derivado) deixa de depender das experiências e propensões psicológicas de qualquer sujeito em particular. Assim, ao pensar uma sucessão de percepções como “determinada por uma regra”, no sentido explicado acima, eu posso exigir (ainda que implicitamente) que todos julguem essa sucessão como eu, isto é, como uma sucessão irreversível e, portanto, como se referindo a uma sucessão de estados em um objeto. Parafraseando os *Prolegômenos*, torna-se legítima e explicável a pretensão de que esse modo de combinar minhas percepções seja válido para mim e igualmente para todos, o que é o mesmo que dizer que produz uma unidade sintética de representações objetivamente válida (cf. *Prol*, AA 4: 298)⁸⁶.

Esclarecidos esses pontos, cumpre agora relacionar mais uma vez o texto das analogias ao tema central da presente tese, devemos ressaltar que o princípio da causalidade – “tudo o que acontece tem uma causa” – vale necessariamente para a realidade empírica *apenas* em virtude de uma contribuição feita pelo nosso entendimento, na medida em que tal realidade é representada, ou, melhor dizendo, constituída por este último. As razões para isso são basicamente as mesmas apontadas no caso da primeira analogia, então poderemos ser mais breves. Alterações determinadas por leis causais não são coisas em si, mas tampouco são *dadas* de maneira pronta na sensibilidade. Esta só nos oferece sucessões de percepções, não podendo mostrar se conjunções de tais sucessões estão ou não *causalmente* conectadas: a causalidade, diz Kant, não é “intuída através dos sentidos” nem está “contida no aparecimento” (CRP A 137-8/B 176-7). Mais do que isso, a segunda analogia procura mostrar que a sensibilidade, por si só, sequer nos diz se uma sucessão qualquer é “irreversível” e,

⁸⁶ As considerações feitas nos últimos parágrafos parecem apontar para o seguinte dilema. O argumento da Segunda Analogia supostamente prova que a experiência de sucessões objetivas só é possível se estas forem pensadas como determinadas por uma causa. Todavia, dissemos que, na filosofia kantiana, a relação entre causa e efeito se caracteriza pela relação necessária entre eventos similares. Isto é, se um evento do tipo A é causa de um evento do tipo B, então a ocorrência de um evento do primeiro tipo deve *sempre* ser seguida da ocorrência de um evento de do segundo tipo. Contudo, tanto uma quanto a outra são ocorrências *empíricas*. Portanto, elas não podem depender *exclusivamente* das formas *a priori* das nossas representações, mas devem, de alguma maneira, ser *dadas* através do múltiplo *a posteriori* da intuição empírica. Sendo assim, tendo em vista que toda sucessão objetiva deve ter uma causa, e que a relação entre causa e efeito deve ser entendida da maneira explicada acima, parece que a experiência de sucessões objetivas estaria condicionada à existência *contingente* de uma certa regularidade no curso da natureza, regularidade esta que, por depender de fatores empíricos, estaria, por assim dizer, fora do controle do sujeito. Utilizando uma formulação de Guyer sobre este mesmo tema (cf. 2008, pp. 104-7), a possibilidade da experiência, na teoria kantiana, estaria na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” entre as formas *a priori* do entendimento e o curso *a posteriori* da natureza. Este é um tema controverso e que, como explicaremos posteriormente, é de importância central para o presente trabalho. Por isso, ele deverá receber um tratamento mais cuidadoso apenas em um capítulo posterior, a ser acrescentado na presente tese na forma de um Apêndice. Por ora, gostaríamos apenas de adiantar que nossa posição será a de que, dados certos pressupostos e teses fundamentais de Kant, sua posição *não é e não pode ser* a de que a possibilidade da experiência seja dependente da existência de uma “harmonia pré-estabelecida”, entendida no sentido explicado acima. E, embora a suspeita dessa dependência tenda a ser suscitada mais facilmente no caso do princípio da causalidade, creio que ela pode eventualmente ser levantada também no caso dos princípios de (pelo menos) algumas das demais categorias. Sendo assim, as considerações feitas aqui valem igualmente para tudo o que está sendo dito neste capítulo acerca dos princípios do entendimento de modo geral.

portanto, objetiva. Este tipo determinação temporal só é possível na medida em que os dados sensíveis são *pensados*, ou, *interpretados* de acordo com determinadas regras *a priori*. No caso em questão, trata-se de uma regra que tem seu fundamento na categoria de causalidade e, em última instância, na forma lógica do juízo hipotético. Isto é, uma sucessão de representações adquire objetividade apenas na medida em que for pensada como instanciando o consequente de um juízo hipotético, cujo antecedente expressa uma “condição” da qual essa sucessão deve se seguir “sempre e de maneira necessária” (CRP A 194/B 238-9). No entanto, tal estrutura, análoga à do juízo hipotético, não está dada de maneira pronta nos dados sensíveis, mas deve ser *introduzida* neles mediante a síntese transcendental da imaginação.

Segundo penso, essas considerações apontam, mais uma vez, para a presença, no sistema kantiano, de um “isomorfismo” ou “identidade estrutural” entre formas lógicas e certas propriedades necessárias da realidade empírica. A segunda analogia implica que a realidade empírica deve possuir propriedades estruturais análogas não apenas à forma lógica categórica, mas, também, à forma lógica hipotética. Ou seja, na medida em que alterações de substâncias devem necessariamente ser causalmente determinadas, deve haver entre os aparecimentos relações análogas à relação de fundamento e consequência que caracteriza juízos hipotéticos. Vale repetir que, pelas razões apresentadas no parágrafo anterior, trata-se de um isomorfismo que existe *apenas* na medida em que essas formas lógicas são impostas a um domínio que, tomado por si mesmo, não possui essas formas que lhes são impostas. Utilizando novamente a leitura de Loparic, isso revela o caráter “constitutivo” da semântica kantiana, de acordo com o qual é apenas mediante o esquematismo da categoria de causa que pode ser *gerado* um domínio de “interpretação” para juízos empíricos da forma hipotética.

No entanto, Loparic parece querer restringir o âmbito dos juízos hipotéticos que seriam interpretados mediante a esquematização da categoria de causalidade, ao sugerir, ainda que de passagem, que tais juízos seriam apenas os “juízos hipotéticos *universalmente quantificados*” (2000, p. 232, *italico* nosso). E, de fato, na introdução da segunda edição Kant afirma, do conceito de causa, que ele contém o conceito de “uma rigorosa universalidade da regra” (CRP B 5). Dessa perspectiva, juízos que se tornam “preenchíveis” ou “interpretáveis” mediante construções guiadas pela categoria de causalidade seriam, mais especificamente, apenas juízos hipotéticos dotados de uma “rigorosa universalidade”. Tratar-se-iam precisamente daqueles que expressam leis causais empíricas, que são as “regras” das quais

nos fala a Segunda Analogia⁸⁷. Longuenesse chega a, inclusive, oferecer uma formulação para essas regras que ressalta a sua quantificação universal (cf. 1998, p. 368, n. 76). Aplicando sua formulação ao exemplo desenvolvido acima, ao invés de expressarmos a nossa regra como “Se barcos são submetido às condições *C*, eles alteram sua posição”, diríamos: “*Todos* os barcos, se submetidos às condições *C*, alteram sua posição”.

Por outro lado, embora talvez seja então correto afirmar então que juízos empíricos da forma hipotética *universalmente quantificados* são, por assim dizer, os juízos causais por excelência, a segunda analogia nos mostrou que só podemos ter experiência de sucessões objetivas *singulares* na medida em que elas são pensadas como *instanciando* o consequente desses juízos universais. Isso também significa que elas devem ser pensadas como tendo sido determinadas por eventos, igualmente *singulares*, que *instanciam* o antecedente daqueles mesmos juízos. Por conseguinte, a segunda analogia implica que o mundo empírico, mesmo quando considerado no nível de eventos ou acontecimentos *singulares*, deve necessariamente incorporar propriedades estruturais análogas não apenas à forma lógica categórica, como ensinou a primeira analogia, mas análogas também à forma hipotética.

4.2.3 Esquematização e princípio da categoria de comunidade

A terceira e última categoria de relação é o conceito de “comunidade”, embora Kant também se refira a ela como “ação recíproca” ou “interação” (*Wechselwirkung*). Essa categoria corresponde à forma lógica dos juízos disjuntivos⁸⁸, e seu esquema é caracterizado como “a simultaneidade das determinações de uma com as da outra [substância], segundo uma regra geral” (CRP A 144/B 183-4). As formulações do princípio derivado dessa categoria na primeira e segunda edição são, respectivamente: “Todas as substâncias, na medida em que são simultâneas, estão em comunidade universal (isto é, num estado de ação recíproca)” e “Todas as substâncias, enquanto suscetíveis de ser percebidas como simultâneas no espaço, estão em ação recíproca universal”. Aparentemente, um princípio adicional para explicitar as condições de possibilidade da percepção de substâncias como simultâneas (*zugleich*) parece ser supérfluo depois da primeira analogia. Afinal, esta já teria estabelecido que substâncias persistem durante *todo* o tempo, do que se segue que, durante *todo* o tempo, elas coexistem simultaneamente. Contudo, a exposição de Kant ao longo da terceira analogia nos permite

⁸⁷ Vale notar que a quantificação universal está contida na noção de “regra” tal como caracterizada na *Lógica Jäsche*: “proposição universal da qual uma proposição particular poderia ser deduzida” (*Log*, AA 9: 124; cf. também *Log*, AA 9: 121).

⁸⁸ Contudo, veremos que a correspondência entre forma lógica e categoria é problemática nesse caso.

concluir que a simultaneidade a ser determinada é a aquela entre estados de substâncias, ou, melhor dizendo, entre substâncias naquele sentido secundário ou comparativo que explicamos anteriormente. Nesse caso, tratar-se-á de explicar como é possível a experiência da simultaneidade de substâncias na medida em que elas são reconhecidas através de conceitos que refletem propriedades mais permanentes em comparação com outras mais mutáveis. Sendo assim, a terceira analogia é o complemento natural da segunda, que explicou a possibilidade da experiência de estados *sucessivos* de substâncias. Por isso, sua prova terá uma estrutura bastante similar à do princípio da causalidade, de modo que nossa exposição ficará facilitada.

Assim como na segunda analogia Kant colocou a “irreversibilidade” da ordem de apreensão como o critério ou marca distintiva da apreensão de uma sucessão objetiva, na terceira analogia também é apresentado o critério ou marca distintiva da apreensão de uma simultaneidade objetiva. Esta será precisamente a *reversibilidade* da ordem da apreensão; ou, nas palavras de Kant, tenho a apreensão de coisas simultâneas quando a ordem da síntese de apreensão é “indiferente” (CRP A 211/B 258). Em um exemplo dado no parágrafo adicionado na segunda edição, Kant caracteriza essa irreversibilidade a partir da experiência da simultaneidade que assumimos vigorar entre a Terra e a Lua: “posso começar minha percepção, primeiro pela Lua e passar depois à Terra ou, inversamente, primeiro pela Terra e depois à Lua e, por esse motivo [...] afirmo que esses objetos existem simultaneamente [*zugleich*] (CRP B 257). Isto é, na medida em que percebo a Terra e a Lua como coisas simultâneas, embora tenha tido, por exemplo, uma percepção da Terra em *t1* seguida da percepção da Lua em *t2*, eu estou consciente de que *poderia* ter tido, em *t1*, a percepção da Lua seguida pela percepção da Terra em *t2*. O problema, como diz Guyer, é que tudo o que eu tenho são meras sucessões de representações que não nos dizem nada acerca de sua “modalidade” (GUYER, 1987, p. 270). Esse parece ser o ponto de Kant quando ele diz que minha apreensão indica apenas “acerca destas percepções que, quando está uma no sujeito não está a outra e reciprocamente, mas não que os objetos sejam simultâneos, isto é, que estando um esteja também o outro *no mesmo tempo* [...]” (CRP B 257, *itálico nosso*)⁸⁹. Isso significa, entre outras coisas, que, mesmo no caso de eu ter uma percepção da Terra em *t1*, seguida da percepção da Lua em *t2*, seguida, por sua vez, da percepção da Terra em *t3*, nada me garante que tanto a Terra como a Lua sejam coexistentes em qualquer um desses três momentos do tempo. Como não posso ter a percepção de *ambas* em um *mesmo* momento do

⁸⁹ Embora não apareça explicitamente na terceira analogia, creio que a premissa de que a nossa apreensão do múltiplo de aparecimentos é sempre sucessiva esteja implícito aqui.

tempo, poderia ter se tratado, por exemplo, de uma sucessão de estados de um objeto sofrendo sucessivas alterações, e não da percepção de dois objetos existindo simultaneamente em um mesmo intervalo temporal.

Como não poderia ser diferente, a posição de Kant será a de que a experiência da simultaneidade de objetos só é possível na medida em que minhas percepções são *pensadas* ou *interpretadas* de acordo com um conceito *a priori*⁹⁰. Trata-se aqui do conceito de “comunidade” ou “ação recíproca” (CRP B 258), o que nos leva a entender melhor a formulação do esquema deste conceito como “a simultaneidade das determinações de uma [substância] com as da outra, segundo uma regra geral” (CRP A 144/B 183-4). Isto é, se, como Kant estará defendendo na Terceira Analogia, a experiência da simultaneidade de objetos é possível *apenas* em virtude da aplicação da categoria de “comunidade”, por outro lado, e por isso mesmo, essa simultaneidade pode ser tomada como o modo pelo qual esta categoria se “traduz” de maneira sensível, o que justifica aquela formulação para o seu esquema.

Para entendermos de que maneira a aplicação da categoria de comunidade torna possível a experiência da simultaneidade, consideremos, primeiramente, o seguinte trecho que aparece na segunda formulação da “prova” da Terceira Analogia. Nele, Kant caracteriza a relação que deve vigorar entre os aparecimentos na medida em que eles são pensados de acordo com este conceito:

Assim, cada substância [...] deve pois conter a causalidade de certas determinações nas outras substâncias e, simultaneamente, os efeitos da causalidade das outras substâncias em si, isto é, todas têm de estar (mediata ou imediatamente) em comunidade dinâmica, para que a simultaneidade deva ser conhecida em qualquer experiência possível (CRP A 212-3/B 259).

Dado que a categoria de comunidade está sendo caracterizada como uma espécie de *causalidade* recíproca, parece-me que podemos aqui seguir Longuenesse e entendê-la como um conceito que determina uma relação entre aparecimentos a ser expressa por meio de um juízo hipotético reversível (cf. LONGUENESSE, 1998, p. 389-390). Por este último, entendemos um juízo hipotético que também afirma como verdade o juízo que resulta quando o seu conseqüente toma o lugar do antecedente, e vice-versa. Sendo assim, eu diria que percebo a Terra e a Lua como simultâneas se e somente se eu pressuponho existir entre elas

⁹⁰ Já sabemos que a concepção kantiana de objetividade determina que apenas conceitos *a priori* possibilitam a geração de unidades sintéticas com aquela pretensão de validade universal e necessária que caracteriza a concepção kantiana de objetividade. Por ser um tema já abordado outras vezes, não nos alongaremos sobre ele novamente aqui.

uma interação expressa do seguinte modo: “Se a Terra, com todas as determinações que atribuo a ela (localização espacial, qualidades, etc.), então a Lua, com todas as determinações que atribuo a ela; e, se a Lua com todas as determinações que atribuo a ela, então a Terra, com todas as determinações que atribuo a ela”. Note-se que, ainda que o princípio da terceira analogia possa ser entendido a partir de um modelo semelhante ao de segunda, há diferenças importantes a serem apontadas. Vimos que a segunda analogia estabelece que só posso perceber uma mudança na medida em que pressuponho que pressuponho *alguma* causa para ela. Essa causa, porém, não faz parte da experiência a ser explicada, apenas a mudança, pois eu sequer tenho que saber qual foi a causa *específica* desta última. No presente caso, porém, tanto causa como efeito fazem parte da experiência a ser explicada (cf. LONGUENESSE, 1998, p. 389-390), o que é, aliás, essencial para que o conceito de comunidade cumpra seu papel. Dado que, como dissemos, não posso ter a percepção, em um *mesmo* momento do tempo, de *ambos* objetos a serem determinados como simultâneos, o conceito de ação recíproca preenche essa lacuna na medida em que cada objeto, juntamente com seus estados, é pensado como causa do outro existir juntamente com todos os seus estados, *e vice-versa*. Sendo assim, ao perceber a Terra em *tI*, não só posso como devo pressupor a Lua como existindo simultaneamente: a Terra está sendo pensada como a causa da Lua existir juntamente com seus estados, e, reciprocamente, a Lua está sendo pensada como a causa da Terra, que é a única coisa que percebo efetivamente em *tI*, existir juntamente com seus estados. Sendo assim, ao perceber a Terra em *tI*, não posso deixar de aceitar a presença simultânea da Lua, e vice-versa.

Vale ressaltar que o argumento da terceira analogia não se limita a afirmar a existência de uma ação recíproca entre dois ou mais objetos *diretamente* percorridos pela minha síntese de apreensão. Todos os objetos, mesmo remotamente distantes, que são pensados como coexistindo durante um mesmo intervalo de tempo qualquer devem ser pensados como interagindo, isto é: os estados de cada um devem ser pensados como causa e efeito dos estados do outro ao longo do intervalo de tempo em questão. Deste modo, esses objetos, diz Kant, são pensados como constituindo um “todo” (CRP A 214/B 261). Utilizando a maneira como viemos formulando o tema neste trabalho, trata-se de aqui de mais uma tese acerca das propriedades necessárias da realidade.

Sobre o estatuto dessas propriedades necessárias, continua valendo as mesmas considerações feitas acima acerca do “construtivismo” kantiano: a ação recíproca entre os aparecimentos não é algo *dado* de maneira pronta pela sensibilidade, que não nos dá mais do que uma sucessão de representações variáveis e mutáveis. Trata-se, antes, de uma estrutura

introduzida nos dados sensíveis em virtude de uma contribuição do entendimento, de acordo com a forma essencial deste. E essa “forma essencial”, vale repetir, trata-se precisamente de uma *forma lógica*. Aqui, porém, temos aparentemente um problema que não vimos no caso das demais analogias. Tendo em vista que a categoria de comunidade é, supostamente, derivada da forma lógica dos juízos disjuntivos, esperava-se que esta última fosse a forma lógica (sob o nome de categoria) a ser imposta aos dados sensíveis a fim de se interpretar os aparecimentos como interagindo mutuamente. No entanto, vimos que a comunidade é caracterizada por Kant como envolvendo uma *causalidade* recíproca entre os objetos, o que nos leva forçosamente a entender sua forma lógica correspondente como a forma lógica de um juízo *hipotético* reversível. Temos assim um impasse com relação à correlação estabelecida na dedução metafísica entre juízos disjuntivos e a categoria de comunidade.

Para abordar esse ponto, lembremos, primeiramente, que juízos disjuntivos são caracterizados na dedução metafísica como contendo uma relação de “oposição lógica” entre duas ou mais proposições “na medida em que a esfera de uma exclui a esfera da outra; mas também a [relação] de comunidade”, na medida em que essas proposições, tomadas em conjunto “satisfazem a esfera da cognição propriamente dita” (CRP A 73-4/B 99). Embora o exemplo apresentado por Kant em seguida seja um tanto obscuro, sua ideia é a de que a forma lógica disjuntiva expressa a divisão da extensão de um conceito em partes exclusivas e complementares⁹¹. Deste modo, podemos dizer que um juízo disjuntivo expressa que todo objeto *x* pensado sob o conceito A está contido sob os conceitos “B” ou “C”, ou “D”... ou “N”, onde as respectivas extensões de “B”, “C”, “D”,... “N” dividem e esgotam a extensão do conceito “A”. Após apresentar a tabela das categorias, Kant reconhece que correlação entre essa forma lógica e a comunidade não é tão evidente, e procura justificá-la. A sugestão aqui é a de que, assim como em um juízo disjuntivo a extensão de um conceito “é representada como um todo dividido em partes (os conceitos subordinados)” que são pensadas como “*coordenadas* uma à outra”, no caso de um “*todo de coisas*” que mantêm entre si uma relação de comunidade “uma [...] é simultânea e reciprocamente *coordenada* às outras como causa no que se refere à sua determinação” (CRP B 112). Sem a intenção de alongarmo-nos sobre esse ponto, a relação entre forma lógica e categoria parece estar baseada em uma analogia entre o

⁹¹ O exemplo em questão obscurece esse modo de interpretar a forma disjuntiva porque, ao invés de empregar um conceito a ser dividido, ele faz um uso singular do conceito “mundo” seguido pelo verbo “existe”. No entanto, penso que esse juízo poderia ser traduzido como a expressão da divisão do conceito “existência do mundo”. Embora envolva uma extrapolação do texto, essa me parece ser a maneira mais simples para dar um tratamento integrado aos juízos disjuntivos e para conferir sentido à correlação que Kant estabelecerá depois entre eles e a categoria de comunidade. Na *Lógica Jäsche*, o tratamento dado aos juízos disjuntivos favorece esse tipo de interpretação. (Log, AA 9: 107-9; cf. também LOPARIC, 2000, p. 239; e LONGUENESSE, 1998, pp. 279-280).

modo como extensões conceituais excludentes entre si complementam uma a outra de modo a esgotar a extensão do conceito dividido e o modo como substâncias em ação recíproca complementam uma a outra de modo a formar um todo de coisas.

Contudo, como frequentemente notado pelos intérpretes, essa analogia não é plenamente satisfatória (cf., por exemplo, ALLISON, 2004, p. 151). No caso da divisão conceitual que caracteriza a forma disjuntiva, as extensões conceituais complementares mantêm entre si uma relação de *exclusão*, ao passo que no caso das substâncias em comunidade os estados de cada uma constituem uma razão para a *afirmação* dos estados da outra. Se quiséssemos entender o juízo disjuntivo a partir da forma hipotética utilizada na explicação do argumento da terceira analogia, diríamos algo do tipo: “Se x é B, então x não é C, D..., N; e se x não é C, D..., N, então x é B”. Contudo, como vimos acima, não é assim que ação recíproca entre substâncias deve ser entendida para que ela se mostre capaz de explicar a experiência da simultaneidade dos objetos.

Longuenesse procura tornar compreensível a correlação entre a forma lógica disjuntiva e a categoria de comunidade apontando, em primeiro lugar, que a segunda é uma condição da possibilidade de juízos disjuntivos sobre o mundo empírico (1998, p. 386). Sua ideia aqui parece ser a de que a representação de coisas existindo simultaneamente em um todo, possibilitada pelo conceito de ação recíproca, é o modo pelo qual elas podem ser individualizadas no espaço e no tempo e, assim, refletidas sob conceitos a serem combinados de acordo com a forma de juízos disjuntivos (cf. 1998, p. 384; cf. também LONGUENESSE, 2005, p. 197). A autora reconhece, porém, que é à forma lógica *hipotética* que a categoria de comunidade está mais diretamente associada, de modo que “refletir objetos materiais de acordo com a forma lógica disjuntiva é possível se e somente se eles são primeiramente refletidos de acordo com a forma lógica de juízos hipotéticos [...]” (1998, p. 386). Contudo, essa relação entre a comunidade e a forma hipotética não tornaria a relação entre a primeira e a forma disjuntiva irrelevante, pois “apenas a forma lógica disjuntiva pode conferir à categoria de comunidade o seu caráter totalizante” (1998, p. 386). Segundo a autora, apenas se o esquema da comunidade for guiado pela forma lógica disjuntiva essa categoria pode adquirir o sentido conferido a ela na terceira analogia: o conceito de “um sistema da ação recíproca *universal* de substâncias gerando a representação de um *mundo total* [*world-whole*]” (1998, p. 386). Se a interpreto corretamente, isso se deveria ao fato de que a forma disjuntiva é, por natureza, aquela pela qual se pode expressar a divisão da extensão do conceito “realidade total” na extensão dos diversos conceitos que ela compreende (cf. 1998, pp. 383-4). Tal juízo seria a representação discursiva de uma multiplicidade de elementos em ação

recíproca que, em seu conjunto, constituem a realidade empírica como um todo. Em um outro trabalho dedicado ao tema, Longuenesse sugere ainda que a correspondência entre a forma disjuntiva e categoria de comunidade também é confirmada na medida em que, assim como, em um juízo disjuntivo, as sub esferas do conceito dividido são representadas como excluindo uma a outra e combinadas em um todo, por meio da categoria de comunidade representamos a existência de substâncias constituindo um todo material, no qual cada coisa exclui a existência de todas as outras: “onde uma existe, nenhuma pode existir ao mesmo tempo” (2005, p. 196).

Embora seja provavelmente considerações desse tipo que Kant tenha em vista ao correlacionar a forma disjuntiva com a categoria de comunidade, isso, segundo penso, não muda o fato de que essa seja a correlação mais frágil quando comparada com os demais itens sob o título de relação. Em primeiro lugar, tal correlação não parece ser justificada pelo fato de que a categoria de comunidade seja uma condição de possibilidade de juízos de experiência da forma disjuntiva. Isso não é menos verdadeiro do que o fato de a categoria de substância, por exemplo, ser uma condição de possibilidade de juízos de experiência tanto da forma hipotética como da forma disjuntiva. Nem por isso, no entanto, essa categoria deixa de ser associada *especificamente* à forma judicativa categórica. Parece então que o fundamento da correlação entre uma certa categoria e uma certa forma lógica deve se estar no fato de a síntese de aparecimentos guiada pela primeira introduzir nos dados sensíveis uma determinação derivada especificamente da segunda. Isso, aliás, aparece de modo explícito nessa definição das categorias adicionada na segunda edição: “São conceitos de um objeto em geral, por intermédio dos quais a intuição desse objeto se considera *determinada* em relação a uma das *funções lógicas* do juízo” (CRP B 128). E é por isso que também não é completamente convincente a alegação de uma analogia entre o modo pelo qual, de um lado, sub esferas de conceitos são representadas como se excluindo e constituindo um todo em juízos disjuntivos, e, do outro, substâncias são representadas como excluindo uma a outra e constituindo um todo em virtude da aplicação da categoria de comunidade. Ainda que isso seja verdade, a representação de substâncias em ação recíproca não é possibilitada na medida em que, parafraseando a definição de categoria acima, a intuição dessas substâncias se considerada *determinada* em relação à função lógica do juízo do juízo *disjuntivo*. Como vimos anteriormente, sendo a categoria de comunidade uma espécie de causalidade recíproca, a função lógica atuando aqui é aquela do juízo hipotético (reversível).

No entanto, creio que o fato de a correlação entre a forma lógica disjuntiva e a categoria de comunidade ser um tanto forçada não representa um obstáculo intransponível para os propósitos deste trabalho. Por razões já explicadas, nossa intenção principal é apontar

para a existência, no sistema kantiano, de uma relação entre forma lógica e aquelas que seriam, segundo Kant, as propriedades necessárias da realidade empírica. Mais do que isso, estamos chamando atenção para a ideia de que, segundo a filosofia kantiana, essas propriedades seriam algo *produzido* pelo sujeito na medida em que formas lógicas são *impostas* a um domínio que, tomado por si mesmo, não as possui. Sendo assim, para os nossos propósitos não é de todo relevante se a forma lógica associada à categoria de comunidade é a forma disjuntiva ou a hipotética. No que diz respeito ao nosso tema central, não faria tanta diferença se nos víssemos obrigados a concluir que Kant deveria ter eliminado a forma disjuntiva de sua tabela dos juízos e inserido, em seu lugar, uma forma lógica derivada da hipotética: a dos juízos hipotéticos reversíveis. Continuaría sendo verdade que, segundo a filosofia kantiana, uma determinada propriedade necessária da realidade – a de ela ser constituída de substâncias em ação recíproca – não é nem algo *dado* de maneira pronta na sensibilidade nem o resultado de associações psicológicas ou empíricas. Antes, tais propriedades teriam sua origem nas *formas lógicas a priori* do entendimento e seriam produzidas na medida em que essas últimas são *impostas* a um domínio que, tomado por si mesmo, não as possui. Em suma, apoiando-nos na leitura de Loparic, continuaria sendo verdade que a semântica kantiana é uma semana “construtivista”.

Em segundo lugar, caso se queira continuar sustentando que a forma lógica disjuntiva seja, no interior do sistema kantiano, uma das formas lógicas *a priori* e mais básicas do entendimento, poderíamos continuar dizendo que há uma identidade estrutural ou isomorfismo entre ela e as propriedades necessárias da realidade. É verdade que a propriedade estrutural da realidade empírica gerada mediante o esquema da comunidade continuaria sendo análoga mais especificamente à forma lógica de juízos hipotéticos reversíveis. Ainda assim, é possível dizer que a realidade empírica constituída mediante a aplicação dessa categoria pode ser refletida ou descrita por meio de juízos disjuntivos. Haveria, nesse caso, uma identidade estrutural entre esses juízos e a realidade empírica, na medida em que esta última é constituída de substâncias que, ao interagirem entre si, formam um todo no qual “onde uma existe, nenhuma pode existir ao mesmo tempo” (LONGUENESSE, 2005, p. 196). Sendo assim, utilizando a perspectiva semântica que Loparic lança sobre a filosofia kantiana, seria possível dizer que a categoria de comunidade é responsável pela geração de um domínio de “interpretação”, tanto para juízos hipotéticos reversíveis quanto para juízos disjuntivos, sendo que esses últimos podem, eventualmente, expressar a divisão conceitual de um conceito de “realidade total”.

A partir dessas considerações, creio ser possível concluir que, apesar dos problemas identificados, o exame do princípio e do esquema derivados da categoria de comunidade não afetam de maneira irreversível as ideias centrais que estamos procurando desenvolver no presente trabalho. Com isso, concluímos nosso exame das dos princípios e esquemas das categorias de relação. Nosso próximo passo será agora examinar aqueles derivados das categorias matemáticas.

4.3 Esquemas e princípios das categorias matemáticas

Nesta seção examinaremos os esquemas e princípios do entendimento derivados das categorias “matemáticas”, que são as de quantidade e de qualidade. Como já sugerido pelo título dado a esse grupo de categorias, o que os princípios delas derivados se propõem a fazer é estabelecer a possibilidade da aplicação da matemática à realidade empírica (cf., por exemplo, CRP A 160/B 199; e *Prol*, AA 4: 309). Mas, embora uma comparação entre as filosofias kantiana e tractariana da matemática pudesse trazer resultados interessantes, o exame de qualquer uma delas extrapolaria os limites deste trabalho. Ainda assim, esses princípios merecem ser examinados, tendo em vista que será possível extrair deles uma correspondência entre as formas lógicas de quantidade e qualidade e determinadas propriedades da realidade⁹². E esse tipo de correspondência, como viemos insistindo, constitui o tema central da presente tese. Todavia, pelas razões indicadas, não nos preocuparemos em dar uma explicação tão detalhada da “prova” desses princípios, de modo que essa análise poderá ser menos cuidadosa do que aquelas desenvolvidas na seção anterior.

4.3.1 Esquematização e princípio das categorias de quantidade

Enquanto é possível observar uma “identidade estrutural” entre as formas lógicas de relação e determinadas propriedades necessárias da realidade empírica⁹³, é preciso confessar que o mesmo não se dá de maneira tão fácil no caso das formas de quantidade. Isso implica, pois, em uma diferença importante entre o “isomorfismo” kantiano e o tractariano, uma vez que o segundo, como vimos anteriormente, tem um caráter mais radical na medida em seria claramente verificado em toda e qualquer propriedade formal tanto das proposições

⁹² Contudo, como veremos a seguir, no caso da “quantidade” haverá algumas complicações no que diz respeito a esse ponto.

⁹³ Apesar das ressalvas feitas acerca da categoria de comunidade.

elementares como da realidade representada. Todavia, creio isso não torna inviável o ponto central que estamos querendo estabelecer na presente tese. Em primeiro lugar, como esperamos confirmar no próximo capítulo, os exemplos de “identidade estrutural” entre as formas lógicas restantes, sobretudo as de relação, e suas respectivas contrapartes ontológicas já seriam suficientes para a explicação específica que pretendemos oferecer acerca da inviabilidade de uma leitura antirrealista do *Tractatus*⁹⁴. Posto de outro modo, uma comparação entre tais formas lógicas e as formas lógicas tractarianas seria suficiente para defendermos que o isomorfismo tractariano entre forma lógica e ontologia não pode ser explicado de modo análogo àquele que caracteriza a “Revolução Copernicana” de Kant. Além disso, embora a ideia de uma “identidade estrutural” não seja tão verificável no caso das formas de quantidade, veremos que, ainda assim, é correto dizer que elas são a *origem* de determinadas propriedades necessárias da realidade empírica, como não poderia ser diferente dado o que é estabelecido na dedução metafísica. Veremos posteriormente que, assim como ocorre no caso dos demais títulos da tabela do juízo, o que possibilita isso também é a característica da concepção kantiana de forma lógica mencionada anteriormente, e que será melhor trabalhada no capítulo seguinte: a de elas serem formas lógicas que, diferentemente das formas lógicas tractarianas, se abstraem totalmente do *conteúdo* que deve preenchê-las. Sendo assim, penso que valerá a pena nos dedicarmos, nesta seção, também a uma análise dos esquemas e princípios derivados das categorias de quantidade.

Diferente do que ocorre com as categorias de relação, Kant não oferece um princípio em separado para cada uma das categorias de “unidade”, “pluralidade” e “totalidade”, mas um único princípio derivado das categorias de quantidade tomadas de modo geral, intitulado “Axiomas da Intuição”. A formulação deste, na primeira edição, é: “Todos os aparecimentos, do ponto de vista da sua intuição, são grandezas extensivas” (CRP A 162/B 202). De modo geral, o termo “grandezas” (*Größe*), na *Crítica*, diz respeito a uma determinação quantitativa de objetos ou de um conjunto de objetos, sendo que Kant chega por vezes a usá-lo como substituto do termo “quantidade” (*Quantität*), falando, por exemplo, da “categoria de grandezas” (cf., por exemplo, CRP B 115). Já por uma grandezas *extensiva* Kant entende “aquela em que a representação das partes torna possível o todo (e, portanto, necessariamente a precede)” (CRP A 162/B 203). Embora não fique tão claro nessa caracterização, creio que o

⁹⁴ Como dissemos no início deste capítulo, as formas lógicas e categorias de modalidade podem ser – legitimamente, penso eu – ignoradas, tendo em vista que as primeiras não contribuem em nada para as propriedades estruturais dos juízos e as segundas não refletem nenhuma determinação adicional dos objetos (cf. CRP A 74/B 99-100; A 219/B 266). Ou seja, tendo em vista a própria natureza dessas formas lógicas e categorias, nenhuma “identidade estrutural” era mesmo algo a se esperar neste caso.

que define uma grandeza extensiva - e que a distingue de uma grandeza “intensiva”, que será objeto do princípio das categorias de qualidade – é o fato de ela ser uma grandeza cujas partes são externas ou separadas (ou separáveis) umas das outras. Assim, uma linha, por exemplo, seja ela um objeto físico ou meramente concebido na imaginação, é uma grandeza extensiva na medida em que é constituída de partes que podem existir simultaneamente justapostas uma a outra; aliás, partes que mesmo *devem* existir assim para que essa linha seja a linha que é. Assim, dizemos, por exemplo, que a linha é constituída de suas duas metades, sendo que essas metades são externas ou separáveis uma da outra.

O objetivo do texto dos Axiomas da Intuição será justamente provar que objetos, tomados de modo geral, *são* grandezas extensivas. Esta prova, se a interpreto corretamente, parte da doutrina, estabelecida na Estética Transcendental, de que espaço e tempo são as formas *a priori* da nossa sensibilidade. Regiões do espaço e do tempo, assim como qualquer objeto espaço-temporal, não podem, ao menos segundo Kant, ser intuídos senão como “agregados (conjunto de partes previamente dadas)” (CRP A 163/B 204). Assim, por exemplo: “Não posso ter a representação de uma linha, por pequena que seja, se não a traçar em pensamento, ou seja, sem produzir as suas partes, sucessivamente, a partir de um ponto e desse modo retraçar esta intuição” (CRP A 162-3/B 203)⁹⁵. O mesmo se passa com qualquer intervalo de tempo (CRP A 162-3/B 203). Mas isso, para Kant, é o mesmo que dizer que qualquer região do espaço e do tempo, assim como qualquer aparecimento dado *no* espaço e no tempo (ou seja, todos eles), são intuídos como grandezas extensivas, isto é, como uma grandeza na qual “a representação das partes torna possível o todo (e, portanto, necessariamente a precede)” (CRP A 162/B 203). E trata-se aqui de uma *grandeza* porque, uma vez que um aparecimento qualquer só pode ser intuído como um “conjunto de partes previamente dadas”, ele pode receber uma determinação quantitativa, ou seja, essas partes podem ser contadas de modo que, com isso, o aparecimento é *medido* (recebe uma atribuição numérica). Para esclarecer este último ponto, cumpre apontar que Kant não afirma apenas que regiões espaço-temporais são intuídas como agregados de partes, mas de partes “homogêneas”: todos os aparecimentos, diz ele, não podem ser apreendidos “de outra forma que não seja [...] pela composição do homogêneo e a consciência da unidade sintética desse diverso (do homogêneo)” (CRP B 202-3). Por ora, aceitemos que apreender um aparecimento “pela composição do homogêneo” é apreendê-lo como que produzido pela repetição sucessiva

⁹⁵ Já vemos aqui a origem do problema que será tratado nas Analogias da Experiência. Dado que toda apreensão de um múltiplo espaço temporal deve se dar pela “produção” *sucessiva* de suas partes, caberá indagar como é possível distinguir uma sucessão objetiva de uma sucessão meramente subjetiva.

de uma unidade. Uma unidade é algo “homogêneo” no sentido de que, para medir uma coisa através dela, devo aplicar um *mesmo* padrão de medida que se *repete*. Assim, se apreendo uma linha como um composto homogêneo, eu a apreendo como constituída de partes que possuem um *mesmo* comprimento, digamos, o comprimento correspondente ao um centímetro. Posso dizer então que a linha que apreendo é constituída de n dessas partes, de modo que ela recebe, com isso, uma determinação numérica. Uma vez que todos os aparecimentos são apreendidos como compostos homogêneos, se segue que todos eles podem receber um tratamento deste tipo.

Através dessas considerações, Kant pretende estar provando a aplicabilidade da matemática à realidade empírica. Em especial, ele pretende estar provando que, sendo os aparecimento eles mesmos intuídos como grandezas extensivas, construções matemáticas efetuadas *a priori* na intuição pura do espaço e do tempo valerão necessariamente para os aparecimentos dados empiricamente. Porém, pelas razões apresentadas anteriormente, não será nossa intenção nos determos nessa etapa do argumento kantiano e menos ainda examinar sua filosofia da matemática. Dessa discussão nos caberá apenas esclarecer de que maneira a apreensão de aparecimentos como grandezas extensivas envolve a aplicação das categorias de quantidade e, o mais importante, em que sentido estas últimas, na medida em que estão envolvidas em tal processo, podem ser entendidas como derivadas das formas lógicas correspondentes.

Para Kant, dizer que aparecimentos não podem ser percebidos senão como grandezas extensivas é o mesmo que dizer que sua mera percepção já pressupõe (pelo menos) o emprego das categorias de quantidade. Isso fica evidente se considerarmos que o esquema destas últimas é definido como “o *número*, que é uma representação que engloba [*zusammenfaßt*] a adição sucessiva da unidade à unidade (do homogêneo)” (CRP A 142/B 182). Cumpre notar, em primeiro lugar, que Kant nos apresenta um único esquema para as três categorias de quantidade. A razão disso seria a de que esse esquema, tal como ele é definido, já está mobilizando todas as três⁹⁶. Para abordarmos esse ponto, tomemos o exemplo da percepção de uma casa, apresentado na segunda versão da Dedução Transcendental. Lemos que “quando converto em percepção a intuição empírica de uma casa”, eu “como que desenho a sua figura segundo a unidade sintética do diverso no espaço” (CRP B 162). Em seguida, é dito que esta unidade sintética, abstraída da forma do espaço, é “a categoria da síntese do homogêneo numa intuição em geral, ou seja, a categoria da *quantidade*” (CRP B 162). Munidos da formulação

⁹⁶ Minha análise deste ponto, no restante deste parágrafo, é tributária de LONGUENESSE, 1998, pp. 253-5; e THOMPSON, 1989, pp. 172-4.

do esquema da quantidade e do texto dos Axiomas, podemos dizer que, assim como quando represento uma linha, quando eu “desenho” a “figura” da casa construo uma determinada forma geométrica cujas partes são traçadas sucessivamente a partir de um certo ponto (cf. CRP A 162-3/B 203). Deste modo, a casa é representada como um “conjunto de partes previamente dadas” (CRP A 163/B 204); ou, vale acrescentar, ela é representada, ainda que não de maneira consciente, como um conjunto de partes *homogêneas* previamente dadas, no sentido explicado acima. Mas, sendo assim, então aqui estariam atuando as três categorias de quantidade, uma vez que a casa é intuída como uma *pluralidade* de partes (*unidades*); essa pluralidade, por sua vez, forma uma *totalidade*, no sentido em que, para que eu de fato tenha uma percepção *da casa*, as partes em questão devem englobar *toda* a “figura” da casa. Dado que este seria o modo pelo a qual a casa é percebida, eu posso, ao menos eventualmente, dar-lhe uma determinação *numérica*, isto é, uma medida. Assim, podemos entender, ao menos em linhas gerais, o porquê de o esquema da quantidade ser definido como “o número” e de ele valer indistintamente para as três categorias que pertencem a este título⁹⁷.

O que precisamos agora é explicar como deve ser entendida a correlação entre o esquema das categorias de quantidade e as *formas lógicas* correspondentes. De todas as correlações desse tipo, essa é parece ser a mais problemática, já que é difícil entender qual a relação entre, de um lado, o emprego do esquema das categorias de quantidade, tal como ele é explicado no Esquematismo e nos Axiomas, e, do outro, o papel da forma lógica de quantidade na concepção kantiana de juízo como subordinação de conceitos. Por enfatizar, assim como nós, o que é estabelecido por Kant na dedução metafísica, a interpretação de Longuenesse poderá, mais uma vez, ser de grande auxílio nesse ponto.

Segundo Longuenesse, a chave para entender a correlação entre o esquema e a forma lógica de quantidade estaria na noção de homogeneidade. “Homogêneo”, segundo a autora, deve ser entendido como “pensado sob o mesmo conceito” (1998, p. 250, n. 250). Sabemos que os momentos da forma lógica de quantidade determinam se *toda* a extensão do conceito sujeito é subordinada à extensão do conceito predicado, se essa subordinação vale apenas para *parte* da extensão do conceito sujeito, ou se ela vale apenas para um único *indivíduo* pensado sob este conceito. A chave para o problema que temos em mãos, segundo Longuenesse,

⁹⁷ E uma vez que a “representação que engloba a adição sucessiva da unidade à unidade (do homogêneo)” mobiliza as três categorias de quantidade, tal representação pode ser entendida como a “tradução sensível” dessas categorias, o que justificaria que esta seja a formulação do seu esquema. O que talvez não seja tão fácil de entender é em que sentido exatamente ele deve ser entendido, como todo esquema transcendental deve ser, como uma “determinação transcendental do tempo”. Contudo, como dissemos em nota anterior (cf. n. 72), o fato de Kant definir os esquemas transcendentais, de modo geral, como determinações transcendentais do tempo não é especialmente relevante para os propósitos deste trabalho.

estaria na ideia de que a formação de juízos empíricos determinados segundo a forma lógica de quantidade também pressupõe uma síntese de unidades homogêneas (cf. 1998 pp. 247-8). Nesse contexto, ser uma “unidade homogênea” significa ser um objeto pensado sob o conceito sujeito. De modo análogo, as unidades de medida que, segundo os Axiomas, devem subjazer a apreensão de uma linha, por exemplo, podem ser entendidas como homogêneas relativamente a um conceito como “igual ao seguimento *s*” (cf. 1998, p. 265). A ideia aqui é a de que, assim como a percepção da linha exige uma síntese sucessiva de partes homogêneas nesse sentido, a formação de juízos como “Todo A é B” e “Alguns As são Bs” exige uma síntese sucessiva de itens homogêneos (relativamente ao conceito “A”) que são comparados entre si com relação ao conceito “B”. Eventualmente, uma síntese através da qual itens homogêneos relativamente ao conceito “A” são sucessivamente percorridos pode ser ela mesma refletida, de modo que um conjunto de “As” recebe assim uma determinação numérica (cf. 1998, 255-6). Em outras palavras, eu realizo, nesse processo, uma *enumeração* ou *contagem* de “A”s.

Sendo assim, a relação entre o esquema da categoria de quantidade e a forma lógica de quantidade estaria no fato de que as sínteses de aparecimentos governadas especificamente pelo primeiro é que possibilitam juízos determinados com relação à segunda. Longuenesse também nos explica que, para tornar compreensível o fato de Kant oferecer apenas um esquema para essas categorias, todas as três devem estar envolvidas em juízos como “Todo A é B” e “Alguns As são Bs”, assim como vimos ocorrer na percepção de grandezas extensivas tal como retratada nos Axiomas. Segundo a autora, a categoria de totalidade corresponde especificamente à forma lógica universal, ao passo que a categoria de pluralidade corresponde à forma particular (cf. 1998, p. 254). Assim, em um juízo universal “Todo A é B” é pensada uma pluralidade de elementos que forma uma *totalidade*, isto é, a totalidade da extensão do conceito “A”. Contudo, apesar de corresponder especificamente à categoria de pluralidade, a formação de juízos particulares como “Alguns As são Bs” também pressuporia o pensamento de pluralidades que formam uma totalidade, a saber: a totalidade de elementos, pensados sob o conceito A, que *também* são pensados sob o conceito B (1998, p. 254). Sendo assim, ambos os juízos estariam pressupondo um esquema que mobiliza as três categorias de quantidade, já que eles exigem o pensamento de *pluralidades* de elementos (*unidades*) que formam uma *totalidade*. Porém, embora Longuenesse não reconheça explicitamente, nessa sua perspectiva o caso de juízos singulares teria que representar uma exceção. Uma vez que um juízo singular se refere apenas a um único indivíduo, não temos, nesse caso, uma *pluralidade*, e nem, portanto, uma pluralidade que forma uma *totalidade*. Tendo em vista que essa autora

correlaciona o juízo singular especificamente à categoria de *unidade*, sua leitura implicaria que apenas essa categoria estaria envolvida nesse tipo de juízo.

Cumprе destacar que, ao correlacionar a categoria de totalidade à forma lógica universal e a categoria de unidade à forma singular, a leitura de Longuenesse pressupõe que invertamos a ordem dos itens sob o título de quantidade em uma das tabelas, isto é, ou na tabela dos juízos ou na das categorias. Isso porque, na primeira, os momentos de quantidade são listados na ordem “Universal”, “Particular” e “Singular”, enquanto que na segunda as categorias de quantidade aparecem na ordem “Unidade”, “Pluralidade” e “Totalidade”. E embora a postura de Longuenesse com relação a este ponto esteja em concordância com a de um número considerável de outros autores, também é possível encontrar intérpretes que adotam uma posição contrária. Altmann, por exemplo, sugere que a ideia de que seja necessário alterar a ordem apresentada por Kant em suas tabelas deriva do erro de tomar as categorias de quantidade como expressando “*quantidades* de objetos”, ao passo que elas devem ser entendidas como expressando “*objetos como quantidades*”⁹⁸ (2007, p. 38). “É trivial dizer”, afirma a autora, “que um juízo universal leva em conta *todos* os objetos, o particular *alguns*, e o singular, *um*” (2007, p. 38). Contudo, Altmann defende que, se as categorias de quantidade são tomadas como expressando *objetos como quantidades*, então a categoria de unidade deve ser associada com a forma lógica universal e a de totalidade com a forma singular.

Em primeiro lugar, sua interpretação se alinha à de Longuenesse ao partir da ideia de que uma coisa só é uma unidade relativamente a um determinado conceito (2007, pp. 35-6). Porém, segundo Altmann, se considero de diferentes coisas somente aquilo em função do qual elas são tomadas como *unidades* relativamente a um conceito, então devo fazer “abstração de quaisquer diferenças entre elas” (2007, p. 36). Sua ideia parece ser a de que, para considerar coisas como unidades relativamente a um conceito “*mesa*”, por exemplo (cf. 2007, p. 36), eu não devo levar em conta nenhuma diferença entre elas, mas tratá-las *pura e simplesmente como mesas*. Assim, deixo de considerar uma determinada mesa em sua particularidade e passo a considerá-la, apenas, como “*uma mesa*”. Mas, sendo assim, a categoria de unidade estaria associada à forma lógica *universal*, segundo Altmann, pois o que permite a aplicação de um predicado a *todos* os objetos pensados sob o conceito sujeito é justamente a possibilidade de se fazer total abstração de quaisquer diferenças entre eles. Em outras palavras, tendo em vista que o juízo universal se caracteriza pela aplicação de um predicado

⁹⁸ Isso porque as categorias são justamente “*conceitos de objetos*” (ALTMANN, 2007, p. 38).

indistintamente a toda a extensão do conceito sujeito, sem que se leve em conta qualquer diferença entre eles, então o que permite a sua formação é “a abstração de tudo exceto o que faz deles unidades relativamente ao conceito em questão” (2007, p. 37). Agora, para que o predicado seja afirmado apenas de *alguns* objetos sob um conceito “A”, eles não podem ser considerados apenas como unidades relativamente a este conceito. Antes, deve-se levar em conta que eles têm outras características além daquelas que os tornam unidades relativamente a “A” para que assim eles possam, em princípio, ser distinguidos entre si e o predicado seja aplicado apenas a uma *parte* da extensão de “A” (2007, pp. 38-9). Na medida em que são considerados como contendo outras características além daquelas pensadas em “A”, esses objetos são considerados como *plurais*, e daí a correlação entre a forma lógica dos juízos particulares e a categoria de pluralidade. Por fim, uma vez que em um juízo singular o predicado é aplicado a um *único* objeto, ele pressupõe que este seja considerado “como uma unidade, mas não simplesmente em função do que faz dele uma unidade relativamente a um conceito, mas enquanto um indivíduo” (2007, p. 40). Porém, a “singularização”, para Kant, seria explicada pela “totalização” de suas propriedades. Isto é, o objeto deve ser pensado não apenas como uma pluralidade, mas como uma pluralidade que forma uma *totalidade*, de modo é feita assim a referência a um indivíduo no sentido de que não se deixa de levar em conta nenhuma de suas características: “[...] para poder fazer referência a *um*, é necessário determinar isso a que se faz referência como uma *totalidade*” (2007, p. 43). Daí a correlação da categoria de totalidade com a forma lógica singular. Em suma, a chave para entendermos a correlação entre formas lógicas e categorias de quantidade estaria em tomar as categorias de unidade, pluralidade e totalidade não como dizendo respeito, respectivamente, a unidades, pluralidades e totalidades *de* objetos, mas, sim, como expressando objetos *como unidades, como pluralidades e como totalidades*.

Infelizmente, nos desviaríamos demais dos nossos propósitos se fôssemos nos aprofundar nos textos determinantes para a questão relativa à correta correlação entre as formas lógicas e categorias de quantidade⁹⁹. Todavia, penso que, no que diz respeito ao nosso tema central, podemos deixar essa questão em aberto, de modo que as seguintes considerações serão suficientes para concluirmos nosso tratamento do título de quantidade. Em primeiro lugar, qualquer que seja o modo como a correlação entre forma lógica e categoria seja entendida, não seria tão fácil falar aqui, como fizemos com as formas de relação, de uma “identidade estrutural” entre as formas lógicas de quantidade e as propriedades necessárias da

⁹⁹ Para uma interpretação que alinha à de Longuenesse com relação a este ponto, cf. FREDE e KRÜGER, 1970, pp. 28-49. Para uma que se alinha à de Altmann, cf. THOMPSON, 1989, pp. 168-189.

realidade empírica introduzidas nesta em virtude da categoria de quantidade. No entanto, creio que, mesmo nesse caso, ainda é possível falar da presença de determinadas propriedades necessárias da realidade que corresponderiam ao papel específico desempenhado pelo título de quantidade nas formas lógicas de juízos. Se aceitarmos, juntamente com Longuenesse, que as categorias de quantidade expressam “quantidades de objetos”, é possível falar de uma correspondência entre, de um lado, as formas lógicas de juízos universais, particulares e singulares e, do outro, as totalidades, as pluralidades e os indivíduos aos quais esses juízos respectivamente se referem. Posto de outro modo, seria uma propriedade necessária da realidade empírica a de que ela seja constituída de totalidades de objetos, pluralidades de objetos e indivíduos singulares, ou, melhor dizendo, esse seria um modo pelo qual essa realidade deve necessariamente ser representada por nós de acordo com as formas lógicas dos juízos que empregamos. E, embora seja um tanto forçado falar aqui de uma “identidade estrutural”, não seria incorreto dizer que tais “propriedades necessárias” têm sua contraparte nas formas lógicas de quantidade dos juízos.

Caso se queira, juntamente com Altmann, conceber as categorias de quantidade como expressando, não quantidades de objetos, mas “*objetos como quantidades*”, a ideia de uma “identidade estrutural” se tornaria aqui talvez ainda mais frágil. Porém, creio que, ainda assim, poderíamos continuar a falar aqui de propriedades necessárias da realidade empírica que correspondem ao papel específico desempenhado pela forma lógica de quantidade. Diríamos que a realidade deve necessariamente ser representada como constituída de objetos tomados como “unidades”, “pluralidades” e “totalidades”, no sentido explicado acima. E tais “propriedades necessárias”, que estariam presentes na realidade tal como a representamos, mais uma vez teriam sua contraparte nas formas lógicas de quantidade dos juízos, também no sentido explicado acima. Seria novamente forçado falar aqui de uma “identidade estrutural” entre forma lógica e realidade, mas não creio que seja incorreto dizer que temos uma estreita relação entre elas. Vale ressaltar, porém, que essa relação, da maneira como a estamos caracterizando, valeria apenas para juízos concebidos a partir da perspectiva da dedução metafísica, isto é, a que orienta a formulação da tabela da qual as categorias são derivadas. Não estamos nos referindo aqui a juízos que expressam determinações numéricas, que seriam aqueles mais relevantes do ponto de vista do texto dos Axiomas da Intuição. Em um juízo do tipo “Esta linha tem 5 centímetros”, o esquema da categoria de quantidade não estaria atuando propriamente na determinação da *forma lógica* de quantidade (“Todo”, “Alguns”, “Este”), mas na própria construção do *conceito* “5 centímetros”. Contudo, não será nosso propósito

nos aprofundar aqui no tema relativo à construção de conceitos numéricos e nem na filosofia kantiana da matemática de modo geral.

O que nos importa, sim, destacar é que, assim como ocorre no caso das categorias de relação, sínteses governadas pelas categorias de quantidade acabam por introduzir nos dados sensíveis algo que não está contido neles quando tomados por si mesmos. Em primeiro lugar, que regiões do espaço e do tempo sejam percebidas como um “conjunto de partes previamente dadas” (CRP A 163/B 204) não é algo que dependa exclusivamente das intuições. E nem poderia ser, já que, para Kant, é essencial a tese de que espaço e tempo são *contínuos*, sendo que “continuidade” é a “propriedade das grandezas, segundo a qual nenhuma das partes é a mínima possível (nenhuma parte é simples)” (CRP A 169/B 211). Sendo assim, se regiões do espaço e do tempo são necessariamente percebidas como constituídas de “partes previamente dadas” é apenas na medida em que nossa apreensão, governada pelo esquema da quantidade, desenha a figura de objetos tendo por base uma determinada unidade. Mesmo os objetos pensados como instâncias do conceito sujeito em juízos, os quais são intuídos separadamente, não seriam dados como “quantidades” de maneira pronta pela sensibilidade. A doutrina kantiana do esquematismo implica que o pensamento de quantidades só é possível em virtude do esquema dessas categorias, isto é, apenas na medida em que nossa apreensão é governada pela “representação que engloba a adição sucessiva da unidade à unidade (do homogêneo)” (CRP A 142/B 182). Essa seria a apreensão que possibilita a formação de juízos determinados de acordo com a forma lógica de quantidade e que pode, eventualmente, ser refletida sob o conceito de um número determinado.

Já sabemos, porém, que categorias de quantidade, embora sejam condições necessárias para a consciência da mera presença de um item dado na sensibilidade, não são suficientes para que este seja pensado como algo distinto das minhas percepções. Para isso, são necessárias também as categorias de relação. Na verdade, as categorias de quantidade, por si só, não são suficientes sequer para a consciência da mera presença de um item qualquer, pois, para isso, são necessárias também as categorias de qualidade, que formam o segundo grupo das categorias matemáticas e que examinaremos a seguir.

4.3.2 Esquematização e princípio das categorias de qualidade

O princípio derivado das categorias de qualidade é intitulado “Antecipações da Percepção”, e formulado, na primeira edição, como: “Em todos os aparecimentos, a sensação

e o *real* que lhe corresponde no objeto (*realitas phaenomenon*) tem uma *grandeza intensiva*, isto é, um grau” (CRP A 166/B 207). Vemos que, assim como ocorre com os Axiomas da Intuição, temos um único princípio para as três categorias de qualidade, o qual autorizará um segundo tipo de aplicação da matemática à natureza. Porém, enquanto os Axiomas diziam respeito à *forma* dos aparecimentos (formas geométricas e intervalos temporais), as Antecipações terão por objeto a *matéria* que, por assim dizer, preenche essas formas. Essa matéria é o que Kant denomina o “real da sensação” (CRP B 207). Trata-se aqui, portanto, não de formas *a priori* construíveis na intuição pura, mas de determinações de objetos que só podem ser dadas *a posteriori* uma vez que são aquilo que “corresponde” às *sensações*. Sendo assim, a prova das Antecipações procurará demonstrar que não apenas a forma dos aparecimentos, mas também a matéria *a posteriori* que as preenche pode receber um tratamento matemático. Esta matéria será, porém, suscetível a um tipo distinto de mensuração, pois enquanto os Axiomas teriam mostrado que as formas dos aparecimentos são grandezas “extensivas”, as Antecipações procurarão provar que suas matérias são grandezas “intensivas”. Para entender essa diferença, passemos a uma análise do texto desta última prova.

Vimos que a tese de que regiões espaço-temporais são grandezas extensivas parte da premissa de que elas não podem ser intuídas senão como um “conjunto de partes previamente dadas” (CRP A 163/B 204). Posto de outro modo, uma vez que esse tipo de intuição progride da apreensão das partes para o todo, essas partes podem, em princípio, ser enumeradas e o pode receber uma determinação quantitativa. Agora, uma apreensão mediante apenas sensações, segundo Kant, “preenche apenas um instante” (CRP A 167/B 209). Esse tipo de apreensão não se dá, portanto, através de uma síntese sucessiva que progride das partes para o todo. Por isso, as sensações, assim como as determinações reais de objetos que correspondem a elas, não são (ou não têm) uma grandeza extensiva. Ainda assim, diz Kant, entre toda sensação e a total ausência dessa sensação, representável por “um vazio = 0” (CRP A 167/B 209), “há uma cadeia contínua de muitas sensações intermediárias possíveis, separadas por um intervalo sempre menor do que a diferença entre a sensação dada e o zero ou a negação total” (CRP A 168/B 210). Isso, por sua vez, permite que sensações e, portanto, o “real” que corresponde a elas sejam tratados como grandezas, não “extensivas”, mas “intensivas”: “Dou o nome de *grandeza intensiva* àquela que só pode ser apreendida como unidade e em que a pluralidade só pode representar-se por aproximação da negação = 0” (CRP A 168/B 210). Uma “pluralidade” que “só pode representar-se por aproximação da negação = 0” é, nesse contexto, uma que não pertence a um todo constituído de partes separáveis e externas umas às

outras, como as partes de uma linha. Como diria Guyer (cf. 1987, pp. 198-9), os diferentes graus de sensação menores do que o de uma sensação “apreendida como unidade”, mas maiores do que zero, são outras possíveis manifestações do tipo de sensação dada, mas não partes efetivas desta; o mesmo vale para os graus maiores do que os da unidade apreendida. Não obstante tal diferença em comparação com a mensuração das *formas* dos aparecimentos, essas considerações apontam, ao menos segundo Kant, para a possibilidade de uma determinação quantitativa das sensações e do “real” que corresponde a elas. Aproveitando um exemplo do próprio Kant, posso basear um sistema de mensuração de luz tomando a claridade da lua como unidade e, com isso, determinar quantitativamente a claridade do sol dizendo que ela é constituída de 200.000 dessas unidades (cf. CRP A 189/B 221). Evidentemente, ao contrário do que seu nome poderia sugerir, as Antecipações da Percepção, por si só, não “antecipam” qual é o grau determinado de nenhuma sensação específica. O que elas garantem é que as sensações, e, portanto, o real que corresponde a elas, poderão receber *alguma* determinação quantitativa baseada em um sistema de mensuração qualquer.

Esta dificilmente pode ser considerada uma exposição satisfatória da prova das Antecipações, mas, como dissemos anteriormente, o tema referente à possibilidade de aplicação da matemática à natureza não está entre as preocupações deste trabalho. Nesse caso específico, temos ainda um segundo motivo para não alongarmo-nos nos detalhes desta prova. Ele está no caráter daquela é a etapa mais importante do argumento de Kant: a afirmação de que “há uma cadeia contínua de muitas sensações intermediárias possíveis, separadas por um intervalo sempre menor do que a diferença entre a sensação dada e o zero ou a negação total” (CRP A 168/B 210). Embora não apareça de maneira tão explícita no texto, a tese de que, para toda sensação, haja uma “uma cadeia contínua de muitas sensações intermediárias possíveis” parece estar apoiada na “continuidade” do tempo. Não por acaso, é no texto das Antecipações que Kant apresenta a definição desta propriedade, que já vimos acima: “continuidade” é a “propriedade das grandezas, segundo a qual nenhuma das partes é a mínima possível (nenhuma parte é simples)” (CRP A 169/B 211). É nessa propriedade do tempo que a possibilidade de se conceber, para cada sensação dada, “uma cadeia contínua de muitas sensações intermediárias” estaria fundamentada. Pois, como bem explica Guyer: “sensações individuais de uma dada qualidade, *embora elas mesmas instantâneas*, podem sem pensadas como [...] membros de uma *série* potencial de instâncias de um mesmo tipo de sensação que *estão* sofrendo um acréscimo ou decréscimo de intensidade ao longo do tempo” (1987, p. 203).

Mas, se essa análise estiver correta, então que sensações sejam “grandezas intensivas” parece depender muito mais de uma característica intrínseca do tempo, enquanto forma do sentido interno, do que de qualquer contribuição específica das categorias de qualidade, consideradas enquanto conceitos puros derivados das formas lógicas dos juízos. É verdade que *todos* os princípios do entendimento são, em alguma medida, influenciados pelas características intrínsecas do tempo. Afinal, eles são derivados dos *esquemas* das categorias, os quais são precisamente traduções *temporais* destas. No entanto, no presente caso a contribuição do tempo parece se refletir de uma maneira bastante particular e decisiva. Como aponta Guyer (1987, pp. 198-9), enquanto categorias puras (não esquematizadas) derivadas das formas lógicas de juízos “afirmativos” e “negativos”, os conceitos de “realidade” e “negação” não podem expressar nem conter a ideia de qualquer tipo de gradação intermediária entre si. Qualquer grau de realidade maior do que zero, por menor que seja, já poderia ser tomado como o fundamento de um juízo *afirmativo* acerca de um objeto. Tendo em vista que nosso interesse está na relação, presente na teoria kantiana da experiência, entre formas lógicas e realidade empírica, e não no tema relativo à aplicação da matemática, a possibilidade de uma variação infinita de grau na manifestação de “realidades” poderá ser basicamente desconsiderada. Caber-nos-á examinar apenas de que maneira se dá a correspondência entre, de um lado, as formas lógicas de afirmação e negação e, do outro, realidades e negações (enquanto determinações de objetos), qualquer que seja o grau de intensidade das primeiras.

Com relação ao que acabamos de dizer, é interessante notar que, no capítulo do esquematismo, é possível extrair uma formulação do esquema de realidade que não contém nenhuma indicação da possibilidade de ela ser determinada quantitativamente. Antes de apresentar a formulação oficial, que contém uma indicação do tipo, a realidade é definida como “aquilo que corresponde a uma sensação em geral, ou seja, aquilo cujo conceito indica em si um ser (no tempo)” (CRP A 143/B 182). Pela referência ao tempo, só pode se tratar aqui da categoria *esquematizada* de qualidade, de modo que, pelo que dissemos no parágrafo anterior, podemos nos limitar a considerar o esquema dessa categoria como simplesmente o “ser (no tempo)”. Pelo que é dito logo depois, podemos, pelos mesmos motivos, tomar o esquema da categoria de negação como sendo o “não-ser (no tempo)” (CRP A 143/B 182). Lemos também o que seria uma caracterização da “oposição entre ambos [realidade e

negação]”: “diferença do mesmo tempo como tempo preenchido ou vazio” (CRP A 143/B 182)¹⁰⁰.

Diferente do que ocorre com o esquema da quantidade, a correlação entre os esquemas da realidade e da negação com as formas lógicas correspondentes não é tão difícil de ser entendida e aceita. Tomemos um juízo (singular) como “Este corpo é pesado”, no qual um objeto pensado através do conceito “corpo” é subsumido sob o conceito “peso”. “Peso” é um conceito empírico, e vimos no capítulo 2 que, para Kant, o “conteúdo” de um conceito empírico - isto é, um determinado conjunto de marcas que o caracterizam enquanto o conceito que é - é derivado da experiência (cf. *Log*, AA: 9: 92). Em outras palavras, esse conceito reflete certas determinações reais de objetos que são dadas através da experiência, determinações estas que, por serem *empíricas*, dependem da presença de *sensação* para serem intuídas. A partir dessas considerações, penso ser possível dizer que temos uma correspondência entre a *afirmação* do conceito “peso” na forma lógica do juízo e o preenchimento do tempo pela determinação real que corresponde a este predicado - o “ser (no tempo)”, sendo que esse preenchimento depende, em última instância, do preenchimento do tempo por determinadas sensações *em qualquer grau maior do que zero*. Já a *negação* desse predicado corresponderia à *ausência* desse preenchimento - o “não-ser (no tempo)” -, baseada, em última instância, no não preenchimento do tempo pelas sensações correspondentes, isto é, *o grau zero destas sensações*. Uma vez que o que está em jogo aqui são propriedades *empíricas* de objetos, essas considerações implicam que negações, que são a ausência de determinações reais (positivas), dependem de um contato prévio com estas últimas. Isto é, perceber o tempo como vazio *de uma determinação real particular* dependeria de já tê-lo percebido como preenchido por esta mesma determinação. Por fim, é curioso notar que Kant não indica nenhum esquema para a terceira categoria de qualidade: a de “limitação”, que corresponde aos juízos “infinitos” que, por sua vez, se caracterizam pela afirmação de um predicado negativo. Sem a intenção de alongarmo-nos sobre esse ponto, que não será essencial para os nossos propósitos, sugiro que aceitemos, juntamente com Loparic, que a contraparte objetiva desses juízos seria o “preenchimento do tempo em algum lugar fora do

¹⁰⁰ Poder-se-ia perguntar o porquê dessa restrição ao tempo quando, ao menos no caso de objetos dados no sentido externo, os esquemas da realidade e negação poderiam ser caracterizados como o ser e não-ser no tempo e no espaço. Sem a intenção de alongarmo-nos sobre esse ponto, limitamo-nos às seguintes sugestões. A restrição ao tempo poderia ser explicada pelo interesse de Kant, talvez injustificado (cf. n. 72 acima), de classificar os esquemas transcendentais, de modo geral, como “determinações transcendentais *do tempo*”. Em segundo lugar, vimos que é na “continuidade” *do tempo* que Kant parece se apoiar em sua prova de que sensações são grandezas intensivas. Como já explicamos anteriormente, tratam-se aqui de dois pontos que não são essenciais para os objetivos deste trabalho, de modo que podemos basicamente ignorar que a formulação destes esquemas se restrinja exclusivamente ao tempo.

intervalo temporal em que está realizado um predicado dado” (2000, p. 225). Por “predicado dado”, se leio Loparic corretamente, devemos entender o predicado “P” de um juízo infinito “S é não-P”.

Enquanto seria um tanto forçado caracterizar a relação entre formas lógicas de quantidade e as propriedades de objetos que lhes são correspondentes como uma relação de “isomorfismo” ou “identidade estrutural”, creio que o cenário para esse tipo de caracterização é bem mais favorável aqui, no caso das formas de qualidade. Afinal, temos uma correspondência quase que trivial entre afirmações e negações de predicados, de um lado, e a presença e a ausência de determinações reais de objetos, do outro. O que precisamos indicar agora, por se tratar de um ponto essencial para o tema desta tese, é em que sentido as formas lógicas de qualidade, sob o nome de categorias (esquemáticas), introduzem nos dados sensíveis algo que eles não possuem por si só. No que se refere ao caso das “realidades”, dado que seu esquema é caracterizado em termos de um preenchimento do tempo por sensações, parece razoável aceitarmos, juntamente com Longuenesse, que esse esquema efetua uma espécie de síntese das sensações *com* o tempo (1998, p. 298-9). Não se trata aqui da ideia de que temos consciência de sensações separadas de qualquer forma temporal, mas de uma reflexão filosófica que distingue conceitualmente a forma e a matéria das representações e identifica as condições de possibilidade de sua articulação. Sendo assim, diríamos que, mais do que a mera recepção bruta de sensações, a consciência destas últimas *como se referindo a determinações reais de objetos* dependeria desse ato de “colocar” as sensações no tempo (cf. 1998, p. 299)¹⁰¹. Quanto às “negações”, me parece ainda mais claro que a consciência delas depende de uma contribuição intelectual. A mera recepção bruta de dados sensíveis não seria capaz, por si só, de produzir a consciência da *ausência* de uma determinada sensação ou da determinação real correspondente. Uma contribuição da imaginação, guiada pela categoria de negação, seria necessária para que os dados sensíveis que me são dados de maneira bruta sejam *interpretados* como ocorrendo em um intervalo de tempo *não preenchido*

¹⁰¹ Com relação a este tema, tendo a discordar de Longuenesse quando esta autora afirma que por refletir, não sensações brutas, mas determinações reais *de objetos*, a categoria de realidade é inseparável das de relação (cf. 1998, p. 302). Penso que não há motivos aqui para não preservarmos a ideia kantiana de que *apenas* as categorias de relação dizem respeito à possibilidade de se pensar objetos como distintos (em um sentido relevante) das nossas representações. Parece-me compatível com a doutrina kantiana dizer que poderíamos ter percepções governadas *apenas* pelas categorias matemáticas que se referem a objetos com tais e tais determinações, sem que haja entre estas percepções aquela “necessidade” que caracteriza a concepção kantiana de objetividade. Nesse cenário, eu não poderia decidir, por exemplo, quais das determinações reais que percebo *não* são, na verdade, propriamente “determinações”, mas a própria substância da qual as demais são determinações. Privado das demais categorias de relação, também não poderia decidir se uma dada sucessão de percepções é objetiva ou apenas subjetiva (por exemplo, se estou percebendo um barco a se deslocar no rio ou se se tratam de dois barcos coexistentes em posições diferentes).

(especificamente) pela sensação em questão. Creio que considerações mais ou menos análogas a estas valeriam para a contribuição a ser dada pela categoria de “limitação”.

Finalizado o exame das categorias de qualidade, assim como dos esquemas e do princípio delas derivados, concluímos nossa exposição acerca da constituição da experiência segundo a filosofia teórica de Kant. Como já havíamos antecipado, não temos a pretensão de ter oferecido uma análise exaustiva das teses e textos abordados, nem de ter coberto as diversas divergências interpretativas acerca deles extensamente desenvolvidas e discutidas na literatura. Nosso objetivo se limitou a apresentar as linhas mais gerais dessa etapa da filosofia crítica de um modo que ficassem explícitas, aos menos, as seguintes ideias, que são as que mais importam para os objetivos deste trabalho. Em primeiro lugar, tratou-se de enfatizar os supostos resultados obtidos por Kant na dedução metafísica, reconhecendo, nas teses elaboradas nos capítulos do esquematismo e dos princípios do entendimento, uma estreita relação entre as formas lógicas *a priori* do juízo e determinadas propriedades que, segundo estas teses, devem necessariamente estar presentes na realidade empírica. Em segundo lugar, tratou-se de enfatizar igualmente aquelas que seriam as implicações do princípio que orienta a chamada Revolução Copernicana de Kant, mais especificamente no que diz respeito à contribuição do entendimento, isto é: a doutrina kantiana segundo a qual as propriedades necessárias que acabamos de mencionar são impostas pelo entendimento a um domínio que, tomado por si mesmo, não possui essas formas que lhe são impostas. Dados os resultados da dedução metafísica, as “formas” em questão não poderiam ser outra coisa senão formas derivadas e análogas àquelas que seriam as formas lógicas *a priori* existentes.

Como defendemos em capítulos anteriores, para que o *Tractatus* admita uma concepção de representação análoga àquela que resulta da Revolução Copernicana de Kant e para que ele admita o que denominamos uma leitura “antirrealista”¹⁰², seu sistema deve incorporar de alguma maneira algo análogo aos dois pontos mencionados acima. No capítulo seguinte defenderemos que isso não é possível e apresentaremos como base para esta alegação uma razão bastante específica: segundo a concepção tractariana de forma lógica, as formas lógicas das proposições são inseparáveis de seus respectivos conteúdos. Já as formas lógicas kantianas *são* separáveis do que podemos tomar como sendo seus “conteúdos”, e

¹⁰² Duas coisas que, como também procuramos defender anteriormente, estão internamente relacionadas.

defenderemos que isso é o que torna viável, ao menos em princípio, sua “Revolução Copernicana”. Optamos por deixar esse aspecto da concepção kantiana de forma lógica apenas implícito ao longo deste capítulo. Porém, no capítulo seguinte procuraremos explicitá-lo e defender que ele é essencial para que teoria kantiana da constituição experiência e da realidade empírica, tal como explicada aqui, seja viável. Os resultados obtidos no presente capítulo nos servirão então como um excelente pano de fundo ao qual iremos nos referir a fim de mostrar por que e de que maneira este aspecto específico da concepção kantiana de forma lógica é essencial nesse sentido, assim como para mostrar por que e de que maneira a ausência de um aspecto análogo a este na concepção tractariana de forma lógica acarreta na inviabilidade de uma “Revolução Copernicana” no *Tractatus* e na inviabilidade de uma leitura antirrealista da obra.

Capítulo 5 A concepção tractariana de forma lógica e suas implicações ontológicas

Com os resultados obtidos até aqui estamos finalmente em posição de desenvolver aquele que é, afinal de contas, o objetivo central da presente tese: uma interpretação acerca da natureza da relação entre representação e realidade no *Tractatus* à luz da filosofia teórica de Kant. Como adiantamos anteriormente, tratar-se-á mais especificamente de investigar a relação, presente no *Tractatus*, entre forma lógica e ontologia apoiando-nos em nossas considerações acerca do modo como esse mesmo tipo de relação se manifesta no sistema kantiano. Também já foi adiantado que nossa conclusão será a de que, dadas determinadas teses e pressupostos do *Tractatus*, este não admite que tal relação se dê, no interior de seu sistema, de maneira análoga àquela proposta por Kant. Com isso, se nossa análise estiver correta, ficaria inviabilizada a possibilidade de uma leitura “antirrealista” da obra.

No presente capítulo desenvolveremos os argumentos através dos quais acreditamos poder chegar a tais conclusões. Com isso, esperamos, mais dos que atacar a posição deste ou daquele intérprete em particular, identificar o que acreditamos ser uma importante razão pela qual o *Tractatus* está necessariamente comprometido com o que viemos denominando uma “metafísica realista”, ou seja, com teses acerca das propriedades essenciais e necessárias de uma realidade concebida como um domínio independente da linguagem. Como também adiantamos anteriormente, e será melhor explicado a seguir, essa razão estará localizada na concepção tractariana de forma lógica, mais especificamente em um aspecto dessa concepção que a afasta da concepção kantiana de forma lógica. Daí o que acreditamos ser as vantagens a serem extraídas da nossa comparação entre a *Crítica* e o *Tractatus*.

Ainda com relação ao nosso argumento em favor dessas conclusões, gostaríamos de antecipar os seguintes pontos. Creio que o leitor talvez poderá considerar a exposição deste argumento, a ser realizada mais especificamente nas seções 5.3 e 5.4, como um tanto quanto confusa ou obscura, ao menos em comparação com as demais porções deste trabalho. Sobre isso, além de informar que nos esforçamos dentro dos limites da nossa capacidade por tornar tal exposição o mais clara possível, diríamos “em nossa defesa” que por se tratar do momento propriamente original da presente tese talvez seja mesmo inevitável e justificável que nele acabemos exigindo um pouco mais do leitor. Isso nos leva a antecipar uma segunda possível crítica: a de que teríamos sido um tanto quanto repetitivos pelo fato de oferecermos, pelo menos, três formulações do referido argumento (que se encontram nas pp. 266-269, 273-6 e 301-3). Também “em nossa defesa” diríamos acerca dessa eventual crítica que foi através dessas suas formulações e reformulações, nas quais uma procura se beneficiar da

oportunidade de poder ser lida à luz da exposição que imediatamente a precede, que tentamos - não sabemos se com ou sem sucesso – compensar sua eventual obscuridade, a qual, como acabamos de afirmar, acreditamos ser um tanto quanto inevitável e justificável.

5.1 Forma e matéria dos juízos em Kant

Dissemos anteriormente que a viabilidade da teoria kantiana da constituição da experiência, no que diz respeito aos elementos seus que procuramos enfatizar no capítulo anterior, depende, entre outras coisas, de um aspecto da concepção kantiana de forma lógica que ficou apenas implícito em nossa exposição e que iria ser desenvolvido posteriormente. Trata-se aqui do fato de as formas lógicas dos juízos, segundo a concepção kantiana de forma lógica, serem logicamente “separáveis” daquilo que podemos chamar de seus respectivos “conteúdos”. Na terminologia kantiana, essa “separação” que estaremos enfatizando se expressa mais exatamente através da distinção entre “forma e “matéria” (*Materie*) dos juízos (cf., por exemplo, *Log*, AA 09: 101, 105; CRP A 266/B 322). As formas dos juízos são, evidentemente, aquelas elencadas na tabela dos juízos, as quais já foram extensamente discutidas ao longo deste trabalho. Já sua matéria são os *conceitos* combinados e unificados por essas formas (cf. *Log*, AA 09: 101, 105; CRP A 266/B 322). Contudo, as noções de “matéria” e de “forma” possuem, na filosofia kantiana, um sentido muito mais geral, podendo ser entendidas, em tal sentido, simplesmente como o “determinável em geral” e como a “determinação” deste último, respectivamente (CRP A 266/B 322). Sendo assim, tais noções devem ser vistas sempre de um modo relativo. Por exemplo: se as formas lógicas expostas na tabela de Kant “determinam” os conceitos ao combiná-los em uma unidade judicativa, os próprios juízos assim gerados servem, por sua vez, de “matéria” para inferências silogísticas (cf. *Log*, AA 9: 121). De todo modo, por razões que já devem estar claras, mas que serão ainda mais desenvolvidas no que se segue, é a forma (lógica) e a matéria dos *juízos* que nos interessam em primeiro lugar nessa discussão. Não menos importante para os nossos propósitos será a consideração destas mesmas formas lógicas, bem como de sua aplicação ao que seria a sua “matéria”, quando as primeiras são abordadas a partir da perspectiva da lógica transcendental, isto é, quando, sob o nome de “categorias”, elas *constituem* objetos de experiência ao serem empregadas na síntese de intuições.

Vimos que as formas lógicas dos juízos são objetos de estudo da “lógica geral pura”: aquela disciplina “que se abstrai [...] de todo o conteúdo da cognição, ou seja, de toda a relação desta ao objeto e considera apenas a forma lógica na relação das cognições entre si,

isto é, a forma lógica do pensamento em geral (CRP A 55/B 79). Dada a radical separação kantiana entre entendimento e sensibilidade, isso implica, entre outras coisas, na ideia de que essas formas lógicas derivam exclusivamente da natureza do primeiro, não sendo, em nenhum sentido, extraídas ou dependentes de qualquer conteúdo sensível, seja ele *a priori* (espaço-temporal) ou empírico. Assim, o fato de nós combinarmos uma multiplicidade qualquer de representações segundo a forma da relação entre sujeito e predicado, por exemplo, não é algo que se deriva ou se origina na nossa faculdade de “receber representações” (CRP A 51/B 75) e nem em qualquer representação recebida, mas depende tão somente da “forma lógica do pensamento em geral”. A tabela dos juízos de Kant constitui então, para utilizar uma expressão de Hanna (2001, p. 79), “*uma gramática profunda do pensamento e juízo*”, e as formas lógicas nela catalogadas são, como sugerimos em uma ocasião anterior, como que um “fato último” acerca da natureza essencial do nosso entendimento.

Como dissemos acima, a “matéria” dos juízos são os conceitos: isto é, são estes últimos que ao serem combinados de acordo com as formas lógicas do entendimento resultam em uma unidade judicativa. Para entendermos em que sentido as formas lógicas judicativas são, como estaremos enfatizando, “separáveis” de sua matéria, isto é, dos conceitos por elas combinados, precisaremos examinar a distinção entre forma e matéria que se dá no nível dos próprios conceitos. Segundo a *Lógica Jäsche*, a forma de todo conceito é a “universalidade”, o que reflete a ideia de que conceitos são essencialmente caracterizados por serem representações gerais (*Log*, AA 9: 91). Já a “matéria” de um conceito, também segundo a *Lógica Jäsche*, é o seu “objeto” (*Log*, AA 9: 91). Dada a complexidade e ambiguidade que a noção de “objeto” possui na filosofia de Kant, essa não é uma definição muito esclarecedora, sobretudo tendo em vista os resultados que pretendemos obter com a presente discussão acerca da distinção entre forma e matéria das representações. No entanto, creio ser possível darmos uma caracterização mais esclarecedora da “matéria” de um conceito que seja compatível com a da *Lógica Jäsche*, com caracterização geral de forma e matéria como, respectivamente, o “determinável em geral” e sua “determinação” e, o que é mais importante, com o papel atribuído a conceitos na teoria kantiana de experiência. A partir daí, a “forma” de um conceito também poderá ser redefinida.

Para isso, examinemos a seguinte passagem da seção intitulada “Da síntese da reconhecimento no conceito”, contida na Dedução Transcendental da primeira edição:

Sem a consciência de que aquilo que nós pensamos é precisamente o mesmo que pensávamos no instante anterior, seria vã toda a reprodução na série de

representações. Pois haveria no estado atual uma nova representação, que não pertenceria ao ato pelo qual devia ser, pouco a pouco, produzida, e o diverso dessa representação não formaria nunca um todo, porque lhe faltava a unidade, que só a consciência lhe pode alcançar (CRP A 103).

Uma análise aprofundada da passagem exigiria um exame de momentos anteriores dessa versão da dedução transcendental, o que nos desviaria demais dos nossos atuais objetivos. Para os nossos propósitos, o que cumpre chamar a atenção, em um primeiro momento, é a ideia, defendida por Kant, de que, para que o diverso de uma representação forme “um todo”, é necessária a “consciência de que aquilo que nós pensamos é precisamente o mesmo que pensávamos no instante anterior”. Nossas representações sensíveis, na medida em que estão submetidas à forma *a priori* do tempo, são sempre sucessivas (cf. CRP A 98-9), e não há nada naquilo que eu percebo em um determinado instante que indique que ele pertença ao mesmo ato de apreensão das representações que me foram dadas em instantes anteriores. Sendo assim, se tudo o que eu tivesse fosse uma recepção meramente passiva de dados sensíveis brutos, jamais poderia conferir uma unidade às minhas representações de modo que elas pudessem ser interpretadas como diferentes partes de um mesmo objeto. Uma tal unidade de representações, diz Kant, “só a consciência pode alcançar”. A “consciência desta unidade da síntese” é, logo em seguida identificada a um “conceito”¹⁰³, ao que Kant acrescenta: “A palavra conceito [*Begriff*] poderia já, por si mesma, conduzir-nos a esta observação. Com efeito, esta consciência una é que reúne numa representação o diverso, sucessivamente intuído e depois também reproduzido” (CRP A 103).

Creio que a ideia básica por trás dessas considerações é a de que conceitos cumprem esse papel de conferir uma unidade ao diverso da intuição na medida em que eles especificam um determinado modo pelo qual esse diverso é combinado ou sintetizado. É enfatizando esse papel dos conceitos que Kant diz mais à frente que um conceito é “quanto à forma, algo universal e que serve de regra” (CRP A 106). Pelo que é dito logo em seguida, quando Kant trata do exemplo do conceito de “corpo”, devemos entender uma tal “regra” como uma regra para a combinação de um múltiplo de dados sensíveis, ou, nas palavras de Kant, uma “regra das intuições” (CRP A 106). Sem um conceito servindo de regra para organizar os dados sensíveis recebidos, tudo o que teríamos seria, para utilizar uma expressão de Faggion (2007, p. 187), “um fluxo caótico de dados sensoriais sucessivos”, e não a percepção de um objeto

¹⁰³ O conceito mencionado por Kant nesse contexto é o conceito de “número”, uma vez que ele ilustra o papel de conceitos na a geração de unidades sintéticas de intuições através do exemplo de adições de unidades no processo de contagem. Já que nosso interesse estará voltado, em primeiro lugar, para o papel de conceitos *empíricos* no processo de cognição, e não para conceitos matemáticos, permitimo-nos deixar de discutir o exemplo específico de Kant a fim de evitar complicações desnecessárias.

determinado. Tal fluxo de dados sensoriais seria “caótico” porque, como diz a autora, “não há alguma impressão sensorial (de segunda ordem) de uma ligação especial entre quaisquer desses dados” (2007, p. 187). Não há nas impressões sensíveis, tomadas por si só, uma “ligação especial” que determine, por exemplo, que eu deva combinar uma representação que me é dada em um certo instante com tais e tais representações que me foram dadas em momentos anteriores, de modo que elas possam ser unificadas em um todo e, assim, interpretadas como se referindo às partes de um mesmo objeto. O que o conceito enquanto “regra” para uma unidade sintética de intuições nos fornece é justamente um modo “especial” e determinado de ligar os dados sensíveis na representação de um objeto. O que temos aqui, e em toda essa discussão, não é outra coisa senão o princípio da interdependência entre condições intelectuais e sensíveis, tão caro à filosofia kantiana: “intuições sem conceitos”, diz Kant, “são cegas” (CRP A 51/B 75).

Sem a intenção de ter esgotado o que há para ser dito sobre o tema, creio que as considerações acima nos permitem seguir a leitura de Loparic no que diz respeito à seguinte caracterização da “forma” e “matéria” dos conceitos formulada por este autor: “A matéria de um conceito é o múltiplo de representações unificadas pela operação do entendimento por meio da sua regra. A forma é essa regra ela mesma” (2000, p. 176). Segundo essa definição, a forma de um conceito seria a “regra” que especifica um determinado modo de combinar um múltiplo de intuições sensíveis, regra esta que, como vimos acima, constitui um ingrediente indispensável na percepção de objetos. Tal definição, segundo penso, não incompatível com a da *Lógica Jäsche*. Isso, aliás, já é sugerido na afirmação da Dedução A citada mais acima, na qual lemos que um conceito é “quanto à *forma*, algo *universal* e que serve de *regra*” (CRP A 106, *itálico* nosso). Uma regra de síntese de intuições é essencialmente uma regra “*universal*”, no sentido de poder ser aplicada em diferentes casos nos quais objetos numericamente distintos são percebidos como objetos de um *mesmo* tipo. Como diz Faggion: “O conceito é *comum* a uma diversidade de representações, porque é a reflexão da *regra comum* pela qual elas são constituídas sinteticamente” (2007, p. 187, *itálico* nosso). Sendo a regra refletida em um conceito uma regra *comum* a diversos atos de síntese, sua identificação à forma dos conceitos está sintonia com a *Lógica Jäsche*, que, ao caracterizar essa forma como sendo a “universalidade”, também pretende vinculá-la ao caráter essencialmente geral de toda representação conceitual. Já dizer que a matéria de um conceito é o múltiplo de representações sensíveis unificado mediante a aplicação de sua regra também não me parece incompatível com a definição dessa matéria como sendo o “objeto”. Creio que é para isso que aponta Altmann quando ela indaga o que seria a matéria do conceito “árvore com

passarinhos” no caso em que este é empregado na percepção de uma árvore com passarinhos que tenho diante dos olhos: “Enquanto determinável, abstração feita da sua apreensão pelo pensamento, [a matéria] é a multiplicidade recebida pela sensação em determinadas relações espaciais” (2012, p. 191). Essa mesma multiplicidade poderia, ao menos a princípio, ser apreendida de diferentes maneiras a depender da regra utilizada no ato de apreensão (cf. 2012, p. 192, n. 39). Todavia, diz Altmann, “enquanto matéria *deste* conceito [“árvore com passarinhos”], deste ato de pensamento, [a matéria] é o objeto: a árvore com passarinhos” (2012, p. 191). Sendo assim, penso que podemos tanto dizer que a matéria de um conceito é o múltiplo de representações a serem combinadas e unificadas mediante a aplicação de sua regra, como dizer, em conformidade com a *Lógica Jäsche*, que sua matéria é o “objeto” percebido em virtude desse processo. Por fim, essas últimas observações indicam que a caracterização de Loparic está em total acordo com a definição geral de “matéria” e “forma” como sendo, respectivamente, o “determinável em geral” e a “determinação” deste último (CRP A 266/B 322). A regra pensada em um conceito *determina* o múltiplo de representações sensíveis ao ordenar o que, abstração feita desta regra, seria um fluxo amorfo de dados sensoriais – o “determinável” - através dos quais nenhum objeto nos seria apresentado.

Contudo, é importante ressaltar que, no caso de conceitos *empíricos*, suas formas, isto é, as regras a eles associadas, também devem depender em algum sentido do que nos é dado na sensibilidade, embora, diferentemente de sua matéria, elas não *sejam* propriamente o múltiplo de representações que é dado¹⁰⁴. Como diz Loparic: “Quanto a formas, as dos conceitos empíricos são engendradas, ao menos parcialmente, por procedimentos sintéticos apreendidos da experiência [...]” (2000, p. 181). Afinal, se um conceito empírico se caracteriza essencialmente por ser um conceito derivado da experiência, não faria sentido negar que a regra de síntese que corresponde especificamente a ele também o seja. Em última instância, o que há de propriamente *empírico* em um conceito assim como na regra de combinação a ele correspondente dependerá das “sensações”. Por serem o “efeito de um objeto sobre a capacidade representativa, na medida em que por ele somos afetados” (CRP A 19/B 34), é, em última instância, sobre as sensações que está assentado todo elemento genuinamente *a posteriori* das nossas representações. Aqui, porém, parece que caímos em um círculo: de um lado, a própria percepção é dita depender da aplicação de uma regra conceitual a um múltiplo de intuições, e, do outro, essa mesma regra deve ser em algum sentido derivada

¹⁰⁴ As regras de construção pensadas em conceitos matemáticos também dependerão de dados sensíveis, ainda que apenas da forma *a priori* destes últimos. No entanto, estes conceitos assim como as regras que lhes correspondem não serão examinados aqui

da experiência. No entanto, creio que esse impasse seja apenas aparente. Se é verdade que, no caso de conceitos empíricos, sua regra de síntese seja derivada da experiência, isso não significa que ela seja dada de maneira pronta em qualquer múltiplo de dados sensíveis tomado de maneira isolada. Podemos pensar o estabelecimento dessas regras como um processo gradual que se desenrola de maneira contínua ao longo da experiência. Em um primeiro momento, determinados tipos impressões frequentemente acompanhadas umas das outras são cada vez mais associadas entre si na imaginação, até o ponto em que somos levados e nos julgamos justificados a refleti-las como marcas (*Merkmale*) que constituem uma unidade conceitual, elas próprias (sub)conceitos que caracterizam o conceito recém formado como o conceito que é (cf. *Log*, AA 9: 58-9). Não seria arriscado dizer que é em alguma etapa desse processo que seriam realizadas as operações de “comparação”, “reflexão” e “abstração”, as quais, segundo a *Lógica Jäsche*, são os atos lógicos do entendimento “através dos quais conceitos são gerados quanto à sua forma” (*Log*, AA 9: 94). A partir daí, fica estabelecida uma regra para a apreensão de dados sensíveis, ainda que, por serem regras de conceitos *empíricos*, elas sejam sempre revisáveis e suscetíveis de serem reformuladas e corrigidas, bem como o são os próprios conceitos correspondentes (cf. CRP A 728/B 756). Creio que podemos assim manter a ideia de que conceitos empíricos e suas regras de combinação são derivados da experiência sem que isso implique em afirmar que eles seriam simplesmente *dados* de maneira pronta e imediata em uma percepção qualquer¹⁰⁵.

Feita essa longa digressão sobre a forma e a matéria dos conceitos, podemos agora explicar em que sentido as formas lógicas *dos juízos* seriam “separáveis” de sua matéria, isto é, dos próprios conceitos por elas combinados. Em um certo sentido, me parece óbvio que elas *não* o são. Como procuramos mostrar no Capítulo 2, essas formas lógicas consistem precisamente em diferentes modos uma subordinação extensional *de conceitos*. Sendo assim, elas essencialmente pressupõem a noção de conceito enquanto representação geral comum a uma diversidade de objetos. Isto é, enquanto formas de subordinação extensional de conceitos, elas trivialmente pressupõem conceitos entendidos como representações gerais que possuem extensões que podem, a princípio, ser subordinadas umas às outras. No entanto, ao dizermos que as formas lógicas kantianas são “separáveis” de sua matéria, o que queremos enfatizar é a ideia de que elas não pressupõem nenhum aspecto específico de qualquer conceito em particular, seja de sua forma ou de sua matéria. Ou seja, elas não pressupõem nenhuma regra conceitual específica de combinação de dados sensíveis e nem, muito menos,

¹⁰⁵ Cf. ALTMANN, 2012, p. 192, n. 39 para uma abordagem semelhante acerca deste tema.

nenhum dado sensível. Que eu combine conceitos segundo a forma sujeito e predicado, por exemplo, não pressupõe de maneira alguma que eu possua a regra de síntese refletida especificamente em um conceito empírico como o de “árvore com passarinhos”, para aproveitar o exemplo de Altmann. Tampouco pressupõe que eu tenha tido recepção de qualquer dado sensível que serve de matéria para esta regra de síntese. Posto de outro modo, a forma lógica categórica está inscrita na natureza essencial e *a priori* do meu entendimento, e eu estaria em sua “posse” ainda que a experiência jamais tivesse me dado a ocasião de formular, seja o conceito “árvore com passarinhos”, seja qualquer outro conceito empírico específico. Da forma e da matéria dos conceitos, podemos dizer que tudo o que as formas lógicas dos juízos pressupõem é a ideia completamente geral captada pela formulação que a *Lógica Jäsche* dá a essas noções: isto é, que conceitos são representações “universais” comuns a uma pluralidade de “objetos”¹⁰⁶.

Se nos permitem a introdução de uma metáfora, que voltará a ser utilizada ao longo do presente capítulo, que as formas lógicas kantianas sejam separáveis de suas matérias, no sentido explicado acima, significa que elas possuem “*espaços vazios*” a serem “*preenchidos*”. Se quisermos dar uma expressão linguística àquilo que a forma *a priori* do nosso entendimento determina acerca delas, tudo o que teríamos seriam expressões como “*Todo/Algum/O... é/não é...*”; “*Se Todo/Algum/O..., então... é/não é..., então*”; “*Todo/Algum/O... é/não é...*”; e “*Todo... é... (ou... ou... etc.)*”¹⁰⁷. Nenhuma das formas lógicas representadas por essas expressões antecipa, pressupõe ou depende de qualquer característica específica da forma ou da matéria de nenhum conceito que irá “*preenchê-las*” de modo a resultar em uma unidade judicativa completa. E é precisamente por isso, aliás, que elas podem

¹⁰⁶ Um caso que talvez pareça contradizer as conclusões deste parágrafo é o da forma lógica dos juízos infinitos, uma vez que estes últimos se definem por conter um predicado negativo e, portanto, por uma característica presente no *interior* da estrutura conceitual. No entanto, não creio que seja controverso dizer que se trata, mesmo nesse caso, de uma determinação puramente *formal*, que não depende ou pressupõe nada que seja extraído de qualquer conteúdo sensível, seja ele empírico ou espaço-temporal. Posto de outro modo, a forma lógica desses juízos, assim como as demais, pressupõe tão somente a noção completamente geral de subordinação extensional de conceitos. Como diz Altmann: “Basta que todo conceito funcione delimitando uma esfera [ou seja, uma extensão] para que se tenha necessariamente a possibilidade de um predicado para a esfera complementar” (2004, p. 37).

¹⁰⁷ Uma vez que a forma disjuntiva expressa a divisão da extensão de um conceito em partes que esgotam *toda* a extensão do conceito dividido (cf. *Log*, AA 9: 107-8), me parece correto dizer que ela só admite a quantificação universal, o que explica o porquê de termos indicado apenas ela na terceira das fórmulas acima. Do mesmo modo, nessa mesma fórmula excluímos qualquer referência à forma lógica de negação, uma vez que a forma disjuntiva expressa que um objeto qualquer, pensado sob o conceito dividido, *cai* sob uma e apenas uma dessas partes, e não que ele esteja *excluído* de uma e apenas uma delas. Também não incluímos nenhuma referência às formas lógicas de modalidade pelo fato de elas não contribuírem em nada para as propriedades estruturais dos juízos. Por esse mesmo motivo, elas não importam tanto para os nossos propósitos, por razões explicadas anteriormente (cf. p. 176 acima). Sobre a omissão, nas fórmulas acima, de qualquer referência à forma lógica dos juízos infinitos, cf. a nota 106 acima.

e devem ser objetos de estudo da lógica geral pura, aquela disciplina caracterizada por se “abstrair de *todos os objetos de conhecimento e suas diferenças*, tendo nela o entendimento que se ocupar apenas consigo próprio e com a sua forma” (CRP B IX; *itálico nosso*). Por possuírem meramente “espaços vazios” ao invés de qualquer conceito específico, as formas lógicas kantianas não antecipam ou pressupõem nada de específico acerca da forma dos conceitos e nem quaisquer “*diferenças*” entre os “*objetos*” destes últimos, sejam eles conceitos e objetos empíricos ou conceitos e objetos matemáticos. Mas, e quanto aos conceitos puros do entendimento, isto é, as categorias? Ora, dados os resultados da Dedução Metafísica, é de se esperar que a relação entre as formas lógicas dos juízos e as categorias terá um caráter *sui generis* em comparação com a relação entre essas mesmas formas lógicas e os demais tipos de conceitos.

Enfatizamos, em nossa exposição acima, a ideia de que conceitos, segundo Kant, determinam regras para a unificação de dados sensíveis, e com as categorias, os conceitos puros do entendimento, não é diferente. Quais seriam as regras de síntese correspondentes às categorias? A essa altura, creio que a resposta para essa pergunta já nos seja evidente: são regras de síntese de intuições derivadas, análogas e “isomórficas” às formas lógicas dos juízos, tal como estabelece a dedução metafísica:

A mesma função que dá unidade às diferentes representações *em um juízo* também dá também unidade à mera síntese de diferentes representações *em uma intuição*, que, expressa de modo geral, é chamada de conceito puro do entendimento (CRP A 79/B 104-5)

Podemos dizer que é o fato de suas regras de síntese terem sua origem nas formas lógicas dos juízos que confere às categorias um estatuto único em comparação com os conceitos empíricos (e matemáticos; cf. p. 242, nota 104 acima). É também esse mesmo fato que contém um dos pilares básicos da chamada Revolução Copernicana de Kant: a doutrina segundo a qual a realidade empírica deve se *conformar* às formas *a priori* dos meios de que dispomos para representá-la¹⁰⁸. Formulando este último ponto de um modo que, por razões já explicadas, explicita sua importância para o tema do presente trabalho, as sínteses de intuições guiadas pelas categorias *introduzem* nos dados sensíveis uma forma que não está presente neles quando tomados *por si mesmos*. É verdade que, como vimos acima, mesmo os conceitos empíricos fornecem regras para uma ordenação dos dados sensíveis a qual não nos é dada através mera recepção passiva destes últimos. Contudo, como, não por acaso, fizemos questão

¹⁰⁸ O outro desses “pilares básicos” está, naturalmente, nas formas puras espaço-temporais da sensibilidade.

de destacar, essas regras devem ser, em um sentido importante, derivadas da experiência. Por terem sua origem exclusivamente nas formas *a priori* do nosso entendimento, são as regras de síntese correspondentes às *categorias* que constituem uma contribuição genuinamente *a priori* do sujeito. Essas regras não são, em nenhum sentido, derivadas da experiência, mas, sim, *impostas* a ela. Lembremos que é *especificamente* dos “conceitos puros do entendimento” que Kant diz: “comparados com as intuições empíricas (até mesmo com as intuições sensíveis em geral), são completamente heterogêneos e nunca se podem encontrar em qualquer intuição” (CRP A 137/B 176). E é precisamente por isso que a explicação da relação das categorias a objetos requer uma dedução - e um esquematismo - “transcendental”. No caso de conceitos empíricos, a explicação dessa relação requer apenas o que Kant chama de uma “dedução *empírica*, que mostra como se adquire um conceito mediante a experiência e a reflexão sobre esta, pelo que se não refere à legitimidade, mas só ao fato de onde resulta a sua posse” (CRP A 85/B 117).

Nosso objetivo agora será tentar mostrar que o aspecto das formas lógicas dos juízos enfatizado mais acima – isto é, o fato de elas serem “separáveis” de sua “matéria” – contribui de maneira decisiva para a viabilidade desses elementos distintivos da teoria kantiana da experiência que tornamos a destacar no parágrafo anterior. Sabemos que as regras de síntese de intuições determinadas pelas categorias são análogas ou “isomórficas” às formas lógicas dos juízos. Afinal, as categorias são produzidas justamente na medida em que a forma dos juízos é “convertida em um conceito da síntese de intuições” (CRP A 321/ B 378). Sendo assim, procuraremos mostrar que à “separabilidade” das formas lógicas judicativas com relação à matéria que as preenche corresponderá, nas formas da síntese de intuições guiadas pelas categorias, uma espécie particular de “separabilidade” com relação àquilo que também seria a matéria que as preenche. Em outras palavras, essas formas de síntese também possuem “espaços vazios” a serem “preenchidos” pela sua matéria, sendo, por isso, “separáveis” desta última. Defenderemos que esta segunda espécie de separabilidade - juntamente com a primeira, da qual, aliás, ela é derivada - é fundamental para a viabilidade da teoria kantiana da representação e da realidade representada no que diz respeito aos aspectos seus que mais interessam ao presente trabalho.

A fim de desenvolver essa ideia, precisamos dar uma caracterização mais precisa do que seriam propriamente as formas *a priori* com “espaços vazios” nesse segundo uso que pretendemos fazer dessa nossa metáfora. Para isso, será necessário indicar, ainda que de um modo preliminar, de que maneira tal metáfora se relaciona com o tema central do presente trabalho. Por razões já explicadas, e que serão retomadas mais à frente, o aspecto da teoria

kantiana da representação que mais nos interessa em nossa comparação com o *Tractatus* está na maneira específica através da qual ela entende a relação entre, de um lado, elementos que devem ser dados *a posteriori* ao sujeito, os quais são *independentes* dele e que ele não produz por si só, e, do outro, formas que têm uma origem *a priori* em nossas faculdades de representação. Essa maneira específica é aquela que decorre dos princípios básicos da Revolução Copernicana de Kant: as formas *a priori* das nossas faculdades de representação acabam por introduzir naqueles elementos dado *a posteriori* uma ordenação que eles não possuem por si mesmos. E é aqui que a dita metáfora se relaciona com o nosso tema central: estaremos defendendo que o que possibilita que a articulação entre esses dois pólos seja entendida da maneira exigida pela Revolução Copernicana é o fato de as formas de síntese governadas pelas categorias herdarem das formas lógicas das quais elas são derivadas “espaços vazios” que serão “preenchidos” por aqueles elementos das nossas representações que devem ser dados *a posteriori* e os quais o sujeito não pode produzir por si mesmo. Esse processo resulta na constituição de uma realidade empírica com determinadas propriedades necessárias que são, em conformidade com os princípios básicos da Revolução Copernicana, o reflexo daquelas formas *a priori* síntese, e não algo *dado* independentemente da natureza essencial das faculdades de representação do sujeito.

Dito isso, o que seriam então as formas *a priori* com “espaços vazios” no segundo uso da nossa metáfora? Embora sejam derivadas e análogas às formas lógicas dos juízos, formas de síntese de intuições guiadas pelas categorias não *são* essas formas lógicas (cf. CRP A 181/B 224). A doutrina do esquematismo transcendental nasce justamente do reconhecimento de que a aplicação das funções lógicas dos juízos, sob o nome de categorias, aos aparecimentos requer “um terceiro termo”, que deve ser “por um lado, homogêneo à categoria e, por outro, ao aparecimento e que permita a aplicação da primeira ao segundo” (CRP A 138/B 177). Vimos anteriormente que esse “terceiro termo” é localizado nos produtos da chamada “imaginação transcendental”, a qual, como diz Faggion, como que desenha, “na forma da sensibilidade e segundo conceitos, a estrutura a que a apreensão do diverso empírico deve se enquadrar” (2007, p. 220). Essa estrutura *a priori* “desenhada” na forma pura do tempo são os esquemas transcendentais, que consistem em uma espécie de tradução temporal das categorias (cf. CRP A 138-9/B 177-8). Respondendo então à questão levantada no início deste parágrafo, os esquemas transcendentais é que serão as formas *a priori* com “espaços vazios” no segundo uso que pretendemos fazer dessa nossa metáfora.

Isso implica, porém, em uma diferença significativa entre sua utilização no presente caso e sua utilização original. Vimos acima que as formas lógicas dos juízos são

independentes e “separáveis” não apenas de todo e qualquer conteúdo empírico, mas de todo e qualquer conteúdo sensível em geral, inclusive das formas puras da nossa sensibilidade. Porém, enquanto traduções *temporais* das categorias, os esquemas transcendentais não são independentes ou “separáveis” das formas *puras* da sensibilidade. Isso, todavia, não afeta o nosso ponto central. Como dissemos logo acima, queremos mostrar que o fato de as formas de síntese guiadas pelas categorias possuírem “espaços vazios” a serem “preenchidos” pelo ingrediente *a posteriori* e *empírico* das nossas representações, o qual é *independente do sujeito*, é o que torna possível que a articulação entre esses dois pólos seja entendida da maneira específica que caracteriza a Revolução Copernicana. Sendo assim, o fato de essas formas de síntese serem necessariamente mediadas pelos esquemas transcendentais não se mostra tão relevante, pois, enquanto traduções *temporais* das categorias, eles serão “inseparáveis” *apenas* das formas *puras* da sensibilidade, mas serão, por outro lado, “separáveis” e independentes de qualquer conteúdo empírico. Os espaços vazios das formas lógicas dos juízos que os tornam separáveis de sua matéria (os conceitos) se refletirão, nos esquemas transcendentais, em espaços vazios que os tornarão, de maneira análoga, separáveis da matéria *empírica* de dados sensíveis que irá preenchê-los. E, como estaremos defendendo, é precisamente isso que garante a viabilidade da teoria kantiana da experiência no que diz respeito ao que talvez seja o seu aspecto mais distintivo, a saber: o modo específico pelo qual ela concebe a articulação entre, de um lado, os elementos *a priori* das nossas representações e, do outro, seus elementos que são dados *a posteriori* e que são independentes dos meios de que dispomos para representar a realidade.

Não penso que seja controverso dizer que os esquemas transcendentais não antecipam, pressupõem ou dependem de nenhum aspecto específico de qualquer conteúdo *empírico*. Para confirmarmos isso, tomemos o esquema da substância, que talvez seja o que evidencia de maneira mais direta o que estamos querendo mostrar: “a permanência do real no tempo, isto é, a representação desse real como de um substrato [...] que persiste enquanto tudo o mais muda” (CRP A 144/B 182). Assim formulado, esse esquema não antecipa dos aparecimentos nada além do que sabemos *a priori* acerca deles em virtude de serem dados nas formas puras da nossa intuição. Nada de *específico* é antecipado acerca daquilo que irá, eventualmente, “permanecer no tempo” ou “mudar”. Por exemplo, não é antecipado que o que permanece no tempo é um barco que altera sua posição, ou a matéria que, ao ser atirada ao fogo, passará do estado de lenha para o estado de cinzas e fumaça (cf. CRP A 185/B 228). Não é, aliás, antecipado sequer que existam coisas como barcos, lenha, cinzas ou fumaça. Isso tudo só

poderá ser dado a partir da matéria *empírica* que irá “preencher” a forma *a priori* fixada pela esquematização da substância.

O que estamos enfatizando é que essa separabilidade ou independência dos esquemas transcendentais com relação à matéria que os preenche é, por assim dizer, uma herança da separabilidade das formas lógicas dos juízos, das quais esses esquemas são derivados, com relação à sua matéria (os conceitos). Como apontamos acima, a forma lógica categórica (assim como as demais) não antecipa nada acerca dos conceitos por ela combinados. O que ela determina é somente uma estrutura puramente formal, que podemos representar simbolicamente por algo como “... é...”. É essa indeterminação da matéria por parte da forma por ela preenchida, no caso da forma lógica categórica, que se reflete em uma indeterminação análoga no caso do esquema da substância. Como ponderamos acima, o esquema se distingue da mera forma lógica por incorporar um elemento especificamente temporal. A relação entre sujeito e predicado recebe, no esquema da substância, uma tradução *temporal* em termos de uma relação entre algo que permanece no tempo e algo que muda. Como diz Loparic: “a relação sujeito-predicado” é “modelad[a] pela relação de inerência das determinações transitórias na substância que permanece” (2000, p. 227). Todavia, o esquema preserva da forma lógica da qual ele é derivado a característica de determinar tão somente *essa relação*, e não os *termos relacionados*. Estes últimos só podem ser dados empiricamente, e é nesse sentido que dizemos que os esquemas transcendentais, enquanto formas *a priori*, possuem “espaços vazios” a serem “preenchidos” por uma matéria dada *a posteriori*, sendo, por conta disso, “separáveis” desta última. Esse “preenchimento” resulta na constituição de objetos empíricos, eventualmente refletidos em *conceitos* empíricos, os quais podem, por sua vez, “preencher” os “espaços vazios” das formas lógicas dos juízos, dando origem a juízos sintéticos *a posteriori* acerca da realidade. O que temos aqui é mais uma vez a noção de um “isomorfismo” ou “identidade estrutural” entre formas lógicas judicativas e a realidade empírica que é constituída ao longo de todo esse processo. Como diz Loparic, em uma passagem já citada anteriormente: “a substância fenomênica representa o sujeito; seus acidentes fenomênicos, o predicado, ao passo que a permanência da substância durante a mudança dos acidentes esquematiza a relação sujeito-predicado” (2000, p. 228). Porém, nunca é demais ressaltar que se trata aqui de um “isomorfismo” *constituído*, e não entre duas estruturas simplesmente *dadas* ao sujeito. Ele existe apenas na medida em que o esquema transcendental introduz aos dados sensíveis uma estrutura análoga à forma lógica judicativa da qual ele é derivado (cf. CRP A 181/B 224). Podemos seguir a leitura semântica de Loparic

e dizer ainda que o que o esquema faz aqui é oferecer uma “interpretação sensível ou objetiva” da forma lógica correspondente (cf. 2000, p. 22; cf. 2000, pp. 205, 215-6).

Estaremos defendendo então que a característica específica dos esquemas transcendentais que estamos enfatizando – o fato de eles possuírem “espaços vazios” a serem “preenchidos” por uma matéria dada *a posteriori* - é decisiva para que a relação entre os elementos formais *a priori* das nossas representações e seus elementos empíricos *a posteriori* possa ser entendida da maneira exigida pelo princípio que move a Revolução Copernicana de Kant. Posto de outro modo, dado este princípio, a dita relação deve ser entendida pela relação de “preenchimento” no sentido explicado acima, isto é, como uma relação na qual o múltiplo *a posteriori* da intuição empírica “preenche” os “espaços vazios” das formas *a priori* fixadas pela esquematização das categorias. Sabemos que a Revolução Copernicana se caracteriza, de um lado, pela admissão de que há um material que deve ser dado independentemente do sujeito e, do outro, pela ideia de que esse material deve se *conformar* a determinadas formas *a priori* das faculdades de representação desse sujeito. É precisamente isso que ocorre se entendemos a relação entre esses dois pólos como uma relação na qual as segundas são preenchidas por um material amorfo que, em virtude deste processo, passa a possuir uma forma que ele não possui quando tomado por si mesmo.

Para desenvolvermos essa ideia, analisemos alguns dos elementos que estariam envolvidos na experiência de um barco que se desloca no curso do rio. Trata-se aqui de um evento empírico, de modo que essa experiência pressupõe a presença de uma multiplicidade empírica de dados sensíveis. Ela pressupõe, em última instância, a presença de sensações, que são responsáveis por todo elemento genuinamente empírico das nossas representações. Tomada por si só, no entanto, essa multiplicidade não basta para a experiência do deslocamento do barco. Como nos explica as Analogias da Experiência, cuja análise, não por acaso, foi incluída no presente trabalho, a experiência de sucessões (e simultaneidades) objetivas exige as categorias de relação¹⁰⁹. Limitando-nos à consideração da contribuição do esquema da categoria de substância, esse múltiplo sensível deve ser interpretado como se referindo a uma alteração de estados de algo que permanece. Loparic, como já havíamos indicado, sugere um modo pelo qual essa interpretação pode ser entendida: “A fim de representar a substância e a diferença entre ela e os seus acidentes deve-se preservar algumas

¹⁰⁹ E, como vimos no capítulo anterior, também exige as categorias matemáticas, que seriam necessárias não apenas para experiências *objetivas*, mas também para qualquer espécie de percepção consciente. Exige também conceitos empíricos, como o conceito de “barco”. Contudo, como já explicamos, segundo a concepção kantiana de objetividade sínteses de intuições governadas *apenas* por regras empíricas seria uma mera associação empírica ou psicológica e, portanto, sem validade objetiva. Objetividade requer conceitos *a priori* e, particularmente, categorias de relação (cf., por exemplo, A 176/B 218-8).

sensações (o real) como permanentes e permitir que algumas outras mudem (o variável)” (2000, p. 229). Não são os dados sensíveis que nos dão o barco *como* uma substância que permanece. Nossas representações sensíveis, tomadas por si mesmas, são sempre variáveis e instáveis (cf. CRP B XLI). Isso exige uma determinada regra que nos orienta a “preservar algumas sensações” e “permitir que algumas outras mudem”. Essa regra é dada justamente com o esquema da substância, que me orienta a tomar determinadas sensações – *por si mesmas* sempre variáveis e transitórias – como se referindo a um objeto que permanece.

Segundo penso, entender esse processo como o “preenchimento” dos “espaços vazios” de uma forma *a priori* por parte de uma matéria dada independentemente destas últimas nos permite captar com justiça o que está em jogo aqui. Em primeiro lugar, que essa forma *a priori* possua “espaços vazios”, no sentido de não antecipar nada acerca da matéria que a preenche, é uma maneira de preservar e expressar a ideia, central à filosofia teórica de Kant, de que nossa experiência depende de um elemento que não pode ser dado ou produzido pelas faculdades de representação do sujeito. Ao mesmo tempo, que essa forma *a priori* possua “espaços vazios” é o que nos permite, em princípio, pensar em uma etapa logicamente anterior ao seu preenchimento na qual a matéria que a preenche pode ser concebida como separada dessa forma¹¹⁰. Em outras palavras, essa matéria pode assim ser concebida - em conformidade com a definição de Kant (CRP A 266/B 322) - como o “determinável”, isto é, como uma matéria amorfa que adquire uma “determinação” *apenas* na medida em que se submete à forma *a priori* fixada pelo esquematismo transcendental. Isso é o que nos permite fazer justiça à ideia, indispensável à Revolução Copernicana, de que o ingrediente das nossas representações que não pode ser produzido pelas faculdades de representação sujeito deve de *conformar* a estas últimas, adquirindo assim uma forma a qual ele não possuiria por si mesmo. Esse processo, por sua vez, resulta na constituição de uma realidade empírica com determinadas propriedades necessárias, que são, naturalmente, aquelas propriedades refletidas e expressas nas categorias. E é por isso que, se nossa análise estiver correta, o fato de os esquemas transcendentais das categorias herdarem, das formas lógicas das quais são derivados, “espaços vazios” a serem preenchidos por uma matéria a qual eles não antecipam é

¹¹⁰ Dizemos “logicamente anterior” no sentido de que não estamos entendendo a referida “etapa” como um suposto intervalo temporal no qual o sujeito estaria, de um lado, consciente da sua posse de meras formas *a priori* vazias e, do outro, consciente de uma matéria sensível amorfa, isto é, separada dessas formas. Pelo contrário, ao isolarmos essa “etapa” estamos apenas empreendendo uma reflexão filosófica que analisa conceitualmente os elementos envolvidos na experiência, concebendo-os assim como conceitualmente separáveis entre si. A expressão “logicamente” anterior (e posterior) será empregada outras vezes no que se segue, e deverá sempre ser entendida nesse sentido: como parte de uma análise filosófica ou conceitual e não como a postulação de anterioridade cronológica ou física.

fundamental para a viabilidade da teoria kantiana de experiência no que diz respeito aos seus aspectos que estão sendo enfatizados aqui.

Uma boa maneira de desenvolver essas conclusões seria examinar uma teoria acerca das nossas representações da realidade e da realidade representada que postulasse “formas *a priori*” que não possuem as características que estamos destacando. Nas seções seguintes, defenderemos que esse é o caso da teoria da representação do *Tractatus* e, o que é o mais importante, que isso implica que essa teoria não admita a presença de algo análogo à Revolução Copernicana de Kant.

5.2 Forma e conteúdo das proposições no *Tractatus*

Ao longo do presente trabalho, procuramos destacar o que julgamos ser importantes semelhanças entre as teorias kantiana e tractariana da representação. Em primeiro lugar, ambas conferem uma posição de destaque à noção de forma lógica. Nossas representações da realidade, segundo elas, são essencialmente representações que possuem uma forma lógico-sintática proposicional, para a qual, em virtude disso, pode-se levantar a questão de sua verdade ou falsidade. Além disso, ambas têm em comum o fato de essas formas lógicas serem entendidas como algo que tem sua contraparte na realidade. Ou seja, há um “isomorfismo” ou “identidade estrutural” entre as formas lógicas das nossas representações e a porção da realidade que elas representam. Por último, essas formas lógicas são tomadas como constituindo os aspectos *a priori* e necessários tanto das nossas representações como - em decorrência do mencionado isomorfismo - da realidade representada. Posto de outro modo, elas constituem aquilo que, por fazer parte da natureza essencial da representação e da realidade, é imune a qualquer aspecto contingente desses dois domínios.

Quais seriam as propriedades necessárias das nossas representações - no caso, representações linguísticas - e da realidade representada de acordo com o sistema do *Tractatus*? Retomando brevemente o que foi desenvolvido no Capítulo 3, diríamos que elas consistem naquilo que é determinado, respectivamente, pela totalidade dos nomes juntamente com as possibilidades combinatórias que eles possuem entre si (isto é, com sua sintaxe lógica) e por aquilo que é determinado pela totalidade dos objetos simples juntamente com as possibilidades combinatórias que eles possuem entre si. Começemos pelos segundos. Os objetos, diz Wittgenstein, “constituem a substância do mundo” (TLP 2.021), isto é, o que há de “fixo” e “subsistente” nele (2.0271). A existência ou não existência de um objeto não é, portanto, algo contingente: todos os mundos possíveis, todo mundo “real” ou “imaginário”,

têm como constituintes últimos precisamente os mesmos objetos (TLP 2.022-2.023). Além disso, cada objeto contém inscritas em sua natureza suas possibilidades combinatórias com outros objetos. Essas possibilidades são denominadas sua “forma” (TLP 2.0141), “forma lógica” (TLP 2.0233) ou “propriedades internas” (TLP 2.01231). É simplesmente impensável, ou, “ilógico” (cf. TLP 3.031), que um objeto não possua as possibilidades combinatórias que ele possui (TLP 2.0123, 4.123a). Isso significa que, não apenas a existência dos objetos, mas também suas possibilidades combinatórias *não* são um aspecto contingente da realidade. Agora, o que *é* contingente são quais dessas possibilidades combinatórias estão ou não efetivadas na realidade (TLP 2.0271). É por isso que os objetos devem ser simples, pois, se eles fossem constituídos de uma ligação de partes ainda mais simples, sua existência seria contingente e eles não seriam, portanto, o que há de fixo e subsistente no mundo (TLP 2.021). Tendo em vista que uma combinação efetiva de objetos é um “estado de coisas” (TLP 2.01), disso se segue que a existência e inexistência de estados de coisas são contingentes. A existência e inexistência de estados de coisas constituem assim aspecto contingente da realidade. O mundo, ou seja, tudo aquilo que é o caso (TLP 1), é, portanto, uma circunscrição contingente de um “espaço lógico” de estados de coisas possíveis determinado pela totalidade dos objetos juntamente com suas possibilidades combinatórias fixas e necessárias (cf. TLP 1.13).

Dado o isomorfismo entre linguagem e realidade presente no sistema tractariano, podemos, ainda que isso não seja feito de maneira tão explícita na obra, caracterizar aqueles que seriam os aspectos necessários da primeira diretamente a partir das ideias apresentadas no parágrafo anterior. O significado de um nome é o objeto ao qual ele se refere (TLP 3.203). Uma vez que os limites da linguagem e do mundo coincidem (cf. TLP 5.5561, 5.6), deve haver, para cada objeto, um nome correspondente na linguagem. Do mesmo modo que objetos são simples, o nome de um objeto é um “sinal primitivo” (TLP 3.26), no sentido de não ser analisável em símbolos linguísticos que supostamente designariam entidades mais simples do que o objeto que ele designa. As possibilidades combinatórias que os nomes possuem entre si na linguagem espelham as possibilidades combinatórias dos objetos aos quais eles se referem. Sendo assim, combinações possíveis de nomes, ou seja, combinações de nomes que obedecem à “sintaxe lógica” da linguagem (cf. TLP 3.325) podem representar estados de coisas *possíveis*. Uma tal combinação de nomes é uma “proposição elementar” (TLP 4.2, 4.22), e a exigência de que haja um isomorfismo entre as possibilidades sintáticas dos nomes e as propriedades internas dos objetos é expressa, no *Tractatus*, através da exigência de que a proposição elementar deve ter sua “forma lógica” em comum com o estado de coisas possível

que ela representa (TLP 2.51-2.151, 2.18). Se o estado de coisas representado por esta última é o caso na realidade, dizemos que a proposição elementar é verdadeira; se não é o caso, que ela é falsa (cf. TLP 2.222). Dito isso, podemos finalmente especificar então o que haveria de necessário e o que haveria de contingente na linguagem. Embora isso não seja colocado no *Tractatus* desta maneira, podemos dizer que as propriedades necessárias da linguagem, isto é, as propriedades que devem estar presentes em toda e qualquer linguagem possível, consistem naquilo que é dado pela totalidade dos nomes juntamente com suas possibilidades combinatórias. Isso é o mesmo que dizer que as propriedades necessárias da linguagem consistem naquilo que é dado juntamente com a totalidade das proposições elementares existentes¹¹¹. Já o que há de contingente na linguagem seriam os *valores de verdade* das proposições elementares, tendo em vista que eles dependem daquilo que há de contingente na realidade.

Se a caracterização do sistema tractariano feita acima está correta, então creio que temos uma diferença significativa entre ele e o sistema kantiano no que diz respeito aos aspectos deste último que foram enfatizados na seção anterior. Certos paralelos que foram lembrados mais acima se confirmam: nossas representações da realidade são essencialmente representações que possuem uma forma lógica, para as quais, por conta disso, pode ser levantada a questão de sua verdade ou falsidade. Essa forma lógica tem sua contraparte na realidade representada e constitui as propriedades *a priori* e necessárias de ambos os domínios, no sentido de serem propriedades que estão imunes a qualquer contingência. No entanto, enquanto enfatizamos que, no sistema kantiano, o que há de propriamente necessário e *a priori* em nossas representações – no sentido de não depender de qualquer contingência – são estruturas puramente formais, com “espaços vazios” a serem “preenchidos” por uma “matéria” que elas não antecipam, o mesmo não parece ocorrer no *Tractatus*. O que há de *a priori* e de necessário na linguagem, no sentido de não depender de qualquer contingência, é a *totalidade dos nomes juntamente com suas possibilidades combinatórias*, ou seja, a totalidade das proposições elementares existentes. Mas, em uma proposição elementar qualquer, não há e nem pode haver nenhum “espaço vazio” a ser “preenchido” por uma “matéria” que ela não antecipa. Uma proposição elementar é, trivialmente, uma unidade proposicional completa. Supondo que ‘*abcd*’ seja uma proposição elementar constituída pelos nomes ‘*a*’, ‘*b*’, ‘*c*’ e ‘*d*’,

¹¹¹ Isso, todavia, não é uma caracterização completa daquilo que há de necessário na linguagem. Entre outras coisas, seria necessário incluir aqui, sobretudo, a possibilidade de se construir funções de verdade de proposições elementares por meio da aplicação de operações de verdade (cf. TLP 4.51). No entanto, introduzir esse e outros temas aqui nos desviaria demais e desnecessariamente dos nossos atuais propósitos, tendo em vista que o que foi mencionado acima será suficiente para a discussão que se segue.

não há mais nada que se deva ou que se possa acrescentar a ela. O que *não* se pode antecipar acerca dela é apenas o seu valor de verdade. Este último depende da ocorrência ou não ocorrência da ligação dos objetos aos quais aqueles nomes se referem. Contudo, a ocorrência ou não ocorrência dessa ligação, que é a única coisa que não pode ser antecipada *a priori*, nada acrescenta à estrutura ou aos constituintes da proposição ‘*abcd*’.

Antes de investigar as implicações que essas considerações têm para o nosso tema, cumpre esclarecer um ponto que pode ter chamado a atenção do leitor familiarizado com o *Tractatus*. Nossa afirmação de que a totalidade de proposições elementares estaria “dada *a priori*” na linguagem parece contradizer a bem conhecida cautela que Wittgenstein adota na obra ao recusar ser possível “especificar *a priori*” quais são as proposições elementares existentes (TLP 5.5571; cf. TLP 5.55, 5.557ab). Essa especificação, diz ele, só é possível mediante a análise lógica da linguagem, e o “que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar” (TLP 5.557b).

Esse tema e toda a seção na qual ele é tratado serão examinados mais à frente, pois veremos que eles se relacionam com o nosso problema central. Por ora, cumpre apenas enfatizar que, embora não possamos, segundo o Wittgenstein, especificar de antemão, independentemente da análise lógica, quais são as proposições elementares existentes, a posição do *Tractatus* só pode ser a de que elas devem estar de alguma maneira subjacentes ao uso da nossa linguagem cotidiana. Como diz Custer: “A análise lógica não cria absolutamente nada. Ela revela algo que já estava ali” (2011, p. 71). O sistema tractariano implica que exista uma e apenas uma linguagem: a linguagem cuja forma lógica espelha a forma do mundo tal como este é caracterizado nos aforismos iniciais da obra. Tal como caracterizado por esses aforismos, o mundo só pode ser representado por proposições elementares: encadeamentos de nomes indefiníveis que espelham as possibilidades combinatórias de objetos simples aos quais eles se referem. Portanto, toda e qualquer sentença de toda e qualquer linguagem possível, isto é, toda e qualquer sentença que expressa um sentido, só pode estar expressando - mediante “acordos tácitos” “enormemente complicados” (TLP 4.002) - o mesmo sentido que seria expresso pelas proposições elementares às quais sua análise lógica deve poder, em princípio, chegar¹¹²: “De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem” (TLP 5.5563a). Cada proposição elementar, por sua vez, pressupõe a totalidade das proposições elementares existentes: “Dadas

¹¹² Como foi dito anteriormente, isso parece pressupor que o entendimento das sentenças da linguagem corrente deve sempre ser acompanhado por aquilo que o *Tractatus* denomina “pensamento” (TLP 3), que atuaria, para utilizar uma expressão de Custer (2011, p. 27), como uma espécie de “inconsciente linguístico”.

as proposições elementares, com isso estão dadas também *todas* as proposições elementares” (TLP 5.524b); ou ainda: “Embora a proposição possa determinar apenas um lugar do espaço lógico, por meio dela já deve ser dado todo o espaço lógico” (TLP 3.42). É nesse sentido, portanto, que dizemos que a totalidade das proposições elementares está “dada *a priori*” na linguagem, ainda que não possamos especificá-las. Um outro sentido que podemos atribuir a essa afirmação é o de que essas proposições são imunes a qualquer aspecto contingente da realidade que só pode ser descoberto *a posteriori*. O que há de contingente determina o valor de verdade de uma proposição elementar, mas não afeta a sua forma lógica, o conteúdo significativo dos nomes que a constituem e nem, portanto, o sentido que ela expressa.

Feitos esses esclarecimentos, vejamos de que maneira essas conclusões se relacionam com o nosso tema. Defenderemos ao longo do presente capítulo que o fato de as propriedades *a priori* e necessárias da linguagem envolverem, não meras formas lógicas “separadas” de qualquer matéria, mas a totalidade das proposições elementares existentes não é algo fortuito, mas, sim, algo que decorre necessariamente da concepção tractariana de forma lógica. Segundo essa concepção, não é possível isolar, no sistema do *Tractatus*, uma forma lógica que existiria por si mesma “separada” dos termos por ela combinados. Sendo assim, diferentemente do que ocorre no sistema kantiano, o *Tractatus* não admite a presença de formas lógicas com “espaços vazios”, pois elas seriam inseparáveis da totalidade dos nomes e, portanto, da totalidade das proposições elementares existentes, que não são, portanto, “preenchíveis” por uma matéria que elas não antecipam. Vale acrescentar apenas que ao invés de “matéria” me parece que a expressão mais adequada à terminologia do *Tractatus*, nesse contexto, seria “conteúdo” (*Inhalt*) (cf. TLP 3.31d). Feita essa adaptação, diríamos então que as formas lógicas tractarianas *não* são “separáveis” de seu “conteúdo”.

Se essa conclusão, a ser desenvolvida ao longo do presente capítulo, estiver correta, então, segundo nossa análise, ela implicaria em um afastamento entre os sistemas kantiano e tractariano no que diz respeito aos pontos que interessam à presente tese. Defendemos na seção anterior que o fato de as formas lógicas kantianas não anteciparem a matéria que as preenche é fundamental para a viabilidade da teoria kantiana da representação no que diz respeito à Revolução Copernicana por ela promovida. Mais especificamente, essa característica da concepção kantiana de forma lógica se mostra fundamental para que a relação entre os elementos *a priori* das nossas representações e os elementos que determinam os aspectos *a posteriori* destas últimas possa ser entendida da maneira exigida pelo princípio que move a Revolução Copernicana, a saber: como uma relação na qual o material que deve ser dado independentemente do sujeito acaba por se *conformar* a determinadas formas *a*

priori das suas faculdades de representação, adquirindo assim uma forma a qual ele não possui independentemente deste processo. Pois bem, se nossa análise estiver correta, então o fato de as formas lógicas tractarianas de fato divergirem das kantianas no que diz respeito à característica que estamos enfatizando repercutirá de maneira negativa para a possibilidade de se atribuir ao *Tractatus* algo análogo à uma Revolução Copernicana. Pelas mesmas razões, isso repercutirá de maneira negativa para a viabilidade de uma leitura “antirrealista” da obra, pois, como defendemos anteriormente, essa linha interpretativa pressupõe ou implica em uma espécie de Revolução Copernicana. Dada a fundamental importância que o conteúdo desta última afirmação tem para o tema deste trabalho, gostaria de dedicar o restante da presente seção a desenvolvê-lo, reapresentando de maneira sintética pontos que, na ocasião do Capítulo 3, só puderam ser desenvolvidos de um modo mais difuso. Feito isso, nas seções seguintes desenvolveremos um argumento contra a viabilidade de uma leitura antirrealista do *Tractatus* baseado na referida diferença que julgamos existir entre as concepções kantiana e tractariana de forma lógica.

Uma leitura antirrealista do *Tractatus*, tal como a definimos, se caracteriza por recusar que as propriedades necessárias da realidade elencadas nos aforismos iniciais da obra sejam concebidas como propriedades de um domínio independente da linguagem. Pelo contrário, essas propriedades seriam um mero reflexo da ordem lógica essencial desta última. Tendo em vista que elas são, em última instância, determinadas pelos objetos e suas propriedades internas, tem-se aqui a ideia de que a existência e a identidade dos objetos tractarianos seriam, ao menos em parte, determinadas pela linguagem. Como diz Ishiguro, uma proponente dessa leitura: “A concepção [de significado] do *Tractatus* implica que é o uso do Nome que te dá a identidade do objeto, e não vice-versa” (1969, p. 34). Todavia, esses intérpretes admitem, de modo geral, que a linguagem corresponda a um domínio real exterior em algum sentido independente dela. Esse domínio seria responsável, basicamente, por determinar aquilo que caracterizamos acima como os aspectos contingentes da linguagem e do mundo, de modo que não teríamos, portanto, uma espécie de “idealismo absoluto”. Como diz Ishiguro: “Obviamente eu acredito, como Wittgenstein claramente acreditou [...], que há um mundo no qual nós nos encontramos. A verdade e a falsidade do que dizemos sobre o mundo depende de como as coisas estão” (1990, p. 21)¹¹³. O que é negado aqui é apenas que aquilo que nós

¹¹³ Para uma exposição mais detalhada acerca de como os proponentes dessa linha interpretativa, de modo geral, concedem que o *Tractatus* admite a existência de um domínio exterior e independente da linguagem, ao qual cabe determinar os aspectos contingentes desta e da realidade por ela representada, cf. as seções 3.3 e 3.4 do Capítulo 3, especialmente as pp. 143-9, 160-6.

caracterizamos como os aspectos necessários da linguagem - a forma lógica - e do mundo sejam independentes da linguagem:

No que diz respeito à sintaxe lógica, nós podemos ser realistas apenas no seguinte sentido. A verdade e a falsidade de nossos pensamentos sobre o mundo vêm de como o mundo é. Isso significa que uma vez que pensamentos, i.e., proposições com sentido, têm sintaxe lógica, qualquer descrição verdadeira de como o mundo é vem como uma sintaxe lógica [*comes with logical syntax*]. Os estados de coisas que nós encontramos no mundo real são então estruturados de acordo com [*following*] a sintaxe lógica dos pensamentos (1990, p. 32).

Como explicamos anteriormente, uma linha interpretativa desse tipo está essencialmente vinculada à recusa daquele que, no Capítulo 3, denominamos “princípio da substituição”, de acordo com o qual o contato entre linguagem e realidade se daria fundamentalmente a partir de conexões que se estabelecem, ponto a ponto, entre os nomes e objetos. Essa recusa me parece simplesmente o complemento natural da ideia distintiva dessa linha interpretativa, que é a de que os objetos tractarianos teriam sua existência e identidade determinadas pelo uso do seus nomes no *interior* da linguagem, não sendo, portanto, entidades independentes desta. Como diz McGinn, outra proponente dessa leitura: “[...] a concepção de Wittgenstein acerca do significado de um sinal simples não o envolve em uma postulação de uma ligação entre palavras e pequenas partes [*bits*] de um mundo independentemente constituído (2006, p. 116). Como é por vezes admitido por esses intérpretes, isso implica na ideia de que o contato entre linguagem e realidade se daria então fundamentalmente a partir do nível das proposições elementares, como um todo, e os fatos que as verificam ou falsificam (cf. McGINN, 2006, p. 89; ISHIGURO, 2001, p. 36, citado na p. 152 acima; GARVER, p. 92, citado nas pp. 164-6 acima). Deste modo, essa linha interpretativa, por um lado, faz justiça à ideia de que há um domínio externo e independente da linguagem, que determina o valor de verdade das proposições e os aspectos contingentes da realidade empírica, isto é, o que é ou não o caso. Trata-se aqui do que Ishiguro chama de “sentido mais geral de realismo” (1990, p. 21). Por outro lado, temos a recusa do que essa mesma autora denomina “realismo acerca da estrutura lógica”, onde por estrutura lógica ela entende “a estrutura da sintaxe lógica” (1990, p. 21). Tendo em vista que essa sintaxe lógica reflete aquelas que estamos denominando as propriedades *a priori* e necessárias da realidade, não se trata aqui de outra coisa senão a recusa de que tais propriedades sejam entendidas como propriedades de um domínio real independente da linguagem. Se os fatos ou estados de coisas que verificam ou falsificam as proposições devem ser tomados como independentes da

linguagem, sua estrutura lógica interna¹¹⁴ seria, como diria McGinn, “nada senão *a sombra da lógica da linguagem na qual nós representamos o mundo*” (2006, p. 151, *itálico nosso*). Como diz a mesma autora: “A estrutura lógica que é essencial para o pensamento expressar seu sentido é preservada na estrutura do que é projetado, a saber, o estado de coisas que ele representa” (2006, 130). E, de modo geral, os aforismos iniciais do *Tractatus* não estariam delineando o que chamamos anteriormente de uma “metafísica realista”, mas apenas caracterizando da ordem lógica da linguagem “preservada” na linguagem que a representa:

O que nós tomamos como metafísica é agora visto como nada mais do que uma questão de reconhecer que a ordem lógica que é essencial para o nosso sistema de representar o mundo em proposições é *essencialmente preservada na estrutura lógica da realidade que é afigurada* (2006, p. 143, *itálico nosso*).

Segundo penso, temos aqui a ideia de que o isomorfismo entre linguagem e realidade que caracteriza o sistema tractariano seria um isomorfismo que, assim como o kantiano, existe apenas na medida em ele é *constituído* pela ordem essencial das nossas representações - no caso, da linguagem. McGinn chega a defender isso quase que explicitamente quando diz: “Nós podemos falar das propriedades e relações internas daquilo que os signos significam, mas estas são um mero reflexo [*merely a reflection*] das propriedades e relações essenciais dos símbolos que os significam” (2006, p. 82, n. 2); ou:

Na interpretação dada aqui, a sintaxe lógica diz respeito a como as expressões da nossa linguagem simbolizam; a questão de se esses modos de simbolizar são corretos ou incorretos, ajustam-se [*fit*] ou não se ajustam à realidade, não faz sentido. Porém, à medida que a ordem lógica do nosso sistema de representação é preservada nos estados de coisas que são representados, nós podemos ‘em um certo sentido... falar acerca das propriedades formais dos objetos e estados de coisas’ (*TLP* 4.122) (2006, p. 188, n. 8).

Sem a intenção de nos alongarmos agora sobre o que são, no *Tractatus*, “propriedades ou relações internas” ou “formais”, é suficiente dizermos que, entre elas, estão incluídas as propriedades ou relações essenciais partilhadas entre linguagem e realidade, e é certamente nesse sentido que McGinn as estão entendendo nesse contexto. O importante é notar que a autora nega que se tratam de propriedades ou relações internas presentes em um domínio independente ao qual a linguagem teria que se “ajustar”. Elas seriam, antes, “um mero reflexo” da linguagem, e que estariam presentes na realidade apenas na medida em que a

¹¹⁴ Isto é, que eles sejam constituídos por objetos simples com determinadas propriedades internas

ordem lógica da linguagem é “preservad[a]” na realidade representada. Embora a autora não coloque desta maneira, podemos dizer que tratar-se-iam de propriedades *impostas* à realidade pela linguagem a representa.

Defendemos anteriormente que, ao se comprometer com as ideias esboçadas acima, essa linha interpretativa acaba por aproximar o *Tractatus* do sistema kantiano no que diz respeito aos princípios da Revolução Copernicana promovida pelo segundo: a realidade empírica representada na linguagem seria, em algum sentido, “constituída” na medida em que as formas *a priori* da linguagem são *impostas* a um domínio que, independentemente da linguagem que o representa, não possuiria essas formas que lhe são impostas. Tal domínio seria precisamente o domínio dos “fatos” ou “estados de coisas”, responsável por estabelecer os aspectos contingentes da realidade empírica e das nossas representações. Como diz Ishiguro, os “estados de coisas”, cuja existência ou inexistência seriam independentes de nós e da linguagem, são “estruturados de acordo com a sintaxe lógica dos pensamentos [“i.e., proposições com sentido”]” (1990, p. 32; cf. também ISHIGURO, 2001, p. 44, citado na p. 144 acima). Nessa mesma linha, lemos o seguinte no contexto de sua crítica a intérpretes como Pears e Malcolm, para os quais a forma lógica da linguagem, segundo o *Tractatus*, seria imposta por uma realidade independente (cf. 1990, pp. 21-2):

Se há qualquer relação entre o mundo e lógica de um moldando [*moulding*] o outro, a direção parece ser a contrária. Não é a essência das coisas no mundo que modela [*shapes*] a lógica, é a forma lógica das proposições que dá a essência do mundo (1990, p. 22).

Da perspectiva da nossa comparação com a *Crítica*, o domínio dos “fatos” ou “estados de coisas” independentes da linguagem estaria desempenhando um papel análogo aos dados sensíveis kantianos, que, no contexto da filosofia kantiana, também são “estruturados” ou “modela[dos]” (por sínteses guiada pelas categorias). Esse domínio seria, por assim dizer, um domínio “amorfo”, que adquire as propriedades enunciadas pelos aforismos iniciais do *Tractatus apenas* na medida em que se *conforma* à forma lógica da linguagem que o representa. Haveria, portanto, uma espécie de Revolução Copernicana embutida no sistema tractariano, embora esse kantianismo não seja, de modo geral, reconhecido por esses intérpretes. Porém, notamos anteriormente que ele é reconhecido por Garver, um proponente dessa linha interpretativa para quem o *Tractatus* possui um “ponto de partida kantiano” (1994, p. 107). Por tocar de modo direto no que constitui o tema central desta tese, permito-me repetir essa longa citação:

O kantianismo consiste parcialmente em começar com uma dicotomia, e mais especificamente focar em uma dicotomia entre o que é *dado* aos humanos e o que nós *fazemos* com o que nos é dado. No *Tractatus*, a primeira dualidade notável é entre fatos e objetos – dois diferentes tipos de entidade. Essa é uma dualidade metafísica, um dualismo. Ela está conectada com outra dualidade que é [...] aquela entre o mundo (1, 1.1) e nossa construção de figurações do mundo (2.1) Essa segunda dualidade é o análogo tractariano da distinção kantiana entre a receptividade passiva dos sentidos e a espontaneidade ativa do intelecto. O que permanece o mesmo no análogo de Wittgenstein é o nítido contraste entre o que é dado a nós quer queiramos ou não [*willy-nilly*] e nossa ação humana quando confrontamos o dado (1994, p. 107-8).

Difícilmente poderíamos concordar mais com Garver quando este autor, ao adotar o que denominamos uma leitura antirrealista do *Tractatus*, no que ele se diz tributário a intérpretes como Ishiguro e McGuinness (cf. 1994, pp. 103, 109, n. 7), reconhece que isso significa atribuir à obra os elementos distintos da filosofia de Kant que viemos destacando. Apenas acrescentaríamos que da perspectiva dessa linha interpretativa a proximidade entre os dois sistemas filosóficos se torna ainda mais marcante pelo fato de que, em ambos, “o que nós fazemos com o que nos é dado” envolveria a aplicação, a esse “dado”, daquelas que ambos os filósofos tomavam como sendo as *formas lógicas a priori* existentes¹¹⁵. O que tentaremos mostrar, porém, é que justamente por conta de as formas lógicas tractarianas não possuírem as características das formas kantianas que enfatizamos neste capítulo – isto é, o fato de elas não serem formas lógicas vazias “separáveis” de sua “matéria” ou “conteúdo” – faz com que o sistema do *Tractatus* não admita a presença dos referidos elementos distintivos da filosofia de Kant. Esse será o objetivo do restante deste capítulo.

5.3 A “inseparabilidade” entre forma e conteúdo das proposições e suas implicações

De acordo com nossa análise, uma leitura antirrealista do *Tractatus* se compromete com a ideia segundo a qual a realidade, tal como ela caracterizada pelos aforismos iniciais da obra, seria constituída na medida em que as formas lógicas *a priori* da linguagem são *impostas* a um domínio real “amorfo”, isto é, um domínio o qual, tomado *por si mesmo*, não possuiria essas formas que lhe são impostas. Daí o paralelo com Kant: no sistema kantiano, a

¹¹⁵ Por outro lado, haveria um distanciamento significativo no fato de Kant incluir as formas puras espaço-temporais da sensibilidade entre as contribuições exclusivamente subjetivas, ao passo que nada análogo a isso pode ser encontrado no *Tractatus*, em qualquer interpretação. No entanto, não creio que isso afete o nosso ponto, tendo em vista que mesmo essas formas puras recebem uma determinação que elas *não* possuem *por si só* em virtude de uma imposição de formas lógicas, sob o nome de categorias.

realidade empírica - com aquelas propriedades refletidas nas categorias - é constituída na medida em que certas formas *a priori* são *impostas* ao múltiplo “amorfo” de representações dado na intuição empírica. Essas formas *a priori* são os esquemas transcendentais das categorias, as quais são, por sua vez, as formas lógicas dos juízos convertidas em um conceito de síntese de intuições.

Pois bem, em uma leitura antirrealista do *Tractatus*, o que seriam as “formas *a priori*” a serem *impostas* ao domínio real “amorfo” que irá determinar os aspectos *a posteriori* e contingentes das representações linguísticas e da realidade representada? Na presente seção, assumiremos como uma *premissa* uma tese interpretativa indicada na seção anterior: o sistema do *Tractatus* não admite formas lógicas proposicionais “separáveis” de seu conteúdo. Posto de outro modo, a concepção tractariana de forma lógica não admite a possibilidade de existirem formas lógicas com “espaços vazios” a serem preenchidos, em uma etapa logicamente posterior, pelos termos por elas combinados, ou seja, os nomes. Se essa interpretação estiver correta, dela se segue que aquilo que, em uma leitura antirrealista do *Tractatus*, seria imposto a um domínio real “amorfo” não pode ser outra coisa senão uma proposição elementar já “completa”, tendo em vista que uma forma lógica já completamente “preenchida” por nomes *é* uma proposição elementar. Na presente seção, procuraremos mostrar que, *nesse caso*, a conexão ou “contato” entre a linguagem e esse domínio não pode ser entendida de um modo satisfatório. A linguagem tornar-se-ia um “véu intransponível” não relacionado a uma realidade exterior a ela, o que tornaria a leitura antirrealista uma interpretação inaceitável do *Tractatus*. Se essa linha de argumentação estiver correta, dela se seguiriam alguns resultados importantes que convêm ser indicados desde já. Em primeiro lugar, ela confirmaria aquilo que procuramos mostrar de uma maneira preliminar na primeira seção deste capítulo, a saber: que o fato de os esquemas transcendentais kantianos e as formas lógicas das quais eles são derivados serem “separáveis” de sua matéria contribui de maneira decisiva para viabilidade da Revolução Copernicana de Kant. Em segundo lugar, teremos realizado um ataque à leitura antirrealista e, por conseguinte, a defesa de uma leitura “realista” do *Tractatus* apoiados em uma comparação entre as teorias kantiana e tractariana de representação. Todavia, essa defesa de uma leitura realista do *Tractatus*, assim entendida, só será efetivamente completada quando justificarmos o que será assumido como uma premissa na presente seção: a tese de que as formas lógicas tractarianas *são* “inseparáveis” de seus conteúdos. Essa justificativa será desenvolvida nas seções restantes deste capítulo.

Passemos então à nossa linha de argumentação. O aspecto distintivo da Revolução Copernicana de Kant, tal como esta vem sendo caracterizada aqui, está na maneira *específica*

através da qual ela entende a relação entre, de um lado, elementos que devem ser dados *a posteriori* ao sujeito, os quais ele não produz por si só, e, do outro, formas que têm uma origem *a priori* em nossas faculdades de representação: as formas *a priori* das nossas faculdades de representação acabam por *impor* a elementos dados *a posteriori* uma ordenação que ele não possui por si só. Penso ser algo essencial e distintivo dessa doutrina a ideia de que essas formas *a priori* acabam por introduzir nesses elementos dados *a posteriori* algo de “novo”, ou, “original”, que não está presente neles quando *tomados por si mesmos*. É isso, afinal, que nos permite dizer que eles devem se *conformar* às formas *a priori* dos nossos meios de representação. Sendo assim, uma leitura antirrealista do *Tractatus* deve mobilizar a ideia de que as formas *a priori* da linguagem introduzem em um domínio real dado *a posteriori* algo de “novo”, ou, “original”, que ele não possui *por si só*. Ou, em vez de dizer que se trata aqui de um domínio real “dado *a posteriori*”, talvez seja melhor utilizar aqui um termo mais neutro. O essencial é que esse domínio seja entendido como, em algum sentido, “dado” e não “constituído”, ou seja, como um domínio externo e independente da linguagem, pois ele deve estar em posição de determinar os aspectos, aí sim, “*a posteriori*” da linguagem (os valores de verdade das proposições) e da realidade tal como representada por ela (o que é ou não o caso). Diríamos então que, de modo análogo ao que ocorre em Kant, em uma leitura antirrealista do *Tractatus* as formas lógicas *a priori* da linguagem introduzem em um domínio “dado” e não “constituído por ela algo de “novo” ou “original” que ele não possui quando tomado *por si mesmo*.”

E aqui vale reiterar que não estamos projetando esses elementos kantianos nessa linha interpretativa de uma maneira injustificada. O *Tractatus* inegavelmente nos apresenta uma doutrina segundo a qual há um isomorfismo entre linguagem e a realidade por ela representada no que diz respeito às propriedades essenciais e necessárias de ambos. Sendo assim, pensemos em uma linha interpretativa que 1) nega que essa doutrina se comprometa com uma “metafísica realista” que enuncia propriedades necessárias de um domínio real concebido como independente da linguagem, e que 2) concede a presença de um domínio real exterior que determina os aspectos contingentes da linguagem e da realidade por ela representada. Uma linha interpretativa desse tipo necessariamente se compromete, segundo penso, com a ideia de que a linguagem introduz suas propriedades essenciais nesse domínio real independente - na medida em que o representa - como algo que não está presente nele quando tomado *por si mesmo*. Posto de outro modo, o isomorfismo entre linguagem e realidade que caracteriza o sistema tractariano seria um isomorfismo *constituído* pela primeira, de modo mais ou menos análogo ao que ocorre em Kant. E, como mostram algumas

das citações apresentadas na seção anterior e no Capítulo 3, certos proponentes dessa leitura chegam muito próximo de afirmar explicitamente o que estamos colocando aqui (cf. pp. 257-61 acima). Vejamos então o que se segue uma vez que acrescentamos a essa linha interpretativa a premissa, a ser justificada nas seções seguintes, de que as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seu conteúdo, no sentido explicado anteriormente.

Essa premissa implica que não pode haver, no sistema do *Tractatus*, formas lógicas proposicionais separadas dos nomes que as “preenchem”. Ou seja, formas lógicas são “inseparáveis” da existência das proposições elementares que as possuem, tendo em vista que uma forma lógica completamente “preenchida” por nomes é uma proposição elementar. Suponhamos agora que entre as proposições elementares esteja a proposição “*fa*”, constituída pelos nomes “*fx*” e “*a*”¹¹⁶. Como todos os nomes tractarianos, estes últimos são “sinais simples” (TLP 3.201, 3.26). Como é explícito no *Tractatus*, os nomes representam, significam, se referem (*bedeuten*) ou substituem (*vertreten*), no contexto da proposição, um determinado objeto (cf., por exemplo, TLP 3.203, 3.22). Para fins expositivos, digamos que o nome “*fx*” esteja se referindo ao objeto que iremos indicar pela figura “□”, e que o nome “*a*” esteja se referindo ao objeto que iremos indicar pela figura “○”. Que esses nomes assim estejam combinados na proposição elementar representa a existência do estado de coisas constituído pela ligação dos objetos aos quais esses nomes se referem (cf. TLP 4.0311, 4.21, 2.01). Indiquemos então esse estado de coisas, tal como representado pela proposição “*fa*”, pela figura “□○”. Os objetos “□” e “○” fazem parte, ou melhor, constituem parte da “substância do mundo” (TLP 2.021). Eles subsistem independentemente de qualquer aspecto contingente da realidade, ou seja, do que é ou não o caso, e, por isso, não podem ser compostos, pelas razões já explicadas anteriormente (cf. TLP 2.021, 2.024). O que também é independente de qualquer contingência é a possibilidade de “○” e “□” se combinarem entre si no estado de coisas “□○”. Isso faz parte da “forma” (TLP 2.0141), da “forma lógica” (TLP 2.0233) ou das “propriedades internas” (TLP 2.01231) desses objetos. A forma lógica desses objetos, assim entendida, deve espelhar as possibilidades combinatórias que os nomes “*a*” e “*fa*” possuem com outros nomes na linguagem. Podemos dizer então que há um “isomorfismo” entre a proposição “*fa*” e o estado de coisas “□○” que ela representa. Na terminologia do *Tractatus*, dizemos que eles possuem uma “forma lógica” em comum (cf.

¹¹⁶ Nessa simbolização da proposição elementar e de seus constituintes utilizamos a notação adotada no *Tractatus*, a qual, por sua vez, é inspirada na de Russell (cf., por exemplo, TLP 4.24). Poder-se-ia pensar que dela se segue que proposições elementares seriam constituídas por expressões “saturadas” (como “*a*”) que têm a peculiaridade de ser tomadas como argumentos de expressões “insaturadas” (como “*fx*”). Porém, veremos mais à frente que é altamente problemático afirmar que o *Tractatus*, apesar da notação adotada, se compromete com esse tipo de análise das proposições elementares.

TLP 2.15-2.151, 2.18). Que “*fa*” deva possuir sua forma lógica em comum com “□○” para poder representá-lo é uma característica essencial e necessária da linguagem (cf. TLP 2.18). O que há então de contingente aqui, seja na linguagem ou na realidade? Que “□” e “○” estejam ou não efetivamente combinados - que “□○” seja ou não o caso - é algo contingente. Isso faz parte dos aspectos “variáveis” ou “instáveis” do mundo (cf. TLP 2.0271). Por conseguinte, a verdade ou falsidade de “*fa*” também será uma verdade ou falsidade contingente.

Isso tudo não nos é novo, mas o que devemos fazer agora é tentar formular como esse cenário deve ser entendido em uma leitura antirrealista, dadas as teses com as quais esta se compromete. Em primeiro lugar, os objetos “□” e “○” não devem ser tomados como entidades (completamente) independentes da linguagem. Pelo contrário, segundo essa linha interpretativa a existência e a identidade dos objetos seriam, ao menos em parte, determinadas pelo uso de seus nomes em contextos proposicionais¹¹⁷. Porém, vimos que a existência ou inexistência (contingente) dos fatos ou estados de coisas, mesmo nessa linha interpretativa, *seria* independente da linguagem. Assim, o *valor de verdade* de “*fa*” deve ser determinado pela existência ou inexistência de fatos pertencentes a um domínio real exterior e independente da linguagem. Lemos em Ishiguro:

A teoria afigurativa, porém, é uma teoria de interpretação em um mundo que está lá para ser comparado com o que nós pensamos e dizemos. Nós não construímos ou inventamos o mundo no qual nos encontramos, ainda que os fatos que nós procuramos, e encontramos ou não encontramos, e os objetos que nós individualizamos sejam modelados [*shaped*] e limitados por nossa linguagem (2001, p. 44)

E, de fato, o *Tractatus* é explícito acerca da impossibilidade de se determinar o valor de verdade de uma proposição tão somente no *interior* da linguagem, falando na necessidade de “compará-la com a realidade” para tanto (cf. TLP 2.221-2.225). Indiquemos pelo sinal “*R1*” a, por assim dizer, “porção” ou “região” da realidade responsável por determinar o valor de verdade de “*fa*”, mas essa “porção” ou “região” da realidade *tomada enquanto algo independente da linguagem*, ou seja, enquanto algo não “modelado”, “limitado” ou “estruturado” pela linguagem (cf. também ISHIGURO, 1990, p. 32). A seguir, apresentaremos o que acreditamos ser algumas implicações que se seguem dos pressupostos com os quais uma leitura antirrealista do *Tractatus* se compromete. “*R1*” não seria, *por si mesma*, constituída pela possibilidade de ligação de dois objetos simples que subsistem

¹¹⁷ Cf. ISHIGURO, 1969, p. 34; 2001, p. 36, e 1990, p. 28, citados acima nas pp. 151-3. Cf., também, MCGINN, 2006, pp. 114, 117, 137; citados acima nas pp. 154-6. Cf. também GARVER, 1994, pp., 103, 107-110, citados acima nas pp. 164-6.

independentemente do que seja o caso. Se a leio corretamente, McGinn diria que “*RI*” pode ser concebida como a possibilidade de um estado de coisas constituído pela ligação dos objetos simples “ $\square$ ” e “ $\circ$ ” *apenas* na medida em que “a ordem lógica que é essencial para o nosso sistema de representar o mundo em proposições é essencialmente preservada na estrutura lógica da realidade que é afigurada” (2006, p. 143)¹¹⁸. Ou, como diria Ishiguro, “*RI*” pode ser concebida como “ $\square\circ$ ” *apenas* na medida em que ela é “estruturada” ou “modelada” de acordo com a “sintaxe lógica” da linguagem (cf. ISHIGURO, 1990, p. 32; e 2001, p. 44). Em outras palavras o isomorfismo que o *Tractatus* afirma que deve existir entre “*fa*” e o estado de coisas “ $\square\circ$ ” seria um isomorfismo *constituído* pela linguagem, isto é, um isomorfismo que existe *apenas* na medida em que a linguagem *impõe* sua forma essencial à realidade que ela representa. Deste modo, poderíamos, aparentemente, dizer que o *Tractatus* *não* contém uma “metafísica realista”, que especificaria as propriedades necessárias de uma realidade exterior e independente da linguagem. Ao mesmo tempo, concederíamos que ele admite o que Ishiguro chama de “sentido mais geral de realismo” (1990, p. 21), ao aceitar que ao menos o valor de verdade das proposições e os aspectos contingentes da realidade empírica são determinados por uma realidade exterior e independente.

Essa última observação acarreta, porém, no que acreditamos ser uma condição que esta linha interpretativa precisa poder atender. Se a admissão de uma realidade exterior à linguagem é o que possibilita que se atribua ao *Tractatus* esse “sentido mais geral de realismo”, então a conexão entre uma determinada proposição e a “região” ou “porção” da realidade que lhe confere valor de verdade deve poder ser explicada de alguma maneira. Posto nos termos do nosso modelo, deve ser possível explicar a existência de algum tipo de conexão entre “*fa*” e “*RI*” que justifique que seja *especificamente* “*RI*” a região ou porção da realidade responsável por determinar o valor de verdade de “*fa*”, e não, digamos, “*R2*”, “*R3*”, “*R4*”, etc. E, do mesmo modo, deve ser possível explicar a existência de algum tipo de conexão entre “*fa*” e “*RI*” que justifique que seja *especificamente* “*fa*” a proposição cujo valor de verdade é determinado por “*RI*”, e não, digamos, “*fb*”, “*fc*”, “*ga*”, etc. Ao que me parece, sem a explicação da possibilidade de uma conexão do tipo, seria totalmente arbitrário e injustificado dizer que o valor de verdade de “*fa*” seja de alguma forma determinado por um domínio real exterior e, portanto, dizer que o *Tractatus* é compatível com aquele “sentido mais geral de realismo”. O suposto domínio real exterior não estaria desempenhando nenhuma função no sistema tractariano, de modo que este acarretaria em uma espécie de “idealismo absoluto” no

¹¹⁸ Cf. MCGINN 2006, p. 82, n. 2, 2006, p. 130, e 2006, p. 188, n. 8 – citados acima nas pp. 258-9.

qual a linguagem estaria completamente fechada em si mesma. O problema é que, segundo penso, uma vez admitida a nossa premissa de que as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seu conteúdo, a conexão que deve existir entre “*fa*” e “*R1*” para que se diga que a segunda é o que determina o valor de verdade da primeira não pode ser entendida ou explicada de uma maneira satisfatória por uma leitura antirrealista.

Como dissemos acima, essa linha interpretativa acarreta na ideia de que o isomorfismo tractariano entre linguagem e realidade seria um isomorfismo *constituído* pela primeira. Em outras palavras, ele seria um isomorfismo que existe *apenas* na medida em que, para utilizar a formulação de McGinn, a “ordem lógica” da linguagem é “preservada nos estados de coisas que são representados” (cf. MCGINN, 2006, pp. 188 n. 8, 82 n. 2, 143). Ou, para utilizar a formulação de Ishiguro, tratar-se-ia de um isomorfismo que existe *apenas* na medida em que os “estados de coisas” são “estruturados de acordo com a sintaxe lógica dos pensamentos [“i.e., proposições com sentido”]” (1990, pp. 31-2). Como também dissemos acima, isso implica na ideia de que essa “ordem lógica” ou “sintaxe lógica”, da qual falam essas autoras, acaba por introduzir algo de “novo” ou de “original” naquele que seria um domínio real independente dela, isto é, algo que pertence *exclusivamente* à linguagem no sentido de não estar presente nesse domínio quando ele é tomado *por si mesmo*. Isto é, se o isomorfismo entre “*fa*” e “ $\Box\circ$ ” é um isomorfismo *constituído* pela linguagem, então deve haver algo em “*fa*” que não tem qualquer vínculo com “*R1*” *quando esta é tomada por si mesma*, mas que é, pelo contrário, *imposto* a ela na medida em que ela é “estruturada” pela “ordem lógica” ou “sintaxe lógica” da linguagem. Esse “algo”, ao que tudo indica, seria a forma lógica de “*fa*”. Se a leio corretamente, é isso que Ishiguro tem em mente quando recusa que o *Tractatus* defende um “realismo acerca da estrutura lógica”, onde por estrutura lógica ela entende “a estrutura da sintaxe lógica” (cf. 1990, p. 21; cf. 1990, p. 32)¹¹⁹. Todavia, nossa premissa de que as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seu conteúdo implica que a forma lógica de “*fa*” é inseparável dos nomes que a constituem: “*fx*” e “*a*”. Por conseguinte, uma vez aceita essa premissa, dela se segue que, em uma leitura antirrealista, *todos* os constituintes de “*fa*” - ou seja, *tudo* aquilo que caracteriza a proposição “*fa*” como a proposição que ela é - fariam parte daquilo que é *exclusivo* da linguagem, no sentido de não possuir qualquer tipo de vínculo com “*R1*” *quando esta é tomada por si mesma*. Logo, seria totalmente arbitrário e injustificado dizer de “*fa*” que ela é verificada ou falsificada *especificamente* por “*R1*”, e não, digamos, por “*R2*”, “*R3*”, etc; do mesmo modo, seria totalmente arbitrário e injustificado

¹¹⁹ Creio que isso será confirmado na próxima seção, quando examinarmos a interpretação de Ishiguro em mais detalhes.

dizer de “*RI*” que ela verifica ou falsifica *especificamente* a proposição “*fa*”, e não, “*fb*”, “*ga*”, etc. Mas isso significa que, segundo o critério proposto acima, essa linha interpretativa não está em posição de atribuir ao *Tractatus* sequer aquele “sentido mais geral de realismo”.

Vale ressaltar que ao denunciarmos que em uma leitura antirrealista nenhum dos constituintes de “*fa*” teria qualquer tipo de “vínculo” com “*RI*”, não estamos exigindo que os constituintes de “*fa*” necessariamente designem ou se refiram a elementos constituintes de “*RI*” por meio de correlações diretas entre ambos. Fazê-lo seria uma petição de princípio, tendo em vista que esta leitura se caracteriza, sobretudo, pela ideia de que o significado dos nomes é determinado pelo *uso* de seu nome no interior da linguagem, não *consistindo* em um objeto exterior. Todavia, ao aceitarem que o valor de verdade de uma proposição seja determinado por um domínio real exterior e independente da linguagem, penso que seus proponentes se comprometem, ao menos, com a ideia de que o “uso” dos nomes possa vincular a proposição na qual eles ocorrem a uma região *específica* da realidade pertencente a este domínio. Porém, estamos defendendo que, ao sugerirem que o isomorfismo entre uma proposição “*fa*” e o estado de coisas que ela representa é um isomorfismo que existe *apenas* na medida em que a segundo é “estruturado” ou “modelado” pela “forma lógica” ou pela “sintaxe lógica” da primeira, essa leitura se compromete com a ideia de que essa ordem ou sintaxe lógica é algo que pertence *exclusivamente* à linguagem (cf., por exemplo, ISHIGURO, 1990, pp. 21-2, 31-2). E isso no sentido de que essa forma ou sintaxe lógica não poderia dizer respeito a nenhuma característica *específica* da realidade *quando esta é tomada por si mesma*, isto é, independentemente da linguagem. Mas nossa premissa de que as formas lógicas das proposições são “inseparáveis” de seu conteúdo afirma justamente que a forma lógica de uma proposição “*fa*” é “inseparável” dos nomes “*fx*” e “*a*” que a constituem. Porém, esses nomes (e sua forma lógica) são *tudo* aquilo que caracteriza uma proposição “*fa*” enquanto a proposição que ela é:

A proposição é uma figuração da realidade: pois sei qual é a situação por ela representada, se entendo a proposição. (TLP 4.021)

A proposição *mostra* seu sentido.

A proposição mostra como estão as coisas *se* for verdadeira. E *diz* que estão assim. (TLP 4.022).

Entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela for verdadeira.

Entende-se a proposição caso se entendam suas partes constituintes (TLP 4.024a,c).

Na proposição, uma situação é como que montada para teste.

Pode-se dizer sem rodeios: esta proposição representa tal e tal situação – ao invés de: esta proposição tem tal e tal sentido (TLP 4.031).

Lemos que “[e]ntende-se a proposição caso se entendam suas partes constituintes”. Tão somente a partir do entendimento de suas partes constituintes deve-se entender o seu “sentido”, ou seja, qual “é a situação por ela representada”, ou qual situação é “como que montada para teste”. Se, em uma leitura antirrealista, nós desvinculamos sua forma lógica da realidade *tomada enquanto uma realidade independente da linguagem*, e aceitamos nossa premissa de que essa forma lógica é “inseparável” de todos os seus constituintes (seu “conteúdo”), então a “situação” que é “montada para teste” em virtude da articulação de seus constituintes estaria completamente desvinculada da realidade *tomada como algo independente da linguagem*. Tudo aquilo que caracteriza uma proposição “*fa*” enquanto a proposição que ela é estaria, por assim dizer, “do lado” daquilo que, em uma leitura antirrealista, não teria vínculo com qualquer característica *específica* da realidade *quando esta é tomada por si mesma*, isto é, quando tomada como algo independente da linguagem. Por isso, seria totalmente arbitrário dizer que é *especificamente* “*RI*”, enquanto uma “região” ou “porção” da realidade *tomada como algo independente da linguagem*, que determina o valor de verdade de “*fa*”.

Para esclarecer o argumento acima, tentemos desenvolvê-lo a partir de uma comparação com a teoria kantiana, comparação esta que é, afinal de contas, o propósito da presente tese. Esperamos assim indicar de maneira mais precisa como o fato de as formas lógicas kantianas e os esquemas transcendentais das categorias, delas derivados, serem “separáveis” de sua “matéria” contribui de maneira decisiva para a viabilidade dessa teoria no que diz respeito aos aspectos seus que estamos enfatizando. Para isso, aproveitaremos um exemplo utilizado por Kant, na Dedução Transcendental B, que aborda a aplicação da categoria de causalidade na percepção do congelamento da água, isto é, na percepção da água passando do estado de fluidez para o estado de solidez (CRP B 162-3). No entanto, como continuaremos focando na forma lógica categórica e na categoria de substância, simplificaremos este exemplo. Examinaremos o que estaria envolvido na percepção, durante um certo intervalo de tempo, de uma determinada quantidade de água que se encontra no estado sólido. Vamos supor então que essa percepção tenha sido refletida no juízo “Esta água é sólida”¹²⁰. Por estar envolvendo a aplicação de categorias, em especial as de relação, tratar-

¹²⁰ Optamos por aproveitar este exemplo ao invés daquele do deslocamento do barco, que vem sendo frequentemente aproveitado neste trabalho, pelo fato de que o segundo envolveria a introdução de noções

se-ia aqui, como explicamos no capítulo anterior, de um juízo com validade objetiva, isto é, de um juízo que se refere a um objeto pensado como algo distinto das nossas representações.

Segundo penso, na explicação do que estaria envolvido na referência do juízo “Esta água é sólida” ao seu objeto podemos destacar, ao menos, três níveis distintos. O primeiro deles é o nível do próprio juízo: 1) “Esta água é sólida”. Nesse juízo podemos distinguir dois elementos distintos: formas lógicas e conceitos, que são a “matéria” das primeiras. Entre essas formas lógicas está a forma categórica, sobre a qual iremos focar nossa atenção. Já os conceitos por ela combinados são os conceitos empíricos de “água” e de “solidez”. O juízo “Esta água é sólida” se refere a um objeto dado na intuição, o qual possui as propriedades refletidas naqueles conceitos. Esse objeto irá compor o nosso segundo nível: 2) uma determinada quantidade de água no estado de solidez da qual tenho experiência. Contudo, como discutimos extensamente no capítulo anterior, a experiência objetiva, segundo Kant, não é o resultado de uma mera recepção passiva, pois deve envolver, entre outras coisas, a aplicação de conceitos *a priori* ao múltiplo sensível que nos é dado na intuição empírica. Essa aplicação, como também já vimos, se dá através dos esquemas transcendentais, dentre os quais iremos focar no esquema da substância. O terceiro nível que iremos distinguir será então definido como composto pelo 3) esquema transcendental da substância mais o múltiplo sensível ao qual ele é aplicado.

É no nível “3” que se encontra o aspecto da filosofia teórica kantiana que mais nos interessa e que mais vem sendo discutido neste trabalho: o modo como, em conformidade com a Revolução Copernicana de Kant, os objetos, e a realidade empírica de modo geral, são *constituídos* por meio da imposição de determinadas formas *a priori* a um domínio de dados sensíveis dados *a posteriori*. A água é percebida aqui como uma substância (relativamente) permanente no estado de solidez, uma determinação mutável sua (cf. CRP A 188/B 231). Todavia, nada nos é simplesmente *dado* como algo permanente com determinações mutáveis, mesmo porque *todas* as nossas representações sensíveis, consideradas por si mesmas, são variáveis e mutáveis (cf., por exemplo, CRP B XLI). A percepção da água como uma substância no estado de solidez depende do modo como esses dados sensíveis são, por assim dizer, interpretados, e, como já explicamos, essa “interpretação” deve estar fundada em regras *a priori* para que resulte em uma experiência objetiva (cf., por exemplo, CRP A 111 e *Prol*, AA 4: 298-9). Essa regra *a priori* é dada através do esquema transcendental, no caso, o da substância. Para utilizar o modo como viemos formulando o tema, o esquema introduz algo de

espaciais, o que, talvez, tornaria a nossa discussão mais obscura. Todavia, não creio que disso decorreria nenhum obstáculo irremediável no que diz respeito às ideias que estamos tentando estabelecer.

“novo” ou “original” nesses dados sensíveis, isto é, algo que não está presente neles quando tomados *por si mesmos*. Esses temas que fazem parte do nosso nível “3” já nos são bastante conhecidos, mas o que agora mais irá nos importar e nos auxiliar em nossa comparação com o *Tractatus* será o exame da relação que deve existir entre esse nível “3” e aquele que indicamos acima como o nível “1”. Como será melhor desenvolvido a seguir, o múltiplo de dados sensíveis que compõe, ao lado do esquema transcendental, o nosso nível “3” corresponde, em nossa comparação com o *Tractatus*, àquilo que indicamos acima por “*RI*”. Afinal, é a esse múltiplo sensível que é *imposta* uma forma *a priori* – o esquema transcendental – que introduz algo de “novo” ou “original” que não está presente nele quando tomado *por si mesmo*. Pois bem, “Esta água é sólida” é um juízo sintético *a posteriori* acerca da realidade empírica. Sua verdade deve depender daquilo que nos é dado na intuição empírica, ou seja, do múltiplo sensível que compõe, ao lado do esquema transcendental, o nosso nível “3”. Isso significa que deve haver algum tipo de conexão entre esse múltiplo sensível e o juízo que constitui o nosso nível “1”, assim como alegamos que, em uma leitura antirrealista do *Tractatus*, deveria haver algum tipo de conexão entre “*RI*” e a proposição “*fa*”. Nesse segundo caso, porém, defendemos que, dadas certas premissas, essa conexão não pode ser explicada de um modo satisfatório. Cabe-nos examinar então o que podemos concluir quando a teoria kantiana da representação se depara com uma situação análoga.

Se nossa análise estiver correta, é aqui que o fato de as formas lógicas kantianas serem “separáveis” de sua “matéria” se mostrará relevante. O juízo “Esta água é sólida” possui determinadas formas *a priori* que são derivadas *exclusivamente* da natureza essencial do nosso entendimento. Todavia, como enfatizamos no início deste capítulo, essas formas nos são dadas *a priori* com “espaços vazios” a serem “preenchidos”, no sentido de que elas nos são dadas *a priori* sem antecipar, pressupor ou depender de nenhum aspecto *específico* da “matéria” que as preenche, ou seja, dos conceitos por elas combinados. Isso nos permite dizer, ao menos em princípio, que o juízo sintético *a posteriori* “Esta água é sólida” possui *entre seus elementos constituintes* certos termos que não nos são dados *a priori*, mas que são derivados da experiência: os conceitos empíricos de “água” e “solidez”. Ou seja, esse juízo possui entre seus elementos constituintes termos que são derivados do mesmo domínio ao qual pertence o múltiplo *a posteriori* de dados sensíveis que compõe o nosso nível “3”. E é precisamente *isso* que torna a conexão entre esse múltiplo sensível e o juízo “Esta água é sólida” explicável em princípio. O juízo em questão se refere a um determinado objeto dado na experiência, o qual constitui o nosso nível “2”: a água sólida que percebo diante de mim. Há entre o juízo e o seu objeto uma certa relação de “isomorfismo”. Como diz Loparic acerca

dessa relação: “[...] a substância fenomênica representa o sujeito; seus acidentes fenomênicos, o predicado, ao passo que a permanência da substância durante a mudança dos acidentes esquematiza a relação sujeito-predicado” (2000, p. 228). Em conformidade com a Revolução Copernicana de Kant, esse isomorfismo é um isomorfismo *constituído*: ele existe apenas na medida em que o sujeito impõe a algo dado independente dele uma forma que este último não possui *por si mesmo*. Esse “algo” é o múltiplo sensível; essa forma, o esquema da substância (e os demais esquemas transcendentais).

Pois bem, por se tratar de um juízo *a posteriori*, a “imposição” dessa forma deve ter preservado características *específicas* do múltiplo sensível que é dado *a posteriori*. Características *específicas* desse múltiplo sensível devem ser relevantes para a verdade do juízo, pois, do contrário, essa verdade não dependeria da experiência e o juízo não seria *a posteriori*. Se nossa análise estiver correta, o que permite, em princípio, que essa exigência seja cumprida é o fato de o juízo em questão ter entre seus elementos constituintes conceitos empíricos que são, eles próprios, derivados da experiência. As marcas que constituem esses conceitos não só podem como devem corresponder a características *específicas* de múltiplos sensíveis dados na intuição empírica, tendo em vista que, enquanto conceitos empíricos, eles próprios foram gerados a partir da experiência e *definem-se* por características específicas de determinadas intuições empíricas que nos são dadas. Por isso, se quisermos que a forma *a priori* a ser imposta à intuição empírica que integra o nosso nível 3 constitua, no nosso nível “2”, um objeto empírico “isomórfico” ao juízo do nosso nível “1”, então ela não só pode como deve preservar características *específicas* dessa intuição empírica, já que esse juízo é constituído por conceitos, eles próprios, empíricos. Posto de outro modo, o aspecto do “isomorfismo” entre “1” e “2” ao qual caberá a essa forma *a priori* constituir dirá respeito apenas à *forma lógica* de “1”. Em termos metafóricos, o esquema “herda” da forma lógica da qual ele é derivado os “espaços vazios” a serem “preenchidos” por uma matéria dada *a posteriori* independentemente do sujeito, podendo assim levar em conta as características *específicas* da matéria que o preenche. É justamente algo análogo a isso que estava ausente em nossa análise das implicações de uma leitura antirrealista do *Tractatus*, uma vez aceita a premissa de que as formas lógicas tractarianas são inseparáveis de seu conteúdo. A proposição elementar “*fa*” seria *completamente* constituída por elementos “dados *a priori*”. Por conseguinte, aquilo que nos seria dado *a priori* não possuiria “espaços vazios” a serem preenchidos por qualquer termo que poderia estar se relacionando, de alguma maneira, com um domínio dado independentemente da linguagem, ao qual pertenceria o que indicamos por “*RI*”. Já o juízo kantiano “Esta água é sólida” possui entre seus elementos constituintes

conceitos *empíricos*, isto é, conceitos que *se definem* por características *específicas* daquilo que nos é dado na intuição empírica. Por isso, esse juízo contém, entre seus elementos constituintes, termos que possuem um vínculo com o múltiplo sensível do nível “3”.

Para encerrar esta seção, reproduziremos nosso argumento apresentado anteriormente contra a viabilidade de uma leitura antirrealista do *Tractatus* aproveitando a análise feita acima do juízo kantiano. Assim como fizemos nessa análise, penso que podemos indicar três níveis os quais uma leitura antirrealista do *Tractatus* deve distinguir. O primeiro deles será composto pela proposição a) “*fa*”. Ela é verificada (ou falsificada) pela existência (ou inexistência) de uma ligação de objetos simples com os quais seus termos mantém uma relação designativa. Em outras palavras, ela representa um estado de coisas possível, o qual comporá o nosso segundo nível: b) “ $\square\circ$ ”. Há um isomorfismo entre a proposição “*fa*” e o estado de coisas “ $\square\circ$ ”, mas, como dissemos anteriormente, uma leitura antirrealista do *Tractatus* implica que se trataria aqui de um isomorfismo *constituído* pela linguagem. Contudo, o valor de verdade de “*fa*” e a existência de “ $\square\circ$ ” seriam determinadas por um domínio real exterior e independente da linguagem. Podemos falar aqui de uma determinada região “*RI*” pertencente a esse domínio. Indiquemos então um terceiro nível constituído por c) “*RI*” mais uma determinada “regra *a priori*” derivada da “ordem lógica” ou “sintaxe lógica” da linguagem que introduziria algo que não está presente nela quando tomado *por si mesma* de modo a torná-la isomórfica a “*fa*”, ou seja, de modo a convertê-la em “ $\square\circ$ ”. Essa regra desempenharia, então, um papel análogo aos esquemas transcendentais kantianos. Contudo, para que se diga que a porção da realidade responsável por determinar o valor de verdade de “*fa*” seja *especificamente* “*RI*”, ela deverá preservar ou levar em conta características *específicas* de “*RI*”.

De que maneira, porém, alguma característica específica de “*RI*” poderia ser relevante na constituição de “ $\square\circ$ ” enquanto o estado de coisas que verifica precisamente a proposição “*fa*”? Uma leitura antirrealista do *Tractatus* implica que há algo em “*fa*” que não tem sua contraparte na realidade *quando esta é tomada por si mesma*. O isomorfismo entre “*fa*” e “ $\square\circ$ ” seria um isomorfismo *constituído*, ou seja, um isomorfismo que existe *apenas* na medida em que a linguagem introduz na realidade algo de “novo” ou “original” que não está presente nela quando tomada *por si mesma*. Poder-se-ia dizer que esse “algo” seria a forma lógica que há de comum entre “*fa*” e “ $\square\circ$ ”. Veremos posteriormente que isso é o que Ishiguro tem em mente quando recusa que o *Tractatus* defenda um “realismo acerca da estrutura lógica”, onde por estrutura lógica ela entende “a estrutura da sintaxe lógica” (cf. 1990, p. 21; cf. 1990, p. 32). Contudo, nossa premissa de que as formas lógicas tractarianas são

inseparáveis de seu conteúdo implica justamente que não se pode separar logicamente a forma lógica da proposição “*fa*” dos demais elementos que a constituem, ou seja, de “*fx*” e de “*a*”. Sendo assim, *se* a forma lógica de “*fa*” é concebida como algo que pertence *exclusivamente* à linguagem no sentido de não ter nenhum vínculo com a realidade *quando tomada por si mesma*, sendo, antes, algo *imposto* a essa realidade, então *todos* os constituintes de “*fa*” seriam algo que pertence *exclusivamente* à linguagem, no sentido de não ter nenhum tipo de vínculo com a realidade *quando tomada por si mesma*. Ora, mas, sendo assim, nenhum aspecto específico de “*RI*”, quando tomado *por si mesmo*, pode ser relevante para o valor de verdade de “*fa*”, tendo em vista que *todos* os elementos constituintes desta última, tudo aquilo que a caracteriza enquanto a proposição que ela é (cf. TLP 4.024), não teriam – segundo nossa premissa somada à hipótese antirrealista – nenhum vínculo com “*RI*” *quando esta é tomada por si mesma*. Nossa suposta “regra *a priori*” do nível “*c*”, enquanto a regra responsável por “converter” “*RI*” no estado de coisas “ $\square\circ$ ” que verifica *precisamente* “*fa*”, deveria negligenciar todo e qualquer aspecto *específico* de “*RI*”. Mas, nesse caso, “*RI*”, com suas características específicas, e todo o nosso nível “*c*” se mostram totalmente irrelevantes para explicar a relação que deve existir entre a linguagem e a realidade que confere valores de verdade às proposições. Todo o nível “*c*” não só pode como deve ser eliminado, de modo que ficaríamos apenas com o nível “*a*” e o nível “*b*” do estado de coisas “ $\square\circ$ ”. Mas, nesse caso, teríamos de assumir o que viemos denominando uma “metafísica realista”: aquela “independência” com relação à linguagem que deve pertencer ao domínio real que determina os valores de verdade das proposições acaba sendo, por assim dizer, “transferida” para os objetos “ $\square$ ” e “ $\circ$ ”. Sobre o conteúdo desta última afirmação, porém, voltaremos mais à frente.

Devemos esclarecer mais uma vez que, em nossa demanda de que algum constituinte de “*fa*” tenha algum “vínculo” com “*RI*”, não estamos necessariamente exigindo que algum de seus constituintes se refira ou designe uma parte constituinte de “*RI*” (cf. pp. 268-9 acima). Exigi-lo seria uma petição de princípio, tendo em vista que uma leitura antirrealista do *Tractatus* se caracteriza, entre outras coisas, justamente pela ideia de que o significado dos nomes é determinado pelo *uso* de seu nome, não *consistindo* em um objeto exterior. Trata-se aqui apenas de exigir, ao menos, que o *uso* dos constituintes de “*fa*” sirva de alguma maneira para vinculá-la especificamente a “*RI*”. Pensemos em conceitos empíricos kantianos. Eles não se “referem” propriamente a um múltiplo sensível empírico. Sua referência seria propriamente o *objeto* – a “matéria” dos conceitos segundo a *Lógica Jäsche* – constituído mediante a regra de síntese de intuições determinada por ele. Todavia, por se tratarem de conceitos *empíricos*, essa regra deve ser derivada de características específicas de dados sensíveis empíricos, o que

justifica que estes conceitos *não* estejam, por assim dizer, exclusivamente “do lado” das formas *a priori* do entendimento. Em um juízo como “Esta água é sólida”, temos formas lógicas dadas *a priori* na natureza essencial do nosso entendimento que são “separáveis” dos conceitos empíricos que as “preenchem”, no sentido já explicado. O “isomorfismo” entre esse juízo e a água sólida à qual ele se refere é um isomorfismo *constituído* pelo sujeito mediante da aplicação dos esquemas transcendentais ao múltiplo “amorfo” e caótico de dados sensíveis empíricos. Contudo, como já explicamos, para que essa aplicação resulte na constituição de um objeto “isomórfico” ao juízo do nosso nível “1”, esses esquemas não só poderão como deverão levar em conta as características específicas dos dados sensíveis empíricos. A forma lógica do juízo “Esta água é sólida” é “preenchida” por conceitos empíricos, e conceitos empíricos são, por definição, conceitos gerados a partir do que é dado na intuição empírica. Por isso, esse juízo possui, entre seus elementos constituintes, termos que têm algum “vínculo” com o múltiplo sensível do nosso nível “3”, o que explica a conexão entre ele e esse múltiplo sensível. O esquema transcendental deverá *impor* aos dados sensíveis *apenas* a contraparte da forma lógica “...é ...”. Em outras palavras, ele deverá, assim como a forma lógica da qual ele é derivado, possuir “espaços vazios” a serem preenchidos pelo que há de empírico nesses dados sensíveis. Por outro lado, se dissermos, como em uma leitura antirrealista, que a forma lógica comum a “*fa*” e “ $\square\circ$ ” não diz respeito à realidade *quando tomada por si mesma*, e assumirmos a premissa de que as formas lógicas tractarianas são inseparáveis de seu conteúdo, então *nenhum* dos constituintes de “*fa*” poderia ter qualquer “vínculo” com a realidade quando tomada por si mesma. Sendo assim, enquanto ao esquema transcendental kantiano caberia impor aos dados sensíveis a contraparte da forma lógica vazia “... é...”, à “regra *a priori*” do nosso nível “c” acima caberia impor a “*RI*” a contraparte, não de uma forma lógica vazia, mas a contraparte de “*fa*” como um todo. Ora, mas então nenhuma característica específica de “*RI*” poderia ser levada em conta por essa regra *a priori*, se o que esta última visa constituir é *o estado de coisas correspondente à proposição “fa”*. Tudo o que seria relevante para essa constituição estaria “do lado” daquilo que é imposto à realidade e que não está presente nela quando tomada por si mesma, e *nada* estaria “do lado” daquilo que diz respeito a “*RI*” quando tomada por si mesma. Daí, se nossa análise estiver correta, a relevância de haver formas lógicas “separáveis” de seu conteúdo para a viabilidade de uma “Revolução Copernicana”.

E aqui vale ressaltar que embora tenhamos, neste capítulo, nos restringido à forma lógica categórica e à categoria e esquema correspondentes, considerações análogas valem para as demais formas lógicas kantianas e demais categorias e esquemas. Mostramos em que

sentido a forma lógica categórica é “separável” de sua matéria (os conceitos que as preenchem), mas, como lemos na *Lógica Jäsche*, os próprios juízos categóricos constituem a matéria das demais formas lógicas de relação (*Log*, AA 9: 105). Por conseguinte, estas também serão “separáveis” de qualquer aspecto específico dos conceitos empíricos, ou, para utilizar o modo como estamos formulando essa ideia, elas também possuem “espaços vazios” a serem “preenchidos: “*Se... é..., então ... é...*” e “*... é... (ou... ou... etc.)*”. O mesmo vale para as formas lógicas de quantidade e qualidade. A segunda, por exemplo, não antecipa, pressupõe, ou depende de nenhuma característica específica do conceito a ser afirmado ou negado. Isso tudo se refletirá nos esquemas transcendentais que constituem objetos empíricos “isomórficos” a juízos empíricos que possuem essas formas lógicas. Esses esquemas não só poderão como deverão levar em conta características específicas dos dados sensíveis empíricos. Por exemplo, a aplicação do esquema da causalidade à sensibilidade determina que “Todas as alterações acontecem de acordo com o princípio da ligação de causa e efeito” (CRP B 232). Contudo, *quais* são essas alterações e *quais* são suas respectivas causas é algo que não só pode como deve ser dado apenas pela intuição empírica e, em última instância, pela presença da sensação. Ao mesmo tempo, porém, dizemos que o esquema introduz nos dados sensíveis algo que não está presente neles quando tomados *por si mesmos*. Esses dois aspectos, como viemos insistindo, são o que define a chamada Revolução Copernicana de Kant¹²¹. Todavia, não nos dedicaremos a examinar cada uma das formas lógicas e categorias e esquemas correspondentes à luz dos resultados do presente capítulo. Creio que o resultado daquilo que viria a ser esse exame já está implícito na longa discussão acerca da Analítica dos Princípios realizada no capítulo anterior, discussão esta que, não por acaso, foi incluída no presente trabalho¹²².

¹²¹ Contudo, cf. p. 209, n. 86 acima. As possíveis dificuldades apontadas nessa nota serão discutidas posteriormente, no Apêndice da presente tese. Vale adiantar, porém, que acreditamos ser possível mostrar que elas não afetam as conclusões que obtivemos até aqui.

¹²² Uma vez apresentado o argumento da presente seção, espero ter assim confirmado que as limitações que encontramos no “isomorfismo” kantiano entre forma lógica e realidade empírica não afetam nosso ponto central. No capítulo anterior apontamos especialmente o caso do título de “quantidade”, no qual esse “isomorfismo” não pode ser tão facilmente observado (cf. pp. 219-20). Ainda assim, creio que a dificuldade encontrada nesse caso específico não abala de maneira definitiva a relação que entre forma lógica e ontologia que, segundo o que estamos defendendo, está presente no sistema kantiano. Sobretudo, também não abala o modo como tal relação foi mobilizada em nosso argumento contrário à possibilidade de uma “Revolução Copernicana” no *Tractatus*. Como ficará mais claro ao longo da próxima seção, uma consideração dos demais títulos da tabela de Kant seria suficiente para identificar determinadas condições que a concepção tractariana de forma lógica deveria atender para que uma espécie de “Revolução Copernicana” fosse, em princípio, viável no interior do sistema do *Tractatus*.

5.4 Formas lógicas como possibilidades de estruturas

Na seção anterior procuramos mostrar que, *se* as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seu conteúdo, então não se pode atribuir ao *Tractatus* algo análogo a uma “Revolução Copernicana”, de modo que, segundo nossa análise, uma leitura antirrealista do *Tractatus* cai por terra em virtude disso. No restante deste capítulo, procuraremos mostrar *que* as formas lógicas tractarianas são, de fato, “inseparáveis” de seu conteúdo. Segundo nossa análise, uma leitura antirrealista ou “kantiana” do *Tractatus* só seria viável, em princípio, se o sistema tractariano admitisse a existência de formas lógicas proposicionais que pudessem existir em uma etapa logicamente anterior aos termos que, em uma etapa logicamente posterior, viriam a “preenchê-la”, obtendo-se assim uma unidade proposicional completa. As razões para isso foram indicadas anteriormente e serão desenvolvidas aqui. Sabemos que as formas lógicas, segundo uma leitura antirrealista ou “kantiana” do *Tractatus*, são *impostas* a realidade representada, não estando presente nesta quando tomada *por si mesma*. Contudo, como argumentamos anteriormente, para explicar a conexão das proposições à realidade que lhes confere verdade ou falsidade, algum de seus termos deve estar vinculado de alguma maneira a essa realidade. Daí a necessidade, segundo nossa análise, dessas formas lógicas, tomadas enquanto algo independentemente da realidade, não “anteciparem” algum de seus termos, ou, para utilizar nossa expressão anterior, daí a necessidade de elas possuírem “espaços vazios” a serem “preenchidos” por um conteúdo que elas não antecipam. O papel de desses termos seria o de conectar de alguma maneira as proposições nas quais eles aparecem à realidade que deve lhes conferir verdade ou falsidade.

Contudo, nossa tese interpretativa de que as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seus conteúdos significa justamente que um modelo como o esboçado acima não tem lugar no sistema tractariano. Procuraremos agora desenvolver melhor a ideia de que uma leitura antirrealista do *Tractatus* só se mostra viável na medida em que propõe algum tipo de “separação” desse tipo para, a partir daí, apresentar evidências textuais que indicam que a concepção tractariana de forma lógica não admite tal “separação”. Na presente seção, nossa exposição será, em um primeiro momento, realizada a partir de uma análise da interpretação de Ishiguro. Não é nossa intenção, porém, analisar exaustivamente todos os aspectos da interpretação desta autora ou de qualquer outro intérprete em particular. O que nos interessará aqui será explorar a relação que estamos afirmando existir entre, de um lado, a concepção tractariana de forma lógica – ou “sintaxe lógica”, termo, aparentemente, preferido Ishiguro – e, de outro, a questão referente à possibilidade ou impossibilidade de se atribuir ao

Tractatus uma leitura antirrealista ou uma espécie de “Revolução Copernicana”. A meu ver, certos elementos da interpretação de Ishiguro nos permitirão desenvolver esse tema.

Segundo essa autora, os objetos tractarianos são categorias dependentes da “sintaxe lógica” das sentenças (cf., por exemplo, 1990, pp. 25-6, 28). Como Ishiguro mesma reconhece, esse aspecto de sua interpretação está estreitamente relacionado com fato de ela atribuir ao *Tractatus* uma concepção essencialmente fregeana acerca do que seria a composição das proposições elementares. Como é bem conhecido, nos sistemas de Frege e de Russell proposições são concebidas como o resultado do preenchimento de determinadas “funções” por um ou mais “argumentos”. Partindo de uma proposição como “Sócrates é filósofo”, pode-se decompô-la em duas expressões de tipos diferentes: “Sócrates” e “*x* é filósofo”. A segunda é uma função, que se caracteriza por possuir um lugar vazio marcado pela variável “*x*”. Por isso, diz-se dessa expressão que ela é “incompleta” ou “insaturada”, o que lhe permite tomar outras expressões como “argumentos”. Já “Sócrates” é um nome. Este se caracteriza pela ausência de um lugar vazio, em virtude do que ele é uma expressão “saturada” e pode apenas ser argumento de funções, mas não tomar outras expressões como argumentos. Os referentes de funções como “*x* é filósofo”, que geram proposições ao tomarem argumentos, são, no sistema de Frege, denominados “conceitos”. Já os referentes dos nomes são denominados “objetos” - ou “indivíduos”, no caso de Russell. Tanto para Frege como para Russell, a “insaturação” e “saturação” das funções e dos nomes são estendidas aos seus próprios referentes: conceitos e objetos são, eles próprios, entidades insaturadas e saturadas, respectivamente.

O sentido em que, segundo Ishiguro, a noção tractariana de objeto é dependente da sintaxe lógica da linguagem é o de que um objeto tractariano seria, essencialmente, “o que é designado pelos argumentos de funções proposicionais de primeira ordem” (1990, p. 25) – isto é, funções que se caracterizam por tomar como argumentos expressões “saturadas” (nomes). Ou, como diz a autora em seguida, o objeto tractariano é “um correlato do contexto proposicional do termo singular expressando um pensamento sobre ele. Ele é, nesse sentido, uma categoria dependente da sintaxe lógica” (1990, p. 26). Por isso, diz Ishiguro, não faz sentido perguntar se um objeto tractariano é um “dado sensível” (*sense data*) ou uma coisa física. Isso, diz a autora, é o mesmo que perguntar: “‘Um sujeito de uma proposição é uma coisa física ou um dado sensível?’ É óbvio que ele poderia ser ambos!” (1990, p. 26). Por “sujeito de uma proposição” ela se refere ao papel desempenhado pelos nomes fregeanos, que, ao serem argumentos de funções, designam aquilo de que é predicado algo, sendo esse “algo” justamente o que é expresso pela função. Em nota, a autora explica que em uma proposição

“Esta cor é mais escura do que aquela cor” as cores seriam os objetos, ao passo que, *no contexto dessa proposição*, a relação “ser mais escuro que” não seria um objeto (1990, p. 33, n. 15). Já na proposição “Ser mais escuro que outro é uma relação transitiva” aquela mesma relação *seria* um objeto, ao contrário da propriedade “ser uma relação transitiva”. E é por isso que objetos são uma “categoria dependente da sintaxe lógica”. O que determina a identidade de um objeto é a posição que as expressões que os designam ocupam em contextos proposicionais. Mais especificamente, algo é um objeto se ele aparece como o referente de uma expressão a qual uma função de primeira ordem toma como argumento. Como diz Ishiguro, também acerca dos objetos tractarianos, em um artigo posterior:

“[...] perguntar que tipo de entidades ‘objetos’ são é tão inapropriado quanto perguntar que tipo de entidades ‘sujeitos’ são. Qualquer coisa sobre a qual nós podemos pensar ou falar pode ser o sujeito de uma proposição. São os sujeitos das proposições elementares, isto é, aquilo de que as proposições elementares tratam [*that is, what the elementary propositions are about*], que são os objetos do *Tractatus* (2001, p. 29).

Como nota Ishiguro, essa dependência da concepção de objeto com relação à sintaxe, assim colocada, não difere tanto do que encontramos em Frege. A autora lembra a posição deste segundo a qual “O conceito de cavalo não é um conceito”, no sentido de que, no contexto dessa sentença, a expressão “o conceito de cavalo” aparece como argumento de uma função proposicional de primeira ordem e, por isso, se refere a um objeto e não a um conceito (1990, p. 26). Todavia, ela aponta o que seriam algumas diferenças entre as concepções tractariana e fregeana de objeto. Se a leio corretamente, tais diferenças apontam para o “antirrealismo” que caracteriza sua leitura do *Tractatus*.

Ishiguro afirma que, para Frege, objetos podem ser individuados independentemente de qualquer conceito ou função proposicional (1990, p. 28). Sem a intenção de julgar a correção dessa sua interpretação da concepção fregeana, nos interessa observar que, para Ishiguro, isso implica em “uma importante diferença entre os objetos Tractarianos e aqueles de Frege, dos quais eles descenderam” (1990, p. 28). Os objetos tractarianos não podem ser individuados independentemente de um “sinal de função proposicional” ou “expressão predicativa”. Pelo contrário, eles só podem ser “apreendidos depois de uma análise de algo dado linguisticamente” (1990, p. 28). Isso indica que eles “não são independentes da linguagem”, no seguinte sentido:

Objetos não podem ser individuados por um método independente da linguagem [*language-free method*] tal como a ação de apontar sem um acompanhamento verbal complementar. Que tipo de coisa o objeto é deve ser dado verbalmente, e não através de alguma experiência direta bruta. A diferença entre o primeiro e o segundo Wittgenstein não está no fato de o primeiro Wittgenstein postular um reino de objetos independente da linguagem. Está, antes, no fato de os objetos do segundo Wittgenstein serem dependentes de algo mais do que apenas a linguagem (1990, p. 28).

Por si só, a ideia de que objetos tractarianos não podem ser dados independentemente da linguagem não acarreta em um “antirrealismo” com relação a eles. Mesmo no que viemos denominando uma leitura “realista” da obra pode-se - e mesmo *deve-se* - dizer que esses objetos só nos são dados através da linguagem. Contudo, as afirmações de Ishiguro, nesse mesmo artigo, de que a linguagem “molda” o mundo (1990, p. 22) e de que os “estados de coisas” são “estruturados de acordo com a sintaxe lógica dos pensamentos” (1990, 31-2) sugerem, se a leio corretamente, uma tese mais radical, segundo a qual a dependência dos objetos com relação à “sintaxe lógica” significa que eles seriam em algum sentido *constituídos* por essa sintaxe lógica¹²³.

Isso é confirmado, a meu ver, pelo exame de outro texto da mesma autora no qual a divergência entre a filosofia tractariana e as de Frege e Russel é comentada no contexto de uma análise da crítica que o *Tractatus* faz à “teoria dos tipos” de Russell. Como é bem conhecido, essa teoria se propõe a lidar com as diferenças entre “tipos” de expressões como aquela que existe entre um nome e uma função proposicional. Nomes, que são expressões saturadas, pertencem a um “tipo” distinto daquele ao qual pertencem funções proposicionais de primeira ordem, que são insaturadas. Do mesmo modo que uma função de primeira ordem expressa uma propriedade de um objeto (ou “indivíduo”), haverá propriedades que podem ser ditas dessa função, as quais são expressas por funções proposicionais de segunda ordem que pertencem a um terceiro e diferente “tipo”, e assim sucessivamente¹²⁴. No que se refere aos dois primeiros níveis dessa hierarquia, que são os que nos interessam, Ishiguro nos lembra que Frege e Russell desenvolveram teorias nas quais a diferença entre os referentes dos predicados (das funções) e os referentes dos nomes corresponde aos “diferentes papéis sintáticos desempenhados por predicados e nomes” (1983, p. 51). Em seguida, ela observa: “Porém, eles sustentaram suas teorias através da obscura alegação de que os referentes dos

¹²³ A meu ver, isso também é sugerido pela aproximação feita por Ishiguro entre o *Tractatus* e a filosofia tardia de Wittgenstein. Contudo, não cabe desenvolver aqui esse ponto.

¹²⁴ A teoria dos tipos de Russell recebeu mais de uma formulação ao longo de seus escritos e envolve muitas outras minúcias e complicações que não poderão ser examinadas aqui. Para uma análise mais aprofundada do tema, cf. CUTER, 2011, pp. 26-41.

nomes e referentes dos predicados são diferentes espécies [*kinds*] de entidades, os últimos sendo algo insaturado (Frege) ou indefinido (Russell)” (1983, p. 51). Nesse apelo a certas características das “entidades” referidas pela linguagem estaria diferença entre Frege e Russell com relação ao *Tractatus*: “Em contraste com isso, Wittgenstein não nos oferece nenhum tipo de teoria acerca da espécie de entidade que uma função proposicional é” (1983, p. 51). Um pouco antes disso, lemos que enquanto Russell - e, presumivelmente, também Frege - teria sustentado que podemos encontrar certas “entidades” que são “ambíguas” (“insaturadas”) e outras que não o são, para Wittgenstein “ser uma função proposicional ou ser um objeto são correlatos de certas categorias da nossa linguagem. Funções proposicionais e objetos não são diferentes tipos de coisas, como mesas e animais são diferentes tipos de coisas” (1983, p. 45). A posição de Wittgenstein, sugere a autora, seria a de que devemos “resistir à tentação de pensar a teoria dos tipos como uma classificação geral de espécies de coisas” (1983, p. 48).

Segundo penso, essas considerações mostram que a dependência dos objetos tractarianos com relação a “sintaxe lógica” é entendida por Ishiguro no sentido mais “radical” indicado acima. De acordo com o que estamos entendendo por uma leitura “realista” do *Tractatus*, as propriedades sintáticas dos constituintes das proposições elementares devem, *sim*, corresponder a determinadas características das “entidades” ou “coisas” referidas por eles. É isso que estamos expressando através da ideia de que o isomorfismo tractariano entre linguagem e realidade *não* é um isomorfismo *constituído* pela linguagem. Nesse sentido, uma “teoria dos tipos” do *Tractatus*, se quisermos chamá-la assim, seria, ao contrário do que diz Ishiguro, como que uma “classificação de espécies de coisas”. Ocorre apenas que essa “teoria” ou “classificação” não pode ser feita, pois ela seria uma tentativa de *dizer* aquilo que, segundo a teoria tractariana da linguagem, só pode ser *mostrado*, já que aquilo que ela tenta dizer são propriedades *necessárias* da realidade, e não a existência ou inexistência de situações *contingentes* (cf. TLP 4.121-4.1212). Mas tratar-se-iam, ainda assim, de propriedades necessárias *da realidade* e, portanto, de determinadas “entidades” ou “coisas”. E é por isso que, ao explicar o distanciamento entre a posição do *Tractatus* e as de Frege e Russell através da ideia de que, para o primeiro, *não* há uma correspondência entre categorias sintáticas e determinadas “espécies de entidades”, Ishiguro revela o caráter “antirrealista” de sua interpretação. Quando ela diz que, para Wittgenstein, “ser uma função proposicional ou ser um objeto são correlatos de certas categorias da nossa linguagem”, só podemos entender que, segundo a autora, “ser uma função proposicional” e “ser um objeto” são correlatos de categorias que pertencem *exclusivamente* à nossa linguagem. Ou, melhor dizendo, são

categorias que, no máximo, pertenceriam à realidade na medida em que ela é “estruturada” ou “moldada” pela sintaxe lógica da linguagem (cf. 1990, pp. 22, 31-2).

Se a identidade dos objetos tractarianos é dependente da sintaxe lógica da linguagem, no sentido explicado, não poderíamos deixar de dizer o mesmo acerca da identidade dos fatos ou estados de coisas dos quais esses objetos fazem parte. Para finalizar esse apanhado da interpretação de Ishiguro, gostaria de apontar um outro texto seu no qual ela trata precisamente disso. Nesse texto, lemos que a identidade dos fatos tractarianos (*Tatsachen*) é “intimamente dependente da linguagem ou pensamentos expressos por algum método projetivo” (1969, p. 37). As linhas gerais dessa sua posição são bem sintetizadas no seguinte trecho:

Há tantos elementos no fato descrito quanto há elementos referidos pela proposição, i.e., quanto há elementos articulados pela proposição¹²⁵ [...] Assim, embora se possa levantar a questão de se um fato expresso por uma proposição é o mesmo [fato] ou [um fato] diferente daquele expresso por outra (por uma discussão de equivalência ou relação lógica, etc.), não se pode dizer de um fato não identificado verbalmente, *f*₁, não expresso por *qualquer* método projetivo, se ele [*it*] tem *n* elementos, ou se ele é o mesmo fato que *f*₂, porque nós ainda não determinamos a identidade do ‘ele’ [*of the ‘it’*] de que nós estamos falando. Apontar, ou nomear, ou mesmo nomear todos os elementos do fato que nós temos em mente não irá identificar o fato. Pode haver um número indefinido de fatos envolvendo os mesmos elementos (1969, p. 38).

Para explorar a ideia por trás dessa passagem, aproveitemos o exemplo de Ishiguro apresentado anteriormente e suponhamos que nomes de cores e “ser mais escuro que” pudessem ser nomes tractarianos¹²⁶. Se a leio corretamente, diríamos que um mesmo fato “não expresso por *qualquer* método projetivo” poderia, por assim dizer, conter dois (ou mais) fatos distintos, como os expressos pelas proposições: “Esta cor é mais escura do que aquela cor” e “Ser mais escuro que outro é uma relação transitiva”. O que determina a identidade dos fatos e dos elementos que os constituem é, como diria a autora, a maneira pela qual eles são “articulados pela proposição”. Assim, um mesmo fato “não expresso por *qualquer* método projetivo” pode conter um (ser mais escuro que) ou dois (esta e aquela cor) objetos, a depender do modo pelo qual “*nós*” determinamos sua identidade (*itálico nosso*). Segundo penso, temos aqui a ideia, presente em seu outro artigo, de que a forma ou sintaxe lógica da

¹²⁵“There are as many elements in the fact described as there are referred to in the proposition, i.e. as there are articulated by the proposition”.

¹²⁶ Posição com a qual, como não poderia ser diferente, Ishiguro não se compromete, como fica claro quando, no artigo sob exame, ela apresenta um exemplo basicamente idêntico, mas ressalta que não pode se tratar aqui de uma proposição elementar do *Tractatus* (cf. 1969, p. 27).

linguagem *estrutura* ou *modela* a realidade. Dito de outro modo, temos aqui o que denominamos acima sentido mais “radical” em que os objetos tractarianos seriam uma “categoria dependente da sintaxe lógica” (1990, p. 26) ou “categorias meramente correspondentes à sintaxe lógica das sentenças [*categories merely corresponding to the logical syntax of sentences*]” (1990, p. 28). Ou seja, embora Ishiguro talvez não concordasse plenamente com esse modo de caracterizar sua posição, essa dependência dos objetos com relação à “sintaxe lógica”, vista no contexto das diversas passagens dessa autora que viemos examinando, não pode significar outra coisa senão que esses objetos seriam, em algum sentido, *constituídos* por essa sintaxe lógica. Por fim, para utilizar a maneira como o tema vem sendo abordado neste trabalho, o que temos aqui é a ideia da forma ou sintaxe lógica da linguagem *introduzindo* na realidade algo de “novo” ou “original”, no sentido de que esse “algo” não estaria presente na realidade *quando tomada por si mesma*¹²⁷.

Alguns aspectos da interpretação de Ishiguro apresentados até aqui são problemáticos e, aparentemente, divergem do modo como a teoria tractariana da proposição vem sendo caracterizada neste trabalho. Eles serão indicados e tratados a seguir. Por ora, cumpre relacionar todas essas últimas considerações ao nosso tema central: o modo como a interpretação antirrealista de Ishiguro acaba por atribuir ao *Tractatus* uma espécie de “Revolução Copernicana”. Haveria uma realidade exterior à linguagem responsável por determinar os aspectos contingentes ou “*a posteriori*” da linguagem, ou seja, o valor de verdade das proposições (cf., por exemplo, 1990, p. 21). Contudo, essa realidade não seria, *por si mesma*, constituída pelos objetos aos quais os nomes das proposições elementares se referem. Pelo contrário, esses objetos seriam, ao menos em parte, constituídos na medida em que a realidade representada se *conforma* à sintaxe lógica da linguagem. Por isso, eles não seriam entidades independentes da linguagem, e o *Tractatus* não conteria o que viemos denominando aqui uma “metafísica realista”. Na seção anterior, defendemos que, uma vez aceita a premissa de que as formas lógicas das proposições – ou, podemos igualmente dizer,

¹²⁷ Todo esse processo aparentemente explicaria como os objetos tractarianos são “constituídos” pela linguagem. Todavia, sabemos que cada objeto possui possibilidades combinatórias específicas com outros objetos, ou seja, “propriedades internas” determinadas. Em um dado momento Ishiguro sugere que regras sintáticas mais específicas que lidam com possibilidades combinatórias de objetos de uma determinada espécie poderiam ser de alguma maneira derivadas da realidade, mas não desenvolve o tema (cf. 1990, p. 25). Vale notar, porém, que, ao menos no interior da interpretação de Ishiguro, mesmo com a admissão desse tipo de derivação estaríamos ainda no que viemos chamando de uma leitura “antirrealista” do *Tractatus*. Pois, ainda que as regras sintáticas mais específicas que regem as possibilidades combinatórias de determinadas espécies de objetos sejam, em algum sentido, derivadas da realidade, *os próprios objetos* teriam sido constituídos pelos aspectos, por assim dizer, mais gerais da sintaxe lógica, como a distinção entre função e nome (argumento). Sem isso, Ishiguro não poderia defender, como ela defende, que o *Tractatus* não defende um “realismo acerca da estrutura [sintaxe] lógica” (1990, p. 21).

sua “sintaxe lógica” – são “inseparáveis” de seu conteúdo, uma interpretação desse tipo não pode explicar de maneira satisfatória o contato entre linguagem e realidade. Gostaríamos de mostrar agora que o que torna a interpretação de Ishiguro viável, em princípio, é justamente o fato de ela trabalhar com uma concepção de forma ou sintaxe lógica segundo a qual as formas lógicas das proposições elementares *são* “separáveis” de seus conteúdos.

Embora Ishiguro, naturalmente, não coloque dessa maneira, penso estar implícita em sua interpretação a ideia de que tudo o que estaria, por assim dizer, “dado *a priori*” na forma ou sintaxe lógica da linguagem seriam as noções completamente gerais de função proposicional e argumento¹²⁸. As “formas *a priori*” a serem impostas à realidade, de modo a moldá-la ou estruturá-la, seriam formas lógicas vazias completamente gerais como “ ϕx ”, “ $\psi(x,y)$ ”, “ $\chi(x,y,z)$ ”, etc. Dizemos “vazias” e “completamente gerais” porque elas seriam “separáveis” de seu conteúdo no sentido já explicado: tratar-se-iam de formas lógicas que não antecipam, pressupõem ou dependem dos termos (nomes) que podem eventualmente “preencher-las”. Para reinserir nossa metáfora anterior, elas possuem “espaços vazios” a serem “preenchidos”. É justamente isso que, segundo nossa análise, torna a conexão entre essas formas lógicas e a realidade à qual elas são impostas explicável em princípio. Examinemos esse ponto.

Em um dado momento, Ishiguro questiona se sua tese de que os objetos tractarianos são “categorias meramente dependentes da sintaxe lógica” nos impediria de dizer que eles são algo “extra-linguístico” (1990, p. 28). Sua resposta: “Bem, a não ser que estejamos falando ou pensando sobre palavras, objetos não são entidades linguísticas. A proposição ‘Vermelho é mais claro que azul’ é sobre cores [...] não sobre palavras” (1990, p. 28). Se nossa análise estiver correta, o que permite que Ishiguro, dados certos pressupostos de sua interpretação, possa dizer que uma proposição como “Vermelho é mais claro que azul” descreva uma realidade “extra-linguística” é o fato de ela conceber as formas lógicas tractarianas como

¹²⁸ Em dado momento Ishiguro diz, de passagem, que a “sintaxe” seria “constituída por regras de uso que são determinadas convencionalmente” (1990, p. 24). Com isso, porém, creio que ela se refere apenas à maneira pela qual a sintaxe lógica se materializa em linguagens particulares. Já o próprio fato de proposições serem constituídas por nomes e funções seria, em sua interpretação, um aspecto necessário da linguagem, tendo em vista que, como vimos acima, os próprios objetos tractarianos são definidos por ela como “o que é designado pelos argumentos de funções proposicionais de primeira ordem” (1990, p. 25). Em um outro texto seu, lemos também: “Para Wittgenstein, uma teoria dos tipos era uma *verdade necessária acerca do simbolismo e linguagem*: algo que nós poderíamos apreender como evidente, se nós entendemos corretamente *a natureza do simbolismo*” (1983, p. 47, *itálico nosso*). Lemos ainda que uma teoria dos tipos, para Wittgenstein, não seria “algo que nós estamos livres para decidir por estipulação” (1983, p. 47). É por isso que dizemos que, para essa autora, as noções de função e argumento estariam “dadas *a priori*”.

“separáveis” de seu conteúdo¹²⁹. Abreviemos essa proposição pelo sinal “ aRb ”. Como observamos acima, diversas afirmações de Ishiguro apontam para ideia de que os objetos tractarianos são *constituídos* pela sintaxe lógica da linguagem, no sentido de não estarem presentes na realidade quando tomada por si mesma. Isso implica que a forma “ $\psi(x,y)$ ” também seria algo que pertence *exclusivamente* à sintaxe lógica, no sentido de ser algo que não está presente na realidade quando tomada por si mesma: afinal “ $\psi(x,y)$ ” não é outra coisa senão a forma lógica de relação binária *entre objetos*. Este parece ser o sentido de sua afirmação de que “é importante resistir à tentação de pensar a teoria dos tipos como uma classificação geral de espécies de coisas” (1983, p. 48). Ainda assim, a proposição “ aRb ”, que possui a forma “ $\psi(x,y)$ ”, poderia ser sobre uma realidade exterior e independente da linguagem, uma realidade “extra-linguística”. Utilizando o modelo introduzido na seção anterior, diríamos que a proposição “ aRb ” é verificada ou falsificada por “ RI ”: uma determinada “porção” ou “região” dessa realidade. “ RI ” não é, *por si mesma*, constituída pelos elementos que correspondem às expressões “ a ”, “ xRy ” e “ b ”. Aproveitando a citação acima: “não se pode dizer de um fato não identificado verbalmente, f_1 , não expresso por *qualquer* método projetivo, se ele [*it*] tem n elementos, ou se ele é o mesmo fato que f_2 ” (ISHIGURO, 1969, p. 32). “ RI ” só teria se convertido em “ aRb ” na medida em que ela é “modelada” pela sintaxe lógica da linguagem, a qual teria imposto a ela a forma “ $\psi(x,y)$ ”. Nesse cenário, creio que a conexão entre “ aRb ” e “ RI ” poderia, em princípio, ser explicada. Tudo o que estaria “*dado a priori*”, independentemente da realidade, seria, apenas, a forma lógica “ $\psi(x,y)$ ”. Porém, “ aRb ” não se esgota nessa forma. As expressões “ a ”, “ xRy ” e “ b ” teriam sido, em algum sentido, extraídas das características *específicas* de “ RI ”, tomada enquanto algo até então “não identificado verbalmente”, como diz Ishiguro. Isso, por sua vez, poderia, em princípio, explicar a conexão que deve existir entre “ aRb ” e “ RI ” para que se possa dizer que a primeira é verificada ou falsificada *especificamente* pela segunda. Relacionando essa discussão à nossa exposição da seção anterior, teríamos algo análogo ao que acontece com Kant em um juízo como “Esta água é sólida”: podemos explicar a conexão entre esse juízo e um determinado múltiplo de dados sensíveis empíricos pelo fato de ele conter entre seus elementos constituintes conceitos que foram extraídos da intuição empírica, e não tão somente das formas lógicas *a priori* do entendimento.

Porém, vamos supor agora que as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seu conteúdo. Nesse caso, a forma “ $\psi(x,y)$ ” seria logicamente “inseparável” de expressões

¹²⁹ Mais uma vez, estamos assumindo que uma proposição como essa pudesse ser uma proposição elementar tractariana, o que não é o caso.

como “*a*”, “*xRy*” e “*b*”. Sendo assim, se dissermos agora que a forma “ $\psi(x,y)$ ” é algo que pertence *exclusivamente* à sintaxe lógica da linguagem, e não à realidade *tomada por si mesma*, então teríamos que dizer o mesmo das expressões “*a*”, “*xRy*” e “*b*”. Nesse caso, porém, *todos* os termos de “*aRb*” - *tudo* aquilo que a caracteriza enquanto a proposição que ela é - pertenceriam *exclusivamente* à linguagem, e não à realidade *tomada por si mesma*. Mas então a conexão que deve existir entre “*aRb*” e “*RI*” não pode ser explicada, como argumentamos na seção anterior. Defenderemos que a concepção tractariana de forma lógica implica justamente na impossibilidade dessa explicação, de modo que uma interpretação antirrealista como a de Ishiguro se mostra inviável. Para isso, precisamos, antes, mostrar que há certos elementos de sua interpretação que, embora não digam respeito diretamente ao nosso tema, não encontram respaldo no texto do *Tractatus*.

Em primeiro lugar, muito do que Ishiguro diz indica que, segundo ela, a linguagem, no *Tractatus*, seria algo constituído ao longo do tempo, e não algo dado de uma vez por todas. O próprio modo como a autora ilustra sua ideia de que os objetos tractarianos são dependentes da sintaxe lógica transmite essa ideia. Ao dizer, por exemplo, que “ser mais escuro que” pode ou não ser um nome de um objeto a depender do seu contexto proposicional, a sugestão aqui é a de que existência dos nomes tractarianos está na dependência de ações e decisões tomadas por seres humanos em práticas linguísticas que transcorrem no tempo físico. Isto é, a totalidade dos nomes e, por conseguinte, dos objetos aos quais eles se referem não estaria dada de uma vez por todas. Um nome “*a*” poderia ter sido inaugurado em um determinado período de tempo: aquele no qual ele foi utilizado pela primeira vez como argumento de uma função proposicional de primeira ordem. O mesmo vale para o objeto ao qual ele se refere. Isso me parece estreitamente ligado à aproximação que Ishiguro faz entre o *Tractatus* e a filosofia tardia de Wittgenstein, que aparece na citação feita acima (cf. 1990, p. 28)¹³⁰.

Contudo, penso ser relativamente incontroverso dizer que isso está em profundo desacordo com o *Tractatus*. Parece-me central ser central ao sistema tractariano que a totalidade das proposições elementares e dos nomes, assim como a totalidade dos objetos, estejam dadas de uma vez por todas, e não geradas gradativamente ao longo do tempo. Isso aparece explicitamente nas seguintes passagens:

¹³⁰ Sobre a ideia de que a linguagem, no *Tractatus*, seria constituída ao longo de ações e práticas linguísticas humanas realizadas ao longo do tempo, cf. também ISHIGURO, 2001, pp. 37-9. Note-se que, nessa perspectiva, muito daquilo que até aqui estamos tomando como os aspectos *a priori* e necessários da linguagem e da realidade mostrar-se-iam contingentes e *a posteriori*, a saber, os nomes e os objetos existentes. Todavia, mesmo na interpretação de Ishiguro, as noções de nome e função proposicional tomadas de maneira mais geral continuariam sendo, como dissemos acima, necessárias e em algum sentido “dadas *a priori*”. Sobre isso, cf. p. 283, n. 127 acima.

Embora a proposição possa determinar apenas um lugar do espaço lógico, por meio dela já deve ser dado todo o espaço lógico

(Caso contrário, por meio da negação, da soma lógica, do produto lógico, etc. seriam introduzidos – em coordenação – sempre novos elementos).

(A armação lógica à volta da figuração determina o espaço lógico. A proposição alcança todo o espaço lógico) (TLP 3.42)

Dados os objetos, com isso já nos estão dados também *todos* os objetos.

Dadas as proposições elementares, com isso estão dadas também *todas* as proposições elementares (TLP 5.5524).

Se novos nomes e, por conseguinte, novos objetos e proposições elementares pudessem, por assim dizer, ser adicionados ao estoque de nomes, objetos e proposições elementares existentes, não seria correto dizer que as *totalidades* dos objetos e das proposições elementares devem estar dadas com cada objeto e cada proposição elementar. Mas isso contraria o que é dito quase que explicitamente nos aforismos citados. Sendo assim, assumiremos daqui para frente que a linguagem, no *Tractatus*, não é algo constituído gradativamente ao longo do tempo, sendo que as totalidades dos nomes, objetos e proposições devem estar dadas de uma vez por todas. Assumimos isso sem nos aprofundarmos mais no tema, em parte, porque, como dissemos acima, trata-se de uma posição relativamente incontroversa. Além disso, não creio que se trata aqui de um ponto decisivo para o nosso problema central.

Dizemos que esse ponto não é decisivo para o nosso tema central porque, segundo penso, a recusa de que a linguagem, no *Tractatus*, seja construída gradativamente ao longo do tempo não se segue necessariamente a impossibilidade de uma “separação” entre formas proposicionais como “ $\psi(x,y)$ ” do conteúdo que as “preenche”. Por conseguinte, não se segue necessariamente, dessa recusa, a impossibilidade do antirrealismo que afirmamos poder ser derivado da separação entre formas lógicas e seu conteúdo. Dissemos acima que, dada essa separação, a conexão entre uma proposição “ aRb ” e uma região “ RI ” da realidade poderia, em princípio, ser explicada em uma leitura antirrealista. Isso porque “ aRb ” teria entre seus elementos constituintes termos que teriam sido derivados a partir de características *específicas* de “ RI ”, na medida em que esta teria sido “modelada” ou “estruturada” pela forma “ $\psi(x,y)$ ” entendida como uma forma lógica “separável” de seu conteúdo. Creio que um modelo desse tipo continua viável mesmo se concedermos que a totalidade dos nomes, proposições elementares e objetos devam estar dados de uma vez por todas, e não constituídos gradativamente ao longo do tempo. Poder-se-ia, em princípio, dizer que essa constituição teria

se dado de uma vez por todas, em uma etapa situada, por assim dizer, fora do tempo. Em um cenário como esse, teríamos as formas “ ϕx ”, “ $\psi(x,y)$ ”, “ $\chi(x,y,z)$ ”, etc., concebidas como formas lógicas que existiriam em uma etapa logicamente anterior ao seu “preenchimento” por expressões particulares, isto é, pelas instâncias de “ ϕ ”, “ x ”, “ ψ ”, “ y ”, “ χ ”, etc. Nessa mesma etapa, teríamos também a realidade “ R ”, tomada como um domínio real independente da linguagem e o qual não é, *por si mesmo*, isomórfico à linguagem. Poderíamos então dizer, ao menos em princípio, que a constituição da realidade empírica enquanto um domínio isomórfico à linguagem dar-se-ia *de uma vez por todas*, fora do tempo, gerando-se assim a totalidade das proposições elementares “ fa ”, “ ga ”, “ aRb ”, “ bRc ”, etc. assim como os estados de coisas correspondentes e isomórficos a elas. Isso seria um modo de manter-se fiel à letra de aforismos como TLP 3.24 e 5.5524 e, simultaneamente, sustentar o que viemos chamando aqui de uma leitura antirrealista do *Tractatus*. Cada proposição “ fa ”, “ ga ”, “ aRb ”, “ bRc ”, etc. estaria conectada a diferentes “porções” ou “regiões” da realidade “ R ”: “ $R1$ ”, “ $R2$ ”, “ $R3$ ”, etc. as quais *não* seriam, *enquanto algo independente da linguagem*, isomórficas às proposições correspondentes. Ao mesmo tempo, cada uma dessas conexões poderia ser explicada, em princípio, tendo em vista que os constituintes das proposições “ fa ”, “ ga ”, etc. teriam sido de alguma maneira derivados das características *específicas* da “porção” ou “região” da realidade que lhes corresponde.

Ao lançarmos mão desse modelo hipotético, não estamos sugerindo que Ishiguro ou qualquer outro intérprete o tenha proposto enquanto uma interpretação da teoria tractariana da linguagem. Como dissemos anteriormente, nossa intenção não é tanto combater detalhes da interpretação de algum autor em particular, mas sim, explorar a relação que estamos afirmando existir entre, de um lado, a concepção tractariana de forma lógica e, de outro, a questão referente à possibilidade ou impossibilidade de se atribuir ao *Tractatus* uma leitura antirrealista ou uma espécie de “Revolução Copernicana”. Nossa tese interpretativa de que as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seus conteúdos significa justamente que, segundo a concepção tractariana de forma lógica, não poderia haver uma etapa, dentro ou fora do tempo, em que as formas lógicas tractarianas pudessem existir em uma etapa logicamente anterior ao seu “preenchimento” por nomes. Sendo assim, mesmo o modelo hipotético esboçado acima seria, em princípio, inviável enquanto uma interpretação do *Tractatus*, como pretendemos mostrar agora.

Antes, porém, precisamos indicar um segundo aspecto da leitura de Ishiguro que julgamos ser problemático enquanto uma interpretação do *Tractatus*: a distinção e oposição que ela traça entre nomes e funções proposicionais. Vimos que essa distinção é central em sua

interpretação, tendo em vista que a própria noção de objeto tractariano é definida por ela como “aquilo que é designado pelos argumentos de funções proposicionais de primeira ordem” (1990, p. 25). A sugestão aqui é a de que funções proposicionais, diferentemente de nomes, não designam objetos, o que é confirmado por outro texto seu, onde lemos que, no *Tractatus*, uma proposição elementar da forma ‘ $g(a,b)$ ’ expressa um estado de coisas envolvendo dois objetos, e não três (1969, p. 28). Ou seja, em ‘ $g(a,b)$ ’, o sinal ‘ g ’ estaria indicando aqui uma função proposicional enquanto que os nomes seriam *exclusivamente* ‘ a ’ e ‘ b ’. Além disso, a autora atribui diferentes papéis aos nomes e às funções proposicionais. Funções proposicionais, diferentemente dos nomes, seriam responsáveis por estabelecer a forma lógica das proposições das quais elas fazem parte: “Embora tanto nomes e predicados ocorram em sentenças, é o predicado que carrega a forma lógica consigo” (1983, p. 51). Segundo sua interpretação, funções proposicionais teriam um critério de identificação diferente dos nomes. Identificar a função proposicional ‘ $g(x,y)$ ’ na proposição ‘ $g(a,b)$ ’, por exemplo, não envolveria apenas a consideração do sinal ‘ g ’. A identidade dessa função consiste no *fato* de que o sinal ‘ g ’ ocorre à esquerda dos sinais ‘ a ’ e ‘ b ’ (cf. 1983, p. 50). Inclusive, para Ishiguro, uma função proposicional *é* um fato, e é justamente por serem fatos, isto é, expressões articuladas, que funções proposicionais são aquilo que estabelece as formas lógicas das proposições. Nomes, pelo contrário, devem receber um tratamento diferente. Um nome é identificado simplesmente por designar um objeto particular. Com isso, creio que entendemos um pouco melhor de que maneira se daria a individuação de objetos a partir da sintaxe lógica da linguagem: se leio Ishiguro corretamente, funções proposicionais, por serem fatos articulados, estabeleceriam determinadas estruturas sintáticas a partir das quais a identidade de um objeto é fixada.

Embora Ishiguro não seja a única entre os intérpretes do *Tractatus* a traçar uma distinção e oposição entre nomes e funções proposicionais (cf., por exemplo, STENIUS, 1964, pp. 61-77), creio ser esta uma atitude equivocada. Em primeiro lugar, a caracterização dada no *Tractatus* da noção de proposição elementar e de estado de coisas não sugere a possibilidade desse tipo de distinção e oposição:

O estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas) (TLP 2.01).

No estado de coisas os objetos se concatenam, como os elos de uma corrente (TLP 2.03).

A proposição elementar consiste de nomes. É uma vinculação, um encadeamento de nomes (TLP 4.22).

Tal como concebida por Frege, a distinção entre nomes e funções e entre conceitos e objetos visa atribuir o papel de estabelecer a conexão entre os elementos constituintes, tanto da proposição como daquilo que elas descrevem, *especificamente* a um desses constituintes. Por serem “insaturados”, são as funções proposicionais e aquilo a que elas se referem que recebem esse papel privilegiado, em detrimento dos nomes e dos objetos, que são “saturados” (cf., por exemplo, FREGE, 1960, p. 64). Daí a distinção entre esses dois tipos de expressão e de entidades. Já a caracterização que Wittgenstein faz da proposição elementar e do estado de coisas por ela representado não corrobora a tese de que ele teria em mente uma distinção semelhante. Se o estado de coisas é uma ligação de objetos que se concatenam uns com os outros “como os elos de uma corrente”, então não haveria um constituinte, de um tipo especial, encarregado de estabelecer essa concatenação. A mesma ideia aparece na caracterização da proposição elementar como sendo simplesmente “um encadeamento de nomes”. Como veremos a seguir, a conclusão a ser extraída daí é a de que tanto os objetos como os nomes tractarianos são todos e indistintamente “insaturados”¹³¹.

Essas considerações indicam que a oposição entre nome e função proposicional não tem espaço no *Tractatus*. Creio que isso pode ser confirmado de maneira decisiva se examinarmos a seção em que Wittgenstein trata da noção de “expressão” (*Ausdruck*). Lemos em 3.31:

A cada parte da proposição que caracteriza o sentido dela, chamo uma expressão (um símbolo).

(A própria proposição é uma expressão.)

Expressão é tudo que, sendo essencial para o sentido da proposição, podem as proposições ter em comum umas com as outras.

Penso ser possível dizer que Wittgenstein nos dá dois critérios para “algo” ser uma expressão. Uma expressão é toda parte de uma proposição: 1) que caracteriza o seu sentido (é “essencial” para ele) e 2) que as proposições podem ter em comum umas com as outras. Ora, tanto aquilo que Ishiguro caracteriza como “nome” como aquilo que ela caracteriza como “função proposicional” satisfazem esses dois critérios. Utilizando o exemplo da própria autora, vamos supor que ‘ $g(a,b)$ ’ seja uma proposição elementar. Segundo sua análise, esta proposição seria composta pela função proposicional ‘ $g(x,y)$ ’ e pelos nomes ‘ a ’ e ‘ b ’. É óbvio que tanto ‘ $g(x,y)$ ’ quanto ‘ a ’ e ‘ b ’ caracterizam o seu sentido e são essenciais para ele. É por

¹³¹ Além disso, se afirmarmos, com Ishiguro, que proposições elementares contêm funções proposicionais que não se referem a objetos, fica difícil entender o que seria o estado de coisas descrito por uma proposição “ fa ”, constituída por uma função “ fx ” e por um nome “ a ”. Ele não seria um estado de coisas constituído por objetos que se concatenam “como os elos de uma corrente”, pois, afinal, teríamos aqui um único objeto. Essa é uma dificuldade de sua interpretação que ela própria reconhece, cf. 1969, p. 28, n. 2.

conta de ' $g(x,y)$ ', diria Ishiguro, que ' $g(a,b)$ ' expressa a relação binária ' g ', e não, digamos, a atribuição de uma propriedade monádica ' f '. Da mesma forma, os nomes ' a ' e ' b ' dão uma contribuição essencial para o sentido de ' $g(a,b)$ ': eles estabelecem que essa proposição trata precisamente dos objetos a e b , e não, digamos, dos objetos c e d . Ao mesmo tempo, esses nomes e essa função proposicional satisfazem o critério "2" acima. Se supusermos que existem proposições da forma ' ϕx ' e admitirmos que este ' x ' é compatível com ' a ' e com ' b ', diríamos então que esses nomes podem ocorrer nas proposições ' fa ' e ' fb '. Com suposições semelhantes, diríamos também que a função proposicional ' $g(x,y)$ ' pode ocorrer em uma proposição ' $g(c,d)$ '. Sendo assim, concluímos que, na interpretação de Ishiguro, tanto nomes quanto funções proposicionais seriam, segundo a definição de Wittgenstein, "expressões".

Sem mencionar qualquer suposta diferença entre "nomes" e "funções proposicionais", Wittgenstein nos diz em seguida que uma expressão é representada por uma "variável proposicional", que seria uma variável "cujos valores são as proposições que contêm a expressão" (TLP 3.313). Uma "variável proposicional" parece ser justamente aquilo que Ishiguro chamaria "função proposicional", ou seja, um símbolo com lugares vazios que, quando devidamente preenchidos, têm uma proposição como valor (cf. ISHIGURO, 2001, pp. 28-9). Ora, se expressões são funções proposicionais, e se tanto aquilo que Ishiguro entende por "nome" quanto o que ela entende por "função proposicional" são expressões, penso que só podemos chegar à conclusão de que a distinção entre nomes e funções proposicionais é injustificada: uma proposição, no *Tractatus*, não é gerada pelo preenchimento de funções proposicionais por nomes, mas, simplesmente, pela combinação de funções proposicionais. Para ser mais exato, os nomes, no *Tractatus*, são funções proposicionais, e uma proposição elementar consiste em um "encadeamento de nomes" *assim entendidos* (TLP 4.22). Portanto, não há, no *Tractatus*, uma oposição entre constituintes proposicionais "saturados" e "insaturados", pois, no que diz respeito a esse quesito, todos esses constituintes estão em posição igual. A representação adequada de ambos os constituintes de uma proposição " fa " deve incluir a indicação de um lugar vazio por meio de uma variável: " fx " e " ϕa ". Nesse sentido, *ambos* são "insaturados".

Como vimos logo acima, Wittgenstein chama expressões (nomes) como " fx " e " ϕa " de variáveis proposicionais. Uma variável proposicional " fx " determina "uma classe de proposições que são todos os valores da proposição variável assim originada" (TLP 3.315). Isso é equivalente a dizer que o nome " fx " já antecipa todas as proposições possíveis que podem ser obtidas pela substituição da variável " x " por nomes constantes, digamos: " fa ", " fb ", " fc ",... etc (cf. TLP 3.313). Em outras palavras, as suas possibilidades combinatórias

com outros nomes em proposições elementares com sentido fazem parte da identidade de um nome, o que não é outra coisa senão a contraparte linguística da tese tractariana de que todo objeto contém inscrita em sua natureza todas as suas possibilidades combinatórias com outros objetos em estados de coisas, ou seja, suas “propriedades internas” (TLP 2.0123-2.01231).

A continuação de TLP 3.315, comentado acima, toca em um ponto que nos interessará diretamente. Nela é dito que, assim como uma variável proposicional obtida pela substituição de uma parte constituinte de uma proposição por uma variável determina uma classe de proposições, se *todos* os seus constituintes forem transformados em variáveis “ainda assim continua a haver uma tal classe”: “Ela corresponde a uma forma lógica – a um protótipo lógico de figuração”. A classe de proposições determinada por um “protótipo lógico de figuração” contém todas aquelas proposições que possuem a mesma *forma lógica* da proposição original cujas partes constituintes foram substituídas por variáveis. Assim, tomando a variável proposicional “ fx ” e transformando “ f ” em variável, obtemos o protótipo lógico “ ϕx ”. Esse símbolo “corresponde” à forma lógica da proposição “ fa ” e, naturalmente, de todas as proposições que possuem essa mesma forma. Estas serão não apenas aquelas proposições contidas na classe determinada por “ fx ”, mas também todas as proposições constituídas por nomes que podem tomar o lugar de “ f ” nas proposições dessa classe: “ fa ”, “ fb ”, “ fc ”, ..., “ ga ”, “ gb ”, ... “ ha ”, ... etc.

Feitos esses esclarecimentos, podemos agora dar uma formulação final ao nosso problema. Defendemos acima que uma leitura antirrealista do *Tractatus* só seria viável se formas lógicas como “ ϕx ”, “ $\psi(x,y)$ ”, “ $\chi(x,y,z)$ ”, etc. fossem “separáveis” de seu conteúdo. Todavia, sinais como “ $\psi(x,y)$ ” são enganosos, uma vez que eles sugerem que é especificamente “ $\psi()$ ” que está marcando o lugar da função, ao passo que “ x ” e “ y ” estariam marcando o lugar dos argumentos. Mas já sabemos que em uma proposição elementar tractariana a oposição entre função “insaturada” e argumento “saturado” não tem espaço. De todo modo, nosso problema continua basicamente o mesmo. Sabemos que o *Tractatus* não apresenta exemplos de formas lógicas elementares, alegando que é impossível especificá-las independentemente de análise (cf. TLP 5.55). Contudo, sejam elas quais forem, o que precisamos investigar é se elas, ainda que entendidas como formas lógicas nas quais a oposição entre função e argumento não tem lugar, são ou não “separáveis” de seus conteúdos. Suponhamos que “ $wxyz$ ” seja o símbolo de uma forma lógica. Seria possível a forma “ $wxyz$ ” existir, por assim dizer, em uma etapa logicamente anterior às suas instâncias possíveis, isto é, a “ $abcd$ ”, “ $ebcd$ ”, “ $fabd$ ”, etc., onde “ a ”, “ b ”, “ c ”, “ d ”, “ e ” e “ f ” são nomes? Por razões

explicadas acima, é disso que depende a viabilidade de uma leitura antirrealista, se nossa análise estiver correta.

Procuraremos mostrar a seguir que as principais passagens do *Tractatus* que tratam do tema referente às formas lógicas elementares nos oferecem, no mínimo, excelentes razões para concluir que a resposta para a questão levantada acima deve ser negativa. Essas passagens indicam que, segundo a concepção tractariana de forma lógica, formas lógicas elementares não podem ser logicamente anteriores ou logicamente “separáveis” de suas instâncias ou conteúdos. Como pretendemos mostrar, a razão última para isso é a de que, segundo o *Tractatus*, em um sentido a ser melhor explicado, formas lógicas elementares são *constituídas* por essas suas instâncias ou conteúdos.

Penso que uma clara indicação disso está no aforismo no qual Wittgenstein se propõe a tarefa de especificar quais são as formas lógicas das proposições elementares para em seguida dar uma resposta negativa. Lemos:

Devemos agora responder *a priori* à questão de quais sejam todas as formas possíveis de proposições elementares.

A proposição elementar consiste em nomes. Como não podemos, porém, especificar o número dos nomes com significados diferentes, tampouco podemos especificar a composição da proposição elementar (TLP 5.55).

Pode-se concluir dessa passagem que a especificação do “número de nomes com significados diferentes” é uma condição necessária para que se possa especificar as “formas possíveis de proposições elementares”. É muito relevante para os nossos propósitos que a especificação do “número de nomes com significados diferentes” seja colocada por Wittgenstein como uma condição necessária para a especificação das *formas* das proposições elementares. Tivesse ele sugerido apenas que a especificação do “número de nomes com significados diferentes” é uma condição necessária para a especificação das *proposições elementares* existentes - e não das *formas* das proposições elementares existentes - isso seria algo trivial e sem importância, ao menos para os nossos propósitos. Suponhamos que “*abcd*” seja uma proposição elementar. É trivial que não se pode decidir se existe uma proposição elementar “*abcd*” sem que se tenha antes – ou, ao menos, “simultaneamente” – decidido acerca da existência dos nomes “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*”. Afinal, “*abcd*” é formada pela concatenação desses nomes, e dizer que existe uma proposição “*abcd*” implica em dizer que existem os nomes “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*”. Wittgenstein, porém, está nos dizendo que a decisão referente às *formas lógicas* elementares existentes depende da decisão acerca dos *nomes*

particulares existentes. Segundo penso, a implicação aqui é a de que a existência da uma *forma lógica* “*wxyz*”, segundo Wittgenstein, depende da existência de símbolos particulares como “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*” (ou de símbolos particulares com as mesmas formas lógicas de “*a*”, “*b*” e “*c*”). Se essa conclusão este correta, temos uma evidência muito forte em favor daquela que até então viemos colocando como uma premissa: as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de suas instâncias ou conteúdos, tendo em vista que elas existem *porque* essas instâncias e conteúdos existem. Argumentamos que uma leitura antirrealista do *Tractatus* só seria viável, em princípio, se as formas lógicas tractarianas *fossem* “separáveis” de seu conteúdo ou instancias particulares. Era isso que nos permitiria explicar, em princípio, a conexão entre uma proposição “*abcd*” e uma região “*RI*” realidade que não seria, *por si mesma*, isomórfica a ela. “*RI*” não seria, por si mesma, isomórfica a “*abcd*”. “*RI*” teria sido “modelada” ou “estruturada” pela forma lógica “*wxyz*”, a qual pertenceria *exclusivamente* à linguagem no sentido de não estar presente na realidade quando tomada por si mesma. Todavia, “*RI*” estaria conectada *especificamente* com “*abcd*” porque ela teria contribuído de alguma maneira para a identidade dos nomes “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*”: “*abcd*” estaria, por assim dizer, lastreada em “*RI*”, o que justificaria a afirmação de que é *especificamente* “*RI*” que determina a sua verdade ou falsidade.

Como sugerimos anteriormente, teríamos aqui algo análogo ao que ocorre em Kant. Podemos dizer que o juízo “Esta água é sólida” está relacionado de alguma maneira com um determinado múltiplo de dados sensíveis empíricos pelo fato de que esse juízo possui entre seus elementos constituintes determinados conceitos empíricos os quais, por definição, são derivados da intuição empírica. Isso confere a esse juízo um “lastro” na intuição empírica, como não poderia ser diferente por se tratar de um juízo sintético *a posteriori*. E que esse juízo possa, em princípio, possuir entre seus elementos constituintes termos derivados da intuição empírica depende, em última instância, do fato de as formas lógicas *a priori* kantianas possuírem “espaços vazios” a serem “preenchidos”: elas não antecipam, pressupõem ou dependem de nenhum aspecto específico da “matéria” ou “conteúdo” *a posteriori* que as preenche. Sabemos que Kant nos oferece em sua tabela uma especificação completa do que seriam as formas lógicas *a priori* existentes. Nisso o sistema kantiano difere do *Tractatus*, mas essa diferença não é crucial para o nosso tema. O que é crucial é o fato de que *ao especificar as formas lógicas dos juízos* Kant não tenha recorrido a nenhum juízo em particular. Não é preciso saber que existe um juízo como “Esta água é sólida” para saber que a forma categórica é uma das formas lógicas *a priori* existentes. A especificação dessa forma lógica não depende de nenhuma característica específica dos termos que a “preenchem”, pois

ela não depende de nenhuma característica específica de dados sensíveis (*a priori* ou *a posteriori*), mas tão somente da “forma lógica do pensamento em geral” (CRP A 55/B 79). Mas o que Wittgenstein está nos dizendo em TLP 5.55 é justamente que a especificação das formas lógicas *a priori* existentes depende necessariamente da especificação dos termos que as “preenchem”. E é por isso que dizemos que uma forma lógica tractariana “*wxyz*” não é “separável” de sua “matéria” ou “conteúdo”, isto é, de suas instâncias particulares como “*abcd*”. Todos os constituintes de “*abcd*” - tudo aquilo que a caracteriza enquanto a proposição que ela é - pertencem, portanto, ao que podemos chamar de “domínio do *a priori*”, ao “domínio da forma lógica”. Logo, se quisermos dizer, como em uma leitura antirrealista, que a forma lógica “*a priori*” de “*abcd*” não está presente em “*RI*” quando esta é tomada como algo independente da linguagem, então todos os constituintes de “*abcd*” - tudo aquilo que a caracteriza enquanto a proposição que ela é - não possuiriam nenhum vínculo com “*RI*”. Por conseguinte, a conexão entre “*abcd*” e “*RI*” não poderia ser explicada, como argumentamos na seção anterior.

Contudo, mais do que nos limitarmos a constatar que Wittgenstein, em TLP 5.55, sugere haver uma relação de dependência entre formas lógicas elementares e suas instâncias particulares, convém tentarmos encontrar o porquê de haver tal relação de dependência para, com isso, confirmar de uma vez por todas a sua existência. Creio que os aforismos TLP 2.15-2.151 oferecem a resposta de que precisamos:

Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras.

Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua estrutura; a possibilidade desta, sua forma de afiguração (TLP 2.15).

A forma de afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras como os elementos da figuração (TLP 2.151).

Essa passagem contém o que podemos considerar como sendo uma “definição” de forma lógica. Ela contém uma definição de “forma de afiguração”, mas sabemos que toda figuração, qualquer que seja sua forma de afiguração específica - espacial, colorida, etc. (cf. TLP 2.171) - é também uma figuração lógica (TLP 2.181-2.182; cf. pp. 116-9 acima). Portanto, toda “forma de afiguração” consiste, em última instância, em uma “forma lógica”. Sendo assim, o segundo parágrafo de TLP 2.15 e o TLP 2.151 podem, sem injustiça, ser “traduzidos” no que seria a seguinte definição de forma lógica de uma proposição elementar: A vinculação dos nomes que constituem uma proposição elementar (“elementos da

figuração”) chama-se sua estrutura; a possibilidade desta sua forma lógica (“forma de afiguração”). A forma lógica de uma proposição elementar (“A forma de afiguração”) é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras como os nomes que a constituem (“os elementos da figuração”).

Creio que podemos a partir disso responder por que, segundo a concepção tractariana de forma lógica, formas lógicas são “inseparáveis” de suas instâncias particulares ou de seus conteúdos: a forma lógica de uma proposição elementar *é* a possibilidade de seus elementos constituintes se combinarem de uma determinada maneira. Em outras palavras, a forma lógica de uma proposição elementar *é* a possibilidade de sua estrutura (TLP 2.15b). Por isso, as formas lógicas elementares tractarianas são logicamente “inseparáveis” de suas instâncias particulares ou de se seus conteúdos: uma forma lógica elementar tractariana *é constituída* pelas propriedades intrínsecas das partes constituintes das proposições *particulares* que possuem a forma lógica em questão. Suponhamos que “*wxyz*” seja uma forma lógica elementar. Diríamos que a *forma lógica* “*wxyz*” existe *porque* uma *proposição* “*abcd*” existe - e porque existem outras proposições com a mesma forma lógica de “*abcd*” (caso existam essas outras proposições). Por isso, segundo a concepção tractariana de forma lógica, uma forma lógica “*wxyz*” não poderia existir, dentro ou fora do tempo, em uma etapa logicamente anterior ao seu “preenchimento” por termos que lhe confeririam um “conteúdo”: “*wxyz*” é, como dissemos, *constituída* por seu conteúdo e, por conseguinte, “*wxyz*” é logicamente “inseparável” de seu conteúdo. Portanto, uma forma lógica que, segundo uma leitura antirrealista, iria “modelar” ou “estruturar” a realidade seria uma forma lógica já “preenchida” por seu conteúdo. Mas então, como defendemos anteriormente, a conexão entre linguagem e realidade não poderia ser explicada.

Entretanto, poder-se-ia dizer que ao apelarmos a TLP 2.15-2.151 para fundamentar essa conclusão estejamos cometendo uma petição de princípio. A “definição” de forma lógica que extraímos de TLP 2.15-2.151 está em um contexto em que se fala de uma “figuração” enquanto algo *já isomórfico* ao estado de coisas que ela representa: “A forma de afiguração é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras como os elementos da figuração”. Contudo, uma leitura antirrealista do TLP, tal como a viemos caracterizando, é uma interpretação segundo a qual o isomorfismo entre linguagem e realidade é um isomorfismo *constituído* pela primeira, na medida em que os objetos tractarianos seriam *constituídos* por ela, ou seja, na medida em que a linguagem impõe à realidade uma forma lógica que esta não possui por si mesma. Sendo assim, estaríamos equivocados ao recorrer a TLP 2.15-2.151 para identificar o que seria essa forma lógica a ser imposta à realidade, pois

essa forma lógica deveria ser (logicamente) anterior à constituição dos objetos, ao passo que, da perspectiva de uma leitura antirrealista, esses aforismos estariam falando de objetos já “constituídos”.

Sobre esse possível furo na nossa argumentação, vale ressaltar que a noção disso que estamos chamando de “formas lógicas anteriores à constituição de objetos” pertence exclusivamente ao modo a partir do qual o debate entre realismo e antirrealismo no *Tractatus* foi abordado na presente tese: a partir de uma comparação com a filosofia kantiana. A dita noção de “formas lógicas anteriores à constituição de objetos” foi inspirada no modo como as formas lógicas kantianas, sob o nome de categorias, constituem a realidade empírica segundo Kant, e nos julgamos autorizados em utilizá-la em nossa exposição na medida em que reconhecemos que uma leitura antirrealista atribui ao *Tractatus* uma doutrina essencialmente kantiana de representação e de realidade. Dado o caráter totalmente peculiar dessa nossa abordagem do texto do *Tractatus*, é muito natural que não possamos extrair dele nenhuma definição de forma lógica que seja completamente adequada para respondermos à questão: o que seria, da perspectiva de uma leitura antirrealista, as formas lógicas a serem impostas à realidade de modo a constituir os objetos e o isomorfismo entre linguagem e realidade? Agora, o que *podemos* extrair da obra é uma resposta inequívoca para a questão: o que o *Tractatus* entende, de modo geral, por formas lógicas elementares? Com relação a isso, não há dúvidas de que as noções de “forma” ou “forma lógica” significam, para Wittgenstein, a possibilidade de uma estrutura, o que é o mesmo que dizer que elas significam possibilidades combinatórias intrínsecas das partes constituintes dessa estrutura. O segundo parágrafo de TLP 2.15 indica isso claramente. Além disso, pelos motivos que indicamos acima, ele é relevante para os nossos propósitos porque não há nele nenhuma referência direta a “coisas” ou “objetos”: “Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua estrutura; a possibilidade desta, sua forma de afiguração”. A mesma e inegável tendência de identificar as noções de “forma” ou “forma lógica” às noções de “possibilidade de estrutura” e de “possibilidades combinatórias das partes constituintes de uma estrutura” aparece também nos aforismos acerca das propriedades últimas da realidade: “A possibilidade de seu aparecimento em estados de coisas é a forma do objeto” (TLP 2.0141). “Forma” poderia ser substituída nesse contexto por “forma lógica”, como fica claro em TLP 2.0233. Lemos também:

A maneira como os objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas (TLP 2.032).

A forma é a possibilidade da estrutura (TLP 2.033).

Por razões expostas logo acima, é problemático que recorramos a aforismos como esses, que tratam de uma realidade “já” isomórfica à linguagem, como apoio textual em nosso debate com uma leitura antirrealista dos objetos tractarianos. Contudo, se utilizados com o devido cuidado, não penso ser ilícito dizer que esses aforismos nos fornecem inegáveis indicativos acerca do que consiste a concepção tractariana de forma lógica: formas lógicas, no *Tractatus*, são possibilidades de estruturas, são as possibilidades combinatórias das partes ou elementos constituintes dessas estruturas. Logo, formas lógicas elementares tractarianas são logicamente “inseparáveis” dessas partes ou elementos, pois elas são *constituídas* por essas partes ou elementos juntamente com suas propriedades internas, o que é o mesmo que dizer que formas lógicas tractarianas são logicamente “inseparáveis” de seus conteúdos. Esse seria um dos sentidos das afirmações de Wittgenstein de que: “A expressão assinala uma forma e um conteúdo” (3.31); e de que “Ela [a substância do mundo] é forma e conteúdo” (2.025). Tais passagens são normalmente utilizadas para enfatizar que nomes e objetos são inseparáveis de sua forma, isto é, de suas possibilidades combinatórias (cf., por exemplo CUTER, 2009, pp. 42-3). Estamos enfatizando aqui que o inverso também é verdadeiro: formas lógicas, no *Tractatus*, são logicamente inseparáveis de suas instâncias possíveis.

No fim das contas, o que estamos fazendo aqui é nos apoiar em incontestáveis evidências textuais para, ainda por cima, defender algo até mesmo trivial: o modo como Wittgenstein caracteriza a noção de forma lógica elementar nos oferece, no mínimo, excelentes razões para concluir que sua concepção acerca da relação entre formas lógicas proposicionais e as partes proposicionais é essencialmente fregeana, mas isso dificilmente poderia ser diferente visto que o *Tractatus* é inegavelmente um herdeiro direto da lógica moderna encabeçada por Frege. Ao analisar proposições como função e argumento, Frege está atribuindo a uma de suas partes constituintes o papel de estabelecer a unidade proposicional, o que é o mesmo que dizer que uma de suas partes constituintes é encarregada de estabelecer a forma lógica da proposição da qual ela é parte. Tal parte constituinte é a função proposicional, que pode desempenhar esse papel por ser uma expressão “insaturada”. Lemos no artigo “Sobre o conceito e o objeto”: “[...] nem todas as partes de um pensamento podem ser completas, pelo menos uma deve ser, de alguma maneira, insaturada ou predicativa; de outra forma elas não se concatenariam” (FREGE, 1978, p. 102-3). Embora não seja o foco de Frege nessa passagem, está implícita aqui a ideia de que a conexão entre as partes de uma proposição (ou “pensamento”) como “2 é número primo” é explicada por uma das *partes* da proposição, a função proposicional “x é número primo”, e não por uma suposta cópula “é” que seria *acrescentada* a essas partes. A proposição fregeana carece da

necessidade de um liame exterior que conecte suas partes constituintes porque uma dessas partes constituintes, por ser essencialmente “insaturada”, possui, por si mesma, uma “natureza predicativa” (cf. 1978, pp. 94-5), para utilizar a caracterização dada por Frege aos “conceitos”, que são os referentes das funções proposicionais.

Se a unificação dos constituintes da proposição em um símbolo proposicional é possibilitada pela natureza intrínseca de uma dessas partes constituintes, podemos dizer que é esta última que constitui ou estabelece aquilo que poderíamos chamar de “forma lógica” da proposição da qual ela faz parte. O que as passagens examinadas mais acima mostram é que o *Tractatus*, confessadamente tributário das “obras grandiosas de Frege” (TLP, Prefácio), concebe a relação entre formas proposicionais e partes proposicionais da mesma maneira. A diferença, como vimos anteriormente, é que Wittgenstein estende a insaturação para todas as partes da proposição, e não para uma delas em específico. É por isso que, como explica TLP 3.313, o modo correto de se representar um *nome* tractariano é apresentá-lo como uma “variável proposicional”, tornando explícita assim a sua natureza “insaturada”. Assim, se a letra “a” é o sinal para um nome que pertence a uma proposição “abcd”, uma maneira correta de representá-lo seria, digamos, “xyz”. Apesar dessa divergência com Frege, nos interessa presentemente ressaltar que isso tudo mostra que, também no *Tractatus*, são as *partes* de uma proposição que *constituem* a forma lógica dessa proposição. A forma lógica “wxyz” de uma proposição “abcd” existe *porque* existem expressões como “axyz”, “wbyz”, “wxcz” e “wxyd”; por isso, “wxyz” é “inseparável” de seus conteúdos. Vimos que com Kant ocorre algo diferente. A cópula “e”, responsável pela combinação de conceitos em juízos da forma lógica categórica, não pressupõe, depende ou deriva de nenhum conceito em particular. Nesse sentido, dizemos a forma lógica categórica, assim como as demais formas lógicas kantianas, são “separáveis” da matéria ou conteúdo que as “preenche”¹³².

Aqui, porém, poder-se-ia levantar o seguinte questionamento acerca da dos propósitos da presente tese. Toda a nossa comparação entre os sistemas kantiano e tractariano girou em torno da ideia de que ambos têm *em comum* o fato de apresentarem teorias da representação nas quais a noção de forma lógica ocupa um papel central. Mas, afinal, o propósito e mesmo o sentido de uma investigação como essa estariam mesmo justificados, tendo em vista que ela foi orientada desde o início para culminar justamente na constatação das *diferenças* entre as

¹³² Vimos que Ishiguro também enfatiza a ideia de que, no *Tractatus*, são as funções proposicionais (“predicados”) que “carregam a forma lógica consigo” (1983, p. 51). Contudo, o que estamos defendendo aqui é que essa concepção, combinada com a tese tractariana, ignorada por Ishiguro, de que *todos* os constituintes da proposição são funções proposicionais implica na “inseparabilidade” entre formas lógicas e conteúdos proposicionais, tal como esta vem sendo caracterizada aqui. E, isso, por sua vez, implica na inviabilidade de uma leitura antirrealista do *Tractatus*.

concepções kantiana e tractariana de forma lógica? Esse questionamento mostra-se ainda mais inquietador pelo fato de as diferenças em questão terem uma origem que, para muitos, seria mais do que esperada. Afinal, elas consistem no que estamos caracterizando como a “separabilidade” e “inseparabilidade” entre formas lógicas e seus conteúdos, sendo que, logo acima, tais diferenças foram relacionadas ao fato de o *Tractatus* pertencer à lógica moderna encabeçada por Frege, diferente de Kant que se move ainda no quadro da lógica tradicional. E que Kant e Wittgenstein pertençam a tradições distintas de lógicas é, provavelmente, algo bastante trivial para o leitor.

Com relação a essa eventual objeção aos propósitos da nossa pesquisa, convém reiterar de que maneira a dita diferença entre as concepções kantiana e tractariana de forma lógica está sendo mobilizada em nosso argumento. Que a teoria kantiana da representação admita formas lógicas “separáveis” de seu conteúdo foi identificado como uma contribuição decisiva para a possibilidade de sua Revolução Copernicana. E uma vez que defendemos que uma leitura antirrealista do *Tractatus* implica na atribuição à obra de uma espécie de Revolução Copernicana, a viabilidade dessa linha interpretativa, segundo nossa análise, passou a depender de que as formas lógicas tractarianas também fossem, em algum sentido, “separáveis” de seu conteúdo. Daí o motivo pelo qual a diferença entre as concepções kantiana e tractariana de forma lógica, no que diz respeito ao aspecto que estamos enfatizando, não ser algo trivial, ao menos no contexto da nossa argumentação. Ao insistimos na “inseparabilidade” entre as formas lógicas tractarianas e os elementos constituintes das proposições estamos identificando o que acreditamos ser uma razão fundamental pela qual uma leitura antirrealista do *Tractatus* é inviável. Obviamente, não estamos afirmando que essa linha interpretativa pressupõe que a concepção de forma lógica do *Tractatus* seja idêntica à de Kant, a qual se move no quadro da lógica tradicional. Antes, trata-se apenas de indicar que, para que ela fosse viável, as formas lógicas tractarianas deveriam possuir, ao menos, algo análogo ao aspecto das formas lógicas kantianas que viemos enfatizando: sua “separabilidade” com relação ao conteúdo que as “preenche” (cf. pp. 284-8 acima). Como, segundo o nosso argumento, elas não possuem, conclui-se que essa linha interpretativa não tem lugar.

Pelos mesmos motivos, nosso argumento, se correto, permite evitar uma posição como a de Engelmann, segundo a qual o *Tractatus* seria indiferente com relação ao que colocamos como nosso problema central: “a questão sobre a prioridade no que diz respeito aos nomes simples e objetos simples (se os nomes vêm antes (idealismo) ou se os objetos vem antes (realismo) não é de modo algum respondida no *Tractatus*” (2013, p. 179). Deixando em

aberto, por ora, se nosso argumento implica ou não em uma *anterioridade* dos objetos com relação aos nomes, já sabemos que ele rejeita a primeira alternativa apontada por Engelmann. Uma anterioridade dos nomes com relação aos objetos, que Engelmann classifica, a meu ver corretamente, como uma espécie de “idealismo”, estaria muito próxima do que vimos estar presente em uma leitura “antirrealista” do *Tractatus*, assim como de uma espécie de “Revolução Copernicana”. Porém, nossa comparação entre as doutrinas kantiana e tractariana identificou na concepção tractariana de forma lógica uma razão central pela qual não pode haver no *Tractatus* qualquer anterioridade dos nomes com relação aos objetos, bem como a possibilidade de que esses objetos sejam, em qualquer sentido, “constituídos” pela linguagem. Por fim, independentemente da intenção de criticar a interpretação deste ou daquele autor em particular, essa comparação identificou na concepção tractariana de forma lógica uma explicação de *por que* a relação que o *Tractatus* estabelece entre forma lógica e ontologia acarreta necessariamente em uma “metafísica realista”, isto é, em teses acerca das propriedades últimas de uma realidade concebida como algo independente da linguagem.

Para esclarecermos essa última afirmação, retomemos, à luz dos resultados obtidos mais recentemente, mais uma vez nosso argumento apresentado na seção anterior. Suponhamos que “*abcd*” seja uma proposição elementar que representa o estado de coisas *ABCD*, constituído pelos objetos *A*, *B*, *C* e *D*. Dizer, como em uma leitura antirrealista, que os objetos que constituem esses estados de coisas *não* são entidades independentes da linguagem é dizer que esses objetos - assim como o isomorfismo entre “*abcd*” e *ABCD* - teriam sido, ao menos em parte, *constituídos* pela linguagem. Como fizemos anteriormente, indiquemos três níveis os quais, se estivermos corretos, uma leitura antirrealista do *Tractatus* se compromete em distinguir: a) a proposição “*abcd*”, que possui a forma lógica “*wxyz*”; b) o estado de coisas *ABCD*, isomórfico àquela proposição e que, portanto, também possui a forma lógica “*wxyz*”; e c) uma região “*RI*” de um domínio real independente da linguagem, mais alguma espécie de regra, análoga aos esquemas transcendentais kantianos, incumbida de “modelar” ou “estruturar” “*RI*” de modo que ele, por assim dizer, se converta em *ABCD* tomado enquanto o estado de coisas isomórfico à proposição “*abcd*”.

O que nossa discussão acima mostrou, porém, é que as partes constituintes de “*abcd*” e sua forma lógica são logicamente indissolúveis. A forma lógica “*wxyz*” *consiste* nas possibilidades combinatórias dos nomes “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*”. Isso fica claro se estes últimos forem representados como as “variáveis proposicionais” que são: “*axyz*”, “*wbyz*”, “*wxcz*” e “*wxyd*”, respectivamente (cf. TLP 3.313). O que se segue, pois, se dissermos que o isomorfismo entre “*abcd*” e *ABCD* é um isomorfismo *constituído* pela linguagem; isto é, o

que se segue se dissermos que a forma lógica “*wxyz*” pertence *exclusivamente* à linguagem no sentido de não estar presente em “*RI*” quando tomada *por si mesma*, independentemente da linguagem? Tendo em vista que a forma “*wxyz*” é *constituída* por “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*” e suas possibilidades combinatórias, tendo em vista que a forma “*wxyz*” existe *porque* “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*” existem, disso se seguiria que “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*” também pertenceriam *exclusivamente* à linguagem, no sentido de que não estariam presentes em “*RI*” nem teriam qualquer tipo de vínculo com “*RI*” quando tomada *por si mesma*, independentemente da linguagem. Ocorre que “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*”, juntamente com suas propriedades sintáticas, são *tudo* aquilo que caracteriza a proposição “*abcd*” enquanto a proposição que ela é: “Entende-se a proposição caso se entendam suas partes constituintes” (TLP 4.024c). Deve ser possível apreender tão somente a partir de suas partes constituintes que situação é por ela “como que montada para teste” (TLP 4.031a). Em outras palavras, tão somente a partir de suas partes constituintes deve ser possível apreender que “*abcd*” representa o estado de coisas *ABCD*. Sendo assim, se “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*” pertencem *exclusivamente* à linguagem, no sentido de não terem qualquer tipo de vínculo com “*RI*” quando tomada por si mesma, então nenhuma característica *específica* de “*RI*” teria sido relevante na “constituição” de *ABCD*. Logo, seria totalmente injustificado dizer que é *especificamente* “*RI*” aquilo que determina o que há de contingente em “*abcd*”, ou seja, o seu valor de verdade. Todo o nosso nível “*c*” acima não estaria desempenhando papel algum, de modo que ficaríamos apenas com os níveis “*a*” e “*b*”. Contudo, se, no contexto do nosso modelo”, “*RI*” figurava como aquilo que, em uma leitura antirrealista, havia de *independente* da linguagem, então teríamos que concluir que *não teríamos aqui nenhuma realidade independente da linguagem*. Tendo em vista que o nível “*b*” seria, segundo nossa hipótese antirrealista, algo *constituído* pela linguagem, teríamos uma linguagem fechada em si mesma, que não se comunica com qualquer realidade exterior e independente dela – uma espécie de idealismo absoluto.

Disso tudo se segue que, para evitarmos essa conclusão, devemos admitir que o nosso nível “*b*” não é algo *constituído* pela linguagem. Para estar em posição de desempenhar o papel de um domínio real ao qual cabe determinar o valor de verdade da proposição “*abcd*”, ele deve possuir uma independência com relação a essa proposição e à linguagem como um todo. Vale notar que isso implica em adotar aquele que viemos denominando “princípio da substituição”. O estado de coisas (possível) *ABCD*, representado por e isomórfico à proposição “*abcd*”, não seria constituído pela linguagem. Pelo contrário, os objetos *A*, *B*, *C* e *D* seriam *dados* à linguagem já “prontos”, por assim dizer. Sendo assim, tudo o que restaria fazer seria correlacionar os nomes constituintes de “*abcd*” a cada um desses objetos. Por

consequente, diríamos, em conformidade com o “princípio da substituição”, que o contato entre a linguagem e a realidade independente dela, a qual determina seus aspectos *a posteriori*, se dá fundamentalmente a partir de conexões que se estabelecem, ponto a ponto, entre nomes e objetos. Mas isso, por sua vez, significa que teses tractarianas que postulam a existência de objetos simples como *A*, *B*, *C* e *D*, que subsistem independentemente do que é o caso, são teses acerca das propriedades essenciais e necessárias de um domínio real independente e exterior à linguagem. Sendo assim, somos obrigados a discordar de McGinn, quando ela diz:

O que nós tomamos como metafísica é agora visto como nada mais do que uma questão de reconhecer que a ordem lógica que é essencial para o nosso sistema de representar o mundo em proposições é essencialmente preservada na estrutura lógica da realidade que é afigurada. *Isso não deve ser entendido como uma sugestão de que Wittgenstein acredita que nós podemos derivar metafísica da lógica.* Antes, ele quer que nós reconheçamos que durante todo o tempo aquilo com o qual nós estivemos engajados era uma investigação lógica da ordem que é essencial para qualquer sistema de representação no qual a realidade é representada. *Nós não somos direcionados a tirar quaisquer conclusões metafísicas desta ordem:* a ordem pertence ao sistema de representação no qual o mundo é representado e essa mesma ordem é o começo e o fim da nossa investigação (2006, p. 143, itálico nosso).

Se nossa análise estiver correta, certas teses e pressupostos do *Tractatus* implicam, sim, que Wittgenstein não pode estar fazendo outra coisa senão “derivar metafísica da lógica”. E por “metafísica” devemos entender o que estamos chamando de uma “metafísica realista”: um conjunto de teses sobre as propriedades essenciais e necessárias de uma realidade exterior e independente. A “ordem lógica que é essencial para o nosso sistema de representar o mundo em proposições” não pode ser, no *Tractatus*, “o começo e o fim da nossa investigação”. Como viemos defendendo, a única maneira de se concluir esse tipo de coisa seria atribuir ao *Tractatus* uma espécie de “Revolução Copernicana”; mas, segundo o argumento reproduzido acima, isso não pode ser feito sem que se corte qualquer conexão possível entre a linguagem e uma realidade independente dela.

Todavia, antes de nos contentarmos com essa conclusão, precisamos afastar o que poderia ser uma possível objeção ao nosso argumento. A principal tese interpretativa nele mobilizada foi a de que as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seu conteúdo. Como justificativa para essa tese, defendemos que, na concepção tractariana de forma lógica, formas lógicas são definidas como a “possibilidade de uma estrutura” (cf. TLP 2.033, 2.15), de modo que a forma lógica de uma proposição *consiste* nas possibilidades combinatórias de

suas partes constituintes. Logo, formas lógicas são “inseparáveis” dessas partes constituintes. Em nosso argumento, dissemos que tais partes constituintes seriam os nomes que constituem uma proposição. Contudo, do fato de uma forma lógica proposicional ser a “possibilidade de uma estrutura”, não se segue que as partes dessa estrutura possível sejam necessariamente *nomes*. Um nome só é um nome porque nomeia alguma coisa. Em uma leitura antirrealista do *Tractatus*, as formas lógicas elementares não estariam presentes na realidade tomada independentemente da linguagem. Elas estariam, por assim dizer, “dadas *a priori*” na natureza essencial da linguagem e seriam impostas a um domínio real independente que não possui por si mesmo essa forma lógica que lhe é imposta. Os objetos tractarianos seriam “constituídos” nesse processo. Perguntemo-nos então o que seriam propriamente essas formas lógicas em uma etapa logicamente anterior a essa sua imposição à realidade. Se as formas lógicas são a possibilidade de uma estrutura, então elas consistem nas partes constituintes dessa estrutura possível, ou seja, em certos elementos com determinadas possibilidades combinatórias. Porém, se estamos falando aqui em uma etapa logicamente anterior à sua imposição à realidade e, por conseguinte, à constituição dos objetos, então tais elementos não poderiam ainda ser considerados como *nomes*. Um nome só é nome porque nomeia alguma coisa, mas, nessa nossa hipótese, os objetos dos quais tais elementos seriam nomes ainda não teriam sido constituídos. Em suma, nossa tese interpretativa de que as formas lógicas tractarianas são inseparáveis de seu conteúdo, uma vez que elas consistem na possibilidade de uma estrutura, implica, no máximo, que não pode haver formas lógicas “separáveis” das partes constituintes de uma estrutura possível. Não implica, porém, que essas partes constituintes sejam nomes que, enquanto tais, designam alguma coisa. Podemos pensar aqui em algo próximo dos “objetos do pensamento” dos quais fala Wittgenstein (TLP 3.2), os quais, ao que tudo em indica, corresponderiam a cada um dos nomes das proposições elementares existentes. Se esses “objetos do pensamento” forem concebidos em uma etapa logicamente anterior à sua projeção à realidade, o que teríamos seriam esses “objetos do pensamento” *privados de suas relações designativas com objetos*, ainda que dotados de determinadas possibilidades combinatórias determinadas entre si – sua “forma lógica” ou “propriedades internas”.

Assumamos então, juntamente com uma leitura antirrealista, que as formas lógicas elementares não estão presentes na realidade quando tomada por si mesma, de modo que os objetos simples da realidade seriam constituídos na medida em que essas formas lógicas são impostas à realidade. Assumamos também nossa tese interpretativa de que essas formas lógicas são inseparáveis de seu conteúdo, no sentido de que elas *consistem* nas partes constituintes de uma estrutura possível. O que teríamos em uma etapa logicamente anterior à

imposição dessas formas lógicas a uma realidade independente não seriam *nomes*, mas certos elementos com possibilidades combinatórias determinadas – algo como os “objetos do pensamento” dos quais falamos acima. Tais “objetos do pensamento” seriam análogos a variáveis, as quais incorporam uma forma lógica determinada sem, porém, designar nenhum objeto específico. Se “*wxyz*” é uma forma lógica elementar, o que estaria “*dado a priori*” na ordem lógica essencial da linguagem seriam determinados elementos que podemos indicar então por “*w*”, “*x*”, “*y*” e “*z*”, com possibilidades combinatórias determinadas. Pois bem, acontece que agora pode parecer que, mesmo admitindo que formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seu conteúdo, no sentido explicado acima, teríamos um meio de contornar o argumento que apresentamos acima contra uma leitura antirrealista ou “kantiana” do *Tractatus*. Lembremos que nosso argumento concluía que a conexão entre uma proposição “*abcd*” e a região “*RI*” da realidade que determinaria o seu valor de verdade não poderia ser explicada de uma maneira adequada em tal leitura. Isso porque *todas* as partes constituintes de “*abcd*” – tudo aquilo que caracteriza a proposição “*abcd*” enquanto a proposição que ela é – pertenceriam *exclusivamente* à linguagem, no sentido de não ter qualquer tipo de vínculo com “*RI*” quando tomada *por si mesma*. Todavia, dada a reformulação da nossa ideia de que formas lógicas são “inseparáveis” de seu conteúdo, aquilo que pertenceria *exclusivamente* à linguagem não seria mais “*abcd*”, mas, sim, algo como “*wxyz*”. “*wxyz*” seria *imposto* à “*RI*”, de modo a introduzir nela uma forma que ela não possui quando tomada *por si mesma*. Esse processo resultaria na constituição dos nossos níveis “*a*” e “*b*” acima: “*wxyz*” teria por assim dizer, se convertido em “*abcd*” e “*RI*” se convertido em um estado de coisas possível constituído pelos objetos *A*, *B*, *C* e *D*. Porém, parece que agora a conexão entre “*abcd*” e “*RI*” poderia ser, em princípio, explicada. “*abcd*” não “existiria” antes da imposição de “*wxyz*” a “*RI*”: ela é constituída pelos *nomes* dos objetos *A*, *B*, *C* e *D*, e estes objetos só teriam sido “constituídos” mediante a aplicação de “*wxyz*” a “*RI*”. Por conseguinte, “*abcd*” possuiria elementos constituintes que aparentemente manteriam algum tipo de conexão com “*RI*”, pois “*RI*” teria contribuído, *em sua especificidade*, para a geração desses seus elementos constituintes: os *nomes* “*a*”, “*b*”, “*c*” e “*d*”. Comparemos o que estaria ocorrendo aqui com o nosso exame do juízo kantiano “Esta água é sólida”, apresentado na seção anterior. Alegamos que a conexão entre esse juízo com o múltiplo sensível empírico pertencente ao nosso nível “3” pode ser explicada pelo fato de que esse juízo possui entre seus elementos constituintes conceitos que não são *a priori*, mas derivados da intuição empírica. De modo análogo, a conexão entre “*abcd*” e “*RI*” poderia aparentemente ser explicada, uma vez que essa proposição também teria entre seus elementos constituintes *nomes* derivados especificamente

de “*RI*”. O que seria completamente anterior e independente da realidade não seria mais “*abcd*”, mas apenas “*wxyz*”.

Antes de encerrarmos a presente seção precisamos afastar essa eventual objeção ao nosso argumento. Segundo penso, uma objeção desse tipo estaria baseada em um mal entendimento das noções tractarianas de “nome”, “significado”, e, por conseguinte, de “objeto”. A diferença entre uma variável “*x*”, com sua forma lógica determinada, e um nome “*a*” jamais pode estar no fato de o segundo acrescentar à primeira um determinado conteúdo “material” como aquele que, no caso de Kant, está presente em um conceito empírico “água”. Da perspectiva que é própria do *Tractatus*, isso é o mesmo que dizer que os nomes não possuem nenhum conteúdo *descritivo*, e é justamente isso que o caracteriza como um sinal *simples*: “Nomes”, diz Wittgenstein, “são como pontos [...]” (TLP 3.144). Dois nomes *de mesma forma lógica* - que possuem as mesmas possibilidades combinatórias com outros nomes - diferem entre si *apenas* por designarem objetos, de mesma forma lógica, distintos. Contudo, a diferença entre dois objetos de mesma forma lógica é uma diferença *única e exclusivamente numérica*. Como lemos no *Tractatus*: “Dois objetos de mesma forma lógica – desconsideradas suas propriedades externas – diferenciam-se um do outro apenas por serem diferentes” (TLP 2.0233). Sendo assim, a diferença entre dois nomes, digamos, “*a*” e “*e*”, de mesma forma lógica jamais pode ser análoga à diferença que existe entre dois conceitos kantianos como “solidez” e “liquidez”. A diferença entre esses dois últimos certamente não é uma diferença *meramente numérica*, mas há entre eles uma diferença material passível de ser explicitada na análise das marcas que constituem sua estrutura interna. Esse conteúdo “material”, que define um conceito como “solidez” enquanto o conceito que é, é derivado da intuição empírica, e é *isso* que, segundo nossa análise, tornaria a conexão entre o juízo “Esta água é sólida” e o múltiplo sensível a ele correspondente – nossos níveis “1” e “3” – explicável em princípio. Nomes tractarianos, por sua vez, não possuem nenhuma estrutura interna ou conteúdo material do tipo, e, portanto, não há nenhum conteúdo do tipo que poderia ser conferido a “*wxyz*” por “*RI*” de modo a “convertê-lo” em “*abcd*” para que, com isso, fosse explicada a conexão desejada entre “*RI*” e “*abcd*”.

Que esta nossa análise esteja correta é confirmado, segundo penso, pela tese tractariana de que o mundo pode ser “integralmente” descrito por “proposições completamente generalizadas”. Lemos no *Tractatus*:

Pode-se descrever integralmente o mundo por meio de proposições completamente generalizadas, ou seja, sem que nenhum nome seja de antemão coordenado a um objeto determinado.

Para se chegar, então, ao modo habitual de expressão, deve-se, após uma expressão “há um único x tal que...”, simplesmente dizer: e esse x é a . (TLP 5.526)

Uma proposição completamente generalizada é, como qualquer outra proposição, composta (É o que se evidencia por devermos, em “ $(\exists x, \phi). \phi x$ ”, mencionar separadamente “ ϕ ” e “ x ”. Ambos mantêm independentemente relações designativas com o mundo, como na proposição não generalizada.) (TLP 5.5261a)

Para esclarecer a tese afirmada por esses aforismos, aproveitemos um exemplo apresentado por Wittgenstein nos *Notebooks* em meio às anotações em que ele a formula pela primeira vez (1969, pp. 13-4) Suponhamos que o mundo seja constituído unicamente pelos objetos A, B e F. Nesse mundo, os únicos estados de coisas *possíveis* seriam o estado de coisas constituído pela combinação de F e A e o estado de coisas constituído pela combinação de F e B. Os nomes dos objetos A, B e F seriam, respectivamente, “ a ”, “ b ” e “ fx ”. Suponhamos agora que, nesse mundo, o primeiro estado de coisas é o caso e o segundo não é o caso. O mundo em questão seria, portanto, “integralmente” descrito pela proposição “ $fa.\sim fb$ ”. Que esse mundo possa ser “integralmente” descrito por proposições completamente generalizadas, “sem que nenhum nome seja de antemão coordenado a um objeto determinado”, significa que ele pode ser integralmente descrito por proposições que não empregam os *nomes* “ a ”, “ b ” e “ fx ”, mas apenas variáveis e quantificadores. O nosso mundo seria, portanto, integralmente descrito por uma proposição como: “ $(\exists x, y, \phi). \phi x.\sim \phi y$ ”. Lembrando que, como dissemos acima, variáveis como “ x ”, “ y ” e “ ϕ ”, embora não designem um objeto *específico*, possuem propriedades sintáticas determinadas, o que essa proposição expressa é basicamente que o mundo contém dois objetos com uma determinada forma lógica e um objeto com uma outra forma lógica que pode combinar-se com cada um dos objetos anteriores, e que uma dessas combinações possíveis é o caso e a outra não. Se nossa interpretação daqueles aforismos estiver correta, que o nosso mundo seja “integralmente” descrito por essa proposição significa que ela pode descrever integralmente tudo aquilo que poderíamos chamar de seu “padrão estrutural” contingente. Um mundo cuja “substância” prevê a possibilidade de dois e apenas dois estados de coisas pode ter três “padrões estruturais” contingentes: ou os dois são o caso, ou um deles é o caso e o outro não, ou nenhum deles é o caso. Mesmo sem empregar nomes, nossa proposição completamente generalizada pode selecionar de maneira unívoca uma dessas três possibilidades e excluir as

demaís, as quais poderiam também ser igualmente descritas por proposições completamente generalizadas como: “ $(\exists x, y, \phi). \phi x. \phi y$ ” e “ $(\exists x, y, \phi). \sim \phi x. \sim \phi y$ ”.

Isso tudo, segundo penso, mostra que nosso argumento contrário à viabilidade de uma leitura antirrealista do *Tractatus*, que parte da tese interpretativa de que as formas lógicas tractarianas são “inseparáveis” de seus conteúdos, continua válido mesmo após a reformulação dessa tese que nos vimos forçados a fazer. A possível objeção contra o nosso argumento, conjecturada acima, segundo a qual a conexão entre “*abcd*” e “*RI*” poderia, em princípio, ser explicada, uma vez que “*abcd*” teria sido gerada a partir da “imposição” de “*wxyz*” a (especificamente) “*RI*” cai por terra. Uma vez que o mundo pode ser “integralmente” descrito por proposições completamente generalizadas, uma proposição como “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ” deve poder ser verificada ou falsificada por uma “porção” ou “região” “*RI*” da realidade. Porém, a proposição “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ” é, agora sim, completamente constituída por aqueles que seriam os elementos os quais, segundo a reformulação da nossa premissa, seriam “inseparáveis” da forma lógica dessa proposição. Por conseguinte, segundo o nosso argumento, a conexão entre ela e “*RI*” não pode ser explicada em uma linha interpretativa segundo a qual essa forma lógica não tem qualquer vínculo com “*RI*” tomado por si mesmo. Uma vez que formas lógicas tractarianas são inseparáveis de seu conteúdo – no caso, dos “elementos” “*w*”, “*x*”, “*y*” e “*z*” – nenhum dos constituintes que caracterizam a proposição “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ” enquanto a proposição que ela é tem qualquer tipo de vínculo com “*RI*” tomada por si mesma¹³³.

Poder-se-ia objetar aqui que proposições completamente generalizadas não podem dizer tudo o que pode ser dito por proposições que empregam *nomes*. Como diz Black (1964, p. 288), a proposição “ $(\exists x, y, \phi). \phi x. \sim \phi y$ ” não pode distinguir entre um mundo possível descrito por “*fa. ~fb*” e um mundo possível descrito por “*~fa.fb*”. Isto é, ela pode dizer que um objeto “*x*” possui a propriedade “ ϕ ” e que um objeto “*y*” não possui essa mesma propriedade, mas não pode dizer *qual* desses objetos é A e *qual* deles é B. Por conseguinte, a introdução de nomes seria necessária para uma descrição adequada do mundo.

¹³³ E quanto ao quantificador “ $\exists$ ”? Mesmo esse quantificador não pode fornecer a conexão desejada entre “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ” e “*RI*”, a qual, segundo nossa análise, não pode ser explicada em uma leitura antirrealista do *Tractatus*. Seu papel é expressar que existem (pelo menos) quatro objetos das formas lógicas de “*w*”, “*x*”, “*y*” e “*z*”. Mas, sendo assim, o problema se repõe aqui do mesmo modo, pois os símbolos “*w*”, “*x*”, “*y*” e “*z*” são, mesmo segundo a reformulação da nossa tese interpretativa, “inseparáveis” da forma lógica da proposição “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ”. Logo, se se afirma, como em uma leitura antirrealista, que essa forma lógica não está presente em “*RI*” quando tomada por si mesma, então “*w*”, “*x*”, “*y*” e “*z*” não teriam qualquer vínculo com “*RI*”. Em outras palavras, a conexão entre “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ” e “*RI*” a ser supostamente explicada pelo quantificador “ $\exists$ ” seria, por assim dizer, mediada pela conexão entre, de um lado, os símbolos “*w*”, “*x*”, “*y*” e “*z*” e, do outro, “*RI*”; porém, essa segunda conexão não pode ser explicada em uma leitura antirrealista.

Quanto a essa possível objeção, penso serem válidas as seguintes considerações. Por razões expostas acima, a introdução de nomes em uma proposição como “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ” jamais poderia conferir a “ x ” e “ ϕ ” um conteúdo “material” que justificasse sua vinculação *especificamente* a “ RI ” - ao contrário do que ocorre com Kant, para quem conceitos empíricos possuem um conteúdo “material” derivado da intuição empírica que justifica que juízos que os empregam estejam relacionados a determinadas intuições empíricas. “Nomes são como pontos” (TLP 3.144), e a substituição de variáveis por nomes pode servir no máximo, para, se nos permitem a expressão, apontar para um ponto específico e não para outro. Tanto que, em um mundo no qual houvesse apenas um estado de coisas possível da forma “ $wxyz$ ” – um tipo de cenário o qual o *Tractatus* não pode excluir (cf. TLP 5.557) - não haveria nenhuma ambiguidade a ser resolvida pela adição de nomes à proposição “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ”. Em segundo lugar, e o mais importante, ainda que proposições completamente generalizadas comportem alguma ambiguidade, que o mundo possa ser integralmente descrito por elas implica que essas proposições devem poder ser verificadas ou falsificadas pelos fatos do mundo. Eles devem, portanto, poder manter conexões com os fatos do mundo mesmo na ausência de qualquer nome. O texto do *Tractatus* é explícito: “Pode-se descrever integralmente o mundo por meio de proposições completamente generalizadas, ou seja, *sem que nenhum nome seja de antemão coordenado a um objeto determinado*” (TLP 5.526a, *itálico nosso*). Ou ainda, é dito explicitamente que sinais como “ ϕ ” e “ x ” mantêm “relações designativas com o mundo, como na proposição não generalizada” (TLP 5.5261a). Por isso, uma interpretação satisfatória do *Tractatus* deve ser compatível com a tese de que proposições como “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ” mantêm alguma conexão com o mundo de modo que elas sejam verificadas ou falsificadas pela realidade. E é isso que, segundo o nosso argumento, uma leitura antirrealista não pode explicar. Em favor dessa conclusão, poderíamos tomar o nosso argumento apresentado acima (pp. 301-3) e substituir, no nosso nível “a”, a proposição “ $abcd$ ” pela proposição completamente generalizada “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ”. Ela também deverá poder manter “relações designativas com o mundo”, ou seja, com objetos A, B, C e D do nosso nível “b”. Porém, nosso argumento, se correto, mostra que não poder-se-ia dizer que a forma lógica de “ $(\exists w, x, y, z). wxyz$ ” não está presente em “ RI ”, do nosso nível “c”, sem, com isso, cortar qualquer vínculo possível entre ambos. Não iremos, contudo, reproduzir esse argumento em detalhes, uma vez que o raciocínio seria basicamente idêntico ao apresentado acima. Lembremos que a conclusão a ser extraída daí é a de que, para que não sejamos obrigados a afirmar que a linguagem seja algo totalmente fechado em si mesmo, que não se comunica com qualquer realidade exterior e independente dela, devemos aceitar que o nosso

nível “b” não é *constituído* pela linguagem. A existência e a identidade de objetos simples como *A*, *B*, *C* e *D*, que subsistem independentemente do que é o caso, deve ser tomada como independente linguagem, o que implica em admitir que o *Tractatus* implica em teses acerca das propriedades essenciais e necessárias acerca de um domínio real independente.

5.5 A não anterioridade da lógica com relação ao mundo

Em TLP 5.552-5.5521, lemos:

A “experiência” de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo está assim e assim, mas a de que algo *é*: mas isso *não* é experiência.

A lógica é *anterior* a toda experiência – de que algo é *assim*. Ela é anterior ao *como*, não é anterior ao *quê* (TLP 5.552).

E se não fosse assim, como poderíamos aplicar a lógica? Poder-se-ia dizer: se houvesse uma lógica ainda que não houvesse um mundo, como poderia então haver uma lógica, já que há um mundo? (TLP 5.5521).

É dito aqui quase que explicitamente que há um sentido em que a “lógica” *não* é “anterior” ao mundo: ela é anterior ao seu “como”, mas não ao seu “quê”. Por razões óbvias, mas que serão explicitadas a seguir, trata-se de uma afirmação que diz respeito diretamente ao tema desta tese. Gostaríamos de finalizar o presente capítulo com uma discussão relacionando os resultados obtidos até aqui com o conteúdo dessa passagem e de temas a ela relacionados. Para tanto, precisamos tentar esclarecer, primeiro, o que seria exatamente a “lógica” da qual é dito não ser “anterior” ao mundo.

Embora não tenhamos desenvolvido o tema de maneira satisfatória¹³⁴, é amplamente conhecido que, segundo o *Tractatus*, as únicas proposições necessárias da linguagem são as tautologias (necessariamente verdadeiras) e contradições (necessariamente falsas). Proposições elementares são essencialmente “bipolares”: devem necessariamente poder ser ou verdadeiras ou falsas. Posto de outro modo, elas representam e enunciam a existência de um estado de coisas cuja existência ou inexistência é absolutamente contingente. Por isso, não podem ser necessariamente verdadeiras ou necessariamente falsas. No *Tractatus*, a totalidade das proposições possíveis consiste na totalidade das funções de verdade que podem ser obtidas a partir da totalidade das proposições elementares por meio da aplicação de “operações de verdade” (cf. TLP 4.51-4.52, 5, 5.234, 5.3). Para quaisquer proposições elementares sempre será possível obter, por meio de tais operações, dois “casos extremos” de

¹³⁴ Sobre o conteúdo do restante deste parágrafo, cf. pp. 122-4 acima.

funções de verdade, que são as tautologias e contradições (TLP 4.46). Estas são, respectivamente, necessariamente verdadeiras e necessariamente falsas porque são construídas de tal modo que o seu valor de verdade não depende de forma alguma do que é ou não o caso na realidade. Por isso, elas não dizem nada acerca da realidade: são “sem sentido” (*sinnlos*) (TLP 4.461); todavia, não são “contrassensos” (*unsinnig*), pois “pertencem ao simbolismo” (TLP 4.461-4.4611), já que são construídas, como qualquer outra função de verdade, por meio da aplicação de operações de verdade sobre proposições elementares significativas. Por isso, elas merecem, digamos assim, o “título” de proposição, mas têm, no entanto, um estatuto único dentre as demais proposições pelo fato de seu valor de verdade poder ser reconhecido tão somente nos símbolos proposicionais sem a necessidade de qualquer comparação com a realidade (TLP 6.113). Uma das tarefas da lógica enquanto disciplina será então a de mostrar as relações lógicas que as proposições mantêm entre si em virtude do modo através do qual elas foram construídas por meio de operações de verdade. Por exemplo, a relação que existe entre as proposições “ $p \supset q.p$ ” e “ q ” é tal que a verdade da segunda se segue necessariamente da verdade da primeira. A proposição “ $p \supset q.p : \supset : q$ ”, que enuncia, ou melhor, mostra a existência dessa relação, é uma tautologia, uma “proposição da lógica” ou “proposição lógica”, e o que ela “enuncia” ou “mostra” é uma verdade *a priori* e necessária: “As proposições da lógica demonstram as propriedades lógicas das proposições, ao ligá-las em proposições que não dizem nada” (TLP 6.121a; cf. 6.1221).

Todavia, no *Tractatus* a noção de “lógica” não abrange apenas questões referentes a relações tautológicas e contraditórias entre proposições. Como afirma Cuter: “A palavra ‘lógica’, no *Tractatus*, designa o conjunto das condições de possibilidade do sentido” (2011, p. 68). Dentre essas condições de possibilidade está, como sabemos, a de que devem existir proposições elementares: proposições que consistem em um encadeamento de nomes não analisáveis que se referem a objetos simples que subsistem independentemente do que seja o caso (cf. 2011, p. 68). Como vimos anteriormente (pp. 119-21), é condição de possibilidade do sentido proposicional que o sentido de uma proposição não dependa da existência de nada contingente: da existência ou inexistência de qualquer estado de coisas nem do valor de verdade de qualquer proposição, duas demandas que são, aliás, duas faces da mesma moeda (cf. TLP 2.0212). Essa demanda parece estar, inclusive, estreitamente relacionada com a concepção tractariana de necessidade lógica, esboçada no parágrafo anterior. Embora proposições lógicas não digam nada acerca do mundo, é essencial, para Wittgenstein, que elas estejam de alguma maneira relacionadas com o mundo: “É claro que algo sobre o mundo deve ser denunciado por serem tautologias certas ligações de símbolos – que têm essencialmente

um caráter determinado” (TLP 6.124). Sendo assim, relações lógicas entre proposições mostradas através das tautologias e contradições não são equivalentes a um cálculo vazio que não diz respeito a nada acerca do mundo. A posição de Wittgenstein certamente é a de que, se assim fosse, as proposições da lógica não teriam valor algum. Essas proposições, pelo contrário, “descrevem” ou “representam” a “armação do mundo” (TLP 6.124). Isso se dá na medida em elas são geradas a partir da aplicação de operações de verdade a proposições elementares, as quais, estas sim, descrevem o mundo: as “proposições lógicas”, diz Wittgenstein, “[p]ressupõem que nomes tenham significado e proposições elementares tenham sentido: e essa é sua ligação com o mundo” (TLP 6.124). Sendo assim, se o significado e o sentido das proposições elementares fossem contingentes, que uma proposição seja uma tautologia ou uma contradição – que elas sejam “sem sentido” (*sinnlos*) e não um “contra-senso” (*unsinnig*) – também seria contingente. Como observa Altmann sobre esse mesmo tema: “É porque o sentido de uma proposição é independente do valor de verdade de qualquer proposição que o fato de algo ser ou não uma tautologia é independente de qualquer contingência, e que a lógica é absolutamente necessária” (1999, p. 116).

Por isso, enquanto condição de possibilidade do sentido das proposições em geral e, em particular, enquanto condição de possibilidade das “proposições lógicas” a necessidade de haver proposições elementares é algo que diz respeito ao que o *Tractatus* entende por “lógica”. Não por acaso, na mesma seção dos aforismos sob exame – os quais falam que a “lógica” não é “anterior” ao (“quê” do) mundo – é dito que sabemos “por razões puramente lógicas que deve haver proposições elementares” (TLP 5.5562). Podemos dizer que está incluso no que o *Tractatus* entende por “lógica” aquilo que, um pouco antes, Wittgenstein se refere como o “conceito de proposição elementar, abstração feita de sua forma lógica particular” (TLP 5.555a). A qualificação “abstração feita de sua forma particular” pode ser entendida se atentarmos para o contexto em que essa passagem está inserida. A seção TLP 5.55-5.5571, na qual então incluídos os aforismos sob exame, trata da já conhecida impossibilidade de se “responder *a priori* à questão de quais sejam todas as formas possíveis de proposições elementares” (TLP 5.55a). Sabemos que a posição de Wittgenstein é a de que essa resposta não pode ser dada “*a priori*”, mas apenas depois do exercício de análise. Por conta disso, talvez seja correto dizer que, em certo sentido, a especificação das formas proposicionais elementares existentes não está incluída no que Wittgenstein entende propriamente por “lógica”: “Nosso princípio básico é o de que toda questão que se possa decidir por meio da lógica deve poder-se decidir de imediato” (TLP 5.551a). A especificação das formas lógicas elementares existentes não pode ser decidida “de imediato” e, portanto,

não pode ser decidida “por meio da lógica”, mas pelo que Wittgenstein chama de “*aplicação da lógica*” (TLP 5.557a), a qual podemos considerar como sendo algo equivalente ou, pelo menos, algo que inclui a análise da linguagem. De todo modo, independentemente de sabermos qual será o resultado dessa análise ou “*aplicação da lógica*”, sabemos *a priori* que as proposições às quais ela irá chegar serão instâncias do nosso “conceito de proposição elementar, abstração feita de sua forma lógica particular”. Muito provavelmente, é algo do tipo que Wittgenstein tem em mente quando, logo após afirmar que é apenas a “*aplicação da lógica*” que decide quais proposições elementares (específicas) existem, ele pondera que “a lógica não pode colidir com sua aplicação”, que “a lógica deve manter contato com sua aplicação” e que “a lógica e sua aplicação não se podem sobrepor” (TLP 5.557). O “conceito de proposição elementar” é algo que pode ser decidido “de imediato” e que pertence, sem quaisquer qualificações, ao que o *Tractatus* entende por “lógica”. Que a lógica e sua aplicação devam “manter contato”, etc., significa que sabemos que a *aplicação da lógica* deverá necessariamente chegar a instâncias desse “conceito”, ou seja, a proposições essencialmente bipolares constituídas por uma ligação de nomes indefiníveis que significam objetos simples.

O que também pertence à noção tractariana de “lógica” é o modo de se construir funções de verdade por meio da aplicação de operações de verdade sobre proposições elementares. Aliás, esse modo de construção já é dado juntamente com o próprio conceito de proposição elementar: “Com efeito, na proposição elementar já estão contidas todas as operações lógicas” (5.47). Sem a intenção de nos estendermos sobre o tema, é sabido que todos os operadores funcionais são redutíveis à operação de negação simultânea, que é a operação que nega simultaneamente as proposições às quais ela é aplicada (cf. TLP 5.5). A possibilidade da negação, por sua vez, é dada juntamente com a bipolaridade essencial da proposição elementar: se o sentido desta expressa a *existência* de um estado de coisas que pode ou não ser o caso, com cada proposição elementar é dada a possibilidade da “inversão” de seu sentido, isto é, a possibilidade de se gerar a partir dela uma proposição que afirma a *inexistência* do *mesmo* estado de coisas representado pela proposição original. Sendo assim, juntamente com quaisquer grupos de proposições elementares, necessariamente estão dadas todas as funções de verdade que se pode obter a partir delas. Por conseguinte, dada a totalidade das proposições elementares está dada a totalidade das funções de verdade de proposições elementares que se pode obter a partir delas. A linguagem, como sabermos, esgota-se nessa totalidade, segundo o *Tractatus*. E é justamente por isso que a “forma geral da proposição” é apresentada através da fórmula: $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$ (TLP 6). Como lemos em seguida, “Isso nada diz senão que toda proposição é um resultado da aplicação sucessiva da operação

$N(\bar{\xi})$ às proposições elementares” (TLP 6.001). Como explicaremos melhor a seguir, o sinal “ $\bar{p}$ ” é uma variável cujos valores consistem na totalidade das proposições elementares. O sinal “ $N(\bar{\xi})$ ” indica a operação de negação simultânea a uma classe qualquer de proposições. Que essa seja a forma geral da proposição significa, em suma, que a totalidade das proposições possíveis pode ser exibida em uma série na qual o termo seguinte é gerado a partir do termo precedente aplicando-se a este a operação de negação simultânea, sendo esse termo precedente uma classe qualquer de proposições elementares ou de proposições geradas já por meio da aplicação sucessiva dessa mesma operação a proposições elementares.

Em TLP 5.472, lemos que a “descrição da forma proposicional mais geral é a descrição do único sinal primitivo da lógica” (TLP 5.47). Essa afirmação visa, entre outras coisas, marcar um contraste entre a concepção de lógica que está sendo desenvolvida no *Tractatus* e as de Frege e de Russell, que deram a determinados conectivos lógicos o papel de sinais primitivos dos seus respectivos sistemas. Esse contraste, por sua vez, está relacionado à “ideia básica” de Wittgenstein segundo a qual as chamadas “constantes lógicas” não significam supostos “objetos lógicos” da realidade (cf. TLP 5.4-5.4611, 4.0312b). Tais temas não têm, porém, uma relevância direta para os nossos atuais propósitos. No entanto, embora enfatizar isso não seja a intenção imediata de Wittgenstein nesse contexto, penso que o fato de ele colocar a “forma proposicional mais geral” como um “sinal primitivo da lógica” confirma que todos os itens que viemos indicando acima de fato pertencem ao que o *Tractatus* entende por “lógica” (cf. CUTER, 2011, p. 56). Ou seja, longe de limitar-se ao estudo de relações tautológicas e contraditórias entre proposições, aquilo que o *Tractatus* entende por “lógica” abrange o “conceito de proposição elementar”, o modo de se obter funções de verdade a partir de proposições elementares, o reconhecimento de que a linguagem se esgota na totalidade dessas funções de verdade, entre outras coisas possivelmente deixadas de lado aqui.

Em particular, vale mencionar que, embora a especificação das proposições elementares existentes não possa ser respondida de antemão pela “lógica”, mas apenas pela “aplicação da lógica”, a totalidade dessas proposições elementares já deve estar de alguma maneira pressuposta na lógica. Que isso seja sim se segue, segundo penso, da presença do sinal “ $\bar{p}$ ” na forma geral da proposição, o “único sinal primitivo da lógica”. O significado desse traço horizontal sobre uma variável – no caso, “ p ” – é explicado em TLP 5.501. Ali lemos que, em um sinal da forma “ $(\bar{\xi})$ ”, “ ξ ” é uma variável cujos valores são os termos da expressão entre parênteses; e o traço sobre a variável substitui todos os seus valores entre parênteses”. Como explica Cuter (2012, 95-8), aqui está a chave para o tratamento que o

Tractatus dá à quantificação. Sabemos que uma função ou variável proposicional “ fx ” determina “uma classe de proposições que são todos os valores da proposição variável assim originada” (TLP 3.315). Em função disso, podemos fazer com que uma variável “ ξ ” recubra a *totalidade dessas proposições*, de modo que o sinal “ $N(\bar{\xi})$ ” expressará então a negação simultânea delas (cf. CUTER, 2011, p. 97). Essa negação é equivalente à afirmação de que nenhum dos valores de “ fx ” é uma proposição verdadeira: “Se os valores de ξ são todos os valores de uma função fx para todos os valores de x , então $N(\bar{\xi}) = \sim(\exists x).fx$ ” (TLP 5.52). Longe de considerar isso um tratamento satisfatório da concepção tractariana de quantificação, o que nos interessa é apontar que, embora não seja dito explicitamente no texto, podemos interpretar o traço horizontal em “ $\bar{p}$ ” do mesmo modo, ou seja: como a indicação da totalidade dos valores de uma variável. Nesse caso, porém, não se trata da totalidade dos valores desta ou daquela função proposicional em particular, mas da totalidade das proposições elementares *em geral*. Sendo assim, penso que não seria incorreto dizer que, embora não possamos decidir de imediato por meio da lógica quais são as proposições elementares existentes, mas apenas por meio da “*aplicação da lógica*”¹³⁵, essa totalidade está sendo pressuposta no “único sinal primitivo da lógica”, a forma geral da proposição. Portanto, a totalidade das proposições elementares deve estar sendo de alguma maneira pressuposta pela própria lógica, no sentido de que não há uma “lógica” que seja (logicamente) anterior a essa totalidade.

Pois bem, feita essa longa digressão, cumpre tentarmos agora examinar quais as implicações da sugestão feita por Wittgenstein, em TLP 5.552-5.5521, de que há um sentido em que a lógica não é anterior ao mundo. Não é simples dar uma interpretação unívoca da palavra “anterior” aqui. No entanto, penso ser possível concluir que ao dizer, nesse contexto, que a lógica *não* é “anterior” ao mundo, a ideia de Wittgenstein é a de que a lógica “pressupõe” ou “depende” do mundo, de que a lógica não “existiria” sem que “existisse” o mundo. Afinal, o cenário (rejeitado por Wittgenstein) *contrário* ao da não anterioridade da lógica com relação ao mundo é caracterizado, ainda que indiretamente, como um cenário no qual haveria uma lógica mesmo sem haver um mundo (TLP 5.5521).

Se aceitarmos tanto essa caracterização de “não anterioridade” como a caracterização de “lógica” feita nos parágrafos anteriores, de que maneira a não anterioridade da lógica da lógica com relação ao mundo repercute naquilo que diz respeito ao tema central da presente tese? Segundo penso, ela confirma de maneira definitiva as nossas conclusões da seção anterior: não pode haver, no *Tractatus*, nenhum sentido em que a lógica da nossa linguagem

¹³⁵ A referência aqui é a TLP 5.551 e 5.557.

“estruture” ou “modele” o mundo nela representado, nenhum sentido em que a lógica da nossa linguagem imponha a esse mundo uma forma que ele não possui quanto tomado por si mesmo, independentemente da linguagem. Isso porque a noção de “lógica”, no *Tractatus*, engloba todos os eventuais candidatos que poderiam desempenhar o papel de algo a ser “imposto” ao mundo representado pela linguagem. Em especial, ela engloba o “conceito de proposição elementar, abstração feita de sua forma particular”: o conceito de uma proposição constituída por encadeamento de nomes indefiníveis que significam objetos simples. Se nossa análise estiver correta, o que é dito em TLP 5.552-5.5521 implica que esse conceito, incluso no conceito tractariano de lógica, não é anterior ao mundo; ou, segundo a nossa interpretação feita acima dessa “não anterioridade”, o que é dito em TLP 5.552-5.5521 implica que esse conceito de proposição elementar pressupõe, depende e não pode existir independentemente da existência do mundo. Sendo assim, não há como dizer que os correlatos “reais” ou “ontológicos” das proposições elementares sejam, sequer em parte, *constituídos* pela lógica da nossa linguagem. Todavia, são precisamente os correlatos “reais” ou “ontológicos” das proposições elementares que estabelecem aquilo que viemos denominando propriedades necessárias da realidade: os objetos simples, com possibilidades combinatórias intrínsecas, que subsistem independentemente do que seja o caso, isto é, a “substância do mundo”. Por conseguinte, não há como dizer que aquelas que, segundo o *Tractatus*, são as propriedades necessárias da realidade sejam constituídas, impostas ou dependentes da linguagem: pelo contrário, é o “conceito de proposição elementar”, o qual seria o candidato mais viável a realizar essa imposição ou constituição, que é colocado como dependente do mundo. Afinal, esse “conceito” faz parte da “lógica” da qual é dito *não* ser “anterior” ao mundo.

Contudo, obviamente o sentido em que a lógica não é, segundo o *Tractatus*, anterior ao mundo, deve ser qualificado. E isso é feito explicitamente na passagem sob exame: “A lógica é *anterior* a toda experiência – de que algo é *assim*. Ela é anterior ao como, não é anterior ao quê” (TLP 5.552b). Todos os itens que, segundo nossa análise acima, pertencem ao que o *Tractatus* entende por “lógica” coincidem com aquilo que, ao longo deste trabalho, viemos denominando propriedades ou aspectos necessários da linguagem. Por outro lado, sabemos que é fundamental, no sistema tractariano, que tais propriedades ou aspectos necessários da linguagem sejam independentes das propriedades ou aspectos *contingentes* do mundo. Sendo assim, se há um sentido em que a lógica *não* é “anterior” ao mundo, se há algum sentido em que a lógica depende ou pressupõe o mundo, então essa não anterioridade e dependência não podem dizer respeito às propriedades contingentes deste. No que se refere aos aspectos contingentes do mundo, a lógica *é* “anterior” a ele. O “como” do mundo de que

fala Wittgenstein pode então ser identificado aos seus aspectos contingentes: a lógica é “anterior” a *como* as coisas estão (cf. TLP 4.022b), no sentido de que ela não depende ou pressupõe que quaisquer ligações contingentes de objetos (coisas) sejam ou não o caso. Penso então não haver alternativa senão identificar o “quê” do mundo, ao qual a “lógica” *não* seria anterior, às propriedades ou aspectos *necessários* da realidade, ou seja, à “substância do mundo”. Sabemos que o isomorfismo tractariano entre linguagem e realidade consiste justamente em um isomorfismo entre as propriedades essenciais e necessárias de ambos. Portanto, dizer que as propriedades necessárias da linguagem não são “anteriores” às propriedades necessárias da realidade implica em dizer que o isomorfismo entre ambos os domínios não é um isomorfismo *constituído* pela linguagem. Uma “constituição” desse tipo dependeria de a lógica da linguagem existir em uma etapa (logicamente) anterior ao domínio ao qual ela iria *impor* sua forma, mas é justamente uma “anterioridade” desse tipo que está sendo recusada na passagem sob exame.

Para finalizar essa discussão, cumpre agora tentar relacionar todos os resultados obtidos até aqui na presente seção à nossa comparação entre as filosofias tractariana e kantiana. Para tentar algo nesse sentido, examinemos o aforismo TLP 6.13:

A lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo.
A lógica é transcendental.

Seguindo mais uma vez a interpretação de Custer, diríamos que “transcendental” pode ser entendido aqui no sentido tradicional do termo: a lógica é transcendental porque ela é condição de possibilidade de um certo âmbito; no caso, ela abarca o conjunto de condições de possibilidade do sentido proposicional (cf. CUSTER, 2006, p. 174; 2011, p. 68). Por isso, ela não pode ser uma “teoria”, ao menos contexto do sistema tractariano: ela não está entre aquilo que pode ser *dito* ou *descrito* através de proposições, mas entre aquilo que pode ser apenas *mostrado*. Contudo, para os nossos propósitos, o que mais importa é enfatizar que, enquanto conjunto de condições de possibilidade do sentido, a lógica deve necessariamente dizer respeito ao mundo, já que, no *Tractatus*, uma proposição tem um sentido porque ela representa uma situação do mundo: “Pode-se dizer sem rodeios: esta proposição representa tal e tal situação – ao invés de: esta proposição tem tal e tal sentido” (TLP 4.031b). Isso remete a algo já incidentalmente mencionado mais acima. Dissemos que relações lógicas entre proposições mostradas através das tautologias e contradições não são, no contexto do *Tractatus*, equivalentes a um cálculo vazio que não diz respeito a nada acerca do mundo. O

mesmo vale para a lógica do *Tractatus* tomada de modo geral. Tudo aquilo que está pressuposto na forma geral da proposição $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$, o “único sinal primitivo da lógica” (TLP 5.47), não pode ser equivalente a um conjunto de noções ou de regras vazias, sem qualquer relação com o mundo. Essas regras e noções devem ter sua contraparte no mundo - mais especificamente, vale repetir, nos aspectos essenciais e necessários do mundo. Daí a identificação da lógica a “uma imagem especular do mundo”.

Seja por qualquer tipo de influência, direta ou indireta, seja por mera coincidência, há paralelos relevantes entre a “lógica” do *Tractatus*, da qual lemos ser “transcendental”, e a chamada “lógica transcendental” de Kant. Lembremos que aquilo que diferencia o que Kant chama de “lógica geral pura” de sua “lógica transcendental” é o fato de a segunda lidar com as condições de possibilidade da “validade objetiva” das nossas representações, ou seja, da relação dessas representações a objetos distintos delas. A primeira, por sua vez, ocupa-se apenas com as formas lógicas *a priori* do entendimento, abstraindo-se de qualquer relação que este último possa ter com objetos. Seguindo a sugestão de Faggion, dissemos anteriormente que a lógica geral pura pode então ser comparada a um estudo *meramente* sintático, ao passo que a lógica transcendental é uma lógica de significados objetivos (cf. FAGGION, 2007, pp. 10,12). O paralelo com o *Tractatus* estaria então no fato de que a sua lógica “transcendental”, assim como a lógica transcendental kantiana, também nunca diz respeito a um conjunto de regras ou noções *meramente* sintáticas, mas, sim, de regras e noções que devem necessariamente ter uma contraparte na realidade. Além disso, em ambos os casos, esse paralelo entre lógica e realidade diz respeito sempre às propriedades *a priori* e necessárias da realidade, e não às suas propriedades contingentes.

Contudo, como explicamos anteriormente, em um contexto mais ou menos semelhante, não podemos superestimar aqui o alcance desses paralelos (cf. pp. 166-8). O que confere à lógica transcendental kantiana sua validade objetiva não é a vinculação das formas lógicas puras do entendimento – estudadas pela lógica geral pura – a um “mundo” ou “realidade”. Antes, sabemos que essa objetividade é garantida pela vinculação dessas formas lógicas à “sensibilidade”, uma noção completamente estranha ao *Tractatus*. Entretanto, como também alegamos na ocasião, há um importante sentido em que um paralelo entre os dois sistemas filosóficos pode ser mantido, uma vez que a sensibilidade desempenha um papel análogo àquele desempenhado pela noção de mundo ou realidade no *Tractatus*. Em ambos os casos, trata-se das noções responsáveis por indicar aquilo que, no interior desses dois sistemas filosóficos, é distinto e independente dos meios de que dispomos para representar a realidade. Lembremos que o entendimento kantiano, diferentemente de um suposto entendimento divino

ou “intuitivo”, não pode criar o próprio objeto quanto à sua existência (cf. CRP B 135). Antes, objetos devem ser *dados* ao entendimento e ao sujeito de modo geral, e, por isso, o entendimento deve “procurar” intuições na sensibilidade, que é um modo de intuição essencialmente receptivo (cf. CRP B 135); ou seja, um modo de intuição que “é dependente da existência do objeto e, por conseguinte, só possível na medida em que a capacidade de representação do sujeito é afetada por esse objeto” (CRP B 72). Sendo assim, podemos dizer que a lógica transcendental de Kant e a lógica do *Tractatus* têm em comum o fato de serem “transcendentais” justamente na medida em que se relacionam com aquilo que, em cada um desses sistemas filosóficos, figura como algo distinto e independente das nossas representações da realidade e dos meios de que dispomos para representar a realidade. No caso de Kant, esse “algo” consiste em um domínio de dados sensíveis, e, em última instância, nas “sensações”, que são o “efeito de um objeto sobre a capacidade representativa na medida em que por ele somos afetados” (CRP A 20/B 34). No *Tractatus*, esse “algo” é designado pelas noções de “mundo” e “realidade”, e isso independentemente de questões relativas ao debate entre as leituras denominadas realista e antirrealista. Ocorre que, de acordo com a segunda, as propriedades formais ou necessárias do mundo ou realidade não seriam independentes da forma ou sintaxe lógica linguagem: teríamos o que Ishiguro chama de chama de “sentido mais geral de realismo”, mas não um “realismo acerca da estrutura lógica” (1990, p. 21).

Feitas essas considerações, creio que temos paralelos suficientes para que as “lógicas transcendentais” de ambos os filósofos possam então ser comparadas e contrastadas. Nossa leitura de TLP 5.552-5.5521 indicou um modo específico pelo qual a relação entre a lógica do *Tractatus* e o “mundo”, o qual, por estar relacionado a ela, lhe confere o estatuto de “transcendental”, deve ser entendida. A lógica do *Tractatus* não é “anterior” ao mundo, ou, mais especificamente, ao “quê” desse mundo - suas propriedades essenciais e necessárias. Logo, não haveria como dizer que as propriedades essenciais e necessárias do mundo sejam *constituídas* pela lógica. Por isso, o que viemos denominando uma leitura antirrealista da obra cai por terra. E quanto à lógica transcendental de Kant? Por tudo o que vimos até aqui, podemos dizer que ela é “anterior” àquilo que dissemos desempenhar, no sistema kantiano, um papel análogo à noção de mundo ou realidade no *Tractatus*. Ou seja, a lógica transcendental de Kant é “anterior” àquilo que é distinto e independente dos meios de que dispomos para representar a realidade: o múltiplo de intuições empíricas dado na sensibilidade, e, em última instância, as sensações, que são o “efeito de um objeto sobre a capacidade representativa na medida em que por ele somos afetados” (CRP A 20/B 34). As

regras de síntese de intuições das quais se ocupa essa lógica são guiadas pelas categorias, e estas, por sua vez, são derivadas das formas lógicas dos juízos. Ou, nas palavras de Kant, categorias são “conceitos de um objeto em geral, por intermédio dos quais a intuição desse objeto se considera *determinada* em relação a uma das *funções lógicas* do juízo” (CRP B 128). As formas ou funções lógicas dos juízos têm sua origem *exclusivamente* no entendimento. Portanto, elas não se originam, dependem, pressupõem nem são derivadas de nada que nos seja dado na sensibilidade. Nesse sentido, podemos dizer, parafraseando TLP 5.552, que elas são “anteriores” ao múltiplo de intuições empíricas dado na sensibilidade, o qual constitui, no sistema kantiano, o que há de independente do sujeito e da sua capacidade de representação. Essa “anterioridade”, por sua vez, é o que, em última instância, caracteriza a Revolução Copernicana de Kant. É ela que nos permite, em princípio, dizer que o sujeito *impõe* ao múltiplo de intuições empíricas uma forma que não está presente nele quanto tomado por si mesmo. Uma vez que esse processo resulta na constituição da realidade empírica, podemos concluir, por fim, que essa “anterioridade é o que nos permite dizer que a realidade deve se “conformar” à capacidade de representação do sujeito (CRP B XVI-XVII), ou que a forma *a priori* dessa realidade – suas propriedades *a priori*, necessárias e imunes a quaisquer contingências – são *constituídas* pelo sujeito.

Se nossa análise estiver correta, o que é dito em TLP 5.552-5.521 implica que *não* temos um modelo análogo a este no *Tractatus*, e na seção anterior defendemos o que acreditamos ser uma importante *razão* pela qual ele não teria mesmo lugar em seu sistema. Formas lógicas, no *Tractatus*, são possibilidades de estruturas. Por conseguinte, elas são “inseparáveis” das partes constituintes de estruturas possíveis, ou, de seus respectivos “conteúdos”. Logo, não teria como dizer que elas são impostas a um domínio real “amorfo” que não as possui quando tomado por si mesmo sem, com isso, cortar qualquer possibilidade de vínculo da linguagem com esse domínio. Sendo assim, não resta outra alternativa senão, por assim dizer, ancorá-las nesse domínio real tomado por si mesmo, “ancoragem” esta que é caracterizada em TLP 5.552-5.5521 através da ideia de que a “lógica”, da qual as formas lógicas proposicionais elementares fazem parte, não é “anterior” ao (“quê” do) mundo.

Essa “não anterioridade” da lógica com relação ao mundo pode também ser caracterizada mediante a ideia, que utilizamos mais acima, de que os objetos são *dados* à (lógica da nossa) linguagem já, por assim dizer “prontos”¹³⁶. E, como notamos na ocasião,

¹³⁶ Afinal, vimos que a afirmação de que a lógica não é anterior ao mundo deve ser entendida como se aplicando, mais especificamente, à “substância” deste último, que é constituída, ou, consiste, em última instância, na

essa mesma ideia, por sua vez, acarreta uma concepção específica acerca do modo pelo qual o contato entre linguagem e realidade deve ser entendido no *Tractatus*, a saber: aquela que, seguindo a sugestão de Pears, viemos denominando “princípio da substituição”. Se os objetos são simplesmente “dados” à linguagem - e não, em nenhum sentido, “constituídos” por ela - tudo o que nos resta a fazer, mediante a linguagem, é correlacionar os “nomes” que a constituem a tais objetos que lhe são dados; isso, por sua vez, confirma o “princípio da substituição” de acordo com o qual o contato entre linguagem e realidade se dá, no *Tractatus*, fundamentalmente a partir de conexões que se estabelecem, ponto a ponto, entre os nomes e objetos. Contudo, não gostaríamos de encerrar o presente capítulo, e o presente trabalho, sem antes esclarecer que, embora estejamos assim notando que há uma estreita relação entre, de um lado, a “não anterioridade” da lógica e da linguagem com relação ao mundo e, do outro, o chamado “princípio da substituição” tal como concebido por Pears, não pretendemos necessariamente nos comprometer com o modo radical pelo qual este autor, se o leio corretamente, parece entender a referida “não anterioridade”. Tal modo mais radical aparece nas seguintes passagens, já citadas anteriormente:

No *Tractatus*, o início da linguagem é a nomeação dos objetos. Objetos estão colocados em uma rede [*grid*] fixa de estados de coisas possíveis, que não é de modo algum dependente de qualquer contribuição feita por nossas mentes. Esta rede permite certas opções no desenvolvimento da nossa gramática e sintaxe, mas, uma vez que nós exercemos aquelas opções, ela impõe as consequências a nós, com uma necessidade que não é da nossa criação (1987, p. 9).

A ideia é a de que em todas nossas operações com a linguagem nós estamos realmente seguindo em trilhos fixos estabelecidos na realidade mesmo antes de nós termos aparecido em cena. Anexe um nome a um objeto e a natureza intrínseca do objeto imediatamente assumirá controle completo e determinará o uso correto do nome em ocasiões posteriores. Estabeleça uma linguagem completa desta maneira e a rede fundamental irá inexoravelmente ditar a estrutura geral do sistema lógico (1987, p. 10).

A referência a um “*início*” da linguagem que se dá mediante a nomeação dos objetos e a “trilhos fixos estabelecidos na realidade mesmo *antes* de nós termos aparecido em cena” (itálico nosso) parece indicar que Pears entenderia a “não anterioridade” da lógica com relação ao mundo como acarretando, também, *a anterioridade do mundo com relação à lógica e à linguagem*, e isso em um sentido quase que temporal/cronológico. Oferecer uma interpretação satisfatória acerca de como a noção de “tempo” deve ser entendida no *Tractatus*

totalidade dos objetos – e não ao “como” do mundo, ou seja, às ligações contingentes desses objetos que são, ou não, o caso.

é certamente uma tarefa difícil e controversa que não caberá ser levada a cabo aqui. Contudo, seja qual for o modo correto de se entender tal noção, não me parece condizente com o sistema tractariano a ideia de que haja ou pudesse haver um determinado ponto no tempo no qual o (futuro) usuário da linguagem se encontrasse no mundo desprovido desta, para, *em um ponto subsequente a este*, dar “início” à linguagem mediante a nomeação de objetos. Ou, para não sermos dogmáticos em apresentar conclusões para as quais não iremos perseguir a devida fundamentação, creio que se pode dizer, no mínimo, que não há nada no interior da obra que nos permita lhe atribuir a ideia de uma anterioridade temporal desse tipo do mundo com relação à linguagem.

É verdade que um pouco mais acima alegamos que o aforismo seguinte àquele em que Wittgenstein afirma a “não anterioridade” da lógica com relação ao mundo sugere, ainda que indiretamente, que tal afirmação equivaleria à de que a lógica “pressupõe” ou “depende” do mundo, de que a lógica não “existiria” sem que “existisse o mundo. Isso parece indicar, ao menos, uma anterioridade *lógica* do mundo com relação à lógica e à linguagem, embora precisemos confessar que não estaríamos aptos a oferecer uma explicação satisfatória e precisa acerca de como entender esse tipo de anterioridade – em contraste com o que seria uma anterioridade “temporal/cronológica”.

Contudo, tendo em vista os objetivos deste trabalho, não creio que precisemos nos alongar sobre questões desse tipo. Para os nossos propósitos, a afirmação de que a lógica não é “anterior” ao mundo não precisa necessariamente ser tomada como implicando nada mais do que o sentido negativo que segue literal e trivialmente dela, ou seja: a lógica, no *Tractatus*, não é anterior ao mundo e deixamos simplesmente em aberto se isso significa também que o mundo, por outro lado, seria, sim, “anterior” à lógica. E isso porque esse sentido trivial e meramente negativo é o que basta para corroborar tudo o que pretendemos ter estabelecido com nosso argumento, apresentado neste capítulo, em favor de uma leitura realista do *Tractatus* o qual fora baseado em uma comparação entre as teorias kantiana e tractariana da representação - mais especificamente, entre suas respectivas concepções de forma lógica. Se a lógica não é “anterior” ao mundo, então não há nenhum sentido em que o mundo, em especial suas propriedades essenciais e necessárias, possa ser concebido, no *Tractatus*, como *constituído* pela (lógica da nossa) linguagem. Retomando a ideia utilizada logo acima, a relação entre representação e realidade é, no *Tractatus*, meramente uma relação “de substituição” - entre os constituintes últimos dos dois domínios (nomes e objetos) – e não,

como ocorre em Kant, uma relação, por assim dizer, “de constituição”¹³⁷. Isso, por sua vez, significa que o *Tractatus* não admite uma versão da chamada “Revolução Copernicana” de Kant e, pelos mesmos motivos, uma versão da leitura que viemos denominando “antirrealista”. Estabelecer essa conclusão à luz de uma comparação com ideias que são próprias à filosofia teórica de Kant era, como anunciamos desde o início, o objetivo do presente trabalho.

¹³⁷ Essa última observação remete, naturalmente, à oposição traçada por Loparic entre semânticas “construtivistas” e “realistas”, e à sua conclusão de que a semântica kantiana pertence ao primeiro tipo (cf. 2000, pp. XXV-XXVI). Nossa atribuição do chamado “princípio da substituição” ao *Tractatus* pode então ser formulada, justamente, mediante a ideia de que sua semântica é uma versão do segundo tipo, tal como este é caracterizado pelo autor (cf. pp. 183-6).

Conclusão

Com os resultados do último capítulo, a presente tese espera já ter cumprido o seu objetivo: realizar uma comparação entre os modos como as filosofias kantiana e tractariana desenvolvem suas respectivas concepções acerca da relação entre as noções de representação e de realidade. Mais especificamente, tratou-se de tentar demonstrar que, apesar dos importantes paralelos apontados entre essas duas concepções, elas se afastam no que diz respeito a um aspecto essencial: a relação entre representação e realidade não pode ser concebida no *Tractatus* como incorporando o princípio básico da chamada Revolução Copernicana de Kant. Com isso, além de contribuir para uma avaliação da real proximidade entre esses dois sistemas filosóficos, esperamos ter oferecido o que é, segundo meu conhecimento, uma defesa original de uma leitura “realista” do *Tractatus* em detrimento de uma leitura “antirrealista”, entendidas no sentido explicado ao longo de todo este trabalho. Essa pretensa originalidade se deve, sobretudo, às razões específicas que procuramos apresentar em favor das nossas conclusões: a explicação para o fato de uma “Revolução Copernicana” ser compatível no interior do sistema kantiano e incompatível no tractariano foi identificada em uma importante diferença entre as concepções kantiana e tractariana de forma lógica. Formas lógicas kantianas são “separáveis” de seus respectivos conteúdos, no sentido explicado anteriormente, ao passo que formas lógicas tractarianas *não* o são. *Por conta disso*, o sistema kantiano admite uma doutrina segundo a qual as propriedades essenciais e necessárias da realidade empírica pertenceriam a esta *apenas* na medida em que as formas lógicas oriundas dos meios de que dispomos para representá-la são *impostas* a um domínio que, tomado por si mesmo, não as possui; e, *também por conta disso*, o sistema tractariano não admite uma doutrina análoga, de modo que devemos rejeitar uma leitura “antirrealista” da obra em favor de uma leitura “realista”. Deste modo, mais do que refutar a posição deste ou daquele intérprete, esperamos ter contribuído, de modo geral, para a reflexão acerca do tema referente à articulação que é desenvolvida, no interior das filosofias kantiana e tractariana, entre as noções de “forma lógica” e “ontologia”.

Ao utilizar ideias kantianas para iluminar a filosofia tractariana, este trabalho procurou explorar o fato de que temas que não são explicitamente tratados no *Tractatus* são, sim, por outro lado, desenvolvidos por Kant. Naturalmente, temos em vista aqui questões referentes à natureza *específica* da relação entre representação e realidade representada, isto é, questões relacionadas à “dependência” ou “independência” da segunda com relação aos meios de que dispomos para representá-la. Tais questões são explícita e extensamente tratadas na *Crítica* e

nos demais escritos de Kant, e isso por razões relacionadas a especificidades e aos objetivos de seu projeto filosófico: sobretudo, sua intenção de estabelecer e sustentar o seu chamado “idealismo transcendental” e, de modo mais geral, aquilo que viemos denominando “princípio básico” de sua “Revolução Copernicana”, dos quais se pode dizer com justiça que constituem as marcas mais distintivas de sua filosofia teórica. Por outro lado, também por razões relacionadas às especificidades, objetivos e ao próprio estilo da obra, as mesmas questões *não* são atacadas de maneira direta no *Tractatus*. Ainda que o eixo central deste esteja em sua teoria da representação (linguística), e, por conseguinte, em suas teses acerca das condições de possibilidade relação entre nossas representações (linguísticas) e a realidade¹³⁸, não encontramos uma manifestação clara e precisa de qual seria a posição da *Tractatus* acerca das referidas questões sobre as quais Kant tanto se debruçou e das quais tratamos exaustivamente no presente trabalho; e isso, muito provavelmente, porque Wittgenstein não teria julgado que elas fossem diretamente relevantes para os problemas que motivaram suas investigações iniciais que culminaram na obra¹³⁹. Posto de outro modo, embora se trate de um debate tradicional e, a meu ver, relevante na literatura secundária do *Tractatus*, não encontramos neste último um tratamento direto e explícito dos temas referentes à disputa entre as chamadas leituras “realista” e “antirrealista”. Sendo assim, diríamos que a principal contribuição que procuramos ter oferecido mediante nossa comparação entre os sistemas kantiano e tractariano - na qual ideias que são próprias ao primeiro foram mobilizadas para lançar luz sobre o segundo - foi, justamente, preencher essa lacuna, já que Kant, longe de se manter em silêncio acerca dos temas e questões que nos interessam, organiza toda sua filosofia teórica em torno deles.

Por se tratar de sistemas filosóficos que pertencem a tradições (ao menos em alguma medida) distintas, e que, por conta disso, possuem pressupostos e trabalham com noções e conceitos igualmente distintos, estivemos cientes de que poderia ser levantada a suspeita de que a comparação entre eles proposta aqui não seria capaz de render os resultados frutíferos que estamos alegando; ou de que, na pior das hipóteses, poderíamos ser acusados de estar cometendo algum tipo de anacronismo. Como deve ter ficado claro até aqui, essa foi uma preocupação que tentamos não perder de vista em nenhum momento. Sem negar suas evidentes diferenças, procuramos demonstrar que há, no entanto, paralelos importantes entre os sistemas kantiano e tractariano, em especial aqueles que dizem respeito ao tema referente à

¹³⁸ As quais equivalem, no contexto da obra, às suas teses acerca das condições de possibilidade do sentido proposicional.

¹³⁹ Dos quais vale mencionar, especialmente, problemas referentes aos fundamentos da matemática e à natureza da necessidade lógica.

relação entre (forma) lógica e ontologia. Buscou-se então explorar tais paralelos e, através deles, traçar um quadro geral no interior do qual essas duas filosofias puderam receber uma abordagem que se propôs ser, ao menos em determinados aspectos, privilegiada em comparação com abordagens isoladas de cada uma delas. Se tal proposta foi ou não bem sucedida é algo que caberá, naturalmente, ao julgamento do leitor.

Referências

ALLISON, Henry. Causality and causal Law in Kant: A critique of Michael Friedman. In: _____. **Idealism and Freedom: essays on Kant's theoretical and practical philosophy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 80-91.

_____. **Custom and reason in Hume: A Kantian reading of the first book of the Treatise.** Oxford, New York: Oxford University Press, 2008.

_____. Is the *Critique of Judgment* "Post-Critical?". In: _____. **Essays on Kant.** Oxford: Oxford University Press, 2012a. p. 165-176

_____. **Kant's transcendental idealism: and interpretation and defense.** New Haven and London: Yale University Press, 1983.

_____. **Kant's transcendental idealism: and interpretation and defense.** Revised and Enlarged Edition. New Haven and London: Yale University Press, 2004.

_____. Reflective judgment and the application of logic to nature: Kant's deduction of the principle of purposiveness as an answer to Hume. In: _____. **Essays on Kant.** Oxford: Oxford University Press, 2012b. p. 177-188.

_____. The *Critique of Judgment* as a "True Apology" for Leibniz. In: _____. **Essays on Kant.** Oxford: Oxford University Press, 2012c. p. 189-200.

_____. The originality of Kant's distinction between analytic and synthetic judgments. In: CHADWICK, R.; CAZEAUX (Ed). **Immanuel Kant: Critical assessments.** London, New York: Routledge, 1992. v. II. p. 324-346.

_____. Transcendental Affinity – Kant's Answer to Hume. In: BECK, L. W. (Ed.). **Proceedings of the Third International Kant Congress.** Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1972. pp. 203-11.

ALMEIDA, Guido Antônio. Consciência de si e conhecimento objetivo na "Dedução Transcendental" da "Crítica da Razão Pura". **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 187-219, 1993. Disponível em: <<https://revistas.ufjf.br/index.php/analytica/article/view/641>>. Acesso em: 24/07/2018.

_____. Kant e o “Escândalo da Filosofia”. In: PEREZ, D. O. (Org.). **Kant no Brasil**. São Paulo: Escuta, 2005, p. 137-66.

ALTMANN, S. A lógica e sua aplicação – a antecipação das formas das proposições elementares no *Tractatus* de Wittgenstein. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 109-145, 1999. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/441>>. Acesso em: 24/07/2018.

_____. Algumas observações sobre forma lógica e constituição e constituição do conteúdo do juízo em Kant. In: ÉVORA, F.; FARIA, P.; LOPARIC, A.; SANTOS, L. H. L.; ZINGANO, M. (Org.). **Lógica e ontologia: ensaios em homenagem a Balthazar Barbosa Filho**. São Paulo: Discurso editorial, 2004. p. 27-50.

_____. Lógica geral e lógica transcendental. In: KLEIN, J. (Org.). **Comentário às obras de Kant: Crítica da Razão Pura**. Florianópolis: Nefipo, 2012. p. 179-226.

_____. Kant e a quantidade como categoria do entendimento puro. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, v. 17, n. 1, Série 3, p. 31-43, 2007. Disponível em: <<https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/cadernos/article/view/581>>. Acesso em: 24/07/2018.

ANSCOMBE, G. E. M. **An Introduction to Wittgenstein's Tractatus**. 2nd ed. New York: Harper & Row, 1965.

BOGEN, J. Professor Black's Companion to the Tractatus. **The Philosophical Review**, v. 78, n. 3, p. 374-382, July 1969.

BRANDT, R. **The Table of Judgments: Critique of Pure Reason** A 67-76; B 92-101. Translated and edited by Eric Watkins. Atascadero, California: Ridgeview Company, 1995.

BLACK, M. **A Companion to Wittgenstein's 'Tractatus'**. New York: Cornell University Press, 1970.

CUTER, J. V. G. **A teoria da Figuração e a Teoria dos Tipos: O Tractatus no contexto do projeto logicista**. 1993. 209 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Como negar um nome. **Philosophos**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 33-62, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/philosophos/article/view/8924>>. Acesso em: 24/07/2018.

_____. Por que o *Tractatus* necessita de um Sujeito Transcendental? **doisPontos**, Curitiba, São Carlos, vol. 3, n. 1, p.171-192, abr. 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/doisPontos/article/view/5160/3883>> . Acesso em: 24/07/2018.

_____. Três tipos de Necessidade Lógica. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, v. 18, n. 1, Série 3, p. 197-210, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/cadernos/article/view/575>>. Acesso em: 24/07/2018.

_____. **Wittgenstein: Misticismo e lógica**. 2011. 158 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ENGELMANN, M. L., **Wittgenstein's Philosophical Development: Phenomenology, Grammar, Method, and the Anthropological View**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

FAGGION, A. **Dedução Transcendental e Esquematismo Transcendental: O problema da possibilidade e da necessidade da constituição de objetos em Kant**. 2007. 328 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281072>>. Acesso em 19/07/2018.

_____. “Eu julgo sobre muita coisa que eu não decido”: O problema da objetividade dos juízos em Kant. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 65-94, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/552>>. Acesso em: 24/07/2018.

_____. O problema da causalidade à luz do naturalismo de Hume e do Criticismo de Kant. In: KLEIN, J. (Org.). **Comentário às obras de Kant: Crítica da Razão Pura**. Florianópolis: Nefipo, 2012. p. 343-413.

FREDE, M.; KRÜGER, L. Über die Zuordnung der Quantitäten des Urteils und der Kategorien der Grösse bei Kant. **Kant Studien**, v. 61, p. 28-49, 1970.

FREGE, G. Sobre o Conceito e o Objeto. In:_____. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Seleção, introdução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 87-103.

FOGELIN, R. J. **Wittgenstein**. 2nd ed. Londres: Routledge, 1987.

FONSECA, R. D. **O território do conceito:** Lógica e estrutura conceitual na filosofia crítica de Kant. 2010. 158 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/28201>>. Acesso em 19/07/2018.

FRIEDMAN, Michael. Causal laws and the foundations of natural Science. In: GUYER, P. (Org.). **The Cambridge companion to Kant**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 161-199.

GARVER, N. The Metaphysics of the *Tractatus*. In: _____. **This Complicated Form of Life:** Essays on Wittgenstein. Chicago: Open Court, 1994. p. 89-110.

GLOCK, H.-J. Cambridge, Jena or Vienna? The roots of the *Tractatus*. **Ratio**, v. 5, issue 1, p. 1-23, June 1992.

_____. Kant and Wittgenstein: philosophy, necessity and representation. **International Journal of Philosophical Studies**, v. 5, 2, p. 285-305, 1997.

_____. Schopenhauer and Wittgenstein: Language as Representation and Will. In: JANAWAY, C. (Ed.). **The Cambridge Companion to Schopenhauer**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 422-458.

GUYER, P. **Kant and the claims of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. **Knowledge, reason and taste:** Kant's response to Hume. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.

HACKER, P. M. S. **Insight and Illusion:** Revised edition. New York: Oxford University Press, 1986.

HANNA, R. **Kant and the Foundations of Analytic Philosophy**. New York: Clarendon Press, 2001.

_____. **Kant, science and human nature**. Oxford: Clarendon Press, 2006.

HUME, D. *A Treatise of Human Nature*. Volume 1. Edited by David Fate Norton and Mary J. Norton. Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.** Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Tratado da Natureza Humana.* Tradução de Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ISHIGURO, H. Can the world impose logical structure on language?. In: HALLER, R.; BRANDL, J. (Ed.). **Wittgenstein: eine Neubewertung.** Viena: Springer-Verlag, 1990. p. 21-34.

_____. The So-called Picture Theory: Language and the World, In: GLOCK, H. J. (Ed.). **Wittgenstein: A Critical Reader.** Blackwell, Oxford, 2001. p. 26-46 .

_____. Use and Reference of Names. In: WINCH, P. (Org.). **Studies in the Philosophy of Wittgenstein.** New York: Routledge, 1969. p. 20-50.

_____. Wittgenstein and the Theory of Types. In: BLOCK, I. (Org.). **Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein.** Cambridge, Massachusetts: M.I.T. Press, 1983. p. 43-59.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do juízo.** 2a ed. Tradução de Valerio Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Crítica da razão pura.** 5a ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **Critique of pure reason.** Translated and edited by Paul Guyer and Allen W. Wood. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. **Critique of the power of judgment.** Edited by Paul Guyer. Translated by Paul Guyer and Eric Matthews. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. **Kritik der Reinen Vernunft.** Philosophische Bibliothek Band 37 a. Hamburg: Felix Meiner, 1956.

_____. **Metaphysical Foundations of Natural Science.** Translated and edited by Michael Friedman. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. The Jäsche logic. In: _____. **Lectures on Logic**. Translated and edited by J. Michael Young. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 519-640.

KEMP SMITH, N. **A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason**. London: Palgrave Mcmillan, 1918.

LONGUENESSE, Beatrice. **Hegel's critique of metaphysics**. Translated by Nicole J. Simek. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. **Kant and the capacity to judge: sensibility and discursivity in the transcendental analytic of the Critique of pure reason**. Translated by Charles T. Wolfe. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998.

_____. **Kant on the human standpoint**. New York: Cambridge University Press, 2005.

LOPARIC, Z. **A Semântica Transcendental de Kant**. Campinas : UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2000.

MALCOLM, N. **Nothing is Hidden: Wittgenstein's Criticism of His Early Thought**. Oxford: Blackwell, 1986.

MARQUES, J. O. A. **Forma e Representação no Tractatus de Wittgenstein**. 1998. 217 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280745>>. Acesso em 19/07/2018.

McGUINN, M. **Elucidating the Tractatus: Wittgenstein's Early Philosophy of Logic and Language**. New York: Oxford University Press, 2006.

McGUINNESS, B. F. Language and Reality. In: _____. **Approaches to Wittgenstein**. London: Routledge, 2002. p. 95–102.

_____. The So-called Realism of the *Tractatus*. In: BLOCK, I. (Org.). **Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein**. Cambridge, Massachusetts: M.I.T. Press, 1983. p. 60 – 73.

PEARS, D. F. **The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy, Volume One**. New York: Oxford University Press, 2004.

RHEES, R. Ontology and Identity in the *Tractatus*, In: WINCH, P. (Org.). **Studies in the Philosophy of Wittgenstein**. New York: Routledge, 1969. p. 51-65.

ROSENBERG, J. F. **Accessing Kant**: A Relaxed Introduction to the Critique of Pure Reason. Oxford: Clarendon Press, 2005.

RUSSELL, B. On Denoting. **Mind**, v. 14, n. 56, p. 479-93, Oct. 1905.

SANTOS, L.H.L. A Essência da proposição e a essência do Mundo, In: **Tractatus Logico-Philosophicus**. 3a ed. Tradução, Apresentação e Ensaio Introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2001. p. 11-112.

STENIUS, E. **Wittgenstein's Tractatus**: A Critical Exposition of its Main Lines of Thought. New York: Cornell University Press, 1964.

THOMPSON, M. Unity, Plurality and Totality as Categories. **The Monist**, v. 72, n. 2, p. 168-189, 1989.

WESTPHAL, Kenneth. **Kant's transcendental proof of realism**. New York: Cambridge University Press, 2004.

WINCH, P. Language, Thought and World in Wittgenstein's *Tractatus*. In: _____. **Trying to Make Sense**. Oxford: Blackwell, 1987. p. 37-37.

WITTGENSTEIN, L. **Notebooks, 1914 - 1916**. Edited by G. W. von Wright and G. E. M. Anscombe with an English translation by G. E. M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

_____. **Philosophical Remarks**. Edited from his posthumous writings by Rush Rhees and translated into English by Raymond Hargreaves and Roger White. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução, Apresentação e Ensaio Introdutório de Luiz Henrique Lopes. 3a ed. São Paulo: Edusp, 2001.

WOLFF, R. P. **Kant's Theory of Mental Activity**: A Commentary on the Transcendental Analytic of the *Critique of Pure Reason*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1963.

YOKOYAMA, F. S. **A noção de ‘realidade’ no *Tractatus* de Wittgenstein**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279658>>. Acesso em 19/07/2018.

_____. Leis causais empíricas na Segunda Analogia e a suposta dependência de uma “harmonia pré-estabelecida”. **Studia Kantiana**, v. 13, n. 19, p. 63-88, 2015.

_____. Observações críticas acerca da prova kantiana da objetividade das representações na Dedução Transcendental das Categorias. **Studia Kantiana**, v. 16, n. 1, p. 25-51, 2018.

APÊNDICE – Avaliação e resposta a uma possível objeção¹⁴⁰

Embora, pelas razões apontadas na Conclusão, tenhamos, com os resultados do Capítulo 5, cumprido o objetivo da presente tese, este Apêndice procurará explicar e afastar uma possível objeção a uma etapa fundamental de toda a nossa linha argumentativa. Esta última tentou estabelecer, antes de qualquer coisa, que o fato de as formas lógicas kantianas serem “separáveis” de seu conteúdo é fundamental para a viabilidade da teoria kantiana da representação no que diz respeito à Revolução Copernicana por ela promovida. Mas, sendo assim, nossa linha argumentativa estaria, no mínimo, seriamente abalada caso fosse mostrado que esse “fato” acerca das formas lógicas kantianas *não* é capaz de garantir tal viabilidade. A Revolução Copernicana de Kant foi caracterizada aqui como uma concepção segundo a qual o isomorfismo entre as formas lógicas *a priori* oriundas das nossas faculdades cognitivas e as propriedades essenciais da realidade empírica seria um isomorfismo *constituído* pelo sujeito, isto é, um isomorfismo que existe *apenas* na medida que suas faculdades cognitivas introduzem no conteúdo *a posteriori* da experiência uma ordenação que ele *não* possui quando tomado *por si mesmo*. Pois bem, uma possível objeção à nossa linha argumentativa, que será explorada a seguir, diria que, *apesar do fato de as formas lógicas kantianas serem “separáveis” de seu conteúdo*, a articulação entre elas e o conteúdo *a posteriori* da experiência só seria possível caso este último seja *por si mesmo* isomórfico a tais formas lógicas. Em outras palavras, o “isomorfismo” entre formas lógicas e as propriedades essenciais da realidade empírica *não* seria um isomorfismo *gerado* ou *produzido* pelo próprio sujeito - o que, evidentemente, vai totalmente contra o modo pelo qual a teoria kantiana de representação foi caracterizada na presente tese, especialmente no que importou à nossa comparação entre ela e o *Tractatus*.

A posição que está embutida nessa possível objeção não foi, até aqui, reconhecida por nós como um problema real a ser afastado. No entanto, por razões a serem apresentadas a seguir, creio que não é implausível que ela venha a ser conjecturada e, eventualmente, endossada por um leitor familiarizado com a filosofia teórica de Kant, especialmente no que diz respeito aos problemas tratados nas chamadas “Analogias da Experiência”. Na verdade, tal posição está, de certa maneira, presente na análise de alguns intérpretes, ainda que,

¹⁴⁰ Trechos essenciais para o argumento a ser desenvolvido neste Apêndice foram extraídos de um artigo de minha autoria publicado na revista *Studia Kantiana*, intitulado “Leis causais empíricas na Segunda Analogia e a suposta dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” (cf. YOKOYAMA, 2015). Temas relacionados ao conjunto de problemas a serem abordados neste mesmo Apêndice foram tratados em um artigo, também de minha autoria, intitulado “Observações críticas acerca da prova kantiana da objetividade das representações na Dedução Transcendental das Categorias”, publicado na mesma revista (cf. YOKOYAMA, 2018).

obviamente, formulada em outros termos. Sendo assim, por se tratar de um tema que diz respeito a um ponto essencial para todo o projeto levado a cabo ao longo da presente tese, é razoável que se espere que esta última inclua um tratamento satisfatório acerca dele. Esse será o objetivo deste Apêndice.

1 Introdução ao problema

Uma versão dessa possível objeção à nossa linha argumentativa está presente, em alguma medida, no trabalho de Paul Guyer, mais especificamente no contexto de sua análise comparativa entre o tratamento dado por Kant e por Hume ao conceito e ao princípio de causalidade. Por ser, portanto, um exemplo efetivo da posição que estaremos querendo afastar, o trabalho desse autor poderá ser utilizado como um excelente ponto de referência para o desenvolvimento da nossa própria posição. Pesa também em favor dessa escolha o fato de que, como é bem conhecido, as divergências de Kant com relação à teoria humeana da causalidade foram um fator decisivo para a própria gênese da *Crítica*, de modo que a contraposição entre os tratamentos dados pelos dois filósofos à noção de causa se mostra usualmente frutífera e esclarecedora. Creio que não será diferente no presente caso.

A posição que estaremos querendo afastar aparece na análise de Guyer na forma da alegação de que a conformidade dos aparecimentos à categoria e ao princípio de causalidade dependeria, no interior do sistema kantiano, de uma feliz “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas de pensamento e o curso *a posteriori* da natureza (cf. GUYER, 2008, pp. 104-7). O termo “harmonia pré-estabelecida” é uma referência à *Investigação sobre o entendimento humano*, de Hume. Como é bem conhecido, Hume sustentou que nossas inferências causais, assim como o próprio conceito de causa, estão baseados na experiência de “conjunções constantes” entre tipos de objetos que (em virtude desse tipo de experiência) tomamos como causa e efeito um do outro (cf., THN 1.3.6, 3)¹⁴¹. Todavia, ele também reconheceu que esse tipo de experiência não é capaz, *por si só*, de explicar a nossa crença em relações causais. Mais especificamente, esse tipo de experiência não pode explicar a nossa crença acerca da realidade da ideia de “conexão necessária” que, constata Hume, é um

¹⁴¹ A abreviatura “THN” indica referência ao *Tratado da Natureza Humana* (*Treatise of Human Nature*), de Hume, e é seguida do número do livro, parte, seção e parágrafo. A tradução utilizada está indicada nas Referências. Optamos nessa etapa por esboçar um diálogo entre Kant e Hume a partir do texto do *Tratado*, embora seja sabido que o acesso de Kant a esta obra teria sido limitado. Seu contato com a filosofia de Hume teria se dado, em sua maior parte, através da *Investigação sobre o entendimento humano* (cf. GUYER, 2008, pp. 5-6). Todavia, embora não possamos nos estender sobre o tema, creio ser correto dizer que os aspectos da filosofia humeana que serão relevantes para o que se segue são, de uma maneira ou de outra, desenvolvidos também na *Investigação*.

componente essencial da própria ideia de causa – ao lado das ideias de “contiguidade” e de “prioridade temporal” da causa em relação ao efeito (cf. THN 1.3.2, 9-12). Assim como a experiência de uma única sequência de objetos não contém a impressão de uma conexão necessária entre eles, tal impressão tampouco é encontrada na experiência de uma conjunção constante entre objetos de um mesmo tipo (cf. THN 1.3.2, 12; THN 1.3.6, 3-4). A conhecida solução de Hume, que constitui a marca distintiva de sua teoria da causalidade, será localizar a origem da ideia de “conexão necessária” e o fundamento de nossas inferências causais, que não puderam ser encontrados nos objetos externos, em nossas propensões psicológicas: se, por um lado, a experiência da conjunção constante entre determinados tipos de objetos não pode “produzir *no objeto* qualquer qualidade nova que possa ser o modelo desta ideia [de conexão necessária]”, por outro lado nós, em virtude desse tipo de experiência, “sentimos imediatamente uma determinação da mente para passar de um objeto para o seu acompanhante habitual” (THN 1.3.14, 20). Essa propensão *interna* da mente seria então, posteriormente, projetada sobre os próprios objetos *externos*, devido à sua propensão adicional “para se expandir sobre os objetos exteriores e conjugar com estes objetos as impressões interiores que eles provocam” (THN 1.3.14, 25).

Essa não pode, evidentemente, ser considerada uma exposição satisfatória acerca da doutrina humeana da causalidade. Para os nossos atuais propósitos, bastam, porém, as seguintes considerações acerca de por que Kant não poderia ficar satisfeito com ela. Em primeiro lugar, um conceito (ou “ideia”) de causa fundado em propensões empíricas ou psicológicas não poderia ser considerado um conceito *objetivo* do ponto de vista da concepção kantiana de objetividade. Como já explicado no presente trabalho, ligações de representações fundadas unicamente em regras empíricas de associação, como aquelas às quais Hume recorre, teriam, para Kant, uma validade meramente subjetiva. Apenas ligações de representações fundadas em conceitos *a priori* podem, segundo sua concepção de objetividade, conferir a elas relação a um objeto (cf. CRP B 4-5, 127). Haveria, porém, um segundo motivo para a insatisfação de Kant diante da doutrina humeana que é mais relevante para os nossos atuais propósitos. Segue-se inevitavelmente dessa doutrina que tanto a origem quanto o (posterior) emprego do conceito de causa estariam na dependência de uma espécie de coincidência entre, de um lado, a regularidade dos fenômenos eventualmente observados e, do outro, os mecanismos psicológicos da mente desencadeados em virtude de tal processo, os quais produzem crenças em relações causais. É a essa coincidência que Hume, nas *Investigações*, se refere, muito provavelmente de modo irônico, como consistindo em “uma espécie de harmonia pré-estabelecida entre o curso da natureza e a sucessão de nossas ideias”

(HUME, 2004, p. 88). O essencial a ser observado é que no interior do sistema humeano tal “coincidência” ou “harmonia pré-estabelecida” só pode ser algo completamente contingente. Não há, no seu sistema, nada que garanta que a natureza necessariamente apresente uma regularidade que venha a desencadear as propensões psicológicas que produzem nossas crenças em relações causais; tampouco há qualquer garantia de que, caso isso eventualmente ocorra, tal regularidade deva continuar a vigorar no futuro de modo a confirmar essas mesmas crenças. Segundo Guyer, um dos principais objetivos de Kant na *Crítica* consiste, justamente, em oferecer uma doutrina na qual esse tipo de contingência esteja eliminada:

[...] enquanto Hume está basicamente satisfeito em assumir uma harmonia pré-estabelecida e o curso da natureza a fim de explicar nosso sucesso em inferências causais, Kant acha que nós devemos ser capazes de afirmar uma conexão necessária entre pensamento e natureza, e que apenas sua própria doutrina do idealismo transcendental pode nos permitir fazer isso (2008, p. 98).

Seguindo uma tradicional linha interpretativa, o autor defende que a tarefa de provar que deve haver tal “conexão necessária” é levada a cabo na Dedução Transcendental. Examinemos brevemente a análise que ele faz do tema.

Em seu *Kant and the Claims of Knowledge*, de 1987, Guyer defende que a Dedução Transcendental, em ambas as suas versões, contém diversas linhas de argumentação relativamente independentes umas das outras. (cf. pp. 85-6). Sem a intenção de entrar nos méritos desta afirmação, cabe observar que uma delas parece dominar a avaliação que o autor faz de algumas das teses centrais da *Crítica*. Kant, na Dedução, partiria da premissa de que o sujeito cognoscente tem uma certeza *a priori* de que todos os seus estados mentais devem necessariamente poder ser representados como estados de um eu idêntico (1987, p. 135). O próximo passo seria argumentar que essa posse coletiva de representações pressupõe uma *síntese* destas últimas. Com isso, ficaria estabelecido o chamado princípio da unidade sintética da apercepção (cf., especialmente, CRP A 113-4, 116-8, 121-3; B 131-5). Partindo da necessidade de que a auto-atribuição de estados mentais por parte de uma consciência única seja possível, Kant concluiria que a síntese de representações da qual essa auto-atribuição depende deve também ser necessariamente possível, independentemente do conteúdo particular das representações sintetizadas. Em outras palavras, tratar-se-ia de uma síntese transcendental *a priori*, que, enquanto tal, deve ser guiada por regras igualmente *a priori*. Como diz o autor: “A unidade de todas as representações em uma consciência que é independente de seu conteúdo empírico tem de estar fundada em uma síntese que é

igualmente independente de condições meramente empíricas” (1987, p. 135). Tais regras *a priori* que guiam essa síntese estariam fundadas justamente nas categorias, de modo que Kant, a partir desse argumento, teria provado a validade objetiva destas enquanto condições necessárias da identidade da autoconsciência¹⁴².

Ao longo de todo o seu livro, Guyer insiste que uma linha de argumentação desse tipo está relacionada com aquele elemento da filosofia kantiana sobre o qual mais insistimos no presente trabalho, isto é: sua doutrina segundo a qual os objetos de cognição são *constituídos* pelo sujeito por meio de regras *a priori* de síntese *impostas* ao múltiplo sensível (cf., por exemplo, 1987, pp. 53-6, 131-49, 379-83). Se tenho uma certeza *a priori* acerca da identidade da autoconsciência com relação às minhas diversas representações, então devo ter uma certeza *a priori* de que deve existir uma conformidade entre, de um lado, as regras de síntese que tornam a apercepção possível e, do outro, as representações a serem sintetizadas, qualquer que seja o conteúdo particular destas últimas. Mas isso, por sua vez, só pode estar garantido se as condições que possibilitam a autoconsciência puderem ser *impostas* sobre estas representações, independentemente de seu conteúdo particular. Como diz Guyer: “Apenas se nós estivermos certos de nós podemos impor as condições necessárias para a apercepção a quaisquer experiências possíveis nós podemos estar certos de que a apercepção será possível” (1987, p. 132). Sendo os objetos de cognição concebidos como o produto da aplicação de regras *a priori impostas*, como diria o autor, a um “material maleável ou amórfico” (1987, p. 55), temos assim o princípio básico da Revolução Copernicana de Kant, isto é, uma doutrina segundo a qual tais objetos, e a natureza de modo geral, são *constituídos* pelo sujeito cognoscente.

A crítica de Guyer nessa obra se limita a apontar que o argumento de Kant exclui, injustificadamente, a alternativa de que a necessidade de que o múltiplo sensível se conforme às condições da unidade da autoconsciência seja apenas uma *necessidade condicional*. Isto é, diríamos apenas que, necessariamente, a unidade da apercepção é possível *apenas se* os objetos da experiência, *por uma questão de fato*, se conformarem às condições requeridas pela unidade da autoconsciência (cf. 1987, p. 55). Segundo Guyer, essa necessidade condicional, que deixaria a conformidade dos aparecimentos às nossas formas de síntese como algo *contingente*, é o máximo que Kant poderia julgar ter estabelecido (cf. 1987, pp. 379-383). Nesse modelo, as propriedades e relações entre objetos que possibilitam sua unificação em uma autoconsciência não seriam o resultado de regras *impostas* pela mente, mas, sim,

¹⁴² Como exemplo de passagens que indicam a presença dessa linha argumentativa, Guyer cita CRP, A 116-18 e CRP, B 134.

propriedades e relações que vigoram entre os objetos independentemente do sujeito. Como diz o autor:

Na concepção condicional acerca da necessidade das regras de pensamento, é possível pensar que nós podemos saber (...) como os objetos devem ser para nós termos experiência deles, mas não que nós tenhamos algum poder para fazer com que os objetos sejam assim, isto é, para fazer a experiência possível (1987, p. 55).

Enquanto em 1987 a crítica de Guyer se limita a apontar que tal modelo seria tudo o que Kant estaria *justificado* a propor, em um trabalho mais recente o autor alegará, mais do que isso, que este é o único modelo *coerente* com sistema filosófico kantiano. É nesse trabalho que sua posição será formulada, em referência a Hume, mediante a alegação de que a conformidade dos aparecimentos às categorias tem de ser concebida, no interior do sistema kantiano, como estando na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas de pensamento e o curso da experiência. Em outras palavras, sua alegação é a de que Kant, por razões internas a seu sistema, não está em posição de tornar a conformidade dos aparecimentos às categorias – em especial a de causa - algo necessário, e não, como ocorre na doutrina humeana, um fato bruto e contingente. Guyer aponta que o modelo kantiano segundo o qual a mente *impõe* suas formas de síntese aos aparecimentos está essencialmente ligado ao seu idealismo transcendental, e tem, na Estética Transcendental, sua contraparte na doutrina de que o espaço e o tempo são formas puras da intuição que a mente “impõe” aos aparecimentos dos objetos (2008, p. 105). Contudo, como viemos insistindo ao longo de todo o presente trabalho, o autor também não deixa de apontar que o idealismo transcendental de Kant diz respeito apenas à *forma a priori* dos objetos, ao passo que a *existência* destes não seria de modo algum dependente do sujeito (2008, p. 106). Porém, Guyer alega que, no interior do sistema kantiano, relações causais empíricas particulares entre eventos dizem respeito justamente à existência dos objetos (2008, p. 106). Creio que ponto central de sua crítica pode então ser sumariado da seguinte maneira: pelos próprios princípios do idealismo transcendental segundo os quais o sujeito é responsável apenas pela *forma* dos objetos, leis causais empíricas particulares, cuja existência não depende do sujeito, não podem ser *impostas* aos aparecimentos. Por conseguinte, mesmo admitindo que causa e efeito são conceitos *a priori*, continuaríamos na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” entre esses conceitos e o curso da natureza, no que diz respeito aos seus elementos empíricos dados *a posteriori*: “[...] o idealismo transcendental não é capaz de tornar nossa descoberta de leis causais particulares necessária ao invés de contingente, ou de superar a suposição de Hume de

que nosso conhecimento de leis causais particulares se deve a uma feliz harmonia pré-estabelecida” (2008, p. 107).

Antes de explorarmos de que maneira tais conclusões se relacionam com os resultados centrais da presente tese, creio que será útil examinarmos brevemente a análise de desenvolvida de Kenneth Westphal, que apresenta uma crítica semelhante dirigida, porém, à noção mais geral de “afinidade transcendental”. Embora não a tenhamos introduzido explicitamente até aqui, essa noção diz respeito a um tema que esteve presente ao longo de todo este trabalho: “afinidade transcendental” é o nome que Kant dá, na Dedução A, à ordenação que a síntese transcendental da imaginação, guiada pelas categorias, *impõe* ao múltiplo sensível (cf. CRP A 113-4, 122). Pois bem, assim como fizemos aqui, Westphal enfatiza que é essencial para o idealismo transcendental kantiano a ideia de que a *matéria* dos aparecimentos deve ser dada *a posteriori* e ter uma fonte independente do sujeito (2004, pp. 110-1). Do contrário, esse idealismo seria um “idealismo irrestrito” no qual o sujeito seria responsável por todos os aspectos de sua experiência. A crítica de Westphal se concentra então na alegação de que a noção de “afinidade transcendental”, por implicar, segundo ele, em certas regularidades que devem existir entre os fenômenos para que eles sejam associáveis entre si, só pode dizer respeito a certas características específicas do *conteúdo* desses fenômenos. Portanto, exigir que a afinidade seja um produto de atividades *subjetivas*, como quer Kant, seria o mesmo que fazer com que o sujeito seja responsável por gerar não apenas a forma, mas também parte da *matéria* da experiência (cf. 2004, p. 112-3).

Essa consequência seria, porém, inaceitável. Para não sermos levados a um idealismo irrestrito segundo o qual o sujeito é responsável por todos os aspectos de sua experiência, Westphal sustenta que devemos recusar a ideia defendida por Kant de que a afinidade dos aparecimentos possa ou deva ser concebida, no interior de seu sistema, como algo *construído* por operações subjetivas. Tais operações poderiam apenas *reconstruir* uma ordem que de algum modo *já* estaria presente naquilo que *dado* na sensibilidade: “Eu sustento que, pelos próprios princípios de Kant, a afinidade transcendental do múltiplo da intuição sensível pode apenas ser *reconstruída*, mas não *construída*, pela síntese intelectual do entendimento. Kant explicitamente alega e defende o contrário [*otherwise*]” (WESTPHAL, 2004, p. 91). Assim como Guyer, Westphal conclui que isso tornaria a necessidade da conformidade dos aparecimentos às nossas formas de síntese uma necessidade *condicional* (2004, p. 115). E, embora ele não utilize o termo, penso que sua posição também pode ser formulada por meio da ideia de que essa conformidade estaria na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida”, no sentido explicado acima: ela dependeria de uma correspondência

contingente entre nossas formas de síntese e a ordenação dos aparecimentos que nos são dados *a posteriori*, sendo que essa ordenação não poderia, portanto, ser “gerada”, “introduzida” ou “imposta” pelo sujeito cognoscente (cf. 2004, p. 115).

As posições defendidas por esses autores vão totalmente contra certos pressupostos e teses essenciais que estiveram presentes neste trabalho. Como esperamos esclarecer melhor no que se segue, a ideia de que o sistema kantiano está na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso (*a posteriori*) da experiência consiste, em última instância, na alegação de que a conformidade dos objetos às categorias exige que os segundos sejam concebidos como possuindo *por si mesmos* uma ordenação que seja conforme às primeiras. Não poderíamos dizer, portanto, que, no interior do sistema kantiano, as propriedades essenciais da realidade empírica refletidas nas categorias são *geradas* pelo sujeito na medida em que este *impõe* a múltiplo de representações sensíveis “material maleável ou amórfico” (GUYER, 1987, p. 55) uma forma que ele *não* possui quando tomado por si mesmo. Em suma, a análise desses autores está, ao fim e ao cabo, recusando a viabilidade do princípio básico da Revolução Copernicana de Kant, ao menos segundo o modo como esta foi caracterizada aqui. Defendemos no capítulo anterior que o fato de as formas lógicas kantianas refletidas nas categorias serem “separáveis” de seus respectivos conteúdos poderia garantir essa viabilidade. A análise de Guyer e Westphal, se corretas, mostrariam que isso não é o caso. Algumas das razões para isso foram indicadas acima. Relações causais empíricas particulares, diria Guyer, dizem respeito à *existência* dos objetos nelas envolvidos; ou, como diria Westphal, a ordenação dos aparecimentos refletida nas categorias tomadas de modo geral – sua “afinidade transcendental” – diz respeito a características específicas do *conteúdo empírico* desses aparecimentos. Portanto, já que Kant não pode sustentar que a “existência” ou o “conteúdo” dos aparecimentos são gerados ou produzidos pelo sujeito, ele teria que conceder que as propriedades estruturais da natureza refletidas seja no conceito de causa ou nas categorias de modo geral têm de ser concebidas como *dadas* ao sujeito *independentemente* dele.

Por afetarem de maneira direta os resultados centrais que esperamos ter obtido na presente tese, precisamos mostrar que essas críticas à doutrina kantiana não procedem. No que diz respeito ao nosso tema, precisamos mostrar, mais especificamente, que o fato de as formas lógicas kantianas serem “separáveis” de seus respectivos conteúdos possibilita, sim, que a articulação entre, de um lado, nossas formas *a priori* de síntese e, do outro, o múltiplo *a posteriori* dado na sensibilidade seja concebida da maneira exigida pelo princípio básico da Revolução Copernicana de Kant. Para tanto, tomaremos como nosso objeto de análise o

conceito e o princípio de causalidade. Isso porque, ao apresentarmos a solução do nosso problema a partir do exame desse caso em específico, creio ficará relativamente claro de que maneira uma solução do mesmo tipo poderia valer para as demais categorias. Uma vez que não caberá aqui examinar separadamente cada uma delas, é razoável então que tomemos a categoria de causa como nosso objeto de análise para, a partir daí, nos limitarmos a alegar apenas em linhas gerais que essa mesma análise poderia ser estendida para os outros casos.

2 A suposta dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” na Segunda Analogia da Experiência

Um exame atento do tratamento dado por Kant à categoria e a o princípio de causalidade pode, sim, nos levar eventualmente a concluir que a conformidade dos aparecimentos a essa categoria deve depender, no interior de seu sistema, de uma espécie de “harmonia pré-estabelecida”, no sentido explicado acima. Vimos que a Segunda Analogia da Experiência supostamente prova que todo e qualquer evento – isto é, toda e qualquer alteração de estados de uma substância – deve ser causalmente determinado. Kant expressa essa tese mediante a ideia de que o que precede um evento deve incluir, necessariamente, “a condição para uma regra, segundo a qual este acontecimento [o evento em questão] sucede sempre e de maneira necessária” (CRP A 194/B 238-9). Ao examinarmos, no Capítulo 4 (subseção 2.2), a noção de “condição para uma regra”, concluímos, apoiados na interpretação de Longuenesse (cf. 1998, pp. 368; 2005, p. 166), que a posição defendida por Kant aqui é a de que a percepção de um evento ou sucessão objetiva como, por exemplo, o deslocamento de um barco deve ser pensada como a conclusão de um silogismo hipotético, do tipo: “Se barcos estão submetidos às condições *C*, eles alteram sua posição; este barco está submetido às condições *C*; portanto, este barco alterou sua posição”. Ora, mas, sendo assim, parece que a Segunda Analogia se compromete com aquele que é comumente denominado “princípio de uniformidade”, segundo o qual deve haver uma constância e regularidade entre os cursos passado e futuro da natureza - ao menos no que diz respeito às conjunções entre eventos que são causa e efeito um do outro. A “regra”, da qual o evento particular que percebo é uma instância particular, deve ser concebida como consistindo, essencialmente, em uma regra *geral e universal*. Isso é denunciado pela passagem citada logo acima, na qual lemos que a “condição da regra” que precede um evento determina que este último se segue “*sempre e de maneira necessária*” (itálico nosso). A maneira mais natural de interpretar essa afirmação é entendê-la como implicando que, se “estar submetido às condições *C*” é, de fato, a causa do

deslocamento do barco que percebo em uma situação particular, então barcos, tomados *de modo geral*, deverão necessariamente *sempre* deslocar-se do mesmo modo quando submetidos a condições semelhantes. Apoiando-nos novamente em Longuenesse (1998, p. 368, n. 76), podemos enfatizar esse aspecto da teoria kantiana dando à premissa maior do silogismo acima a formulação: “*Todos os barcos, se submetidos às condições C, alteram sua posição*”.

Ocorre que, se é mesmo verdade que a Segunda Analogia se compromete com alguma versão do “princípio de uniformidade”, então parece que a conformidade dos aparecimentos à categoria de causa estaria, de fato, na dependência de uma espécie de “harmonia pré-estabelecida” entre as relações estruturais nela refletidas e o curso empírico e *a posteriori* da natureza. Mesmo no interior do idealismo kantiano a existência de objetos empíricos como barcos, as alterações dos estados (empíricos) destes últimos assim como a ocorrência daquilo que indicamos acima como “condições C” - digamos, determinadas condições de vento, da corrente, etc. - devem depender não apenas da estrutura *a priori* das faculdades cognitivas do sujeito, mas, também, do múltiplo empírico e *a posteriori dado* na sensibilidade na medida em que o sujeito é afetado por objetos externos às suas faculdades cognitivas (cf., por exemplo, CRP B 71-2). Por conseguinte, que o fato de um barco estar submetido às condições C seja sucedido pelo seu deslocamento é algo que deve depender, igualmente, do múltiplo empírico e *a posteriori* que é *dado* na sensibilidade. Ora, mas, sendo assim, que barcos, tomados de modo geral, *sempre* alterem sua posição ao estarem submetidos a condições similares a C também terá de depender de fatores empíricos e *a posteriori*. Como afirma Guyer (2008, p. 106), a existência de leis causais particulares parece depender da “existência de objetos particulares que se comportam de maneira regular”, existência esta que, mesmo no interior do idealismo kantiano não pode depender (ao menos não exclusivamente) da estrutura *a priori* das nossas faculdades cognitivas. Sendo assim, parece que, mesmo que admitamos que tal estrutura inclui um conceito *a priori* de causa, a aplicação desse conceito aos aparecimentos estaria na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” entre ele e o curso *a posteriori* da nossa experiência. A saber, o múltiplo empírico dado *a posteriori* na sensibilidade deve ser tal que, no final do processo de síntese e de reflexão sob conceitos, barcos *sempre* se desloquem de tal e tal maneira ao estarem submetidos a condições similares a C. Considerações análogas valeriam para toda e qualquer alteração de substâncias e suas respectivas causas.

Para dar a este problema uma formulação em termos mais relevantes para o presente trabalho, diríamos que, aparentemente, o fato de as formas *a priori* refletidas no conceito de

causa serem “separáveis” de seu conteúdo *não* é suficiente para que o isomorfismo entre, de um lado, tais formas *a priori* e, do outro, o múltiplo sensível ao qual esse conceito é aplicado possa ser concebido como um isomorfismo *gerado* ou *produzido* pelo sujeito; em outras palavras, o conceito *a priori* de causa teria de ser concebido, no interior do sistema kantiano, como aplicado a um domínio sensível *por si mesmo* “isomórfico” às relações estruturais nele refletidas. Eventos particulares têm de ser pensados como a conclusão de um silogismo hipotético cuja premissa maior é da forma “*Todo X, se submetido às condições W, deverá alterar-se do estado Y em t¹ para Z em t²*”. Não bastaria aqui que “X”, “W”, “Y” e “Z” sejam tomados como “espaços vazios” a serem preenchidos - para utilizar os termos introduzidos no capítulo anterior. É verdade que tais “espaços vazios” nos permitem dizer que – ao contrário do que alegamos ocorrer no *Tractatus* – as formas lógicas *a priori* kantianas não “antecipam” nenhum aspecto específico do conteúdo *a posteriori* que deve preenchê-las. Não antecipam, por exemplo, que deve haver *barcos* que se deslocam *em tais e tais condições*. Não obstante, o quantificador universal anexado à forma hipotética acaba, aparentemente, por impor importantes restrições acerca de qual deve ser o, por assim dizer, “padrão estrutural” desse conteúdo *a posteriori*: ele deve estar conforme ao chamado “princípio de uniformidade”; ou seja, deve ser tal que, para todos os eventos *A* e *B* que são causa e efeito um do outro, eventos do mesmo tipo de *A* *sempre* sejam seguidos de eventos do mesmo tipo de *B*. Estaríamos, deste modo, em uma situação parecida com aquela que no capítulo anterior atribuímos a uma leitura antirrealista do *Tractatus*. Para continuar sustentando que o isomorfismo entre a categoria de causa e o múltiplo sensível ao qual ela é aplicada é um isomorfismo *gerado* pelo sujeito, teríamos que dizer que o sujeito é responsável por gerar uma parte substancial matéria empírica de sua experiência, já que a adequação deste último ao “princípio de uniformidade” diz respeito a ao menos parte desse conteúdo. Uma vez que, como viemos insistindo, essa não é uma opção para Kant, precisaríamos conceder que não se trata aqui de um isomorfismo *gerado* pelo sujeito, uma vez que esse múltiplo sensível deverá então ser concebido como possuindo *por si mesmo* uma estrutura isomórfica à forma *a priori* que ele preenche, ao menos no sentido de que ele tem de ser tal que o chamado “princípio de uniformidade” se mostre verdadeiro acerca da realidade empírica mediante esse preenchimento.

Uma possível saída para esse impasse seria recusar que a Segunda Analogia implique ou se comprometa com alguma versão do princípio de uniformidade. Essa foi a posição defendida por Allison na edição de 1983 de seu *Kant's Transcendental Idealism*. Admitindo que a Segunda Analogia teria provado que todos os eventos são causalmente determinados, o autor passa a investigar o que o seu argumento requer que nós assumamos acerca da conexão

entre um evento e sua causa (ALLISON, 1983, pp. 228-232). Das possíveis alternativas que ele distingue, as que nós interessam são aquelas às quais ele se refere como interpretações “forte” e “fraca”. Segundo uma interpretação “forte”, a conformidade a regras às quais os eventos estariam submetidos em virtude do esquema de causalidade seria entendida da seguinte maneira: para todo objeto x que passa do estado A em t^1 para B em t^2 , deve haver alguma “condição iniciante” (a causa da alteração) de modo que, sendo dada essa condição, “estados *do tipo A* serão necessariamente seguidos por estados *do tipo B* em todos os objetos *do tipo x*” (1983, p. 230). Em outras palavras, a Segunda Analogia teria provado que todos os eventos estão subsumidos sob leis causais empíricas que cobrem, não objetos e eventos singulares, mas *tipos de objetos e tipos de eventos*. Deste modo, para todo evento haveria uma lei causal que determina que *todos* os objetos que caem sob um determinado tipo x deverão, ao longo do curso da experiência, se comportar em conformidade a essa lei, ou seja, necessariamente alterar-se de um determinado estado A para um determinado estado B dada uma determinada condição iniciante C. A Segunda Analogia teria estabelecido, portanto, um princípio de “uniformidade da natureza” (cf. 1983, p. 228).

Contra essa interpretação, Allison propõe uma interpretação “fraca” da Segunda Analogia, segundo a qual esta não teria a intenção de provar (e nem poderia provar) que a representação de sucessões objetivas pressupõe que elas estejam subsumidas sob leis causais empíricas universais, entendidas da maneira esboçada acima. Tudo o que seria pressuposto na representação de uma sucessão objetiva de A em t^1 e B em t^2 , segundo Allison, é que “haja alguma condição antecedente (presumivelmente aproximadamente contemporânea com x estando no estado A em t^1), que, sendo dada, o estado B necessariamente se segue em t^2 para esse x particular” (1983, p. 231). O ponto crucial aqui é a especificação de que a regra causal em questão diz respeito, não a *tipos de objetos*, mas apenas a *um objeto particular*. Como Allison observa logo em seguida, suposições adicionais acerca de *outros objetos do tipo x* não seriam requeridas nem estariam autorizadas. Em outras palavras, a experiência de uma sucessão objetiva de estados de um objeto do tipo x não pressuporia nenhuma lei causal que cobrisse *todos os objetos do tipo x*. Note-se que Allison não está dizendo apenas que essa experiência não requer que nós sejamos capazes de *descobrir* a lei causal relevante. Para o autor, isso poderia ser admitido mesmo por aqueles que defendem aquilo que ele está caracterizando como uma interpretação “forte” (cf. 1983, p. 230) - e, como alegamos no Capítulo 4, a Segunda Analogia de fato não se compromete e nem precisa se comprometer com a tese implausível de que, para ter a experiência de um evento, eu precise conhecer qual é a sua causa *específica*. A posição defendida por Allison é a de que, pelo argumento da

Segunda Analogia, a representação de uma sucessão de estados de um objeto do tipo x não implicaria nem exigiria, sequer, a *existência* de qualquer lei causal empírica universal acerca de objetos do tipo x.

Contudo, embora a defesa uma interpretação “fraca” da Segunda Analogia pudesse resolver os nossos problemas, há bons motivos para recusá-la, ao menos da maneira como ela é formulada por Allison no trabalho recém examinado. Razões para essa recusa já estiveram presentes logo acima em nossa exposição, além de terem sido notadas por alguns intérpretes. Elas se devem, sobretudo, ao modo como Kant concebe as noções de “regra” e de “condição para uma regra” as quais ele vincula, de modo essencial, à categoria, esquema e princípio de causa. Diversas passagens indicam que se trata aqui de uma regra *universal*, como, por exemplo, CRP A 193/ B 238-9, citada anteriormente: “(...) o que em geral precede um acontecimento deverá incluir a condição para uma regra, segundo a qual este acontecimento sucede *sempre e de maneira necessária*” (CRP, A 193/ B 238-9; itálico nosso). Ainda na Segunda Analogia, lemos também que: “(...) o que sucede ou acontece deve seguir-se, *segundo uma regra universal*, ao que estava contido no estado anterior (...)” (CRP, A 200/ B 245; itálico nosso); e: “Mas [algo que acontece] só pode receber o seu lugar determinado nesta relação de tempo porque no estado precedente algo é pressuposto, *ao qual sucede sempre, ou seja, de acordo com uma regra*” (CRP A 198/B 243). Já em CRP B 5, ao comentar sobre o tratamento dado por Hume ao conceito de causa, Kant afirma que, se pretendêssemos derivá-lo de uma “associação freqüente”, como Hume o fez, ele se perderia, tendo em vista que este o conceito contém “o conceito de uma ligação necessária com um efeito *e uma rigorosa universalidade da regra*” (itálico nosso). Friedman chama atenção para passagens como essas e conclui que, para Kant, se dizemos que A causa B, “deve haver uma lei ou regularidade em virtude da qual todos eventos da mesma espécie [*kind*] de A são seguidos por ou resultam em eventos da mesma espécie de B (1992, p. 170). Portanto, devemos, segundo ele, rejeitar a ideia de que o esquema de causalidade possa ser aplicado a objetos e eventos *particulares*, e não a *tipos* de objetos e de eventos: “Claramente, apenas tipos ou espécies de eventos podem seguir-se de outro *sempre* – isto é, universalmente” (1992, p. 192, n. 4).

Nessa mesma direção, Faggion (2007, p. 288) chama atenção para o modo como Kant expressa a fórmula do esquema de causalidade: “(...) o real que, uma vez posto arbitrariamente, sempre é seguido de outra coisa” (CRP A 144, B 184). Segundo a autora, “este esquema fala já da repetição desta conjunção [entre uma causa e uma alteração] (“sempre”), e não de um caso singular” (2007, p. 288). Faggion insiste então na necessidade

de que juízos hipotéticos que expressam o esquema da causalidade sejam formulados com o quantificador universal, e não singular. Comentando a passagem de Allison examinada acima, onde ele explica o que estaria envolvido na representação de uma sucessão de estados A-B, Faggion sugere a seguinte formulação para o modo como Allison entende conexões causais na Segunda Analogia: “para algum x que penso sob S, se P, então A em t^1 e B em t^2 ” (2007 p. 286). Contra este uso do quantificador singular a autora defende que o esquema de causalidade necessita a seguinte fórmula: “para (todo) S, se P, então A em t^1 e B em t^2 ” (2007, p. 286). De acordo com essa fórmula, o esquema de causalidade seria aplicado, não a um x particular, mas a *todo* objeto que cai sob um conceito S. Portanto, o juízo que expressasse essa aplicação diria que *todo* objeto S, dada a condição P, alterar-se-á igualmente do estado A para o estado B (cf. 2007, 291). Segundo essa análise, se a leio corretamente, precisaríamos concluir então que, ao ter provado que todo evento é causalmente determinado, Kant teria provado que a natureza é governada por leis causais empíricas que valem para *totalidades* de objetos de um determinado tipo, ou seja, totalidades de objetos refletidos sob conceitos empíricos aos quais o esquema de causalidade é aplicado. A causa “P” de uma sucessão “A em t^1 e B em t^2 ”, sendo A e B estados de um objeto S, deverá produzir este mesmo efeito para todas as instâncias de S. Ou seja, deve haver, no curso da experiência, uma regularidade e repetibilidade entre, de um lado, instâncias de S sujeitas à condição P e, do outro, a alteração dessas instâncias de S do estado A para o estado B.

A “rigorosa universalidade da regra” (CRP B) que Kant atribui ao conceito de causa parece refutar, portanto, a interpretação “fraca” da Segunda Analogia, ao menos do modo como ela foi formulada acima, isto é: como uma interpretação segundo a qual a categoria de causa seria aplicada a objetos e eventos *singulares*, e não a *totalidades* de objetos e eventos *de um determinado tipo*. Contudo, no restante deste Apêndice tentaremos mostrar que isso, por si só, não precisa tornar a conformidade dos aparecimentos a ela dependente de uma “harmonia pré-estabelecida”, no sentido explicado anteriormente. Tentaremos mostrar, portanto, que isso, por si só, não nos obrigará a rever o modo como o isomorfismo kantiano entre as formas lógicas e a realidade empírica foi concebido até aqui: um isomorfismo *gerado* pelo sujeito, que existe apenas na medida em que o sujeito impõe ao múltiplo sensível uma forma que ele não possui quando tomado por si mesmo.

E é importante ressaltar que as vantagens de se recusar que a aplicação da categoria de causa, assim como a das demais categorias, dependa de uma espécie de “harmonia pré-

estabelecida” não se restringem aos objetivos específicos do presente trabalho¹⁴³. Mais do que isso, essa recusa é, segundo penso, a única posição coerente com certas teses e princípios fundamentais da filosofia teórica kantiana, em especial teses e princípios estabelecidos na Dedução Transcendental das Categorias.

Embora o tema não possa ser desenvolvido em detalhes aqui, aquela que é talvez a mais tradicional linha interpretativa acerca da Dedução sustenta que esta possui um objetivo “anti-cético” de provar que nossas representações sensíveis devem necessariamente poder ser pensadas como se referindo a objetos delas distintos¹⁴⁴. Sabemos que isso, no contexto da filosofia kantiana e de sua concepção de objetividade, seria o mesmo que provar que nossas representações devem necessariamente poder ser subsumidas sob os conceitos puros do entendimento – as categorias. Como antecipado em nosso comentário acerca da análise de Guyer, esse tipo de argumento partiria do chamado “princípio da unidade transcendental da apercepção”, que estabelece que minhas representações devem necessariamente poder ser reunidas em uma autoconsciência única para que elas possam representar para mim qualquer coisa (cf., por exemplo, CRP A 116, 122, B 131-2). Por ser, portanto, “condição necessária da possibilidade de todas as representações” (CRP A 118), Kant concebe a unidade da consciência como algo absolutamente necessário, e conclui, a partir daí, que as condições que a possibilitam devem estar necessariamente garantidas, e não dependente de aspectos acidentais ou contingentes da experiência (cf., especialmente, CRP A 118, 121-2; B 132-6). Especialmente em CRP A 119-123, ele deixa claro que entre essas condições de possibilidade está a de que minhas representações devem necessariamente poder ser associáveis entre si, sendo sua associabilidade necessária denominada, nesse contexto, sua “afinidade” ou “afinidade transcendental” (CRP A 113-4, B 122). Tal afinidade é então colocada como uma “*consequência* necessária de uma síntese na imaginação, que está fundada *a priori* sobre regras” (CRP A 123; *itálico* nosso). Formulando essa tese nos termos que vem sendo utilizados no presente trabalho, diríamos que, enquanto “*consequência* necessária” de uma síntese *a priori* da imaginação, a afinidade dos aparecimentos está aqui sendo concebida por Kant como algo que deve ser *gerado* ou *produzido* pelo sujeito, pois apenas assim ela poderá estar necessariamente garantida, e não sujeita aos aspectos contingentes da experiência. Isso

¹⁴³ Isto é, os de comparar as concepções kantiana e tractariana de representação e de forma lógica e, a partir daí, extrair suas respectivas implicações metafísicas e ontológicas.

¹⁴⁴ Como exemplo de autores que defendem esse tipo de leitura, cf. ALLISON, 1972, pp. 203-6; 2008, pp. 139-40; ALMEIDA, 1993; 2005, pp. 155-63; FAGGION, 2007, pp. 70-100, 200-14; 2012, 375-86; GUYER, 1987, pp. 131-49; 2008, 95-107; STRAWSON, 1966, pp. 72-4, 85-97; WOLFF, 1963, pp. 111-7, 154-64, 174-82. Nossa própria interpretação a ser esboçada a seguir é devedora desses autores, especialmente de Allison e Faggion.

se dá justamente mediante uma síntese *a priori* do entendimento/imaginação guiada pelas categorias que *impõe* aos aparecimentos uma ordenação que seja conforme às nossas faculdades cognitivas: “nós próprios que introduzimos, portanto, a ordem e a regularidade nos aparecimentos [sua “afinidade”], que chamamos natureza, e que não se poderiam encontrar, se nós (...) não as introduzíssemos originariamente” (CRP A 125). De maneira consistente com o modo pelo qual viemos analisando esta linha argumentativa, a justificativa dada para esta última tese é a de que “esta unidade da natureza deve ser uma unidade necessária, isto é, certa *a priori*, da ligação dos aparecimentos” (CRP A 125). Com efeito, lemos pouco depois que “o entendimento é a própria *fonte das leis da natureza* e, conseqüentemente, da unidade formal da natureza” (CRP A 127; *itálico nosso*).

Essa análise, se correta, mostra que, para Kant, a conformidade dos aparecimentos às categorias não é nem pode ser dependente de uma “harmonia pré-estabelecida” entre estas e o curso *a posteriori* e contingente da experiência. Em linha com o modo pelo qual sua Revolução Copernicana vem sendo entendida aqui, as formas *a priori* refletidas nas categorias seriam, pelo contrário, simplesmente *impostas* aos aparecimentos *independentemente do conteúdo empírico específico destes últimos*. Afinal, segundo a interpretação esboçada acima, um dos principais objetivos – senão o principal objetivo - do argumento da Dedução seria estabelecer justamente esse último ponto. Por outro lado, sabemos que, a fim de preservar a consistência do sistema kantiano, deve ser possível mostrar que esse tipo de “imposição” não acarreta na ideia de que o sujeito seria responsável por gerar ou produzir esse conteúdo empírico. No que diz respeito ao caso específico da categoria de causa, ao qual, ao menos por ora, limitaremos nossas atenções, penso que, por razões expostas mais acima, a única maneira de satisfazer a esse requisito seria, por assim dizer, “enfraquecer” o princípio de causalidade provado na Segunda Analogia de modo que se possa dizer justificadamente que ele não implica e nem se compromete com nenhuma versão relevante do chamado “princípio de uniformidade”. Isso seria equivalente a defender uma interpretação segundo a qual a Segunda Analogia teria provado apenas algo que, na prática, coincidiria com os resultados atribuídos a ela por aquela que Allison denomina uma interpretação “fraca”. Segundo penso, essa é a única maneira de comprovar a ideia central sobre o qual insistimos ao longo de todo o presente trabalho, a saber: a de que a “legislação” do entendimento mediante as categorias, da qual Kant fala na passagem citada logo acima, diz respeito, exclusivamente, à *forma* da experiência/realidade. Ao mesmo tempo, porém, uma interpretação desse tipo terá que contornar as possíveis objeções levantadas anteriormente à leitura de Allison; ou seja, ela deverá fazer justiça à “rigorosa universalidade da regra” que Kant afirma estar contida no

conceito de causa. Na próxima seção apresentaremos uma interpretação que buscará satisfazer esses critérios.

3 Limitações do argumento da Segunda Analogia e leis causais “instantâneas”

Na verdade, creio que uma interpretação da Segunda Analogia que atende aos critérios indicados acima foi sugerida pelo próprio Allison, em resposta às objeções de Friedman. No artigo “Causalidade e lei causal em Kant: uma crítica de Michael Friedman”, publicado pela primeira vez em 1994, Allison reconhece, ao contrário do que fez em 1983, que o conceito de causalidade envolve o pensamento de *tipos* de eventos, e não de eventos singulares. Disso se seguiria que a aplicação deste conceito pressupõe em alguma medida a existência de leis causais empíricas universais, pois dizer que A é a causa de B seria o mesmo que afirmar a lei causal universal: *todos* os eventos do tipo A são necessariamente seguidos de eventos do tipo B (ALLISON, 1996, pp. 85-6; cf. também ALLISON, 2012a, p. 168, n. 15). No entanto, Allison prossegue com a seguinte ressalva:

O problema básico é simplesmente o de que, do fato de que leis causais afirmam conexões entre tipos de eventos, o que eu tomo como incontroverso, não se segue que deva haver mais do que uma única instância de cada tipo. Afinal, a rigorosa universalidade e necessidade do princípio de que eventos do tipo A são sucedidos por eventos do tipo B não é enfraquecida por um cenário no qual há apenas um evento de cada tipo. Em suma, de tudo o que pode ser inferido do conceito de causalidade, permanece aberta a possibilidade de que não haja nada mais do que aquilo que se poderia chamar “leis instantâneas”, isto é, leis com apenas uma única instância. Como já foi notado por Paton, leis genuínas requerem regularidade e repetibilidade. Mas não há nada no argumento da Segunda Analogia, certamente não na análise do conceito de causalidade, que requeira a suposição de qualquer um dos dois (Allison, 1996, p. 86).

Infelizmente, Allison não oferece uma caracterização mais precisa acerca do que estaria envolvido nessas “leis instantâneas”, cuja possibilidade, segundo ele, a Segunda Analogia teria deixado em aberto. No que se segue, nosso objetivo será apontar um caminho para essa caracterização. Nossa ideia central será apresentar a possibilidade de que não haja nada mais do que “leis instantâneas” como uma consequência inevitável do princípio básico da filosofia kantiana segundo o qual os elementos materiais e *a posteriori* da experiência não são, e nem podem ser, produzidos pelas estruturas cognitivas do sujeito.

Para tanto, adotaremos como ponto de partida a análise que Faggion faz acerca de um exemplo através do qual Allison, ainda na edição de 1983 de seu *Kant's Transcendental*

Idealism, pretende mostrar a possibilidade de sequências objetivas que não estariam conforme a leis universais. O exemplo apresenta o caso de Jones, que é percebido em t^1 em estado de embriaguez exultante e em t^2 é observado desmaiar (cf. ALLISON, 1983, p. 231). A princípio, isso seria considerado como uma sucessão conforme a uma lei empírica com respeito aos efeitos do álcool. No entanto, suponhamos que depois é descoberto que o desmaio foi devido a uma droga que Jones havia tomado horas antes do evento, e não devido à quantidade de álcool que ele ingeriu. Allison conclui que: “Neste caso o estado perceptual antecedente, bebedeira em t^1 , não está em nenhum tipo de conexão causal ou conforme a leis com o evento” (1983, p. 231; tradução de Faggion). Isso, segundo Allison, seria um exemplo de uma “sequência contingente”, isto é, uma sequência que não está conforme a leis (1983, p. 231). Sem a intenção de analisar em detalhes os possíveis méritos deste argumento, examinemos a interpretação e a resposta que Faggion dá a ele. A autora observa que, neste exemplo, um evento posterior (desmaio) é conectado com um evento anterior (embriaguez) (2007, p. 284). Contudo, a causa do evento posterior não seria a embriaguez, mas, sim, a atuação da droga no organismo. Disso *supostamente* se segue que a relação entre o evento antecedente e o consequente seria contingente (2007, p. 284). Com efeito, não diríamos que “todo ser humano, se ingerir determinada droga, passará do estado de embriaguez em t^1 para o estado de desmaio em t^2 ”, mas sim que “todo ser humano, se ingerir determinada droga, passará *seja* do estado de embriaguez em t^1 , *seja* do estado não-embriaguez em t^1 , para o estado de desmaio em t^2 ”¹⁴⁵. Teríamos, assim, uma sucessão não conforme a leis.

Contra essa “contingência” supostamente presente na sucessão, Faggion objeta que o exemplo simplesmente apresenta um caso em que, para explicar a sucessão de estados, precisamos de, ao menos, duas condições a serem adicionadas, e não apenas uma: “(...) diríamos que (ainda simplificando) “todo S (ser humano), se a (beber) e b (ingerir outra determinada droga), apresentará o estado A (embriaguez) em t^1 e o estado B (desmaio) em t^2 ” (2007, pp. 284-5). Em nota, a autora acrescenta que isso se trata ainda apenas de uma simplificação, pois haveriam outras condições a serem adicionadas para explicar a sucessão de estados: “o peso do corpo da pessoa, seus hábitos, sua condição de saúde, o horário da ingestão de cada substância, a quantidade das mesmas, etc.” (2007, p. 285, n. 184). Em suma, a ideia é a de que a adição de novas condições para a explicação da sucessão seria suficiente para eliminar o que Allison identificou como uma “contingência” deixada em aberto pela aplicação da categoria de causalidade.

¹⁴⁵ Cf. FAGGION, 2007, p. 284. Foram dadas a estas regras formulações ligeiramente diferentes das de Faggion, mas, espero, fiéis à sua intenção original.

Tendo certamente a concordar com a resposta de Faggion a Allison neste caso específico. No entanto, meu principal interesse nessa discussão está em analisar a ideia, que me parece implícita na proposta de Faggion, de que a adição de um número suficiente de condições às regras que explicam sucessões de estados bastaria para fixar regras universais que cobririam totalidades de objetos e eventos pensados sob determinados tipos. Nossa tese central será a de que, se quisermos ser coerentes com a ideia de que a aplicação das categorias determina exclusivamente a *forma*, e não a *matéria*, dos aparecimentos¹⁴⁶, então a *existência* dessas regras universais não pode ser garantida pelo argumento da Segunda Analogia, a não ser em um sentido muito trivial, a saber: se admitirmos que esse argumento deixa em aberto a possibilidade de existirem meramente “leis causais instantâneas”.

Para formular nossa análise, proponho que simplifiquemos o exemplo anterior e examinemos a possibilidade de se formular uma lei empírica com respeito apenas aos efeitos do álcool, sem menção à droga adicional. Suponhamos que percebemos uma sucessão em que um indivíduo passa do estado A em t^1 (não-embriaguez) para o estado B (embriaguez) em t^2 . Como diz o argumento da Segunda Analogia, essa percepção exige a pressuposição de uma regra. Contudo, como alegamos no Capítulo 4 (subseção 2.2), e reiteramos mais acima, esse argumento não exige que eu possa especificar essa regra. Adaptando uma formulação de Longuenesse, que concorda com esse último ponto, diríamos que tudo o que se passaria na minha mente diante da experiência de tal sucessão seria algo do tipo: “Todo S (ser humano), se submetido às condições XYZ, passará do estado A (não-embriaguez) para o estado B (embriaguez); este S está submetido às condições XYZ; portanto este S passou do estado A em t^1 para o estado B em t^2 ” (cf. LONGUENESSE, 2005, p. 166-7). Mais uma vez apoiados em Longuenesse, diríamos que, tal como é indicado pelo esquema de causalidade, “a marca sensível pela qual reconhecemos a existência de uma conexão causal é a conjunção constante entre eventos ou estados de coisas similares”¹⁴⁷ (2005, p. 59). Suponhamos que a experiência nos proporcionou um bom número dessas conjunções, de modo que podemos agora especificar as condições XYZ. Seguindo a sugestão de Faggion, diríamos que entre elas estariam uma determinada quantidade mínima de álcool ingerido (C1), determinados hábitos das pessoas que foram vistas passando ao estado de embriaguez (C2), uma determinada faixa

¹⁴⁶ E também com a ideia de que essa aplicação *não* está na dependência de uma espécie de “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso *a posteriori* da experiência - ideia esta que, se nossa análise acima estiver correta, é parte essencial do argumento da Dedução Transcendental

¹⁴⁷ Como aponta Longuenesse (2005, p. 59), e como também observamos no Capítulo 4 (subseção 2.2), isso se deve ao fato de a formulação do esquema transcendental da categoria de causa, que consiste justamente na, por assim dizer, “manifestação” ou “tradução” sensível dessa categoria, ser formulado por Kant como “o real que, uma vez posto arbitrariamente, sempre é seguido de outra coisa” (CRP A 144/ B 183).

de peso (C3) e de horário da ingestão (C4), e mais uma série de outros fatores (Cn). Nesse caso, poderíamos formular a seguinte lei causal empírica: “Para todo S, se submetido às condições C1, C2, C3, C4...Cn, então passará do estado A para o estado B”.

Contudo, teríamos alguma garantia, dentro da doutrina do idealismo transcendental kantiano, de que *no futuro* eventos do tipo “S submetido às condições C1, C2, C3, C3,...Cn” deverão *sempre* estar acompanhados de eventos do tipo “S se alterando do estado A para o estado B”? Posto de outro modo, nossas *formas a priori* de síntese e de intuição podem garantir que, no futuro, se eu observar um S submetido às condições C1,...Cn, eu *sempre* irei em seguida observá-lo passando do estado A para o estado B? Penso que a resposta para essa questão só pode ser negativa, pois, por serem eventos empíricos, sua *existência* depende (também) dos elementos *materiais a posteriori* da experiência. Ou seja, tais eventos não podem ser *gerados* pelas operações cognitivas do sujeito, ainda que admitamos que entre estas esteja incluída a aplicação de um conceito *a priori* de causalidade. Sendo assim, os elementos *formais a priori* das nossas faculdades de cognição dos quais se ocupam a Estética e a Analítica Transcendental não podem excluir a possibilidade de que, no futuro, todas as condições C1,...Cn sejam atendidas e, no entanto, um S não se altere do estado A para o estado B. A não ser, é claro, que apelemos a uma “harmonia pré-estabelecida” entre esses elementos formais *a priori* e os elementos materiais *a posteriori* da experiência, mas essa é justamente a alternativa que estamos querendo evitar.

No caso de nossa lei empírica falhar, a resposta imediata talvez seria a de que ela estava incompleta. Talvez houvesse outras condições C que estavam presentes nos casos observados anteriormente e que estão ausentes no(s) caso(s) em que a lei falhou. Penso, no entanto, que não há nenhuma garantia de que devam necessariamente *existir* tais condições, e nem que, caso elas existam, casos futuros não venham a falsificar nossa lei empírica reformulada. Tendo em vista a total contingência que é própria dos elementos materiais *a posteriori* da experiência, o argumento da Segunda Analogia, não pode garantir que devam *existir* um número *m* de condições C que satisfaçam os seguintes requisitos: a) para *cada um* dos casos em que um objeto S (ser humano) se altera do estado A (não-embriaguez) para o estado B (embriaguez) as condições *C_m* estão presentes; b) não há *nenhum* caso em que as condições *C_m* sejam adicionadas a um objeto S e esse objeto *não* se altere do estado A para o estado B.

E, a partir dessas considerações, sugiro então que não se pode excluir a hipótese de que, no que diz respeito às alterações que *normalmente* caracterizamos como uma passagem ao estado de embriaguez, só possamos ter, na verdade, uma diversidade de “leis instantâneas”.

Nesse cenário, não poderia haver *uma* lei “Para todo S, se submetido às condições C_m , então A-B”. Na nossa hipótese, a única formulação empiricamente correta das leis que regulam as alterações que *normalmente* caracterizaríamos como uma passagem ao estado de embriaguez teria que conter uma diversidade de leis que valem para *cada uma* dessas alterações em particular: “Para todo S, se submetido às condições C_m^* , então A^*-B^* ”, “Para todo S, se submetido às condições C_n^{**} , então $A^{**}-B^{**}$ ”, “Para todo S, se submetido às condições C_o^{***} , então $A^{***}-B^{***}$ ”, etc.¹⁴⁸ Se essas leis pudessem ser formuladas, o feixe de condições que compõem cada C_m^* , C_n^{**} , etc., deveria ser tal que apenas *um único objeto pensado sob o conceito S* poderia satisfazer cada uma dessas condições¹⁴⁹. Assim, ao invés de mencionarmos, por exemplo, “uma determinada faixa de peso”, falaríamos de propriedades muito mais específicas do organismo; ao invés de mencionarmos “uma determinada faixa de horário”, falaríamos de uma ocasião específica; ao invés de mencionarmos “determinados hábitos”, falaríamos de hábitos muito mais pessoais; e mais uma possível infinidade de condições que só possam vir a ser satisfeitas por um objeto singular. Considerações semelhantes seriam feitas para alterações “ A^*-A^* ”, “ $A^{**}-B^{**}$ ”, etc. Nesse caso, não falaríamos da “passagem da não-embriaguez para a embriaguez”, mas teríamos uma infinidade de diferentes tipos de alterações de consciência. Certamente, dependendo de como essas condições e alterações fossem formuladas, elas, ainda assim, poderiam ser satisfeitas por mais de um indivíduo. Nesse caso, talvez a única alternativa seria fazer com que elas envolvessem, implícita ou explicitamente, coordenadas espaço-temporais¹⁵⁰. Aliás, em um momento Faggion parece admitir algo nessa direção. Ao longo de sua crítica ao uso que Allison faz do quantificador singular para expressar o esquema da causalidade, a autora afirma que: “A única maneira kantiana de adicionar uma condição ao indivíduo, e não a seu conceito recíproco, seria adicioná-la à localização espaço-temporal do objeto, pois são as formas da sensibilidade que individualizam objetos em Kant” (2007, p. 292). Teríamos então algo como “tudo que ocupasse o tempo tx no lugar ly , dada a condição P, passaria do estado A para o estado B” (2007, p. 292). Minha observação quanto a esse ponto consiste em enfatizar que, se quisermos ser totalmente fiéis à ideia de que a categoria de causalidade determina *apenas a forma* da experiência, teríamos que concluir que sua aplicação ao múltiplo sensível não pode eliminar a possibilidade de que existam apenas leis desse tipo.

¹⁴⁸ Utilizo as diferentes letras “m”, “n”, “o” para indicar que o *número* de condições poderia, a princípio, variar em cada caso.

¹⁴⁹ O nosso “se” aqui, com a devida ênfase, se deve ao fato de que, por razões a serem apontadas a seguir, a formulação de leis causais desse tipo não seria possível.

¹⁵⁰ Incluir uma “ocasião específica” entre as condições da regra, como fizemos acima, talvez já seja um exemplo de uma maneira de fazer isso.

Por quê? Pois, na nossa hipótese, se quiséssemos introduzir uma certa indeterminação nas condições Cn^{**} , por exemplo, de modo que elas pudessem ser aplicadas a um maior número de instâncias de S, poderia, sim, ocorrer que, diante dessa aplicação, certas instâncias de S efetivamente sofressem a alteração A^{**} - B^{**} ; porém, na nossa hipótese, essa mesma indeterminação faria com que *outra(s)* instância(s) de S satisfizesse(m) as condições Cn^{**} *sem que*, no entanto, isso seja sucedido pela alteração dessa(s) instância(s) de S do estado A^{**} para o estado B^{**} . Isso, por si só, falsificaria a lei “Para todo S^{**} , se submetido às condições Cn^{**} , então A^{**} - B^{**} ”¹⁵¹. E é por isso que, nesse cenário, cuja possibilidade penso não poder ser excluída pelo argumento da Segunda Analogia, a única formulação empiricamente correta das leis que regulam as alterações que normalmente caracterizaríamos como uma passagem ao estado de embriaguez teria que consistir em diversas “leis causais instantâneas” que cobririam, cada uma delas, cada uma dessas alterações em particular.

Contudo, “leis causais” desse tipo jamais poderiam ser formuladas enquanto tais (cf. ALLISON, 2012a, p. 168, n. 15). Apontamos acima, apoiados na interpretação de Longuenesse (2005, p. 59), que a “marca sensível” pela qual identificamos conexões causais é a “conjunção constante” entre eventos similares. Mas “leis instantâneas”, por definição, não podem se manifestar através de uma conjunção constante de eventos e, portanto, não poderiam jamais ser formuladas. Nossa intenção com esses exemplos foi apenas propor um exercício de pensamento para ilustrar o quão restrito poderia ser o escopo das leis causais que governam eventos que *normalmente* caracterizaríamos como “passagem para o estado de embriaguez” *se* essas leis pudessem ser formuladas, a fim de sustentar que o sistema filosófico kantiano não pode eliminar a possibilidade de um cenário como esse. Na seção seguinte, investigaremos brevemente quais recursos esse mesmo sistema filosófico teria a nos oferecer a fim de tornar possível a formulação de leis empíricas em um tal cenário.

4 O papel dos princípios “regulativos” da razão e/ou de “conformidade a fins” diante das limitações da Segunda Analogia

É relativamente incontroverso que tanto no Apêndice à Dialética Transcendental como nas duas introduções, publicada e não publicada, da *Crítica da Faculdade do Juízo* Kant reconhece que a conformidade dos aparecimentos aos conceitos e princípios puros do

¹⁵¹ Por exemplo, na nossa hipótese, se Cn^{**} fosse formulado de tal modo que nossa lei cobrisse as alterações A^{**} em t^1 e B em t^2 , para uma instância de S, e A^{**} em t^3 e B^{**} em t^4 , para uma outra instância, haveria, no intervalo temporal entre essas duas alterações, uma terceira instância de S submetida às condições Cn^{**} que *não* se alteraria de A^{**} para B^{**} .

entendimento não garante, por si só, que nossa experiência exiba uma ordenação apreensível e adequada às nossas faculdades cognitivas. A fim de contornar essa (possível) dificuldade, ele recorrerá a princípios “transcendentais” adicionais: princípios “regulativos” da razão, no Apêndice à Dialética, e o chamado “princípio de conformidade a fins”, na terceira *Crítica*. Um exame detalhado dos textos mencionados extrapolaria os limites e a intenção do presente capítulo, mas, ainda assim, convém considerarmos ainda que brevemente os temas ali desenvolvidos para tentarmos estabelecer os seguintes pontos. O primeiro deles foi adiantado no final da seção anterior. Sustentamos que o princípio *a priori* de causalidade da Segunda Analogia não pode garantir mais do que a existência de leis causais “instantâneas”; todavia, apontamos também leis desse tipo jamais poderiam ser formuladas ou descobertas. Sendo assim, nossa exposição carece de uma explicação acerca de como a possibilidade da formulação e descoberta de leis causais podem estar garantidas no interior do sistema kantiano apesar das limitações que atribuímos aos resultados da Segunda Analogia. Sem qualquer pretensão de originalidade, defenderemos que uma explicação desse tipo pode ser obtida no Apêndice à Dialética e, sobretudo, nas introduções da terceira *Crítica*. Em segundo lugar, o próprio fato de Kant se ver levado a recorrer, nos textos mencionados, a princípios transcendentais adicionais parece confirmar o que estivemos defendendo ao longo deste Apêndice, e, de certa maneira, em todo este trabalho, a saber: que os conceitos puros do entendimento e seus princípios correspondentes dizem respeito *exclusivamente* aos elementos *formais* da experiência, e que, por conta disso, a conformidade desta aos primeiros aos primeiros não está na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso *empírico* e *a posteriori* da natureza. Confirmar esse ponto será, ao mesmo tempo, cumprir o objetivo deste Apêndice, pois teremos mostrado que não precisamos rever o modo como o isomorfismo kantiano entre, de um lado, as formas lógicas refletidas nas categorias e, do outro, a realidade empírica foi concebido no presente trabalho, ou seja, como um isomorfismo *gerado* pelos meios de o que sujeito dispõe para representar a realidade.

Um exame do Apêndice à Dialética seria interessante a fim de mostrar que o reconhecimento, por parte de Kant, de que os princípios transcendentais do entendimento não garantem que a natureza exiba uma ordenação apreensível por nós não foi algo tardio, ocorrido apenas na terceira *Crítica* (cf., especialmente CRP A650-1/B 678-9; A 653-4/B 681-2). Todavia, por se tratar da exposição mais clara e refletida de Kant acerca do conjunto de problemas que estamos examinando, nos limitaremos a examinar o tratamento dado a eles na terceira *Crítica*. Nossa exposição concordará e se apoiará na interpretação de Allison, o que é

bastante compreensível tendo em vista que aparentemente concordamos a respeito do que a Segunda Analogia de fato teria provado, de maneira *a priori*, acerca das leis da natureza.

As duas introduções da terceira *Crítica* abordam de maneira explícita os temas dos quais viemos nos ocupando e parecem confirmar a posição que viemos defendendo. Nelas vemos Kant reconhecer reiteradamente que os princípios transcendentais do entendimento não podem garantir que nossa experiência exiba *em seu nível empírico* uma ordem apreensível por nossas faculdades cognitivas. A razão para isso seria justamente a apontada por nós, a saber: o fato desses princípios dizerem respeito, apenas, aos elementos *formais* e *a priori* da natureza (cf., por exemplo, *KU*, AA 5: 183-5; *EEKU*, AA 20: 209-10). Uma expressão bastante clara dessa posição pode ser observada na seguinte passagem:

Na verdade é perfeitamente possível pensar que, independentemente de toda uniformidade das coisas da natureza segundo leis universais [isto é, aquelas fundadas nas “categorias, aplicadas às condições formais de toda intuição” (*KU*, AA 5: 183)] (...) a diversidade específica das leis empíricas da natureza, com os respectivos efeitos poderia ser, no entanto, tão grande que seria impossível para nosso entendimento descobrir nela uma ordem suscetível de ser compreendida, dividir os seus produtos em gêneros e espécies para utilizar os princípios de explicação e compreensão de um também para a explicação e conceitualização do outro e constituir uma experiência articulada a partir de uma matéria [*Stoff*] para nós tão confusa (no fundo, uma matéria infinitamente múltipla que não se adéqua à nossa faculdade de apreensão). (*KU*, AA 05: 185)

Seria totalmente injustificado afirmar que quando Kant fala, por exemplo, da possível grande “diversidade específica das leis empíricas da natureza, com os respectivos efeitos”, ele tenha em mente especificamente a possibilidade de “leis instantâneas”, tais como estas foram caracterizadas por nós. No entanto, se nossa análise anterior estiver correta, o argumento da Segunda Analogia não teria provado que devam necessariamente *existir* mais do que leis desse tipo. Sendo assim, se quisermos lidar com o problema da possibilidade de um cenário empiricamente caótico governado apenas - ou, ao menos, em grande parte - por “leis instantâneas”, seria necessário recorrer a outro tipo de princípios, isto é, princípios que não se restrinjam aos elementos *formais* da experiência. Ora, os princípios “regulativos” da razão (que não iremos examinar aqui) e o de “conformidade a fins” parecem aptos a exercer justamente esse tipo de função. Sem a intenção de analisar as possíveis diferenças entre esses dois tipos princípios e nem de investigar as razões que levaram Kant, na terceira *Crítica*, a atribuir à faculdade juízo a tarefa antes atribuída à razão, pode-se dizer, de modo geral, que ambos nos exigem pressupor que nossa experiência possui *mesmo no seu nível empírico* uma

ordenação adequada às nossas faculdades cognitivas. Na Introdução publicada da terceira *Crítica* temos a seguinte formulação do princípio da faculdade de juízo:

(...) como as leis universais têm o seu fundamento no nosso entendimento, que as prescreve à natureza (...) têm as leis empíricas particulares, a respeito daquilo que nelas é deixado indeterminado por aquelas leis, que ser consideradas segundo uma tal unidade, como se igualmente um entendimento (ainda que não o nosso) as tivesse dado em favor da nossa faculdade de conhecimento, para tornar possível um sistema da experiência segundo leis particulares. Não como se desse modo tivéssemos que admitir efetivamente um tal entendimento (...) pelo contrário, desse modo, esta faculdade [a faculdade de juízo reflexiva] dá uma lei somente a si mesma e não à natureza (*KU*, AA 5: 180).

Nessa passagem fica claro mais uma vez que o princípio de conformidade a fins vem suprir aquilo que não pode ser levado a cabo pelos princípios transcendentais do entendimento. No entanto, ela indica também as diferenças fundamentais entre eles. Já sabemos que, uma vez que o que está em jogo aqui é o conteúdo empírico da experiência, Kant não poderá sustentar que podemos *gerar* ou *produzir* um “sistema da experiência segundo leis [empíricas] particulares” que seja apreensível por nós. Daí a referência de Kant a “um entendimento (ainda que não o nosso)”, o qual supostamente poderia o ter gerado “em favor da nossa faculdade de conhecimento”. Porém, a mesma passagem deixa claro que não temos nenhuma espécie de garantia acerca da existência de tal entendimento. Pelo contrário, lemos diversas vezes que a ordenação empírica, supostamente produzida por ele, é apenas *pressuposta* (cf., por exemplo, *EEKU*, AA 20: 209-10, 215; *KU*, AA 5: 185). Como afirma Allison, ao abordar esse mesmo tema, a posição de Kant não é a de que nós temos “algum tipo de garantia *a priori* de que ela [a natureza] seja ordenada de uma maneira proporcional às nossas capacidades e necessidades cognitivas”, mas, sim, a de que “nós somos racionalmente constrangidos a abordar a natureza *como se* ela fosse ordenada desta maneira” (2012b, p. 185-6). Não por acaso Kant deixa claro na passagem citada que “desse modo, esta faculdade [a faculdade de juízo reflexiva] dá uma lei somente a si mesma e não à natureza”. Nessa mesma linha, ele afirma um pouco mais à frente que seu “conceito transcendental de uma conformidade a fins” não é “um conceito de natureza”, já que ele “nada atribui ao objeto (da natureza), mas representa, antes, a única forma segundo a qual nós temos que proceder na reflexão sobre os objetos da natureza”. Isso o leva a, inclusive, caracterizar o princípio em questão como “subjetivo” (*KU*, AA 5: 184; cf. também *KU*, AA 5: 185-6).

Kant não nos explica de maneira detalhada como exatamente o tipo de pressuposição realizada mediante o princípio de conformidade a fins nos tornaria aptos a “encontrar nosso

caminho em um labirinto da multiplicidade de leis particulares empíricas possíveis” (*EEKU*, AA 20: 214). No que se segue, aproveitaremos uma sugestão dada por Allison acerca de como se daria esse processo e a aplicaremos aos resultados da seção anterior, tentando mostrar assim de que maneira o princípio de conformidade a fins atuaria em um cenário no qual, possivelmente, não teríamos na natureza nada senão “leis causais instantâneas” – cenário este que, como defendemos acima, não pode ser excluído pelo princípio de causalidade da Segunda Analogia. O autor atenta para a seguinte nota acrescentada por Kant à Introdução (não publicada) da terceira *Crítica*:

Poderia Linnaeus ter esperado delinear um sistema da natureza caso ele tivesse precisado ter a preocupação de que, se ele encontrasse uma pedra a qual ele chamou granito, esta poderia ser diferente quanto à sua constituição interna de cada uma das outras que, no entanto, se parecessem exatamente como ela, e tudo o que ele poderia esperar encontrar seriam sempre coisas individuais, por assim dizer, isoladas para o entendimento, e nunca uma classe delas que pudesse trazida sob conceitos de gênero e espécie[?] (*EEKU*, 20: 215-16n; traduzido a partir da tradução inglesa)

Temos aqui a sugestão, por parte de Kant, de que Linnaeus não poderia ter delineado um “sistema da natureza” sem a suposição de que pedras que ele chama de “granito” não diferem em sua “constituição interna” (*inneren Beschaffenheit*). Segundo Allison, a referida suposição de Linnaeus estaria, para Kant, na base de nossas práticas indutivas (cf. ALLISON, 2012b, pp. 181-2). A ideia seria a de que nós só podemos inferir que objetos com “propriedades observáveis” similares - como aquelas através das quais certas pedras são classificadas como granito – irão se “comportar de maneira semelhante” (*behave similarly*) se assumirmos que esses objetos também são similares em seu “caráter interno” (*inner character*) (2012b, pp. 181). E, embora Allison não coloque a questão exatamente dessa maneira, penso que sua ideia básica também é a de que, a partir da suposição de uma semelhança no que se refere ao caráter interno de objetos com propriedades observáveis similares, passaríamos a inferir que tais objetos produzirão efeitos similares dadas certas condições – isto é, que ele irão se “comportar de maneira semelhante”¹⁵².

¹⁵² Allison observa que o princípio de conformidade a fins é caracterizado por Kant como uma condição de possibilidade tanto para a descoberta e formulação de leis causais empíricas como para a formação de conceitos empíricos ordenados em um sistema de gênero e espécies (2012b, p. 178; cf., por exemplo, *EEKU*, AA 20: 211-2). Contudo, não se trataria aqui de uma imprecisão por parte de Kant, uma vez que essas duas tarefas, segundo o autor, estariam essencialmente interconectadas: “Em primeiro lugar, sem pressupor algo como tipos naturais [*natural kinds*] nós não poderíamos sequer começar a procurar por leis empíricas ou ter a esperança de distinguir tais leis de regularidades contingentes. Em segundo lugar, conceitos empíricos determinados pressupõem leis causais conhecidas, uma vez que as propriedades internas em termos das quais nós formamos conceitos das coisas e as classificamos devem incluir propriedades causais” (2012b, p. 178). A classificação de pedras como

Aplicaremos então essas considerações ao nosso exemplo apresentado na seção anterior. Utilizando as noções recém introduzidas, diríamos que o argumento da Segunda Analogia não nos oferece nenhuma garantia de que bebidas que classificamos como “alcoólicas” por conta de suas “propriedades observáveis” em comum *sempre* produzirão tais e tais efeitos. Contudo, do mesmo modo que, no exemplo de Linnaeus, *assumimos* que pedras classificadas como “granito” possuem uma “constituição interna” em comum, o mesmo tipo de suposição estaria atuando no caso de “bebidas alcoólicas”. Sendo assim, diante de um caso em que nossa lei acerca dos efeitos do álcool falha, somos levados a *supor* que alguma condição presente nos casos anteriores está ausente no caso presente. No entanto, nossa ideia central é precisamente a de que, por se restringir exclusivamente aos elementos *formais* e *a priori* da experiência, a aplicação do conceito *a priori* de causa aos dados sensíveis não pode nos oferecer nenhuma garantia de que devam *existir* tais condições. Nossa confiança em sua existência se daria justamente em virtude da atuação do chamado princípio de conformidade a fins, da faculdade de juízo, que nos obriga a pressupor, entre outras coisas, que “*mesmo com relação às suas leis empíricas, a natureza tem observado [beobachtet] uma certa economia adequada à nossa faculdade de juízo e uma uniformidade que nós podemos apreender*” (EEKU, AA 20: 213; *itálico nosso*). Contudo, como explicado acima e como não poderia ser diferente dados certos pressupostos fundamentais da filosofia kantiana, trata-se aqui apenas de uma *pressuposição*, uma vez que tal “economia” e “uniformidade”, por dizerem respeito ao conteúdo *empírico* da experiência, não podem ser geradas ou produzidas por nós – tão somente “em favor da nossa faculdade de conhecimento” (cf. KU, AA 5: 180). É ela, no entanto, que tornaria possível a formulação de leis empíricas, uma vez que - por razões apontadas no final da seção anterior - sem esse tipo de pressuposição estas jamais poderiam ser formuladas em um cenário no qual houvesse apenas leis causais “instantâneas”. E é justamente por isso que, apesar de seu caráter “subjetivo” (cf. KU, AA 5: 184-5), Kant não deixa de atribuir ao seu princípio de conformidade a fins um estatuto “transcendental” e “*a priori*” (EEKU, AA 20: 209; KU, AA 05: 182).

Obviamente, a ideia aqui não seria a de que *assumimos* que *todo* objeto com “propriedades observáveis” similares possuem uma “constituição interna” em comum. As caracterizações dadas por Kant ao seu princípio deixa claro que o tipo de “pressuposição” que está em jogo aqui inclui a ideia de que a natureza deve ser constituída segundo um sistema hierárquico de leis, de tal modo que a necessidade de leis mais específicas possa ser derivada

“granito” realizada por Linnaeus seria, certamente, um caso no qual o princípios kantiano estaria atuando nessas duas frentes.

de leis mais gerais (cf. *EEKU*, AA 20: 214-5 *KU*, AA 05: 180, 185)¹⁵³. Se aceitarmos, como sugere Allison, que entre essas leis mais gerais estariam leis acerca do “caráter interno” das coisas - como, em termos modernos, falamos de leis que vigoram no nível atômico ou molecular (cf. ALLISON, 2012b, p. 178-9) - diríamos então que a correlação entre suas “propriedades observáveis” e seu “caráter interno” seriam feitas tendo em vista a coerência do nosso sistema de leis. Porém, se nossa análise da Segunda Analogia estiver correta, não podemos ter nenhuma garantia de que mesmo as leis mais gerais desse sistema continuarão valendo, tendo em vista seu conteúdo empírico e contingente. Como observa Guyer, ao comentar sobre basicamente os mesmos temas dos quais estamos tratando: “(...) não há nenhuma razão óbvia pela qual o sistema inteiro de leis que vigora em um momento, ou que acreditamos vigorar, deva continuar vigorando em todo o tempo” (2008, p. 220). Aceitando a sugestão de Guyer, diríamos que ocorre que, por conta da “sistematização” pressuposta, não podemos pôr em dúvida uma lei mais específica (como, por exemplo, nossa lei acerca dos efeitos do álcool) sem, com isso, pôr em dúvida “muito mais do que nós julgamos conhecer, talvez mesmo todo o resto do nosso conhecimento da natureza” (2008, p. 221). Isso, por sua vez, é o que explicaria nossa confiança em leis causais mais específicas mesmo quando elas (aparentemente) são falsificadas pela experiência, nos levando, por exemplo, a supor que havia alguma condição presente nos casos anteriores que está ausente nos casos em que a lei falhou.

5 Considerações finais deste Apêndice

Com as últimas considerações esperamos ter dado uma indicação acerca de como a formulação de leis causais seria possível no interior do sistema filosófico kantiano apesar das limitações que nos vimos forçados a atribuir aos resultados da Segunda Analogia. Além disso, vale ressaltar que o próprio fato de Kant recorrer ao seu princípio transcendental adicional atribuído à faculdade de juízo - e aos princípios “regulativos” da razão - parece confirmar que a conformidade dos aparecimentos à categoria de causa (assim como às demais categorias) não está na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” contingente entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso empírico e *a posteriori* da natureza. Afinal, o apelo a um princípio transcendental e *a priori* de conformidade a fins vem justamente com o intuito de contornar essa contingência, pois seu papel consiste precisamente em nos levar à

¹⁵³ Sobre esse último ponto, cf. ALLISON, 2012b, pp. 178-9; FAGGION, 2012, pp. 405-6; e GUYER, 2008, p. 118.

pressuposição - uma “*pressuposição* subjetivamente necessária e transcendental” (EEUK, AA 20: 209) – de que o conteúdo empírico da natureza possui uma ordenação adequada e conforme às nossas faculdades cognitivas, sem poder, contudo, *gerar* ou *produzir* tal ordenação. Ou seja, estivesse Kant satisfeito em deixar seu sistema na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” contingente, ele não teria se visto *forçado* a introduzir esse princípio transcendental adicional que visa, justamente, *contornar uma contingência desse tipo*¹⁵⁴.

Por fim, se é mesmo verdade que a conformidade dos aparecimentos à categoria de causa não está na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida”, isso significa que não precisamos rever o modo como o isomorfismo entre a forma lógica *a priori* refletida nessa categoria e o domínio ao qual ela é aplicada foi entendido neste trabalho, isto é, como um isomorfismo que, tal como prescreve a “Revolução Copernicana” de Kant, é algo *gerado* pelas faculdades de representação do sujeito. Mais do que isso, isso significa, em conformidade com a tese desenvolvida no capítulo anterior, que o fato da forma lógica refletida nessa categoria ser “separável” do conteúdo que a preenche é, sim, suficiente para que o isomorfismo entre ambos seja entendido dessa maneira. Esclareçamos este ponto.

Como explicado mais acima, nossa preocupação inicial era a de que uma forma *a priori* como “*Todo X, se submetido às condições W, deverá alterar-se do estado Y em t¹ para Z em t²*” só poderia ser aplicada a um domínio *por si mesmo* isomórfico a ela - ainda que “X”, “W”, “Y” e “Z” sejam tomados aqui como “espaços vazios” que nada antecipam acerca do conteúdo que os “preenche”. Isso porque, em virtude do quantificador universal no contexto dessa forma hipotética, esse domínio teria de ser tal que, mediante esse preenchimento, o chamado “princípio de uniformidade” se mostre verdadeiro acerca da realidade empírica, o que significa, em última instância, que ele teria que possuir *por si mesmo* um padrão estrutural em boa medida conforme ou análogo à forma que ele preenche. Todavia, nossa caracterização de “leis causais instantâneas” pôde preservar esse uso do quantificador universal e, com isso, a “rigorosa universalidade da regra” que Kant atribui ao conceito de causa sem se comprometer com um “princípio de uniformidade” - ou, ao menos, com nenhuma versão relevante deste. Tomemos uma de nossas leis “instantâneas” que regularia *uma* alteração que normalmente caracterizaríamos como uma passagem para o estado de embriaguez, digamos: “Para todo S, se submetido às condições Cn**, então A**-B**”. Em respeito à “rigorosa universalidade da regra” contida no conceito de causa, podemos dizer, trivialmente, que um

¹⁵⁴ Outro importante suporte em favor dessa conclusão estaria na Dedução Transcendental das Categorias, ao menos segundo a linha argumentativa adotada e exposta acima.

evento do tipo “S submetido às condições Cn^{**} ”, tal como este foi caracterizado acima, *jamais* deixaria de ser seguido por um evento do tipo “S se alterando de A^{**} para B^{**} ”. Afinal, cada um desses tipos de eventos teria apenas uma única instância. Todavia, justamente por cobrir apenas uma única instância de cada um desses tipos de eventos, tal lei não se compromete com nenhuma versão relevante do “princípio de uniformidade”; em especial, com nenhuma versão deste que nos colocaria na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” entre a categoria de causa e o curso *a posteriori* da natureza. E, se nossa análise estiver correta, não se segue e nem pode se seguir do argumento Segunda Analogia que devam existir mais do que leis desse tipo. Os efeitos deletérios que as limitações desse argumento teriam sobre a possibilidade da formulação de leis e de conceitos empíricos - e, por conseguinte, sobre a possibilidade da experiência - seriam compensados mediante o princípio de conformidade a fins (e/ou princípios “regulativos” da razão), como explicado logo acima.

Uma vez estabelecido que não precisamos rever o modo pelo qual o isomorfismo entre a forma lógica refletida na categoria de causa e o domínio ao qual ela é aplicada foi entendido ao longo deste trabalho, cumpre indagar agora se conclusões análogas valeriam para as demais categorias. Para tanto, devemos apontar, em primeiro lugar, que os questionamentos que motivaram a investigação realizada ao longo de todo este Apêndice só precisam ser levantados para o caso das categorias de “relação”, de que tratam as chamadas “Analogias da Experiência”. No caso das categorias (“matemáticas”) de quantidade e qualidade, que o “isomorfismo” entre elas e o domínio ao qual são aplicadas possa ser concebido da maneira pela qual viemos propondo é algo garantido pela doutrina kantiana, estabelecida na Estética Transcendental, de que todos os aparecimentos têm necessariamente que ser dados na forma espaço-temporal da nossa sensibilidade¹⁵⁵.

Para justificar essa última afirmação, tomemos as categorias de qualidade. No Capítulo 4 (seção 3.2), o isomorfismo entre forma lógica e ontologia foi caracterizado nesse caso como consistindo na correspondência entre, de um lado, afirmações e negações de predicados e, do outro, a presença (“realidade”) e ausência (“negação”) de determinações reais de objetos, as quais se manifestam, respectivamente, como o preenchimento do tempo com sensações em um certo grau (maior do que zero) e pela ausência de preenchimento (grau zero de sensação) (cf. LOPARIC, 2000, pp. 224-5). No que se refere ao caso da categoria de realidade, dissemos na ocasião, apoiados em Longuenesse, que a correspondência em questão

¹⁵⁵ Quanto às categorias de “modalidade, creio que elas podem ser deixadas de lado na presente discussão, e isso pelos mesmos motivos pelos quais elas foram deixadas de lado ao longo de todo o presente trabalho. Sobre isso, cf. p. 176 acima.

seria de certa forma “gerada” pelo sujeito na medida que, mais do que a mera recepção bruta de sensações, a consciência destas últimas *como se referindo a determinações reais de objetos* dependeria de um ato interpretativo através do qual essas sensações são “colocadas” no tempo (cf. pp. 233-4 acima; e LONGUENESSE, 1998, pp. 298-9). A necessidade de uma contribuição intelectual do sujeito fica ainda mais evidente no caso das negações, uma vez que a recepção bruta de dados sensíveis não poderia ser capaz, por si só, de produzir a consciência da *ausência* de uma sensação *específica*. Teria de ser acrescentada aqui uma contribuição do entendimento/imaginação para que dados sensíveis que nos *são* dados sejam interpretados como ocorrendo em um intervalo de tempo *não preenchido*, especificamente, pela sensação em questão. Pois bem, parece-me relativamente incontroverso que, para que a articulação entre forma lógica e o domínio ao qual ela é aplicada possa ser entendida dessa maneira, não precisamos supor nenhuma espécie de “harmonia pré-estabelecida” contingente entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso empírico e *a posteriori* da natureza. Isso porque as características *específicas* das representações empíricas que nos são dadas não são de modo algum relevantes no presente caso. Tudo o que precisamos é que elas sejam dadas na forma espaço-temporal para então serem, a partir daí, interpretadas mediante uma síntese transcendental da imaginação guiada pelas categorias de qualidade. E que os aparecimentos devem nos ser dados na forma espaço-temporal é algo que, como estabelecido na Estética, estaria garantido de maneira necessária pela estrutura *a priori* das nossas faculdades cognitivas (da sensibilidade), não estando, portanto, na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” *contingente*. Sendo assim, o problema que foi levantado mais acima no que diz respeito à categoria de causa sequer se levanta no presente caso¹⁵⁶.

¹⁵⁶ É verdade que no Apêndice à Dialética Kant chega a afirmar que uma certa ordem e regularidade no curso empírico da natureza é necessária para a mera formação de conceitos empíricos (CRP A 653-4/B 681-2), e, para Kant, a aplicação da categoria de qualidade - como todo e qualquer uso do entendimento - certamente pressupõe conceitos empíricos. Sendo assim, a aplicação dessa categoria, não menos do que a de causalidade, aparentemente estaria na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” contingente a ser contornada mediante os princípios “regulativos” e/ou de conformidade a fins. Todavia, como observa Allison, a posição refletida de Kant não parece ser a de que todo e qualquer conceito empírico pressupõe a existência de uma ordem e regularidade na natureza, mas apenas aqueles aos quais Kant se refere como “empiricamente determinados” (EEKU, AA 20: 211). Estes últimos seriam conceitos relevantes para o conhecimento empírico, dos quais o “granito” de Linnaeus seria um exemplo, isto é: conceitos que pertencem a um sistema hierárquico (em gêneros e espécies) de classificação das coisas que correspondem a tipos/formas naturais, no qual similaridades e diferenças entre suas propriedades observáveis corresponderiam a similaridades e diferenças em sua constituição interna (cf. EEEKU, AA 20: 211-2n, 216n.). Como fora ilustrado acima, conceitos *desse tipo* pressupõem leis causais empíricas e, por conseguinte, princípios regulativos da razão e/ou de conformidade a fins. No entanto, não creio que a aplicação da categoria de qualidade exija, ao menos não necessariamente, conceitos *desse tipo*. Isso está relacionado ao fato, a ser explorado abaixo, de ela ser uma categoria “matemática” que, enquanto tal, diz respeito “simplesmente à intuição”, e não à “existência de um aparecimento em geral” (CRP A 160/B 199; cf. pp. 187-90 acima). As mesmas considerações da presente nota se aplicam às categorias, também “matemáticas”, de quantidade, que comentamos brevemente a seguir.

Considerações análogas valeriam para as categorias de quantidade, mas não penso que seja preciso nos estendermos sobre elas aqui. Basta apontar que, independentemente de suas *características empíricas específicas*, o simples fato de os aparecimentos serem (necessariamente) dados na forma espaço-temporal da sensibilidade já garante de que eles possam, a partir daí, ser sucessivamente sintetizados como unidades “homogêneas” relativamente a um determinado conceito, o qual pode assim, por sua vez, ser empregado em juízos particulares, singulares ou universais¹⁵⁷.

Sendo assim, é apenas acerca das categorias de “relação” que se pode questionar mais seriamente se sua aplicação aos aparecimentos estaria, ou não, na dependência de uma espécie de “harmonia pré-estabelecida” entre elas e o curso empírico da experiência. Isso, a meu ver, está ligado ao fato de serem elas especificamente as categorias responsáveis pela experiência de objetos pensados como algo distinto das nossas percepções. Sabemos que, no interior da concepção kantiana de objetividade, representações sensíveis são pensadas como se referindo a objetos quando elas são pensadas como se relacionando “necessariamente entre si, relativamente a esse objeto” (CRP A 104-5; cf. também B 218-9, A 189-91/B 234-6). Vimos que isso é feito, mais especificamente, mediante sínteses *a priori* fundadas nas categorias de *relação*, e não exatamente nas categorias “matemáticas” de qualidade e quantidade, que se dirigem “simplesmente à intuição” e não à “*existência*” de objetos (CRP A 160/B 199; cf. CRP B 110; e pp. 187-90 acima). Por tratarem apenas da possibilidade da apreensão de um item em seu “ambiente” espaço-temporal (cf. ROSENBERG, 2005, p. 163), para o qual a questão de sua objetividade não é levantada, é razoável, portanto, que, como alegamos acima, a aplicabilidade das categorias “matemáticas” não dependa das características empíricas *específicas* dos aparecimentos, mas tão somente de sua conformidade às formas puras da sensibilidade. Já no que se refere às categorias de relação, poderíamos, a princípio, ser levados a sustentar que sua aplicabilidade esteja, sim, na dependência das características empíricas específicas dos aparecimentos, uma vez que, por tratarem da objetividade destes últimos, elas dizem respeito às relações que eles mantêm ou devem manter *entre si* ao longo do curso da experiência. Foi esse o tipo de preocupação levantada no presente capítulo acerca da categoria de causa, o que nos obrigou a afastar a sugestão de que sua aplicação dependeria de uma espécie de “harmonia pré-estabelecida”. Pelos mesmos motivos, o mesmo tipo de preocupação poderia, a princípio, ser levantada acerca das demais categorias de relação.

¹⁵⁷ Cf. pp. 223-5 acima; cf. também LONGUENESSE, 1998, pp. 149-56, em quem nossa análise acerca desse tema se apoiou.

No entanto, creio ser necessário realizar aqui um exame aprofundado de cada uma, uma vez que, segundo penso, vale para elas um tratamento basicamente análogo àquele que foi dado à categoria de causalidade. No que diz respeito à categoria de comunidade isso é bastante evidente, pois, como explicado no capítulo 4 (seção 2.3), essa categoria não expressa outra coisa senão uma causalidade *recíproca* entre substâncias. Sendo assim, no que diz respeito ao problema do presente capítulo, diríamos simplesmente que a Terceira Analogia, assim como a Segunda, não afasta e nem pode afastar a possibilidade de que a natureza seja governada apenas – ou, ao menos, em grande parte – por leis causais (recíprocas) “instantâneas”. Por conseguinte, ela não prova e nem se compromete com nenhuma versão relevante do “princípio de uniformidade” e, por conta disso, não coloca o sistema kantiano na dependência de qualquer espécie de “harmonia pré-estabelecida”. Assim como foi dito acerca da categoria de causa, tais limitações do argumento da Terceira Analogia seriam então compensadas mediante princípios regulativos da razão e/ou de conformidade a fins.

Quanto à categoria de substância talvez algumas considerações adicionais seriam desejáveis, mas não creio que o tratamento dado a ela poderia diferir em muito do que foi dado às demais, de modo que não iremos persegui-las aqui. Ao longo deste trabalho, insistimos, em conformidade com o modo como viemos concebendo a Revolução Copernicana de Kant, que substâncias não nos seriam *dadas* de maneira pronta na sensibilidade. Substâncias (e seus respectivos acidentes) estariam presentes na realidade empírica apenas em virtude do modo pelo qual representações sensíveis que nos são dadas de maneira bruta são, por assim dizer, *interpretadas* segundo uma regra *a priori* que tem origem no entendimento. Pois bem, defendemos ao longo do presente Apêndice que, no interior do sistema kantiano, a aplicação das categorias aos dados sensíveis não pode e nem precisa estar na dependência de uma espécie de “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso empírico da experiência¹⁵⁸. O mesmo não poderia ser diferente no presente caso, ou seja: a possibilidade de se “interpretar” os dados sensíveis que nos são dados de maneira bruta como substâncias (e seus respectivos acidentes) não pode e nem precisa estar na dependência das características empíricas específicas e contingentes dos primeiros. Eventuais dificuldades oriundas do fato dessas características específicas se mostrarem pouco suscetíveis a esse processo de “interpretação” seriam contornadas mediante princípios regulativos da razão e/ou de conformidade a fins, e isso de maneira basicamente

¹⁵⁸ Mais uma vez, a justificativa para essa alegação estaria, entre outras coisas, no argumento da Dedução Transcendental, tal como este foi apresentado mais acima, e no fato de Kant recorrer aos princípios regulativos da razão e/ou de conformidade a fins com o intuito de justamente contornar a dependência desse tipo de “harmonia pré-estabelecida”.

análoga àquela descrita para o caso da categoria de causa. Essa última alegação ganha mais força se atentarmos que Kant, na Segunda Analogia, deixa claro que, para ele, a decisão, por assim dizer, acerca de quais dos aparecimentos que nos são dados devem ser pensados como substâncias se dá com base na consideração de seus poderes ou relações causais, sendo estes, nesse sentido, o “critério empírico de uma substância” (CRP A 204/B 249): “Esta causalidade leva ao conceito de ação, esta última ao conceito de força e, deste modo, ao conceito de substância (...) não é pela permanência do fenômeno, mas pela ação, que [“uma substância”] melhor e mais facilmente pode revelar-se” (CRP A 204/B 249). Ou seja, o ato pelo qual somos levados a “interpretar” determinados aparecimentos como substâncias que persistem seria, ao menos em grande medida, baseado nas relações causais que atribuímos a eles, cuja formulação seria auxiliada pela atuação de princípios regulativos da razão e/ou de conformidade a fins¹⁵⁹. Deste modo, concluímos que a conformidade dos aparecimentos à categoria de substância, assim como a das demais categorias de relação, não depende de uma “harmonia pré-estabelecida” contingente, tendo em vista que essa suposta contingência seria contornada basicamente mediante o mesmo processo explicado acima ao tratarmos da categoria de causa.

Com as últimas considerações, acreditamos ter cumprido os objetivos deste Apêndice. Ao defender que, no interior do sistema kantiano, a conformidade dos aparecimentos às categorias não está na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida”, entendida no sentido explicado, esperamos ter mostrado que o isomorfismo kantiano entre, de um lado, as formas lógicas *a priori* oriundas das nossas faculdades cognitivas e, do outro, as propriedades necessárias da realidade empírica pode continuar sendo concebido da maneira proposta ao longo de toda a presente tese, isto é: como um isomorfismo *gerado* pelo sujeito na medida em que ele *impõe* ao domínio sensível que lhe é dado na sensibilidade uma forma que este *não* possui como tomado *por si mesmo*. Deste modo, nossa intenção foi estabelecer que permanecem intactos os resultados obtidos em nossa comparação entre os sistemas kantiano e tractariano no que diz respeito à relação, presente no interior de cada um deles, entre as noções de forma lógica e ontologia. Especialmente no capítulo 5, procuramos mostrar que o

¹⁵⁹ Creio que o exemplo do “granito” Linnaeus, tal como explicado por Allison, seria um modelo desse processo. O ato de tomar um determinado aparecimento como uma pedra de granito e, portanto, como uma substância com tais e tais estados dar-se-ia com base nas propriedades internas que atribuímos a eles, as quais devem incluir suas propriedades causais (cf. ALLISON, 2012b, pp. 178, 181; cf. também p. 367, nota 156 acima).

fato de as formas lógicas kantianas serem “separáveis” de seus respectivos conteúdos constitui um fator fundamental para a viabilidade da Revolução Copernicana de Kant; e que, por conseguinte, o fato de as formas lógicas tractarianas *não* serem “separáveis” de seus conteúdos inviabiliza uma concepção análoga no que diz respeito a essa mesma Revolução Copernicana. Neste Apêndice, levantamos a possível objeção segundo a qual, embora tal “fato” acerca das formas lógicas de Kant seja talvez uma condição necessária, ele não seria suficiente para a viabilidade de sua Revolução Copernicana, ao menos não da forma como esta foi concebida aqui. Ao mostrar que o sistema kantiano não está na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” contingente entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso empírico e *a posteriori* da natureza, esperamos ter respondido a essa possível objeção.